

**UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**



**Conceitos e atitudes de intervenção arquitetónica em
Portugal (1755-1834)**

Maria Madalena Gonçalves da Costa Lima

**DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA
ESPECIALIDADE EM ARTE, PATRIMÓNIO E RESTAURO**

2013

**UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**



**Conceitos e atitudes de intervenção arquitetónica em
Portugal (1755-1834)**

Maria Madalena Gonçalves da Costa Lima

Orientador científico:

Professora Doutora Maria João Baptista Neto

**DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA
ESPECIALIDADE EM ARTE, PATRIMÓNIO E RESTAURO**

2013

«A origem do monumento histórico deve ser procurada antes da aparição do termo que o nomeia. Para rastrear a génese desse conceito é necessário remontar ao momento em que surge o projecto [...] de estudar e conservar um edifício unicamente pelo facto de ele ser um testemunho da história e uma obra de arte.»

Françoise Choay, *A alegoria do património*

RESUMO

A presente dissertação incide sobre o processo de formação da consciência patrimonial em Portugal, entre o esplendor das luzes e o lento despontar do romantismo. Delimitada pelo grande terramoto e pela afirmação definitiva do liberalismo no reino, a sua cronologia compreende acontecimentos profundamente desestruturantes que promovem referências a edifícios centenários e de vulto. Nela examinamos testemunhos da catástrofe sísmica, dos ataques militares ao reino e das disputas político-ideológicas das suas elites. Analisamos também algumas produções significativas do meio cultural em apreço, nomeadamente, obras historiográficas ou literárias. O nosso intuito é revelar a sensibilidade patrimonial do período e aclarar a elaboração do universo conceptual que veio a estar na base da teoria do restauro arquitectónico.

PALAVRAS-CHAVE

Património arquitetónico

Monumento histórico

Monumento nacional

Época das luzes

Ordens religiosas

ABSTRACT

This thesis focuses on the process of construction of a heritage awareness in Portugal during the Enlightenment splendour and the slow rise of romanticism. Its chronology, circumscribed by the 1755 Earthquake and the final implementation of liberalism, comprises deeply destabilizing events that promote references to century-old buildings. We examine testimonies of the seismic catastrophe, military attacks to the kingdom and the political and ideological quarrels of its elites. We also analyse some significant works deriving from the cultural scene, namely, historical or literary. Our aim is to reveal the sensibility towards the architectural heritage during such period and elucidate the development of the conceptual universe that came to be in the foundation of the restoration theory.

KEYWORDS

Architectural heritage

Historical monument

National monument

Enlightenment

Religious orders

CRITÉRIOS DE TRANSCRIÇÃO

Optámos por conservar a grafia e a pontuação original das fontes. Todas as alterações às mesmas surgem entre parênteses rectos ou colchetes. A extensão das abreviaturas que se encontram no corpo das fontes transcritas surgem também entre este sinal gráfico.

PRINCIPAIS ABREVIATURAS

ANTT = Arquivo Nacional da Torre do Tombo

AHM = Arquivo Histórico Militar

AHMF = Arquivo Histórico do Ministério das Finanças

AHMOPTC = Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comércio

AHPL = Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa

BA = Biblioteca da Ajuda

BNP = Biblioteca Nacional de Portugal

BND = Biblioteca Nacional Digital

BPE = Biblioteca Pública de Évora

c. = cerca

cod. = códice

col. = coleção

coord. = coordenação; coordenador

cx. = caixa

dir. = direção; diretor

doc. = documento

ed. = edição; editor

et. al. = *et alii*

fl., fls. = fólio, fólhos

id. = *idem*

ibid. = *ibidem*

IGESPAR = Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico

IHRU = Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

lv. = livro

MNEJ = Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça

MR = Ministério do Reino

n.º, ns. = número, números

ob. cit. = obra citada

org. = organização; organizador

p., pp. = página, páginas

pref. = prefácio

publ. = publicado por; publicação de

res. = reservados

s.d. = sem data

s.l. = sem lugar

s.n. = sem nome

s.p. = sem página

sep. = separata

SIPA = Sistema de Informação para o Património Arquitectónico

ss. = seguintes

v. = verso

vol., vols. = volume, volumes

t., ts. = tomo, tomos

AGRADECIMENTOS

Foram, para mim, imprescindíveis o apoio, a amizade e a compreensão de diversas pessoas que tive a graça de ter ao meu lado durante os anos de execução desta tese. A todas elas, desejo transmitir uma palavra de sincero reconhecimento.

Agradeço à Professora Doutora Maria João Neto, minha orientadora, o estímulo dado a este projeto, a confiança depositada nas minhas capacidades, a presença amiga, enriquecedora e consistente ao longo desta aventura.

Agradeço aos docentes do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras que acompanharam o meu percurso, boa parte deles desde os meus tempos de licenciatura, as palavras de incentivo proferidas no curso destes anos, nomeadamente, ao Professor Doutor Vítor Serrão, ao Professor Doutor Fernando Grilo, à Professora Doutora Clara Moura Soares e ao Professor Doutor Luís Urbano Afonso.

Agradeço ainda o encorajamento dado por outros professores da mesma casa, em especial, a Professora Doutora Maria do Rosário Themudo Barata, cuja enorme generosidade se impõe gratular, e o Mestre José Brissos, sempre atento e disponível.

Agradeço o apoio prestado pelos técnicos de arquivo das várias instituições a que recorri, sobretudo aos funcionários do Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas Transportes e Comércio e aos funcionários do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, sublinhando particularmente as sugestões e os esclarecimentos tão amavelmente concedidos pelo Dr. Paulo Tremoceiro, deste último arquivo. Cabe-me agradecer também ao senhor Padre Afonso Cunha, do Arquivo da Diocese de Faro, o modo como aí decorreram as minhas indagações e ainda ao Arquiteto Ricardo Pereira, da Câmara Municipal de Sines, por me ter acompanhado na visita a Sines, muito beneficiada pelos seus comentários.

Foi um privilégio compartilhar as agruras e as alegrias do doutoramento com um grupo de investigadores tão amigo e coeso. Os seus contributos ultrapassaram largamente (e ainda bem) os limites deste trabalho académico. Obrigada Alice Nogueira Alves, Isabel Costa Lopes, Joana Balsa Pinho, Joaquim Caetano, Patrícia Monteiro, Ricardo Silva e Vanessa Antunes.

Aos meus queridos pais, irmão e irmã e à minha demais família, agradeço a benevolência e a fé. Ao Gonçalo, obrigada, por tudo.

ÍNDICE

Resumo / Palavras-chave.....	7
Abstract / Keywords	9
Crítérios de transcrição / Principais abreviaturas	11
Agradecimentos	13
Introdução	25
I. A sensibilidade patrimonial arquitetónica nas reações ao terramoto de 1755	45
1. Notas preliminares	49
1.1. Antecedentes setecentistas	51
1.1.1. Apreciações assinaláveis à arquitetura centenária	59
1.1.2. Remate da conjuntura: a circunstância do património arquitetónico e a sua perceção nas vésperas do sismo	72
2. Depois da catástrofe: o património arquitetónico nas respostas aos interrogatórios e noutras narrativas coevas	78
2.1. O discernir dos valores <i>de rememoração</i> ou <i>de memória</i>	85
2.2. Dos valores de contemporaneidade ou de atualidade	111
2.3. Algumas conclusões. A emergência do <i>monumento histórico</i> e a explanação do conceito	123
3. As preexistências arquitetónicas nas deliberações do poder sobre o património vitimado. Entre as secretarias e os estaleiros de obra na corte	126
3.1. Demolir	129
3.2. Reutilizar	133
3.3. Consertar	137
3.3.1. Igreja de Santa Maria de Belém	137
3.3.2. Igreja do Convento do Carmo	145

3.3.3. Basílica de Santa Maria Maior	151
3.4. Algumas conclusões. Destruição, memória e intervenções em unidade de estilo	158
II. Observações à arquitetura centenária na conjuntura de declínio do final do século e de incerteza da nova centúria	163
1. O património arquitetónico antigo no testemunho de alguns eruditos: continuidades e prenúncios de mudança	168
1.1. Frei Vicente Salgado	171
1.2. Frei D. Manuel do Cenáculo	176
1.3. Abade Correia da Serra	190
1.4. Outros apontamentos: resistência e abertura às diferentes épocas e estéticas arquitetónicas	196
1.4.1. Domingos Caldas Barbosa	207
1.4.2. D. Francisco Gomes do Avelar	214
2. A decadência material do edificado antigo e a premência de uso do património imóvel	224
2.1. A descoberta do Teatro Romano de Lisboa e a desproteção da arquitetura vetusta ao tempo do alvará de 1802	228
2.2. Condição e valores do património arquitetónico centenário nos assentos governativos no trânsito entre séculos: a <i>utilidade</i> dos edifícios com potencial de memória	237
2.2.1. Os edifícios antigos na Intendência das Obras Públicas	238
2.2.2. Os pequenos templos vernaculares e a igreja da Colegiada de Guimarães na documentação do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça	240
2.2.3. Contendas em volta das preexistências arquitetónicas: o uso militar do património eclesial e a averiguação do património das ordens regulares	247
2.2.3.1. A utilização do património arquitetónico religioso pelos exércitos	248
2.2.3.2. Quesitos e exames ao património arquitetónico das ordens regulares	255

3. O jogo dos invasores e a convocação da heroicidade histórica da nação	266
3.1. Monumento nacional: a ideia e a expressão explícitas	271
III. Tensão política e consolidação do sentimento nacionalista: impactos na abordagem ao património arquitetónico	277
1. Espírito nacional, monumentos e preexistências arquitetónicas nas publicações portuguesas	282
1.1. Persistências na abordagem ao edificado antigo	287
1.2. Novas apreciações do valor de arte e do valor de memória do património	295
1.2.1. Os monumentos não-intencionais antigos e modernos de Torres Vedras segundo Agostinho Madeira Torres.....	296
1.2.2. Almeida Garrett: arquitetura, nação e memória.....	300
1.2.2.1. Clássico vs gótico: <i>O retrato de Vénus</i> , o <i>Ensaio sobre a história da pintura</i> e a carta da <i>Borboleta constitucional</i>	300
1.2.2.2. A atração pela arquitetura não-clássica: <i>Camões</i> , <i>D. Branca</i> , <i>Adozinda</i> e <i>Lyrice de João Minimo</i> . A condição de conservação e a prática de intervenção sobre monumentos históricos e nacionais	305
1.2.3. Frei Francisco de São Luís e “o mais belo monumento da arquitetura gótica entre nós, e um dos mais respeitáveis padrões da glória portuguesa”, o Mosteiro da Batalha	316
2. O património arquitetónico antigo nos pedidos de intervenção e nas notas registadas pelos organismos públicos	323
2.1. Intervenções e súplicas de concertos assentes no valor de uso do edificado.....	324
2.2. O valor histórico e o valor nacional de construções que requerem ser conservadas.....	331
3. O património arquitetónico no debate sobre a reforma das ordens religiosas ...	328
3.1. Interrogatórios às casas regulares e projetos de reforma das congregações.....	335
3.1.1. Monumento nacional arquitetónico, estética e memória	343
3.1.2. Utilitarismo. A carta de lei de 1811, o uso e a supressão de casas regulares	356

3.1.2.1. A condição de alguns cenóbios	362
3.1.3. Os valores dos monumentos arquitetónicos no plano de reforma das ordens e nos pareceres de 1830 da Junta do Exame do Estado Atual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares	367
3.1.3.1. Conservar conventos, monumentos históricos e de arte. O projeto	369
3.1.3.2. Consciência patrimonial: alguns casos concretos. Os pareceres	374
3.2. O debate nas Cortes Gerais	378
3.2.1. Sobre a conservação do Convento de Mafra	380
3.2.2. Os valores dos conventos e a salvaguarda dos monumentos históricos e nacionais nos projetos de reforma das congregações	385
3.3. Algumas conclusões	398
Considerações finais	400
Fontes e bibliografia	403
Fontes manuscritas	405
Fontes impressas	410
Bibliografia	443

ÍNDICE DE FIGURAS

- Fig. 1** – Página de rosto de FONSECA, Francisco da, *Evora gloriosa (...)*, Roma, na Officina Komarekiana, 1728.....60
- Fig. 2** – Página de rosto de COSTA, António Carvalho da, *Corografia portugueza e descripçan topográfica do famoso reyno de Portugal*, vol. III, Lisboa, na Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1712.....64
- Fig. 3** – Página de rosto de SILVA, José Soares da, *Memorias para a Historia de Portugal, que comprehendem o governo del Rey D. Joaõ o I (...)*, vol. II, Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1731.....65
- Fig. 4** – Página de rosto de ARGOTE, Jerónimo Contador de, *Memorias para a historia ecclesiastica do arcebispado de Braga (...)*, vol. III, Lisboa, na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 174466
- Fig. 5** – Página de rosto de SANTANA, José Pereira de, *Chronica dos Carmelitas da antiga, e regular observância nestes reynos de Portugal, Algarves e seus Dominios*, Lisboa, na Officina dos Herdeiros de Antonio Pedrozo Galram, vol. I, 1745.....67
- Fig. 6** – Página de rosto de VASCONCELOS, Inácio da Piedade e, *Historia de Santarem edificada que dá noticia da sua fundação, e das couzas mais notáveis nella succedidas*, vol. I, Lisboa, [s.n.], 174068
- Fig. 7** – Portal e rosácea da Igreja de Santa Maria da Graça, Santarém. Fotografia: SIPA FOTO.00538162, pormenor69
- Fig. 8** – Fachada principal da igreja do Mosteiro de Alcobaça. Fotografia: Waugsberg74
- Fig. 9** – Página de rosto de CARDOSO, Luís, *Diccionario geográfico (...)*, vol. I, Lisboa, na Regia Officina Sylviana, 174775
- Fig. 10** – Corte da Capela do Fundador, Mosteiro da Batalha. Fonte: MURPHY, James, *Plans, elevations, sections an views of the church of Batalha*, London, I. & J. Taylor, High Holborn, 179591

- Fig. 11** – Coruchéu e exterior da Capela do Fundador, Mosteiro da Batalha. Fonte: MURPHY, James, *Plans, elevations, sections an views of the church of Batalha*, London, I. & J. Taylor, High Holborn, 1795.....92
- Fig. 12** – Interior da Igreja de Santa Maria, em Serpa. Fonte: <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/73979/> .94
- Fig. 13** – Fachada principal da Sé de Lamego. Fotografia: SIPA, FOTO.00013714. 106
- Fig. 14** – Abóbada do primeiro tramo da Ermida de Nossa Senhora das Salas, em Sines. Fotografia: Madalena Costa Lima..... 107
- Fig. 15** – Fachada principal da Ermida de Nossa Senhora das Salas, em Sines. Fotografia: Madalena Costa Lima..... 108
- Fig. 16** – Abobadamento da nave da Ermida de Nossa Senhora das Salas, em Sines, fotografado a partir da capela-mor. Fotografia: Madalena Costa Lima 110
- Fig. 17** – Exterior da cabeceira da Igreja Matriz de Ourém e muralhas. Fotografia: SIPA FOTO.00125851 112
- Fig. 18** – Fachada principal da Igreja Matriz de Ourém. Fotografia: SIPA FOTO.00670323 113
- Fig. 19** – Terreiro do Paço. Tinta-da-china com aguada sobre papel. Francisco Zuzarte (atribuído). Primeira metade do século XVIII. Fonte: Museu da Cidade, MC. DES. 837..... 130
- Fig. 20** – Igreja da Conceição Velha. Fotografia: Madalena Costa Lima 136
- Fig. 21** – Primeiro tramo do subcoro da igreja do Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa. Fotografia: Madalena Costa Lima..... 143
- Fig. 22** – Segundo tramo do subcoro da igreja do Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa. Fotografia: Madalena Costa Lima 143
- Fig. 23** – SANTANA, José Pereira de, *Chronica dos Carmelitas da antiga, e regular observancia nestes reynos de Portugal, Algarves e seus dominios*, Lisboa, na Officina dos Herdeiros de Antonio Pedrozo Galram, vol. I, 1745, pág. 283 147

- Fig. 24** – SANTANA, José Pereira de, *Chronica dos Carmelitas da antiga, e regular observancia nestes reynos de Portugal, Algarves e seus dominios*, Lisboa, na Officina dos Herdeiros de Antonio Pedrozo Galram, vol. I, 1745, pág. 571 147
- Fig. 25** – Página de rosto de LOBO, Francisco Rodrigues, *O condestabre de Portugal D. NvnAlvres Pereira*, ed. lit. Bento José de Sousa FARINHA, Lisboa, na Offic. de Joze da Silva Nazareth, 1785..... 148
- Fig. 26** – Página de rosto de OLIVEIRA, Francisco Xavier de, *Elogios do condestable D. Nuno Alvares Pereira, e Affonso d’Albuquerque*, Lisboa, na Off. de João Antonio da Silva, 1798 149
- Fig. 27** – Pormenor da nave central da igreja do Convento do Carmo de Lisboa. Fotografia: Madalena Costa Lima..... 150
- Fig. 28** – Arcos, trifório e cobertura da nave da Basílica de Santa Maria Maior, desenhados por Thomas Pitt, em 1760. Fonte: *Thomas Pitt. Observações de uma viagem a Portugal e Espanha (1760)*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2006 153
- Fig. 29** – Nave central da Basílica de Santa Maria Maior, no início dos trabalhos de restauro dirigidos por António do Couto Abreu, c. 1911. Fotografia: SIPA, FOTO.00516069 156
- Fig. 30** – Página de rosto de SALGADO, Vicente, *Memorias ecclesiasticas do reino do Algarve, offerecidas ao ex.mo e rev.mo sr. Bispo de Beja*, t. 1, Lisboa, na Regia Officina Typografica, 1786 172
- Fig. 31** – *Frei Manuel do Cenáculo*, c. 1770. Óleo sobre tela. Coleção de pintura da Biblioteca Nacional de Portugal. Fonte: Biblioteca Nacional Digital, <http://purl.pt/22988> 176
- Fig. 32** – Página de rosto de CENÁCULO, Manuel do, *Cuidados literarios do prelado de Beja em graça do seu bispado*, Lisboa, na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1791 178
- Fig. 33** – Torso de figura feminina identificada como deusa Ceres ou Cibele. Mármore branco. Museu de Évora. Fonte: Matriznet.

http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=13321	183
Fig. 34 – José Correia da Serra. Gravura. Fonte: Biblioteca Nacional Digital, http://purl.pt/1045	190
Fig. 35 – Página de rosto de FARIA, Damião António de Lemos e, <i>Historia geral de Portugal e suas conquistas</i> , vol. I, ., Lisboa, na Typografia Rollandiana, 1786	196
Fig. 36 – Fachada principal da igreja do Mosteiro da Batalha. Fonte: MURPHY, James, <i>Plans, elevations, sections an views of the church of Batalha</i> , London, I. & J. Taylor, High Holborn, 1795	200
Fig. 37 – Página de rosto de MACHADO, Cirilo Volkmar, <i>Conversações sobre a pintura, escultura, e architectura (...)</i> , vol. I, Lisboa, na Of. de Simão Thaddeo Ferreira, 1794	203
Fig. 38 – Fac-símile da página de rosto de <i>Collecção de memorias</i> , de Cirilo Volkmar Machado, 1823. Fonte: <i>Collecção de memorias, relativas ás vidas dos pintores, e escultores, architetos, e gravadores portuguezes, e dos estrangeiros, que estiveram em Portugal</i> , Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922	204
Fig. 39 – Página de rosto de CASTRO, Joaquim Machado de, <i>Discurso sobre as utilidades do desenho (...)</i> , Lisboa, na Offic. de António Rodrigues Galhardo, 1788	205
Fig. 40 – Página de rosto de COSTA, Agostinho Rebelo da, <i>Descrição topografica, e historica da cidade do Porto</i> , Porto, na Officina de Antonio Alvarez Ribeiro, 1789	206
Fig. 41 – Página de rosto de BARBOSA, Domingos Caldas <i>et al.</i> , <i>Almanak das musas, offerecido ao génio portuguez</i> , n.º 1, Lisboa, na Officina de Filippe Jozé de França, 1793	208
Fig. 42 – Paço Real de Belas / Palácio da Quinta do Marquês de Belas. Fotografia: SIPA, FOTO.00561436	210
Fig. 43 – Paço Real de Belas / Palácio da Quinta do Marquês de Belas. Fotografia: SIPA, FOTO.00006838	211

- Fig. 44** – D. Francisco Gomes do Avelar retratado por Joaquim José Rasquinho, 1816. Óleo sobre tela. Coleção de pintura da Biblioteca Nacional de Portugal. Fonte: Biblioteca Nacional Digital, <http://purl.pt/22973>214
- Fig. 45** – Fachada principal da Igreja de Santa Maria do Castelo, em Tavira. Fotografia: Dias dos Reis.....221
- Fig. 46** – *Mapa geral das escavações que se fez perto da Rua de S. Mamede por baixo do castelo desta Cidade de Lisboa*. Cópia do original de 1798, de Francisco Xavier Fabri. Fonte: Museu da Cidade331
- Fig. 47** – Colegiada de Guimarães. Fonte: *Archivo pittoresco*, 1861, pág. 353245
- Fig. 48** – Página de rosto de FRANCO, Francisco Soares, *Memoria em que se examina qual seria o estado de Portugal, se por desgraça os francezes o chegassem a dominar*, Lisboa, no Offic. de Antonio Rodrigues Galhardo, 1809272
- Fig. 49** – *D. Pedro de Sousa Holstein*, c. 1825. Gravura. Pintado por Gregorius; aberto por C.S. Pradier. Fonte: Biblioteca Nacional Digital, <http://purl.pt/6165>273
- Fig. 50** – *Epocas principaes da monarchia lusitana*, entre 1810 e 1820. Gravura. Manuel da Silva Godinho. Fonte: Biblioteca Nacional Digital, <http://purl.pt/4753>283
- Fig. 51** – Página de rosto de CAMÕES, Luís de; MATEUS, Morgado de, *Os Lusíadas, poema epico de Luis de Camões, nova edição correcta e dada à luz, conforme à de 1817*, Paris, na Officina Typografica de Firmino Didot, 1819286
- Fig. 52** – Página de rosto de GERALDES, Joaquim Pedro Casado, *Tratado de cosmographia, e geographia-historica, physica e comercial, antiga e moderna*, vol. I, Paris, Chez Fantin, 1825290
- Fig. 53** – Basílica de Santa Maria Maior, Lisboa, em CAVROÉ, Pedro Alexandre, *Jornal de bellas artes, ou mnémossine lusitana. Redacção patriótica*, n.º 6, Lisboa, na Impressão Regia, 1817293
- Fig. 54** – Chafariz dos Canos, em Torres Novas. Fonte: *Archivo pittoresco*, 1865, pág. 373297
- Fig. 55** – Página de rosto de *Borbolêta constitucional*, Porto, na Imprensa do Gandra, n.º 111, 21 de setembro de 1821304

Fig. 56 – Página de rosto de GARRETT, Almeida, <i>Camões, poema</i> , Paris, na Livraria Nacional e Estrangeira, 1825.....	306
Fig. 57 – Página de rosto de GARRETT, Almeida, <i>D. Branca, ou a conquista do Algarve</i> , Paris, J.P. Aillaud, 1826.....	307
Fig. 58 – Página de rosto de GARRETT, Almeida, <i>Adozinda, romance</i> , Londres, Boosey & Soon, 1828	310
Fig. 59 – Página de rosto de GARRETT, Almeida, <i>Lyrice de João Minimo</i> , Londres, Sustenance e Stretch, 1829.....	311
Fig. 60 – Página de rosto <i>Historia e memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa</i> , t. 10, Lisboa, na Typografia da Mesma Academia, 1827	317
Fig. 61 – Mosteiro de Odivelas, em 1859, por Júlio de Castilho. Fonte: <i>D. Dinis e o Mosteiro de Odivelas</i> , Odivelas, Instituto de Odivelas, 1961.....	333
Fig. 62 – Pormenor da igreja do antigo Mosteiro e atual Palácio da Pena, em Sintra. Fotografia: http://www.360portugal.com/Distritos.QTVR/Lisboa.VR/monumentos/Pena/JAVA/Capela1.html	352
Fig. 63 – Fachada principal da igreja do Convento de Vilar de Frades. Fotografia: Joseolgon.....	354
Fig. 64 – <i>Plano e regulamento dos conventos de religiosos segundo os artigos do real decreto de 24 de Novembro de 1789, 1830. ANTT, MNEJ, cx. 216, mç. 270</i>	370
Fig. 65 – <i>Plano e regulamento dos conventos de religiosas segundo os artigos do real decreto de 24 de Novembro de 1789, 1830. ANTT, MNEJ, cx. 216, mç. 270</i>	371
Fig. 66 – Pormenor de <i>The Convento f N.ª S.ª da Penna</i> , c. 1832. Gravura. W.H. Burnett. Fonte: Biblioteca Nacional Digital, http://purl.pt/5540	377

INTRODUÇÃO

Tema e estado da questão

A presente dissertação resulta da vontade de descobrir o modo de entender as preexistências arquitetónicas e os critérios de intervenção sobre as mesmas durante o esplendor e ocaso da época das luzes, em Portugal, no contexto de crises, atentados patrimoniais e vexação nacional que o reino experimentou, desde o grande terramoto até ao final do Antigo Regime. O seu fito é compreender quais os valores reconhecidos no património construído e analisar as consequências da leitura de tais qualidades na abordagem às preexistências, procurando descortinar a génese de noções como *monumento histórico* ou *monumento nacional* e aclarar o contributo daquelas circunstâncias históricas específicas para a História do Património e da Teoria do Restauro em Portugal.

O nosso objeto de estudo recorta-se, portanto, no quadro da sensibilidade patrimonial revelada em face das preexistências arquitetónicas do reino, entre 1755 e cerca de 1834.

O tema encontra-se perscrutado, sobretudo, em épocas distintas das que aqui propomos tratar. Com efeito, a historiografia vem incidindo fortemente em datas posteriores às da nossa dissertação. É, aliás, na segunda metade da década de 1830 em diante, até cerca de meados do século XX, que recaem os estudos fundadores desta área disciplinar entre nós. Eles têm cerca de vinte anos e são devidos a historiadoras como Lúcia Rosas¹, Lucília Verdelho da Costa², Maria João Neto³ ou Regina Anacleto⁴, que abriram

¹ ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, *Monumentos pátrios: a arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928)*, 2 vols., policopiado, dissertação de doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995.

² COSTA, Lucília Verdelho da, *Alfredo de Andrade (1839-1915)*, 2 vols., policopiado, dissertação de doutoramento em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1995 (publicada com o título *Alfredo de Andrade (1839-1915): da pintura à invenção do património*, Lisboa, Vega, 1997); *Id.*, *Ernesto Korrodi (1889-1944): arquitectura, ensino e restauro do património*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997.

³ NETO, Maria João Baptista, *O restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória de 1840 a 1900*, 3 vols., policopiado, dissertação de mestrado em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1990 (publicada com o título *James Murphy e o restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XIX*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997); *Id.*, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no património*

caminho a um número muito significativo de investigações em História do Património e do Restauro em Portugal, determinando as cronologias de estudo na área⁵. Nestas abordagens é comum aludir-se ao carácter precursor do alvará de D. João V, dedicado à proteção dos monumentos antigos, mas sempre sem examinar o alcance deste tão sublinhado diploma de Setecentos. Por consequência, é essencialmente dentro do período da *consagração do monumento histórico*⁶ que a problemática sobre a qual nos debruçamos vem sendo considerada.

Proficuamente estudada a *consagração*, permaneceu, todavia, por averiguar o momento de fermentação e surgimento da ideia. De facto, a *formulação do monumento histórico* não mereceu ainda um estudo aprofundado, em Portugal⁷, prestando-se, de algum modo, a presente dissertação a lançar as bases para um movimento de colmatação dessa lacuna.

É, no entanto, verdade que foram elaborados estudos de caso ou reflexões que afloram o assunto, contendo considerações que se inscrevem no âmbito da problemática e dos limites temporais em apreço. Trata-se de artigos ou de passagens em dissertações onde são equacionadas questões de gosto e de sensibilidade face às preexistências arquitetónicas, ou mesmo esclarecidas algumas intervenções sobre o património edificado.

arquitectónico em Portugal (1926-1960), 3 vols., policopiado, dissertação de doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995 (publicada com o título *Memória, propaganda e poder – O restauro dos monumentos nacionais (1929-1969)*, Porto, FAUP publicações, 2001).

⁴ ANACLETO, Maria Regina Dias Baptista Teixeira, *A arquitectura neomedieval portuguesa: 1780-1924*, 2 vols., policopiado, dissertação de doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992 (publicada com o título *Arquitectura neomedieval portuguesa*, 2 vols., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1997).

⁵ Um muito completo levantamento da historiografia em questão foi recentemente elaborado por Alice Nogueira ALVES na introdução a *Ramalho Ortigão e o culto dos monumentos nacionais no século XIX*, policopiado, dissertação de doutoramento em História da Arte, Património e Teoria do Restauro, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2009, pp. 18-22.

⁶ Designação cunhada e celebrizada por CHOAY, Françoise, *A alegoria do património*, trad. Teresa Castro, rev. Pedro Bernardo, Lisboa, Edições 70, col. Arte & Comunicação, 71, 2000, pp. 111-154. A questão está tratada, fundamentalmente, no que concerne à realidade portuguesa, por Lúcia Rosas, na dissertação de doutoramento supracitada.

⁷ Não foi assim no estrangeiro. Sobre essa realidade é essencial a referência a RIEGL, Aloïs, *Der moderne Denkmalkultus, seine Entstehung*, Wien, Braumüller, 1903; e a CHOAY, Françoise, ob. cit.; autores e publicações absolutamente incontornáveis e com um impacto notável, também em Portugal (o primeiro, sobretudo por intermédio da segunda).

O grande esforço de reconstrução imóvel verificado no período do pós-terramoto foi profunda e reconhecidamente estudado por José-Augusto França⁸ e logo por outros⁹ que, na sua senda, prosseguiram focados na renovação estética da empresa pombalina, em especial, no contributo urbanístico-arquitectónico que modificou indelevelmente a face de Lisboa.

Os trabalhos que, em 2005, por ocasião do aniversário do grande terramoto, Ana Cristina Martins e Paulo Simões Rodrigues apresentaram em colóquio, diferem dessa abordagem mais comum¹⁰. O artigo de Ana Cristina Martins foca-se na descoberta do Teatro Romano de Lisboa e nas reações que o testemunho material da Antiguidade Clássica (não) suscitou, no contexto, à partida favorável, da curiosidade arqueológica da Época Luzes e da admiração setecentista pela Cultura Antiga, consubstanciada no neoclassicismo¹¹. Por sua vez, o estudo de Paulo Simões Rodrigues propõe ocupar-se de “O terramoto e a génese da consciência de património em Portugal”, através da análise de algumas *Memórias paroquiais* das cidades de Évora e de Lisboa¹².

Simões Rodrigues debruça-se sobre a historiografia e a corografia portuguesas dos séculos XVI a XVIII, até ao termo da década do mega sismo, para afirmar que as referências aos vestígios materiais do passado, patentes naquelas *Memórias*, «não são suficientes, porém, como elementos geradores de uma pré-consciência patrimonial ou mesmo de uma noção antecipada de monumento histórico»¹³. O investigador entende que, nas examinadas fontes,

⁸ FRANÇA, José-Augusto, *Lisboa pombalina e o iluminismo*, 3.^a ed. rev. e actualiz., Venda Nova, Bertrand, 1983 (ed. orig. 1965); *id.*, *A reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina*, 3.^a ed., Lisboa, Inst. de Cultura e Língua Portuguesa, 1989.

⁹ Veja-se, entre outros, ROSSAS, Walter, *Além da Baixa: indícios de planeamento urbano na Lisboa setecentista*, Lisboa, Ministério da Cultura, Instituto Português do Património Arquitectónico, 1998; e *Monumentos. Revista semestral de edifícios e monumentos*, n.º 21, Lisboa, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Setembro de 2004.

¹⁰ *Catástrofe, memória e arte: 1755 / Colóquio ACT 14*, org. Helena Carvalhão Buesco *et al.*, Lisboa, Colibri, Centro de Estudos Comparatistas, 2006.

¹¹ MARTINS, Ana Cristina, “O Teatro Romano de Lisboa. A fugacidade da *Mnemosine* na Lisboa pós-terramoto ou a (in)diferença portuguesa”, in *Catástrofe, memória e arte: 1755 / Colóquio ACT 14*, Lisboa, Colibri, Centro de Estudos Comparatistas, 2006, pp. 145-153.

¹² RODRIGUES, Paulo Simões, “O Terramoto e a génese da consciência de património em Portugal”, in *Catástrofe, memória e arte: 1755 / Colóquio ACT 14*, Lisboa, Colibri, Centro de Estudos Comparatistas, 2006, pp. 247-254.

¹³ *Id.*, *ib.*, pág. 251.

merece antes destaque o sentimento de perda, originado pela catástrofe, exposto como fator decisivo para o aparecimento da «moderna consciência de património»¹⁴ que, alega, despontará apenas durante o Liberalismo.

Ambos os autores mencionam ao alvará de 1721 e às investigações de cariz patrimonial efetuadas no universo da Academia Real da História Portuguesa durante essa época. O diploma e a instituição mereceram também menção em artigo pouco anterior de Ana Cristina Martins, na introdução de perspetiva alargada que faz ao tema “património histórico cultural”, previamente à análise do período de “emergência das reformas (do Liberalismo ao Republicanismo)”, que serve de título e, portanto, de escopo à publicação em causa¹⁵.

Algo semelhante fora feito em artigo conjunto de Miguel Soromenho e Nuno Vassalo e Silva, em 1993, na obra *Dar futuro ao passado*, sob o título “Salvaguarda do património – Antecedentes históricos – Da Idade Média ao século XVIII”¹⁶.

O alvará de 1721 e o seu contexto histórico surgem mais propriamente trabalhados na dissertação de doutoramento de João Carlos Brigola, *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*, apresentada em 2001¹⁷. Porém, nenhum estudo aprofundado da lei e do labor da Academia Real da História, no contexto disciplinar em que nos movemos, acabou por ser concebido – e o mesmo podemos dizer do alvará de 1802 e do labor da Academia Real das Ciências, no final da centúria e nas décadas iniciais de Oitocentos.

¹⁴ *Ib.*, pág. 252.

¹⁵ MARTINS, Ana Cristina, “Património histórico cultural: a emergência das reformas (do Liberalismo ao Republicanismo) – 1.ª parte”, in *Estudos Património*, nº.5, 2003, pp. 41-43; RODRIGUES, Paulo Simões, *Património, identidade e história: o valor e o significado dos monumentos nacionais no Portugal de Oitocentos*, 2 vols., policopiado, dissertação de Mestrado em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1998.

¹⁶ SOROMENHO, Miguel e SILVA, Nuno Vassalo e, “Salvaguarda do património – Antecedentes históricos – Da Idade Média ao século XVIII”, in *Dar futuro ao passado*, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa, 1993, pp. 22-33.

¹⁷ Dissertação apresentada à Universidade de Évora. BRIGOLA, João Carlos Pires, *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*, [Lisboa], Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003, *passim*, pp. 64-69.

De facto, é um tanto à margem destes elementos culturais que foram comentados aspetos de gosto ou de sensibilidade perante as preexistências arquitetónicas, bem como certas intervenções sobre as mesmas, durante Setecentos.

No que concerne aos estudos de gosto acerca do construído, incidentes no período, é pioneiro o trabalho de Paulo Varela Gomes, “Traços de pré-romantismo na teoria e na prática arquitectónicas em Portugal na segunda metade do século XVIII”, publicado em 1986¹⁸. Na realidade, o texto aborda toda a centúria atendendo à «arquitectura em derrapagem de referência», à fuga ao cânone que, no entender do autor, faz da obra assim concebida um objeto *romântico*¹⁹. Uma das expressões dessa arte é, naturalmente, a arquitetura eclética, mas «não a de todo e qualquer ecletismo, nem em qualquer época», apenas aquela que subverte a referência em épocas ou contextos culturais bem definidos, como foram os do século XVIII, «final da Idade Clássica – em que, apesar de tudo, ainda havia uma linguagem arquitectónica dominante e a correspondente série de exclusões de outras linguagens»²⁰. É aqui que o autor situa os «ecletismos revivalistas» gótico e orientalista, declarando que entende os objetos arquitetónicos relacionados com o «revivalismo gótico» como passíveis de serem considerados *românticos*²¹.

A partir desta premissa, o artigo desenvolve-se com apreciações a testemunhos setecentistas, nomeadamente os deixados por Nasoni e por Carvalho Negreiros ou as intervenções na Sala dos Túmulos do Mosteiro de Alcobaça e no Convento do Carmo de Lisboa, após o grande terramoto.

¹⁸ GOMES, Paulo Varela, “Traços de pré-romantismo na teoria e na prática arquitetónicas em Portugal na segunda metade do século XVIII”, in *Romantismo: da mentalidade à criação artística*, comunicações apresentadas ao I Congresso Internacional de Sintra sobre o Romantismo, Sintra, Instituto de Sintra, 1986, pp. 229-246.

¹⁹ *Id.*, *ib.*, pp. 231 e 232.

²⁰ *Ib.*.

²¹ *Ib.*. Esclareça-se que autor admite igualmente como objetos arquitetónicos *românticos* as obras que «apontam a impossibilidade da arquitetura (os projectos visionários de Boullé, o ecletismo desenfreado de Lequeu, certas arquitecturas efémeras, etc.)» (*vide ob. cit.*, pág. 231).

Sobre Nasoni, Varela Gomes lembra a tese de Robert Smith²² que apresenta o italiano como precursor do neogótico, em Portugal, na década de 1740. Admite a complexidade do caso e declara o seu entendimento de que «o neo-medievalismo de Nasoni é *mais um recurso*» do «super-ecletismo *rocaille*» praticado pelo arquiteto²³. Distingue-o, assim, do ecletismo patente nas «obras em estilo neo-gótico» da Sala dos Túmulos do Mosteiro de Alcobaça, atribuída ao engenheiro militar Elsdén, e do Palácio de Monserrate, encomendado pelo inglês Devisme, para Sintra, ou do Convento do Carmo de Lisboa.

Varela Gomes entende que a intervenção pós-terramoto neste último edifício foi feita com o intuito de recuperar o aspeto gótico da igreja; é-lhe mesmo «difícil acreditar que os carmelitas responsáveis pelas obras não tivessem sofrido a influência da “moda” da época quando decidiram reconstruir o templo e se recusaram a recorrer a um dos arquitectos barrocos»²⁴. Nota, porém, que a falta de conhecimento sobre o estilo impediu o perfeito cumprimento do objetivo, levando a que o resultado fosse um «“neogoticismo” de molduras, janelas e capitéis inteiramente fantasistas»²⁵. Explica-o, em parte, com as debilidades da teoria arquitetónica em Portugal ao tempo. E, neste campo, remete a Cirilo e a Machado de Castro para salientar os preconceitos e ambiguidades em relação ao gótico. Detém-se, ainda, sobre a figura do engenheiro militar José Manuel de Carvalho Negreiros, para destacar o singular elogio ao gótico que encontra na sua *Jornada pelo Tejo*, importante laboração teórica deste arquiteto que nota praticamente ignorado pela historiografia.

Todos os tópicos que elencámos a propósito do artigo sobre o pré-romantismo são retomados e tratados mais demoradamente pelo seu autor na incontornável obra *A cultura arquitectónica e artística em Portugal no séc. XVIII*, de 1988²⁶. Alguns deles são aludidos, novamente por si, na década

²² SMITH, Robert, *Nicolau Nasoni, arquitecto do Porto*, Lisboa, Livros Horizonte, 1966.

²³ GOMES, Paulo Varela, “Traços de pré-romantismo na teoria e na prática arquitetónicas em Portugal na segunda metade do século XVIII”, ob. cit., pág. 233. Itálico do original.

²⁴ *Id.*, *ib.*, pág. 235.

²⁵ *Ib.*.

²⁶ *Ib.*, *A cultura arquitectónica e artística em Portugal no séc. XVIII*, Lisboa, Caminho, 1988.

seguinte, no conjunto de ensaios a que deu o nome de *A confissão de Cyrilo*²⁷ e ainda depois, em 2004, no artigo “Jornada pelo Tejo: Costa e Silva, Carvalho Negreiros e a cidade pós-pombalina”²⁸, onde volta a frisar a atenção ao gótico por parte de Negreiros.

Entretanto, no início dos anos 1990, José Custódio Vieira da Silva, na sua dissertação de doutoramento sobre os paços medievais portugueses, localizou Carvalho Negreiros a dirigir as obras no palácio de Sintra, a seguir ao grande terramoto. Neste âmbito, comprovou «a preocupação dos restauradores em manterem a traça original das janelas» da Sala dos Cisnes e a sua opção de imprimir «um certo exotismo» ao paço, colocando-lhe ameias muçulmanas que não correspondiam às da construção na sua origem²⁹.

Mas a questão do revivalismo e do neogótico foi equacionada, ainda na década de 1980, por um outro autor. Paulo Pereira, no artigo “A Igreja e Convento do Carmo: do gótico ao revivalismo”, de 1989, reflete sobre a intervenção efetuada pelos carmelitas no convento de Lisboa após o terramoto³⁰. O historiador entende que o desejo dos frades era o de «devolver à sua primitiva forma o edifício», pelo que alega pertinente pronunciar o termo «restauro» em referência à intervenção³¹.

O autor narra os elementos com os quais os carmelitas tentaram «devolver a dignidade gótica ao Convento – que era também a *dignidade do seu fundador*»³², apontando a dificuldade na execução do intento num tempo em que rareavam conhecimentos sobre o gótico. Por isso, conclui, «o que dali resultou foi um *gótico falso* ou um *pseudo-neo-gótico* sem consistência

²⁷ *Ib.*, *A confissão de Cyrillo*, Lisboa, Hiena Editora, 1992.

²⁸ *Ib.*, “Jornada pelo Tejo: Costa e Silva, Carvalho Negreiros e a cidade pós-pombalina”, in *Monumentos. Revista semestral de edifícios e monumentos*, n.º 21, Lisboa, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, setembro de 2004, pp. 132-141.

²⁹ SILVA, José Custódio Vieira da, *Paços medievais portugueses. Caracterização e evolução da habitação nobre (séculos XII a XVI)*, vol. I, policopiado, dissertação de doutoramento em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1993, pp. 369-372.

³⁰ PEREIRA, Paulo, “A Igreja e Convento do Carmo: do gótico ao revivalismo”, in *Comemoração dos 600 anos da fundação do Convento do Carmo em Lisboa*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1989, pp. 87-112.

³¹ *Id.*, *ib.*, pp. 107-108.

³² *Ib.*, pág. 110. Itálico do original.

arqueológica», foi uma arquitetura «ainda e apenas, *eclética*», apesar do seu «propósito revivalista»³³. Nota o historiador que «não havia em Portugal um neo-gótico intencional, a não ser, talvez nas obras de restauro da “Sala dos Túmulos” de Alcobaça», «e nas obras de Nicolau Nasoni no Porto»³⁴, duas exceções que admite decorrerem da influência inglesa, na medida em que, entre nós, «o modelo gótico não tinha prestígio estético»³⁵. Este aspeto de gosto é por si ilustrado também com o recurso a Cirilo e a Machado de Castro, mencionando ainda a singularidade do testemunho de Piedade Vasconcelos, pela «admiração que o gótico suscitava» neste padre erudito da primeira metade de Setecentos³⁶.

Contemplamos os autores que se dedicaram a refletir sobre as sensibilidades estéticas *marginais* e sobre a problemática dos revivalismos, em Setecentos, por conterem elementos de interesse para o nosso estudo. E foi precisamente aos revivalismos medievais que Regina Anacleto dedicou a sua dissertação de doutoramento, *A arquitectura neomedieval portuguesa: 1780-1924*, apresentada em 1992. Nela a historiadora explica o desenvolvimento da arquitetura neogótica na Inglaterra tardo-setecentista e o posterior acolhimento da mesma em outros locais da Europa, esclarecendo que «o retorno ao sistema histórico em questão não se circunscreve apenas à utilização daquelas formas; integra um movimento muito mais vasto, que engloba a literatura e a pintura, componentes da sensibilidade a que, neste período, se convencionou chamar de romântica»³⁷. Saliente-se que esta componente cultural essencial do neogótico e do revivalismo como fenómeno cultural, em geral, não é tida em conta por quantos se debruçam em Portugal sobre a questão do neogótico e do revivalismo na arte portuguesa prévia aos anos do romantismo pleno.

Regina Anacleto situa o aparecimento do neogótico, em Portugal, perto de 1782, na Sala dos Túmulos de Alcobaça, que atribui ao britânico Elsdon. A

³³ *Ib.*, pp. 100-111. Itálico do original.

³⁴ *Ib.*, pág. 108.

³⁵ *Ib.*.

³⁶ *Ib.*, pp. 109-110.

³⁷ ANACLETO, Maria Regina Dias Baptista Teixeira, *A arquitectura neomedieval portuguesa*, vol. I, ob. cit., pág. 99.

autora rejeita a ideia, formulada por Robert Smith, de que Nasoni tenha sido um dos iniciadores dessa linguagem entre nós, próximo de meados do século, duvidando que «um homem com formação italiana tão arreigada, estivesse preparado e mentalizado para, numa altura em que ainda mal se fazia sentir o ressurgimento do gótico na Inglaterra, utilizar formas tendentes a inserirem-se nessa nova “maneira”»³⁸. Anacleto nega também que a reconstrução do Convento do Carmo de Lisboa, após o sismo, seja «a primeira manifestação de um romantismo arquitectónico incipiente» no país, argumentando que «a data, para Portugal, não permite tirar essa ilação e muito menos os resultados de tal trabalho»³⁹. Anacleto entende que os frades «apenas e só» procuraram tornar o templo funcional, seguindo a via que a autora acredita ter sido a «mais fácil», ao «aproveitar o que restava e terminar o edifício sem qualquer tipo de ruptura», nada havendo que «permita pensar numa intervenção de restauro»⁴⁰.

Anacleto não tem, portanto, dúvidas quanto ao pioneirismo da obra Alcobacense, «edifício neogótico datável do último terço de Setecentos», que contraria a ideia de uma tardia difusão das novidades estéticas em Portugal⁴¹. A autora acredita que a inovação neogótica se deve a influxos britânicos diretos, pelo que descreve a «convivência prolongada e contínua» da Inglaterra com Portugal e as repercussões desta relação no nosso país, em especial, no campo das artes⁴². É neste contexto que a autora situa o arquiteto Elsdén, convicta de que ele chega a Portugal «dominando as técnicas de construção neoclássica e neogótica»⁴³.

Asseverada a presença de Elsdén em Alcobaça, por Murphy e por outros que lhe atribuem a intervenção em estilo moderno na capela-mor, possivelmente também no último terço do século, a investigadora exclui a hipótese de trabalhar no Mosteiro um segundo arquiteto. Além disso, «analisando a panóplia de arquitectos disponíveis na época em Portugal, não encontramos

³⁸ *Id.*, *ib.*, pág. 104.

³⁹ *Id.*, pág. 105.

⁴⁰ *Id.*

⁴¹ *Id.*

⁴² *Id.*, pág. 109.

⁴³ *Id.*, pág. 110.

nenhum, a não ser o inglês, capaz de responder com um traço daquele teor»⁴⁴. Anacleto nomeia diversos arquitetos ativos no país, notando que sobressai do conjunto um certo predomínio da influência italiana e, sobretudo, o peso da cultura clássica.

Assim, uma vez que defende que «por volta de 1770 não vivia em Portugal nenhum artista, com capacidade e mentalidade que lhe permitissem utilizar o estilo gótico, a não ser Guilherme Elsdén que estava habituado na sua prática a conviver com ele paredes meias», a historiadora conclui dever-se ao próprio o cuidado de «projectar a Casa dos Túmulos à maneira gótica, para não destoar da restante fábrica»⁴⁵, atribuindo-lhe também, inevitavelmente, a construção do neogótico Palácio de Monserrate, encomendado por Devisme, conterrâneo do arquiteto, perto do final da década de 1780.

Lúcia Rosas, na sua dissertação de doutoramento *Monumentos pátrios. A arquitectura medieval – património e restauro (1835-1929)*, apresentada em 1995, compreende que essas obras atribuídas por Anacleto a Elsdén resultem de uma «atitude de consciente valorização do gótico» no século XVIII português⁴⁶. Todavia, admite que essa abordagem não será exclusiva do arquiteto britânico, pois declara, atenta às teses de Smith e de Varela Gomes, que «uma corrente de gosto neo-gótico parece correr paralela ao gosto barroco dominante e por vezes nele se revelar subtilmente, como indicia a obra de Nasoni»⁴⁷.

Note-se, porém, que Rosas interpreta o «gosto medievalisante» não apenas como sinal de novidade, mas também como testemunho de continuidade, distinguindo aquilo que é um «*gothic revival*» daquilo que será um «medievalismo de resistência», durante Setecentos⁴⁸. É à luz da ideia de que nem todas as intervenções *estilísticas* sobre preexistências arquitetónicas devem ser compreendidas como revivalismos que Rosas aborda a obra de abobadamento efetuada na igreja do Convento de Vilar de Frades,

⁴⁴ *Ib.*, pág. 123.

⁴⁵ *Ib.*, pp. 124.

⁴⁶ ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, *Monumentos pátrios: a arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1929)*, vol. i, ob. cit., pág. 64.

⁴⁷ *Id.*, *ib.*.

sensivelmente no segundo quartel do século XVII. Esta execução de trabalho tardo-gótico, mais de um século passado sobre a vigência do estilo, leva a investigadora a salientar a importância de uma «prática de estaleiro» que entende prevalecente ao ensino artístico formal⁴⁹.

Rosas alude ao grupo de intervenções realizadas sobre preexistências arquitetónicas que outros investigadores consideraram para o século XVIII e que referimos atrás. Além da Sala dos Túmulos de Alcobaça, que afirma neogótica, a igreja do Convento do Carmo de Lisboa, «dentro de uma linguagem inspirada na obra gótica» original, e a Sala dos Cisnes de Sintra, com inovações mouriscas e com a reconstrução de janelas conformes às primitivas⁵⁰. A estas obras a historiadora junta a da Capela do Fundador do Mosteiro da Batalha, após o sismo de 1755, com a qual foi reposto o aspeto primitivo das partes lesadas da construção. Os casos que elenca levam-na a intuir “um fio condutor”, «um mesmo “respeito” pelas construções medievais», cuja deliberação questiona⁵¹. Rosas comenta o deficiente conhecimento sobre a arte medieval que caracteriza a cultura portuguesa de Setecentos, bem como a ambiguidade perante a arquitetura gótica que os eruditos de então acusam, nos seus escritos. Estes factos e aquela dúvida impelem a autora a concluir que «nessa indefinição se marca a diferença fundamental entre a valorização do gótico do século XVIII e a sua adopção histórica e estética, consciente, deliberada e sistemática a partir da década de 30 no Portugal de oitocentos»⁵².

Com efeito, no mesmo ano em que Lúcia Rosas defendeu a tese apreciada, Maria João Neto apresentou a sua dissertação de doutoramento, onde, a propósito do restauro da Sé de Lisboa, atestou a preferência pela obra moderna ou pela atualização estética da importante e vetusta igreja, em lugar da conservação ou réplica lisonjeira das suas formas antigas, na intervenção forçada pelo grande terramoto. Embora preocupada com *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no património*

⁴⁸ *Ib.*.

⁴⁹ *Ib.*, pág. 65.

⁵⁰ *Ib.*, pág. 70.

⁵¹ *Ib.*, pág. 72.

arquitectónico em Portugal (1926-1960), a dissertação não deixa de procurar respostas para aquela opção de Setecentos, considerando a questão de gosto, mas também a condicionante do contexto de catástrofe sísmica e o facto de o próprio culto ou utilização litúrgica do edifício promoverem uma campanha conforme⁵³.

Uma das fontes que permitiu a Maria João Neto aferir o tipo de alterações efetuadas, pelos anos de 1770, na então designada Basílica de Santa Maria Maior foi o caderno de viagem do inglês Thomas Pitt. Já na sua dissertação de mestrado, dedicada ao restauro do Mosteiro da Batalha e à relevância que para ele teve o álbum de desenhos de James Murphy, a historiadora aclarara a importância dos estudos realizados por viajantes britânicos, como os referidos, para o conhecimento da arquitetura gótica ao tempo⁵⁴. Neto chamou a atenção para o contributo que a observação do Mosteiro da Batalha deu para consolidar a teoria acerca da origem do gótico que fomentava o debate em Inglaterra. Sublinhou também os contactos estabelecidos entre Pitt, Murphy e outras relevantes personalidades do neogótico inglês com diversos eruditos e artistas portugueses. Posteriormente, enriqueceu o tópico, divulgando informação adicional na introdução à publicação portuguesa do álbum de Murphy, *Arquitectura gótica. Desenhos do Mosteiro da Batalha*⁵⁵.

Maria João Neto explorou os influxos estrangeiros e a abordagem da cultura das luzes ao património edificado ainda em “Uma cultura de restauro iluminista: a acção do bispo do Algarve Dom Francisco Gomes do Avelar”⁵⁶. Neste artigo, a historiadora destaca o respeito pelas preexistências que as obras promovidas pelo bispo de Faro, e quase sempre executadas pelo

⁵² *Ib.*, pág. 73.

⁵³ NETO, Maria João Baptista, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no património arquitectónico em Portugal (1926-1960)*, vol. I, ob. cit., pp. 531-537.

⁵⁴ *Id.*, *O restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória de 1840 a 1900*, ob. cit.; tal como se disse, publicada com o título *James Murphy e o restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XIX*.

⁵⁵ MURPHY, James, *Arquitectura gótica. Desenhos do Mosteiro da Batalha*, introd. Maria João Neto, Lisboa, Alêtheia, 2008.

⁵⁶ NETO, Maria João Baptista, “Uma cultura de restauro iluminista: a acção do bispo Dom Francisco Gomes do Avelar”, in *Espírito e poder. A cidade nos tempos da modernidade*, catálogo da exposição, Tavira, Museu da Cidade – Palácio da Galeria, 2006, pp. 122-131.

arquiteto italiano Fabri, apontam, compaginando as opções então seguidas com as que ao tempo eram pensadas em Itália. Com base nessas intervenções criteriosas, Neto conclui o reconhecimento da qualidade histórica do edificado e a consideração por diferentes estilos artísticos por parte do bispo, a quem atribui uma prática consistente de salvaguarda do património construído, notando que, assim, «podemos chamar, com propriedade, restauros» às obras em causa⁵⁷.

José Eduardo Horta Correia já havia observado as intervenções encomendadas pelo prelado, referindo-as igualmente como “restauros”, no artigo “O significado do mecenato do bispo do Algarve D. Francisco Gomes do Avelar”. No seu comentário, Horta Correia sublinha ainda o carácter erudito da arquitetura projetada por Fabri⁵⁸.

O arquiteto Fabri e o seu refinado gosto neoclássico foram, em muito, revelados por Aires de Carvalho. O investigador trouxe à luz dados importantes sobre a formação do bolonhês e sobre a sua carreira em Portugal, cotejando-a com a de Manuel Caetano de Sousa e a de José da Costa e Silva, *Os três arquitectos da Ajuda*⁵⁹. Com o enfoque nestas figuras capitais da arte entre nós, Carvalho traçou o percurso da arquitetura portuguesa entre o pós-terramoto e o início de Oitocentos, *do “rocaille” ao neoclássico*.

José-Augusto França já havia aclarado grandemente este trajeto artístico, em especial, na obra *A arte em Portugal no século XIX*, cujo primeiro volume se debruça sobre os anos 1780-1835⁶⁰. Imprescindível, a obra de França faculta uma narrativa bastante completa sobre os problemas estéticos do período, sobre a prática, o ensino e a teoria da arquitetura de então⁶¹.

⁵⁷ *Id., ib.*, pág. 128.

⁵⁸ CORREIA, José Eduardo Horta, “O significado do mecenato do bispo do Algarve D. Francisco Gomes do Avelar”, in *Anais do Município de Faro*, vol. XXVI, 1996, pp. 85-118.

⁵⁹ CARVALHO, Aires de, *Os três arquitectos da Ajuda: do “rocaille” ao neoclássico: Manuel Caetano de Sousa, 1742-1802: José da Costa e Silva, 1747-1819: Francisco Xavier Fabri, 1761-1817*, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1979.

⁶⁰ FRANÇA, José-Augusto, *A arte em Portugal no século XIX*, vol. I, Lisboa, Bertrand, 1966.

⁶¹ Refira-se a edição revista, corrigida e ampliada da obra supracitada, publicada pela mesma editora em 1981. De José-Augusto FRANÇA, aponte-se ainda *História da Arte em*

Mas nem França, nem Aires de Carvalho atenderam propriamente às questões do património e do restauro que vimos a considerar e a destacar no discurso dos autores antes citados. Retomemos o tema, aditando que boa parte das observações que sobre ele respigámos foram coligidas por Maria Helena Maia em 1997, no artigo “Património e restauro no século XVIII português 1721-1802”⁶². É a dissertação de doutoramento desta mesma investigadora que aludimos, por último.

Publicada em 2007, com o título *Património e restauro em Portugal (1825-1880)*, a tese de Helena Maia inscreve-se ainda um pouco nos limites do nosso trabalho⁶³. Para a primeira década da sua cronologia, Maia explora os anos de juventude e de exílio de personalidades como Herculano, Almeida Garrett e Possidónio, narrando igualmente a difusão do romantismo em Inglaterra e em França ao tempo. A autora comenta um certo alinhamento dos jovens literatos com esse novo espírito. Em Garrett, explorando os poemas *Camões* e *Dona Branca*, Maia destaca o carácter nacionalista do discurso do autor, patente, nomeadamente, na sua admiração confessa pelo Mosteiro dos Jerónimos e pela Torre de Belém, pelo valor artístico de ambos e pelos aspetos históricos a que os associa. Para Maia, Garrett «foi sem dúvida responsável pelas primeiras manifestações de apreço por esse mesmo património [edificado]» e «contribuiu para o estabelecimento de uma atitude crítica face ao abandono e à forma como o mesmo [património edificado] era tratado»⁶⁴.

A investigadora distingue a predileção do jovem Garrett pelo reinado de D. Manuel do entusiasmo do jovem Herculano pela Idade Média, comentando as diferentes sensibilidades das figuras. Maia fundamenta-se em passagens de *Cenas de um ano da minha vida*, de Herculano, que recua a 1831, embora os próprios editores do manuscrito, já no século XX, situem os seus vários

Portugal: o pombalismo e o romantismo, Barcarena, Editorial Presença, 2004; e “La fin du goût baroque au Portugal”, in *Actas do Congresso André Soares*, Braga, 1973.

⁶² MAIA, Maria Helena, “Património e restauro no século XVIII português. 1721-1802”, in *Cadernos ESAP*, n.º 2-3, Porto, Cooperativa de Ensino Superior Artístico do Porto, 1997, pp. 102-115.

⁶³ *Id.*, *Património e restauro em Portugal (1825-1880)*, Lisboa, Edições Colibri, IHA – Estudos de Arte Contemporânea Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, col. Teses, 2007.

conteúdos entre esse ano e o seguinte⁶⁵. Porém, no prefácio a uma edição posterior, Vitorino Nemésio veio salientar o «carácter avulso deste rascunho», detetando nele diferentes fases de escrita e reconhecendo no título *de um ano* um sentido figurado. Sobre a possibilidade do manuscrito final ter sido exatamente produzido em 1831 e 1832, Nemésio nota: «Não é natural, por maior grafómano que [Herculano] fosse, que tivesse tempo e disposição para pausados períodos da índole daqueles que se podem ler adiante. O mais provável é que os compusesse mais tarde sobre reminiscências, no remanso do seu gabinete e já sob o pungir das primeiras saudades daqueles tempo. Tudo leva a crer isso», nomeadamente um comentário de 1838 onde Herculano confessa que o documento em causa estava, à data, «todo escrito no entendimento», mas só em parte no papel⁶⁶.

Ora, a extensa reflexão acerca da arquitetura que Maia considera, espalhada por mais de dez páginas na edição consultada⁶⁷, parece-nos ir ao encontro da observação de Nemésio. Aliás, em nota de pé de página, já um dos primeiros divulgadores do texto chamara a atenção para o modo como alguns reparos do escrito concernente à arquitetura religiosa medieval «podem tomar-se como um justo comentário do iníquo e antieconómico decreto de 28 de Maio de 1834»⁶⁸, percebendo bem estar em presença de um texto com data incerta e fixação posterior ao ano de limite da nossa dissertação, levando-nos a não o considerar aqui.

Em Possidónio, no opúsculo *O que foi e é architectura; e o que aprendem os architectos fora de Portugal*, publicado anonimamente em novembro de 1833, Maia sublinha a perspetiva ainda clássica do autor. A investigadora comenta a desconsideração de Possidónio pelo período medieval ao tempo, destacando o débil conhecimento da arquitetura do período que ele então manifesta, mas também a ausência do sentimento nacionalista que sublinhou nas figuras antes consideradas, concluindo que falta a Possidónio aquilo que

⁶⁴ *Id.*, *ib.*, pág. 23.

⁶⁵ HERCULANO, Alexandre, *Cenas de um ano da minha vida. Poesia e meditação [1831-1832]*, pref. e notas de Vitorino Nemésio, [Lisboa], Livraria Bertrand, cop. 1973.

⁶⁶ *Id.*, pág. XVI.

⁶⁷ *Ib.*, pp. 54-67.

⁶⁸ *Ib.*, pág. 66.

em Garrett e Herculano «levaram ao estabelecimento precoce de um quadro patrimonial alargado»⁶⁹.

Investigação realizada e estrutura da tese

É ao estabelecimento do *quadro patrimonial alargado* ou da *consciência patrimonial* que a presente dissertação se dedica, procurando observar o contributo dos anos anunciados no modo de pensar e de atuar sobre as preexistências arquitetónicas.

Não se trata apenas de um esforço para mitigar a evidente lacuna historiográfica que apontámos. É também, ou sobretudo, um trabalho que decorre da assunção do potencial do período em causa para o universo dos estudos em património. Afinal, convergem nele condições muito favorecedoras à afirmação da consciência patrimonial; pois, entre 1755 e 1834, o país é acometido por acontecimentos profundamente desestruturantes que incitam a perspetivar as épocas históricas e a evocar nostalgicamente o passado áureo do reino, considerando a identidade portuguesa de maneira original. Por isso, impõe-se perceber em que medida é que, sob o horizonte cultural das luzes, os graves atentados patrimoniais ou os episódios de crise nacional, como o grande terramoto, as invasões francesas, a ausência da corte, o debate sobre a reforma das ordens regulares e as revoltas liberais, influíram no olhar sobre os vestígios materiais do passado.

A grandeza e o carácter inédito do projeto colocaram-nos desafios significativos, relacionados tanto com o campo de investigação como com a apresentação da realidade aferida. As cerca de oito décadas abrangidas pela nossa tese, embora unificadas pelo rigor crítico das luzes, cujo léxico pulula as fontes primárias examinadas⁷⁰, abrigam diferentes estádios da história de Portugal. Com naturalidade, distingue-se nelas três momentos capitais de crise ou de conturbação profunda do reino: um primeiro definido pelo

⁶⁹ MAIA, Maria Helena, *Património e restauro em Portugal (1825-1880)*, ob. cit., pág. 39.

⁷⁰ Adiante-se, por exemplo, que o interesse geral dos povos, a *utilidade pública* definida e desejada pela cultura das luzes é uma preocupação que norteia todos os momentos do período em estudo.

terramoto de 1755, que compreende os anos de reação ou de recuperação da catástrofe; um segundo determinado pelo início do declínio do (antigo) regime, anunciado no final do governo de D. Maria, quando ocorre uma primeira tentativa de reforma das ordens religiosas, na passagem à regência de D. João, e depois na ameaça e perigo efetivo da nossa soberania, por motivo da política napoleónica; finalmente, um terceiro, caracterizado pelo intensificar da intimação às congregações, discutido no recrudescimento da tensão política entre liberais e conservadores que motiva a revolta vintista ou a Vilafrancada e a Abrilada, na origem da guerra civil que abre caminho a um novo período da história nacional e põe fim ao escopo da nossa investigação.

Assim, e lembrando o nosso intuito de entender o impacto destas conjunturas potenciadoras da reflexão patrimonial e de explanar a evolução de conceitos e de atitudes concernentes à história do património, optámos por conferir um sentido cronológico à nossa tese, estruturando-a exatamente em volta daqueles três grandes momentos.

Portanto, na primeira parte da dissertação analisamos “A sensibilidade patrimonial arquitetónica nas reações ao terramoto de 1755”. Com a preocupação de integrar e de melhor compreender a matéria proposta, iniciamo-la com um capítulo dedicado às abordagens às preexistências arquitetónicas feitas previamente ao sismo, durante a primeira metade de Setecentos. Nestes antecedentes, é considerado o labor da Academia Real da História e as menções ao património encontradas na historiografia da época, a partir do exame de diversas fontes impressas conhecidas, mas nunca verdadeiramente atendidas sob a ótica agora proposta. Em seguida, detemo-nos nas descrições da ruína causada pelo terramoto, analisando as propriedades do construído que surgem destacadas no enorme conjunto de documentação manuscrita, mas também publicada sobre o assunto, para o tratamento do qual as *Memórias paroquiais* são imprescindíveis. Esclarecido o contexto mental, teórico ou conceptual do período, onde verificamos tomar forma a noção de *monumento histórico*, observamos, depois, algumas intervenções efetuadas sobre o património construído em razão do sismo,

procurando apurar quais os valores dos monumentos que determinaram os critérios de intervenção aí adoptados.

Na segunda parte do trabalho, cuidamos de examinar as “Observações à arquitetura centenária na conjuntura de declínio do final do século e de incerteza da nova centúria”. Para tal, atendemos aos testemunhos de alguns eruditos e aos valores que a documentação revela como preponderantes na relação com as preexistências arquitetónicas, sensivelmente entre o último quarto de Setecentos e a retirada definitiva das tropas napoleónicas de Portugal. Inspecionamos detalhadamente muitas das obras impressas no período, quer de perfil historiográfico, como literário e periódico, que careciam ainda de ser examinadas na perspetiva da História do Património, bem como alguma documentação inédita ou tão-só parcialmente publicada. Avaliamos aqui os escritos de frei Vicente Salgado, frei D. Manuel do Cenáculo, Abade Correia da Serra, Domingos Caldas Barbosa, D. Francisco Gomes do Avelar e Cirilo Volkmar Machado, entre outros, desejando dar uma visão de conjunto da nossa problemática de estudo à época o mais completa possível.

Neste segundo momento da dissertação, apreciamos, igualmente, os juízos emitidos sobre os conventos e mosteiros centenários do reino ameaçados por uma primeira tentativa de reforma das ordens religiosas, nunca antes considerada no âmbito dos estudos em património, cuja documentação descobrimos no fundo do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, do qual analisámos mais de uma centena de caixas.

Terminamos a segunda parte da tese avaliando as transformações motivadas pelos ataques franceses, geradores de uma nova consciência, coletiva e identitária no pensamento patrimonial entre nós. Observamos aqui o aparecimento da ideia e da expressão *monumento nacional*, propondo, assim, uma nova datação para o surgimento daquele conceito em Portugal, baseada em escritos de pendor político, impressos e manuscritos ao tempo.

O legado das guerras napoleónicas, semente da profunda instabilidade do reino que se desenvolve após o Congresso de Viena, conduz-nos à parte final da dissertação, “Tensão política e consolidação do sentimento

nacionalista: impactos na abordagem ao património arquitetónico”. Nela expomos e comentamos diversos níveis de relação com as preexistências, examinando não só os comentários mais eruditos e atualizados perante o património construído, mas também as atitudes de índole comum ou prosaica, imprescindíveis de apontar para uma compreensão globalizante do universo das questões patrimoniais. São vários e de grande significado alguns dos escritos impressos durante estes anos, entre os quais, certas memórias da Academia Real das Ciências, como a que frei Francisco de São Luís, futuro Cardeal Saraiva, dedica ao Mosteiro da Batalha, e todos os trabalhos ditos de juventude de Almeida Garrett; enfim, um conjunto de textos que estavam por ler atentamente à luz da História do Património e por ser apresentados como parte integrante de uma visão de conjunto desta área disciplinar.

Encerramos, finalmente, a reflexão, analisando o lugar do património arquitetónico no debate muito vivo sobre a reforma das congregações religiosas que se prolongou por toda a década de 1820 (vindo de anos recuados), até à extinção definitiva das ordens. Este tópico, que descobrimos possuir um enorme interesse para os estudos em património já então, apesar de ser totalmente ignorado pela historiografia da área para o período anterior a 1834, revela-se na vasta documentação manuscrita da pouco estudada Junta do Exame do Estado Atual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares, responsável por um plano de reforma das congregações, apresentado ainda em 1830, mas também nas várias centenas de debates parlamentares do tempo e em diversas obras impressas de índole política que abundam nos anos que antecedem a vitória definitiva do liberalismo em Portugal. Para o período mais intenso da guerra civil que opõe liberais a miguelistas, entre 1832 e 1834, verificamos rarearem, compreensivelmente, documentos úteis ao nosso trabalho, apesar os fundos documentais considerados, nomeadamente o da Intendência das Obras Públicas, do Ministério do Reino ou do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, terem sido analisados para lá dos limites cronológicos desta tese.

Com base no plano apresentado, contamos delinear, ao longo das próximas páginas, de forma clara e rigorosa, os *Conceitos e atitudes de intervenção*

arquitetónica em Portugal (1755-1834), convictas de conseguir demonstrar o contributo do período em causa para o campo da História do Património e da Teoria do Restauro entre nós.

PARTE I

A SENSIBILIDADE PATRIMONIAL ARQUITETÓNICA NAS REAÇÕES AO TERRAMOTO DE 1755

I. A SENSIBILIDADE PATRIMONIAL ARQUITETÓNICAS NAS REAÇÕES AO TERRAMOTO DE 1755

Na manhã do 1.º de novembro de 1755 em Portugal a terra estremeceu e de imediato se revoltou num movimento destruidor sem precedentes entre nós. Em parte do reino, esse impulso assolador ecoou nas águas sublevadas dos mares e dos principais leitos fluviais do território. Na capital, seguiu-se ainda um fogo de grandes proporções que abrasou, durante dias, a zona mais populosa e construída da cidade. Ao terramoto sobreveio um cenário de convulsão e de horror, concretude da ideia de catástrofe que ressoou por toda a Europa iluminada, instigando não apenas a reconsiderar o “melhor dos mundos possíveis” *leibniziano*, mas também a refletir sobre o comportamento físico-químico dos elementos da natureza e ainda a repensar o modo de fazer cidade, a maneira de edificar e até a forma de intervir no edificado abalado⁷¹.

O leque de assuntos, assim aberto com naturalidade, esclarece que as consequências diretas do desastre tiveram um impacto muito além do estritamente material, alterando inevitavelmente a compreensão do mundo e a relação com a realidade⁷². Também pela série de questões propostas se entende que o fenómeno sísmico se constituiu como motivo original da produção de muitos documentos, uns de carácter científico, de contornos mais práticos, outros de perfil literário ou assumidamente poético.

Do conjunto ressaí a perturbação instalada por essa transformação abrupta das coisas, exposta, não raras vezes, sob a forma de lamento nostálgico em

⁷¹ De entre as numerosas publicações dedicadas ao terramoto, destacamos *Catástrofe, Memória e Arte: 1755 / Colóquio ACT 14*, org. Helena Carvalhão BUESCO *et al.*, Lisboa, Colibri, Centro de Estudos Comparatistas, 2006; *O grande terramoto de Lisboa: ficar diferente*, coord. Helena Carvalhão BUESCO, Gonçalo CORDEIRO, Lisboa, Gradiva, 2005; e *O Terramoto de 1755. Impactos históricos*, org. Ana Cristina ARAÚJO *et al.*, Lisboa, Livros Horizonte, col. Cidade de Lisboa, 46, 2007.

⁷² Veja-se, por exemplo, os textos da compilação *Collecção universal de todas as obras, que tem sahido ao publico sobre os effeitos, que cauzou o terremoto nos reinos de Portugal, e Castella no primeiro de Novembro de 1755. E explicaçoens physico-astrologico-meteorologicas, e physico-moral tanto no idioma portuguez como espanhol, e mais cartas, dissertaçoens, e tudo o que se tem escripto, e divulgado nesta cidade de Lisboa*, 7 toms., [s.l.], Officina da Curiosidade, 1758 (ANTT, Série Preta, ns. 3420-3426).

torno do desaparecimento dramático de referentes topográficos e culturais, identitários e nobilitantes. Escrevia Pina e Melo, poucos meses depois do terramoto, «Busca-se Lisboa em Lisboa e não apparece [...]. Alli naquella transfigurado aspeto de Edifícios soberbos: alli naquella nova Babylonia, que foi, e que já não hé: alli naquella grande Cidade que está transformada, em hum continuado progresso de sepulchros, não há mais que o mudo calor de humas reliquias tristes: O emporio do Mundo, o Erario da America, e da Asia, O asylo das Naçoens, a joia do Universo, depois de Cadaver, se desfez em cinza: Está-se Lisboa edificando, e adornando há mais de quatro seculos para acabar em hum momento»⁷³.

Uma vez que a paisagem construída, em particular os objetos arquitetónicos que a determinam, é o espelho, por excelência, do tumulto terrestre, os edifícios passam a ter presença assídua nos textos estimulados pela catástrofe. Por isso, impõe-se atender aos escritos contíguos ao terramoto para descobrir a sensibilidade patrimonial arquitetónica em Portugal no momento sequente ao desastre. É afinal ela quem fixa e dirige o debate sobre a atitude a tomar face a um património total ou parcialmente desmoronado, definindo não só o que deve subsistir, mas também a forma com que as pré-existências eleitas devem subsistir e ser legadas à posteridade.

⁷³ MELO, Francisco de Pina e, “Juizo sob o terremoto”, in *Collecçam universal de todas as obras* (...), ob. cit., tom. 1, s.p.

1. NOTAS PRELIMINARES

As fontes a perscrutar serão trabalhadas com base nas propriedades ou no sistema de valores dos monumentos, tomando-se para o efeito as célebres diretrizes axiológicas fixadas por Aloïs Riegl no início do século XX, divulgadas e ampliadas depois, pelo estudo que lhes dedicou Françoise Choay, a partir dos anos 1980⁷⁴. Como lembra a historiadora, foi aquele pensador austríaco quem primeiramente explanou e distinguiu as noções de *monumento* e de *monumento histórico*, conceitos capitais para a investigação em história da teoria do restauro e determinantes para o modo de intervir sobre o património. O aclarar do campo teórico da disciplina é, portanto, absolutamente devedor dessa indagação histórico-filosófica de Riegl.

Em traços largos, e suficientemente esclarecedores para o percurso que agora se empreende⁷⁵, considera-se, a partir dos referidos autores, duas ordens de valores: uma primeira respeitante aos *valores de rememoração* ou *de memória* e uma segunda referente aos *valores de contemporaneidade* ou *de atualidade*⁷⁶. Naquela categoria, relacionada ao passado e ao ato de lembrar, repousa o *valor de rememoração intencional* (ou *valor*

⁷⁴ RIEGL, Aloïs, *Der moderne Denkmalkultus, seine Entstehung*, Wien, Braumüller, 1903. Recorremos às seguintes traduções francesas do original alemão: *Le culte moderne des monuments. Son essence et sa genèse*, trad. e apres. Jacques BOULET, Paris, l'Harmattan, col. Esthétique, 2003; *id.*, trad. Daniel Wiczorek, pref. Françoise CHOAY, Paris, Éditions du Seuil, 1984. A edição mais antiga é também a mais difundida, popularizando-se a tradução dos conceitos *rieglianos* aí proposta. Contribuiu grandemente para esta situação o facto da terminologia fixada por Wiczorek ter sido adotada por Françoise CHOAY, em particular na incontornável *L'allégorie du patrimoine*, Éditions du Seuil, Paris, 1992. O mundo lusófono abraçou precisamente a nomenclatura desta tradução francesa, divulgada em português pela publicação da obra anteriormente citada de CHOAY, *A alegoria do património*, trad. Teresa Castro, rev. Pedro Bernardo, Lisboa, Edições 70, col. Arte & Comunicação, 71, 2000 (reimpr. 2006 e 2008). Cumpre referir a discordância de Jacques Boulet relativamente a algumas das opções de Wiczorek; Boulet refuta-as pertinentemente na sua tradução de *Der moderne Denkmalkultus*, em pequenas notas explicativas (veja-se ob. cit., pp. 118-121). Damos nota destas *nuances* de tradução em seguida.

⁷⁵ Mais adiante esclareceremos em maior detalhe este universo concetual (veja-se *infra*, capítulos “O discernir dos valores de *rememoração* ou de *memória*” e “Dos valores de *contemporaneidade* ou de *atualidade*”).

⁷⁶ Os originais *Erinnerungswerte* e *Gegenwartswerte* estão traduzidos como *valor de rememoração* e *valor de contemporaneidade*, por Wiczorek, e *valor de memória* e *valor de atualidade*, por Boulet. Veja-se RIEGL, Aloïs, *Le culte moderne des monuments (...)*, trad. e apres. Jacques BOULET, ob. cit., pp. 55-73; CHOAY, Françoise, *A alegoria do património*, ob. cit., pp. 20-23 e 138- 141.

comemorativo)⁷⁷, o *valor histórico* e o *valor de antiguidade*, qualidades que definem, respetivamente, o *monumento intencional* (ou *comemorativo*), o *monumento histórico* e o *monumento de antiguidade*.

O *monumento intencional* (ou *comemorativo*) é a obra realizada com o desígnio explícito de perpetuar no tempo determinada ocorrência. A premeditação assumida no ato distingue-o do *monumento histórico* e do *monumento de antiguidade*, referentes a obras cuja execução responde essencialmente a necessidades práticas ou a ideais, como seja o religioso, tratando-se, portanto, de monumentos não-intencionais.

Por sua vez, os *valores de contemporaneidade* ou *de atualidade* são uma categoria que opera exclusivamente no âmbito do presente. Nela cabe o *valor de uso* (ou *valor utilitário*) e o *valor artístico* (ou *de arte*), onde se incluem os valores *de arte relativo* e *de novidade*⁷⁸.

Sumariamente exposta, a grelha instaurada por Riegl oferece ferramentas valiosas para aferir a sensibilidade patrimonial contida nos textos, para descortinar os conceitos e atitudes por que indagamos. Assim, retomaremos parcialmente o sistema em questão por entendermos que ele nos mune de utensílios concetuais irrefragáveis para operar no seio da investigação proposta.

Mas o objeto da nossa busca não se esgota no pensamento que conduz às classes de valor enunciadas. A problemática sobre a qual nos debruçamos revela-se também no léxico utilizado nas alusões às obras de arquitetura, ou em referências a partes do seu remanescente, feitas durante a época em causa. Ora o vocabulário que os relatores do terramoto e outros autores coevos possuem, para tratar os edifícios, não sofre alterações significativas

⁷⁷ No original, *der gewollte Erinnerung*, traduzido como *valor de rememoração intencional*, por Wieczorek, e *valor comemorativo* ou *de memória querida/desejada*, por Boulet. Veja-se RIEGL, Alois, *Le culte moderne des monuments (...)*, trad. e apres. Jacques BOULET, ob. cit., pp. 55-73; CHOAY, Françoise, *A alegoria do património*, ob. cit., pp. 20-23 e 138-141.

⁷⁸ No original, *der Gebrauchswert* e *der Kunstwert*, na tradução de Wieczorek, valores *de uso* e *artístico*, e na de Boulet, valores *utilitário* e *de arte*. Veja-se RIEGL, Alois, *Le culte moderne des monuments (...)*, trad. e apres. Jacques BOULET, ob. cit., pp. 55, 91 e ss.; CHOAY, Françoise, *A alegoria do património*, ob. cit., pp. 138-141.

com a catástrofe de 1755. Os narradores recorrem, naturalmente, a termos vindos de trás, a toda uma nomenclatura que nos importa ir descobrindo e elencando. Antes, também, se formara uma sensibilidade patrimonial que a documentação portuguesa anterior ao terramoto confirma e da qual os atores centrais da nossa investigação são igualmente herdeiros.

Por estas razões, afigura-se-nos pertinente, se não mesmo forçoso, abordar previamente a conjuntura que antecede a cronologia a que se dedica a nossa reflexão. Trata-se, afinal, do ponto de partida mental daqueles que nos propomos examinar em maior detalhe. Só depois de o aclararmos, entraremos no âmago dos objetivos desta dissertação.

1.1. ANTECEDENTES SETECENTISTAS

Os textos a considerar para aferir o impacto do terramoto sobre o modo de entender o património em Portugal bebem do saber histórico e das apreciações artísticas divulgadas por diversas publicações anteriores ao sismo. Referimo-nos a obras de carácter historiográfico, dedicadas ao estudo do reino, das suas cidades, bispados ou congregações religiosas estabelecidas no território, que se assumem como referência para os autores coetâneos da catástrofe de 1755.

Durante a primeira metade do século XVIII, em particular durante o reinado do Magnânimo, este tipo de produção literária mostra-se especialmente vigoroso. É, justamente, sob D. João V que se funda a Academia Real da História Portuguesa, corporação que promove a pesquisa aturada e a análise cuidada das fontes, inclusivamente as não-literárias⁷⁹. Com a Academia, abre-se uma nova e intensa abordagem aos documentos do passado, na base de uma viva preocupação por «se conservarem os monumentos

⁷⁹ A Academia Real da História foi fundada em Lisboa, por decreto, a 8 de dezembro de 1720. Sobre a instituição, veja-se MOTA, Isabel Ferreira da, *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII*, pref. Joaquim Veríssimo SERRÃO, Coimbra, Edições MinervaCoimbra, 2003.

antigos» que ilustram a história⁸⁰. A atuação dos agremiados motiva mesmo a promulgação de legislação respeitante à salvaguarda desses «monumentos antigos»: primeiro, o decreto de 14 de agosto, depois, e com texto idêntico, o alvará de lei de 20 de agosto de 1721, diplomas reveladores da existência de uma consciência patrimonial notável, à qual os nossos autores não terão sido alheios.

Com efeito, as fontes para o estudo da sensibilidade patrimonial arquitetónica imediata ao terramoto (os inquéritos às freguesias e os escritos coevos de pendor mais ou menos científico com referências patrimoniais), devem ser examinadas à luz da dinâmica historiográfica em que se inscreve a *Corografia portuguesa* (1706-1712) de António Carvalho da Costa, a *Descripçam corografica do reyno de Portugal* (1739) de Oliveira Freire, *Evora gloriosa* (1728) de Francisco da Fonseca, *Historia de Santarem edificada* (1740) de Inácio da Piedade e Vasconcelos, o *Mappa de Portugal antigo e moderno* (1745-1758) de João Baptista de Castro, e o *Diccionario geografico* (1747-1751) de Luís Cardoso, entre outros⁸¹. Todos são produto, em grau variável, da cultura das luzes⁸², todos transpiram erudição e proclamam exigências de rigor informativo, perseguido por meio de uma averiguação, que se procura cuidada, dos factos históricos, políticos ou administrativos. Nenhum enjeita os contributos legados por antecedentes maiores, como André de Resende ou o posterior Manuel Severim de Faria, dois dos vários literatos que leem e, por vezes, corrigem.

À semelhança destes últimos autores, aqueles seus homólogos setecentistas reverenciam moedas, medalhas e inscrições antigas. Consideram-nas o mais rico testemunho material do passado, bens sem par que por isso estimam,

⁸⁰ “Copia do decreto, que baixou à Mesa do Desembargo do Paço em 14 de Agosto de 1721”, in *Collecçam dos documentos, estatutos, e memorias da Academia Real da Historia Portugueza*, vol. I, Lisboa Ocidental, na Officina de Pascoal da Sylva, 1721, [s.p.]; diploma na origem do alvará de 20 de agosto.

⁸¹ Sobre a historiografia setecentista, veja-se SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *A historiografia portuguesa: doutrina e crítica*, vol. III, [Lisboa], Verbo, 1974.

⁸² Veja-se, por exemplo, MARTINS, António Coimbra, “Luzes”, in *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, Porto, Figueirinhas, 1981, pp. 86-106.

colecionam e respeitam⁸³. Reconhecem-lhes qualidades evocativas e históricas, atributos que compelem os investigadores dos sucessos pretéritos a promovê-las à condição de documento histórico, estatuto garantido apenas para as fontes literárias.

De facto, as práticas dos antiquários humanistas renascem, com grande fôlego, no século XVIII, onde são mesmo ampliadas. Anteriormente, a curiosidade *arqueológica* privilegiava uma época histórica precisa, a Antiguidade, recuando por vezes ao tempo de povos ainda pouco conhecidos e miticamente relacionados com uma idade pós-diluviana. Em Setecentos, o espectro cronológico de interesse alonga-se pela Idade Média até atingir a Época Moderna que, em parte, passa também a estar compreendida no perímetro de atenção dos estudiosos do passado, admiradores do seu legado material.

A mudança de paradigma está patente na mencionada legislação de agosto de 1721, onde fica expressa a importância conferida ao remanescente proveniente «daquelles tempos [...] até o reynado do Senhor Rey D. Sebastião»⁸⁴. O ampliar do volume de objetos com sentido patrimonial que o texto jurídico assume atesta uma modificação de atitude face à História e aos

⁸³ Manuel Severim de Faria e os seus divulgadores setecentistas, por exemplo, destacam a importância histórica da numismática em *Notícias de Portugal escritas por Manoel Severim de Faria*, acresc. pelo Pe. José BARBOSA, 3.^a ed. aumentada por Joaquim Francisco Monteiro de Campos Coelho e SOIZA, vol. II, Lisboa, na Offic. de Antonio Gomes, 1791 (ed. orig. 1655), pág. 2. A apetência numismata está patente em múltiplas fontes, até mesmo em notícias da *Gazeta de Lisboa*, nomeadamente no número de 8 de maio de 1721. Veja-se ainda, entre outros, a conferência de 23 de maio de 1732 da Academia Real da História Portuguesa, em *Collecçam dos documentos, estatutos, e memorias da Academia Real da Historia*, ob. cit., vol. XI, [s.p.]. As referências a inscrições também abundam na documentação; o interesse de que eram alvo ressalta, designadamente, da afirmação de Jerónimo Contador de Argote sobre serem-lhe remetidas, e à Academia Real da História, em grande quantidade (ARGOTE, Jerónimo Contador de, *Memorias para a historia ecclesiastica do arcebispado de Braga, primaz das Hespanhas*, vol. I, Lisboa, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1732, pág. III). Note-se, finalmente, a referência constante às inscrições e a transcrição frequente das mesmas em VASCONCELOS, Inácio da Piedade e, *Historia de Santarem edificada que dá noticia da sua fundação, e das couzas mais notáveis nella succedidas*, 2 vols., Lisboa, [s.n.], 1740, nomeadamente vol. I, pp. 79 e ss..

⁸⁴ Alvará de 20 de agosto de 1721, diploma passível de ser consultado em diversas fontes, por exemplo, ANTT, *MNEJ*, mç. 70, cx. 59. Acha-se publicado, nomeadamente, em ALMEIDA, Luís Ferrand de, “Alguns documentos para a História da Arqueologia em Portugal”, in *Conimbriga*, n.º 4, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1965, pp. 103-105.

seus testemunhos tangíveis, prova cabal de uma também renovada consciência e alterada sensibilidade perante os vestígios de tempos remotos. O alargar de campo evidente na lei não acontece apenas no âmbito temporal que se viu atendido, ele declara-se igualmente na extensão da tipologia dos «artefactos» a cuidar: «*edifícios*, estatuas, marmores, cippos, laminas, chapas, medalhas, moédas, e outros», enfim, «Monumentos antigos», «memórias» que podem convir «a gloria da Nação» ou contribuir para a «reputação, e gloria da antiga Lusitania», nas palavras do próprio alvará⁸⁵.

Os termos do documento resultam das mais refinadas reflexões da elite erudita reinol, concentrada na Academia. A realidade, mesmo no seio da afamada instituição, permite-nos aferir a distância entre o ideal fixado na lei e o concreto da abordagem, seja prática ou literária. Sobretudo, possibilita que interpretemos de maneira mais precisa o sentido da legislação, em especial no que concerne às obras de arquitetura.

Ora, o trabalho produzido pelos académicos, por eruditos na sua órbita ou por curiosos do passado que lhes emulam a atuação e o prestígio, atende aos «edifícios» de forma muito marginal. Para os letrados, o documento/monumento dileto continua a ser, sem qualquer hesitação, o escrito/inscrito. De facto, a palavra *monumento*, de semântica ambivalente, surge várias vezes como sinónimo de *documento*, no seu sentido mais elementar de fonte escrita⁸⁶. Por isso, não estranhemos que, entre os «artefactos», as moedas e os letreiros permaneçam como o objeto histórico por excelência, ao mesmo tempo que o edificado tarda a ser visto como algo imbuído de qualidades documentais ou rememorativas⁸⁷.

⁸⁵ *Id.* Itálico nosso.

⁸⁶ Com efeito, durante todo o século XVIII (e também para lá dele) a palavra “monumento” é sinónimo de “documento”. A multiplicidade de significados atribuídos a “monumento” pode ser confirmada em BLUTEAU, Rafael, *Vocabulário português e latino (...)*, vol. V, Lisboa, na Officina de Pascoal da Sylva, 1716, pp. 571 e 572; ou em SALGADO, Vicente, *Memórias ecclesiasticas do reino do Algarve*, Lisboa, na Regia Officina Typografica, 1796, *passim*.

⁸⁷ Veja-se a *Collecção dos documentos, estatutos, e memórias da Academia Real da Historia Portugueza*, 16 vols., Lisboa, na Officina de Pascoal da Sylva, 1721-1736. Há diversas menções a moedas, medalhas e letreiros, praticamente nenhuma referência a obras de arquitetura. É também exemplar o trabalho do académico ARGOTE, Jerónimo Contador de, *Memorias para a historia ecclesiastica do arcebispado de Braga, primaz das Hespanhas*,

As preexistências centenárias interessam àquele grupo sobretudo enquanto prova histórica, ou quase somente como ilustração e confirmação da história; a sua preocupação, nas palavras oficiais, é a de «conservarem os monumentos antigos que podem servir para illustrar e testificar a verdade» da história⁸⁸. Quer dizer, os «monumentos antigos» «*que pudéram existir nos edificios*» e no rol de «artefactos» já citado («meyo muy proprio, e adequado, para verificar muitas noticias da veneravel antiguidade»), importam apenas enquanto servem a disciplina da História⁸⁹. E esta, durante toda a primeira metade do século XVIII e ainda ao longo de vários anos das décadas seguintes, alimenta-se mais fácil e imediatamente da evidência escrita ou gravada.

Ao contrário, os conteúdos históricos dos edifícios, como parte das suas valências artísticas, jazem implícitos no imóvel, carecem de ser reconhecidos e interpretados no confronto com a obra: ela aguarda essa observação profunda para se ver investida de um significado-outro. Porém, durante o período em análise, a atitude face ao património arquitetónico em Portugal está longe de ser meditativa, como demonstra a generalidade das fontes.

Na larga maioria das vezes, os edifícios de vulto são referidos de maneira inócua e descomprometida, num discurso onde rareiam ilações relativas ao construído. Nesse sentido, não parece haver uma assimilação profunda de tais imóveis, do seu potencial representativo; não ocorre uma transformação, tanto por via intelectual quanto sensível, daquilo que o narrador vê erigido e aponta ao público. Ou seja, o objeto não é enriquecido nem investido de atributos pelo sujeito que o atende⁹⁰. Na quase totalidade dos casos, o

dedicadas a ElRey D. João o V, 4 vols., Lisboa, na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1732-1747.

⁸⁸ Introdução à “Copia do decreto, que baixou à Mesa do Desembargo do Paço em 14 de Agosto de 1721”, ob. cit..

⁸⁹ Alvará de 20 de agosto de 1721, doc. cit.. Itálico nosso.

⁹⁰ Veja-se, entre as fontes impressas que consultámos, COSTA, António Carvalho da, *Corografia portugueza e descripçan topográfica do famoso reyno de Portugal*, 3 vols, Lisboa, na Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706-1712; FREIRE, António de Oliveira, *Descripçam corografica do Reyno de Portugal*, Lisboa, na Officina de Bernardo Anton. de Oliveira., 1755 (ed. orig. 1739); e CASTRO, João Baptista de, *Mappa de Portugal antigo, e moderno*, 3 vols., ed. rev. e aumentada, Lisboa, na Officina de Francisco Luiz Ameno, 1762-1763 (ed. orig. 1745-1758).

testemunho limita-se a classificar a construção mediante adjetivos abstratos, superlativos e pouco esclarecedores, entre os quais se destaca, largamente, *sumptuoso*, mas também *grandioso*, *magnífico*, *majestoso*, *famoso*, *régio*, *admirável*, *notável* e *soberbo*⁹¹.

As qualidades designadas apelam à ideia de opulência e tendem a concentrar-se no valor material da obra. É comum tê-las guarnecidas de números e medidas de partes do edifício particular (seja o comprimento, o número de naves, capelas, portas ou outros), em linha com a voga da mensurabilidade, do registo e da catalogação dos dados reunidos, cara à mentalidade iluminista do período. Sob igual espírito de rigor *científico*, quase sempre se procura aclarar a fundação remota das casas nomeadas, designando as personalidades ou as circunstâncias na base da instituição original. Contudo, os aspetos que se enuncia são expostos sem o desenvolvimento de uma apreciação estética que confira atributos intangíveis ou qualidades de memória ao objeto, trabalhando as suas potencialidades simbólicas.

Não nos resta senão concluir que as expectativas geradas pela lei de 1721, referentes ao património arquitetónico enquanto fonte histórica, resultam goradas pela realidade aferida. Como a documentação coeva permite verificar, as alusões ao alvará não atendem propriamente ao património imóvel (podendo-se acrescentar que os comentários sobre o património imóvel não rementem também à lei), sendo que as evocações ao diploma, talvez na totalidade dos casos, ocorram num contexto de queixa pelo seu incumprimento⁹². Do mesmo modo, a abertura do espectro cronológico assente na lei, a propósito da origem dos «artefactos», falha também em cumprir-se na íntegra. Este insucesso expõe-se no modo desigual como as peças de diferentes períodos e, por conseguinte, estilos são atendidas.

⁹¹ Nas obras nomeadas na nota anterior surge frequentemente o destaque destas qualidades nos edifícios.

⁹² Entre os exemplos que confirmam a ineficácia da legislação, destacamos as notas sobre a destruição e apropriação de antiguidades em ARGOTE, Jerónimo Contador de, *Memorias para a historia ecclesiastica do arcebispado de Braga (...)*, ob. cit., vol. I, pp. 463, 643; vol. II,

Inevitavelmente, o peso da centenária e bem fixada tradição classicista mantém-se a condicionar a relação com os «monumentos antigos», assegurando o favorecimento natural dos que reportam a essa tipologia, mais popularizada.

Há uma evidente propensão para o legado clássico e um silêncio que se inclina a preponderar sobre o património de carácter distinto, designadamente o medieval. Ainda que o intento mobilizador da Academia Real da História coloque o foco sobre a Idade Média, ao definir como objetivo próprio a escrita da história eclesiástica do reino, o remanescente do período, em especial o da Baixa Idade Média, não surge como objeto de referência notável nos documentos setecentistas⁹³. De facto, nos dois grandes eixos da historiografia praticada durante a primeira metade do século XVIII, o do continuado referencial clássico e o dos alvares e progresso da fixação da Igreja no território, os «monumentos antigos» daquele estão em clara vantagem face aos deste⁹⁴.

A corrente mental dominante privilegia a dignidade sugerida pelos vestígios da antiguidade greco-romana, amiúde dispostos como prova da qualidade local⁹⁵. Mesmo tendo presente que a ancestralidade do lugar se mostra sempre considerada como um elemento nobilitante⁹⁶ e que é comum encontrar designados os sinais de ocupação remota do sítio, através da menção de testemunhos de uma vetustez atribuída a personagens ou povoações historicamente pouco conhecidas e tantas vezes lendárias, com efeito, da leitura das fontes ressalta a alusão, predominantemente valorativa,

pág. 621. Veja-se *infra*, nesta mesma parte do trabalho, capítulo 1.1.2., onde voltamos a sublinhar este aspeto.

⁹³ Veja-se ARGOTE, Jerónimo Contador de, *Memorias para a historia ecclesiastica do arcebispado de Braga (...)*, ob. cit.; ou COSTA, António Carvalho da, *Corografia portuguesa (...)*, ob. cit..

⁹⁴ Veja-se RODRIGUES, Paulo Simões, “O Terramoto e a génese da consciência de património em Portugal”, ob. cit., pág. 248.

⁹⁵ Veja-se, por exemplo, CASTRO, João Baptista de, *Mappa de Portugal antigo, e moderno*, ob. cit., *passim*, designadamente vol. I, pp. 5-28, pp. 221 e ss..

⁹⁶ Particularmente evidente em COSTA, António Carvalho da, *Corografia portuguesa (...)*, ob. cit.. Veja-se também CASTRO, João Baptista de, *Mappa de Portugal antigo, e moderno*, ob. cit., pp. 221 e ss..

aos indícios das civilizações clássicas, mormente a romana⁹⁷. Podemos considerar que, para o longo período que antecede o arranque da fundação de Portugal, a relação com os vestígios antigos se mostra coerente com a perspetiva do discurso histórico enunciado, pró-classicista e ocasionalmente interessado por realidades nebulosas e distantes. Dito de outra forma, o ânimo, a curiosidade com que se trata o passado longínquo, e em particular o greco-romano, é semelhante, ou pelo menos próximo, ao modo como se encara aquilo que se acredita ser o seu remanescente⁹⁸, muito desejado e referido por diversas individualidades ou por simples curiosos das antiguidades⁹⁹.

No entanto, à medida que a época medieval se estende, a mesma conformidade deixa de existir. Ou seja, enaltece-se o êxito de determinado governante, os sucessos de um dado tempo, mas esse sentimento apologético não transpira com clareza para o modo de entender o legado artístico e arquitetónico dos vultos e dos momentos da história nacional destacados¹⁰⁰, entre a Baixa Idade Média e o «reynado do Senhor Rey D. Sebastião».

O facto compreende-se inteiramente ao considerar-se o quadro em que a situação vigorou. No começo do século XVIII, a estética clássica e os seus princípios arquitetónicos, sustentados pela tratadística, encontram-se disseminados e genericamente assimilados. Também a história da Grécia e da Roma Antiga, capitais na formação do carácter europeu, é conhecida de forma mais ou menos rigorosa graças às múltiplas narrativas que lhe foram dedicadas ao longo de diferentes períodos. Ao contrário, as construções

⁹⁷ Veja-se ARGOTE, Jerónimo Contador de, *Memorias para a historia ecclesiastica do arcebispado de Braga (...)*, ob. cit., vol. I, 1732, *passim*. Veja-se também o verbete “Arqueologia” em CAPELA, José Viriato, *As freguesias do Distrito de Braga nas Memórias paroquiais de 1758. A construção do imaginário minhoto setecentista*, Braga, [s.n.], 2003.

⁹⁸ Veja-se, por exemplo, CASTRO, João Baptista de, *Mappa de Portugal antigo, e moderno*, ob. cit., pp. 1-3.

⁹⁹ Veja-se *Collecção dos documentos, estatutos, e memorias da Academia Real da Historia Portugueza*, ob. cit., *passim*.

¹⁰⁰ Veja-se o modo como os edifícios antigos assinaláveis são referidos em CASTRO, João Baptista de, *Mappa de Portugal antigo, e moderno*, ob. cit.; e em FREIRE, António de Oliveira, *Descripção corografica do Reyno de Portugal*, ob. cit., que indica os diversos templos notáveis onde jazem os monarcas portugueses.

medievais, particularmente as góticas, escapam ao entendimento setecentista reinol, em particular ao erudito, embebido na tradição clássica e na sua expressão barroca e ainda pouco familiarizado com a história da Idade Média, que começara a ser desbravada pela Academia¹⁰¹. Portanto, os aspetos relacionados com aquela cultura encontram-se mais extensivamente trabalhados e difundidos, sobretudo junto das elites, enquanto os respeitantes a esta permanecem algo hesitantes, desenhando assim o panorama de onde ressaltam os «monumentos antigos» da primeira.

Todavia, é ainda durante a metade inicial do século XVIII que se registam algumas incursões assinaláveis pelo património arquitetónico medieval. São apontamentos que se dão inscritos na corrente dominante antes descrita e não à sua margem, a definir um percurso autónomo ou oposto à atitude comum. Destacam-se por irem um pouco mais além na apreciação dos edifícios, aproximando-se da transformação cultural que se sabe operada ao longo da centúria através do acentuar do rigor científico, crítico e descritivo, atizado pelo espírito das luzes, que segue rumo a uma nova ordem (pré-)romântica. Para mais, são testemunhos que, ao se deterem com maior atenção sobre o património arquitetónico, se tornam especialmente reveladores do comportamento face ao edificado com potencialidades simbólicas.

1.1.1. APRECIÇÕES ASSINALÁVEIS À ARQUITETURA CENTENÁRIA

Como indicámos antes, é no âmbito das publicações essencialmente historiográficas que se encontram os apontamentos por que indagamos. E é precisamente neste universo que se enquadram as passagens que em seguida nos merecem destaque.

¹⁰¹ Para a história da cultura de então, veja-se, entre outros, *Nova História de Portugal*, dir. Joel SERRÃO, A.H. de Oliveira MARQUES, vol. VII, Lisboa, Editorial Presença, 2001, pp. 462 e ss; LOPES, Óscar; SARAIVA, António J., *História da literatura portuguesa*, 17.^a ed. corrigida e act., Porto, Porto Editora, 2001, pp. 551 e ss..

Evora gloriosa (1728), do padre Francisco da Fonseca (1668-1738), está compreendida no enunciado¹⁰². A obra é dedicada à história da cidade natal do autor e a narrativa enriquecida com a menção de diferentes objetos provenientes de circunstâncias marcantes na evolução do sítio. Neste processo, Francisco da Fonseca compõe diversas apreciações à arquitetura antiga que contam entre as observações setecentistas ao património edificado que mais precocemente se diferenciam.

A Sé de Évora é dos monumentos em que Francisco da Fonseca mais demoradamente se detém, inferindo-se do facto a importância então atribuída ao edifício para a história eborense e para a identidade local. O autor descreve a catedral, «fundação de D. Payo [...] no mais alto da cidade», com «as suas tres elevadas torres, e engraçadas varandas, e ameas [que] servem de magestosa Coroa», explicando ser ela «toda de pedraria com *architettura Gothica* tão forte, como bem entendida»¹⁰³. A designação estilística assinalada acha-se rara e imprecisamente utilizada pelos demais autores nacionais, sendo que nunca antes a encontrámos aplicada à catedral.

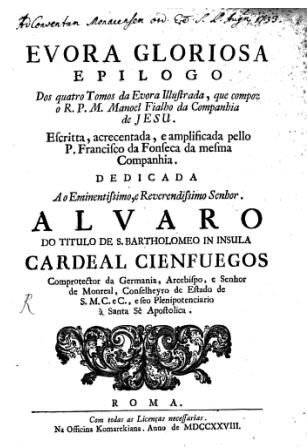


FIG. 1 *Evora gloriosa*, 1728.

Aliás, até então, apenas a descobrimos, entre nós e no âmbito de questões arquitetónicas, na referência aos «grandes arcos de pedraria, altos, e espaçosos, de *obra Gothica*, lavrados todos de laçarias» do claustro do Mosteiro da Batalha, assim descrito por frei Luís de Sousa no volume da *Historia de S. Domingos* que foi dado à estampa no ano de 1662¹⁰⁴. E após a publicação de *Evora gloriosa*, teremos que aguardar mais de uma década para ver o modo de construir gótico novamente denominado por um autor

¹⁰² FONSECA, Francisco da, *Evora gloriosa: epilogo dos quatro tomos da «Evora illustrada» que compoz o R. P. Manuel Fialho, da Companhia de Jesus, acrescentada e amplificada (...)*, Roma, na Officina Komarekiana, 1728.

¹⁰³ *Id.*, *ib.*, pág. 215. Itálico nosso.

nacional, como adiante se exporá. Na verdade, durante toda a centúria e até para lá dela a expressão emprega-se, escassa e genericamente, para designar toda a arte ou produção cultural da Idade Média¹⁰⁵.

Em *Evora gloriosa*, a obra medieval surge elogiosamente anotada, mas também relacionada com um tipo de construção imperfeita, julgando-se que «padecia alguá falta de luz, que a fazia melencolica, *defeyto ordinario das Bazilicas antigas*, a quem talhavaõ escuras para as fazer veneraveis»¹⁰⁶. O reconhecimento desse erro, avaliado como próprio da estética anciã, justifica ou exige mesmo uma intervenção arquitetónica atualizada que contribua para aperfeiçoar a obra. Assim, «abrinolhe novas janelas pella parte do Nacente, ficou *com o remedio do defeyto convertida em parayzo*»¹⁰⁷. O mesmo motivo, que remete em simultâneo para o valor utilitário e para o valor de arte relativo do edifício, explica que se acolha com idêntica compreensão as alterações efetuadas no passado à «Capella mor, porque parecia pequena cabeça para taõ agigantado corpo, e limitado Coro para taõ numeroso e Reverendo Cabido; este emendou o famoso Bispo D. Durando I, mandando fazer a famosissima Capella mor, que durou até o anno de 1721 em que a

¹⁰⁴ CÁCEGAS, Luís; SOUSA, Luís de, *Historia de S. Domingos particular do reino, e conquistas de Portugal*, 2.^a ed., vol. I, Lisboa, na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1767 (ed. orig. 1662), pág. 637. Itálico nosso.

¹⁰⁵ A igreja românica de São Martinho de Cedofeita, por exemplo, em 1789 é dita «de gosto Gothico» (COSTA, Agostinho Rebelo da, *Descrição topográfica, e histórica da cidade do Porto*, Porto, na Officina de Antonio Alvarez Ribeiro, 1789, pág. 92). Como é conhecido, as noções *românico* e *gótico*, na sua aceção atual, fixam-se mais tarde, em pleno século XIX (CHOAY, Françoise, *A alegoria do património*, ob. cit., pág. 128; veja-se também ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, *Monumentos pátrios: a arquitectura religiosa medieval – património e restauro*, ob. cit., pág. 61). Como observa Lúcia Rosas, a palavra “gótico”, em Portugal, ainda perto do final da década de 1830, reporta a toda a arte medieval (ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, *Monumentos pátrios: a arquitectura religiosa medieval – património e restauro*, ob. cit., pág. 21). Na transição para o século XIX, surgirão, no entanto, uns poucos ilustrados a distinguir dois tipos de “arquitetura gótica”, isto é, arquitetura medieval, sendo o mais célebre deles, entre nós, Volkmar Machado (MACHADO, Cirilo Volkmar, *Collecção de memorias, relativas ás vidas dos pintores, e escultores, architetos, e gravadores portuguezes, e dos estrangeiros, que estiveram em Portugal*, anot. por J. M. Teixeira de CARVALHO, Virgílio CORREIA, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922 (ed. orig. 1823), pág. 128). Abordamos a questão, em maior detalhe, em capítulo ulterior do trabalho.

¹⁰⁶ FONSECA, Francisco da, *Evora gloriosa (...)*, ob. cit., pág. 215. Itálico nosso.

¹⁰⁷ *Id.*, *ib.*. Itálico nosso.

Magestade del Rey D. João V à petição do Cabido Sede Vacante mandou fazer a nova, em tudo regia, e Pontificia»¹⁰⁸.

Nos casos aludidos, os valores relacionados com o presente, valores de contemporaneidade ou de atualidade, tendem a prevalecer sobre os de memória através de opções arquitetónicas que, em parte, abdicam da formalidade antiga de certos elementos do edifício, em resoluções que Francisco da Fonseca demonstra apoiar. Na verdade, aos seus olhos (e segundo apurámos aos dos coetâneos), as intervenções para a atualização e adequação dos edifícios não se apresentam como um atentado às qualidades rememorativas dos mesmos, pois o autor de *Evora gloriosa* identifica claramente o poder evocativo do edificado, estimando-lhe o valor histórico e recomendado a sua salvaguarda.

A crítica que efetua à demolição integral da muralha e torres atribuídas a Sertório, ocorrida séculos atrás, é explícita. A obra, «fabrica que por ser feyta por Capitaõ taõ insigne, e com o preço dos despojos dos vencidos Romanos *se devia conservar por reliquia das nossas victorias, e padraõ dos nossos triunfos*»¹⁰⁹, surge-lhe como um monumento histórico, cujo valor simbólico e potencialidades de memória lhe deveriam assegurar a preservação. Na mesma linha, lamenta a destruição «do antigo e magnifico Portico Romano» que depois «converteo, e transformou D. Joaõ [III] em fonte», tendo o Cardeal D. Henrique mandado «desfazer esta *honrada memoria*, e authorisada maquina, porque ella com a sua vasta corpulencia eclypsava o prospecto, e impedia a vista da magestosa fabrica da Bazilica de Sant'Antaõ, que pouco antes tinha fundado. Não censuramos ao Cardeal o dezabafar a Bazilica singular ornamento da praça, mas *sentimos, que não empregasse, ou no seo frontespicio, ou no da sua Universidade, as preciosas reliquias, e ornamentos desta veneravel antigha*»¹¹⁰.

¹⁰⁸ *Ib.*.

¹⁰⁹ *Ib.*, pág. 63. Itálico nosso.

¹¹⁰ *Ib.*, pág. 107. Itálico nosso.

Do extenso testemunho transcrito releva a naturalidade com que é admitida uma utilização diversa da original para as peças seculares, a compatibilidade desse uso com o respeito pelas mesmas e até o contributo que a dita aplicação dá para a conservação dos bens. Será esta postura tolerante que poderá explicar o não insurgir do autor relativamente à condição do Templo de Diana. A construção serve há muito como açougue¹¹¹, mas o narrador limita-se a louvar a manutenção do objeto e o seu fulgor memorial, pois «conserva-se hoje inteira a mayor parte, o mostra na sua magnificencia os elevados spiritos de Sertorio»¹¹².

A exposição feita comprova que o padre Francisco da Fonseca possui uma perceção apurada das propriedades evocativas do edificado antigo. Demonstra também que o clérigo desfruta de alguns conhecimentos estéticos ou estilísticos, vagamente declarados no texto. Ambos os aspetos surgem como inusuais entre os autores portugueses da primeira metade de Setecentos, eruditos com quem Francisco da Fonseca partilha um prazer óbvio pelos vestígios da Antiguidade. Cremos que o motivo da diferenciação habita no contacto privilegiado do religioso com a cultura europeia mais seleta do seu tempo.

Antes da escrita de *Evora gloriosa*, Francisco da Fonseca detivera-se na corte de Viena por duas vezes (1708 e 1715), fixando-se seguidamente em Roma (c.1720), onde publica a obra e reside até à morte¹¹³. Precisamente, a experiência prolongada nesse outro contexto, em particular na Cidade Eterna, parece ter favorecido uma abordagem ao património arquitetónico mais avisada do que a legível nos escritos dos compatriotas coevos.

Ainda que sem as ferramentas conceptuais detetadas, há autores nacionais a pensar sobre edifícios centenários destacáveis no reino. Fazem-no, porém, na maior parte das vezes, de modo sucinto e pouco consistente. São

¹¹¹ Veja-se MARTINS, Ana, “Templo Romano de Évora”, <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/70489/> (consultado pela última vez a 3 de outubro de 2011).

¹¹² FONSECA, Francisco da, *Evora gloriosa* (...), ob. cit., pág. 21.

esclarecedores os apontamentos sobre arquitetura deixados por António Carvalho da Costa na bastante divulgada *Corografia portugueza* (1706-1712), texto frequentemente citado ao longo de todo o século XVIII. Entre as suas notas, conta-se a observação de que «o Coro [do Mosteiro de Alcobaça] logo parece obra del Rey D. Manoel, que na grandeza, & perfeição he sem igual. A Sacristia bem mostra ser empenho do mesmo Rey»¹¹⁴. A perspicácia manifestada relativamente à obra, aqui *manuelina*, será única entre as passagens da *Corografia* dedicadas ao património edificado.

Destaque-se, entre as demais, a relativa ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, «hum dos quatro da fama, que vem a ser este, o Real Convento de Thomar, o de Alcobaça, & o da Batalha»: o «edificio, em que parece se esmerou a arte do famoso Vitruvio, do insigne Apelles, & do celebre Lysippo, escultor de Alexandre; he em magnificencia soberbo, & oitava maravilha do mundo, ou a primeyra de Portugal: porque se ao Templo de Diana em Epheso chamaraõ os antigos maravilha, & se tem hoje em Roma o mesmo titulo os sete Templos principaes, que em Roma se visitaõ; com muito mayor razão se deve a esta machina, empenho dos Reys de Portugal»¹¹⁵. Quer dizer, Carvalho da Costa não só ignora qualquer relação entre a obra conimbricense e, por exemplo, o rei D. Manuel, cuja intervenção ressaí com clareza no eclético mosteiro, como usa para referente do encómio à casa, louvada pelo interesse que lhe dedicaram os reis portugueses, chavões maiores da Antiguidade Clássica.



FIG. 2 *Corografia portugueza*, 1712.

¹¹³ Veja-se SILVA, Inocêncio Francisco da, *Diccionario bibliographico portuguez*, tom. 2, Lisboa, na Imprensa Nacional, 1859, pág. 376.

¹¹⁴ COSTA, António Carvalho da, *Corografia portugueza* (...), ob. cit., vol. III, 1712, pág. 125.

¹¹⁵ *Id.*, *ib.*, vol. II, 1708, pág. 11.

Com outra precisão, e cerca de duas décadas depois, o académico José Soares da Silva alude a edifícios específicos, no contexto das *Memorias para a historia de Portugal que comprehendem o governo del Rey D. Joaõ o I* (1730-1734). Veja-se o que escreve a propósito da Capela de São Jorge, fundada por D. Nuno Álvares Pereira, em Porto de Mós: «bem se demonstra, principalmente na Capella mor, assim nas figuras, e caracteres do pavimento, como das paredes; e muito melhor nos cordoens que sahem dos quatro cantos da Capella, e vão a unirse no remate da abobada, os quaes, como tambem as outras pedras, que se divisaõ por dentro, e por fora da Capella, são de lavores taõ primorosamente obrados, que *certificaõ com a semelhança, serem obra dos mesmos officiaes, que fizeraõ o Templo da Batalha*»¹¹⁶. O apontamento testemunha a deteção de um estilo arquitetónico ou de um modo de construir, demonstrando igualmente o processo de atribuição do mesmo a uma época histórica particular do reino, onde se inclui a vida do Condestável e o reinado de D. João I.

Por sua vez, o também académico Jerónimo Contador de Argote, nas magistrais *Memorias para a historia ecclesiastica do arcebispado de Braga* (1732-1747), especula sobre outras cronologias arquitetónicas. Atente-se ao

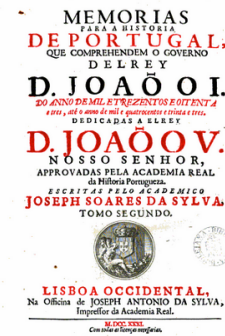


FIG. 3 *Memorias para a historia de Portugal que comprehendem o governo del Rey D. Joaõ o I*, 1731.

¹¹⁶ SILVA, José Soares da, *Memorias para a Historia de Portugal, que comprehendem o governo del Rey D. Joaõ o I. do anno de mil e trezentos e oitenta e tres, até o anno de mil e quatrocentos e trinta e tres*, vol. II, Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1731, pág. 751.

carácter da sua reflexão na seguinte passagem: «o que póde entrar em duvida he, se o Templo, que hoje existe da invocação de S. Frutuoso [de Montélios] he, obra do Santo, ou mais antiga porque [...] a *architectura*, o *primor da obra*, e *diversas figuras*, e *estatuas*, que alli se acháraõ [...] *estão clamando ser aquelle edificio obra Romana* [...] nem com tudo isto me atrevo a negar, que o Santo edificassè aquelle Templo, ou ao menos o restaurasse, e innovasse. E bem poderà ser, que conduzisse para a sua fabrica aquellas primorosas columnas de alguma fabrica»¹¹⁷.

Para Argote, a boa arquitetura centenária é, por princípio, romana. No mesmo estudo, não deixa de considerar edifícios de diferentes épocas, entre eles o Castelo de Lanhoso, concluindo que a sua torre «he, sem duvida, *obra mais moderna* [do que o castelo]; e segundo as armas, que conserva, parece edificio, ou reedificação d'ElRey D Joaõ o Primeiro»¹¹⁸. Argote não indica qual o aspeto arquitetónico que permite inferir a conclusão cronológica relativa à construção, mas aponta a heráldica como recurso (que notamos bastante típico) para obter notícias acerca da sua fundação, repetindo uma estratégia comum aos escritos congéneres do período.

Frei José Pereira de Santana, na *Chronica dos Carmelitas* (1745-1751), fuge pouco ao que se vem enunciando. Ele descreve a abóbada da primitiva capela-mor da igreja do medieval e *manuelino* Convento de Moura nos seguintes termos: «era de pernas de aranha, dividida em dous corpos capialçados, com arcos hyperbolicos, e ornato de arquilhos do mesmo marmore, em ambos os corpos levantados por cima do ponto do arco principal sete palmos». Explica que esta foi a sua forma até ao ano de 1725, quando o prior da casa, «querendo nella *renovar* tudo aquillo, que com o tempo se achava *envelhecido*, entrou no projecto de a *pór em forma regular*,

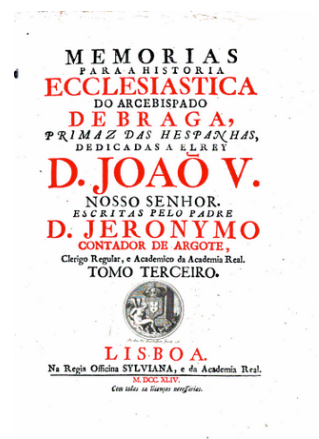


FIG. 4 *Memorias para a historia ecclesiastica do arcebispado de Braga*, 1744.

¹¹⁷ ARGOTE, Jerónimo Contador de, *Memorias para a historia ecclesiastica do arcebispado de Braga* (...), ob. cit., vol. III, 1744, pp. 8 e 9.

¹¹⁸ *Id.*, *ib.*, pág. 342.

por meyo de huma architectura perfeita»¹¹⁹. Fica, assim, destacada a obra nova e a perfeição da arquitetura moderna que as regras clássicas permitem.

O cronista não deixa de elogiar, na mesma publicação o Convento do Carmo de Lisboa, cujo aplauso deve ser lido à luz das circunstâncias fundacionais da casa, muito exploradas pela *Chronica* da ordem. No texto é dado um enorme protagonismo a D. Nuno Álvares Pereira, Condestável que instituiu o dito convento e igreja, «de tres magestosas naves, as quaes por cada lado se distinguem com cinco polidos arcos de *architectura Gothica*, fóra os dous altissimos Gigantes, que estão de huma, e outra parte do Cruzeiro»¹²⁰. É absolutamente inusitada a designação do estilo, pouco reconhecido e corretamente aplicado no Portugal do tempo, neste trecho da história dos carmelitas. De facto, o vocábulo “gótico” surge pouco, mas mais comumente, entre nós, fora da esfera da arte, quase sempre acompanhado de uma carga pejorativa que continuará a existir ainda no início do século XIX, onde prevalece conotado com barbarismo e ignorância durante, pelo menos, a primeira década da centúria¹²¹.



FIG. 5 *Chronica dos Carmelitas*, 1745.

¹¹⁹ SANTANA, José Pereira de, *Chronica dos Carmelitas da antiga, e regular observância nestes reynos de Portugal, Algarves e seus Dominios*, Lisboa, na Officina dos Herdeiros de Antonio Pedrozo Galram, vol. I, 1745, pág. 145.

¹²⁰ *Id.*, *ib.*, pág. 573.

¹²¹ Vide *supra*, nota 106. Atente-se a MACEDO, José Agostinho de, *Sermão contra o filosofismo do século XIX, pregado na Igreja de S. Julião de Lisboa na quinta dominga de Quaresma*, Lisboa, na Impressão Regia, 1811, pág. 64; e MORATO, Francisco Trigozo d'Aragão, "Memoria sobre o estabelecimento da Arcadia de Lisboa, e sobre a sua influencia na restauração da nossa Litteratura", in *Historia e memorias da Academia Real das Sciencias*, t. 6, Lisboa, na Typografia da mesma Academia, 1819, pág. 59 do artigo. Embora a questão se encontre tratada posteriormente, nesta dissertação, cumpre esclarecer que, por aqueles mesmos anos de Oitocentos, ganhará força a ideia de "gótico" como substantivo que identifica um estilo arquitetónico «digno de apreço dos homens inteligentes, assim Nacionaes como Estrangeiros» (TORRES, Manuel Agostinho Madeira, "Descrição histórica e económica da villa e termo de Torres Vedras", in *Historia e memorias da Academia Real das Sciencias*, ob. cit., pág. 37 do artigo).

Tendo-o presente, terminamos com as observações deixadas pelo padre Inácio da Piedade e Vasconcelos (1676-c.1752), que aprecia o património arquitetónico mais demorada e atentamente do que os letrados antes designados, tecendo considerações que não se encontram com a mesma frequência e desenvoltura nos escritos atrás relevados. Piedade e Vasconcelos regista as apreciações em causa na sua *Historia de Santarem edificada* (1740)¹²², título onde o significado material e moral da expressão participam, mas do qual sobressai a intenção de expor o património construído da cidade. E o autor fá-lo, de facto, explanando as formas dos portais, das colunas, dos capitéis e da cobertura dos templos locais e de uns poucos outros imóveis ao longo da obra, num discurso em que é notória a capacidade de distinguir e situar épocas construtivas diversas.

O destaque conferido ao edificado é acompanhado pelo tratamento cuidado e diligente às marcas epigráficas integradas nos imóveis ou em bens referentes à cidade. São, sobretudo, estes dados, junto com outros de âmbito estritamente histórico, que os relatores dos efeitos sísmicos em Santarém vão recuperar mais tarde, muitas vezes omitindo esta fonte e sempre sem acompanhar o alcance das apreciações arquitetónicas que constam nela¹²³.



FIG. 6 *Historia de Santarem edificada*, 1740.

¹²² VASCONCELOS, Inácio da Piedade, *Historia de Santarem edificada* (...), ob. cit..

¹²³ *Memórias paroquiais*, vol. XXXIII, n.º 66, 66 A a 66 K; e ANDRADE, João António da Costa e, "Conversação erudita discurso familiar, conferencias ascéticas; historicas, politicas, e philosophicas", in *Collecçam universal de todas as obras* (...), oc. cit., [s.p.]. Veja-se, por exemplo, *Memórias paroquiais*, vol. XXXIII, n.º 66g, pág. 525; e VASCONCELOS, Inácio da Piedade e, *Historia de Santarem edificada* (...), ob. cit., 1740, pág. 99.

Várias passagens de *Historia de Santarem edificada* indiciam a atração de Piedade e Vasconcelos pelo desenho tardo-medieval de determinadas construções que, por vezes, opta por classificar de *góticas*, palavra irregularmente aplicada, julgamos porque pouco consistente no âmbito da arquitetura, como acima afirmámos. Ao exuberante portal *manuelino* da Igreja de Santa Maria de Marvila, «de pedraria lavrada guarnecida de enlaçados festoens, que bem mostraõ a sua antiguidade sendo *obra Gotica*»¹²⁴, aplica o termo, depois ausente na explicação das formas de muitos outros templos do período e de séculos anteriores. Aqui se enquadra a Igreja de Santo Agostinho ou de Santa Maria da Graça, cuja fachada surge ao narrador nas seguintes palavras de expressivo fascínio: «o frontespicio desta Igreja; he todo o seu ornato guarnecido de obra Mosaica, tendo no meyo da mesma obra, que vendo-se ser só de huma pedra, a sua grandeza motiva admiração a toda a idea, precisando-a a querer occupar a comprehensão no laberinto de seos enlaçados ramos: he o portico todo de enroladas columnas resaltadas em meyo relevo, sendo as que fechaõ a porta, em volta aguda, que *ainda que seja por este antigo estillo, a fazem magestosa*»¹²⁵.



FIG. 7 Igreja de Santa Maria da Graça, Santarém.

O fecho da apreciação não evita o preconceito diante dessa estética antiga sem referencial clássico: o portal é majestoso «ainda que» obrado nesse «estilo» tardo-medieval. Consideração idêntica é expressa no comentário do autor à Igreja de São Francisco: por um lado, o coro mandado fazer por D. Fernando, para lhe abrigar o túmulo, está «levantado em abobedas de boa cantaria lavrada, com grande primor», por outro, «he este templo de notavel grandeza, com hum magnifico cruzeiro, porém sem correspondencia nas

¹²⁴ VASCONCELOS, Inácio da Piedade e, *Historia de Santarem edificada (...)*, ob. cit., vol. I, pág. 98. Itálico nosso.

¹²⁵ *Id.*, *ib.*, pág. 132. Itálico nosso.

Capellas, porque *aos nossos antepassados lhes devia parecer, que nos grandes edificios o ser tudo diverso era obra de mayor primor*»¹²⁶.

Há um manifesto pudor diante da obra explicitamente não-clássica¹²⁷ que vemos verbalizado numa certa resistência em aderir sem reservas à estética tardo-medieval. A cautela perante as formas e composições em causa resultará (e já tivemos a oportunidade de o notar) do fortíssimo predomínio da corrente que valoriza os princípios a que ela escapa, mas também da incompreensão ou do desconhecimento do modo de construir gótico, ainda por definir enquanto estilo¹²⁸. Tais circunstâncias contribuirão para inibir o reconhecimento das qualidades de memória nos edifícios que o seguem. E, por sua vez, a falta de aceitação formal plena dessas construções acanha a assunção do poder rememorativo que elas possuem.

Piedade e Vasconcelos reconhece, embora timidamente, os valores de memória de algum património arquitetónico. A leitura dos atributos intangíveis do edificado mostra-se mais perceptível quando o escritor lamenta ações sobre as construções centenárias que entende abalarem a memória da história exaltada pelo imóvel ofendido. Neste sentido, repudia a destruição de partes da muralha escalabitana, esclarecendo que «os muros desta Villa [...] tudo isto, que antigamente era fechado, *se vê hoje por muitas partes que tem grandes aberturas: (pouca desculpa poderaõ ter os naturaes, ou Governadores desta Republica, se os arguissem de taõ grande descuido)*. Foraõ estes grandiosos muros, obra dos Romanos; e depois os Godos lhes deraõ novas forças com fórtres baluartes»¹²⁹. Mais explicitamente, comenta a demolição de uma torre do castelo nos seguintes termos: «existia com a antiguidade das muralhas, huma torre que chamavaõ do Bufo [...] Esta

¹²⁶ *Ib.*, vol. II, pág. 189. Itálico nosso.

¹²⁷ Esta atitude é ainda evidente na avaliação da fachada seiscentista da igreja do Colégio Jesuíta: «primorosa fachada, pois he toda de pedraria com lavores de troncos, e ramos em meyo relevo: e *ainda que no seu todo senaõ siga acabada alguma das cinco ordens gerães da Architectura*, sempre fas huma agradavel, e harmoniosa magnificancia na vista» (VASCONCELOS, Inácio da Piedade, *Historia de Santarem edificada (...)*, ob. cit., pág. 121. Itálico nosso).

¹²⁸ *Vide supra*.

¹²⁹ VASCONCELOS, Inácio da Piedade, *Historia de Santarem edificada (...)*, ob. cit., vol. I, pág. 19. Itálico nosso.

grandissima torre que *era digna de se conservar pela sua immensa grandeza, e mayor ornato das antiguidades desta Villa*, foy toda demolida»¹³⁰.

Ao longo da narrativa, porém, aponta edifícios de fundação remota sobre os quais foram feitas obras de atualização, referidas com toda a naturalidade e complacência. Essas intervenções parecem justificadas por uma maior conveniência de uso do imóvel e até por motivo da sua conservação. Portanto, em Piedade e Vasconcelos, tal como em Francisco da Fonseca, a utilização das construções e as intervenções que as modernizam não são consideradas como agressões aos imóveis ou à memória da fundação dos edifícios, cujo poder alegórico irregular e muito tenuemente se sugere.

Embora o tipo de apontamentos que vimos citando seja raro entre as fontes portuguesas do período, cremos ser nele que melhor se revela o perfil da sensibilidade patrimonial arquitetónica nacional ao tempo. E essas anotações mostram-nos, primeiro, que se tenta e por vezes consegue filiar estilística e cronologicamente determinada arquitetura. Segundo, que se carece de léxico preciso, *científico*, revelador (e sustentáculo) de um pensamento sistemático e consistente sobre o património arquitetónico. Terceiro, que a consideração pela Antiguidade e pelos seus valores estéticos é saliente e tende a ser preponderante face aos demais períodos. Quarto, que nas escassas vezes em que os eruditos se detêm sobre o edificado antigo se considera quase em exclusivo as características materiais dos imóveis, prescindindo-se de referências ao seu poder de memória e à sua força simbólica. Quinto, que a utilização dos edifícios justifica e legitima intervenções de modernização dos mesmos, independentemente da sua ancianidade.

¹³⁰ *Id.*, *ib.*, pp. 284 e 285. Itálico nosso.

1.1.2. REMATE DA CONJUNTURA: A CIRCUNSTÂNCIA DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E A SUA PERCEÇÃO NAS VÉSPERAS DO SISMO

Na verdade, os edifícios de vulto que têm uso, em especial os templos, vão sendo continuamente atualizados ao longo dos tempos, sobretudo a partir do seu interior. São diversos os relatos que, até 1755 e ainda no rescaldo do sismo, nos compelem a visualizar as igrejas profusamente revestidas, preenchidas por uma decoração intensa, barroca, bem alinhada com a religiosidade do tempo e com os adornos copiosos em voga durante o reinado joanino e em parte do sequente¹³¹. O próprio D. João V custeou múltiplas intervenções, de escala e importância diversas, contribuindo eloquentemente para alterar a perceção ou a vivência dos edifícios antigos¹³². Ora, o facto de os templos centenários se darem a ver saturados por uma opulência que deixa às marcas de ancianidade das construções pouquíssima margem de exposição é significativo, pois dificulta ou perturbará o reconhecimento do carácter rememorativo dos edifícios e dos valores que lhe estão associados.

Circunstancialmente, a prática do tempo opta pela preservação de elementos arquitetónicos antigos muito significativos, numa atitude de intervenção que poderá fundamentar-se no reconhecimento do alcance simbólico das preexistências respeitadas (ou dos edifícios a que pertencem), por ventura já entendidas como monumentos não-intencionais. Neste âmbito, parece-nos particularmente expressivo o facto de se decidir manter a fachada tardo-gótica da Sé de Lamego durante as grandes obras realizadas na década de 1730, sob os arquitetos Nicolau Nasoni e António Pereira, no sentido de

¹³¹ Cremos ser elucidativa a passagem de *Mappa de Portugal* onde Baptista de Castro alude às igrejas como espaços cujas «paredes [estão] cubertas de ouro, e seda; os coros cheyos de armonias; os Altares brilhando com chuveiros de luzes; nas caçoulas recendendo o almíscar; as flores nos ramalhetes: tudo suspensão dos sentidos, incentivo da devoção, e pasmo dos estrangeiros» (CASTRO, João Baptista de, *Mappa de Portugal antigo, e moderno*, ob. cit., vol. II, pág. 17).

¹³² Veja-se MENDONÇA, Joaquim José Moreira de, *Historia universal dos terremotos que tem havido no mundo de que ha noticia, desde a sua creação até o seculo presente. Com huma narração individual do terremoto de 1755*, Lisboa, na Off. Antonio Vicente da Silva, 1758, pp. 140 e 141. Leia-se PEREIRA, José Fernandes, *Arquitectura barroca em Portugal*, 2.^a ed., Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, col. Biblioteca Breve, vol. 103, 1992, *passim*, pág. 97.

renovar amplamente o templo¹³³. Voltaremos ao caso para referir o esclarecimento que dele dá, anos depois, o autor da *Memória paroquial* lamecense. Para já, e para além do declarado, a intervenção serve-nos, juntamente com o «super ecletismo *rocaille*»¹³⁴ do mencionado arquiteto Nasoni, para demonstrar que, em simultâneo com uma abordagem ao edificado de foros *arqueológicos*, patente na literatura ou na historiografia, enleada nos princípios clássicos da arte, decorrente do ambiente que vimos explanando e daquilo que emana da Academia Real da História, existe um gosto arquitetónico, propriamente dito, exuberante, barroco, por vezes rococó, que não se incompatibiliza com estéticas por teorizar, designadamente a gótica¹³⁵.

É nesse sentido, e em articulação com o que se afirmou sobre o uso e a atualização dos edifícios, que devem ser lidas as palavras alusivas ao Mosteiro de Alcobaça no *Diccionario geografico* (1747-1751) do padre Luís Cardoso (c.1694-1769), em especial aquelas dedicadas à fachada *cedo-setecentista* do templo, «frontispício moderno tambem de obra, que *imita ao*

¹³³ Veja-se BRANDÃO, Domingos de Pinho, “Nicolau Nasoni e a reconstrução da Catedral de Lamego”, in *Beira Alta*, n.º XXXVI, Viseu, Junta Distrital de Viseu, 1977, pp. 171-200. A intervenção em causa, cuja opção pela preservação da fachada do templo permite sinalizar uma certa consideração pela obra gótica, integra os exemplos citados por Paulo Varela Gomes para retomar a tese de Robert Smith sobre a presença de uma expressão neogótica no trabalho de Nasoni. O historiador português aprofunda esta hipótese, desenvolvendo-a até à ideia de um «neomedievalismo» que entende ser «mais um recurso» do «super ecletismo *rocaille*» daquele artista (GOMES, Paulo Varela, “Traços de pré-romantismo na teoria e na prática arquitectónicas em Portugal na segunda metade do século XVIII”, ob. cit., pp. 231 e ss.). Sobre Nasoni e o eventual revivalismo de alguma da sua obra, veja-se ainda a apreciação contrária de Regina Anacleto, considerando o arquiteto *demasiado* italiano para praticar um revivalismo que despontara em Inglaterra quase pelos mesmos anos em que aquele trabalha no norte de Portugal (ANACLETO, Maria Regina Dias Baptista, *A arquitectura neomedieval portuguesa*, ob. cit., pág. 104). Considere-se o exposto na introdução da presente dissertação.

¹³⁴ Veja-se a nota anterior.

¹³⁵ Tenha-se presente o antecedente a esta abertura a outras linguagens artísticas que Rafael Moreira identificou na intervenção dirigida por Manuel Pinto Vila Lobos (m.1734) no Palácio da Carreira, em Viana do Castelo (MOREIRA, Rafael, “Do rigor técnico à urgência prática: a arquitectura militar”, in *História da Arte em Portugal. O limiar do Barroco*, vol. VIII, Lisboa, Publicações Alfa, 1987, pp. 84 e 85).

estyllo Gothico»¹³⁶ – no século XX chamar-lhe-ão «um curioso exemplar de architectura bastarda», fruto «de um empastelamento da sua estrutura medieval com o fim de integrar as suas linhas architectónicas románicas [na verdade, góticas] com as do *estyllo* clássico, então em voga»¹³⁷...

A intervenção em causa, decorrida no primeiro quartel do século XVIII¹³⁸, respeitou, na medida em que manteve, certos elementos góticos, como o portal, a rosácea e os janelões, mas ladeou-os de pilastras perfeitamente clássicas, retas, com capitéis compósitos de carácter também clássico e de volume barroco, optando por construir na totalidade, e sempre ao estilo do tempo, o terceiro e último registo do frontispício, onde se destacam as volutas e o frontão interrompido, completamente estranhos ao gótico.



FIG. 8 Igreja do Mosteiro de Alcobaça.

¹³⁶ CARDOSO, Luís, *Diccionario geographico, ou noticia histórica de todas as cidades villas lugares e aldeãs, rios, ribeiras, e serras dos Reynos de Portugal e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontram, assim antigas, como modernas*, vol. I, Lisboa, na Regia Officina Sylviana, 1747, pág. 178. Itálico nosso. Será interessante considerar a afirmação de Cardoso à luz da reflexão sobre o “manuelino barroco” na intervenção de Vila Lobos efetuada por Rafael Moreira e indicada na nota anterior.

¹³⁷ KORRODI, Ernesto, *Alcobaça. Estudo histórico-arqueológico e artístico da Real Abadia de Sta. Maria de Alcobaça*, Porto, Litografia Nacional, 1929, pág. 27.

¹³⁸ NATIVIDADE, M. Vieira, *O Mosteiro de alcobaça (notas históricas)*, Coimbra, Imprensa Progresso, 1885, pág. 78.

É igualmente à luz do que vimos enunciando sobre a inexistência de uma classificação ou leitura estilística consistente que devemos olhar para o excerto do padre Luís Cardoso. A ausência de um reconhecimento sólido e estruturado daquilo que é o modo de construir gótico está evidente na declaração em causa, de onde cremos que ressalta também a perceção da existência de uma certa afinidade plástica entre as formas barrocas e as góticas por parte do observador¹³⁹. No *Dicionário*, a «obra gótica» surge assim designada uma outra vez, na entrada concernente ao Mosteiro da Batalha, cuja resenha Cardoso assume dar «pelas mesmas palavras do insigne historiador» frei Luís de Sousa, na já citada *Historia de S. Domingos*, onde o termo aparece unicamente no âmbito da descrição do claustro monacal¹⁴⁰.

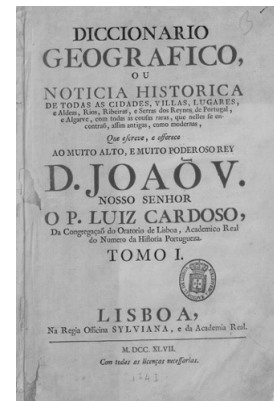


Fig. 9 *Diccionario geografico*, 1747.

A salvaguarda ocasional de partes de edifícios antigos não decorre do fixado na lei de 1721, que vimos frustrada em pontos importantes. Porque também neste, a estabelecer «que daqui em diante nenhuma pessoa, de qualquer estado, qualidade, e condição que seja, desfaça, ou destrúa em todo, nem em parte, qualquer edificio, que mostre ser daquelles tempos [até ao reinado de D. Sebastião]»¹⁴¹, falha.

Na verdade, nem o decreto nem o alvará análogo de agosto 1721 vêem concretizado o objetivo de «se conservarem os monumentos antigos», como numerosas fontes bem e inequivocamente comprovam¹⁴². Aliás, em reunião

¹³⁹ Impõe-se a referência a TAPIÉ, Victor, *Barroco e Classicismo*, 2.^a ed., 2 vols., trad. Lemos de Azevedo, Lisboa, Editorial Presença, col. Biblioteca de textos universitários, 1988 (ed. orig. 1957); obra onde a relação entre o gótico e o barroco é celebrenemente explorada. Relativamente à situação portuguesa, recordamos que foram feitas reflexões importantes sobre a convivência do barroco com o gótico por Paulo Varela GOMES, nomeadamente em *A cultura arquitectónica e artística produzida em Portugal no séc. XVIII*, Lisboa, Caminho, 1988, *passim*, pp. 46-50.

¹⁴⁰ CARDOSO, Luís, *Diccionario geographico* (...), ob. cit., 1751, vol. II, pp. 99-115.

¹⁴¹ Alvará de 20 de agosto de 1721, doc. cit..

¹⁴² Atente-se, entre outros, a ARGOTE, Jerónimo Contador de, *Memorias para a historia ecclesiastica do arcebispado de Braga* (...), ob. cit., vol. I, pp. 463, 643; vol. II, pág. 621.

da Academia Real da História, por ocasião da conferência de 28 de junho de 1726, diz-se: «nos queixámos dos estragos, que as obras novas vão fazendo nos monumentos antigos»¹⁴³. Portanto, no que respeita aos objetos centenários, e muito especialmente no que concerne aos edifícios compreendidos na classificação «monumentos antigos», a Academia, propulsora daqueles diplomas, não vê concretizados os seus ambiciosos intentos.

Ainda assim, ela estabelece novos princípios teóricos e metodológicos para a investigação e escrita da história¹⁴⁴ (de resto, à semelhança do propalado pelas instituições europeias congéneres), cujos ecos na abordagem ao património não devem ser desprezados, apesar de lhes faltar repercussão evidente a breve trecho. Note-se que a Academia fomenta o estudo guiado pela depuração crítica das fontes, o recurso às ciências auxiliares da história e a lavra historiográfica, fazendo-o com reconhecido êxito e dinamismo durante as primeiras décadas de existência, quando as sessões de trabalho da agremiação saem regularmente noticiadas na *Gazeta de Lisboa*.

Ao longo desses anos, a divulgação da atividade da Academia em Portugal desencadeia uma onda de entusiasmo pelos vestígios do passado em diversos locais do reino¹⁴⁵, entretanto pontuado por académicos da província, por antiquários ou por simples curiosos das épocas remotas que passam a dar aos vestígios materiais do passado uma importância inevitavelmente distinta¹⁴⁶. Naturalmente, as novidades que decidem a precisão no exercício da atividade de historiador, em particular na sua relação com os *monumentos*, têm menos eco do que a animada prática de investigação histórica e

¹⁴³ Fala D. Manuel Caetano de Sousa, contando da sua visita à Igreja de Santiago, em Palmela, na companhia do conde de Assumar. *Collecção dos documentos, estatutos, e memorias da Academia Real da Historia Portugueza*, ob. cit., 1726, [s.p.].

¹⁴⁴ MOTA, Isabel Ferreira da, *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII*, ob. cit., pp. 59 e ss..

¹⁴⁵ Lê-se na *Gazeta de Lisboa* que «Com as novas ordens, que S. Mag. passou a favor da Academia Real [da História], se tem descoberto em varias partes do Reyno muytas inscripções, columnas, & vestigios de edificios antigos, de que atégora se não tinha noticia, & de que se mandaõ copias, & debuxos; & nos Cartórios muytos documentos curiosos, & importantes, de que vão chegando os treslados» (29 de maio de 1721, n.º 22).

¹⁴⁶ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *A historiografia portuguesa: doutrina e crítica*, ob. cit., *passim*, pp. 133 e ss..

arqueológica em si mesma. Assim, continuará a ser escrita e consumida uma historiografia alheia aos preceitos científicos eruditos da Academia Real da História, instituição que entrará em declínio perto dos anos 1740¹⁴⁷, deixando porém uma marca indelével sobre as décadas seguintes, na qual o entendimento da arquitetura centenária deve ser considerado.

A realidade aferida é múltiplice, contraditória até, e nela os sinais de existência de uma sensibilidade patrimonial arquitetónica mostram-se inevitavelmente ténues e marginais. Falta uma postura verdadeiramente reflexiva perante os edifícios antigos, um trabalho mental e afetivo maturado, capaz de descobrir as potencialidades rememorativas da arquitetura, em especial o valor histórico de algumas edificações singulares. Irá o terramoto de 1755, com o rastro de destruição e necessidade de construção que deixa, forçar essa postura?

¹⁴⁷ MOTA, Isabel Ferreira, *A Academia Real da História (...)*, ob. cit., pág. 94.

2. DEPOIS DA CATÁSTROFE: O PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO NAS RESPOSTAS AOS INTERROGATÓRIOS E NOOUTRAS NARRATIVAS COEVAS

A variedade de textos que o acontecimento sísmico origina, em Portugal, nos anos imediatos à catástrofe, pode ser arrumada em dois grupos distintos de fontes, consoante a tipologia diferenciável do universo documental em causa e deixando de parte as missivas estritamente administrativas sobre a reconstrução das áreas afetadas¹⁴⁸. Assim, consideraremos, num grupo, os relatos resultantes dos inquéritos enviados aos responsáveis eclesiais do reino, visando averiguar o alcance do terramoto, e, noutro, as diversas narrativas autónomas de carácter distinto onde estão anotados os efeitos destrutivos da catástrofe de 1755. Em ambos os conjuntos, o património arquitetónico é atendido e qualificado, embora com matizes que cremos decorrerem da própria natureza dos documentos, a aclarar devidamente nos parágrafos seguintes.

Analisaremos o carácter conferido ao edificado nos referidos núcleos documentais, assumindo desde logo, e em jeito de ponto prévio, que a grande maioria dos seus autores não se debruça com desvelo sobre o património artístico que refere nem se mostra atenta às qualidades dos edifícios que menciona. Em boa parte dos escritos, quando a nomeação de um dado templo ou fortificação justifica anotações supletivas, parece ser o lugar, o *tópos* e não a marca construtiva que se apropria dele, aquilo que contém as abstrações ou as virtualidades relacionadas com o facto destacado¹⁴⁹. Em não menor número de casos, acontece ser uma

¹⁴⁸ A documentação epistolar administrativa, referente à reconstrução das áreas nacionais mais afetadas, nomeadamente Lisboa, é tratada em capítulo próprio, adiante neste estudo.

¹⁴⁹ Veja-se, por exemplo, ANDRADE, João António da Costa e, “Conversação erudita discurso familiar, conferencias ascéticas; historicas, politicas, e philosophicas”, in *Collecçam universal de todas as obras (...)*, ob. cit., tom. 5. Os apontamentos de história local que o autor vai dando, particularmente preocupado em registar a atuação de grandes figuras nacionais, mormente régias, em Santarém, têm-no implícito, destacando mais o lugar do sucesso do que o imóvel que o marca. No que respeita ao edificado, Costa e Andrade não é de todo expansivo; esclareça-se que as observações arquitetónicas surpreendentemente avisadas que surgem no texto são retiradas de Piedade e Vasconcelos, sem a devida citação da sua obra.

determinada relíquia ou uma peça de arte móvel (sobretudo as imagens de vulto) a assumir esse carácter, não o edifício¹⁵⁰.

É, portanto, a menor parte dos textos, a que acusa algum interesse numa abordagem atenta aos imóveis, aquela que nos importa avaliar. Afinal, entre o conjunto total da documentação, é precisamente no conteúdo desse pequeno, mas significativo volume de documentos que se encontra a matéria que permite aferir a evolução da sensibilidade patrimonial ao longo do período em causa.

Parte dela, a mais importante, deriva dos interrogatórios remetidos às paróquias depois do terramoto. O primeiro é distribuído pelo poder central pouco depois da funesta ocorrência, ficando o conjunto das respostas reunidas, devolvidas entre fevereiro e junho de 1756, sob o título de *Informação dos párocos sobre o terramoto*¹⁵¹. O exame de onde esta *informação* resulta fora elaborado prontamente após a catástrofe, no momento de perturbação generalizada que se abatera sobre o reino. Impunha-se então apurar as causas naturais do fenómeno, fazer um levantamento das perdas, auscultar as reações locais e traçar uma estratégia de atuação face às necessidades surgidas no quadro de desastre conhecido.

As circunstâncias explicam o carácter urgente e dirigido das treze perguntas do inquérito logo encaminhado, provando serem pouco pertinentes quaisquer

¹⁵⁰ Veja-se, por exemplo, a descrição da Catedral de Évora na *memória* da Sé e atente-se ao modo como aí é referido o altar de Nossa Senhora da Anunciada. *Memórias paroquiais*, vol. XIV, n.º 111, pp. 810 a 812.

¹⁵¹ ANTT, MR, “Informação dos párocos sobre o terramoto”, mç. 638. O título agrega as respostas de 566 freguesias do reino, número significativamente inferior ao compreendido nas ulteriores *Memórias paroquiais*. A *Informação dos párocos sobre o Terramoto* encontra-se parcialmente tratada e transcrita em SOUSA, Francisco Luís Pereira de, *O Megasismo do 1.º de Novembro de 1755 em Portugal. Distrito de Faro. Acompanhado de um estudo demográfico e sobre rochas de construção*, Sep. *Revista de Obras Públicas e Minas*, Lisboa, Tipografia do Comercio, 1915-1916; *id.*, *O terramoto do 1.º de Novembro de 1755 em Portugal. Um estudo demográfico*, Lisboa, Tipografia do comércio, 4 vols., 1919-1932; BARATA, Maria do Rosário Themudo *et. al.*, *Sismicidade de Portugal: estudo da documentação dos séculos XVII e XVIII*, vol. I, Lisboa, Ministério do Planeamento e da Administração do Território, 1988; ALVES, José Augusto dos Santos, *A opinião pública em Portugal (1780-1820)*, Lisboa, Universidade Autónoma, 2000. Recentemente, começaram a ser publicadas em conjunto a *Informação* e as *Memórias* (coleção *Notícias e Memórias Paroquiais Setecentistas*, 7 vols., Coimbra, Viseu, Centro de História da Sociedade e da Cultura, Palimage Editores, 2005-2009).

considerações de ordem estética ou histórica sobre o edificado, nas respostas sintéticas que rapidamente se elaboram. Porém, entre as questões formuladas¹⁵², assinalamos o facto de a terceira perguntar pelos «edifícios notáveis» das freguesias e pelo estado em que os deixara o grande sismo¹⁵³. Estes *edifícios notáveis* são precisamente os potenciais contentores dos valores arquitetónicos diferenciadores e denunciadores das atitudes por que indagamos, pois são os que mais apelam a abordagens meditadas, tanto a nível conceptual como prático, demarcando-se assim como aquelas construções com as quais a ideia de monumento melhor se coaduna.

Embora a dimensão física da construção se destaque nas *informações* enquanto critério fortemente determinante para a consideração dos párocos¹⁵⁴, há também outros valores em campo, mais substanciais, diríamos, que iremos esclarecer dentro em pouco. Por agora, elucide-se que, das respostas enviadas em 1756, resulta evidente o predomínio quase absoluto dos imóveis religiosos, entre os «edifícios notáveis».

São também os edifícios religiosos que se destacam nas respostas a um segundo inquérito, distribuído agora em 1758, e cujas réplicas formam as célebres *Memórias paroquiais*¹⁵⁵. O sentido desta inquirição, que dá

¹⁵² O inquérito da *Informação* de 1756 está publicado, nomeadamente em BARATA, Maria do Rosário Themudo et. al., *Sismicidade de Portugal (...)*, ob. cit., pág. 43.

¹⁵³ «Que numero de cazas arruinaria em cada Freguesia, se havia nella edificios notaveis, e o estado, em que ficarão?», pergunta 3 do questionário que resultou na *Informação*. Vide nota anterior.

¹⁵⁴ Ilustre-se a afirmação com as respostas remetidas de Fronteira e de Casais (Tomar) à interrogação sobre os edifícios *notáveis*: «os edificios *mayores* desta villa que são os templos», «o *maior* edificio que tem he a Parochial» (itálico nosso). Perante o facto, surpreende-nos (ainda mais) que as casas conventuais e os mosteiros mereçam tão pouca atenção por parte dos párocos que redigem a *informação*. Poderemos supor motivos de ordem vária, que vão da urgência na velocidade da resposta ao inquérito aos mais complexos aspetos de carácter material, relacionados com a propriedade e com a tutela, e ao tipo de ligação mental ou grau de vínculo afetivo entre a comunidade paroquiana (clerical e civil) e a comunidade regular.

¹⁵⁵ ANTT, 44 vols. Os volumes 42 e 43 apresentam respostas datadas de 1722, 1730 e 1734 que decorrem de um inquérito ligeiramente distinto daquele que é distribuído após o terramoto. O último volume das *Memórias paroquiais* contém o índice da documentação. As *Memórias paroquiais* são o interrogatório setecentista que mais estudos e publicações tem merecido (veja-se CHORÃO, Maria José Bigotte, «Inquéritos promovidos pela Coroa no século XVIII», in *Revista de história económica e social*, n.º 21, Livraria Sá Costa, Lisboa, 1987, pág. 108). O seu interesse como fonte histórica motivou, por exemplo, a criação do sítio <http://www.portugal1758.uevora.pt/>, onde se encontram informações úteis sobre o questionário e ainda a transcrição das respostas remetidas do Alentejo. Os manuscritos que

continuidade ao trabalho perscrutador do padre Luís Cardoso no seu *Diccionario Geografico*¹⁵⁶, é outro, bem mais amplo e sem o carácter de premência facilmente verificável no questionário da anterior *Informação*. O escopo do exame de 1758 exige comentários ao edificado além dos inevitáveis esclarecimentos quanto ao impacto que o terramoto teve sobre ele. A arquitetura cabe em diversos dos seus mais de trinta tópicos¹⁵⁷, designadamente nos que indagam sobre a igreja paroquial¹⁵⁸, os conventos, hospitais, misericórdias e ermidas existentes na freguesia¹⁵⁹; no que pergunta pelas construções militares ou defensivas locais, como as «torres antigas»¹⁶⁰; e no que quer conhecer os estragos causados pelo sismo, junto com as intervenções feitas em resultado do mesmo¹⁶¹.

Sendo a história, com toda a atenção e entusiasmo que a atividade da Academia Real da História Portuguesa mobilizou, uma das áreas de interesse científico dominante no campo das humanidades, e sendo a antiguidade das povoações um fator inegavelmente prestigiante para as mesmas, não surpreende que os párocos memorialistas, interrogados mais alongadamente, enfoquem nas suas respostas o que a propósito dos edifícios das respetivas freguesias se relaciona com o passado distante¹⁶². Ora, os edifícios paroquianos com maior antiguidade são habitualmente os templos e as fortificações, acabando os primeiros por ocupar o lugar cimeiro na narrativa local, como há pouco apontámos. Cremos que para este pesar

compõem as *Memórias paroquiais* têm sido publicados parcialmente, em numerosas monografias de história local, iniciando-se há pouco a sua edição integral, da qual foi dada à estampa o primeiro volume, *Memórias paroquiais (1758)*, vol. I, introd. transc. e índices de João COSME e José VARANDAS, Casal de Cambra, Caleidoscópio, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2009.

¹⁵⁶ CARDOSO, Luís, *Diccionario geographico (...)*, ob. cit.. Veja-se a nota anterior.

¹⁵⁷ O interrogatório das *Memórias paroquiais* está publicado, nomeadamente em MATOS, Alfredo; PORTUGAL, Fernando, *Lisboa em 1758. Memórias paroquiais de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1974, pág. 10.

¹⁵⁸ Trata-se da questão 7, onde se pergunta pelo orago da paróquia, pelo número de altares e de naves que tem a igreja, entre outros.

¹⁵⁹ Questões 10 a 13.

¹⁶⁰ Questão 25.

¹⁶¹ Questão 26.

¹⁶² Confirme-se, por exemplo, em SIMÕES, Paulo Rodrigues, “O Terramoto e a génese da consciência de património em Portugal”, ob. cit., pp. 247-254, onde é feita uma pequena análise das *Memórias paroquiais* de Lisboa e de Évora, sob a perspetiva da história e da teoria do património, como explicámos na nossa introdução.

da balança contribui a importância que o uso corrente dos edifícios confere às construções realçadas. As igrejas mantêm-se ativas, boa parte das casas religiosas também; os templos continuam a ser utilizados e a estar revestidos do carácter sagrado que lhes é próprio e lhes confere um papel central na vida das comunidades. Ao contrário, as construções militares, quase todas fundadas durante os primeiros reinados da monarquia portuguesa, tornaram-se obsoletas e, essencialmente, desprovidas de uso; acham-se fustigadas pelas «injurias do tempo»¹⁶³ e pelos embates castelhanos, existindo sobretudo como «despojos de huma arrojada Troya»¹⁶⁴, no dizer poético do cura de Leiria sobre o castelo da sua cidade, sugerido como reminiscência de uma grandeza perdida na pena do memorialista.

Ao mesmo tempo, a situação de abandono em que existe boa parte da arquitetura militar antiga determina um distanciamento entre o observador e o objeto construído que não deve ser desconsiderado na nossa análise. A separação favorecerá uma atitude meditativa do sujeito perante a obra, potenciando o reconhecimento das qualidades evocativas do edificado no seu espectador. Por sua vez, o uso costumeiro dos templos, mormente os paroquiais, faz desses imóveis, mesmo se antigos, objetos contemporâneos, o que poderá embaraçar a sua apreensão como bem histórico.

Independentemente da finalidade efetiva do edificado, todo o tipo de património arquitetónico tem oportunidade de menção adequada nos supracitados exames de 1756 e de 1758. Evidentemente, a motivação pragmática, política e científica na base dos interrogatórios não é exatamente idêntica às razões na origem das múltiplas narrativas setecentistas atinentes ao terramoto. Embora muitos destes últimos textos avulsos manifestem também aspirações científicas, o que os instiga é sobretudo o impulso informativo (não raras vezes inflamado) e a vontade literária, achando-se assim condicionado o lugar conferido ao património edificado nestes escritos, bem como o tipo de qualidades arquitetónicas que se lhe vêm destacadas

¹⁶³ A expressão é usada regularmente nas *Memórias paroquiais*.

¹⁶⁴ *Memórias paroquiais*, vol. XX, n.º 72, pág. 546.

pelos seus autores. Com efeito, na *Historia da ruina da cidade de Lisboa*¹⁶⁵ (1756) de Manuel Portal; na *Historia universal dos terremotos* (1758) de Moreira de Mendonça¹⁶⁶; nos textos compilados em *Collecçam universal de todas as obras que tem sahido ao publico sobre os effeitos que cauzou o terremoto*¹⁶⁷ (1758); nos muitos manuscritos coevos do sismo coligidos por Pereira de Sousa, no seu estudo monumental sobre o terremoto¹⁶⁸; e até no volume do *Mappa de Portugal* (1758) que Baptista de Castro recompõe após a catástrofe, os valores de memória que os edifícios possuem, em potência, são pouco considerados, em especial quando comparados com a ocorrência (já diminuta) dos mesmos, nos testemunhos dos inquiridos na *Informação* e nas *Memórias*.

Naturalmente, nas narrativas diversas como nas respostas aos interrogatórios, a palavra *ruína*, com os seus derivados, é das que regista presença mais assídua. Mas é naqueles textos acerca do sismo, muito mais do que nas réplicas aos inquéritos, que domina o cenário de desolação e de perturbação profundas instauradas pelo próprio fenómeno. No quadro de catástrofe dessas narrativas, as passagens que atendem à arquitetura fazem-no quase sempre em termos genéricos, pois o edificado (ou o seu

¹⁶⁵ PORTAL, Manuel, *Historia da ruina da cidade de Lisboa cauzada pello espantozo terremoto e incendio, que reduzio a pó e cinza a melhor, e mayor parte desta infeliz cidade*, 1756, manuscrito parcialmente publicado por Francisco Luís Pereira de SOUSA em *O terremoto do 1.º de Novembro de 1755 em Portugal ...*, ob. cit., vol. III, 1928. Pereira de Sousa localiza o texto na Torre do Tombo, no Fundo do Arquivo das Congregações. Na pesquisa que aí efetuámos achámos o seguinte informe que nos parece justificativo do paradeiro hoje desconhecido da *Historia da ruina da cidade de Lisboa*: «Autorizo, nos termos do Decreto de 28 de Março de 1911, (Art.27, §3.), e do pedido formulado em officio do Ministério do Comércio, (Serviços Geológicos), N. 73, de 18 de Novembro de 1926, à Inspeção das Bibliotecas e Arquivos Nacionais, a transferência provisória da seguinte espécie, existente no Arquivo das Congregações, do mesmo Arquivo das Congregações, para o referido Ministério do Comércio, (Serviços Geológicos), transferência provisória que, a bem do serviço, é conveniente que se realize directamente entre os estabelecimentos interessados: Manuscrito sobre o terremoto de 1755, do Padre Manuel Portal. Saúde e fraternidade. Secretaria da Inspeção das Bibliotecas e Arquivos Nacionais em 6 de Dezembro de 1926. Ex. Sr. Director do Arquivo das Congregacoes. O Inspector (Int.) das Bibliotecas Eruditas e Arquivos Antonio maio(?)». Manuel Portal e a sua obra surgem amiúde referenciados em escritos sobre o sismo de 1755, mas tanto quanto nos foi possível verificar, Pereira de Sousa foi o mediador das citações feitas a partir da publicação daquele seu grande estudo sobre o terremoto.

¹⁶⁶ MENDONÇA, Joaquim José Moreira de, *Historia universal dos terremotos (...)*, ob. cit..

¹⁶⁷ *Collecçam universal de todas as obras (...)*, ob. cit..

remanescente) é considerado principalmente para construir a imagem de perda e de destruição pretendida, servindo assim os artifícios da escrita e em particular o gosto barroco pela antítese¹⁶⁹. Os «informes monumentos», «montão de penhascos ou de sepulcros» produzidos pelo terramoto, servem para ilustrar o choque instalado, enfatizado pelo contraste com «a numerosa e portentosa maquina de tantos Zimborios, e Edifícios fortissimos»¹⁷⁰ que antes caracterizavam a capital. Deste modo, o recurso ao léxico arquitetónico auxilia a compor o panorama de catástrofe material e anímica, tomando parte na oposição aguda entre a grandeza e a prosperidade aparentes do reino, em particular da Corte, até ao fatídico 1.º de novembro, e o infortúnio, miséria e desordem que sobreveio então¹⁷¹.

O campo semântico da catástrofe é amplamente explorado pelos autores. Nomeia-se ou, mais corretamente, listam-se conventos, igrejas e palácios que “padeceram”, “danificados”, “rompidos”, “consumidos”, “destroçados”, “estragados”, “caídos” e “lançados abaixo” pelo sismo para noticiar o alcance da calamidade¹⁷². Na designação individual dessas casas diz-se, por vezes,

¹⁶⁸ SOUSA, Francisco Luís Pereira, *O terramoto do 1.º de Novembro de 1755 em Portugal*, ob. cit., vol. III, pp. 516 e ss..

¹⁶⁹ Veja-se, entre outros, “Juízo sobre o Terremoto, que se recitou na Capella do Hospital Real de Montemmór o Velho (...)”, in *Collecção universal de todas as obras (...)*, tom. 1, ob. cit.; “Ao Terremoto do primeiro de Novembro de 1755. Parenesis de Francico de Pina e de Mello”, *id.*; “Carta de hum amigo para outro, em que se dá succinta noticia dos effeitos do terremoto, succedido em o primeiro de Novembro de 1755”, *ib.*; “Declamação sagrada na ruína de Lisboa, causada pelo Terremoto (...)”, *ib.*, tom. 4; “Voz do Ceo, retumbando na terra com os formidaveis eccos do horrozo terremoto, que se ouviu no 1 de Novembro de 1755”, *ib.*, tom. 6; “Romance funebre ao terremoto”, *ib.*; “Canto Funebre ou Lamentação Harmonica na infeliz destruição da famosa Cidade de Lisboa, Metropoli de Portugal, pelo espantoso, e nunca visto terremoto”, *ib.*.

¹⁷⁰ Esta citação e as que a precedem no parágrafo são de “Juízo sobre o Terremoto, que se recitou na Capella do Hospital Real de Montemmór o Velho (...)”, pág. 6, ob. cit..

¹⁷¹ Entre os textos sugeridos na penúltima nota acima, destacamos o seguinte lamento: «Oh quanto differem do que foraõ! Saõ columnas partidas, estatuas quebradas, pórticos cahidos, lastimas do tempo, o que foy Architectura vistosa», “Carta de hum amigo para outro, em que se dá succinta noticia dos effeitos do terremoto, succedido em o primeiro de Novembro de 1755”, pág. 2.

¹⁷² As expressões citadas encontra-se, por exemplo, em “Carta, em que hum amigo dá noticia a outro do lamentavel successo de Lisboa”, in *Collecção universal de todas as obras (...)*, ob. cit., tom. 1; “Verdade vindicada, ou resposta a huma carta escrita de Coimbra, em que se dá noticia do lamentavel successo de Lisboa no dia 1 de Novembro de 1755”, *id.*; “Resposta á carta de Jozé de Oliveira Trovam e Sousa, em que se dá noticia do lamentavel successo de Lisboa”, *ib.*; “Conversação erudita discurso familiar, conferencias ascéticas; historicas, politicas, e philosophicas”, *ib.*, tom. 5; “Commentario latino e portuguez sobre o terremoto e incêndio de Lisboa de que foy testemunha ocular o seu autor Antonio Pereira

que são/eram “antiquíssimas”, “grandiosas”, “sumptuosas”, “majestosas”, “nobres”, “insignes”, “formosas”, “magníficas” e “soberbas”¹⁷³, de forma similar ao que sucedia nas apreciações arquitetónicas registadas durante as décadas anteriores ao sismo. Sobressai, no entanto, a ideia de que os edifícios derrocados, diversas vezes designados “sepulturas”, são concebidos sobretudo como os túmulos em que o terramoto os tornou e não tanto como os marcos de dignidade histórica ou artística que até então poderiam ter sido.

Ainda assim, tanto nas narrativas coevas do sismo como nas respostas aos interrogatórios paroquiais, o património arquitetónico não deixa de ser amiúde referido, já o dissemos, como contentor de qualidades, atributos, ou melhor, valores, em termos que seguidamente exploraremos, na tentativa de aclarar as atitudes e os conceitos relativos ao edificado, depois da catástrofe.

2.1. O DISCERNIR DOS VALORES DE REMEMORAÇÃO OU DE MEMÓRIA

Como notámos atrás, os *valores de rememoração* ou de *memória* são a categoria axiológica dos monumentos onde se impõe o pretérito e o mecanismo de recordar¹⁷⁴. Estão compreendidos nela o *valor de rememoração intencional* (ou *comemorativo*), e os valores *histórico* e *de antiguidade*. Aquela propriedade define o *monumento intencional* (ou *comemorativo*), isto é, a obra realizada com o fito exato de perpetuar inequivocamente determinado sucesso. Ao passo que as últimas decidem respetivamente o *monumento histórico* e o *monumento de antiguidade*. Estes dois tipos distinguem-se do anterior por decorrerem de qualidades não

Padre da Congregação do Oratório, que também o illustrou com notas”, *ib.*, tom. 7; “Nova, e fiel relação do terremoto, que experimentou Lisboa e todo Portugal no 1 de Novembro de 1755 com algumas observaçoens curiosas, e a explicação das suas causas”, *ib.*; “Theatro lamentavel, scena funesta: relação verdadeira do terremoto do primeiro de Novembro de 1755 com a noticia do estrago, que cauizou em Lisboa, e suas vizinhanças; ruina do Reino do Algarve, e sustos de todo o Portugal. Cauza natural, e mytica do mesmo”, *ib.*.

¹⁷³ As expressões citadas constam, entre outros, dos textos indicados na nota anterior. O “Commentario latino e portuguez sobre o terremoto e incêndio de Lisboa (...)”, *ob. cit.*, está especialmente preenchido pela adjetivação em causa.

¹⁷⁴ Atente-se aos esclarecimentos prestados *supra*, em “Notas preliminares”. Veja-se RIEGL, Aloïs, *Le culte moderne des monuments (...)*, trad. e apres. Jacques BOULET, *ob. cit.*, pp. 55-73; CHOAY, Françoise, *A alegoria do património*, *ob. cit.*, pp. 139 e 140.

desejadas ou não intencionais da obra. Quer dizer, o *valor histórico* e o *valor de antiguidade* não são o desígnio original básico das construções: surgem, *a posteriori*, em obras feitas para responder primeiramente a necessidades práticas ou a ideais.

São também as qualidades que mais tardia e morosamente se veem reconhecidas na produção artística ao longo da história. Podem, por isso, ser consideradas como as mais finas das características elencadas na grelha de valores *riegliana*, aquelas que carecem de um trabalho de observação e de assimilação por parte do espetador para se afirmarem. É o espetador que conclui interiormente a presença do *valor histórico* e do *valor de antiguidade* numa dada construção e é ele quem tem de os declarar e propagar para que a construção particular em causa emergja como *monumento histórico* ou como *monumento de antiguidade*.

O par de qualidades em que se alicerçam as duas noções pode ser pouco nítido no seu primeiro estágio, ainda embrionário, de afirmação, antes de ocorrer a maturação concetual necessária à separação de águas esclarecida, pela qual o *valor histórico* se destriça prontamente do *de antiguidade*. Quando tal sucede e cada um se vê individualmente reconhecido é evidente a disparidade que lhes garante nome próprio.

O *valor histórico* relaciona-se com um saber, o da história, na medida em que é considerado justamente pelo facto de o espetador integrar uma dada obra num momento específico da sucessão contínua ou linear do tempo. Porque exige a presença de conhecimento (histórico), o valor em causa não se oferece a todos de maneira igual. Ao contrário, a percepção do *valor de antiguidade* dá-se universalmente, de maneira imediata e por via sensível: é uma propriedade do objeto que decorre da sua própria idade. O valor de antiguidade está, pois, patente nas marcas que a passagem do tempo continuamente inculca na obra, «evoca[ndo] a transitoriedade das criações humanas por meio de um sentimento vagamente estético»¹⁷⁵.

¹⁷⁵ CHOAY, Françoise, *A alegoria do património*, ob. cit., pág. 139.

Em Portugal, a apreensão do *valor histórico* e do *valor de antiguidade* nas obras de arquitetura, durante o século XVIII, está essencialmente por descobrir¹⁷⁶, porque se vem partindo do princípio de que não existe uma sensibilidade ou consciência patrimonial habilitada a considerar tais atributos. No entanto, uma análise completa das respostas aos interrogatórios de 1756 e de 1758, bem como das narrativas produzidas em consequência do sismo (ou outros textos seus coetâneos), mostra-nos que o património atualmente entendido como histórico-artístico está refletidamente contemplado em alguns casos, numericamente singelos, é certo, mas nem por isso com teor depreciável: é nestas ocorrências, ou a partir delas, que os atributos patrimoniais em causa podem ser vistos a ganhar forma. Certamente, os termos em que são referidos não coincidem com os nossos, estranhos ao período em causa. Pelo que, diante do anacronismo, somos forçado a procurar os antecessores semânticos da nomenclatura sobre a qual refletimos, clarificando-lhe simultaneamente o alcance.

Com certeza que a falta de profundidade apreciativa patente em determinados relatos é desconcertante. E são especialmente eloquentes, dentro deste universo, os testemunhos paroquiais que referem os mosteiros de Santa Maria de Alcobaça¹⁷⁷ e de Santa Maria da Vitória, na Batalha¹⁷⁸, textos grandemente omissos quanto aos aspetos históricos das respetivas casas, indelevelmente relacionadas com a história do reino de Portugal.

Embora o memorialista alcobacense aluda ao «grande, famoso, e real»¹⁷⁹ cenóbio da vila com manifesta estima e consideração, ele limita-se a fazer

¹⁷⁶ Dissemo-lo na introdução à presente dissertação. Procurámos responder a esta falha com os seguintes estudos, efetuados no âmbito da nossa investigação de doutoramento: “A evolução da sensibilidade patrimonial entre os relatos do terramoto e a reforma das ordens regulares”, in *Actas do simpósio Património em construção. Contextos para a sua salvaguarda*, Lisboa, LNEC, 2011, pp. 199-206; “Consertar ou demolir? Contradições das Luzes nas atitudes de intervenção arquitetónica do pós-terramoto”, in *Encontro Aprendizagem de Feiticeiro. Investigações de doutoramento dos cursos do Instituto de História da Arte da FLUL*, Lisboa, Edições Colibri, 2009, pp. 165-178.

¹⁷⁷ *Memórias paroquiais*, vol. II, n.º 5, pp. 19-46. A *Informação dos párocos sobre o terramoto* não dá notícia de Alcobaça.

¹⁷⁸ Os testemunhos relativos à Batalha encontram-se integralmente publicados em GOMES, Saul, *Notícias e Memórias Paroquiais setecentista – 3. Batalha*, Viseu, Palimage Editores, Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2005.

¹⁷⁹ *Memórias paroquiais*, vol. II, n.º 5, pág. 25.

uma abordagem aos efeitos do sismo sobre o mosteiro, incidindo exclusivamente nos danos então gerados. Com desvelo, esclarece que o edifício «padeceu ruína no ditto terremoto, e com muyto mais avultada perda com respeito ao primor, valentia e custo de suas arruinadas partes», nomeadamente «as abobedas da sua grande, e sumptuosissima Igreja» e alguns arcobotantes «que fortificavam a capella Mor na sua circumferencia pella parte exterior»¹⁸⁰. Especifica o dano nas abóbadas do templo, explicando tratar-se de rachas, «medonhas aberturas» que ocorreram também no refeitório «e se acham reparadas com grande despesa»¹⁸¹, sem que hoje nos apercebamos de marcas de atualização ou de remendos formalistas nas áreas apontadas. Esta intervenção não se deteta, ao contrário da realizada na sacristia, mais lesada pelo sismo e alvo de obras profundas que lhe modernizam a aparência *manuelina* da fundação, patente apenas no portal preexistente. Diz-nos a *memória* que foram igualmente as abóbadas o elemento arquitetónico afetado na dependência, elas «se abateram e cahiram por terra com consideravel perda dos excelentes cayxoes, e mais primorosos ornatos, que a faziam singular, e riquissima»¹⁸².

No entender do relator, o prejuízo do estrago acha-se compensado com a obra nova, fabricada no lugar do espaço primitivo desmoronado, onde «se anda fazendo na mesma parte outra [sacristia] de novo que pello seu risco, primor e manufactura excederá a aruinada»¹⁸³. O testemunho elucida-nos assim quanto às características da conexão entre o sentimento de apreço pelo mosteiro e a manutenção efetiva das suas formas centenárias, levando-nos a inferir que, no entender do memorialista, o primeiro não condiciona determinantemente o segundo, submetido à preferência pela construção moderna.

O carácter e a extensão da notícia sobre o Mosteiro de Alcobaça na *memória* local resultam da dedicação do vigário narrador a esse objeto, prova de uma

¹⁸⁰ *Id.*, pág. 38.

¹⁸¹ *Ib.*.

¹⁸² *Ib.*.

¹⁸³ *Ib.*.

afeição que aponta no sentido do reconhecimento efetivo da importância do mosteiro. Um reconhecimento que fica, no entanto, por verbalizar com a devida amplitude e clareza, deixando-se por admitir a assunção do edifício centenário como estímulo à memória ou como um elemento evocativo do passado.

A lacuna acha-se por preencher também nos textos paroquiais alusivos ao Mosteiro da Batalha. A avaliação efetuada a Santa Maria da Vitória, na *informação* de 1756 e na *memória* de 1758, pelo mesmo clérigo, não acusa qualquer trabalho cogitativo sobre o edifício, dado como *notável* na resposta ao primeiro inquérito, e sendo objetivamente uma obra de arquitetura ímpar, erigida como voto de um triunfo militar centenário que ditou o rumo da história de Portugal. Pese embora o singular empenho do autor, na *informação* sobre o mosteiro, «cuja noticia quiz dar com os proprios nomes das coizas demollidas e por demollir», os apontamentos produzidos acerca das características formais do edifício mostram-se parcos e pobres, totalmente alheios ao poder evocativo da construção, às suas circunstâncias fundacionais ou antiguidade¹⁸⁴, tópicos, aliás, abordados há mais de um século, na muito divulgada *Historia de S. Domingos*. Talvez o pároco inquirido confiasse no alcance desta narrativa, de circulação conhecida, e na fama da casa dominicana para ver difundido o carácter do mosteiro, dispensando-o assim do labor expositivo¹⁸⁵. De facto, na *informação*, a importância do edifício dito «sumtuozo» ao longo do texto, e até a estima de que é alvo, somente se pode depreender do cuidado posto na explanação dos danos provocados pelo sismo.

Dois anos depois, na *memória* da vila, o religioso redator abdica do zelo descritivo manifestado antes e até da qualificação de apreço indicada na referência ao mosteiro. Os estragos deixados pelo terramoto são agora aludidos muito laconicamente, sem uma nota de afeto ou de admiração pelo edifício, alegando-se apenas «alguma ruina, *principalmente nas capellas*

¹⁸⁴ GOMES, Saul, *Notícias e Memórias Paroquiais setecentista – 3. Batalha*, ob. cit., pp. 59-63.

¹⁸⁵ CÁCEGAS, Luís; SOUSA, Luís de, *Historia de S. Domingos (...)*, ob. cit..

Reaes que ainda nam estão reparadas mas o convento ficou habitavel»¹⁸⁶.

Por outro lado, a origem do mosteiro batalhino aparece explicitamente declarada na *memória*: ele foi «mandado edeficar pello senhor rei Dom Joam o primeiro em memoria da vitoria de Aljubarrota alcansada sobre Castella»¹⁸⁷.

O depoimento prova positivamente que se estabelece uma relação (pelo menos abstrata) entre esse episódio histórico e a construção de Santa Maria da Vitória. Trata-se de um dado inédito face à *informação*, mas de um facto formulado na mencionada *Historia de S. Domingos*¹⁸⁸ e depois exposto no *Santuario Mariano. Historia das Imagens Milagrosas de Nossa Senhora*, por motivos que a segunda parte deste célebre título de 1711 permite adivinhar¹⁸⁹. E na conexão assumida é legítimo supor a presença do valor histórico. Ele não surge, contudo, devidamente vinculado às especificidades arquitetónicas do mosteiro, nas respostas paroquiais, mas como dissemos, essas especificidades também não aparecem aclaradas nos testemunhos do pároco.

Será, no entanto, o reconhecimento da qualidade histórica da obra o motivo mais plausível para justificar o tipo de intervenção arquitetónica levada a cabo na Capela do Fundador, pouco depois do terramoto. Sobre o espaço onde jaz D. João I, explica o pároco, na *informação*, que «por sima da abobada tinham huma sumtuoza alenterna ou lampiam formado de pedras lavradas e generosas flores e rendas e deferentes gornissoens, que tudo está cahido sobre a abobada e *de todos os lados em roda veio a terra todas as gornissoens que sendo pouca a altura para a terra o que cahio chegarão as*

¹⁸⁶ *Apud* GOMES, Saul, *Notícias e Memórias Paroquiais setecentista – 3. Batalha*, ob. cit., pág. 72.

¹⁸⁷ *Id.*, *ib.*, pág. 68.

¹⁸⁸ CÁCEGAS, Luís; SOUSA, Luís de, *Historia de S. Domingos (...)*, ob. cit..

¹⁸⁹ MARIA, Agostinho de, *Santuario Mariano e Historia das Imagens Milagrosas de Nossa Senhora e das milagrosamente apparecidas, que se venerão em os Bispados da Guarda, Lamego, Leyria e Portalegre, Priorado do Crato e Prelasia de Thomar*, tom. 3, Lisboa, Oficina de Antonio Predrozo Galram, 1711, pp. 299-305.

pedras moidas»¹⁹⁰. O mesmo relator, vimos, esclarece depois na *memória* que, em 1758, os estragos da capela não estão ainda reparados.

Dentro de dois anos o viajante Thomas Pitt apreciará a capela já intacta, com formas que remetem exclusivamente ao período fundacional da casa: «um quadrado de 90 palmos, com oito pilares que sustentam ao centro 8 arcos quebrados com um denticulado pendente e janelas sobre eles, e uma abóbada octogonal com 38 palmos de diâmetro. Os pilares com

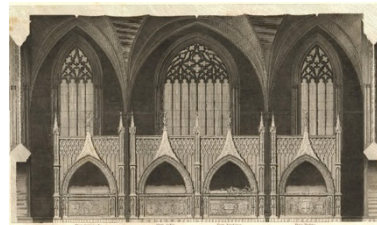


FIG. 10 Capela do Fundador, Mosteiro da Batalha, no álbum de James Murphy, 1795.

colunas agrupadas e as nervuras da abóbada octogonal são do mais alto nível de elegância e leveza, em especial o bocete, que é dos mais ricos trabalhos de rendilhado que jamais vi»¹⁹¹. Com efeito, em 1789, notará o arquiteto contrarrâneo James Murphy que, excluindo a extinta torre lanterna do mausoléu, as partes danificadas do espaço foram «decentemente reparadas no seu estilo anterior», graças ao apoio do rei D. José¹⁹².

Se, em 1760, Thomas Pitt regista a Capela do Fundador como estando íntegra, os itens de despesa com a mesma em 1774 e 1775, pelas férias de um desconhecido João Vicente, que encontramos registados na Intendência das Obras Públicas¹⁹³, não deverão reportar-se ao restabelecimento do espaço. O nome de Vicente surge novamente associado à capela cerca de uma década depois, importa mencionar, em carta que William Conyngham,

¹⁹⁰ Apud GOMES, Saul, *Notícias e Memórias Paroquiais setecentista – 3. Batalha*, ob. cit., pág. 60. Itálico nosso.

¹⁹¹ PITT, Thomas, *Observações de uma viagem a Portugal e Espanha (1760)*, introd. Maria João Baptista NETO, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2006, pág. 132.

¹⁹² MURPHY, James, *Arquitectura gótica. Desenhos do Mosteiro da Batalha*, introd. Maria João Baptista NETO, Lisboa, Alêtheia, 2008 (ed. orig. 1795); veja-se o prefácio da autoria do arquiteto; itálico nosso. Como se sabe, deve-se a Maria João NETO a inauguração dos estudos sobre os trabalhos de restauro efetuados na Batalha, designadamente em *James Murphy e o restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XIX*, ob. cit.. Considere-se, igualmente, a referência de Lúcia Rosas à intervenção realizada no Mosteiro durante o reinado de D. José (ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, *Monumentos pátrios (...)*, ob. cit., pp. 70 e 71).

¹⁹³ ANTT, IOP, lv. 86, fl. 93.

patrono do arquiteto Murphy, enviará ao Abade Correia da Serra¹⁹⁴. Nela, Conyngham refere-se à «*Chappell of King John that was repaired and that John Vicente at Lisboa who executed the work can give some information about them*», interrogando o destinatário acerca de uns desenhos do Mosteiro da Batalha que Vicente conheceria.

Partindo do princípio, formado com base na descrição de Pitt, de que o interior da Capela do Fundador está intacto em 1760, podemos conjecturar que o trabalho aludido de João Vicente, durante os anos de 1770, tenha andado em torno da cobertura exterior do espaço, eventualmente, do coruchéu ou torre lanterna que Murphy aponta não estar erigido, aquando a sua visita ao mosteiro, em 1789, embora a desenhe completa no álbum sobre a Batalha¹⁹⁵.

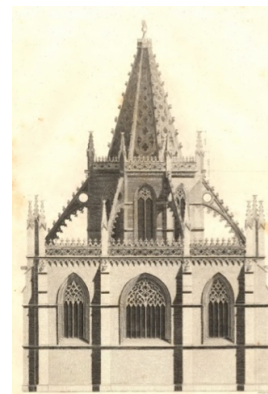


FIG. 11 Capela do Fundador, Mosteiro da Batalha, no álbum de James Murphy, 1795.

Terá sido o mesmo ignorado João Vicente quem reparou a Capela do Fundador, pouco após o terramoto, respeitando o estilo original da obra? As fontes não nos permitem afirmá-lo, apenas supô-lo, com todas as reservas que as lacunas documentais impõem.

Podemos inferir que o valor histórico do edificado se mostra patente na opção de reparar a capela por via da restituição do seu aspeto primitivo, das formas relacionadas com o momento instaurador e historicamente essencial do mosteiro. Pelo que nos parece acertado inferir que a qualidade histórica da capela (senão mesmo, do mosteiro) e a sua ligação com um determinado estilo ou com um determinado modo de construir é uma realidade sólida ao tempo. Portanto, o edifício aparenta ser encarado como *monumento histórico*,

¹⁹⁴ ANTT, *Abade Correia da Serra*, B45. O documento não está datado, mas é seguramente posterior a 1779 (ano aí referido como o de uma determinada obra literária) e anterior à viagem de Murphy. Esta carta é aludida por Maria João NETO na sua introdução a MURPHY, James, *Arquitetura gótica. Desenhos do Mosteiro da Batalha*, ob. cit., pág. 17. Nesta carta, que será referida de novo adiante, nas nossas considerações acerca do Abade Correia da Serra, Conyngham lamenta o facto de a Academia das Ciências de Lisboa não ter feito publicar um álbum com desenhos do Mosteiro da Batalha.

¹⁹⁵ NETO, Maria João Baptista, *James Murphy e o restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XIX*, ob. cit., pág. 131.

ainda que a noção não se ofereça para ser concluída das respostas paroquiais da vila. Ou seja, o conceito sugere-se em fermentação, convivendo neste estágio com as faltas observadas nos testemunhos do pároco inquirido, designadamente aquelas que dizem respeito às particularidades arquitetónicas do Mosteiro da Batalha.

Na verdade, estão em maioria os depoimentos paroquiais que acusam o apelo rememorativo do património arquitetónico local sem estabelecer uma relação explícita ou assumida entre o poder de invocação do edificado e as formas que definem o edifício. Ocasionalmente, essa relação acha-se declarada a partir da heráldica que marca a obra de arquitetura. Sob ambas as perspetivas, a *memória* de Serpa afigura-se-nos exemplar.

No informe dedicado à vila, os priores da freguesia do Salvador e da matriz, Santa Maria, procedem à descrição exaustiva das paróquias num mesmo escrito, aludindo regularmente ao papel essencial de alguns dos nossos primeiros monarcas, muito em especial D. Dinis, na edificação de Serpa, localidade pouco atingida pelo terramoto¹⁹⁶.

¹⁹⁶ *Memórias paroquiais*, vol. XXXIV, n.º 137, pp. 978 a 1028. Inclui as freguesias de Santa Maria e de São Salvador. A transcrição da memória está disponível a partir do sítio <http://portugal1758.di.uevora.pt> (consultado pela última vez a 12 de dezembro de 2010).

Lê-se na *memória* que o templo de Santa Maria, «magnifico», «foy fundado pello Snr Rey D. Diniz, porq[ue] na Cornija da Coluna, onde começa o segundo arco da parte esquerda, estão abertas em pedra entre folhas de plantas as armas dos Reys de Portugal orladas de Castellos»¹⁹⁷. O tema da instituição da igreja é resolvido de modo perentório: «he certo, q[ue] [a matriz] foy fundação do Snr Rey D. Diniz, e q[ue] como elle edificou tam sumptuoso Castello, e soberbos muros nesta Villa, edifficaria a Matriz, q[ue] está no mesmo Castello; e sendo este Rey, quem no anno de 1295 ultimam[amen]te a Reduzio ao dominio dos Reys de Portugal, e se empenhou nas grandezas, e sumptuozid[ad]es della, se infere ser a ditta igreja erecção sua, não podendo ser outro pella sobreditta inferencia da forma das armas»¹⁹⁸. São, assim, a heráldica régia achada sobre uma coluna da igreja e a atribuição das construções admiráveis de Serpa a D. Dinis que formam o argumento central deste tópico da *memória*, sustendo a tese de que também a matriz é uma fundação do monarca¹⁹⁹.



FIG. 12 Igreja de Santa Maria, Serpa.

Oferece-se junto uma exposição pormenorizada do templo, onde estão anotadas, entre outros, as medidas da largura e do corpo do edifício, o número dos arcos «a romana» que existem no seu coro e a quantidade de arcos «com bico de ponto subido» que lhe definem as naves²⁰⁰. Explica-se, também, que as «cornijas» (na verdade os *capitéis*) onde assentam os ditos arcos da nave «estão miuda[men]te abertas com formas de pessoas, vários animaes, plantas, flores, e ramos». Contudo, e apesar da observação atenta,

¹⁹⁷ *Id.*, pág. 990.

¹⁹⁸ *Ib.*, pág. 991.

¹⁹⁹ A historiografia não atribui a fundação da igreja a D. Dinis. Veja-se a informação recolhida nas fichas do SIPA e do IGESPAR relativas ao edifício, disponíveis, respetivamente, em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=748 (consultado pela última vez a 19 de março de 2011) e <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/73979/> (consultado pela última vez a 20 de setembro de 2012).

²⁰⁰ *Memórias paroquiais*, vol. XXXIV, n.º 137, pág. 991.

a estética delineada não beneficia de qualquer parecer ou juízo que lhe aponte qualidades de memória ou de arte. Os elementos arquitetónicos que constituem o templo, em especial os medievais, estão perfeitamente gizados, mas não são referidas cronologias nem variantes estilísticas óbvias na obra (salvo os apontamentos sobre os arcos «a romana» e «à antiga para o ricinto da pia baptismal»²⁰¹), sendo ela uma construção onde convivem arquiteturas de tempos manifestamente distintos²⁰².

Portanto, as formas de construir em presença não servem de base a qualquer abstração nem se encontram explicitamente associadas, ao longo do relato, a qualquer tipo de memória coletiva. Porém, lembremo-nos, a ideia que os memorialistas impõem como fundamental é a de o templo de Santa Maria de Serpa ser uma fundação de D. Dinis, precisamente, um dado histórico específico apegado a um edifício antigo concreto, pelo que a presença intuída dos valores de memória não deve ser simplesmente rejeitada face às fragilidades expostas no discurso sobre a igreja matriz.

O princípio analisado, estabelecendo um referencial histórico para uma dada construção ou para um dado momento construtivo está também presente nos esclarecimentos acerca das fortificações da vila. Os memorialistas expõem-no observando que existem vestígios materiais das diferentes fases de desenvolvimento da localidade e da sua fortificação na própria obra de arquitetura militar de Serpa. Neste processo, aprofundam um pouco mais a relação do objeto com a história, sugerindo que a concretude do remanescente é decisiva na sua atuação sobre a memória (ficando no entanto por insinuar o mesmo, e com idêntica consistência, a respeito da formalidade ou estilo arquitetónico dos sobejos).

Acerca das muralhas que definem os contornos de Serpa os párocos explicam que «selhe descobrem trez diversidades», a primeira das quais determinada «ainda em tempo dos Romanos [...]» e localizada «no mais alto da villa, a que hoje chamão Castello Velho, cercada de hum paredão [...] de

²⁰¹ *Id.*

²⁰² *Ib.*

formigaõ de Cal, e Terra»²⁰³. Restam «arruinados vestigios» da obra, à qual «acresceio huma Barbacã» num segundo momento da história local, decidido sob o monarca fundador do reino. Não parece haver dúvidas: de «pedra, e cal com ameyas», a barbacã tem duas portas, «chamadas: Portas do Sol: obra, q[ue] claram[en]te se infere ser do Snr Rey d. Affonço Henriques; porq[ue] as armas tem a forma [...] só podia fazer aquella fabrica o Snr Rey D. Affonço Henriques; porq[ue] se tornou a d[it]a villa a ganhar pelos Mouros na vida do Snr Rey D. Sancho 1 [...] ficando por essas combinações evidente, ser do Snr Rey D. Affonço Henriques a Barbacã de ameyas, e as duas portas do Sol, como tambem o Campanario de trez janellas de sinos, q[ue] está sobre a porta, porq[ue] he rematte da mesma porta»²⁰⁴.

A terceira e última «diversidade» do perímetro de Serpa é a mais aplaudida pelos memorialistas. Ela diz respeito aos «muros altos de pedra, e cal, os de mayor tenacidade q[ue] tem este Reyno; porq[ue] a nenhũ poderoso instrumento de aço obbedecem, como admirávaõ os Castelhanos na demolição q[ue] lhe queriaõ fazer no anno de 1708, sendo preciso minar torres, e muros por baixo do alicerce p[ar]a practicarem o destroço»²⁰⁵. A construção é remetida ao já nomeado rei D. Dinis, «pelo dizerem todos os historiadores, e pelas armas orladas de m[ui]tos Castellos, q[ue] se achaõ na entrada do da d[it]a Villa, e em outras partes»²⁰⁶. Da empresa devida ao monarca destaca-se o «soberbo, primoroso, e forte Castello dos bons do Reyno, e de seis torres [...] era a mayor a chamada: Da Homenagem: das celebres de Portugal, q[ue] os Castelhanos demoliraõ, e hoje conduzem a espanto, e respeito os avultados troços, q[ue] estão desmoronados ao Redor do Recinto, onde se eleva ainda em boa altura a primeira parte»²⁰⁷.

Foi graças a D. Dinis que Serpa se «unio à Coroa de Portugal» e foi nessa ocasião que o rei «edificou nella o sumptuoso, e forte Castello, q[ue] ja

²⁰³ *Ib.*, pág. 1013.

²⁰⁴ *Ib.*.

²⁰⁵ *Ib.*, pág. 1014.

²⁰⁶ *Ib.*.

²⁰⁷ *Ib.*.

descrevemos, e os robustos muros (ainda q[ue] para os presentes seculos irregulares) q[ue] hoje a fortalecem»²⁰⁸. Louvada pela sua solidez e grandeza, a obra militar cuja fundação se atribui ao monarca é claramente prestigiante para vila, onde os seus restos, apesar da ruína, se dão a ver como referente histórico, símbolo da importância antiga e inveterada do local. O tom é bastante similar ao utilizado nas menções *memorialistas* ao também dionisíaco castelo de Beja, podendo-se delas extrair deduções idênticas às inferidas, neste ponto, para Serpa. Designadamente, quando os párocos de Beja alegam que a construção militar da terra, «soberba», «nobre», «sumptuosa» e «magnífica»²⁰⁹, «pode apostar Competencias com as Sette maravilhas do Mundo, obra de tam soberano Autor»²¹⁰, mandada «fabricar para eterno padrão da sua [Beja] grandeza»²¹¹.

A leitura feita pelos religiosos de Serpa não é, portanto, um caso isolado, embora a desenvoltura da resposta que elaboraram dê outra dimensão e segurança às conclusões que daí se retiram. Verificamos que os narradores serpenses pontuam os momentos fundadores da história da vila com a edificação de obras arquitetónicas específicas (o Castelo Velho romano, as Portas do Sol afonsinas e os muros e torres dionisíacos). Obras que, neste processo, se apresentam como elementos estruturantes e identitários do sítio. Os elementos destacados existem, no entendimento mais ou menos explícito dos relatores, como testemunho ou garante de um passado ancestral e nobilitante, assegurando a lembrança desses tempos remotos no presente. Isto é, existem como monumentos não-intencionais das circunstâncias históricas indicadas.

As faculdades rememorativas do edificado centenário acham-se assumidas, mostrando-nos o relato que, para tal, elas não necessitam de se encontrar explicitamente pronunciadas. Afinal, os padres memorialistas revelam-se

²⁰⁸ *Ib.*, pág. 1017.

²⁰⁹ *Memórias paroquiais* de São Salvador, Santiago, São João Baptista, Santa Maria, vol. VI, n.º 74, 74 A, 74 B, 74 C, respetivamente.

²¹⁰ *Memórias paroquiais*, vol. VI, n.º 74 B, pág. 557.

²¹¹ *Id.*, n.º 74, pág. 522.

cientes das qualidades de memória do construído, em especial do valor histórico, sem designar abertamente esses atributos.

Ao mesmo tempo, a consciência da força do edificado sobre a memória não parece ter capacidade para mobilizar uma atitude de salvaguarda relativamente às obras projectadas examinadas. De facto, a ausência de anotações sobre a proteção e sobre o carácter de uma eventual intervenção nos bens arquitetónicos a que se imputa valor de memória é absoluta e real, também para a quase totalidade das respostas aos interrogatórios e demais narrativas sequentes ao terramoto.

Será ilustrativo um testemunho manuscrito do sismo de 1755, publicado por Pereira de Sousa no seu citado estudo sobre o terramoto, onde são mencionados os edifícios afetados pela catástrofe no Castelo de São Jorge, em Lisboa. Nas constatações aí anotadas, as obras de arquitetura apelam claramente à memória histórica, aliás vertida para o texto, mas não originam comentários sobre a necessidade de salvaguarda ou de reparo dos imóveis apreciados. No relato, lastima-se a destruição do «palácio da Praça de armas adonde viverão os Antiguos Reys com a sua Irmida de Santa Barbara que foy Capella Real», comunicando que «neste palácio se conservava ainda o signal da porta aonde a santa rainha [Isabel] dava esmolla aos pobres»²¹². Relaciona-se ao paço diversas figuras capitais do Reino, insistindo na componente histórica do construído ao expor que «nelle viveo D. Affonço 4.º, D. Dinis, D. Affonço 5.º nasceo El-Rey D. João 2.º e D. João o 3.º, nelle assistio El-Rey D. Sebastião, seu Thio o Cardeal D. Henrique no quarto debaxo, e no de sima o Cardeal Alexandrino»²¹³. Na mesma ótica, informa-se ainda sobre a Igreja de Santa Bárbara que integra o espaço e é «das mais antigas de Lisboa e com fundamentos se intende que foy a primeira de Lisboa, porque e certo que já li havia este templo, ou fosse mesquita ou templo da gentildade pois a sua construção indica a sua antiguidade»²¹⁴.

²¹² SOUSA, Francisco Luís Pereira de, ob. cit., pp. 539 e ss., transcrição do cód. 1772, fls. 42 a 56v por si localizado na BNP. Pereira de Sousa não revela título ou autoria do relato.

²¹³ *Apud* SOUSA, Francisco Luís Pereira de, ob. cit., pág. 540.

²¹⁴ *Id.*, *ib.*.

Por fim, destaca-se na área do castelo «huma Ermida que mostra ser do tempo del Rey D. Manuel dedicada ao Espirito Santo»²¹⁵.

O autor parte do concreto do edificado para a explanação de elementos históricos locais, levando-nos a crer que considera a antiguidade das fundações, deduzida até da própria construção, como um aspeto valorativo do objeto. Deste modo, a aparente desconsideração pelas questões relacionadas com a problemática de conservação dos edifícios não nos pode levar a depreciar o reconhecimento efetivo das qualidades rememorativas da arquitetura no contexto em análise.

Reforçamo-lo novamente, desta feita com a *informação* remetida de Porto de Mós, em 1756, onde se avoca certos tópicos de memória como qualidades da arquitetura examinada. Constatamo-lo quando o religioso inquirido identifica a Igreja de Santa Maria, paroquial arruinada pelo sismo, como um «edifício notável», avançando com a sua «antiguidade e duração»²¹⁶ como valores próprios da obra, qualidades que a integram no género *notável* e assim o definem. O informador recua a freguesia ao período da reconquista cristã, reportando o templo a esse passado longínquo e ainda difuso ao qual sugere associar modos de construir, sem porém derivar em descrições formais esclarecedoras. Neste particular, cinge-se a observações como «a capella mor desta Igreja era de abobeda arquitetura mui antiga», «outra capella, ou Panteon que fica tão bem a parte do Norte antiquissima [...] de abobeda, esta toda demolida, os arcos parecem estar fixos»²¹⁷. Menciona depois a necessidade de «reedificação» e «reparação» do templo sem porém reclamar ou tão-pouco alvitrar sobre as possibilidades de intervenção no edifício. Note-se, todavia, que a carga valorativa atribuída à vetustez da arquitetura ressalta do testemunho, sugerindo o emprego do adjetivo *antigo* uma certa deferência perante essa característica atribuída ao edificado. E aqui o *antigo* surge sobretudo como uma propriedade de foro rememorativo

²¹⁵ *Ib.*.

²¹⁶ A *informação* da paróquia de Santa Maria, em Porto de Mós, está publicada em SOUSA, Francisco Luís Pereira de, *O terramoto do 1.º de Novembro de 1755 em Portugal. Um estudo demográfico*, ob. cit., vol. IV, 1932, pág. 1000.

²¹⁷ *Id.*, *ib.*.

apreendida, parece-nos, de modo vago, por via sensível, não se mostrando devidamente associada a um determinado saber, designadamente histórico.

O reconhecimento do valor para a história da obra de arquitetura está efetivamente mais saliente noutros textos promovidos pelo grande sismo. Veja-se, na *memória* do Redondo, a referência «a torre antiquíssima, chamada da Vigia que se diz ter sido atalaya dos dois Veriatos, e depois, de Sertorio». A construção é percebida como um «digno padram, e memoria da Antiguidade»²¹⁸, testemunhando-nos a sensibilidade e o saber do narrador a importância imputada ao erigido, verdadeiro monumento não-intencional, pelo seu significado histórico.

O apreço pela ancianidade e pela valia histórica de certas construções acha-se particularmente evidente na *memória* da freguesia da Sé, em Évora, de resto uma cidade cuja antiguidade «he couza bem notória», como admite o reverendo autor do texto²¹⁹. As provas materiais do alegado são indicadas a partir da época de ocupação romana, da qual resiste e «merece tãobem fazerce memoria neste lugar da grande antigualha do pórtico do templo de Diana, que depois de dezoito secullos se concerva inteiro no mais eminente da cidade sustentado em quatorze colunas de notavel grandeza com capiteis de folhages de admiravel feitio e primor»²²⁰. Do período romano «se concervão ainda algumas reliquias dos muros de Sertorio, que erão fortissimos de pedra de cantaria com 25 palmos de grosso; disfizerãose no tempo d' El Rey D. Fernando por persuasoins de Lopo e Vasco Roiz». Há mais «a torre de Giraldo dentro da cerca dos conigos seculares de S. João Evangelista unica reliquia que ficou do grande castello que havia neste sittio obra tãobem de Sertorio»²²¹.

²¹⁸ *Memórias paroquiais*, vol. XXXI, n.º 36, pág. 197.

²¹⁹ *Id.*, vol. XIV, n.º 111, pág. 820. A *memória* está transcrita e acessível a partir do sítio <http://portugal1758.di.uevora.pt> (consultado pela última vez a 12 de dezembro de 2010). Encontra-se também publicada em GRILO, Maria Ludovina "O concelho de Évora nas Memórias paroquiais de 1758", in *A cidade de Évora. Boletim de cultura da Câmara Municipal*, ns. 71-76 e 1988-1993, pp. 187-212; e *id.*, II série, n.º 1, 1994-1995, pp. 89-156.

²²⁰ *Ib.*, pp. 821 e 822.

²²¹ *Ib.*, pág. 823.

Da época seguinte, quando Évora «foi corte dos Reys godos Sizebuto, Sintila [...] fabricou o mesmo Rey Sizebuto duas torres que ainda perseverão conhecidas com o nome deste Rey»²²². Já da altura da reconquista cristã, destaca-se «fora da cidade a torre ou atalaya em que o celebre Giraldo degoliou as sentinellas dos mouros».

Os párocos das freguesias vizinhas referem igualmente esta última construção, e sob a mesma perspetiva histórica, nas *memórias* que assinam. O de Nossa Senhora da Tourega esclarece que «Ha tradição que neste Castello se fazia forte e refugiava o valente e intrepido Giraldo com seus companheiros de quem o Castello tomou o nome»²²³. Por sua vez, o de São Matias explica que do «Castello de Giraldo [...] no tempo presente apenas se diviza nelle o que antiguamente foi. Não se descreve aqui quem foi este Giraldo, e o principio daquele castello, porque sendo comum a todos os cidadãos de Évora a notícia do mesmo, pareço superfluo introduzir nesta breve resposta»²²⁴.

É, portanto, inegável o valor de memória conferido à vetusta fortificação em causa, que todos os eborenses creem ter servido de refúgio ao companheiro de D. Afonso Henriques na conquista da região. Os seus vestígios permitem ver, repita-se, «o que antiguamente foi», tornando irrefutável o reconhecimento da qualidade rememorativa desses restos arquitetónicos que existem, assim, como um autêntico *monumento histórico* para os habitantes da cidade.

Notamos, uma vez mais, que não aparentam existir preocupações de salvaguarda dos bens entendidos como antigos, identitários e com valor para a história. Apenas na referência aos «muros de Sertório» encontramos subentendida a exigência de conservação das construções onde aquelas qualidades se vêem assumidas, na medida em que o memorialista lamenta o

²²² *Ib.*, pp. 820 e 821.

²²³ *Ib.*, vol. XXXVII, n.º 87, pág. 964.

²²⁴ *Ib.*, vol. XXIII, n.º 86, pág. 582.

facto de a obra, da qual «se conscrvãõ ainda algumas reliquias»²²⁵, ter sido desfeita séculos atrás pelos nomeados irmãos Roiz. Os indutores do desmancho quatrocentista são criticados pelo relator por se terem orientado pelos seus «interesses particulares sendo cidadãos desta cidade forão tão pouco apreciadores da antiguidade que fizerão acabar e pôr por terra huma das milhores obras e mais enteyras dos Romanos que havia em toda a Europa»²²⁶. Há aqui a noção de que a edificação romana danificada, para além de merecedora de estima pela sua qualidade histórica e material, é encarada como património coletivo eborense, indiciando-se, desta maneira, o entendimento da obra antiga como (mais) um monumento não-intencional do sítio.

Vimos que, em 1728, o incidente descrito fora alvo de juízo semelhante, grafado por Francisco da Fonseca, em *Evora gloriosa*²²⁷. Já então se defendia que a construção «se devia conservar por relíquia das nossas victorias, e padraõ dos nossos triunfos», como oportunamente mencionámos²²⁸. Décadas depois, a *memória* repete o argumento pró-proteção cuja essência reside nos valores rememorativos da muralha. Contudo, a ideia é agora exposta de maneira bem diversa da de Fonseca, nos termos que fizemos questão de transcrever acima. Com efeito, o *memorialista* eborense compõe a sua versão do juízo, num exercício de transformação e de assimilação do raciocínio que prova um trabalho de reflexão e não uma simples reprodução acrítica da opinião de outros, o que assegura uma densidade maior à sua apreciação.

De resto, a questão da salvaguarda das arquiteturas antigas a que se atribui valor de memória volta a aparecer apenas no apontamento citado sobre a

²²⁵ Bluteau dá-nos duas aceções do vocábulo «Reliquias», uma primeira religiosa, referente a objetos sagrados que pertenceram a alguma figura da Igreja, e uma segunda mundana, explicada apenas pela palavra «sobejos» (BLUTEAU, Rafael, *Vocabulario portuguez e latino* (...), vol. VII, Lisboa, na Officina de Pascoal da Sylva, 1720, pp. 223 e 224). Naturalmente, é com este último significado (que não deixa de ter uma forte carga simbólica...) que a nossa fonte recorre a «reliquias».

²²⁶ *Memórias paroquiais*, vol. XIV, n.º 111, pág. 822.

²²⁷ *Vide supra*.

²²⁸ FONSECA, Francisco da, *Evora gloriosa* (...), ob. cit., pág. 63.

«grande antigualha do pórtico do templo de Diana»²²⁹. Nele o relator regozija-se pela «conservação» desse elemento romano que sabemos incorporado nas instalações do matadouro público da cidade²³⁰, situação que não merece qualquer reparo por parte do memorialista, inclusivamente satisfeito com a condição em que se acha o artefacto milenar. Dir-se-ia que a única negligência patrimonial entendida enquanto tal é aquela que elimina as preexistências arquitetónicas atendendo apenas ao proveito individual dos agentes demolidores, à luz do que se volta a afirmar uma certa noção de bem comum então contemplada nos objetos com propriedades históricas e assim também identitárias.

Aliás, o estado de ruína de tais objetos não surge censurado nas fontes que apreciamos, onde se assume até que os imóveis nessa condição estão «servindo de *despertador a nossa lembrança*»²³¹, na expressão lapidar do pároco São Nicolau, em Lisboa, que bem atesta as capacidades rememorativas do contemplado. Mas, na verdade, o poder histórico-evocativo da ruína acaba por se manifestar poucas vezes na documentação que analisamos, onde a circunstância decadente é maioritariamente referida sem a companhia de elucubrações acerca do noticiado.

Há casos, porém, em que a força da ruína como estímulo à memória se exhibe com grande clareza. Atesta-o o testemunho paroquial remetido de Estoi, a propósito dos restos da antiga Milreu, assumida erradamente como Ossonoba, hoje Faro. Relata o memorialista que, perante a violência do terramoto, a prova física de uma ocupação remota do lugar «a pé firme resistio, ainda que velha, e decrépita, aos combates daquelle acérrimo Inimigo, mas contudo, apesar do rigor, e injurias dos tempos, *existe, para memoria do que foi*»²³². O remanescente é assim matéria para conceber

²²⁹ *Memórias paroquiais*, vol. XIV, n.º 111, pág. 822.

²³⁰ *Vide supra*. Pode comprovar-se também em BAYER, Francisco Pérez, “Viagem de Pérez Bayer em Portugal, em 1782”, in *O archeologo português*, série 1, vol. XXIV, pág. 133.

²³¹ As *memórias* de Lisboa estão publicadas em MATOS, Alfredo; PORTUGAL, Fernando, *Lisboa em 1758. Memórias paroquiais de Lisboa*, ob. cit.; o excerto transcrito acha-se na pág. 210.

²³² *Memórias paroquiais*, vol. XIV, n.º 95, pág. 645.

aquilo que foi, ou seja, é matéria que atua sobre a memória graças ao seu valor histórico.

As propriedades rememorativas da ruína, ou da arquitetura que nela se vislumbra, parecem-nos bem perceptíveis nos apontamentos relativos à obra gótica da igreja do Convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo, em Lisboa, pelo pároco do Sacramento que lhe lavra a *memória*²³³. O testemunho recorre à crónica da ordem da casa, que já vimos publicada cerca de uma década antes, para dar a conhecer as peripécias em volta da construção fundada por D. Nuno Álvares Pereira, «que sempre no seu coração propozera edificar este Convento»²³⁴. A explanação paroquial deixa claro o envolvimento pessoal do Condestável na edificação do imóvel do Carmo, avançando mesmo que «todo o seu empenho foi em mandar fazer hum templo»²³⁵. O que acontece a partir daqui é que a obra atendida se vai impondo como um monumento não-intencional, na medida em que, no decorrer da explanação das suas circunstâncias, ela surge como um objeto que apela à recordação, como um objeto no qual o pároco reconhece qualidade histórica.

O memorialista do Sacramento esclarece que, apesar do abalo sísmico ter destruído boa parte do edifício, do Carmo «ainda se conservão alguns sinais e parte por onde se conhece a sua grandeza e manificencia»²³⁶. Em seguida, explica identificar, precisamente entre os vestígios da obra inaugural de instituição narrada e de fundação nobilitada, o pórtico principal da igreja, «formado de arcos de ponto que em arteficio curiozo, vão deminuindo no groso da parede». No interior do templo, volta a atender e a apontar as arcadas da construção primordial cujas «magestozas abobedas, as quais por cada lado se distinguão com cinco polidos arcos de arquitetura gotica»²³⁷ merecem destaque. Ambas as arcarias são formadas por arcos apontados,

²³³ *Id.*, vol. XX, n.º 93 X. *Memória* publicada em MATOS, Alfredo; PORTUGAL, Fernando, ob. cit., pp. 219-240.

²³⁴ MATOS, Alfredo; PORTUGAL, Fernando, *Lisboa em 1758. Memórias paroquiais de Lisboa*, ob. cit., pág. 227.

²³⁵ *Id.*, *ib.*, pág. 233.

²³⁶ *Ib.*.

tipologia primitiva do convento que capta a atenção do pároco e o incita à narração. Ele reconhece tais elementos arquitetónicos como obra que remonta ao intento do Condestável: a construção antiga apela aos seus sentidos e ao seu espírito, mostrando-se matéria de fruição que também estimula a memória.

No relato sobre o Carmo, o valor rememorativo do edifício apresenta-se notoriamente ligado a determinadas características formais da obra, numa manifestação de um certo esclarecimento artístico que destoa da abordagem esmagadoramente comum entre os textos de origem similar, dominados pela ignorância estilística e, sobretudo, pela omissão quanto à feição dos imóveis aludidos.

Verificámos, há pouco, que esta omissão patente nas fontes não inviabilizava o reconhecimento ocasional das qualidades de memória do edificado. Agora, através do testemunho remetido de Lamego, da sua freguesia da Sé, constatamos facilmente que a assunção dessas propriedades evocativas pode conviver também com erros crassos de qualificação estético-cronológica da obra, em especial quando esta remonta a tempos pré-modernos.

A ignorância face aos modos arquitetónicos passados, mais concretamente medievais, ressalta efetivamente da *memória* da Sé de Lamego (incólume ao terramoto), onde vemos as potencialidades rememorativas do edificado expostas de maneira inusitada²³⁸. O religioso lamecense está convicto de que a fachada principal da catedral é obra dos alvares da monarquia portuguesa, adiantando equivocadamente que a igreja «a fundou o Conde Dom Henrique»²³⁹. Da época alegada, «se admira só o frontespício, e torre» do edifício, reportando-se-lhe ainda «a corioza fabrica de notaveis columns,

²³⁷ *Ib.*. Vide *supra*.

²³⁸ *Memórias paroquiais*, vol. XIX, n.º 42. A *memória* da freguesia da Sé encontra-se parcialmente transcrita em BRANDÃO, Domingos de Pinho, “Nicolau Nasoni e a reconstrução da Catedral de Lamego”, *ob. cit.*, pp. 171-200.

²³⁹ *Memórias paroquiais*, vol. XIX, n.º 42, pág. 260.

com immencidades de pyramedes, admiraveis arcos, miudas figuras, e bem lavrados frizos» da frontaria²⁴⁰.



FIG. 13 Sé de Lamego.

Ora, o relato é quase suficiente para classificarmos como góticos os elementos em causa. Realmente, a fachada é nesse estilo mais tardio, posterior à cronologia avançada na *memória* em umas centenas de anos, exibindo ainda decoração quinhentista, manuelina. Na realidade, o que resta da empreitada românica é apenas a torre, que o autor não descreve. Mas a apreciação exposta (e incorreta) não será exclusivamente sua.

Segundo declara, os cônegos em exercício no ano de 1735 decidiram construir o templo «à fundamentis» optando por manter a frente existente, motivados pelos labores que nela se veem²⁴¹. Ao elemento primitivo «o não lançaraõ abayxo, e concervando sua [edifício] antiga memoria, fica servindo de frontespicio à nova»²⁴².

Portanto, entre os intervenientes da narrativa há uma partilha do reconhecimento do valor histórico e ainda artístico da preexistência medieval, apesar da ignorância histórico-estilística na base das considerações. A qualidade evocativa da arquitetura está não apenas reconhecida, mas também apresentada como justificação de uma atitude de salvaguarda patrimonial. A referência às propriedades formais admiráveis da obra antiga e o respeito demonstrado pela qualidade documental da mesma, força-nos a concluir que os atributos nomeados estão perfeitamente intuídos e têm um papel decisivo no tipo de intervenção arquitetónica levada a cabo.

Como vimos anunciando, não é possível tirar ilações semelhantes de outros testemunhos paroquiais que acusam a ideia do edificado como estímulo à memória, sobretudo porque rareiam indicações sobre o tipo intervenção

²⁴⁰ *Id., ib.*

²⁴¹ O memorialista nada adianta acerca do arquiteto desta obra, Nicolau Nasoni. Sobre a obra, consulte-se o estudo de Domingos Pinho de BRANDÃO atrás citado. Veja-se as nossas notas *supra* acerca de Nasoni.

²⁴² *Memórias paroquiais*, vol. XIX, n.º 42, pág. 260.

arquitetónica a que os estragos causados pelo terramoto de 1755 obrigam, não se assumindo a intenção de respeitar ou de por ventura retomar as formas elogiadas, nem sequer o seu contrário. Estas opções surgem-nos avaliadas apenas em duas situações muito precisas, inscritas nas *memórias paroquiais* de Sines e de Ourém, justamente em casos onde os agentes locais se mostram cientes da componente histórica do bem em exame.

Na *memória* de Sines, as possibilidades de intervenção arquitetónica mostram-se abertamente equacionadas nas anotações feitas a propósito da Ermida de Nossa Senhora das Salvas ou Salas, «fundada por Vasco da Gama»²⁴³. As palavras do pároco sobre o impasse vivenciado face aos estragos provocados pelo terramoto no edifício são claras: «sendo dabobeda de arco de alvanaria, e cahindosse hum lanço della da parte da porta naõ se tem descuberto nestas partes oficial que se atreva a continuála com a mesma formalidade, e alem disso se tem estado observando a segurança da parte que ficou para se ver se hade continuarse só a parte que cahiu ou se hade fazerse toda de novo»²⁴⁴.

A questão acabaria por ser solucionada da maneira que se anuncia como a aparentemente mais difícil, com o templo que hoje existe a provar que se “reparou” o tramo destruído com «a mesma



FIG. 14 Abóbada refeita após o terramoto na Ermida de Nossa Senhora das Salas, Sines.

formalidade» dos outros dois, tardo-góticos, ilesos. Do mesmo modo, isto é, seguindo critérios de intervenção condizentes com esta consideração pela obra antiga, houve o cuidado de integrar condignamente as preexistências quinhentistas no frontispício da ermida, onde surgem destacadas.

²⁴³ *Id.*, vol. XXV, n.º 117, pág. 317. Sobre este templo, veja-se a ficha de inventário PT041513010001 do SIPA, disponível no sítio www.monumentos.pt, ou *Da ocidental praia lusitana. Vasco da Gama e o seu tempo*, coord. Mafalda Soares da CUNHA, Lisboa, Comissão nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998. Agradecemos ao Arquiteto Ricardo Pereira o acompanhamento na visita à ermida e a partilha de informação sobre Sines.

²⁴⁴ *Ib.*.

Ora, para levar por diante uma solução trabalhosa e que suscita reservas, mais de dois anos volvidos sobre o terramoto, e que tem em seu forte desfavor a inexistência de obreiros capazes de assumir a intervenção de abobadamento do templo²⁴⁵, é essencial uma determinação sólida, necessariamente fundada em motivos de monta. Somos da opinião de que esses motivos se prendem com o interesse em conservar evidente o prestígio e a origem dignificadora da freguesia em questão, devida ao nomeado vulto da história nacional. Ou seja, entendemos que a intervenção arquitetónica se baseou no valor de memória atribuído ao edifício primitivo ou mesmo no seu reconhecimento como *monumento histórico*. Afinal, a solução de reparo adotada define-se pela deferência face às formas do passado, pelo respeito e persistência das formas associadas à fundação quinhentista da ermida.



FIG. 15 Ermita de Nossa Senhora das Salas, Sines.

Estreitamente relacionados com a instituição do templo, os elementos subsistentes da fachada principal, o portal e as duas lápides que o ladeiam, ambas de função rememorativa explícita, foram integrados na obra do pós-terramoto, como adiantámos. A fundação de Nossa Senhora das Salas por Vasco da Gama, logo avançada na *Memória paroquial* do sítio, está exibida no texto da lápide que perpetua o gesto instituidor do Conde da Vidigueira. Ela faz par com uma outra que, do lado oposto do portal, mostra as armas do

²⁴⁵ Será interessante refletir sobre este dado à luz da ideia de continuidades nas “práticas de estaleiro” que refere Lúcia Rosas, a propósito da intervenção em estilo tardo-gótico realizada na Igreja de Vilar de Frades, cerca de cento e vinte anos antes (ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, *Monumentos pátrios (...)*, ob. cit., pág. 65). No mesmo sentido, considere-se a leitura de PEREIRA, Paulo, “A «traça» como único princípio. Reflexão acerca da permanência do gótico na cultura arquitectónica dos séculos XVI e XVII”, in *Estudos de Arte e história. Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*, Lisboa, Vega, 1995, pp. 190-199. Afinal, o memorialista de Sines anuncia-nos que, na segunda metade de Setecentos, é já difícil de encontrar quem saiba construir à maneira de tempos idos. Aliás, o método de construção das nervuras do tramo em causa não segue a técnica original e construtivamente correta: a Câmara Municipal de Sines restaurou, há pouco, parte desta abóbada e o arquiteto do

célebre navegador. Se a estes dados juntarmos o prestígio declarado de Vasco da Gama na narrativa perfeitamente estabelecida da história de Portugal e a importância da viagem marítima por si comandada até à Índia como um acontecimento decisivo na passagem ao momento áureo da existência nacional²⁴⁶, parece-nos necessário admitir que, no debate em volta da intervenção forçada pelo terramoto, se tenha procurado conservar evidente a origem da ermida, assegurando-o através da manutenção das suas formas primordiais. Desta maneira, a construção pós-sismo assume-se como garante da perpetuação de um legado com passado ilustre, enobrecedor do local.

Do exposto, somos obrigados a regressar à conclusão, que acima adiantámos, da presença da noção de *monumento histórico* na deliberação de reparar o edifício. Porque, como estará por esta altura manifesto, julgamos que a resolução adotada resulta da existência de uma associação mental efetiva entre as formas pretéritas do imóvel e as circunstâncias da sua fundação, ambas mantidas evidentes na obra.

Já antes havíamos inferido uma dedução idêntica, a propósito da intervenção efetuada na Capela do Fundador, no Mosteiro da Batalha, após o sismo. E, de facto, esta proposta interpretativa parece-nos ainda suportada por outros meios, como os apontamentos integrados nas *Memórias paroquiais* que mostram implícita ou explicitamente estabelecida essa ligação entre forma ou estilo e personagem ou contexto histórico. Trata-se de casos pontuais que decorrem sobretudo de obras *manuelinas*, nomeadamente, a igreja matriz de Vila Nova de Foz Côa, «obra do Snr. Rey D. Manoel, hum dos melhores templos»²⁴⁷; a igreja matriz da Golegã, «senaõ o primeiro, hu dos mais sumptuosos templos do Reino» edificado «no meyo da Villa por ordem do

município, Ricardo Pereira, explicou-nos que ficou então evidente a colocação inapropriada das pedras das nervuras em questão.

²⁴⁶ Como se sabe, a personalidade e a ação em causa são centrais no poema épico *Os Lusíadas*. Sobre a evidência de Vasco da Gama e da sua viagem marítima à Índia no meio setecentista português, veja-se, por exemplo, MARIZ, Pedro, *Dialogos de varia historia, em que se referem as vidas dos Senhores Reys de Portugal, com os seus mais verdadeiros Retratos: e noticias dos nossos Reynos*, publicado primeiramente no final do século XVI, acrescentado e reeditado em 1674, 1749 e 1758.

Senhor Rey Dom Manoel»²⁴⁸; e a igreja de São João Baptista, em Moura, «templo Magnifico que mandou edificar El Rey Dom Manoel de Glorioza Memoria [...] famozo templo em todas as suas parte he produto do seu autor»²⁴⁹. Entendemos haver nestas notas a ideia de que a própria materialidade do edifício sugere a figura do monarca, o que confirma a existência de associações do tipo da por nós apontada, para Nossa Senhora das Salas (e para a Capela do Fundador, na Batalha), no início da segunda metade do século.

Certamente, a manutenção do estilo relacionado com o prestígio fundacional da ermida de Sines, na obra de reparo da abóbada, pode ser entendida à luz de uma pretensa unidade estilística da cobertura do edifício. Ao considerar-se esta justificação formal ou da esfera artística, parece-nos pertinente notar a existência de uma certa coerência estilística na relação do tardo-gótico do templo com a obra barroca que o mesmo patenteia, legítima de entrever na fantasia plástica, gosto pela volumetria e pelo decorativo comum a ambos os formulários. A hipótese serve as opções assumidas no frontispício do edifício, onde se optou por justapor ao portal primitivo certas configurações contemporâneas, como a empena contracurvada ou o elemento em argamassa que parte dos pináculos torsos *manuelinos* para a base do janelão, de fatura ulterior, num curioso esforço de integração das preexistências e num diálogo notável da intervenção setecentista com a época de fabrico coeva da instituição.



FIG. 16 Os três tramos de abóbada da nave da Ermida de Nossa Senhora das Salas, Sines, fotografados a partir da capela-mor.

Contudo, para explicar o tipo de intervenção efetuada em Nossa Senhora das Salas, a conjectura que remete ao reconhecimento de valores de ordem rememorativa afigura-se-nos francamente preponderante, e em nada

²⁴⁷ *Memórias paroquiais*, vol. XVI, n.º 138, pág. 868.

²⁴⁸ *Id.*, vol. XVII, n.º 61, pág. 326.

²⁴⁹ *Ib.*, vol. XXV, n.º 234 A, pp. 1745 e 1746.

contrariada pela hipótese formalista, note-se. Aliás, se primordial, o critério de unidade estilística pode ter sido reforçado (teria que sê-lo de algum modo, dada a dificuldade da obra) com o argumento do prestígio da história, das formas que lhe estão associadas. Os dados que permitem inferir neste sentido estão compreendidos na *memória* e encontram-se plasmados na própria obra arquitetónica da ermida, sendo, no demais, suportados pelo relevo cultural do sujeito histórico em questão.

Na *memória* de Ourém é diferente. O reconhecimento da valia rememorativa da sua Colegiada quatrocentista, muito afetada pelo terramoto, está devidamente pronunciado no testemunho paroquial do sítio. Mas no mesmo texto, e em desconcertante incoerência, essa valia surge como que renegada quando chega o momento de ajuizar acerca da intervenção a realizar no edifício. Há aqui uma espécie de conflito ou de dilema entre os valores de memória e os valores de uma outra esfera, valores de contemporaneidade ou de atualidade, que merecem ser tratados em espaço próprio, pela dimensão que gozam nas fontes em análise.

2.2. DOS VALORES DE CONTEMPORANEIDADE OU DE ATUALIDADE

Esclarecemos ao início que esta classe axiológica compreende valores pertencentes ao presente, designadamente o *valor de uso* (ou *utilitário*) e o *valor artístico* (ou *de arte*), onde cabem os valores *de arte relativo* e *de novidade*²⁵⁰. Todas estas propriedades decorrem de uma abordagem à obra como um objeto atual, como um bem que deve satisfazer as necessidades materiais ou espirituais dos sujeitos seus coetâneos. O *valor de uso* tem um carácter mundano e responde exatamente às necessidades do primeiro tipo, na medida em que reporta à utilização prática da obra (neste caso, do edifício). O *valor artístico* tem, por sua vez, um carácter transcendente que responde às necessidades do segundo tipo. Fá-lo, de modo subjetivo e

²⁵⁰ Atente-se aos esclarecimentos prestados *supra*, em “Notas preliminares”. Veja-se RIEGL, Alois, *Le culte moderne des monuments (...)*, trad. e apres. Jacques BOULET, ob. cit., pp. 55, 91 e ss.; e CHOAY, Françoise, *A alegoria do património*, ob. cit., pág. 140.

mutável, através do valor *de arte relativo* que se prende com a apreciação hodierna das formas e das cores das obras antigas. E fá-lo de modo elementar, através do valor *de novidade* que procede da integralidade ou completude das formas e das cores do objeto, aspeto característico de qualquer bem novo.

Como resulta evidente, o valor *de novidade* é identificado por critérios básicos que se detetam sem a necessidade de conhecimentos artísticos ou de maturidade estética. Decorre de uma «opinião milenar que confere ao novo uma incontestável superioridade face ao velho»²⁵¹, juízo que faz do valor em causa uma qualidade extremamente popular, se não mesmo predominante, entre nós, como em meados do século XVIII.

Com efeito, o elogio às obras recentes ou proximamente intervencionadas ressalta de diversas fontes, sobretudo dos testemunhos paroquiais, que já sublinhámos serem por norma pouco expansivos em questões de arquitetura. A acima aflorada *memória* de Ourém confirma-o, mas com a particularidade de acusar o poder de atração exercido pelo valor de novidade (e ainda uma certa volatilidade do valor de arte relativo), num texto onde a consciência da qualidade rememorativa do edificado está também claramente presente, em particular na referência à Colegiada do sítio.

O memorialista local, para quem o edifício gótico, erigido perto de meados do século XV, merece ser louvado em termos como «o Senhor Conde de Ourem Dom Affonso tinha feito a Jgreja da insigne Colegiada, *obra antiga de primorosa, e polida fabrica*»²⁵², exprime a sua consternação e a dos paroquianos face aos graves estragos infligidos pelo terramoto no edifício, do qual subsistiu apenas a



FIG. 17 Cabeceira da Igreja da Colegiada de Ourém e muralhas.

²⁵¹ RIEGL, Aloïs, *Le culte moderne des monuments (...)*, ob. cit., pág. 97, tradução nossa.

²⁵² *Memórias paroquiais*, vol. XXXVI, n.º 51, pág. 397. Itálico nosso.

capela-mor e a cripta²⁵³. Mas, depois de lamentar a destruição do templo que exaltara, declara aguardar a conclusão dos trabalhos de «reparo» em curso para ver a obra «*no seu primeiro estado, e melhor, por agora se fazer a moderna ainda que pella mesma planta que antes tinha*»²⁵⁴.

Quer dizer, as qualidades extrínsecas e intrínsecas, rememorativas e artísticas que começa por reconhecer na obra original são seguidamente suplantadas pela obra nova, «moderna» que a substitui e assim «repara» a «grande ruína» imposta pelo terramoto. Ora, nesta preferência, sobressai justamente a apreciação preponderante do referido valor de novidade, o tal «primeiro estado» que entusiasma o pároco.

O inquirido de Ourém desconhecia certamente que a intervenção arquitetónica ordenada pelo rei D. José viria a integrar o exterior da cabeceira gótica e a cripta do mesmo período, mantendo-se aí o túmulo primitivo de D. Afonso, 1.º Marquês de Valença e 4.º Conde de Ourém. A obra realiza-se sob projeto de Carlos Mardel²⁵⁵, engenheiro-militar da Lisboa pombalina, e acusa o interesse em manter visíveis, no edifício novo da igreja, as preexistências medievais que resistiram ao terramoto, em particular a cripta e a arca tumular com o jacente do fundador. A atitude de salvaguarda manifestada decorrerá do modo esclarecido como aqueles que decidem sobre a intervenção apreendem determinadas formas arquitetónicas, entendendo-lhes a dimensão histórica e simbólica.

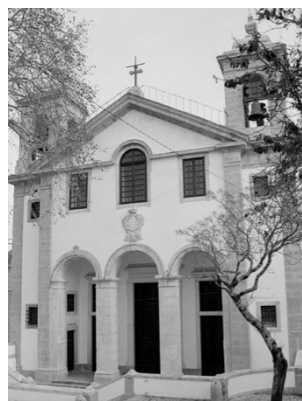


FIG. 18 Igreja da Colegiada de Ourém e muralhas.

Cremos que a reflexão em torno da obra não terá permanecido imune ao embate entre o significado do antigo e o conforto do novo. Está latente a tensão em que existe o vetusto, histórico ou rememorativo em face da ideia de completude, modernidade ou atualidade da arquitetura. O pesar desta

²⁵³ *Id.*, pág. 405.

²⁵⁴ *Ib.*. Itálico nosso.

²⁵⁵ Veja-se ROSSA, Walter, “Do plano de 1755-1758 para Baixa-Chiado”, in *Monumentos*, n.º 21, Lisboa, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2004, pág. 41, nota 18.

oposição oferece-se-nos devidamente sumariado na passagem do *Mappa de Portugal* em que João Baptista de Castro confessa: «Seria objecto de compaixão ver aqui demolir as sagradas fabricas dos *Templos antigos*, em que a mesma antiguidade do desenho recommendava respeito, se depois não vissemos das mesmas ruinas resuscitar outras *de novo com tão melhorada idéia, e gosto* de architectura»²⁵⁶. A opinião transcrita fora proferida oito anos antes do grande sismo e novamente impressa depois dele, na edição revista e aumentada pelo autor que assim lhe comprova a atualidade²⁵⁷.

Na verdade, o apreço declarado pela obra nova, exposto nos pareceres atendidos, não esclarece somente a importância atribuída ao valor de novidade do edificado. Da leitura dos excertos resultará claro que os juízos neles contidos demonstram igualmente a predileção pela estética contemporânea dos imóveis, perpassando assim ao campo do valor de arte relativo.

Nesta perspetiva, lembramos a opinião exteriorizada pelo memorialista de Alcobaça a propósito da sacristia em construção no mosteiro da vila, obra nova «que pello seu risco, primor e manufactura excederá a [centenária] arruinada» pelo terramoto no mesmo local²⁵⁸. Também como que condensados, ambos os valores artísticos podem ser lidos na *memória* de Estoi, a propósito dos danos causados pelo terramoto nos edifícios da freguesia: «quase tudo se acha ao presente reedificado, e na sua pristina disposição, ainda que com mais vistoza e agradável prespectiva, principalmente a Igreja»²⁵⁹. Ou, igualmente, na declaração muito lacónica do pároco de Avelãs de Cima, em Anadia, sobre igreja local, «das boas e mais

²⁵⁶ CASTRO, João Baptista de, *Mappa de Portugal*, ob. cit., vol. II, pp. 16 e 17. Itálico nosso.

²⁵⁷ Some-se à citação copiada as afirmações do autor sobre a nova Igreja do Convento do Santíssimo Sacramento (*Mappa de Portugal*, ob. cit., vol. III, pág. 244) e sobre a Igreja de São José dos Carpinteiros (*id.*, pp. 284 e 285).

²⁵⁸ *Vide supra*.

²⁵⁹ *Memórias paroquiais*, vol. XIV, n.º 95, pág. 649.

modernas» do bispado, garante, ao dedicar-se ao tópico dos «edifícios notáveis» na sua *informação*²⁶⁰.

No que ao gosto pela estética coeva diz respeito, vale a pena considerar o testemunho manuscrito de Manuel Portal, *Historia da ruina da cidade de Lisboa*, dedicado a aclarar o impacto da catástrofe de 1755 na capital²⁶¹. Entre as muitas narrativas do sismo extra *informação e memórias*, este relato destaca-se pelo cuidado posto na descrição dos acontecimentos do 1.º de novembro em Lisboa e pela diligência com que se encontra exposta a situação vivida na região da Corte nos meses seguintes à catástrofe. A desenvoltura no tratamento do tema distingue-o dos demais manuscritos avulsos coetâneos, essencialmente longos e áridos róis das perdas materiais provocadas pelo terramoto²⁶².

Do conteúdo de teor arquitetónico ou patrimonial da *Historia da ruina da cidade de Lisboa* sobressai, com evidência, o elogio à obra cronologicamente próxima ou com uma linguagem chegada à do tempo de escrita do volume²⁶³. Há uma dilação pelo edificado de estilo barroco, formulário conforme ao gosto e cultura visual do narrador, que inferimos da preferência pela explanação de obras, mormente templos, de construção relativamente recente. Nas descrições deixadas por Manuel Portal nota-se o deleite suscitado pela riqueza dos adornos, das alfaias e paramentos no interior desses edifícios que privilegia e entre os quais tem destaque assumido o Convento do Espírito Santo, casa da Congregação do Oratório que o autor habita até à calamidade de 1755. Parece ser a opulência e a relativa atualidade estética dos edifícios aquilo que o estimula a expor aspetos dos mesmos, revelando assim o tipo de qualidades que lhes reconhece, essencialmente relacionadas com o presente²⁶⁴.

²⁶⁰ *Informação dos párocos sobre o terramoto*, ob. cit..

²⁶¹ PORTAL, Manuel, *Historia da ruina da cidade de Lisboa* (...), ob. cit., vol. III, 1928.

²⁶² Veja-se os manuscritos extra-inquéritos compilados por SOUSA, Francisco Luís Pereira de, *O terramoto do 1.º de Novembro de 1755 em Portugal* (...), ob. cit..

²⁶³ PORTAL, Manuel, *Historia da ruina da cidade de Lisboa* (...), ob. cit., pp. 576 e ss..

²⁶⁴ Veja-se a descrição da Igreja de São Julião, *apud* SOUSA, Francisco Luís Pereira de, *O terramoto do 1.º de Novembro de 1755 em Portugal* (...), ob. cit., pág. 576.

Esclareça-se que o gosto pela expressão artística que as nossas fontes entendem como moderna é uma preferência, não um absoluto, não uma intransigência²⁶⁵. A arquitetura de feição eclética é comum no Portugal de Setecentos, onde um mesmo imóvel acumula naturalmente as marcas de épocas e de gostos diversos. Com efeito, a heterogeneidade formal dos edifícios não parece perturbar os autores dos textos a que acudimos. Alguns casos que o atestam foram inclusivamente abordados atrás, nomeadamente, na passagem dedicada à Igreja de Santa Maria de Serpa, templo medieval e moderno que os memorialistas classificam como «magnifico»²⁶⁶.

A arquitetura compósita acha-se do mesmo modo tolerada na explanação da Catedral de Évora registada na *memória* da Sé, onde está até bastante patente²⁶⁷. O «Templo magnifico, e dos milhores do Reyno» é «de arquitetura gotica taõ forte como bem diliniada»²⁶⁸, como se lera antes em *Evora gloriosa*, de Francisco da Fonseca, que seguirá servindo de inspiração num ou noutro apontamento sobre a Sé. O memorialista detém-se no sistema de sustentação do templo, as «montanhas de pedra de notavel grossura e grandeza» que são os seus pilares²⁶⁹. A estrutura merece-lhe admiração pela simetria da disposição e pela resistência comprovada desses «quatorze pedestais»²⁷⁰. Graças a ela, «despois de tantos seculos se admira a pericia de seu author»²⁷¹. O entusiasmo assinalado perante a obra tardo-medieval excede francamente as apreciações deixadas por Fonseca em *Evora gloriosa*. No testemunho paroquial, o gosto pela destreza técnica do gótico (talvez mais do que pelas suas formas...), convive tranquilamente com o aplauso à estética da capela-mor clássica traçada pelo «grande João Fedorico»

²⁶⁵ Note-se que a própria prática artística em Portugal ao tempo, e durante toda a segunda metade do século, se caracteriza precisamente pela diversidade. Veja-se ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira, *O Porto na época dos Almas*, vol. I, [s.n.], Porto, 1988, pág. 10. Refletindo sobre essa falta de unidade de gosto, o historiador remete ao estudo Yves Bottineau, «Quelques nuances du goût dans le Portugal des lumières», cujo título sublinha bem o afirmado.

²⁶⁶ *Memórias paroquiais*, vol. XXXIV, n.º 137, pág. 990; e vol. II, n.º 5. *Vide supra*.

²⁶⁷ *Id.*, vol. XIV, n.º 111, pág. 810.

²⁶⁸ *Ib.*.

²⁶⁹ *Ib.*.

²⁷⁰ *Ib.*.

²⁷¹ *Ib.*.

Ludovice²⁷². Os «finissimos marmores, e engraçadas pedras de diverssas cores lustrozas, tão polidamente lavradas» da capela fazem parecer que «se esgotou nella o primor e esmero da arte». No texto, encontramos destacadas aquelas que são, para o redator, as qualidades artísticas do edifício, valor de arte relativo detetado em expressões plásticas que comprovámos de género muito variado, antigo e moderno.

Para este tipo de sensibilidade, que sublinhámos ser a mais comum, as intervenções arquitetónicas de feição contemporânea, realizadas sobre edifícios centenários, são perfeitamente adequadas.

Curiosamente, na *memória paroquial* do Redondo, a estima suscitada pela obra moderna ganha outros contornos, permitindo intuir a existência de um (raríssimo) espírito de unidade de estilo ao tempo²⁷³. É um caso absolutamente singular no universo de fontes em estudo, a que acresce a particularidade de o gosto pelo contemporâneo se apresentar na forma de preconceito estético, anunciado no cotejo com elementos de um estilo passado cujas feições o prior não consegue deixar de admirar²⁷⁴. Vejamos: «o tecto [da igreja matriz] é de aboboda de primoroza architettura, *ainda q[ue] antiga*, e o feixo della todo de aranha, e artezões»²⁷⁵. O elemento “antigo” destoa da abside do templo, «feita á fundamentis ao moderno» na mesma empreitada que há pouco reformulara as demais capelas do edifício. Para o relator, a falta de correspondência estilística entre os dois momentos construtivos não perturba a «bella prespectiva» que se oferece ao espectador, «ainda q[ue] p[ar]a os professores da arte seja ethorogenea [sic] na architettura»²⁷⁶. Segundo parece, o *memorialista* está ao corrente dos preceitos arquitetónicos contemporâneos mais eruditos que pugnam pela unidade formal, opondo-se a uma estética mesclada, popular e de prática generalizada, resultante de contínuos acrescentos e reparos conformes ao

²⁷² *Ib.*.

²⁷³ *Ib.*, vol. XXXI, nº 36.

²⁷⁴ Note-se que referimos atitude semelhante em Piedade e VASCONCELOS, a propósito de alguns juízos que deixou registados em *Historia de Santarem edificada (...)*, ob. cit.. Vide *supra*.

²⁷⁵ *Memórias paroquiais*, vol. XXXI, nº 36, pág. 190. Itálico nosso.

gosto artístico coevo, independentemente do estilo definido na obra intervencionada.

Nos escritos que analisamos há algumas outras alusões à antiguidade dos edifícios, mas quase sempre sem anotações adicionais acerca da anciandade declarada do património, o que resulta no fraco esclarecimento sobre a atribuição ou não do valor de arte relativo a esses elementos. Quando se afirma a vetustez da obra, poucas vezes se explica de onde ela é inferida. Naturalmente, existem exceções, mas também elas pouco desenvoltas: o memorialista de Monforte escreve que a capela-mor da sua matriz é «de abobeda com seos Laços a antiga»²⁷⁷, o de Santa Maria Madalena, daquela vila alentejana, indica apenas ter uma «Igreja antiga pella sua Architectura»²⁷⁸. Nestas exceções, inclua-se ainda as notícias de algumas freguesias escalabitanas que repetem os apontamentos elaborados, cerca de década e meia antes, pelo já citado Inácio da Piedade e Vasconcelos, designadamente as que tratam de Santa Maria da Alcáçova e de Marvila, cujo memorialista colhe de *Santarem edificada*, sem a nomear, a avaliação do portal principal da igreja, «arquiada e guarnecida de enlaçadas pedras, que bem mostraõ a sua antiguidade», entre outros²⁷⁹.

Seguindo a linha destes testemunhos, mas sendo bem menos elucidativo do que os exemplos anteriores quanto àquilo que traduz a antiguidade do edifício, a *memória* da paróquia de São Pedro, em Elvas, indica o templo local, «de pedraria muyto antiga»²⁸⁰. O estilo dessa «Igreja muyto antiga, e muyto mal feita»²⁸¹ desagrada ao relator sem, contudo, o impelir a descrever as formas do edifício que, pelas partes sobreviventes ao sismo, vemos ter sido de arquitetura gótica. Obviamente insatisfeito, o pároco não atribui valor de arte relativo à estética medieval em causa ou à sua expressão particular no templo de Elvas.

²⁷⁶ *Ib.*, pág. 190.

²⁷⁷ *Id.*, vol. XXIV, n.º 179, pág. 1188.

²⁷⁸ *Ib.*, vol. XXIV, n.º 179a, pág. 1217.

²⁷⁹ *Ib.*, vol. XXXIII, n.º 66g, pág. 525; e VASCONCELOS, Inácio da Piedade e, *Historia de Santarem edificada* (...), ob. cit., pág. 99.

Ao contrário, as formas góticas acham-se exaltadas na *memória paroquial* de Portimão²⁸². O relator gaba abertamente o seu templo, enquanto o caracteriza, deleitado, sem propor uma classificação artístico-estilística da obra. A igreja, de que restou apenas o portal, é descrita com a configuração que exibia até ao terramoto, com «huma estupenda colunata, que a divide em três navéz, cujas alem de muyto elevadas, e bem proporcionada grandeza, se formão de cada parte sobre elles cinco arcos, de pedra também lavrados, lançados e cahidos com tal naturalidade, que não somente fazem este templo celebre, mas não aver outro, que lhes exceda, nem iguale, entodo este Reyno do Algarve»²⁸³. Apesar de inexistir qualquer esclarecimento histórico ou cronológico sobre o edifício ou sobre as suas feições no texto, durante a explanação da obra, é visível o agrado do religioso na experiência do espaço gótico, cuja apetência pelo alto se mostra satisfeita através da arcaria cuidada.

Será já evidente que o apreço explícito pela arquitetura que escapa às normas clássicas da arte se descobre poucas vezes na documentação em exame, estando essas escassas, mas muito significativas ocorrências identificadas por nós em parágrafos anteriores desta dissertação. O gosto pelo gótico, estilo que antes demonstrámos mal precisado e por compreender, está longe de ser consensual no Portugal setecentista²⁸⁴, onde tende mesmo a suscitar algum desprezo e desconforto no seio da elite do reino, junto de quem recebe a notícia da voga e domínio das formas clássicas espriadas pelos grandes centros europeus²⁸⁵. Julgamos que a ausência de definição dessa estética, para mais carente de apoio cultural e de suporte teórico-

²⁸⁰ *Memórias paroquiais*, vol. XIII, n.º 51 b, pág. 124.

²⁸¹ *Id.*, pág. 122.

²⁸² *Ib.*, vol. XXIX, n.º 230.

²⁸³ *Ib.*, pág. 1616.

²⁸⁴ *Vide supra*. GOMES, Paulo Varela, *A cultura arquitectónica e artística em Portugal no séc. XVIII*, ob. cit..

²⁸⁵ Esta cultura estética encontra-se, por exemplo, em MACHADO, Cirilo Volkmar, *Collecção de memórias (...)*, ob. cit., *passim*, pp. 125, 128 e 130. Como vimos afirmando, a questão do gótico e da abordagem ao estilo feita por Cirilo e pelos seus contemporâneos, já perto de Oitocentos, é trabalhada adiante.

prático²⁸⁶, poderá ajudar a explicar a mímica descritiva e analítica dos exemplares góticos nas nossas fontes, bem como o apreço rasgado que nelas se manifesta pela estética atual.

A vantagem conquistada pela obra contemporânea nos escritos em exame parece beneficiar ainda da aglutinação que cremos ser-lhe feita de uma outra qualidade, ultrapassando assim o mero âmbito dos valores artísticos. Entendemos que quando os autores afloram o seu gosto pelo moderno, eles não estão apenas a ter em conta a capacidade de um imóvel responder aos requisitos estéticos contemporâneos, estão também a considerar a adequação do edifício às exigências funcionais (quase sempre culturais) correntes. Isto é, estão também a estimar o valor de uso do edificado.

E sobre o valor de uso, o que a documentação nos mostra é que, quando a qualidade está ativa num imóvel, ele perdura. Poderá ser mais difícil, para esse edifício, valorizar-se enquanto objeto de memória, devido ao carácter prático que incorpora, mas é a sua utilização presente que lhe garante futuro. Atente-se à *memória paroquial* de Santiago de Coimbra, onde o prior esclarece que a torre da Almedina, entre as «antiquíssimas» do castelo e das muralhas da cidade, «se conserva», «serve de se fazerem as audiências» de justiça e como local para as juntas do Senado²⁸⁷. Efetivamente, o emprego adequado do património edificado contribui para a sua permanência; por ter emprego, outra torre «de igual grandeza e antiguidade», situada no Mosteiro de Santa Cruz e danificada pelo terramoto, vê a sua existência assegurada, pois «se tem reparado [...] ao fim de nella se collocarem os sinos»²⁸⁸.

É, aliás, o valor de uso de um edifício que lhe garante a intervenção arquitetónica de restabelecimento após o sismo. As fontes não nos dizem que as fortalezas seculares, caducas e arruinadas são acudidas após o terramoto; na verdade, os autores sequer o solicitam. Mas as fontes dizem-

²⁸⁶ CHOAY, Françoise, *A alegoria do património*, Lisboa, Edições 70, col. Arte & Comunicação, 71, 2000, pág. 128.

²⁸⁷ *Memórias paroquiais*, vol. XI, n.º 349, pág. 2372.

²⁸⁸ *Id.*, *ib.*.

nos que as habitações e os locais de culto atendidos estão ou deveriam estar a ser socorridos no rescaldo da catástrofe.

No léxico empregado a propósito da recuperação abundam as palavras “reparar” e “reedificar”, com as quais nos deparámos, por diversas vezes, em ocasiões anteriormente atendidas²⁸⁹. Segue-as em número “consertar”, sendo que em apenas quatro casos achamos eleita a palavra “restaurar”²⁹⁰. A realidade ou condição conhecida dos edifícios em que uma ou outras expressões foram utilizadas leva a concluir a inexistência de uma prática de intervenção claramente correspondente a cada uma delas, aliás, com definições pouco precisas no dicionário vigente de Bluteau²⁹¹. A existirem diferenças, nunca normativas, relacionar-se-ão mais com a escala da intervenção do que com os princípios que a regem. Assim, “reparar” e “consertar” aparecem mais comumente em referência a situações menores, como rachas e “reedificar” surge com maior frequência em casos de monta, como os que implicam elementos estruturais do edifício ou requerem a sua construção “*a fundamentis*”, expressão também corrente. Mas, na verdade, o recurso a “reparar” para intervir sobre danos de vulto também se acha amiúde nos escritos, o que prova serem imprecisos os termos levantados e as práticas referentes a qualquer um deles. A ambiguidade prevalece nas situações em que detetamos a palavra “restaurar”, embora ela possa parecer tenuemente associada a obras de alguma envergadura – em Portimão, a ermida de «Santa Izabel se acha *restaurada*, das demais só se achão *reparadas*»²⁹². Arriscaríamos aditar que a ideia de “restauro” se prende mais com o restabelecimento do uso dos edifícios do que com a restituição da sua condição física, quer dizer, o argumento fundamental é o da reposição das

²⁸⁹ O mesmo se verifica na documentação imediatamente sequente ao sismo do MNEJ, nomeadamente, cx. 37, mç. 46.

²⁹⁰ *Memórias paroquiais* das freguesias de Olhão (vol. XXVI, n.º 16, pág. 145); Portimão (vol. XXIX, n.º 230, pág. 1623); Santa Engrácia (vol. XX, n.º 93 f, pág. 773) e São Martinho (vol. XX, n.º 93 r, pág. 845), em Lisboa.

²⁹¹ “Reparar”, BLUTEAU, Rafael, *Vocabulario portuguez e latino (...)*, vol. VII, Coimbra, ob. cit., pp. 253 e 254; “Reedificar”, *id.*, *ib.*, pág. 181; “Concertar”, *ib.*, vol. II, Coimbra, no Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712, pp. 433 e 434; “Restaurar”, *ib.*, vol. VII, ob. cit., pág. 295.

²⁹² *Memórias paroquiais*, XXIX, n.º 230, pág. 1623.

funções do espaço, enquanto que em “reparar” ou “reedificar” é o objeto arquitetónico que tem um lugar essencial.

Como se apontou, a ausência de esclarecimentos sobre as intervenções efetuadas tem uma predominância massiva na documentação em estudo. Mas como também se viu pelos comentários à sacristia do Mosteiro de Alcobaça, à Ermida de Nossa Senhora das Salas, em Sines, e à Colegiada de Ourém, nas respetivas *memórias*, há ocorrências alheias à regra.

Embora sem a clareza e significado dessas outras, cabe aqui referir outros casos que se fazem singulares, entre as fontes, por trazerem adendas ao simples anúncio de intervenção no edificado. Entre eles, avance-se com o testemunho referente ao templo atualmente inexistente de São Martinho, em Lisboa, «Igreja restaurada, e com melhor estado constituida, que era possível no tempo presente, acha-se feita de novo a sua capella mor, que se fez de estuque, o que era abobada, e está segurissima de tudo»²⁹³. A solidez do edifício e a existência de uma capela-mor apta, exigência dos cânones romanos para a colocação do Santíssimo, são as preocupações que ressaltam do apontamento. Note-se como o memorialista restringe a explicação aos aspetos que garantem a capacidade do templo para retomar as suas funções litúrgicas, nada avançando sobre as formas ou sobre a plástica escolhidas para alcançar esse fim. Este escrito partilha com a *memória* de Dois Portos (Torres Vedras) o pragmatismo do discurso: a «ruína, como foi a da cappella Mor da Parochia desconjuntando a Abobeda das paredes, que para se evitar mayor perjuizo fes-se prercizo ser espedada emquanto se não deitava de todo a baixo, o que com efeito se fez, e já se acha novamente reparada»²⁹⁴.

Bastante mais explicativa, a *memória* de São Brás de Alportel conta que o prior «com fervoroso zelo cuidou logo em reparar as ruínas, mandandolhe correr todos os telhados, q[ue] estavaõ na ultima consternação [...] mandando lançar abayxo a Capella mor, q[ue] estava prometendo

²⁹³ *Id.*, *ib.*, vol. XX, n.º 93 r, pág. 845.

²⁹⁴ *Id.*, vol. XXX, n.º 234, pág. 1807.

decadência [...] e a mandou fazer com hu zimbório de lunettas, deyxandolhes abertas trez janellas [...] p[ar]a q[ue] ficasse mais illuminada [...] [e] no lado p[ar]a a parte do norte fica a porta travessa, q[ue] se pretende alargar p[ar]a se livrar dos apertos, q[ue] se recolhessem nas saidas, e p[ar]a este effeito se tem já Lavrado a pedraria»²⁹⁵. Da notícia retira-se mais ter sido poupada «a porta principal da Igreja, q[ue] he de pedraria antiga, obra q[ue] parece ser feita pelos mouros no tempo, q[ue] conquistaraõ estas Províncias, e q[ue] esta Igreja lhes serviria de Mesquitta»²⁹⁶, parece-nos porque incólume ao terramoto e capaz de servir às funções do edifício, dada a ausência de indícios de apego à antiguidade da construção ou às suas formas no testemunho que sustentem outras razões²⁹⁷.

Da explanação ressalta, primeiro, a vontade de atualizar a ambiência da igreja, e depois, o horizonte de uso prático do edifício, isto é, o valor de utilidade como regente da intervenção arquitetónica levada a cabo, dominada, assim, por valores contemporâneos.

2.3. ALGUMAS CONCLUSÕES. A EMERGÊNCIA DO MONUMENTO HISTÓRICO E A EXPLANAÇÃO DO CONCEITO

A análise das respostas aos interrogatórios distribuídos na sequência do sismo junto com o estudo das narrativas coevas que versam o tema do terramoto permitiu-nos detetar um leque variado de atitudes relativamente à arquitetura interpelada pela catástrofe. Há relatos que deixam transparecer o apelo rememorativo da obra e que vêem a secularidade das formas da construção como virtualidades dos edifícios, ao mesmo tempo que há escritos onde são preferidas a atualidade e integridade arquitetónicas dos imóveis,

²⁹⁵ *Ib.*, vol. III, n.º 19, pp. 165 e 166..

²⁹⁶ *Ib.*..

²⁹⁷ Desconhece-se o edifício em causa, profundamente alterado pela obra realizada a expensas do bispo do Algarve, D. Francisco Gomes do Avelar, entre 1799 e 1810. Pouco se sabe da Igreja Matriz de São Brás de Alportel anterior a esta campanha. Veja-se, por exemplo, a ficha de inventário PT050812010004 do SIPA, disponível no sítio www.monumentos.pt.

aspectos que os tornam capazes de responder às necessidades de uso, qualidade que vimos devidamente considerada nas apreciações examinadas.

Não obstante a diversidade das abordagens, verificámos que estas últimas, invocando a primazia das propriedades de novidade e de uso dos edifícios, bem como a modernidade estética dos espaços, são prevalecentes entre os testemunhos. Com efeito, os valores de atualidade mostraram-se a tônica dominante nas referências à arquitetura abalada, justificando intervenções em conformidade nos imóveis centenários atingidos pelo sismo.

Embora em desvantagem, os valores de memória não-intencionais que repousam no património arquitetónico, à mercê do trabalho concetual do observador, estão também reivindicados nas fontes. Como se atestou, os atributos rememorativos da arquitetura encontram-se pontualmente registados, quase sempre latentes, implícitos ou subentendidos em referências ao construído, sobretudo, nas alusões que lhe vimos feitas no âmbito das *Memórias paroquiais*.

Recorde-se que nos deparámos igualmente com situações em que o poder evocativo dos edifícios está presente de forma vincada; casos onde o objeto arquitetónico surge como bastião da recordação de feitos, personalidades e tempos passados, de que se assume símbolo operativo. Nestas ocorrências o imóvel existe já como *monumento histórico*, ainda que o conceito, pelos anos de 1755-1758, apenas se possa intuir. Na verdade, a noção de monumento histórico percebe-se com maior vigor e especial convicção, por essa altura, quando aos relatos em causa acrescentamos os dados retirados de intervenções arquitetónicas inusuais, como as que vimos praticadas na Capela do Fundador, no Mosteiro da Batalha, ou na Ermida de Nossa Senhora das Salas, em Sines, fiéis ao estilo primitivo dos respetivos edifícios. O reconhecimento, que este tipo de operações pós-terramoto corrobora, do valor histórico e do valor artístico dos bens em causa, justifica e assegura-lhes a preservação, conduzindo-nos assim ao significado pleno e exato do conceito *monumento histórico*.

Estes exemplos tornam legítimo concluir que há épocas da história de Portugal que gozam de uma especial estima ao tempo, épocas privilegiadas pelo sucesso que representam, como seja o da bravura e da independência de Portugal, na afirmação de D. João I (com o apoio do Condestável), e o da fortuna do reino, durante o reinado de D. Manuel; teoria, aliás, reforçada por casos coevos, que analisaremos algumas páginas adiante²⁹⁸.

Há que esperar aproximadamente quinze anos para encontrar tais princípios definidores da noção de monumento histórico devidamente elencados: é em meados do ano de 1773 que o Marquês de Pombal divulga a ordem do rei D. José afirmando que o «antigo, e distinto retabulo de pedra da Capella Mor» da igreja do Mosteiro da Pena, em Sintra, «deve ser conservado, e resguardado, como hum *Monumento da memoria do seu Fundador*»²⁹⁹. Até lá, houve que reerguer física e animicamente o reino, mormente a sua capital, repetindo os atos de destruição e de revivescência face à arquitetura preexistente anuciados detetados.

A necessidade de pensar aturadamente a recuperação da ruína deixada pelo terramoto, obriga a debater o futuro do património arquitetónico centenário afetado pela catástrofe. Em tal conjuntura, os valores materiais, as propriedades artísticas e os atributos transcendentais dos bens implicados no debate deverão estar especialmente avivados. Vejamos, seguidamente, como se articulam os predicados do património arquitetónico na correspondência entre o poder político e os seus agentes, universo documental onde se define a atuação de resposta a dar à destruição.

²⁹⁸ Pensamos na igreja do Mosteiro de Santa Maria de Belém e na igreja do Convento do Carmo de Lisboa. *Vide* capítulo 3.

²⁹⁹ AHMOPTC, MR, “Registo de decretos, alvarás e consultas, e ordens e outros documentos respeitantes à Junta do Comércio (1770-1775)”, fls. 222 e 222v. Itálico nosso. O texto deste documento encontra-se repetido, com diferenças insignificantes (essencialmente ortográficas), na forma de Aviso em ANTT, IOP, lv. 1, fls. 54v e 55. LIMA, Madalena Costa, “Consertar ou demolir? Contradições das Luzes nas atitudes de intervenção arquitectónica do pós-terramoto”, ob. cit., pág. 172.

3. AS PREEXISTÊNCIAS ARQUITETÓNICAS NAS DELIBERAÇÕES DO PODER SOBRE O PATRIMÓNIO VITIMADO. ENTRE AS SECRETARIAS E OS ESTALEIROS DE OBRA NA CORTE

O volume de edifícios lesados pelo terramoto de 1755 e o número de dificuldades que suscita intervir sobre as suas subsistências explicam porque os imóveis danificados são uma realidade discutida para lá do século. Durante as primeiras décadas de Oitocentos ainda se pondera o destino dos edifícios ditos “arruinados” nos registos da Intendência das Obras Públicas, nos assentos do Juízo da Inspeção de Bairros de Lisboa ou na documentação do Ministério do Reino³⁰⁰. Cabe, por isso, esclarecer que neste ponto do trabalho atenderemos fundamentalmente aos anos imediatos ao sismo, em particular aos do reinado de D. José e do governo do seu valido Sebastião José de Carvalho e Melo. Para o período indicado, é evidente que as questões urbanísticas suscitadas pela construção da cidade nova de Lisboa se impõem como tema incontornável a todos quantos afloram o tópico *terramoto*³⁰¹. Compete, portanto, adiantar que os assuntos concernentes aos planos da cidade são marginais à matéria da nossa dissertação, focada nos critérios de intervenção arquitetónica da época, isto é, na obra que se realiza sobre preexistências, não na obra feita de raiz.

A densidade de construção e o volume de habitantes da Lisboa setecentista anterior ao sismo suplantam largamente a estatística de outras partes do reino, determinando a magnitude do impacto experimentado na corte no fatídico 1.º de novembro, em particular na área da Baixa-Chiado, zona onde aquelas características estão acentuadas. O rastro de destruição que o

³⁰⁰ Como indicamos nas Fontes da presente dissertação, consultámos o subfundo IOP e o fundo *Juízo da Inspeção dos Bairros de Lisboa* do ANTT; quanto ao MR, consultámos o fundo do ANTT e o do AHMOPTC. A Intendência das Obras Públicas, por exemplo, examina o Convento de Nossa Senhora da Piedade da Esperança, em Lisboa, em 1829, para averiguar as ruínas do terramoto de 1755 e fazer o orçamento das obras respectivas (ANTT, IOP, lv. 324, pp. 187-196).

³⁰¹ Sobre a Lisboa construída a pretexto do terramoto de 1755, ver o estudo inaugural e fundamental de FRANÇA, José-Augusto, *Lisboa pombalina e o Iluminismo*, ob. cit.; e, entre as publicações mais recentes que indicamos na bibliografia, o conjunto de estudos reunidos em *O Terramoto de 1755. Impactos históricos*, org. Ana Cristina ARAÚJO *et al.*, Lisboa, Livros Horizonte, col. Cidade de Lisboa, 46, 2007.

terramoto e o sequente incêndio deixam na capital, onde todos os imóveis de vulto padecem em maior ou menor grau com a catástrofe, impõe uma ação política rápida e firme que intervenha ou autorize a intervir nos edifícios de uma de duas maneiras: demolindo ou aproveitando o remanescente, o que compreende, por sua vez, outro par de opções: reutilizar ou consertar o que os elementos a manter³⁰².

Demolir foi a opção essencial na Baixa de Lisboa e na sua *alta*, o Chiado, objetos de um plano reformador sem precedentes que vem atualizar a estética da cidade, fazendo-a conforme aos preceitos civilizadores do homem das luzes. Esta atitude de manifesta rutura, imbuída de uma conceção política precisa, acha-se sustentada pela *Dissertação*³⁰³ do reputado engenheiro-mor do reino, Manuel da Maia, e propagandeada pelas *Memorias das principaes providencias, que se deraõ no terremoto*³⁰⁴, panegírico da empresa josefino-pombalina que rapidamente se põe em marcha. A exposição de Manuel da Maia sobre a *renovação* da cidade começa a ser redigida pouco após o sismo e ficará concluída em um punhado de meses; em 1758, dá-se à estampa *Memorias da principaes providencias*, publicada no ano em que se promulgam instrumentos decisivos para a *reedificação* na cidade: o Alvará de 12 de maio e, um mês depois, o Plano para Baixa, previsto no diploma antecedente.

“Renovação” é o termo que o engenheiro-militar privilegia no texto rematado em 1756, sem coincidir com o vocabulário que vimos utilizado na *Informação dos párocos*, nas *Memórias paroquiais* e nas narrativas analisadas em capítulos anteriores, composições coetâneas da *Dissertação*. A preferência terminológica clara de Manuel da Maia justifica a análise feita pelo

³⁰² Tratamos a questão em “Consertar ou demolir? Contradições das Luzes nas atitudes de intervenção arquitectónica do pós-terramoto”, in *Encontro Aprendiz de Feiticeiro. Investigações de doutoramento dos cursos do Instituto de História da Arte da FLUL*, Lisboa, Edições Colibri, 2009, pp. 167-178.

³⁰³ AIRES, Cristóvão, *Manuel da Maia e os engenheiros militares portugueses no terremoto de 1755*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1910.

³⁰⁴ FREIRE, Francisco José, *Memorias das principaes providencias, que se derão no terramoto, que padeceo a Corte de Lisboa no anno de 1755, ordenadas, e offerecidas á Magestade Fidelissima de Elrey D. Joseph I. Nosso Senhor por Amador Patricio de Lisboa*, Lisboa, [s.n.], 1758, *passim*, pág. 39.

investigador Walter Rossa em torno das escolhas lexicais para a obra de Lisboa³⁰⁵. Rossa afirma que aquela é a palavra dominante nos escritos da ação empreendida na cidade, fazendo da asserção a premissa de uma cativante tese sobre as implicações simbólicas e efetivas dessa expressão-conceito nas novas formas da capital, à luz do quadro político e cultural em que é criada³⁰⁶. Porém, como tivemos ocasião de notar, a documentação manuscrita ou impressa do pós-terramoto prefere, muito claramente, a palavra “reedificação”, aliás recorrente nas ordens assinadas pelo conde de Oeiras e pelo próprio monarca. Ora, o significado deste vocábulo não é mais do que um vago «tornar a edificar» que, conforme escreve o próprio Rossa, não tem «qualquer conotação de reposição»³⁰⁷. Assim, pode dizer-se que, após o terramoto, a cidade é *reedificada* por meio de demolições, reutilizações e consertos dos edifícios preexistentes ou do que deles restou.

A quase totalidade das preexistências arquitetónicas da área abrangida pelo plano é demolida durante a execução do projeto que, não obstante, dita a continuidade de dois pontos de importância capital secular na vida da cidade, a Praça do Rossio e o Terreiro do Paço³⁰⁸. O ato declara esses lugares como referências fundamentais, históricas e identitárias de Lisboa. São-no, precisamente, enquanto tópicos da vida da cidade e da sua organização, não enquanto realidade arquitetónica concreta, mesmo considerando a sempre apontada persistência da iconografia do torreão na praça ribeirinha. – Não será esta, afinal, a conceção que subjaz à questão da localização dos templos que existiam antes do sismo na área da cidade nova³⁰⁹, juntamente

³⁰⁵ ROSSA, Walter, “Dissertação sobre *reforma* e *renovação* na cultura do território pombalino”, in *O Terramoto de 1755. Impactos históricos*, ob. cit., pp. 379-393.

³⁰⁶ *Id.*, *ib.*, pp. 384 e 385.

³⁰⁷ *Id.*, pág. 385.

³⁰⁸ Sobre as permanências do traçado da cidade no plano de Eugénio dos Santos, ver ROSSA, Walter, “Do plano de 1755-1758 para a Baixa-Chiado”, in *Monumentos*, Lisboa, setembro de 2004, pp. 38 e 39; *id.*, “Dissertação sobre *reforma* e *renovação* na cultura do território pombalino”, ob. cit.; *ib.*, “A cidade portuguesa”, in *História da arte portuguesa*, vol. III, dir. Paulo Pereira, Lisboa, Temas e Debates, 1995, pp. 296-304; e FRANÇA, José-Augusto, *Lisboa pombalina e o Iluminismo*, ob. cit., pp. 91-150.

³⁰⁹ O debate que terá suscitado a localização das igrejas nas obras da Lisboa pós-terramoto encontra-se referido na muito citada obra de José-Augusto FRANÇA, em particular no exame das cinco plantas propostas para a Baixa. O historiador aborda ainda a questão ao dar nota do final de vida atormentado de Eugénio dos Santos por causa das opções tomadas

com os argumentos mais óbvios de carácter jurídico e económico? Pois é esta a atitude que nos parece substancial quando se considera o campo do *património* em boa parte do século XVIII, tendendo a mesma a encobrir, até determinada altura, o valor histórico ou de antiguidade da arquitetura.

3.1. DEMOLIR

Em abril de 1757, o Terreiro do Paço serve já de palco a uma azáfama de canteiros, carpinteiros, engenheiros e outros operários encarregados de dar destino às ruínas aí jazentes. No dia 19 sobe ao rei uma informação da Junta do Comércio a dar conta da dificuldade de armazenamento do «entulho dos desmanchos» dos edifícios da Ribeira das Naus e dos materiais das obras a decorrer no sítio³¹⁰. Na ponderação do local adequado para depositar esses bens, entre os quais se anuncia «a pedra lavrada da Torre do Relógio», adianta-se que «podem servir os pátios de dentro, e de fora da Capela, o Saguão fronteiro à Casa do Teatro da Ópera, o Claustro da Casa da Índia» e outros espaços, também aptos para usar como telheiros para a execução dos trabalhos.

É forçoso inferir que pelo menos partes dos edifícios nomeados se encontram erguidos e seguros à data do documento e, portanto, disponíveis para uma intervenção arquitetónica que respeite as suas formas. Vemos, porém, a decisão é perentória no que toca a arrasar as subsistências em causa, avançando-se com «a medição da Caza de Theatro [da Ópera] no sitio da Tanoaria, e da maior parte das obras junto á Santa Igr[ej]a Patriarcal, q[ue] se devem demollir para a execução do novo Arsenal»³¹¹. Significa isto que o

relativamente ao sítio dos templos (pág. 102). A questão da localização das igrejas está também mencionada em outros autores, designadamente, ABREU, Laurinda, “O Terramoto de 1755 e o breve do papa Bento XIV (1760)”, in *O Terramoto de 1755. Impactos históricos*, ob. cit., pp. 238- 241, que equaciona a questão na ótica do poder do estado face à igreja; e SILVA, Raquel Henriques da, “Arquitectura religiosa pombalina”, in *Monumentos*, ob. cit., pág. 108.

³¹⁰ AHMOPTC, MR, “Registo de decretos, alvarás e consultas, e ordens e outros documentos respeitantes à Junta do Comércio (1755-1757)”, fls. 146 e 146v.

³¹¹ *Id.*, fl. 147.

valor da obra nova prevalece sobre a importância do legado secular ou da mais recente obra joanina e mesmo josefina que se determina abater.

A resposta de D. José em nada obsta representação da Junta, exceto «pelo que pertence á demolição, ou conservação da Torre do Relógio», assunto sobre o qual, afirma, «darei providencia». Em boa verdade, quase oito meses passaram e o rei continuava sem anunciar qualquer disposição sobre a matéria. Em dezembro, o diretor da obra do Arsenal, Eugénio dos Santos, autor do plano que vinga depois na



FIG. 19 Terreiro do Paço, 1.^a
metade do século XVIII.

Baixa, é coadjuvado pelos mestres e trabalhadores da mesma no protesto comunicado à Junta do Comércio a favor da destruição «da dita torre, como também as Casas do Serenis[sim]o Sr. Inf[ant]e D. Pedro» (o Palácio Corte Real), edifícios que perturbam a boa prossecução do projecto³¹².

Os queixosos “representaõ incessantem[en]te a esta Junta a indispensavel necessid[ad]e, q[ue] há de se dimulir [sic] a Torre do Relogio» cuja segurança temem, pois, «ficando inclinada pelo terremoto, se mostra hoje em mayor perigo de perder o equilibrio, por se achar dezamparada das paredes do Palacio, q[ue] se abateraõ p[ar]a a continuaçaõ das obras». Além disso, é «necessário entrar ja na abertura do alicerse [do Arsenal], que dista poucas varas da mesma Torre, e assim por este movimento, como pela condução das pedras de competente grandeza ao fundam[en]to do grande alsado [...] se hade fazer hu abalo m[ui]to grande naq[ue]le Edificio, q[ue] sem esta precedencia, ou motivo, está ameaçando ruina».

A torre do relógio ameaçará ruína, mas apresenta-se ainda praticamente inteira aos agentes da reconstrução da cidade. A tomar por certos os versos d’*O insigne pintor e leal esposo Vieira Lusitano* (1780), apenas a base terá padecido com o sismo³¹³. Crendo no poema, trata-se da base de uma velha

³¹² *Ib.*, 3.2., fl. 52v.

³¹³ VIEIRA LUSITANO, Francisco, *O insigne pintor e leal esposo Vieira Lusitano, historia verdadeira, que elle escreve em cantos lyricos e offerece ao Illmo. e Exmo. José da Cunha*

construção aproveitada por Canevari para erguer a obra barroca encomendada por D. João V ao artista italiano³¹⁴. Obra romana aposta a obra velha, de nada parece valer a arte e a antiguidade da torre: a Junta do Comércio declara-se favorável à súplica dos homens responsáveis pelo edifício do Arsenal e remete o caso, com o seu parecer, ao rei. Há que aguardar até ao final de janeiro de 1758 para ver D. José anuir ao pedido de derrube da torre³¹⁵, erguida pelo italiano cerca de três décadas antes a expensas e mando do pai do agora monarca. Terá D. José protelado o assunto por hesitar em pôr por terra aqueles valores?

Em março de 1759, Eugénio dos Santos, na qualidade de arquiteto e diretor da real obra do Arsenal, volta a requerer à Junta do Comércio uma demolição de largo porte, desta feita a do “Palácio da Corte Real” que pedira para abater logo em 1757³¹⁶. Trata-se do palácio tardo-seiscentista mandado edificar por Cristóvão de Moura, marquês de Castelo Rodrigo e Conde de Luminares, casado com Margarida Corte Real, família a quem o edifício deve o nome, Palácio Corte Real³¹⁷. A construção, cuja grandeza e sumptuosidade fazia par com a do vizinho Paço Real, torna-se “da Corte Real” no momento em que D. Pedro II aí se instala, ficando depois a morar no imóvel o infante D. Francisco, seu filho. Décadas mais tarde, o infante D. Pedro, irmão do rei D. José, compra efetivamente o palácio (1751) e entende passar a habitá-lo, quando efetuados os devidos preparos que tiveram de ser dobrados por causa de um incêndio deflagrado por quase todo o imóvel no mesmo ano. É este edifício grandioso que Eugénio dos Santos quer aniquilar «para o competente alinhamento da rua immediata á mesma Real Obra [do

Gran Ataide e Mello, conde e senhor de Povolide, Lisboa, na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1780, pág. 578.

³¹⁴ PIMENTEL, António Filipe, “António Canevari e a torre da Universidade de Coimbra”, in *Actas do VII congresso luso-brasileiro de história da arte*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007, pág. 56.

³¹⁵ AHMOPTC, MR, “Registo de decretos, alvarás e consultas, e ordens e outros documentos respeitantes à Junta do Comércio (1757-1760)”, fl. 52v.

³¹⁶ *Id.*, 176v.

³¹⁷ SILVA, Augusto Vieira da, “A Sala do Risco”, in *Revista municipal*, n.º 42, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1949, pp. 32-36.

Arsenal]]»³¹⁸. Por causa do projeto, «se faz necessario demolir a parte do Palacio da Corte Real, que se mostra na Planta, que com esta sobe» ao rei, acompanhando a opinião da Junta de que a anuência à medida requisitada «naõ só conduzem a mais nobre, e regular prospecto da Cidade, mas são necessarias para a serventia do Arsenal Real».

O critério soberano e totalitário da reedificação da cidade está ainda manifesto noutras fontes. Ele é muito evidente nas notícias deixadas por frei António do Sacramento, por exemplo³¹⁹. Nas *Memórias curiosas* que redige em 1778 anota a demolição de grandes elementos arquitetónicos pertencentes a templos afamados da capital, as igrejas de São Nicolau e Santa Justa, justamente, os únicos vestígios destes edifícios que o terramoto e o incêndio afetaram. Sobre a Igreja de São Nicolau, afiança que «o frontespicio em pé, com algumas paredes» assim permaneceu por uns anos até que, «Tudo, por orde do ministerio [de Sebastião José] foi demolido, para passar por ali hua das principais ruas»³²⁰. Sobre a de Santa Justa, da qual «annos bastantes se conservarao parte das suas paredes», explica ter-se abatido um destino semelhante: «Por causa de correr a rua em direitura foi tambem partida ao meyo por orde do ministério»³²¹. Os trechos de Sacramento são suficientemente elucidativos quanto ao poder imperante do projeto de reedificação da cidade face aos vestígios de largo porte do tempo anterior ao sismo.

Assim, uma parte significativa do Palácio Corte Real que suportara o terramoto é destruída, como são a torre do relógio, parcelas do Paço da Ribeira e paredes da Casa da Ópera, para dar lugar à modernidade imposta pela ideia de uma cidade renovada que vemos a subjugar preexistências muito consideráveis. Na ponderação de valores vence o pragmatismo e a

³¹⁸ AHMOPTC, MR, “Registo de decretos, alvarás e consultas, e ordens e outros documentos respeitantes à Junta do Comércio (1757-1760)”, fl. 176v.

³¹⁹ SACRAMENTO, António do, *Memorias curiosas em que, por estes annos de 1778, se acham as principaes cousas da corte de Lisboa*, ed. lit. A. Vieira da Silva, Lisboa, Of. Do Tombo Histórico, 1929 (ed. orig. 1778).

³²⁰ *Id.*, *ib.*, pág. 60.

³²¹ *Id.*, pág. 97.

determinação dos protagonistas da reconstrução, impõe-se a execução do plano da cidade nova, fim que justifica quase todos os meios.

3.2. REUTILIZAR

O forte sentido de ação e de eficiência que rege a reedificação de Lisboa é o mesmo que recomenda aos mestres pedreiros o aproveitamento da alvenaria e da cantaria dos edifícios a arrasar. Esta é, aliás, uma prática vulgar, justificada pela economia de meios e de tempo que implica. Como bem se entende, ambos os fatores são particularmente considerados na obra de resposta ao sismo, pelo que as vantagens do expediente servem de fundamento muito plausível aos mestres que assistem nos estaleiros da cidade.

Um desses oficiais poderá ter adicionado outro género de argumento ao alegar «que no antigo caes da casa da india, e largo fronteiro á Santa Igreja Patriarcal, se achão varias pedrarias assim lavradas como em toscó, que não tem uso, e se podem aproveitar na mesma Real obra [do Arsenal] [...] he muito util á Real Fazenda este uso das referidas pedrarias, porq[ue] *nem se haõ de ja agora empregrar no antigo destino q[ue] tinhaõ nem se podem dar outro mais acomodado, que o de hua obra Real a que estão chegadas*»³²². Dependendo da interpretação dada ao verbo “chegar”, poderá considerar-se invocada, além da propriedade e da conveniência, a filiação ou a história do material como uma qualidade que o torna adequado ao fim proposto. Permita-se-nos o exercício de considerar que, se o sentido de “chegadas” não for o da simples proximidade espacial, a pedra daqueles edifícios é entendida como mais do que simples pedra, é percebida como um objeto com um passado particular que lhe confere categoria para a reutilização em causa. Caso interpretemos a frase de modo mais chão, aquilo que lemos nela é a possibilidade da reutilização do material na real obra dignificar esse mesmo material.

³²² AHMOPTC, MR, “Registo de decretos, alvarás e consultas, e ordens e outros documentos respeitantes à Junta do Comércio (1757-1760)”, fl. 87v. Itálico nosso.

Assistida por princípios mais ou menos imediatistas, a reutilização de elementos arquitetónicos mostra-se aqui sempre como uma atitude predominantemente prática e utilitarista. É a ela que se vê aderir também D. José quando, em maio de 1760, ordena um uso específico para a alvenaria de alguns edifícios a aniquilar. O monarca «É Servido que a Junta do Comercio [...] deixe tirar ao Mestre Jorge Roiz todas as pedrarias do Edifício, que está contiguo à Patriarcal, nas faceas do seu Adro, assim do exterior, como do interior, p[ar]a se *aproveitarem* na Obra, que o mesmo Senhor Manda fazer no sitio de Belém»³²³. Em agosto repete-se a ordem para que Junta «deixe tirar ao Mestre Jorge Roiz a pedraria do desmancho do Edifício que está contiguo à Patriarcal p[ar]a se conduzir p[ar]a a Igreja de N. S[enhor]a da Memória q[ue] o mesmo Senhor manda fazer no Sitio de Belem»³²⁴. Efetivamente, quase quatro meses depois celebra-se a cerimónia de lançamento e sagração da primeira pedra da intitulada Igreja de Nossa Senhora do Livramento e São José que arranca sob projeto do italiano Giancarlo Bibiena, autor da Ópera do Tejo, para dar corpo ao voto de gratidão do monarca, reconhecido por ter sobrevivido ao atentado de que fora alvo, dois anos atrás.

Blocos de pedraria, lavrada ou não, pertencentes a edifícios anteriores ao terramoto são aplicados em construções novas segundo as normas de urgência e pragmatismo que exige o cenário de destruição deixado pelo sismo. Aplicar-se-ão as mesmas com idêntica evidência quando se considera a reutilização de elementos arquitetónicos de considerável envergadura? É a dúvida que muito legitimamente se oferece quando consideramos o caso da reutilização do portal e da janela de sacada da Patriarcal, obra *joanina* de João Frederico Ludovice, reconhecido arquiteto do complexo palaciano e conventual de Mafra.

Segundo informação de Cirilo Volkmar Machado na sua *Collecção de memórias*, aquelas peças de arquitetura foram empregues na fachada

³²³ *Id.*, “Registo de decretos, alvarás e consultas, e ordens e outros documentos respeitantes à Junta do Comércio (1760-1762)”, fl. 17. Itálico nosso.

³²⁴ *Ib.*, fl. 32.

principal da igreja do Convento de São Domingos de Lisboa³²⁵. A casa dominicana foi a primeira da ordem na cidade, onde se estabeleceu no século XIII. Desde então foi reformada por diversas vezes a mando real, ganhando estatuto de excelência entre os espaços de culto lisboetas.

Uma das intervenções que mais terá transformado o templo conventual foi aquela que se realizou com maior proximidade ao acontecimento fatídico de 1755 e pode ser inscrita no círculo de iniciativas joaninas para a reformulação dos espaços litúrgicos. Primeiro D. João V trata de pôr a gosto a decoração da igreja e depois, perto de meados do século, oferece-lhe uma nova capela-mor, traçada por Ludovice, seu arquiteto dileto que muita estima granjeia também ao rei sucessor. No ano em que sobe ao trono, D. José designa mesmo Ludovice arquiteto-mor do reino, honra usufrui por apenas dois anos, até falecer, em 1752.

A Igreja de São Domingos está entre as vítimas célebres do terramoto na corte. A sua sorte, porém, é um tanto diferente das demais, dada a celeridade com que é acudida. Ocupa-se no socorro o arquiteto Manuel Caetano de Sousa, figura da segunda geração de engenheiros-militares responsáveis pela reconstrução de Lisboa³²⁶. É precisamente no âmbito desta empresa que se procede à reedificação do templo dominicano, um dos poucos locais de culto socorridos pelas equipas super-mandadas pelo ministro Carvalho e Melo, como bem nota José-Augusto França³²⁷.

A aplicação do portal e sacada superior da Patriarcal destruída na igreja nova de São Domingos é um gesto de estima manifesta pela obra de Ludovice, à qual se atribui, evidentemente, valor artístico. O aproveitamento não causa estranheza, na medida em que a linguagem formal da peça deslocada está ainda conforme à estética do terceiro quartel de Setecentos; não afronta o

³²⁵ MACHADO, Cirilo Volkmar, *Collecção de memórias (...)*, ob. cit., pág. 141. A informação acha-se difundida por outros autores, designadamente PEREIRA, José Fernandes, *Arquitectura barroca em Portugal*, ob. cit., pág. 75; FRANÇA, José-Augusto, ob. cit., pág. 178; CASTILHO, Júlio de, *A Ribeira de Lisboa. Descrição histórica da margem do Tejo desde a Madre-de-Deus até Santos-o-Velho*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893, pág. 427.

³²⁶ MACHADO, Cirilo Volkmar, *Collecção de memórias (...)*, ob. cit., pp. 177 e 178; França, José-Augusto, ob. cit., pág. 189.

gosto de Manuel Caetano, nem tão-pouco o da generalidade das figuras da reconstrução³²⁸.

Ora, a mesma justificação não se pode transpor com idêntica naturalidade para a realidade da fachada principal da Igreja de Nossa Senhora da Conceição Velha, peça de figuração manuelina que pertencia à Igreja da Misericórdia de Lisboa, onde era portal sul.

O terramoto arruinou a Igreja da Conceição Velha (originalmente Conceição dos Freires) que o plano de reedificação da cidade deixa de contemplar no seu local de fundação, algures entre as atuais ruas dos Fanqueiros e da Madalena, próximo das de São Nicolau e da Conceição³²⁹. A vizinha Igreja da Misericórdia, apesar de pouco abalada pelo sismo, foi bastante afetada pelo sequente incêndio que a deixa muito degradada. Graças a doação régia, outorgada em 1768, a confraria torna-se proprietária dos edifícios de São Roque, outrora da Companhia da Jesus, passando então a eles. Porém, o remanescente do templo da Misericórdia (o referido portal e uma capela maneirista realizada no termo de Quinhentos) é assumido e conservado na cidade nova – que, diríamos, contraria –, passando a acolher os freires da Ordem de Cristo e o orago de Nossa Senhora da Conceição da sua igreja demolida.



FIG. 20 Igreja da Conceição Velha, Lisboa.

Os trabalhos de adaptação do templo sito na Baixa de Lisboa iniciam-se em 1770. As obras são orientadas por Francisco António Ferreira “Cangalhas”, arquiteto-geral da cidade, secundado por Honorato José Correia³³⁰. Entre a *reutilização* e o *conserto*, a ação de aproveitamento da parte subsistente da igreja que fora da Misericórdia é absolutamente invulgar no recinto da

³²⁷ FRANÇA, José-Augusto, ob. cit., pp. 178 e 179.

³²⁸ SILVA, Raquel Henriques da, ob. cit., pág. 111.

³²⁹ CARVALHO, Aires de, “Igreja de Nossa Senhora da Conceição”, in *Monumentos e edifícios notáveis do distrito de Lisboa*, vol. V, tomo 1, Lisboa, 1973, pág. 80. Ver também a ficha de inventário PT031106190008 do SIPA, disponível a partir de www.monumentos.pt.

reedificação orquestrada por Carvalho e Melo. A fachada manuelina constitui uma gritante exceção à uniformidade pombalina de alçados, destoando com evidência da simplicidade, geometria e abstração que caracterizam os prospectos impostos no conjunto da cidade nova.

Na intervenção exterior da igreja respeita-se, porque se mantém, a esfuziante peça primitiva. Apenas se lhe justapõe um singelo frontão clássico de tímpano parcialmente vazado, rematando o edifício num gesto de compromisso possível com a preexistência poupada. O apenso será uma tentativa de atualização estética do templo, acrescida da vantagem de permitir a iluminação do espaço de culto. O frontão também sinaliza a vontade de integrar o imóvel no momento histórico da intervenção conservando as formas que remetem para a origem da igreja. A obra setecentista parece-nos, ainda, anunciar um certo desejo de apropriação do edifício e da sua linguagem plástica precisa, mas ainda por definir, em tudo oposta à austeridade das linhas retas e das formas direitas da Lisboa pombalina.

Finalmente, o modo como a fachada é tolerada, reutilizada e conservada, impele-nos a questionar se, perto do último quarto do século XVIII, despontará entre parte da elite nacional, no círculo da corte, o gosto pelo tipo de decoração em causa e pela obra a ela associada, que lembramos ter visto admirada e relacionada ao reinado de D. Manuel em algumas das *Memórias paroquiais* e na intervenção da Ermida de Nossa Senhora das Salas.

3.3. CONSERTAR

3.3.1. IGREJA DE SANTA MARIA DE BELÉM

A interrogação suscitada relativamente ao acolhimento da estética arquitetónica produzida ao tempo do rei D. Manuel, junto de alguns grupos nacionais, durante a segunda metade de Setecentos, tem no Mosteiro dos Jerónimos um objeto de exame privilegiado. O concerto efetuado na Igreja do

³³⁰ *Id., ib..*

real Mosteiro de Belém, fora dos limites do plano de reedificação da cidade de Lisboa, permite igualmente refletir sobre um outro ponto que acarreta a dúvida acima e que se prende com o reconhecimento consequente do valor histórico da arquitetura nos anos de resposta à catástrofe de 1755.

O terramoto, conta Manuel Portal, fragilizara «o celebrizado templo, levando parte da sua abóbada a desmoronar-se um ano depois»³³¹. Em janeiro de 1758 a Igreja de Belém torna-se objeto de atenção explícita da mais alta figura do reino. A documentação atesta que, no início desse ano, D. José se imiscui na questão do reparo da cobertura da igreja.

Data de então a carta régia dirigida ao guarda-mor do Pinhal de Leiria, cuja cópia o ministro Sebastião José remete, com uma missiva sua, à Junta do Comércio. A carta régia reclama serem «necessarias com a maior brevi[dad]e p[ar]a os andames, que hao de servir ao reparo das abobadas da Igreja do Mosteiro de Belem, as madeiras declaradas na Relação, q[ue] será com esta assignada por Sebastião Joseph de Carvalho [...] não devendo hua obra tanto do serviço de Deos dilatarse de sorte, q[ue] o referido Templo corra mayor perigo [...] logo que receberdes esta [carta], e sem embargo de quaesquer Regimentos, ou Ordens em contrario, façais cortar, e preparar as ditas madeiras»³³². A missiva do ministro aponta ser dever da Junta nomear «hu Commissario, q[ue] por conta da obra do Arsenal, vá tratar da expedição, e condução das madeiras, que constaõ da Relação [...] e ao Provedor da Comarca de Leiria se aviza, q[ue] de ao referido Commissario todo o favor, e ajuda de que necessitar a este Respeito», informando mais «q[ue] as ditas Madeiras depois de sahirem dos andames, devem ser conduzidas p[ar]a a obra do Arsenal»³³³.

A «Relação das madeiras, que são necessarias p[ar]a os reparos das abobedas do Real Mosteiro de Belém» referida em ambas as epístolas dá-

³³¹ PORTAL, Manuel, *Historia da ruina da cidade de Lisboa (...)*, ob. cit., pág. 780: «E logo no dia quatro do mez de Novembro deste anno de 1756 sem haver terremotu cahio do celebrado Templo de Belem parte do tecto. Estava aluido com o terremotu».

³³² AHMOPTC, MR, “Registo de decretos, alvarás e consultas, e ordens e outros documentos respeitantes à Junta do Comércio (1757-1760)”, fl. 54.

nos conta da requisição de «Cento e sessenta dúzias de taboado de Pinho de vinte palmos de comprido, e hua polegada e meya de gosso [sic] p[ar]a os andames, e cambotas»³³⁴. O material «para o Concerto da Igr[e]ja do Mosteiro de S. Jeronymo do lugar de Belém», mil e novecentas tábuas com 4,4 metros de extensão e pouco mais de 4 centímetros de espessura, perfaz cerca de 8500 metros de tabuado, pronto para ser transportado até Lisboa em maio. Perto do final do mês, o rei «He Servido que a mesma Junta mande fretar as embarcações competentes, e necessarias, p[ar]a o transporte das refferidas madeiras»³³⁵, chegadas à capital em tempo próximo, cremos.

Não sabemos se a intervenção em Belém arrancou nos meses contíguos àquele em que as madeiras para os andaimes ficaram prontas. Sabemos apenas que em 1773 há obras a decorrer no mosteiro, dirigidas por frei Francisco Xavier, arquiteto hieronimita que supomos responsável pelo reparo da cobertura em questão³³⁶. Impele-nos também a pensá-lo as declarações feitas por frei António do Sacramento nas suas *Memorias curiosas* de 1778, pois aí se lê que, «para se reedificar [o tecto da igreja], afirmavaõ os architectos, erão necessarios duzentos mil cruzados; porém hum religioso daquella orde de S. Jeronymo, muito curioso, tomou o risco e direcção por sua conta, e o reedificou [teto da igreja] com muita facilidade»³³⁷. Talvez o orçamento do conserto e a dificuldade que se adivinha na operação arquitetónica exigida tenham levado a adiar a intervenção na cobertura até ao início dos anos 1770.

³³³ *Id.*, fl. 53v.

³³⁴ *Ib.*, fl. 54.

³³⁵ *Ib.*, fl. 113.

³³⁶ *Ib.*, MR, “Registo de decretos, alvarás e consultas, e ordens e outros documentos respeitantes à Junta do Comércio (1770-1775)”, fls. 222 e 222v: «P[adr]e Fr. Fran[cis]co X[avi]er Monge da mesma Religião que tem corrido com a obra do Most[ei]ro de Belém», 29 de maio de 1773. O texto deste documento encontra-se repetido, com diferenças insignificantes (essencialmente ortográficas), na forma de Aviso em ANTT, IOP, lv. 1, fls. 54v e 55. Será a este arquiteto que se refere o assento de óbito relativo a frei Francisco Xavier, professo no Mosteiro da Pena, falecido a 18 de julho de 1805 (BNP, reservados, cod. 895, fl. 64v.); sobre ele, nada mais conseguimos apurar.

³³⁷ SACRAMENTO, António do, *Memorias curiosas em que, por estes annos de 1778 (...)*, ob. cit., pág. 62.

Em boa verdade, a documentação restante, nomeadamente a da casa de Santa Maria de Belém, não contém quaisquer apontamentos sobre as obras realizadas nas abóbadas da igreja³³⁸. Aliás, os testemunhos setecentistas do templo não são exatamente precisos quanto à área da cobertura afetada. Thomas Pitt escreve que o teto da igreja de Belém não se encontrava exposto aquando a sua visita, em 1760, «por que sofreu tanto com o terramoto, que não é mostrado»³³⁹. Dezoito anos depois, frei António do Sacramento atestava que «só o tecto do grande cruzeiro da Igreja de Bethlem cahio em terra»³⁴⁰. Em 1789, James Murphy, comentando o edifício no diário da sua viagem pelo reino, observa que apenas o «grande arco do transepto» sofrera com o terramoto, um ano após o acontecimento³⁴¹. Por sua vez, o relato atribuído ao Duc du Chatelet, composto em finais do século, informa que a ruína causada pelo sismo no templo dos Jerónimos aconteceu somente no seu coro³⁴² que, em articulação com os autores anteriores, cremos ser a área junto da capela-mor, não o espaço do subcoro ou do coro-alto, nos pés da igreja.

Os dados relatados, junto com os factos conhecidos através das fontes coevas acima citadas, não nos permitem compreender as bases da notícia relativa ao impacto do terramoto na igreja de Belém que consta do Inventário do Património Arquitectónico do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. Na ficha do Mosteiro dos Jerónimos lê-se o que segue para o ano de

³³⁸ Relativamente à documentação de Santa Maria de Belém, agradece-se os esclarecimentos prestados pela Doutora Clara Moura SOARES que, no curso da sua investigação de doutoramento, *As intervenções oitocentistas do Mosteiro de Santa Maria de Belém*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2005, verificou o fundo documental da casa para além do âmbito cronológico da sua dissertação, conferindo fontes do período que tratamos.

³³⁹ PITT, Thomas, *Observações de uma viagem a Portugal e Espanha (1760)*, ob. cit., pág. 108.

³⁴⁰ SACRAMENTO, António do, *Memorias curiosas em que, por estes annos de 1778 (...)*, ob. cit., pág. 62.

³⁴¹ MURPHY, James, *Viagens em Portugal*, pref. e notas Castelo Branco CHAVES, Lisboa, Livros Horizonte, 1998 (ed. orig. 1795), pág. 127.

³⁴² *Voyage du ci-devant Duc du Chatelet, en Portugal*, vol. I, Paris, F. Buisson, 1798, pp. 126 e 127. Maria Clara Paulino, na sua dissertação de doutoramento, esclarece a autoria que prova devida ao Barão de Cormatin, Pierre-Marie-Félicité Bon Desoteux; a Jean Françoise Bourgoing coube a revisão e correção do manuscrito (vide PAULINO, Maria Clara, *Olhares de europeus e norte-americanos em viagem por Portugal. Fontes para estudos de arte e*

1755: «01 de Novembro - o sismo destrói parte da abóbada sobre o coro-alto, reconstruída no ano seguinte»³⁴³. Ora este dado não se coaduna com os elementos conhecidos através da documentação que mencionamos. E a mesma notícia acha-se aproximadamente repetida noutros escritos que não indicam as fontes da informação, como acontece no sítio oficial do mosteiro, onde está escrito que «só a balaustrada e parte do chão do coro alto ruíram [com o terramoto], tendo-se iniciado imediatamente as obras para a sua reparação»³⁴⁴. Mais cauteloso, Paulo Pereira observa, no seu opúsculo sobre Santa Maria de Belém, que «o coro é certamente de acabamento um pouco mais tardio do que o resto do templo, encaixando-se em estruturas preexistentes. Terá, igualmente, sido alvo de restauros logo após o Terramoto de 1755»³⁴⁵. Talvez seja o aparelho dos interstícios da cobertura do coro alto a indicar esse eventual anacronismo, uma vez que o desenho e perfil das nervuras das abóbadas, bem como as suas chaves, se vêem em conformidade com as da nave da igreja.

Resta-nos, portanto, a observação atenta do edifício, para podermos esboçar algumas conclusões sobre a intervenção efetuada nas suas abóbadas pela década de 1760, uma tarefa naturalmente perturbada pelos numerosos e complexos (des)acertos que ressaltam em vários pontos dos elementos arquitetónicos do templo, grande fábrica de atividade continuada ao longo de séculos por campanhas de envergadura diversa.

Na verdade, no exame visual à cobertura da igreja, não se estranha o abobadamento do transepto onde se situaria o coro, precisamente a área do edifício que os relatos supramencionados apontam como tendo ruído. É certo que o desenho das nervuras que cobrem o espaço não coincide com o das nervuras da nave do templo, porque aquele é claramente rebuscado em face deste, de grande elegância. Mas a diferença poderá compreende-se à luz

património (ca. 1750-1850), vol. I, policopiado, dissertação de doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009, pp. 54 e ss.).

³⁴³ Ficha PT031106320005.

³⁴⁴ <http://www.mosteirojeronimos.pt/pt/index.php?s=white&pid=220> (consultado pela última vez a 31 de agosto de 2011).

das distintas implicações estruturais que esses dois volumes do edifício têm no seu conjunto, e, sobretudo, da própria dimensão da área a cobrir (enorme no espaço transepto), obrigando a soluções particulares para um e para outro local.

Por outro lado, o aparato da estrutura em tabuado requisitado de Leiria para a intervenção em Belém, obriga a admitir que se tenha atuado no espaço em causa. É, aliás, muito plausível que os andaimes tenham sido armados a toda a extensão da nave para se proceder a uma averiguação completa da estabilidade das abóbadas da igreja, reparando-as onde necessário fosse, assegurando assim a preservação do edifício³⁴⁶. Na verdade, esta situação explicaria facilmente o comentário de Pitt de que a cobertura do templo estaria visualmente inacessível aquando a sua visita ao mosteiro.

Todavia, prosseguindo a análise visual da igreja, facilmente se deteta a fatura posterior ao período de fundação ou próximo do abobadamento dos tramos do subcoro, pelo menos dos dois primeiros que se encontram ao entrar no templo e em particular do segundo. As abóbadas desses dois tramos, diferentes, destoam da formalidade das demais do edifício, como acontece também com as abóbadas sobre os túmulos oitocentistas de Vasco da Gama e de Luís de Camões, mas não com as do coro-alto que, como dissemos, obedece à da cobertura da nave da igreja.

³⁴⁵ PEREIRA, Paulo, *Mosteiro dos Jerónimos*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico e Scala Publishers, 2002, pág. 80.

³⁴⁶ À luz desta possibilidade, parece-nos interessante considerar o comentário de Richard Barnard FISCHER, que observou a igreja durante a sua visita ao reino, efetuada entre 1808 e 1810, referindo a beleza do seu interior e o facto de parecer ter sido acabada há pouco, apesar da antiguidade da sua fundação (FISCHER, Richard Barnard, *A sketch of the city of Lisbon, and its environs with some observations on the manners, disposition, and character of the portuguese nation*, London, J. Ridgway, 1811, pág. 21). Vide PAULINO, Maria Clara, *Olhares de europeus e norte-americanos em viagem por Portugal (...)*, ob. cit., pp. 99 e ss.; *id.*, vol. II, pág. 27.

A abóbada do primeiro tramo do subcoro é um tanto híbrida, em consequência da diversidade das suas nervuras (quer ao nível da secção como do desenho) e da discrepância óbvia entre as suas chaves que indicam pertencer a dois períodos distintos de obra. Mesmo as mísulas deste espaço contribuem para a aparência irregular ou estranha que ele tem. A abóbada do tramo seguinte mostra coerência e uniformidade formal, o que se poderá dever ao facto da intervenção no primeiro ter sido menor do que a realizada neste.

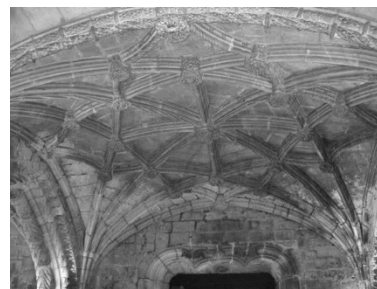


FIG. 21 Primeiro tramo do subcoro da igreja do Mosteiro dos Jerónimos, Lisboa.

O teto do segundo tramo apresenta-se, efetivamente, alterado na sua totalidade, muito mais dissonante do que o primeiro em relação ao conjunto da igreja. As nervuras entre os feixes principais da abóbada perfazem um desenho contracurvado e bolboso, em harmonia com algumas formas utilizadas em frontões de edifícios religiosos ou em molduras de vãos de edifícios nobres ao tempo da reedificação da cidade. Esta particularidade, conjuntamente com o inferido das formas das várias abóbadas e em articulação com os factos revelados pela documentação, leva-nos a deduzir que a intervenção de monta observada na cobertura do segundo tramo se realizou durante esses de 1760. Quanto às abóbadas dos outros tramos que notámos não parecerem obra dos primeiros tempos da fundação, não julgamos possível nem prudente atribuí-las ao período dos consertos realizados em consequência do terramoto, embora não tenhamos muitos argumentos que asseverem o contrário.

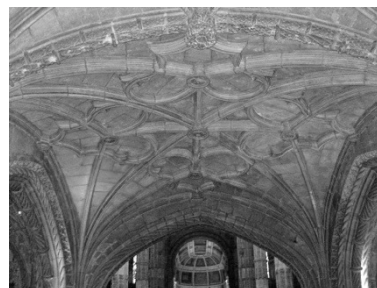


FIG. 22 Segundo tramo do subcoro da igreja do Mosteiro dos Jerónimos, Lisboa.

Ora, o facto da intervenção na cobertura não ser evidente senão no subcoro leva-nos a concluir que foi executada uma intervenção em estilo, recorrendo-se até talvez à anástilose, em parte das ações de conserto levadas então a cabo na Igreja, práticas incomuns que verificámos executadas em outras ocasiões precisas. A opção traduz a admiração pelo modo de construir tardogótico, aliás concluída de alguns relatos sequentes ao terramoto observados acima. E esta estima pela estética pode até ser evocada para a opção de intervir nos tramos do subcoro com abóbadas de nervuras, apesar das suas características distintas. Mas sobretudo, a opção sugere a Igreja do Mosteiro de Belém enquanto monumento histórico.

O assentimento implícito do valor artístico e técnico da obra *manuelina* pelos anos de 1760 parece estar acompanhado (e fortalecido) pelo reconhecimento da importância rememorativa do edifício, isto é, pelo reconhecimento do valor histórico da construção, associada à época áurea do reino que a fundação da casa hieronimita como que inaugura. Embora o argumento da carta régia que vimos a apelar à diligência do guarda-mor do Pinhal de Leiria seja religioso – D. José afirma: «naõ devendo hua obra tanto do serviço de Deos dilatarse de sorte, q[ue] o referido Templo corra mayor perigo»³⁴⁷ –, o discurso em volta do Mosteiro de Santa Maria de Belém carrega uma forte componente histórica, associada ao rei fundador e aos sucessos marítimos portugueses, celebradamente glosados em *Os Lusíadas*. Joaquim de Santa Rita dá disso testemunho, apontando o mosteiro como um dos edifícios «mais notaveis hoje, e sempre»³⁴⁸, nas seguintes passagens da *Academia dos humildes e ignorantes* de 1760 e de 1770: «[D. Manuel] foi sepultado no Convento dos Padres Jeronymos de Belem, fundação sua, que sendo só hum principio do seu intento, he huma das primeiras da Europa»³⁴⁹; «No dia sexta feira sete de Julho de 1497 se recolheo Vasco da Gama com os companheiros na Ermida de N. Senhora de Belém, fundação do Infante D. Henrique no sitio

³⁴⁷ AHMOPTC, MR, “Registo de decretos, alvarás e consultas, e ordens e outros documentos respeitantes à Junta do Comércio (1757-1760)”, fl. 54.

³⁴⁸ RITA, Joaquim de Santa, *Academia dos humildes, e ignorantes. Dialogo entre hum theologo, hum filosofo, hum ermitao, e hum soldado, no sitio de Nossa Senhora da Consolacao*, t. 1, Lisboa, na Officina de Ignacio Nogueira Xistó, 1770, pág. 161.

onde hoje vemos o Convento, e torre do mesmo nome», «a 20 de Agosto de 1499 desembarcou, e sem entrar na Cidade foi ter huma Novena na Ermida de N. Senhora de Belém, donde sahíra. Acabada ella, o visitou o Rei [D. Manuel] [...]. Escreveo o Rei a todas as Camaras do Reino a feliz chegada de Vasco da Gama, ordenando-lhes dessem graças a Deos; e elle, para que em Lisboa fossem perennes, edificou logo no sitio da Ermida o Convento, e admirável Igreja de N. Senhora de Belém, que deo aos Monjes de S. Jeronymo»³⁵⁰.

3.3.2. IGREJA DO CONVENTO DO CARMO

O respeito por um edifício, traduzido na consideração pelo estilo arquitetónico do passado que ele ostenta, resulta do reconhecimento da valia histórica ou rememorativa da construção. É a compreensão dessas qualidades que promove a preservação da preexistência, dando corpo à ideia de monumento histórico. Na reedificação do templo do Convento do Carmo, estas questões concetuais de implicações muito práticas encontram-se manifestadas com superior clareza. Ainda com grande evidência, o caso demonstra como determinadas formas arquitetónicas são identificadas e diretamente relacionadas com uma personalidade histórica precisa cuja lembrança determina eficazmente o perfil da intervenção arquitetónica levada a cabo.

Nas *Gazeta(s)* da década anterior ao sismo sucedem-se anúncios a publicações que exaltam a figura de D. Nuno Álvares Pereira e elogiam a Ordem do Carmo. Aliás, no decénio anterior, já o condestável, os seus feitos e fundações mereceram presença alargada nas *Memorias para a Historia de Portugal, que comprehendem o governo del rey D. Joaõ o I*, compostas pelo académico José Soares da Silva³⁵¹. Em dezembro de 1744, o suplemento ao número 50 da *Gazeta* divulga a obra *Heroe Portuguez, vida, proezas*,

³⁴⁹ *Id., ib.*, pág. 342.

³⁵⁰ *Ib.*, t. 8, 1770, pp. 182 e 190.

³⁵¹ SILVA, José Soares da, *Memorias para a Historia de Portugal, que comprehendem o governo del rey D. Joaõ o I. do anno de mil e trezentos e oitenta e tres, até o anno de mil e*

acçoens, e milagre do Condestável de Portugal Dom Nuno Alvares Pereira, livro de frei António de Escobar que volta a estar publicitado no número 24 do ano de 1749 e a ser referido noutro de Março de 1754. Finalmente, também em 1749, o número 43 da *Gazeta* dava a saber que fora impressa «segunda vez a vida do Cõdestavel de Portugal D. Nuno Alvares Pereira», da autoria de frei Domingos.

Entretanto, já em fevereiro de 1746 o periódico informava que saíra «impresso o tomo I da Cronica dos religiosos do Carmo em Portugal. Obra digna de especial estimaçam pelas noticias, que dá particulares do Santo Condestavel D. Nuno Alvares Pereira». O título da obra é *Chronica dos Carmelitas da antiga, e regular observancia nestes reynos de Portugal, Algarves e seus domínios*, publicada em dois volumes (1745 e 1751) devidos a frei José Pereira de Santana, que tivemos ocasião de citar, no momento inicial desta dissertação. O corpo do volume inaugural da crónica tem quatro gravuras que ocupam cerca de um terço da página e marcam o início de partes da história narrada; duas delas têm representado o Convento do Carmo de Lisboa.

A primeira das estampas onde consta a casa surge com a parte III do texto, aberta pelo capítulo «Do motivo, que ocorre para se fundar este sumptuoso Edifício [Convento do Carmo de Lisboa]»³⁵². A imagem mostra a fachada principal do templo, no qual se diferencia, quase como elemento caracterizador e identitário do edifício, o portal de arcaria gótica do pano central da frontaria. Ao fundo, de um dos lados da igreja, figuram ainda os arcobotantes da construção primordial. O primeiro plano da gravura tem representado D. Nuno Álvares Pereira a apontar para o edifício que estabeleceu enquanto conversa com frades carmelitas, dispostos ao centro da composição em cujo canto se vê um arquiteto. Condestável fundador,

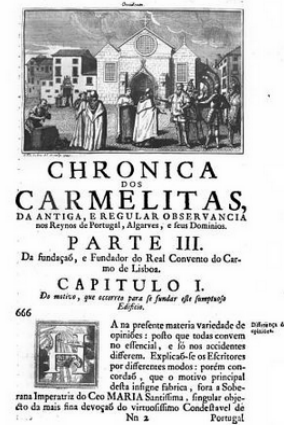
quatrocentos e trinta e tres, t. 2, Lisboa, na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1734, *passim*, pp. 575, 748-755.

³⁵² SANTANA, José Pereira de, *Chronica dos Carmelitas da antiga, e regular observancia nestes reynos de Portugal, Algarves e seus dominios*, Lisboa, na Officina dos Herdeiros de Antonio Pedrozo Galram, vol. I, 1745, pág. 283.

religiosos carmelitas e arquitetura gótica da instituição do convento, são, em suma, os três tópicos da imagem.

A segunda gravura em que o edifício consta aparece a assinalar a parte IV da crónica, «Do nosso famoso Carmo de Lisboa, no estado presente», inaugurada com o capítulo «Da situação do Edifício, e formalidade da Igreja»³⁵³. Agora é dada uma perspetiva posterior do convento, destacando-se na imagem a cabeceira portentosa da igreja, com altos janelões góticos e contrafortes, a definir o contorno deste elemento do edifício, rematado por ameias. Alonga-se na composição gravada a casa conventual de arquitetura moderna anexa ao templo, mas é para a cabeceira medieval da campanha fundacional da igreja que aponta o leigo de aparência nobre no centro do primeiro plano da imagem, citando claramente a gravura anterior, da qual repete também o diálogo da personalidade secular com os frades e a presença de um arquiteto. Assim, mostrando outra vista do convento e trazendo para a atualidade a representação da estampa antecedente, mantém-se a tônica na estética de origem da casa e na proeza da sua obra.

O texto que continua o capítulo atesta-o, como o que pertence à parte da outra gravura. Aí está descrita com detalhe a dedicação do condestável à obra do convento de Lisboa³⁵⁴. De facto, a vida de D. Nuno Álvares Pereira está extensa e exaustivamente tratada no primeiro volume da crónica carmelita. Da leitura da narrativa ressalta a ideia de que o condestável é



FIGS. 23 - 24 *Chronica dos Carmelitas*, 1745.

³⁵³ *Id.*, *ib.*, pág. 571.

³⁵⁴ *Id.*, pp. 345 e ss..

decisivo na nobilitação da ordem religiosa que professou e lhe exalta as virtudes na história do próprio instituto, merecendo declarado realce³⁵⁵.

O discurso apologético de D. Nuno perdura para lá de meados do século. Em 1785 faz-se publicar a terceira edição da obra seiscentista *O Condestabre de Portugal D. NunAlvares Pereira*, de Francisco Rodrigues Lobo, de onde destacamos os versos «Começou nesta idade já madura | De tão grandes despesas pouco avaro, | A Senhora do Carmo santa e pura, | Aquelle templo altivo, illustre e raro, | Que na firmeza, na obra e fermosura | Não tinha Lusitania outro tão claro, | Nem o excede nenhum da nossa idade, | no lugar, fortaleza, e majestade»³⁵⁶. No ano seguinte é dado à estampa o tomo 5 da *Historia geral de Portugal, e suas conquistas*, de Damião António de Lemos Faria e Castro, que afirma: «Depois [D. João I] fez fundar o Mosteiro da Senhora da Victoria que nós dizemos da Batalha, e o deo aos Padres Prégadores da Ordem de S. Domingos. O Condestavel cumprio a sua promessa na mesma forma a Santa Maria de Ceixa em Ourem, e edificou o Convento de Nossa Senhora do Carmo de Lisboa: Dous Padrões magníficos, que conservão immortal a memoria da gloriosa batalha de Aljubarrota, e dos dous Heróes, Authores da nossa liberdade, o Rei D. João I., e o seu Condestavel D. Nuno Alvares Pereira»³⁵⁷.

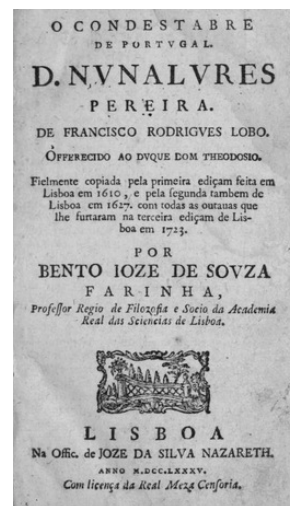


FIG. 25 *O condestabre de Portugal D. Nvnalvres Pereira*, 1785 (ed. orig. 1610).

³⁵⁵ Lê-se na advertência aos leitores da *Chronica dos Carmelitas*, ob. cit., [s.p.]: «vão escritas poucas Vidas de Religiosos de virtude (...). Basta para utilidade publica, que se lêão as duas maravilhosas Vidas; huma dos grande Elias, que como Patriarca, e cabeça da Religião deve ter em todas as Chronicas della o lugar primeiro. Outra he do Bemaventurado Condestavel D. Nuno Alvares Pereira, que por Fundador deste Real Convento, devidamente repito a memoria de suas heróicas acçoens com circumstancias gloriosíssimas, que ainda não corriaõ impressas».

³⁵⁶ LOBO, Francisco Rodrigues, *O condestabre de Portugal D. NvnAlvres Pereira*, ed. lit. Bento José de Sousa FARINHA, Lisboa, na Offic. de Joze da Silva Nazareth, 1785 (ed. orig. 1610), pág. 394.

³⁵⁷ CASTRO, Damião António de Lemos Faria e, *Historia geral de Portugal, e suas conquistas*, tomo 5, Lisboa, na Typ. Rollandiana, 1786, pág. 361.

Por último, em 1798, Cavaleiro de Oliveira vê publicado os seus *Elogios do condestable D. Nuno Alvares Pereira, e Affonso d'Albuquerque*, sintetizando assim os conteúdos que nos importa reter dos livros enunciados: «Mas para que me tenho cansado em provar a Religião de Nuno com todas estas acções tiradas da sua historia, bastando-me huma só, innegavel, sabida de todos, que não somente achamos escrita, e consta da tradição, mas está utenticada por monumentos visiveis, que nos não podem enganar. Soberbos restos de Gotica architectura, que escapastes á voraz fúria do fatal fenomeno que reduzio Lisboa em hum montão de ruinas: respeitáveis relíquias do antigo, e magestoso Convento do Carmo, fallai, testificai a Religião de Nuno»³⁵⁸.

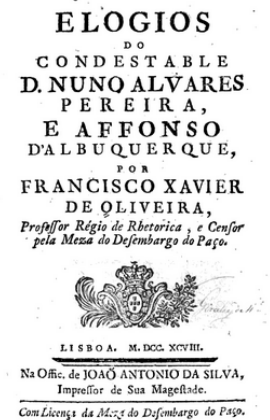


Fig. 26 *Elogios do condestable D. Nuno Alvres Pereira, e Affonso de Albuquerque*, 1789.

Como a documentação demonstra, a biografia de D. Nuno redunda na edificação do Convento do Carmo de Lisboa e confunde-se, por vontade dos próprios carmelitas, com a história da ordem religiosa que o condestável engrandece. É neste contexto que os frades procedem à reedificação da sua igreja e é ele que justifica o facto de os carmelitas terem procurado reerguer o edifício com as feições góticas que, como vimos, o caracterizam e nobilitam. Assumido o valor histórico da arquitetura dos primórdios do convento, a preocupação estilística passa dominar a intervenção iniciada em 1758 e continuada pelas décadas seguintes, sem que se chegue a concluir a construção.

³⁵⁸ OLIVEIRA, Francisco Xavier de, *Elogios do condestable D. Nuno Alvares Pereira, e Affonso d'Albuquerque*, Lisboa, na Off. de João Antonio da Silva, 1798, pág. 133.

O carácter excecional desta reedificação em estilo está analisado por Paulo Pereira que equacionou a intervenção à luz da problemática do neogótico em Portugal³⁵⁹. O historiador nota que os freires carmelitas procuraram «devolver a dignidade gótica ao convento – que era também a *dignidade do seu fundador*», não conseguindo porém ultrapassar as dificuldades que uma estética ainda carente de estudos e de tratadística padecia em Portugal³⁶⁰. O resultado da reedificação não vai, por isso, ir além de «um *gótico falso* ou um *pseudo-neo-gótico*», assegurado pelo vértice alteado dos arcos da nave da igreja, forma aguda em que o arquiteto desconhecido se apoia para conferir a aparência original da casa ao edifício que tenta consertar³⁶¹.



FIG. 27 Igreja do Convento do Carmo de Lisboa.

Tanto na intervenção da Igreja do Convento do Carmo de Lisboa como na da Igreja do Mosteiro de Santa Maria de Belém, convergem abordagens de apreciação artística, perspetiva histórica e cuidados de preservação, atitudes que em conjunto determinam o aparecimento do conceito de monumento histórico, também anunciado nas observações a alguns apontamentos das *Memórias paroquiais* e de textos coevos que explorámos atrás. Como vimos

³⁵⁹ PEREIRA, Paulo, “A Igreja e Convento do Carmo: do gótico ao revivalismo”, ob. cit., pp. 107-112. Como expusemos na introdução ao presente volume, Regina Anacleto não concorda que a intervenção tenha decorrido sob a preocupação de retomar a linguagem gótica do edifício, afirmando tratar-se de uma tentativa de tornar o templo funcional, concluindo-o sem ruturas (ANACLETO, Maria Regina Dias Baptista, *A arquitectura neomedieval portuguesa*, ob. cit., pág. 105). Como vimos então, Anacleto é a única autora a negar que os carmelitas tenham procurado restabelecer o templo dentro do seu estilo primitivo.

³⁶⁰ PEREIRA, Paulo, “A Igreja e Convento do Carmo: do gótico ao revivalismo”, ob. cit., pág. 110.

³⁶¹ *Id.*, *ib.*.

observando, é o reconhecimento daqueles valores e o peso que é dado a cada um deles no momento de atuar sobre a preexistência que determina o tipo de intervenção arquitetónica a realizar.

3.3.3. BASÍLICA DE SANTA MARIA MAIOR

Precisamente porque a perceção da Basílica de Santa Maria Maior e dos seus atributos é diferente daquela que intuímos para a Igreja dos Jerónimos e do que verificámos para o Convento do Carmo, o carácter da intervenção feita após o terramoto na antiga Sé de Lisboa não vai coincidir com o averiguado nos edifícios citados. Ao contrário dos outros dois casos, no século XVIII, a Basílica de Santa Maria não se vê apegada a um momento ou figura histórica precisa: o passado do templo é demasiado complexo e difuso.

As origens da igreja não são consensuais, como nos parece explícito na seguinte passagem do *Mappa de Portugal*: «Teve para si Miguel Leitaõ de Andrade, que esta Igreja fora mandada edificar pelo Imperador Constantino ou por sua Mãe Santa Elena, persuadido da antiga construcção do edificio [...]. Outros creraõ, que tinha sido a Mesquita mayor do Mouros, e que ElRey D. Affonso Henriques, quando ultimamente lhes ganhou Lisboa, a mandara purificar [...]. Porém de escrituras authenticas se mostra, e de outros testemunhos authoritativos, que aquelle primeiro Monarca Portuguez fabricara este Templo desde os alicerses»³⁶². Acredita-se que os primórdios da Basílica de Santa Maria são constantino, mouro ou afonsino, e há até quem, como Manuel do Portal³⁶³, declare a igreja goda³⁶⁴. Naturalmente, esta realidade de apreciações discordantes impossibilita que o edifício se imponha como *ícone* de um determinado período ou de uma ação histórica precisa.

³⁶² CASTRO, João Baptista de, *Mappa de Portugal antigo, e moderno*, ob. cit., t. 3, pp. 334 e 335.

³⁶³ PORTAL, Manuel, *Historia da ruina da cidade de Lisboa (...)*, ob. cit., pág. 592.

³⁶⁴ As diversas opiniões sobre a criação do templo estão expostas por Luís Duarte Vilela da SILVA em “Archeologia portugueza. A Sé de Lisboa. Memória do conego Luiz Duarte Vilella da Silva emendada e annotada por sua eminência o Cardeal Patriarcha D. Francisco de S. Luiz”, in *Revista universal lisbonense*, Lisboa, XIII Ano, 1853, pp. 14-19.

Acresce que, por altura do grande sismo, a estrutura românica da Basílica e a sua obra de arquitetura gótica não seriam óbvias, porque «há vinte e dous ou vinte e trez annos antes do terremoto que se tinha renovado por dentro, principalmente as columnas e simalhas com mais fortaleza ao moderno», certifica frei António do Sacramento³⁶⁵. No mesmo sentido, lê-se em Manuel Portal que «o Templo modernamente estava pelo interior com grande perfeição e nobremente ornado» nas vésperas do cataclismo³⁶⁶.

Trazemos à colação o argumento que expusemos páginas atrás sobre o modo como muitas igrejas se dão a ver no Portugal de meados do século XVIII ser prejudicial à apreensão dos potenciais valores da arquitetura em causa, dada a decoração atualizada e demais obras modernas que os edifícios vão sofrendo ao longo da sua existência, em particular durante as primeiras décadas de Setecentos. Estas realizações, como dissemos, perturbam a visão dos elementos arquitetónicos antigos, logo, a descoberta do seu poder rememorativo.

É justamente com uma aparência assim refrescada, mas compósita ou híbrida (está lá o corpo românico, a capela-mor e o deambulatório góticos), que a Basílica de Santa Maria Maior se apresenta ao tempo, como permite confirmar ainda a descrição detalhada que Thomas Pitt nos dá do edifício³⁶⁷. Os apontamentos escritos pelo viajante britânico, em 1760, são esclarecedores quanto ao facto de se terem acumulado diversas intervenções sobre a construção primitiva da antiga Sé, num esforço natural de atualização, de facto contínua e centenária, do vetusto templo, cuja nave e a capela-mor medievais Pitt ainda vê.

³⁶⁵ SACRAMENTO, António do, *Memorias curiosas em que, por estes annos de 1778 (...)*, ob. cit..

³⁶⁶ PORTAL, Manuel, *Historia da ruina da cidade de Lisboa (...)*, ob. cit., pág. 592.

³⁶⁷ PITT, Thomas, *Observações de uma viagem a Portugal e Espanha (1760)*, ob. cit., pp. 114-116.

Devemos a Thomas Pitt a exposição mais completa da condição da Basílica após o terramoto³⁶⁸. Entre os diversos relatos dos estragos infligidos pelo sismo e sequente incêndio no templo³⁶⁹, predomina a ideia de que o edifício se mantém sólido no seu essencial, invalidando de maneira perentória a célebre gravura aberta por Le Bas, em 1757, onde a construção figura derrocada e indistinta³⁷⁰. De acordo com as fontes, foram alguns dos elementos proeminentes da igreja, em particular a sua torre sul e parte do zimbório, aquilo que o sismo mais afetou. Pitt dá-nos um testemunho que se pode considerar até bastante otimista relativamente ao estado do edifício e à intervenção arquitetónica que considera espectável realizar, alegando que «A Sé velha, ou Cathedral, não está assim tão destruída que não possa ser facilmente reparada, tal como é intenção do Rei»³⁷¹.

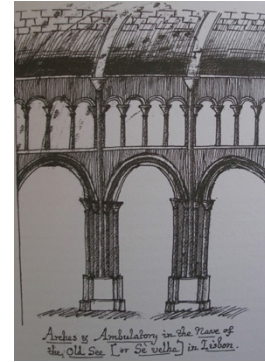


FIG. 28 Arcos, trifório e cobertura da nave da Basílica de Santa Maria Maior, desenhados por T. Pitt, em 1760.

³⁶⁸ Esta importante fonte foi revelada por Maria João Baptista NETO. As consequências do sismo de 1755 na Sé de Lisboa e a intervenção a que ele obrigou foram abordadas pela historiadora na sua dissertação de doutoramento, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no património arquitectónico em Portugal (1929-1969)*, ob. cit., pp. 515-517 e 531-537.

³⁶⁹ Pensamos na exposição feita por SACRAMENTO, António do, *Memorias curiosas em que, por estes annos de 1778 (...)*, ob. cit., pp. 10 e 11; na descrição que se lê em MENDONÇA, Joaquim José Moreira de, *Historia universal dos terremotos (...)*, ob. cit., pág. 127; nas diversas que se acham em *Collecçam universal de todas as obras, que tem sahido ao publico sobre os effeitos, que cauzou o terremoto (...)*, ob. cit.; e noutras transcritas em SOUSA, Francisco Luís Pereira de, ob. cit., pp. 539-540 e 590-592.

³⁷⁰ PEDEGACHE, Miguel Tibério, *Collecção de algumas ruinas de Lisboa causadas pelo terremoto e pelo fogo do primeiro de Novemb.ro do anno de 1755 debuxadas na mesma cidade por MM. Paris et Pedegache e abertas ao buril em Paris por Jac. Ph. Le Bas = Recuil des plus belles ruines de Lisbonne causées par le tremblement et par le feu du premier Novembre 1755, dessiné sur les lieux par MM. Paris et Pedegache et grave à Paris par Jac. Ph. Le Bas*, Paris 1757.

³⁷¹ PITT, Thomas, *Observações de uma viagem a Portugal e Espanha (1760)*, ob. cit., pág. 114.

O júzo do inglês coaduna-se com aquilo que observa no edifício em 1760³⁷². Pitt verifica que a nave da igreja se encontre coesa e que «consiste em seis arcos de volta perfeita», desenhados parcialmente (sem quaisquer indícios de ruína) no seu caderno de viagem, onde assenta ainda a nota de como «desde os dois primeiros pilares um arco abatido» a atravessa. O estado da basílica permite-lhe mesmo distinguir que «nos outros pilares, a coluna do meio ergue-se até ao cimo e sustenta um arco de volta perfeita, que vai até à coluna fronteira», encontrando-se a figura repetida, pois «toda a cobertura tem arcos semelhantes sem nervuras ou intersecções»³⁷³. A condição do templo possibilita-lhe contemplar, inclusivamente, a capela-mor inteira, «de um estilo mais tardio [do que a nave] e todos os seus arcos são quebrados. A cobertura é muito bela, pintada e dourada, com nervuras cruzadas, nós e intersecções»³⁷⁴.

No entanto, o conserto da Sé não parece vir a ser tão simples quanto o testemunho de Pitt faz supor, nem tão breve como depois frei António do Sacramento dará a crer, ao afirmar que «No anno de 1777 entraraõ a concertar a Sé e torres, e se entende que pello fim deste anno de 1778 estavaõ as obras acabadas»³⁷⁵. A intervenção foi de facto mais profunda, conforme esclarece o estudo realizado por Maria João Baptista Neto, a partir de um conjunto de fontes que a sua investigação trouxe à luz, com o fito de conhecer as alterações operadas no edifício no final do século XVIII, para pensar a feição do templo no momento dos grandes restauros novecentistas³⁷⁶. As suas conclusões ajudam-nos a compreender porque a convicção de Pitt e as expectativas de Sacramento acabaram goradas, pois demonstram que os trabalhos realizados em consequência do terramoto consistiram em dissimular e desmontar diversos elementos arquitetónicos medievais, total ou parcialmente sobrevividos ao sismo, preterindo a estética

³⁷² *Id.*, *ib.*.

³⁷³ *Id.*.

³⁷⁴ *Id.*.

³⁷⁵ SACRAMENTO, António do, *Memorias curiosas em que, por estes annos de 1778 (...)*, ob. cit., pág. 11.

³⁷⁶ NETO, Maria João Baptista, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no património architectónico em Portugal (1929-1969)*, ob. cit..

românica e gótica dos mesmos em favor do estilo barroco e classicista que ditará as obras então executadas na provecta basílica. Os trabalhos efetuados terão decorrido, afinal, entre o termo da década de 1760 e o início da de 1780³⁷⁷, sendo evidentes nesta intenção, pese embora a referência à basílica como «taõ antigo, devoto, e Respeitavel Templo», por D. José, em 1767 e em datas posteriores³⁷⁸.

Em carta de abril de 1767, o monarca explica que a igreja foi, durante muitos séculos, «Metropolitana, da especial devoção naõ só dos Senhores Reys, meus gloriosos Predecessores, mas de todo o Povo de Lisboa», guardando «Santos Depositos, e illustres Monumentos», motivos por que as suas ruínas «naõ podem deixar de constituir attendiveis objectos da minha Religioza, e Real Piedade»³⁷⁹. São estes argumentos que D. José evoca nas referências à intervenção no edifício e são eles que reafirma, quase dez anos depois, ao alegar ter «feito sempre hum distincto objecto do Meu Real cuidado a reparação, e conservação da grande, e antiga Bazilica de Sancta Maria»³⁸⁰.

No citado documento de 1767, o monarca atribui a D. Luís da Câmara, «do meu Conselho, e Prelado da Santa Igreja de Lisboa, a Superintendencia, e Inspeção da Sobredita Obra, debaixo do Plano e Instruçoens, e Consignaçoens, que para este efeito tenho ordenado»³⁸¹. Um ano após a nomeação, D. Luís, «Inspector das Obras da Antiquissima Sé», como o próprio se apresenta, demarca-se das “alterações” que os cônegos estão em vias de executar no edifício «a que hoje chamaõ Santa Maria»³⁸². Explica o superintendente que, «com a mudança dos Conigos para aquela Igreja (...) os ditos Conigos vaõ nella fazer varias Obras para suas habitações, e de nenhuma utilidade à Igreja»³⁸³. O desacordo e verdadeiro incómodo sentido

³⁷⁷ Com efeito, Cláudio da CONCEIÇÃO indica o ano de 1780 como o do termo das obras (*Gabinete histórico*, vol. IX, Lisboa, na Imprensa Nacional, 1823, pág. 195).

³⁷⁸ AHPL, cx. 6, n.º 13, “Carta régia: obras na Basílica de Santa Maria por causa do terramoto”.

³⁷⁹ *Id.*, *ib.*.

³⁸⁰ *Id.*, n.º 25.

³⁸¹ *Id.*.

³⁸² ANTT, MNEJ, cx. 37, mç. 46, n.º 2, Carta de D. Luís da Câmara para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, de 16 de junho de 1768.

³⁸³ *Id.*.

com esta «alteração», no que acreditamos ser o espaço do claustro do vetusto edifício, denota a preocupação de D. Luís da Câmara com a preexistência. O zelo não surge condicionado por questões estilísticas ou formais, mas antes pela pertinência da intervenção no espaço, pelo seu impacto na dignidade da construção, diríamos.

É sob a autoridade de D. Luís que as obras de reparação do templo se processam, debaixo da direção do engenheiro-militar Reinaldo Manuel dos Santos, arquiteto das Obras Públicas do reino. Procede-se, então, ao apeamento da cobertura da nave central, que verificámos explanada na descrição e nos debuxos de Pitt. A intenção é erguer obra nova, para que «o corpo da Sé fique de estuque por cima em lugar da antiga abóbada de pedra», como noticia Sacramento, em 1778 e ilustram as fotografias captadas aquando o restauro projetado por António do Couto Abreu³⁸⁴. A abóbada de berço vê-se, assim, substituída por uma cobertura de madeira estucada, rasgada por amplos óculos que pontuam a nave em todo o seu comprimento. Por sua vez, o coro gótico, cujo teto vimos também explicado e admirado pelo viajante inglês, é convertido na capela-mor barroca que a Sé ainda hoje exhibe, abdicando-se da torre lanterna medieval, parcialmente ruída.

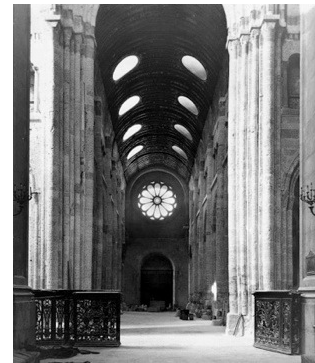


FIG. 29 Nave central da
Basílica de Santa Maria
Maior, c. 1911.

³⁸⁴ SACRAMENTO, António do, *Memorias curiosas em que, por estes annos de 1778 (...)*, ob. cit., pág. 11. Arquivo do IHRU, fotografia 0516069, Nave central e tecto durante as obras visto da capela-mor. Ambas as fontes estão presentes em NETO, Maria João Baptista, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (...)*, ob. cit..

Maria João Baptista Neto indaga a razão de ser desta intervenção profunda que remove elementos estruturais centenários do edifício, descaracterizando-o na sua essência³⁸⁵. A investigadora conjectura como resposta três ordens de razões: uma económica, outra técnica e uma última estética. As primeiras relaciona com as vantagens orçamentais e construtivas que a reedificação em madeira representa face ao conserto em pedra; a terceira, com a vontade de suprir a falta de luz da basílica, isto é, com a preferência pela luminosidade moderna de uma nave pontuada por óculos, em lugar da penumbra determinada por uma longa abóbada de berço em pedra (evidentemente, o móbil formal favorece o recurso construtivo à madeira). De facto, se atendermos a requisições de obras, “consertos”, “reparos” e “reedificações” registadas na documentação, facilmente notamos a regularidade dos pedidos para aumentar o número ou as dimensões das frestas nas cabeceiras de diversíssimas igrejas e, sobretudo, das suas capelas-mores, o que vem comprovar a força da última linha argumentativa apresentada³⁸⁶.

Junto com esses motivos, avançados por Maria João Baptista Neto, cremos que os factos que começámos por assentar relativamente à Basílica de Santa Maria Maior, em contraste com os verificados para os consertos dos Jerónimos e do Carmo, assumem um papel importante no ditame estético ou nos critérios adotados no conserto levado a cabo na velha Sé. É apenas porque nunca se destacou nem jamais se impôs um período histórico preciso na existência do templo que se admite omitir os sinais físicos, muito significativos, da sua vivência centenária. Por outras palavras, se fosse exaltada a relação do edifício com os primórdios da nacionalidade, se no discurso sobre a basílica se sublimasse um herói ou feito glorioso recuados à Idade Média, teria havido mais zelo e maior interesse em preservar (e porventura destacar) a obra identificada com esses momentos, parece-nos. Como tais aspetos não são considerados identitários ou substanciais na

³⁸⁵ NETO, Maria João Baptista, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (...)*, ob. cit., pág. 534.

³⁸⁶ Baseamo-nos aqui no enorme volume de documentação que integra o fundo do MNEJ para o período; veja-se, por exemplo, cxs. 3 a 9.

construção, eles não merecem ser preferidos à renovação e atualização do espaço litúrgico que acaba por ser realizada.

Portanto, ponderam-se valores de contemporaneidade, dispersos entre o valor artístico e o de uso, sem dar prova de ressalva quanto ao valor histórico ou sequer de antiguidade da construção. Esta é, aliás, a atitude patrimonial que verificámos predominante nos relatos da catástrofe de 1755 e noutras narrativas coevas. Fica patente que, contrariamente à Igreja de Belém e à Igreja do Carmo, no terceiro quarto do século XVIII a Basílica de Santa Maria Maior ainda carece do necessário para se ver afirmada como monumento histórico, o que tem consequências no modo como a intervenção arquitetónica do pós-terramoto é efetuada.

3.4. ALGUMAS CONCLUSÕES. DESTRUIÇÃO, MEMÓRIA E INTERVENÇÕES EM UNIDADE DE ESTILO

Explorados os critérios de intervenção arquitetónica adotados depois do terramoto, facilmente se confirma a existência da pluralidade de sensibilidades e de comportamentos que achámos atrás, na análise às respostas aos interrogatórios seguintes ao sismo e a outros escritos seus coetâneos.

Evidentemente, encontrámos a decisão relativa ao destino das preexistências estritamente condicionada pelos objetivos da tutela. Se, em muitas ocasiões, o meio detetado para atingir esses objetivos provou ser a demolição total ou parcial das construções, noutras, o processo manifestou-se pautado por critérios indubitavelmente conservativos. O contraste anuncia-nos um universo de sensibilidade patrimonial irregular, onde o reconhecimento do valor histórico dos edifícios é, como antes notado, incerto, com uma muito delimitada e contida atribuição de valor artístico a expressões plásticas distantes dos princípios classicistas vigentes.

Apesar da variedade das atitudes verificadas se mostrar acompanhada por práticas de intervenção correspondentemente heterogéneas, observámos

que a necessidade de intervir concede uma expressão diferente, uma força mais clara e vincada à minoria que notámos ciente das qualidades arquitetónicas que vimos a destacar, precisamente as menos evidentes durante o período analisado. Com efeito, em face da destruição e da obrigação premente de atuar sobre o objeto, os contornos das propriedades de memória do edificado têm que ser equacionados. Por isso, é sobretudo no confronto ativo com a obra, na decisão sobre as implicações e sobre o perfil da intervenção a executar ou já em execução que algumas ideias capitais para o campo disciplinar do restauro se vão organizando, permitindo a prática que se constate a assunção pontual da valia histórica do objeto sobre o qual se atuou.

Às questões de memória plasmadas na obra arquitetónica, nos edifícios que atrás considerámos, dentro dos limites de Lisboa (e, ainda antes, em Sines e na Batalha), devemos associar também as intervenções levadas a cabo na Sala dos Túmulos do Mosteiro de Alcobaça, por volta do início dos anos 1780, e na Sala dos Cisnes do Palácio de Sintra, em 1787, respetiva e devidamente estudadas por Regina Anacleto e por Custódio Vieira da Silva ³⁸⁷. Os historiadores atribuem o perfil destas obras a um gosto revivalista, ao qual notámos que alguns investigadores, como o atrás referido Paulo Pereira, tendem a relacionar a intervenção feita, e antes atentada, na igreja do Convento do Carmo de Lisboa. As fontes primárias até aqui utilizadas não nos autorizam a asseverar que as formas góticas constituam, até então, uma possibilidade de prática arquitetónica verdadeiramente viável ou com acolhimento sólido, pese embora os casos nomeados e o predomínio de uma certa tolerância ou flexibilidade estética, por nós sublinhada. Não pretendemos contrariar os autores analisados que mencionamos, é importante notar, mas apenas assumir que essas experiências muito pontuais, a que se juntarão, mais tarde, a obra um tanto

³⁸⁷ ANACLETO, Maria Regina Dias Baptista Teixeira, *A arquitectura neomedieval portuguesa*, ob. cit., pp. 111 e ss.; SILVA, José Custódio Vieira da, *Paços medievais portugueses (...)*, ob. cit., pp. 369 e ss.. Indique-se igualmente, e de novo, a reflexão sobre o problema dos revivalismos, com a alusão aos casos trazidos a luz por Anacleto e por Vieira da Silva, realizada por Lúcia ROSAS, em *Monumentos pátrios (...)*, ob. cit..

ingénua da fachada da igreja de Vilar de Frades ou a construção, por encomenda estrangeira, que será inconsequente, do Palácio de Monserrate, não têm força para fazer escola, são ocorrências esporádicas, excêntricas e singulares que nos parecem tornar difícil a admissão de um movimento ou de um surto revivalista no século XVIII português, nas décadas em apreço³⁸⁸.

Dito de outra forma, existe obra *neogótica* e *neomanuelina* no pós-terramoto, na medida em que existe obra *nova* em *gótico* e em *manuelino*, mas além da vontade de guardar e de exhibir a memória da história que deduzimos ter estado na origem das produções referidas, não há elementos que permitam alvitrar um espírito propriamente dito de revivescência da história, de revivescência das épocas gótica ou manuelina, um espírito que se alastre em diversas manifestações culturais e que permita considerar, sem reservas, a presença de *revivalismo* na segunda metade de Setecentos.

O facto de inexistir então uma cultura medievalista, um espírito ou gosto literário conforme entre nós³⁸⁹ – esse que existe na Inglaterra coeva e que

³⁸⁸ Sobre este interessantíssimo tópico, impõe-se a nomear o trabalho seminal de CLARK, Kenneth, *The gothic revival: an essay in the history of taste*, 3rd ed., New York, Chicago, San Francisco, Holt, Rinehart & Witson, 1962 (ed. orig. 1928), onde o autor sublinha a base literária do movimento, alimentada por personalidades como Edward Young ou Horace Walpole e o seu célebre romance *The Castle of Otranto* (1764), bem como a importância de princípios estético-poéticos como o pitoresco ou o sublime (veja-se, sobretudo, pp. 66-91). Clark entende que a atração pelo universo medieval decorre da conjuntura de estabilidade vivida pela Inglaterra durante o século XVIII: «*When life is fierce and uncertain the imagination craves for classical repose. But as society becomes tranquil, the imagination is starved of action, and the immensely secure society of the eighteenth century indulged in daydreams of incredible violence. (...) The mediaeval ballads, popularised by Addison, provided a new world of heroes, reckless, bloodthirsty and obscure*» (pág. 48). Vale a pena interrogarmo-nos se será assim no Portugal de Setecentos. Para o âmbito nacional, refira-se, dentro do período que consideramos, e como avançamos na introdução a esta tese, as dissertações de doutoramento das historiadoras Regina ANACLETO e Lúcia ROSAS, já citadas e os trabalhos, por nós igualmente referidos, de Maria João NETO. É ainda imprescindível a leitura de GOMES, Paulo Varela, “Traços de pré-romantismo na teoria e na prática arquitectónicas em Portugal na segunda metade do século XVIII”, ob. cit.; e *id.*, *A cultura arquitectónica e artística produzida em Portugal no séc. XVIII*, ob. cit.. Tenha-se presente que, mesmo entre os historiadores do património e da arte em Portugal, falha o consenso relativamente à questão. Veja-se as abordagens consideradas na introdução a este nosso volume.

³⁸⁹ Veja-se, entre outros, LOPES, Óscar; SARAIVA, António J., *História da literatura portuguesa*, ob. cit pp., 559-673; *História da literatura portuguesa*, vol. III, dir. Carlos REIS, Lisboa, Publicações Alfa, 2002, pp. 319 ao final; *D. João VI e o seu tempo*, coord. Ana Maria RODRIGUES e Joaquim Soeiro de BRITO, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999; e ainda MACHADO, Álvaro Manuel, *As origens do romantismo em Portugal*, Lisboa, Instituto da Cultura e Língua

Anacleto reconhece fundamental para se poder falar em *neogótico*³⁹⁰, esse que veremos afirmar-se, em Portugal, somente a partir de cerca de meados dos anos 1820, com os escritos de Almeida Garrett, mas sobretudo a partir da década seguinte, com Herculano e o romantismo pleno³⁹¹ – inclina-nos a preferir falar em *atos revivalistas*, em lugar de *cultura revivalista* ou de *movimento neogótico*.

Com efeito, os estudos efetuados nas diversas áreas das ciências sociais e humanas em Portugal³⁹², para o período em questão, levam-nos observar a ausência, entre nós, daquele substrato cultural que julgamos necessário para se afirmar uma ideia consistente de *revivalismo*.

Impõe-se concluir que a ruína causada pelo grande terramoto constitui uma oportunidade inestimável para as intervenções em estilo, para esses *atos revivalistas* concretizados na tentativa de reproduzir elementos arquitetónicos centenários e de, assim, tornar inolvidável a circunstância histórica particular a que se associam. A realidade favorece o incremento do saber sobre a arte da arquitetura e potencia um outro olhar sobre as preexistências. Cremos que surgirão frutos destas novidades ou aspetos por elas possibilitadas, mais adiante, como iremos procurar demonstrar no decorrer dos capítulos seguintes.

Assim, ressalta do conjunto de casos considerados, e sempre em articulação com o avançado pelos testemunhos escritos, o facto de, nos anos seguintes ao sismo, se estarem a formular, num meio ainda restrito, essas noções essenciais à disciplina do restauro, como aquela basilar de *monumento*

Portuguesa, col. Biblioteca Breve, 1979, pp. 39-69. O pré-romantismo português, constituído por autores como Bocage ou a Marquesa de Alorna, é algumas décadas mais tardio e não evoca o universo medieval, ao contrário do que sucede em Inglaterra, por exemplo (veja-se, além das obras citadas, entre outros, *Alcipe e a sua época*, coord. José Esteves PEREIRA, Maria Leonor Machado de SOUSA, Marion EHRARDT, Lisboa, Colibri, Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2003; NEMÉSIO, Vitorino, *A mocidade de Herculano até à volta do exílio (1810-1832)*, pról. Luís Oliveira RAMOS, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003, pp. 443-479).

³⁹⁰ ANACLETO, Maria Regina Dias Baptista Teixeira, *A arquitectura neomedieval portuguesa*, ob. cit., pág. 99.

³⁹¹ O contributo de Garrett encontra-se examinado em parte posterior da presente dissertação.

³⁹² Veja-se as obras referidas na penúltima nota.

histórico, que veremos surgirem com nome próprio somente várias décadas depois do terramoto.

PARTE II

OBSERVAÇÕES À ARQUITETURA CENTENÁRIA NA CONJUNTURA DE DECLÍNIO DO FINAL DO SÉCULO E DE INCERTEZA DA NOVA CENTÚRIA

II. OBSERVAÇÕES À ARQUITETURA CENTENÁRIA NA CONJUNTURA DE DECLÍNIO DO FINAL DO SÉCULO E DE INCERTEZA DA NOVA CENTÚRIA

Em maio de 1777 D. Maria sobe ao trono. O novo governo e a época que com ele se inaugura, expurgando os vícios do precedente consulado pombalino, herdado e transportarão para os tempos seguintes questões que interferirão significativamente no modo de entender a arquitetura antiga. No período que agora encetamos mantêm-se evidentes os efeitos materiais da catástrofe sísmica, visíveis na paisagem parcialmente arruinada do reino, que prossegue pontuado pelos trabalhos de restabelecimento possíveis³⁹³. Será, porém, no âmago de outros temas perpassados detrás, aspetos de ordem política e cultural diversa, que veremos germinar os tópicos que virão a ter efeitos relevantes, inéditos até, na abordagem ao património arquitetónico centenário de Portugal durante o século XIX.

Na conjuntura legada inscreve-se a problemática relativa às ordens religiosas, decorrente das prerrogativas, volume e estado das suas propriedades³⁹⁴, em seguida estimulada pelos acontecimentos revolucionários sucedidos em França. Nela se inclui também o florescente espírito de luzes que, alimentado ao longo de toda a centúria pelas elites esclarecidas da nação, serve de importante propulsor cultural e de fundamento reformador do país³⁹⁵. As

³⁹³ Entre as fontes que atestam esta realidade contam-se diversos relatos de viagem a Portugal (veja-se, por exemplo, PAULINO, Maria Clara, *Olhares de europeus e norte-americanos em viagem por Portugal (...)*, ob. cit.).

³⁹⁴ As consequências nefastas da extensão das posses das ordens regulares e dos privilégios acumulados pelas congregações, em Portugal, foram expostas e difundidas já na década de 1740, por D. Luís da Cunha, no célebre *Testamento político* que dirigiu ao então príncipe D. José (CUNHA, Luís, *Testamento político de D. Luiz da Cunha*, pref. e notas de Manuel MENDES, Lisboa, Seara Nova, col. Cadernos da Seara Nova, 1943). É sintomática a necessidade de apologia das ordens regulares, ainda em 1786, patente na tradução e publicação do opúsculo anónimo francês *Dissertação sobre o estado religioso em que se mostra qual he o seu espirito, qual a sua origem, os seus progressos, os serviços que tem feito á igreja, e á sociedade, a sua utilidade atual: e em que se trata dos bens dos religiosos, e da reforma, que poder ter as ordens monasticas*, trad. Hum Amigo da Verdade, Lisboa, na Off. Patr. de Franc. Luiz Ameno. Veja-se também, por exemplo, CARROMEU, Francisco, “O romantismo político do padre Marcos (1820-1851)”, in *Lusitana Sacra*, 2.ª série, 19-20, 2007-2008, pp. 24-28.

³⁹⁵ Há inúmeras personalidades da nossa história que o confirmam. Entre os diversos estudos passíveis de citar a este propósito, veja-se, por exemplo, BRIGOLA, João Carlos Pires, *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*, ob. cit.; e *História do*

luzes motivarão a criação de instituições de saber, como a Academia Real das Ciências de Lisboa (1779) ou Academia Real de Fortificação e Desenho (1790). Mas estarão também na base da «perturbação ideológica e política» que se instala sob D. Maria e que se agudiza depois, durante o governo de seu filho e os anos das invasões napoleónicas³⁹⁶.

As continuidades destacadas assumem novos (mas ainda subtis) matizes no par de décadas que encerra o século, percorrendo a governação mariana e a da regência do príncipe D. João. Somente na passagem para o segundo decénio de Oitocentos e no decurso desta década as repercussões verdadeiramente notáveis de ambas, porquanto transformadoras, serão evidentes.

O nosso tema de estudo espelha plenamente o quadro de permanências e de ténues, mas significativas cambiantes que sumariamente esboçámos. No último quartel do século XVIII e nos anos iniciais do seguinte, perdura a pluralidade de atitudes patrimoniais observadas no momento sequente ao terramoto, em proporções idênticas às que então assinalámos. Isto é, mantém-se o comportamento displicente face ao edificado vetusto enquanto conduta maioritária, e a apreciação reflexiva ou amadurecida a alguns edifícios notáveis como realidade pouco expressiva no contexto nacional, onde o teor artístico, simbólico-rememorativo da obra arquitetónica antiga está por emergir abertamente com firmeza.

Ao mesmo tempo, o conteúdo de um grupo restrito de testemunhos coevos leva-nos a entender que o olhar minoritário, sensível e informado sobre a arquitetura com virtualidades de memória se aperfeiçoa notavelmente durante as décadas finais de Setecentos e os anos seguintes. Por esse tempo, o labor de alguns literatos do reino demonstra-os cientes dos estudos desenvolvidos em Itália, por Winckelmann, em França, por Millin e na Grã-Bretanha, por eruditos ou antiquários animados com as construções góticas.

pensamento filosófico português, vol. III, As luzes, dir. Pedro CALAFATE, Lisboa, Caminho, 2001.

³⁹⁶ MONTEIRO, Ofélia Paiva, “A literatura”, in *D. João VI e o seu tempo*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, pág. 69.

Esta sensibilidade patrimonial mais apurada e culta, que se mostra então apenas leve ou muito circunscritamente pronunciada entre nós, ganhará uma consistência maior no novo século, sobretudo por volta de meados dos anos 1810 e depois, quando se acentua e amplia com intensidade, muito graças ao contributo dos eixos históricos acima apontados, transpostos para Oitocentos – precisamente, a querela em torno das ordens religiosas e a abordagem iluminada ou crítica à realidade que, por força da progressão das tropas napoleónicas na Europa, ganhará um novo e decisivo carácter patriótico ou nacionalista.

Assim, tomaremos como limite extremo desta parte da nossa dissertação o Congresso de Viena, que decorre entre 1814 e 1815, definindo a situação europeia pós-Napoleão. Até lá, cabe-nos assinalar, como dissemos, as continuidades e as transformações na abordagem à arquitetura centenária, ressaltando, desde já e de antemão, que os conceitos de *monumento histórico* e *nacional* se definem mais conscientemente no período em apreço, onde também esta última noção se encontra pela primeira vez pronunciada.

A formulação da ideia será precipitada, justamente, pela situação revolucionária francesa, cujas consequências encerrarão o presente capítulo e parte da tese. Antes, porém, impõe-se atender às apreciações deixadas por determinados ilustrados do reino, procurando detetar nelas a extensão do caminho conceptual e sensível que vimos distinguindo ao longo de Setecentos. Com o mesmo objetivo, examinaremos igualmente o olhar sobre o património arquitetónico condicionado pela necessidade de uso premente e pelo intento de reforma das ordens regulares. Finalmente, consideraremos os efeitos da afronta estrangeira em Portugal na relação com os bens materiais do passado comum da nação.

1. O PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO ANTIGO NO TESTEMUNHO DE ALGUNS ERUDITOS: CONTINUIDADES E PRENÚNCIOS DE MUDANÇA

Os literatos portugueses que nos deixaram apontamentos sobre o património centenário do reino no termo do século XVIII dão mostras da persistente e já longa consideração que o legado romano mantém junto dos círculos eruditos portugueses, onde continua a beneficiar, com certos documentos protocristãos ou da expansão da igreja no território, de um consenso e de uma reputação inigualáveis face a quaisquer outros vestígios de épocas notáveis da nação. Naturalmente, é no universo dos antiquários, indagadores e colecionadores de vestígios pretéritos que reside o grosso das referências a elementos materiais do passado.

É, em boa medida, a esse círculo que devemos a evidência da sensibilidade patrimonial delineada, claramente próxima da que notámos dinamizada pela Academia Real da História Portuguesa durante a primeira metade de Setecentos. Alguns dos seus mais importantes atores são agora membros ou figuras próximas da Academia Real das Ciências de Lisboa, agremiação cujas publicações concernentes à história e ao seu legado material, inscritas, por exemplo, nas *Memorias de litteratura portugueza*³⁹⁷ ou no *Elucidario das palavras, termos, e frases, que em Portugal se usarão (...)*³⁹⁸, atestam bem o declarado.

³⁹⁷ Veja-se, nomeadamente, AGOSTINHO, Fr. Joaquim de Santo, “Memoria sobre as moedas do Reino, e Conquistas”, in *Memorias de litteratura portugueza publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa*, I vol., Lisboa, na Officina da mesma Academia, 1792, pp. 344-353; S. PAIO, Francisco Xavier Ribeiro de, “Sobre as ruínas do Mosteiro de Castro de Avelaães, e do Monumento, e Inscriptão Lapidar, que se acha na Capella mór da antiga Igreja do mesmo Moseiro”, in *Memorias de litteratura portugueza (...)*, ob. cit., vol. V, 1793, pp. 258-263; e RIBEIRO, João Pedro, “Memoria acerca da Inscriptão Lapidar, que se acha no Mosteiro do Salvador de Vayraõ, de Religiosas Benedictinas, no Bispado do Porto, e da pertendida antiguidade do mesmo Mosteiro, que daquella inscriptão se tem procurado deduzir”, in *Memorias de litteratura portugueza (...)*, ob. cit., pp. 421-428. Esclareça-se que nas *Memorias* abunda o recurso à palavra “monumento” como sinónimo de documento escrito, facto que verificámos também em décadas anteriores do século.

³⁹⁸ VITERBO, Joaquim de Santa Rosa, *Elucidario das palavras, termos, e frases, que em Portugal se usarão, e que hoje regularmente se ignorão: obra indispensavel para entender sem erro os documentos mais raros, e preciosos que entre nós se conservão*, 2 vols., Lisboa, na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1798-1799. A obra debruça-se sobre a época medieval, esclarecendo o significado de diversas palavras que existem nos documentos dessa fase fundacional do reino. Viterbo refere alguns edifícios centenários ou as suas

Duas figuras maiores do antiquariado reinol ativo durante o final do século, os franciscanos Vicente Salgado (1732-1802)³⁹⁹ e Manuel do Cenáculo (1724-1814)⁴⁰⁰, relacionam-se profundamente com a nova instituição. Quando se atende ao trabalho perscrutador e entusiasta de ambos, facilmente se deteta a orientação cronológico-cultural do seu olhar e o modo como ele se inclina para os objetos móveis e para as inscrições vetustas que existem no remanescente arquitetónico, mantendo em segundo plano a obra de arquitetura propriamente dita e raramente considerada.

Contudo, e sem deixar de privilegiar os tempos históricos destacados, há umas breves anotações coevas que manifestam uma abordagem inédita à arquitetura do reino. Trata-se de um manuscrito devido ao Abade José Correia da Serra (1750-1823)⁴⁰¹, fundador (com o Duque de Lafões) da Academia das Ciências, que produz as referidas notas precisamente no contexto desta agremiação. São apontamentos para uma *memória*

ruínas, mas dedica-se essencialmente às inscrições que eles ostentam. Atente-se que, por diversas ocasiões, o autor extravasa os limites do tema proposto para referir, sintomaticamente, os vestígios romanos que encontra.

³⁹⁹ Veja-se SILVA, Inocêncio Francisco da, *Diccionario bibliographico portuguez. Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil*, vol. VII, Lisboa, na Imprensa Nacional, 1862, pp. 441 e 442.

⁴⁰⁰ Sobre Manuel do Cenáculo Vilas Boas, veja-se MORATO, Francisco Manuel Trigozo d'Aragão, "Elogio historico do excellentissimo e reverendissimo D. Fr. Manoel do Cenaculo, Arcebispo d'Evora", in *Historia e memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, na Typografia da mesma Academia, 1815, t. 4, parte I, pp. LXII-CVII; MORAIS, Rui, *A coleção de lucernas romanas do Museu de Évora*, Imprensa da Universidade de Coimbra, col. Classica Instrumenta – Monografias de História da Arte e Arqueologia, 2011, pp. 9-28; MACHADO, José Alberto Gomes, *Um colecionador português do século das luzes. D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas*, Lisboa, Publicações Ciência e Vida, 1987; MARCADÉ, Jacques, *Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas Évêque de Beja, Archevêque d'Evora (1770-1814)*, Paris, Centro Cultural Português, Fundação Calouste Gulbenkian, 1978; e, entre outros, CAEIRO, Francisco da Gama, *Frei Manuel do Cenáculo. Aspetos da sua actuação filosófica*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1959. Aproveitamos o ensejo para expressar o nosso agradecimento a Patrícia Alexandra Rodrigues Monteiro, que trabalhou aprofundadamente a figura e o espólio documental de Cenáculo como bolsreira de investigação do projeto *Os livros e as bibliotecas no espólio bibliográfico de D. Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814)* (investigador principal: Francisco António Lourenço Vaz), pelos esclarecimentos e pelas informações disponibilizadas sobre o assunto.

⁴⁰¹ Sobre José Correia da Serra, veja-se CARNEIRO, Ana; DIOGO, Maria Paula; SIMÕES, Ana, *Cidadão do Mundo. Uma biografia científica do Abade Correia da Serra*, Porto, Porto Editora, 2006. O livro decorre do projeto de investigação *Uma biografia científica do Abade Correia da Serra* (POCTI/HCT/38073/2001), cujos frutos estão disponíveis no sítio do próprio projeto, <http://www.cihuct.com/index.php/pt/archive/projectos-de-investigacao/205-correia-da-serra.html> (consultado pela última vez a 25 de agosto de 2012). Veja-se também CARVALHO, Rómulo de, "Serra, José Correia da", in *Dicionário da História de Portugal*, vol. V, Porto, Figueirinhas, 1981, pp. 539-540.

apresentada à Academia que tem por título *Observações sobre os monumentos antigos do nosso reino, relativamente à história das artes em Portugal*⁴⁰². Note-se que o autor é um naturalista estrangeirado e não propriamente um antiquário imbuído na cultura e tradição portuguesas de Setecentos. Portanto, é um ilustrado que escapa um pouco à atitude de investigação historiográfica apontada.

Em abono da verdade, na classe dos antiquários, Cenáculo ultrapassa ocasionalmente os limites mais estritos do paradigma. Mas como deixámos antever, não será no campo do colecionismo nem da investigação *arqueológica* exatas que a relação com a arquitetura centenária irá acusar transformações progressivas maiores. Delas nos darão sinal as referidas notas de Correia da Serra, a *Descrição da grandiosa quinta dos senhores de Bellas*, de Domingos Caldas Barbosa (1740-1800)⁴⁰³, e o testemunho múltiplo de Francisco Gomes do Avelar (1739-1816)⁴⁰⁴.

Caldas Barbosa pertence ao meio da literatura, onde a tensão ideológica do final do século terá reflexos desestabilizadores a nível estético; é precisamente no âmbito das letras que se justifica o escrito aludido. Por sua vez, Gomes do Avelar dedica-se à campanha de trabalhos arquitetónicos da sua diocese, promovida com o fito de recuperar o património local algarvio,

⁴⁰² SERRA, José Correia da, *Conta dos meus estudos e rezumo das memorias que tenho lido*, [1785], transcrição de J.C.S. Jesus, Centro de História das Ciências da Universidade de Lisboa, 2004, http://chcul.fc.ul.pt/correia_da_serra/transcricoes/IAN-TT_Arq_Part_Correia_da_Serra.Cx_2A-A23.1785.pdf (consultado pela última vez a 25 de agosto de 2012).

⁴⁰³ Sobre Domingos Caldas Barbosa, veja-se SAWAYA, Luiza, *Domingos Caldas Barbosa: para além da Viola de Lerenó*, dissertação de mestrado em Estudos Românicos, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011. Atente-se também a *História da Literatura portuguesa*, ob. cit., pp. 405 e ss.; e LOPES, Óscar; SARAIVA, António J., *História da Literatura portuguesa*, ob. cit., pp. 623 e ss.. BARBOSA, Domingos Caldas, *Descrição da grandiosa quinta dos senhores de Bellas, e noticia do seu melhoramento, offerecida á illustrissima, e excellentissima senhora D. Maria Rita de Castello Branco Correa e Cunha, Condeça de Pombeiro, e Senhora de Bellas, por seu humilde servo o beneficiado Domingos Caldas Barboza, Capellão da Relação*, Lisboa, na Typographia Regia Silvana, 1799. Excertos do texto estão publicados em CALADO, Margarida, "As transformações na Quinta de Belas, no final do século XVIII, e as origens do romantismo em Portugal", in *Alcipe e a sua época*, ob. cit., pp. 179-193.

⁴⁰⁴ Veja-se CORREIA, José Eduardo Horta, "O significado do mecenato do bispo do Algarve D. Francisco Gomes do Avelar", ob. cit.; Oliveira, Francisco Xavier de Ataíde, *Biografia de D. Francisco Gomes do Avelar arce-bispo do Algarve*, Porto, Typographia Universal (a Vapor), 1902.

tendo o religioso antes conhecido, em primeira mão, a arte exibida e discutida em Roma; é no processo desse cuidado com o edificado que se encontra a matéria que permite conhecer a sua abordagem às preexistências arquitetónicas.

Vamos observar, primeiro, as alusões patrimoniais patentes no testemunho daqueles dois eruditos, entusiastas da prática *arqueológica*. Atenderemos, depois, às apreciações do académico naturalista José Correia da Serra. Finalmente, debruçar-nos-emos sobre outros apontamentos relativos à arquitetura centenária, onde Caldas Barbosa e Gomes do Avelar merecem destaque, por entre as atitudes de resistência e de abertura às diferentes épocas e estéticas das construções antigas. Neste percurso, pretendemos aclarar as continuidades na abordagem ao património arquitetónico e o prenúncio das mudanças maiores na relação com o mesmo, que, cumpre adiantar, apenas veremos efetivas em décadas posteriores do século XIX.

1.1. FREI VICENTE SALGADO

Na década de oitenta frei Vicente (1732-1802)⁴⁰⁵ dá à estampa três obras que espraiam o seu interesse pela História e pelos vestígios materiais do passado, a *Breve instrução sobre as medalhas romanas* (1780), as *Conjecturas sobre huma medalha de bronze* (1784) e as *Memorias ecclesiasticas do reino do Algarve* (1786), textos que permitem atestar a supremacia concedida aos vestígios referidos daquela antiguidade específica, romana e protocristã ou alusiva à expansão do cristianismo.

Salgado entremeia a análise *científica* dos seus estudos com considerações indicativas do significado afetivo e até conceptual que os restos materiais de tempos longínquos têm para si e, por vezes, para os seus pares. No decurso deste exercício, na publicação ultimamente referida, reconhece o carácter agregador, identitário e nacional dos objetos antigos, afirmando que por ser «natural ao homem o amor da sua Patria. Assim o Montanhez, como o

⁴⁰⁵ Sobre o autor, veja-se as referências bibliográficas que deixámos em nota anterior.

Cidadão se interessão com gosto pelos *antigos monumentos* do lugar de sua origem. [...] Lapidas, Cippos, Moedas, e outros *testemunhos da antiguidade*, os *quaes despertando a lembrança dos acontecimentos mais remotos*, obrigão a empresas litterarias os *espiritos amantes do Patriotismo*, fazendo *reviver do esquecimento as memoraveis acções dos antepassados*»⁴⁰⁶. Achamos plenamente assumida a capacidade evocativa de determinados bens, os «monumentos» (e note-se que não apenas os intencionais), cujo carácter histórico pátrio lhes granjeia valor.



FIG. 30 *Memorias ecclesiásticas do Reino do Algarve*, 1786.

O discurso conscientemente ilustrado do autor, em sintonia com as luzes da época, não deixa de se apresentar eivado de um surpreendente e extemporâneo *romantismo*, detetado na afeição entusiasmada pelos testemunhos materiais da excelência antepassada, que se exhibe expressamente motivada pelo amor à pátria. Vicente Salgado lamenta, por isso, a degradação dos objetos que atestam a grandeza pretérita, deixando o seu pesar explícito em diversas passagens, nomeadamente: «vi a Ossonoba, e lastimei a sua destruição. Nada me foi mais sensível que ver huma Cathedral tão florente na Historia, reduzida a campá rasa, e a duas pedras. Os monumentos que descubri em Faro renovarão mais os meus sentimentos»⁴⁰⁷.

Os apontamentos acerca da destruição do património legado por essa antiguidade maior, essencialmente romana, acham-se amiúde, dando corpo a um conjunto bastante significativo de asserções. Do todo, parece-nos pertinente destacar ainda a seguinte frase, que cremos exemplar: «Entre as ruínas que os Godos e Africanos fizeram em Mertola, dos Monumentos

⁴⁰⁶ SALGADO, Vicente, *Memorias ecclesiasticas do reino do Algarve, offerecidas ao ex.mo e rev.mo sr. Bispo de Beja*, t. 1, Lisboa, na Regia Officina Typografica, 1786, prefácio, [s.p.]. Itálico nosso.

⁴⁰⁷ *Id.*, *ib.*.

Romanos, lançando-os os nos fundamentos dos muros da Praça, que hião conquistar, e reedificar: além das oito ou dez Estatuas que refere Rezende nas Antiquidades da Lusitania [...] eu vi agora na Torre de Val-redondo, defronte da Capella da Senhora das Neves, huma Lapida, ou para dizer em termos, huma Barrica que dá a conhecer o sepulcro da mái de Sertorio»⁴⁰⁸. A citação exhibe subliminarmente o prestígio da herança clássica, ao mesmo tempo que faz ressoar a palavra «monumento», presente nos restantes excertos selecionados das mesmas *Memorias ecclesiásticas do reino do Algarve*.

O recurso ao vocábulo mostra-se uma constante no trabalho de Vicente Salgado, onde não achamos a expressão utilizada em alusões ao edificado. “Monumento” continua a exhibir significados semelhantes aos que vimos caber-lhe na primeira metade do século, confundindo-se frequentemente com “documento” em escritos de autoria variada⁴⁰⁹. Na publicação em causa, o termo é utilizado com idêntica aceção, mas também (e largamente) com o sentido de obra ou objeto com valor de memória, intencional ou não, igualmente procedente de tempos anteriores⁴¹⁰. A subtilíssima cambiante semântica da expressão, patente no próprio uso que vemos ser-lhe dado ao longo do século, queda por definir-se com precisão, constituindo um fator porventura importante de considerar quando se pensa na afinação de formulações conceptuais como *monumento histórico* ou *monumento nacional*

⁴⁰⁸ *Ib.*.

⁴⁰⁹ Como afirmámos em nota anterior, enquanto sinónimo de documento escrito, “monumento” é facilmente encontrado nas fontes do período. Frei Manuel do CENÁCULO conta-se, destacadamente, entre os autores que utilizam a palavra com este mesmo significado, nomeadamente em *Cuidados literarios do prelado de Beja em graça do seu bispado*, Lisboa, na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1791, onde escreve mesmo «monumentos historicos» em referência a documentos ou provas históricas similares (ob. cit., pág. 369). Veja-se também *Memorias de litteratura portugueza (...)*, vols. I-V, ob. cit., 1792-1796. Finalmente, atente-se à utilização quase sinónima dos termos em VITERBO, Joaquim de Santa Rosa, *Elucidario das palavras, termos, e frases, que em Portugal se usarão, e que hoje regularmente se ignorão: obra indispensavel para entender sem erro os documentos mais raros, e preciosos que entre nós se conservão*, 2 vols., Lisboa, na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1798-1799.

⁴¹⁰ Vide *supra*. Ambos estão expressos no *Diccionario da língua portugueza composto pelo Padre D. Rafael Bluteau. Reformado e acrescentado por Antonio de Moraes da Silva natural do Rio de Janeiro*, Lisboa, na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Recorde-se que tais aceções do termo existem igualmente em BLUTEAU, Rafael, *Vocabulario portuguez e latino (...)*, ob. cit..

e ainda na posterior (e talvez tardia) fixação terminológica de ambas, proclamada no século XIX. Naturalmente, os autores que analisamos não se detêm nestas abstrações quando se debruçam sobre o universo patrimonial físico do passado distante.

A Vicente Salgado interessa o significado histórico e cultural mais imediato das peças antigas reconhecidas como legado de um passado comum laudável, como vimos frisando, passível de ser confirmado nos próprios objetos. É sob esta perspetiva que o autor incide, destacada e atentamente, nos vestígios pertencentes à remota Ossónoba⁴¹¹: «estas *Memorias* só *augmentão a curiosidade patriótica* [...] estes *monumentos mostram a sua [Ossónoba] grandeza, e dignidade Romana* [...] a multiplicidade destes testemunhos, [...] tantas Lapidas, e Cippos Romanos; tantas columnas de belos marmores, e de ricas côres»⁴¹². São elencados os sobejos civilizacionais que atraem o eclesiástico, insatisfeito com a sua reutilização na fortaleza de Faro, nos muros e nas torres da construção onde a leitura integral das peças se acha muitas vezes comprometida.

O investigador observa os materiais embutidos na obra e assenta-os com uma notável consideração no texto, numa atitude de apreço que contrasta totalmente com o silêncio votado à centenária edificação militar onde os vestígios descritos perduram. Não há qualquer apontamento sobre as qualidades da obra arquitetónica que Salgado atribui parcialmente aos «Árabes», desagradado, como dissemos, com «os constructores das muralhas sempre increpados de barbaridade»⁴¹³. Com efeito, «Pyramides, Columnas, Cippos, Lapidas, Edifícios [...] tudo quanto julgáráo serviria de augmentar a fama de seus contrários [«Godos, e Romanos»], arruinação, quebrão, despedação. Nos alicerces das Fortificações, e muralhas das Praças, elles sepultáráo os mais pequenos fragmentos, querendo escurecer de todo a memoria daquelles Póvos»⁴¹⁴. Novamente, é a lembrança de um

⁴¹¹ SALGADO, Vicente, *Memorias eclesiásticas* (...), ob. cit., pp. 68-118.

⁴¹² *Id.*, *ib.*, pág. 98. Itálico nosso.

⁴¹³ *Id.*, pág. 106.

⁴¹⁴ *Id.*, pág. 303.

passado específico, reconhecido em determinados bens, que apela a frei Vicente, é a sua perda que se lastima.

Vicente Salgado alerta para a destruição ou para a conservação desses vestígios não apenas em tempos idos, mas também no presente, porque a aniquilação e o roubo dos bens evocatórios da história perdura. Sobre o tema, avoca a medida protetora decretada pelo Magnânimo, mais de seis décadas antes de o religioso franciscano escrever: «He certo que tudo se despedaçou e aquelles pequenos fragmentos, e pedaços da campa forão servir a outros usos. Tal he entre nós o desconhecimento das cousas da nossa Historia; e das Memorias, e Factos, que tanto concorrem para a sua illustração, de que os estranhos tanto sabem aproveitar-se, ainda que o Senhor Rei D. João V tinha prevenido estas ruinas com hum Decreto de 14 de Agosto de 1721»⁴¹⁵.

O apelo à conservação é feito sobretudo através da crítica aos estragos que decorrem da utilização descuidada e ignorante dos bens antigos. Por isso, e pelo mais averiguado na obra do autor, parece-nos que a atitude de conservação em causa se mostra pouco amadurecida, na medida em que não dá a vislumbrar um modelo de salvaguarda na origem desse ímpeto protetor, um pensamento estruturado e coerente que lhe sirva de fundamento e promova a intervenção. Poderíamos dizer que a atitude de conservação dominante é eminentemente *passiva*, porque de facto ela apenas se manifesta atuante na recolha de objetos vetustos para fins de colecionismo, onde a arquitetura obviamente não cabe.

Em concordância com o que afirmamos, e por contraste à conduta destrutiva e negligente que frei Vicente censura, impõe-se o comportamento empenhado que o investigador seguidamente atribui a D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas, bispo de Beja (e depois Arcebispo de Évora) a quem as *Memorias eclesiásticas do reino do Algarve* são oferecidas. O célebre clérigo, muito aplaudido pelo seu cuidado com a História, é enaltecido no texto pelo desvelo com os vestígios materiais do passado, porquanto «Nunca será assás louvado o zelo, e affecto deste sabio e erudito Prelado ás Antiguidades,

e bellas Artes. Os seus vigilantes cuidados nesta illustração scientifica não tem sido infrutiferos. Além de muitas preciosidades Romanas, de que sujeito hábil fará a descripção, eu vou somente lembrar os dignos monumentos que este anno de 1783 lhe descubrio o mero acaso»⁴¹⁶.

1.2. FREI D. MANUEL DO CENÁCULO

Em Manuel do Cenáculo (1724-1814)⁴¹⁷, o interesse pelo passado e pelos seus vestígios materiais é verdadeiramente consequente. Ele encontra-se declarado, com eloquência, em boa parte da sua obra escrita (onde se considera a epistolar), na diligente ação de campo que empreende e nas múltiplas notas encomiásticas que lhe dedicam terceiros⁴¹⁸. Prova capital da estima de Cenáculo pelo saber histórico é ainda a conceituada biblioteca que forma e a não menos famosa coleção de objetos arqueológicos que reúne e depois doa para a criação dos museus/bibliotecas de Beja e de Évora, por si fundados nas cidades onde exerceu o magistério⁴¹⁹.



FIG. 31 Frei Manuel do Cenáculo.

Frei Manuel do Cenáculo distingue-se como uma das mais proeminentes personalidades da cultura das luzes em Portugal, não necessitando sequer de uma visão retrospectiva, póstuma e distanciada que o descubra, dado o reconhecimento unânime da figura pelos seus pares⁴²⁰. Logo no século XVIII, evidencia-se no conjunto de estudiosos, investigadores e colecionadores de antiguidades que perpetuam o interesse e as práticas arqueológicas

⁴¹⁵ *Ib.*, pág. 143.

⁴¹⁶ *Ib.*, pág. 129.

⁴¹⁷ Veja-se as referências bibliográficas sobre Cenáculo que deixámos em nota *supra*.

⁴¹⁸ Para comprová-lo, será suficiente a consulta de GUSMÃO, Armando Nobre de, *Catálogo da correspondência dirigida a Fr. Manuel do Cenáculo Vilas-Boas*, 6 vols, Évora, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, 1944-1946.

⁴¹⁹ Veja-se, por exemplo, BRIGOLA, Carlos Pires, *Coleções, gabinetes e museus (...)*, ob. cit., pp. 422-433.

⁴²⁰ Veja-se MORATO, Francisco Manuel Trigozo d'Aragão, "Elogio historico (...)", ob. cit..

observados anteriormente, na Academia Real da História⁴²¹. Cenáculo não contraria a postura patrimonial do círculo, antes amplia e aprofunda a abordagem dessa elite, empenhada em coligir, analisar e conservar vestígios do passado – moedas, medalhas, epígrafes, e fragmentos de escultura ou de arquitetura, provenientes sobretudo de épocas anteriores à fundação do reino⁴²².

Em *Cuidados literarios do prelado de Beja em graça do seu bispado* (1791), frei Manuel do Cenáculo guia-se pelo sólido escrúpulo pedagógico ou educacional que pauta toda a sua missão pastoral⁴²³, visando “promover o estudo das letras”, nomeadamente da História e, em concreto, da História Eclesiástica do reino⁴²⁴. Neste âmbito cita diversos trabalhos historiográficos e fontes escritas, amiúde denominadas de «monumentos»; indica também vestígios materiais antigos, utilizando-os como elementos de ponderação, capitais para argumentar e concluir sobre acontecimentos longínquos⁴²⁵. Entre os bens considerados, contam-se algumas obras de arquitetura militar, atendidas na reflexão sobre os feitos de D. Afonso Henriques na (re)conquista do território aos mouros, em concreto, na batalha de Ourique. Cenáculo pretende corroborar a tese da vitória prodigiosa expondo a situação de enorme contrariedade das forças afonsinas diante das circunstâncias auspiciosas dos maometanos, instalados no território e protegidos pelas suas fortificações.

⁴²¹ *Vide supra*. Veja-se também BRIGOLA, Carlos Pires, *Coleções, gabinetes e museus (...)*, ob. cit., pp. 408 e ss. Veja-se GUSMÃO, Armando Nobre de, *Catálogo da correspondência dirigida a Fr. Manuel do Cenáculo Vilas-Boas*, ob. cit..

⁴²² Apelamos, de novo, ao levantamento epistolar coligido em GUSMÃO, Armando Nobre de, *Catálogo da correspondência dirigida a Fr. Manuel do Cenáculo Vilas-Boas*, ob. cit.. Veja-se ainda MORAIS, Rui, *A coleção de lucernas romanas do Museu de Évora*, ob. cit., pp. 9-28; FABIÃO, Carlos, “Para a História da Arqueologia em Portugal”, in *Penélope: fazer e desfazer a História*, n.º 2, [s.l.], Edições Cosmos e Cooperativa Penélope, 1989, pp. 20 e 21; ou leia-se o escrito de abertura de ambos os volumes de BEM, Tomás Caetano de, *Memorias historicas chronologicas da sagrada religião dos clérigos regulares em Portugal, e suas conquistas na India Oriental*, 2 vols., Lisboa, na Regia Officina Typografica, 1792-1794, em especial, a carta que inicia o vol. II.

⁴²³ Veja-se CAEIRO, Francisco da Gama, *Frei Manuel do Cenáculo (...)*, ob. cit., *passim*, pp. 55 e ss.. Lembramos o papel de Cenáculo nas reformas pombalinas do ensino, para o que foi nomeado presidente da Junta da Providência Literária, uma das funções destacadas que exerceu.

O prelado possui vários dados sobre essas fortificações de que conta haver vestígios. Mas, «em quanto mão propria não os sonda, e nós podermos adiantar as excavações, he de juizo incerto a muitos respeitos. Podem aquellas Fortalezas ser dos Romanos, ser dos Mouros, e por ventura dos Lusitanos velhos [...]: a fábrica das muralhas, das quaes algumas tem doze palmos de largura, não tem a liga Vitruviana: Solta-se o que póde tambem ser aluimento pela duração dos seculos [...]. A Fortaleza da Colla tem como no centro hum cisterna antiga: [...] mas esta obra de defesa e obstaculo he do meio do seculo XVI [...]. Os Romanos dispunham as Torres na extensão da muralha [...]. Não apparecem vestigios de ter havido Torres»⁴²⁶. Seja como for, «certo he que ou sejam fortificações obradas pelos Mouros ou aproveitadas do que deixarão os Romanos, ou os Godos, ou os Lusitanos antigos, dellas se servirão os Arabes para seus usos e abusos»⁴²⁷.



FIG. 32 *Cuidados literários do prelado de Beja*, 1791.

Como se nota, nos parágrafos de onde transpomos os extensos excertos, as construções arquitetónicas aludidas são encaradas de maneira atenta e judiciosa. O edificado é tratado como um objeto de estudo que, em articulação com notícias de proveniência diversa, contribui para alumiar o passado. Ou seja, há uma convocação de saberes que atribui à arquitetura antiga um lugar de relevo no exercício historiográfico, algo ímpar no Portugal de então, onde se reconhece como excecional a atitude assumida por Cenáculo face aos vestígios materiais de origem remota⁴²⁸.

Frei Manuel Cenáculo volta a seguir os princípios operativos destacados na obra maior de investigação histórica e arqueológica que compôs, o

⁴²⁴ Leia-se a introdução escrita pelo próprio em *Cuidados literarios* (...), ob. cit., pp. 1-14. Veja-se *id.*, *ib.*, pp. 361-401.

⁴²⁵ *Id.*, *ib.*.

⁴²⁶ *Id.*, pp. 384 e 385.

⁴²⁷ *Id.*, pp. 385 e 386.

⁴²⁸ Sobre a utilização de bens antigos como prova histórica em Cenáculo, veja-se CAETANO, Joaquim, *Los restos de la humanidad – Cenáculo y la arqueología*, 2008, disponível em

manuscrito *Sisenando mártir e Beja sua pátria* (1800)⁴²⁹. Nele, o método iluminista de indagação do passado, isto é, o processo crítico, racional, acolhedor e promotor das ciências auxiliares da História na averiguação do pretérito, acha-se integralmente aplicado, determinando o discurso historiográfico e as conclusões por ele alcançadas. Sob esta perspetiva, abunda na obra o recurso à numismática e à epigrafia como prova da história local, servindo estes e outros elementos materiais vetustos para atestar as teses historiográficas do prelado acerca do passado longínquo, logo dignificante, da sua diocese.

Cenáculo explica que «se achão neste Territorio, e Bispado de Beja, monumentos apreciaveis daquela remota antiguidade Hebreo-Fenicia e Celtica, e confirmão a minha conjectura. Delles aponto tres que sugerem a ideia da coisa como a deixo referida»⁴³⁰, três medalhas utilizadas como argumento da teoria exposta, ao jeito do raciocínio e dos comprovativos historiográficos que remetem, pelo menos, ao tempo da Academia Real da História, como vimos no princípio da nossa dissertação⁴³¹.

Simplemente, no volume em apreço, a argumentação fundada em elementos materiais do passado encontra-se notavelmente robustecida pelo cotejo com informações análogas ou complementares, divulgadas por publicações (muitas delas estrangeiras) de autoria e de épocas diversas, inclusivamente, de literatos coetâneos do prelado pacense, na dianteira da investigação em História, História da Arte e Arqueologia, como Winckelmann ou Millin.

<http://joaquimcaetano.wordpress.com/amor-fama-e-virtude/los-restos-de-la-humanidad---cenaculo-y-la-arqueologia/> (consultado pela última vez a 5 de maio de 2011).

⁴²⁹ Cenáculo não conseguiu ver a obra publicada, diz Trigozo d'Aragão Morato, «por causa dos tristes acontecimentos, que enchêrão de amargura o restante da sua vida» (MORATO, Francisco Manuel Trigozo d'Aragão, "Elogio historico (...)", ob. cit., pp. XCVI e XCVII). O texto *Sisenando mártir e Beja sua pátria* foi integralmente dado à estampa, no século XX, por Manuel Joaquim DELGADO, em *Arquivo de Beja*, vols. III-VI, Beja, [Câmara Municipal de Beja], 1946-1949. O manuscrito da obra encontra-se na BPE, cód. CXXIX 1-9.

⁴³⁰ CENÁCULO, Manuel do, "Sisenando mártir e Beja sua patria", in *Arquivo de Beja*, ob. cit., vol. V, 1948, pág. 467.

⁴³¹ Vide *supra*.

Ateste-se a aplicação do saber e da atualização literária do bispo de Beja ou o seu cuidado na averiguação da história com a seguinte passagem: «Quem observa estas pequenas laminas vidradas facilmente recordará as folhas cristalizadas e vidradas de que escreve Winckelmann na carta quarta falando das de Portici. O sitio deste achado mostra sua antiguidade por ser debaixo do alicerce da muralha romana desta cidade assentado em terra solta antes das Regras de Vitruvio que no Livro Terceiro manda fundar em mocisso, assim como as Torres que elle determina sejam redondas, e aqui são quadradas. [...] Winckelman a este proposito na obra *De Ile Arte del Disegno presso i Greci* [...]»⁴³².

Além de dominar o enunciado pelo teórico, por excelência, da arquitetura clássica, o romano Vitruvius, Cenáculo prova-se leitor atento da obra de Johann Joachim Winckelmann⁴³³, pilar da fundamentação teórica da arte neoclássica, estética em voga junto de algumas das mais importantes cortes europeias de então. Em *Sisenando mártir*, o prelado pacense remete ainda para o trabalho do «infatigável Sabio» Aubin-Louis Millin⁴³⁴, seu coetâneo,

⁴³² CENÁCULO, Manuel do, “Sisenando mártir e Beja sua patria”, ob. cit., vol. VI, pág. 430.

⁴³³ Johann Joachim Winckelmann (1717-1768), historiador da arte, é conhecido como um dos fundadores modernos da disciplina, a que se dedicou com destaque, nomeadamente no exercício do cargo de prefeito das antiguidades do Vaticano. Winckelmann é autor de uma obra teórica essencial, fundamento estruturante do estilo neoclássico, em particular, através de *Geschichte der Kunst des Alterthums* ou *História da Arte da Antiguidade* publicada em 1764. Veja-se *The art of art history: a critical anthology*, ed. Donald PREZIOSI, New York, Oxford University Press, col. Oxford History of Art, pp. 21-51; “Winckelmann, Johann Joachim”, in *Dictionary of art historians*, 2000, disponível em <http://www.dictionaryofarthistorians.org/winckelmannj.htm> (consultado pela última vez a 12 de janeiro de 2012); e MACHADO, José Alberto Gomes, *Um colecionador português do século das luzes (...)*, ob. cit., pp 17 e 18. Note-se que além das referências a Winckelmann em *Sisenando mártir e Bejas sua pátria*, o autor alemão e os seus escritos encontram-se mencionados na correspondência de frei Manuel do Cenáculo (veja-se GUSMÃO, Armando Nobre de, *Catálogo da correspondência dirigida a Fr. Manuel do Cenáculo Vilas-Boas*, ob. cit., vol. III, 1946, carta n.º 2048).

⁴³⁴ CENÁCULO, Manuel do, “Sisenando mártir e Beja sua patria”, ob. cit., vol. V, pág. 467. Aubin-Louis Millin (1759-1818), destacado investigador de ciências naturais, de história e de antiguidades, é referido em *Sisenando mártir e Beja sua patria* por motivo de uma obra específica que convém à argumentação do autor (CENÁCULO, Manuel do, ob. cit., vol. V, 1948, pág. 467). Na verdade, o conhecimento que Cenáculo tem da atividade do dito francês é bastante mais amplo, pois Millin é mencionado nas cartas que o diplomata Francisco José Maria de Brito envia, de França, ao prelado pacense. Em Paris, Brito conhece pessoalmente Millin, tratando de estabelecer e de intermediar o contacto entre ele e Cenáculo, nomeadamente, através da oferta e da solicitação de trabalhos de um para o outro (veja-se D’ALCOCHETE, Nuno Daupias, *Humanismo e diplomacia. Correspondência literária de Francisco José Maria de Brito com D. Frei Manuel do Cenáculo (1789-1804)*, Paris,

investigador e conservador do Museu de Antiguidades da Biblioteca Nacional de França, autor da importante antologia *Antiquités nationales, ou recueil de monuments* (1790-1798), que traz definitivamente para o terreno das “antiguidades”, do “nacional” e do “monumental” a obra medieval e gótica. De algum modo, por meio dos nomes aludidos, acabamos por estar em presença das duas grandes correntes estéticas na vanguarda europeia do final do século XVIII – uma apologista do clássico e da sua supremacia face aos demais estilos, outra aberta aos desvios ao cânone, progressivamente afeiçoada ao gótico e ao potencial rememorativo da sua expressão.

Cenáculo estaria, ao que tudo indica, a par destas tendências mais atuais que se desenvolviam no estrangeiro. Naturalmente, o peso e o prestígio da tradição clássica entre nós, juntamente com a leitura renovada da arte da antiguidade que a teoria *winckelmanniana* oferece, sublimando a produção grego-romana, explicam que D. Frei Manuel mantenha como referente estilístico de excelência o clássico. Onde, a declaração incontornável de *Sisenando mártir*, que apesar de longa se impõe citar: «vierão a esta recomendavel Beja assinaladas graças [do Império Romano] [...] Thermas, Aquedutos, Tres Vias Militares ainda hoje aqui em Beja, e seo contorno visiveis, Templo de que restão alguns capiteis [...] de diversas ordens de architectura [...]. Diogo de Sagredo na obra *Medidas del Romano* impressa em Lisboa em 1542, tempo em que já entre Nós desde o Rei D. João Segundo *passavão os Artistas do Gotico para a architectura regular* [...]. [...] nossos Pacenses trazião estas virtudes dos Maiores pelos restos de Estatuas, e coisas de estilo sublime que adornarão esta Cidade, conservadas para exemplo decisivo, e achadas em nosso Territorio. Se as Artes forão na Grecia a excesso de perfeição, como entende e explica Winckelmann na *Historia da Arte* entre os Antigos sendo-lhes só necessario Preceitos, e Patrocinios, por certo os *mimosos Restos de pedra desta Cidade desenterrados nestes dias outro tanto que dos Gregos nos fazem dizer de*

Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1976, pp. 24, 44-50). Veja-se ainda “Millin de Grandmaison, Aubin-Louis”, in *Dictionary of art historians*, 2000, disponível em <http://dictionaryofarthistorians.org/millindegrandmaisona.htm> (consultado pela última vez a 12 de janeiro de 2012).

nossos mais remotos habitantes. Este solo, e o ceo que lhe corresponde outro tanto inculção para *confirmar a sentença do referido sabio e polidissimo Alemão* a estes respeitos naquelas Idades antigas». ⁴³⁵

O texto permite-nos asseverar outra vez a familiaridade do prelado com a tese neoclássica que irradia de Itália, a partir do labor de Winckelmann. Ele mostra-nos um erudito informado sobre as diferentes fases da história da arte, portanto, ciente dos estilos artísticos que as definem – o estilo “regular”, “virtuoso”, “sublime” e “perfeito” dos Antigos, parcialmente recuperado na época moderna, e o «Gótico». “Gótico” surge aqui como nome próprio de um período artístico, como substantivo de uma estética e não como um termo alusivo à produção de godos e bárbaros, na aceção mais comum da palavra no Portugal de então ⁴³⁶.

A clareza da avaliação transcrita de Cenáculo impõe reservas perante a indicação do reinado de D. João II como marco do ocaso do estilo: cremos tratar-se de uma falha – lapso do autor ou erro de publicação – no propósito de indicar D. João, o Terceiro, como o monarca reinante no momento em que ocorre a transição para a «arquitetura regular» que retoma o discurso das ordens clássicas. Pois bem, é a arte «regular», zelosa das proporções, simples, harmoniosa e com um forte sentido de unidade – enfim, a arte criada pelos gregos antigos, como proclama Winckelmann, a arte copiada pelos romanos, como também explica o alemão, admirada e imitada pelos modernos, aquela arte que cativa D. Frei Manuel do Cenáculo. E cativa-o não apenas pelas suas características formais, mas também pelas implicações históricas que comporta, decorrentes da importância quase mítica que os antigos seus criadores têm aos olhos do prelado e dos eruditos coetâneos.

Frei Manuel parece ter assimilado com gosto e anuência o essencial dos textos *winckelmannianos*. Prossegue, aliás, em *Sisenando mártir*, expondo o desejo de intervir na peça mais famosa da sua coleção de antiguidades, «o

⁴³⁵ CENÁCULO, Manuel do, “Sisenando mártir e Beja sua patria”, ob. cit., vol. VI, pp. 440 e 441. Os itálicos dos títulos literários constam do texto publicado, os restantes são nossos.

⁴³⁶ *Vide supra*.

corpo da sublime, e preciosa Cybeles»⁴³⁷, conforme Winckelmann em escultura semelhante e também truncada: «Faltando-lhe [à escultura da coleção Albani atribuída a Eurípedes] cabeça e mãos *tudo supprio* o delicado Professor Winckelmann. *A nossa ainda espera que hum dia a inteire* o bem entendido Artista Teorico, e Pratico de credito experimentado o Senhor Joaquim Machado e Castro, ou alguma pessoa de desempenho», algum artista possivelmente propagador do clássico, tal como o nomeado⁴³⁸.



FIG. 33 Torso de figura feminina identificada como a deusa Cibele ou Ceres, Museu de Évora.

A escultura antiga que Cenáculo aspira ver completa entusiasma-o pelos motivos que há pouco enunciámos – as qualidades plásticas da obra e o carácter histórico relacionado com o seu estilo, valores repetidamente celebrados pelo prelado no texto, designadamente quando escreve: «*servem tãobem para ilustrarem a Cidade os monumentos que se tem descoberto e as reflexões sobre seos prestimos. [...] Poderia por esses e outros descobrimentos dizer-se desde os mais antigos qual foi a índole de seos Desenhos em architectura, e de seos metaes, barros, usos deles, religiões, guerras, Letras, e Leis, assim como se pode afirmar pelas espadas, aneis, lapides, inscripções, ídolos e medalhas entre os Pedacos de Estatuas tudo aqui descoberto. He deles muito belos e de grande estillo qual he o corpo da Cybeles da qual faz memoria o bom entendedor o Senhor Murphey*⁴³⁹ [sic] na viagem a Portugal Artigo Beja, e diz elle [...]»⁴⁴⁰.

⁴³⁷ Trata-se de uma escultura romana, do século I. Como é do conhecimento geral, a famigerada estátua pertence, por iniciativa de Cenáculo, ao Museu de Évora, onde está patente.

⁴³⁸ CENÁCULO, Manuel do, “Sisenando mártir e Beja sua patria”, ob. cit., vol. VI, pág. 441.

⁴³⁹ Cenáculo refere-se a James Murphy, arquiteto britânico aludido *supra*. Como então se notou, o arquiteto britânico viajou por Portugal em 1789 e 1790, publicando o relato da sua jornada em 1795, é nesta obra que consta a apreciação citada pelo prelado (veja-se MURPHY, James, *Viagens em Portugal*, ob. cit.). De acordo com a correspondência do prelado, a tradução francesa das *Viagens* foi-lhe oferecida, em 1797, por Francisco José Maria Brito (D’ALCOCHETE, Nuno Daupias, *Humanismo e diplomacia* (...), ob. cit., pág. 44).

⁴⁴⁰ CENÁCULO, Manuel do, “Sisenando mártir e Beja sua patria”, ob. cit., vol. VI, pág. 445.

Os predicados dos achados, em particular o da escultura que frei Cenáculo identifica como Cibele, acham-se manifestos, entendendo-se mesmo que o narrador atribui à obra uma função muito significativa – diríamos que quase icónica – na leitura do passado local. Por conseguinte, as propriedades artísticas e históricas da peça ressaltada no texto não podem entender-se abaladas com a intervenção que o próprio autor almeja para a mesma. Pelo contrário, a completude da estátua conforme o exemplo de Winckelmann⁴⁴¹, devolvendo integralidade e *decoro* à obra, através da restituição do aspeto que ela terá tido na origem, parece potenciar ou fortalecer os atributos reconhecidos na peça.

Como as fontes sugerem, Cenáculo ter-se-á apercebido das virtualidades do tipo de intervenção proposta. Note-se que também as encontrara, insinuadas, nos desenhos do Mosteiro da Batalha debuxados pelo, já por nós citado, arquiteto Murphy⁴⁴². O britânico, que o prelado acolheu por alguns dias em Beja, aquando da sua primeira visita a Portugal, perto de 1790, efetuara uma ação de restauro gráfico do referido Mosteiro no álbum que dedica ao mesmo em 1795, álbum que Cenáculo bem conhece⁴⁴³. Porém, e curiosamente, o caso da escultura mutilada terá sido a única situação em que D. Manuel ponderou a recuperação de um objeto centenário por meio da recomposição das partes em falta de acordo com as presumidas formas prístinas.

Na verdade, nem o discurso nem a atuação de frei Manuel do Cenáculo revelam indícios de intransigência estilística ao nível da prática de

⁴⁴¹ Relativamente a Winckelmann e às intervenções sobre preexistências, veja-se ainda ABREU, Pedro Marques de, *Palácio da memória. Percorso crítico sobre o restauro da arquitectura*, policopiado, dissertação de Mestrado em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 1996, pp. 191-195.

⁴⁴² MURPHY, James, *Arquitectura gótica. Desenhos do Mosteiro da Batalha*, ob. cit.; NETO, Maria João Baptista, *James Murphy e o restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XIX*, ob. cit.

⁴⁴³ Veja-se as notas de Maria João NETO sobre o assunto, na introdução a MURPHY, James, *Arquitectura gótica. Desenhos do Mosteiro da Batalha*, ob. cit., pág. 28. O álbum da Batalha, ou pelo menos alguns dos seus fascículos, consta das leituras de Cenáculo (confirme-se em *Os livros e as bibliotecas no espólio de D. Frei Manuel do Cenáculo. Repertório de correspondência, róis de livros e doações a bibliotecas*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2009, pág. 88; e GUSMÃO, Armando Nobre de, *Catálogo da*

intervenção patrimonial. Antes de mais e acima de tudo, a atitude que caracteriza (e com notoriedade) a sua ação intelectual e efetiva sobre os bens materiais milenários ou centenários é a de proteção ou defesa intensa do legado: «São visíveis hoje os sepulcros que bordão as nossas estradas tudo sinaes de grande antiguidade. Como eu *tenho buscado e desenterrado com paciencia estas memorias pisadas pelos ignorantes, ou dormentes, he coisa natural que eu as conserve e faça quanto he de mim* que novo tempo não dê os braços ao que as perdeu, mas *antes prenda com o tempo em que forão descobertas*, e o melhore»⁴⁴⁴.

As fontes não nos mostram frei Manuel detido no perfil concreto da conservação dos bens vetustos em que reconhece valor de memória, mas no ato de conservar em si mesmo. Esta menção a bens antigos com carácter rememorativo como que anuncia o facto de serem deixados à margem as construções arquitetónicas de implicações relativamente atuais ao tempo de Cenáculo, ou seja, excetua-se do comentário objetos de estética semelhante à costumada então, mas que chegam a ter mais de um século de existência, como o Colégio dos Jesuítas em Beja. E de facto o seu edifício e igreja são apropriados pela diocese, conforme o desígnio proposto pelo bispo D. Manuel, para servirem de seminário e catedral locais, sem que no processo se destaquem eventuais qualidades de memória da obra⁴⁴⁵.

O projeto de conversão e conclusão do erigido é encomendado ao arquiteto Joaquim de Oliveira que, sob orientação de Cenáculo, prescreve uma intervenção pautada por uma visão utilitarista da preexistência e por ditames artísticos modernos, que embora não contrastem com as formas anteriores,

correspondência dirigida a Fr. Manuel do Cenáculo Vilas-Boas, ob. cit., vol. III, 1946, cartas n.º 1978, transcrita nas pp. 176 e 177, 1979 e 1980).

⁴⁴⁴ CENÁCULO, Manuel do, “Sisenando mártir e Beja sua patria”, ob. cit., vol. VI, pág. 445.

⁴⁴⁵ Sobre a intervenção veja-se CAETANO, Joaquim, “Os projetos do arquitecto Joaquim Oliveira para as bibliotecas-museu de frei Manuel do Cenáculo”, in *Revista de História da Arte*, n.º 8, Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011, pp. 49-69, sobretudo pp. 54-62. Considere-se também o projeto de Joaquim Oliveira relativo à transformação do Colégio dos Meninos do Coro da Catedral de Évora em Museu e Biblioteca de Évora, cujos desenhos (e alguma documentação) a BPE disponibiliza online, em <http://www.flickr.com/photos/bibliotecapublicaevora/sets/72157627727114674/> (consultado pela última vez em 8 de maio de 2013).

não parecem ter em linha de conta as eventuais virtualidades rememorativas do edifício original⁴⁴⁶.

Quando o prelado pacense constata a presença de valores de memória em determinado objeto, é no mero ato de proteger a peça que ele se detém. Essa preocupação central é a que encontramos no elogio que lança ao procedimento de outros que, de forma diversa e até no passado, promoveram a manutenção de bens provectos. Atente-se à nota de admiração e de louvor pela preservação da preexistência que redige, a propósito da deliberação régia assumida no século XIII: «Era coisa natural que os Romanos em a construção da Muralha desta Cidade introduzissem as pedras, que achassem dos antigos [...]. De todas essas pedras se quis servir também o Rey D. Afonso Terceiro quando *refez os muros antigos romanos*, e nesta obra da muralha *seguio o mesmo plano romano reformando-o na parte que estava arruinada, conservando com tudo tres portas Romanas no mesmo estado em que as achou, e hoje se conservão*, e são como vão descriptas nas Figuras [...]. *Fazem honra ao entendimento daquelle nosso Rey, cujo gosto nas Artes, segundo ellas se achavão, se decide pela conservação daqueles restos*»⁴⁴⁷.

Apesar das diferenças estilísticas que se identificam nos períodos pretéritos, desconsiderando Cenáculo, como observámos atrás, o medieval face ao “regular”, há um sentido de património que ultrapassa ou se sobrepõe ao demais. É assumida a existência de um elo material com o passado, de um legado físico deixado por predecessores históricos de excelência que deve ser superior a eventuais divergências estéticas e que, como testemunho evocativo desse passado, deve ter a sua continuidade ou a passagem à posteridade assegurada.

Por isso, quando se avalia o impacto que a produção dos investigadores estrangeiros antes nomeados tem em frei Manuel do Cenáculo, na sua noção de património, impõe-se pensar sobretudo no empenho, aí explícito, pela

⁴⁴⁶ *Id.*, *ib.*. Considere-se também o modo como o prelado pacense refere o edifício em CENÁCULO, Manuel do, “Sisenando mártir e Beja sua patria”, ob. cit..

⁴⁴⁷ CENÁCULO, Manuel do, “Sisenando mártir e Beja sua patria”, ob. cit., vol. VI, pág. 436. Itálico nosso.

defesa dos objetos móveis e imóveis, histórico-artísticos do passado⁴⁴⁸. Quer dizer, mais do que a questão de gosto que pertinentemente se abre em face dos trabalhos de Winckelmann, de Millin ou de Murphy, é a atividade destes ilustrados em prol do património vetusto e do fomento da consciencialização da importância e do significado dos elementos materiais antigos que está em sintonia evidente com a conduta de Cenáculo.

Repare-se que é o agudo sentido patrimonial do prelado que lhe acentua a indignação, manifestada por carta ao Governador da Província do Alentejo, o visconde da Lourinhã, Manuel Bernardo de Melo e Castro, por motivo *Do que há acontecido a respeito da muralha antiga da famosa Cidade de Beja de dois annos a esta parte desde Maio de 1790*⁴⁴⁹.

Em decreto do ido 1790, a rainha D. Maria colocara à disposição de Cenáculo a «muralha antiga», cujas pedras o bispo passava a poder empregar na obra da catedral pacense⁴⁵⁰. Devidamente legitimado, o mestre encarregado da obra diocesana recolheu «algumas pedras da muralha distantíssima do Castello». Na sequência do serviço, foi abordado por alguns locais para «que fosse ao Castello buscar humas pedras que estavam no chão»⁴⁵¹. Logo o «mestre as foi buscar», provocando a enérgica reação de Cenáculo, exposta em palavras reveladoras da consciência patrimonial que lhe vimos notando característica: «constando-me da couza, *imediatamente determinei que no Castello se não tocasse*, e assim se tem observado [...] não se há tocado ate agora, nem disposto, nem ainda sonhado tocar no

⁴⁴⁸ Veja-se *The art of art history: a critical anthology*, ob. cit.; “Millin de Grandmaison, Aubin-Louis”, in *Dictionary of art historians*, ob. cit., disponível em <http://dictionaryofarthistorians.org/millindegrandmaisona.htm> (consultado pela última vez a 12 de janeiro de 2012); MURPHY, James, *Arquitectura gótica. Desenhos do Mosteiro da Batalha*, ob. cit.; e NETO, Maria João Baptista, *James Murphy e o restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XIX*, ob. cit..

⁴⁴⁹ Documento de 1792 da BPE, cód. CXXVIII 2-10, parcialmente transcrito em MONTEIRO, Patrícia Alexandra Rodrigues, *Noções de “património” na correspondência do Bispo de Beja, D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas (1724-1814)*, policopiado, trabalho do seminário de Ciência e Consciência do Património, do Curso de Doutoramento em História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2009.

⁴⁵⁰ Sobre o plano de Cenáculo para adaptar o colégio e a igreja dos extintos jesuítas em seminário e catedral de Beja, veja-se CAETANO, Joaquim, “Os projetos do architecto Joaquim Oliveira para as bibliotecas-museu de frei Manuel do Cenáculo”, ob. cit., pp. 54-62.

Castello. He facto notório: mas *antes eu em quantas conversações pude há mais de hum anno, explicava que para decoro da Cidade se havião conservar as tres Portas Romanas, que mandei debuxar, e as mostrava frequentemente em bem assistidos concursos*»⁴⁵².

Não se julgue que frei Manuel zela apenas pela conservação do testemunho romano na fábrica pacense, legado notório nas portas antigas da cidade, gabadas na epístola e ainda em *Sisenando mártir*, como vimos a propósito da referência elogiosa a D. Afonso III, responsável pela salvaguarda «daqueles restos»⁴⁵³. De facto, no escrito *Do que há acontecido a respeito da muralha antiga da famosa Cidade de Beja*, Cenáculo considera também a obra medieval de vulto da cidade, designadamente o seu castelo, mole descuidada por que parece nutrir pouca admiração, e a ainda torre de menagem, que o entusiasma.

A apologia da existência do castelo, inútil e arruinado, é feita sob um único argumento: os valores de memória da construção, pois «o Castello he nada: os muros são de pedra sobreposta sem liga que preste. (...) nem para espancar os Mouros de então hoje delle se serviria [...] mas *fique este esqueleto que excite a memoria do que passou por elle quando era alguma couza para seos dias, já que se não compensa com outro género de Padrão*»⁴⁵⁴. A defesa da também medieva torre de menagem, identificada como «Torre de Vigia», é elaborada de maneira diferente, sem reservas, aludindo-se às qualidades artísticas ou construtivas do objeto e ainda, talvez, à sua valia rememorativa: «a Torre de Vigia recomendo eu a todos os estrangeiros, e nacionais com seos motivos»⁴⁵⁵.

Notamos que para estes remanescentes arquitetónicos medievais, o prelado não considera a salvaguarda mais ativa que nos parece ponderada na sua

⁴⁵¹ Apud MONTEIRO, Patrícia Alexandra Rodrigues, *Noções de “património” na correspondência do Bispo de Beja (...)*, ob. cit..

⁴⁵² *Id.*, *ib.*; *Id.*, fls. 38 e 38v Itálico nosso.

⁴⁵³ CENÁCULO, Manuel do, “Sisenando mártir e Beja sua patria”, ob. cit., vol. VI, pág. 436. *Vide supra*.

⁴⁵⁴ Apud MONTEIRO, Patrícia Alexandra Rodrigues, *Noções de “património” na correspondência do Bispo de Beja (...)*, ob. cit.. Itálico nosso.

declaração sobre as portas romanas, evidente da defesa diligente e propagada das mesmas. Ainda assim, é certo que Cenáculo identifica três monumentos históricos, três peças arquitetónicas que entende evocativas do passado, testemunhos de diferentes períodos da história pacense que, enquanto tal, devem ser conservados.

Em 1802, o bispo de Beja torna-se arcebispo de Évora. Muda de cidade e consigo uma parte significativa da importante coleção de objetos arqueológicos e de peças antigas que entretanto coligira, e que virão a dar origem ao Museu de Évora⁴⁵⁶. Neste seu derradeiro período de vida, mantém o gosto pelos vestígios materiais de um passado longínquo, não lhe permitindo as circunstâncias próprias da idade e as que logo se abatem no reino, atacado pelos exércitos napoleónicos, a atividade de campo e sequentes escritos de outrora.

Da fase do arcebispado, no que concerne ao património arquitetónico, apenas se conhece um pequeno apontamento. Trata-se de uma carta, escrita em meados de dezembro de 1803, onde o arcebispo informa acerca do descontentamento do príncipe com um aspeto particular da Sé. Conta Cenáculo que o príncipe lhe «disse que a Tribuna desta Catedral *desfejava a Igreja por ser hum acrescimo*», pelo que o religioso contactara o mestre da obra e ouvira dele que a tribuna ou «corpo saliente se pode fazer em Peças, que se podem unir, e emalhetar por forma que quando os Senhores vierem se unão ao corpo interior, e logo que os Senhores se auzentem, se retirem, e guardem as peças particulares, e desafrontando a Igreja»⁴⁵⁷. Como é evidente, a opinião registada sequer é a do arcebispo – é sim a do príncipe, incomodado com o objeto protuberante e destoante na igreja.

A tribuna, com o seu propósito funcional e muito prático, perturba a visão do vetusto e importante templo, cuja relevância simbólica, valia histórica e

⁴⁵⁵ *Id., ib..* Itálico nosso.

⁴⁵⁶ Veja-se CAETANO, Joaquim, “Os projectos do architecto Joaquim Oliveira para as bibliotecas-museu de frei Manuel do Cenáculo”, ob. cit., pág. 68.

⁴⁵⁷ *Apud* MONTEIRO, Patrícia Alexandre Rodrigues, *Noções de “património” na correspondência do Bispo de Beja (...)*, ob. cit., pág. 27. Itálico nosso.

qualidade artística a célebre *Evora gloriosa* divulga há mais de meio século. Lamentavelmente, Cenáculo nada adianta sobre o tema e sobre as questões que o envolvem. O arcebispo, empenhado investigador, colecionador e bibliófilo, possui essa obra sobre a cidade onde o padre Francisco da Fonseca exalta a catedral. Contudo, não se conhece que tenha manifestado opinião acerca do templo maior do seu território diocesano.

Que as omissões anotadas não levem a obliterar as características antes relevadas. Porque as fontes relativas a frei Manuel do Cenáculo, apesar de nos indicarem um erudito antiquário com especial afinidade pela estética de matriz clássica que mantém em alta consideração a civilização romana, mostram também uma personalidade aberta e sensível à leitura das qualidades de memória, e porventura artísticas, de alguns elementos materiais de um passado não-clássico, medieval, mormente de expressão gótica.

1.3. ABADE JOSÉ CORREIA DA SERRA

Os valores dos monumentos, em especial os rememorativos, anunciam-se surpreendentemente entendidos por José Correia da Serra (1750-1823)⁴⁵⁸ ainda antes de 1785. É com base nessas noções que o Abade concebe a *memória* «sobre alguns monumentos antigos do nosso Reino» exposta à Academia Real das Ciências, previamente àquele ano⁴⁵⁹. Da preleção, restam apenas os apontamentos que terão servido de apoio ao académico e que utilizamos como fonte para as nossas considerações⁴⁶⁰.



FIG. 34 José Correia da Serra.

⁴⁵⁸ Sobre o autor, veja-se as referências bibliográficas que deixámos em nota *supra*, no capítulo “O património arquitetónico antigo no testemunho de alguns eruditos: continuidades e prenúncios de mudança”..

⁴⁵⁹ SERRA, José Correia da, *Conta dos meus estudos (...)*, ob. cit..

⁴⁶⁰ *Id.*, *Observações sobre os monumentos antigos do nosso Reino, relativamente à história das artes em Portugal*, [s.d.], ANTT, Abade Correia da Serra, A25. Agradecemos à Professora Doutora Maria João Neto a indicação dada sobre o documento há cerca de quatro anos atrás. Encontrámo-lo, depois, parcialmente publicado, em SILVA, Taíse Tatiana Quadros da, “Entre a ciência e o direito pátrio: a reflexão histórica nos manuscritos de José

Correia da Serra regressara a Portugal, vindo de Itália, em 1777, poucos anos antes de apresentar, em Lisboa, o seu estudo sobre “alguns monumentos antigos” do reino. Vivera em Roma desde tenra idade e lá iniciara a sua educação. Ainda jovem, revelou-se um aplicado estudante de história natural e de botânica, interessado em antiguidades e conhecedor de diversas línguas. Começou, então, na Cidade Eterna, a corresponder-se com diversos ilustrados de outros pontos da Europa, envolvendo-se intensamente no meio erudito das luzes. Terá sido esse ambiente cosmopolita e esclarecido dos seus anos de formação em Itália que procurou depois cultivar em Portugal, com o Duque de Lafões e outros, através da Academia Real das Ciências, instituída em dezembro de 1779.

É no âmbito desta sociedade, onde exerce funções de secretário, que escreve, rasura e emenda as *Observações sobre monumentos antigos do nosso Reino, relativamente à história das artes em Portugal*, algures entre 1780 e 1784⁴⁶¹. Inicia-as com um esclarecimento prévio sobre o objeto de trabalho, explicando que os monumentos «não servem somente para *lembrarmos os factos particulares acontecidos* nos seculos que já passaraõ (...) *podem taõbem ser considerados em si mesmos* independentemente do que significaõ, servirnos de modélos, e de *exemplares do estado em que as artes entre nos estiveraõ* nas varias epocas»⁴⁶².

É notório que, para o Abade, há diversos tipos de valores presentes nos monumentos, valores que se encontram tendencialmente entrelaçados neles quando consideramos a obra. Neste exercício diante do monumento, parece a Correia da Serra que surge favorecida a capacidade do objeto para fazer recordar ao sujeito “factos particulares” pretéritos. Por conseguinte, o poder

Francisco Correia da Serra (1750-1823)”, in *Anais do XXVI Simpósio da ANPUH – Associação Nacional de História*, São Paulo, 2011, http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300671467_ARQUIVO_TEXTOANPUH2011rtf.pdf (consultado pela última vez a 27 de agosto de 2012). O manuscrito não está datado, mas podemos concluir que foi escrito algures entre 1780 e 1784, uma vez que a Academia das Ciências foi fundada no final de dezembro de 1779 e que a *memória* sobre os “monumentos antigos do nosso reino” surge referida na *Conta* de 1785, citada na nota anterior, como a segunda das oito que o autor compôs para a Academia.

⁴⁶¹ Veja-se o que dizemos sobre a datação do documento na nota anterior.

⁴⁶² *Ib.*, *Observações sobre monumentos antigos (...)*, ob. cit., fl. 1.

rememorativo dos monumentos é, para o autor, evidente. E no reconhecimento explícito dessa qualidade de um objeto *ser importante para a história* sem que tenha tido, na sua origem, um intuito evocativo dominante, atesta-se, afinal, o domínio da noção de *monumento histórico*.

Temos intuído a presença da ideia em testemunhos sensivelmente contemporâneos do de Correia da Serra, mormente os analisados atrás, deixados por Salgado e por Cenáculo; vimo-la até devidamente explanada na década final do reinado de D. José, a propósito do retábulo do Mosteiro da Pena. Simplesmente, na introdução às *Observações* de Correia da Serra, a *importância para a história* dos monumentos não esgota a capacidade de memória objetiva dos mesmos: eles possuem ainda uma *importância para a “história das artes”* cujo tratamento autónomo aí se propõe. Ou seja, para o Abade, o *monumento histórico* é também um *monumento histórico da(s) arte(s)*, portanto, das técnicas de produção artística.

Ora esta *importância para a “história das artes”* que Correia da Serra descobre nos objetos do passado e que insiste em destacar no seu discurso à Academia, abre uma perspectiva de reflexão sobre os monumentos que não conseguimos vislumbrar discernida na obra dos seus pares, em Portugal. É necessário ir a Itália, à obra percursora de Winckelmann, tão bem divulgada em Roma, a partir dos anos 1760, para compreender a abordagem aos monumentos aqui proposta. Estamos, ainda assim, perante duas visões diferentes: uma elaborada por um esteta e arqueólogo, outra por um naturalista. A perspectiva sob a qual Correia da Serra apresenta os monumentos, na introdução das *Observações*, terá que resultar de um trabalho teórico que cremos distinto. Cenáculo, por exemplo, lê Winckelmann e não aparenta meditar sobre a questão conceptual em torno dos monumentos como Correia da Serra aqui faz. Atrevemo-nos a afirmar que a reflexão de base no parágrafo inicial das *Observações* roça o que virá a ser plasmado na conceptualização *riegliana*, cento e tantos anos mais tarde.

Contudo, a premissa das *Observações* que tanto nos surpreende falha naquilo que parece ser a promessa de um esquiço da história das artes em

Portugal, seja sobre as belas artes ou sobre as artes oficinais. A leitura integral do texto mostra-nos que o autor se detém, essencialmente, na análise dos materiais construtivos e não nas formas ou linguagem artística das construções, incidindo na história das técnicas de produção das artes.

Correia da Serra tenta cumprir o programa de Winckelmann, alegando ter por intuito averiguar «qual foi a epoca em q[ue] as artes chegaram entre nos ao seo zenith, e com ellas a civilização q[ue] as precede e q[ue] as acompanha»⁴⁶³. Ainda na senda do investigador alemão, o Abade declara que os monumentos revelam ao examinador «os varios graòs de perfeição dos artistas que os idearaõ, e daquelles que os executaraõ, como taõbem o modo de pensár ~~dos que os mandaraõ fazer.~~ da nação q[ue] os erigio»⁴⁶⁴.

O comentário do Abade sobre «os monumentos que tenho tido ocaziaõ de observàr no Algarve, no Alentêjo, e na Estremadura» recua até às antas «dos antigos Lusitanos», «tal era a Architectura dos primeiros Portuguezes, tal era e o estado das artes entre elles»⁴⁶⁵. A propósito desta arquitetura nacional primitiva, o autor cita as investigações de Pina e Proença, publicadas pela Academia Real da História e os estudos acerca de Stonehenge desenvolvidos por Inigo Jones, «o Vitruvio de Inglaterra»⁴⁶⁶. Todavia, rapidamente, a sua observação se fixa nos mecanismos de construção desses monumentos e, sobretudo, nas características da pedra com que foram feitos. A minúcia desses comentários naturalistas mostram o privilégio do tratamento àquele que é, afinal, o campo científico de eleição do Abade.

O texto passa, seguidamente, para a época dos romanos, onde se verifica a mesma tendência no tratamento do tema. Correia da Serra abre este ponto da narrativa afirmando que «Os monumentos que entre nos existem da Romana dominação são huã prova autentica da *grande altura a que as artes entre nos chegaram nessa epoca feliz*, huã exposição comparada com a dos outros periodos vos farà conhecer a sua *superioridade*, tanto na escolha dos

⁴⁶³ *Ib.*, fl. 1v.

⁴⁶⁴ *Ib.*, fl. 2.

⁴⁶⁵ *Ib.*, fls. 2v e 5.

⁴⁶⁶ *Ib.*, fls. 3 e 3 v.

materiaes que empregavaõ, como no artificio comq[ue] os manobravaõ no gosto do debuxo, na solidez, e na policia e fins das suas obras»⁴⁶⁷. Todavia, não atesta a grandeza romana senão a partir da fraca qualidade da pedra que escolheram “outros períodos” para trabalhar: «Nas obras do tempo dos Arabes, nos edificios Gothicos, e dos primeiros tempos da Monarquia, não se acha empregada outra qualidade de material senão pedra calcaria a que Linneo chama marmor rude (...) este genero de pedras hê mui ordinario no nosso Reino, e *incapaz de se executarem nelle obras delicadas e nobres*»⁴⁶⁸.

Correia da Serra dedica cerca de dez páginas (aproximadamente metade das de *Observações*) a elogiar a obra romana, as “magníficas ruínas” deste período que se encontram em território português. E desfecha os apontamentos com a assertiva conclusão: «Tal era a superioridade dos Romanos sobre os outros povos q[ue] dominaraõ em Portugal no emprego dos materiaes, e não era menor na solidèz q[ue] sabiaõ dàr as suas obras como agora passaremos a examinàr». O documento termina aqui. Portanto, não passa a qualquer outro dos aspetos propostos pelo autor, o que poderá dever-se, impõe-se considerar, à eventualidade de as *Observações* se acharem hoje incompletas.

Todavia, existem anotações feitas à margem do texto e em uma pequena folha nele introduzida que julgamos interessante referir. Uma decorre do cotejo entre a qualidade da pedra utilizada pelos romanos e pelos “outros períodos”; outra prende-se com o conteúdo de uma lista escrita pelo Abade, na referida pequena folha anexa ao texto. Aquela, à margem da declaração da superioridade dos romanos que acima transcrevemos, consiste no registo, feito pelo autor, de que os «materiaes são *mais modernos sò depois del Rey D. Joaõ I* tenha achado empregado o marmor nobile, e *depois del Rey D. Manoel* o mamor (...) na Igreja de Belem»⁴⁶⁹. A última, contém no rol de

⁴⁶⁷ *Ib.*, fls. 5 e 6. Itálico nosso.

⁴⁶⁸ *Ib.*. Itálico nosso.

⁴⁶⁹ *Ib.*, fl. 6. Itálico nosso.

tópicos aí escrito: «Nullidade das obras Goticas [:] Gotico do IX seculo [:] Com. com Inglaterra *mudou o gosto* [:] (...) Gosto de Thomar»⁴⁷⁰.

Estas anotações provam-nos os limites ou a ambiguidade da palavra “gótico” por estes anos de 1780. “Gótico” designa aqui a produção da Alta Idade Média e da Idade Média Plena que o autor desconsidera. Afiguram-se excluídas do substantivo as obras realizadas durante a Idade Média Tardia, momento em que Correia da Serra nota ter “mudado o gosto”. Repare-se que, para o Abade, o motor da detetada transformação estética, a que não atribui designação, é o contacto estabelecido com Inglaterra, o que parece acusar o conhecimento, verdadeiramente inusitado, do debate coevo de determinada elite britânica, a mesma que promoverá a viagem do arquiteto James Murphy a Portugal, cerca de cinco anos depois⁴⁷¹. Finalmente, é possível verificar ainda, no apontamento lacónico, uma certa consideração por esse *novo gosto*. Trata-se da arte que está patente nos monumentos do reinado de D. João I e de D. Manuel, que usam materiais “mais modernos” e relativamente à qual notámos já sentir-se alguma abertura.

Apesar das surpreendentes singularidades destacadas, o referencial artístico e arquitetónico do Abade é clássico, tal como vimos ser também o dos portugueses ilustrados seus contemporâneos. Fica, no entanto, evidente que essa dileção não impede Correia da Serra de considerar atentamente objetos com diferentes feições e história.

⁴⁷⁰ *Ib.*. Itálico nosso.

⁴⁷¹ MURPHY, James, *Arquitetura gótica. Desenhos do Mosteiro da Batalha*, ob. cit., pp. 9-50; NETO, Maria João Baptista, *Do registo à difusão das formas. O mosteiro da Batalha no quadro do revivalismo gótico europeu através da obra de James Murphy (1792-95)*, policopiado, sumário da lição de síntese das provas de habilitação ao título de Professor Agregado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policopiado, 2007; *id.*, *James Murphy e o restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XIX*, ob. cit..

1.4. OUTROS APONTAMENTOS: RESISTÊNCIA E ABERTURA ÀS DIFERENTES ÉPOCAS E ESTÉTICAS DA ARQUITETURA ANTIGA

José Correia da Serra e Manuel do Cenáculo não são as únicas personalidades portuguesas do último quarto do século XVIII capazes de harmonizar a sua preferência pessoal por uma estética clássica com o reconhecimento das virtudes de memória e de arte de alguns objetos antigos que escapam a essa linguagem partidária da forma “regular”. Eles continuam, afinal, a atitude mais inclusiva ou atenta que verificámos existir pontualmente desde décadas recuadas da centúria, na apreciação de certos monumentos góticos, enquanto objetos de valor histórico e, porventura, artístico. Mas se então tal abordagem tinha uma expressão ténue, agora ela começa a ganhar terreno, mostrando-se assumida, aos poucos, com uma liberalidade impossível de notar antes e que vaticina mudanças futuras.

Em a *Historia geral de Portugal, e suas conquistas; offerecida á rainha nossa senhora D. Maria I* (1786-1804), da autoria de Damião António de Lemos Faria e Castro (1715-1789), uma ou outra passagem da narrativa testemunha o afirmado⁴⁷². Há nela sinais de um certo desenvolvimento da sensibilidade patrimonial, mais aberta e sem preconceitos estéticos diante de determinadas peças góticas. Verificamo-lo, apesar de Faria e Castro se apresentar algo apegado ao discurso historiográfico da primeira metade do século e exibir até um estilo *menos científico* do que o dos seus pares, daquela e da segunda parte de Setecentos.

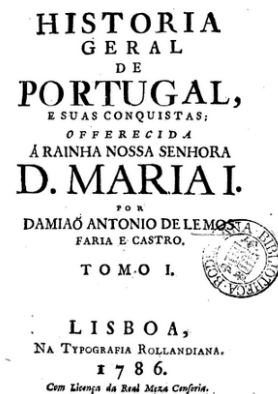


FIG. 35 *Historia geral de Portugal e suas conquistas*, 1786.

⁴⁷² CASTRO, Damião de Lemos de Faria e, *Historia geral de Portugal, e suas conquistas, offerecida á rainha nossa senhora D. Maria I*, 20 vols., Lisboa, na Typografia Rollandiana, 1786-1804. Sobre Faria e Castro veja-se SILVA, Inocência Francisco da, *Diccionario bibliographico portuguez*, ob. cit., vol. II, 1859, pp. 120-122.

Independentemente do escrúpulo historiográfico, os volumes da *Historia geral de Portugal* em questão contêm declarações que autorizam a inferir a existência de um pensamento patrimonial que se pode dizer esclarecido, da parte do autor, por isso, digno de comentário. Aliás, não deixa de nos parecer curioso que a primeira manifestação de desagrado perante a situação do templo romano de Évora, cuja condição, até aqui, se achou sempre elogiada⁴⁷³, se descubra precisamente na *Historia* de Faria e Castro, para quem a «pouca veneração dos Portuguezes futuros, que até hoje fazem açougue de hum dos Templos antigos de sua Cidade, alterou a fôrma deste Monumento glorioso da antiguidade da Patria», de modo censurável⁴⁷⁴.

Para o autor, a verificação do valor para a história e do valor de arte no objeto antigo obriga, não apenas, à simples preservação da existência do bem, mas também à sua salvaguarda ativa, que se apresenta incompatível com uma utilização estranha às características de memória ressalvadas nesse objeto. Ora, o que encontrámos nos testemunhos até aqui elencados foi uma apreciação significativa do valor de uso dos edifícios antigos, recorde-se, determinante de uma atitude permissiva para com as funções atribuídas às construções preexistentes, o que torna a asserção de Faria e Castro bastante original. Mas a frase que lhe transcrevemos acusa ainda a noção de *monumento histórico*; diríamos até que ela sugere a intuição de um conceito próximo ao de *monumento (pré-)nacional*.

Essa ideia que se adivinha na reflexão sobre os restos da antiguidade clássica em Évora, apresenta-se mais completa e propriamente pátria na explanação do cumprimento dos «votos edificantes» de D. João I e de D. Nuno Álvares Pereira pelo insucesso de «todas as pertenções de Castella», na Batalha de Aljubarrota⁴⁷⁵. Naturalmente, o conceito surge em nota às muito referidas ao longo desta dissertação obras góticas do Mosteiro da Batalha e do Convento do Carmo de Lisboa: «Depois [da procissão, em

⁴⁷³ *Vide supra*.

⁴⁷⁴ CASTRO, Damião de Lemos de Faria e, *Historia geral de Portugal (...)*, ob. cit., vol. I, 1786, pp. 149 e 150.

⁴⁷⁵ *Id.*, *ib.*, vol. V, 1786, pág. 360.

Guimarães, D. João] fez fundar o Mosteiro da Senhora da Victoria que nós dizemos da Batalha e o deo aos Padres Prégadores da Ordem de S. Domingos. O Condestavel cumprio a sua promessa na mesma forma [em peregrinação] a Santa Maria de Ceíça em Ourem e edificou o Convento de Nossa Senhora do Carmo de Lisboa: *Dous Padrões magnificos que conservaó immortal a memoria da gloriosa batalha de Aljubarrota e dos dous Heróes, Authores da nossa liberdade*, o Rei D Joaõ I e o seu Condestavel D. Nuno Alvares Pereira»⁴⁷⁶.

Encontra-se expressa, com grande nitidez e segurança, a assunção dos edifícios de Santa Maria da Vitória e de Nossa Senhora do Monte do Carmo de Lisboa como monumentos perpetuadores das personalidades memoráveis que os instituíram na sequência da vitória histórica, em Aljubarrota. Parece-nos, também, que o entendimento das construções, enquanto «padrões» evocadores da bravura da ação militar na sua origem, garante da independência do reino, pode ser lido no texto, sem dificuldade. É verdade que as palavras que permitem alcançar tais conclusões deixam por referir a configuração dos imóveis, mas é forçoso admitir que as formas com que a Batalha e o Carmo se dão a ver, na qualidade de comprovados signos, sejam acolhidas de modo respeitoso ou mesmo observadas numa certa atitude contemplativa por parte dos que estão cientes das propriedades de memória de ambas as construções: trata-se do estilo característico dos edifícios, atestados monumentos de memória não-intencional. De resto, a intervenção arquitetónica que vimos executada pelos carmelitas de Lisboa, no âmbito do pós-terramoto, com o fito de reerguer a igreja à imagem do seu gótico fundacional (obra que sabemos estar ainda em marcha pelos anos em que Faria e Castro compõe o volume da *Historia* citada...), atesta bem o inferido, como o faz a intervenção realizada na Capela do Fundador do mosteiro batalhino, também após o sismo, e a que atendemos igualmente atrás⁴⁷⁷.

Nesta linha, convém referir igualmente as palavras coetâneas de um outro autor, Manuel de Figueiredo, em *Descrição de Portugal. Apontamentos e*

⁴⁷⁶ *Ib.*, pág. 361. Itálico nosso.

notas da sua historia (...), sobre Santa Maria da Vitória, «Convento da Ordem de S. Domingos (que fundou D. João I em desempenho do Voto, que fez antes de entrar no Combate de Aljubarrota) deposito dos Reaes Corpos de D. João I sua mulher a Rainha D. Filippa, seus filhos»⁴⁷⁸. Para Figueiredo, «a Igreja he huma obra grande, delicada», parte de um edifício com profunda conotação histórica cuja maestria artística reconhece, em especial, na «belleza, e magnificencia do templo»⁴⁷⁹.

Não pode, então, surpreender absolutamente que algumas figuras maiores da cena política portuguesa, designadamente a rainha, manifestem interesse pela série de desenhos do Mosteiro da Batalha que o arquiteto James Murphy realizou, em 1789, com o intuito de captar gótico do edifício⁴⁸⁰.

A partir de Lisboa, em carta de maio daquele ano, o próprio conta ao seu patrono, W.B. Conyngham, que o ministro José Seabra da Silva, «highly pleased» com o trabalho produzido, levava as suas ilustrações à soberana, junto de quem permaneceram durante três dias⁴⁸¹. Mais informa que a devolução da obra se fizera acompanhar por uma missiva do nomeado Seabra, declarando que «Her Majesty and his Royal Highness the Prince have seen the drawings of Batalha, with which *they were greatly pleased*; they now return them requesting that *as soon as they are engraved the artist will remember to send them some copies to renew the pleasure they had in seeing the original drawings*»⁴⁸².

⁴⁷⁷ *Vide supra*.

⁴⁷⁸ FIGUEIREDO, Manuel de, *Descrição de Portugal: apontamentos e notas da sua historia antiga e moderna, ecclesiastica, civil e militar*, Lisboa, Typ. Lacerdina, 1817 (ed. orig. 1788), pág. 188.

⁴⁷⁹ *Id., ib.*

⁴⁸⁰ Veja-se MURPHY, James, *Viagens em Portugal*, ob. cit.; e NETO, Maria João Baptista, *James Murphy e o restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XIX*, ob. cit.

⁴⁸¹ *Illustrations of the literary history of the eighteenth century. Consisting of authentic memoirs na original letters of eminent persons*, vol. VI, London, J.B. Nichols and son, 1831, pág. 440. MURPHY, James, *Arquitectura gótica. Desenhos do Mosteiro da Batalha*, ob. cit., pág. 94.

⁴⁸² *Id., ib.* Itálico nosso.

A satisfação explícita da rainha⁴⁸³ e de seu filho D. João, futuro rei de Portugal, com as imagens do mosteiro – edifício que lembramos ser examinado pelos britânicos como objeto de um estudo maior acerca da arquitetura gótica⁴⁸⁴ – parece ter consequências propulsoras na sociedade reinol ao corrente do caso. Murphy explica-o, em parte, quando narra a Conyngham o efeito multiplicador



FIG. 36 Fachada principal da igreja do Mosteiro da Batalha no álbum de J. Murphy, 1795.

que tivera o real acolhimento das suas ilustrações de Santa Maria da Vitória: «It was then they began to know the value of the work; and the next day I fortunately discovered the intention of *some people here, whom I will not mention, who are determined to have drawings of Batalha made at any expense*, when they found that all other solicitations were ineffectual to obtain them, in order to have them presented to the Queen, with a view to insinuate themselves into her good graces»⁴⁸⁵.

A chamada de atenção evidente sobre o monumento acentua inevitavelmente o interesse de que ele é (ou passa a ser) alvo. Cremos, por isso, que o olhar meditativo sobre as qualidades do edifício, bem como o conhecimento relativo ao seu estilo arquitetónico, sofre um incremento genérico (embora de representação ainda algo tímida) a partir do termo da década de 1780. Certamente, nunca antes se vira o gótico do monumento tratado com o fervor e com a dedicação que lhe votava Murphy.

Focado naquele estilo primitivo, ao longo de semanas, o irlandês debuxou os alçados e a planta do mosteiro com resultados seguramente distintos dos produzidos pelos arquitetos portugueses seus contemporâneos. Conta Murphy que os nacionais desenhavam a enorme mole em breves minutos e

⁴⁸³ Vale a pena lembrar que D. Maria visitou o Mosteiro de Alcobaça em 1782 e em 1786: não é despidiendo pensar que tenha estado também no vizinho Mosteiro da Batalha em pelo menos uma dessas ocasiões.

⁴⁸⁴ Veja-se a introdução de Maria João NETO a MURPHY, James, *Arquitetura gótica. Desenhos do Mosteiro da Batalha*, ob. cit.; e NETO, Maria João Baptista, *Do registo à difusão das formas (...)*, ob. cit.; *Id.*, *James Murphy e o restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XIX*, ob. cit..

com facilidade, em franco contraste com o esforço que a tarefa lhe exigia: «*I applied so close to the drawings day and night as to make all the sketches with a finished plan and elevation in twenty two days. After all they often put me to the blush in relating the abilities of Manuel Caetano, and other celebrated Portuguese architects, who took off the whole building in a few minutes at one glance of an eye*»⁴⁸⁶. Diríamos que os artistas portugueses faziam os seus desenhos da Batalha com celeridade e ligeireza, sem especial cuidado ou rigor na captação do objeto.

Nesta linha se compreende a queixa de Conyngham sobre o facto da Academia Real das Ciências de Lisboa não ter cuidado de publicar um álbum com as plantas do mosteiro. Em carta enviada ao Abade Correia da Serra, provavelmente na década de 1780, o britânico declara: «*it is a shame for the Academy where they have so few subjects in Architecture worthy their Attention, that they would neglect one the possession of which (...) the publication of the Plans, would do credit to any Nation in Europe*»⁴⁸⁷. Teria, pois, que ser o próprio Conyngham a tratar de reparar a falha, custeando a viagem de Murphy a Portugal, no final dos anos 1780.

Assim, e perto da data em que o também anglo Gerard Devisme manda erigir o seu neogótico Palácio de Monserrate (1791), primeira obra destacada do estilo entre nós, perfeitamente excêntrica no Portugal tradicionalista de Setecentos⁴⁸⁸ (pelo que traçada por um estrangeiro, possivelmente pelo

⁴⁸⁵ *Illustrations of the literary history of the eighteenth century*, ob. cit., pág. 440. MURPHY, James, *Arquitectura gótica. Desenhos do Mosteiro da Batalha*, ob. cit., pág. 94. Itálico nosso.

⁴⁸⁶ *Illustrations of the literary history of the eighteenth century*, ob. cit., pág. 437. MURPHY, James, *Arquitectura gótica. Desenhos do Mosteiro da Batalha*, ob. cit., pág. 92.

⁴⁸⁷ ANTT, Abade Correia da Serra, B45.

⁴⁸⁸ Atente-se ao que escrevemos na primeira parte deste trabalho. Considere-se, entre outros, *História da Arte portuguesa*, dir. Paulo PEREIRA, vol. III, *Do barroco à contemporaneidade*, 3.^a ed., Lisboa, Temas e Debates, 1999, pp. 11-323; e FRANÇA, José-Augusto, *A arte em Portugal no século XIX*, vol. I, Lisboa, Livraria Bertrand, 1966; *Id.*, *Devisme, Monserrate e o romantismo*, [s.d.], disponível em http://amigosdemonsserrate.com/sites/amigosdemonsserrate.com/files/5_Conferencia_Jose-Augusto_Franca.pdf (consultado pela última vez a 20 de janeiro de 2012); e GOMES, Paulo Varela, “Jornada pelo Tejo: Costa e Silva, Carvalho Negreiros e a cidade pós-pombalina”, ob. cit..

inglês Elsdén)⁴⁸⁹, James Murphy dá um eminente contributo para aguçar o olhar sobre a arquitetura gótica do reino, que lembramos própria de edifícios já valorizados por alguns naturais, em razão do seu significado histórico. O arquiteto viajante distingue-se, reconhecidamente⁴⁹⁰, entre as influências externas que, no contexto conservador do país, concorrem para desafiar ou para desmontar paulatinamente o preconceito clássico sobre a estética gótica e a própria designação estilo, ainda que “gótico” continue a ser utilizado como um vocábulo de carácter depreciativo durante o final do século, nos mais variados contextos discursivos⁴⁹¹.

No estrito âmbito da arquitetura, Cirilo Volkmar Machado⁴⁹², teórico por excelência das artes em Portugal durante o período, e também pintor, não deixa de se servir das suas *Conversações sobre a pintura, escultura, e architectura* (1794) para tecer duras críticas ao estilo. Recorre, para isso, à personagem que se impõe como a autoridade estética dos diálogos, Honorato, espécie de alter-ego do autor.

⁴⁸⁹ Atribuição sugerida em ANACLETO, Maria Regina Dias Baptista Teixeira, *A arquitectura neomedieval portuguesa*, ob. cit., pp. 126-139. Veja-se os nossos apontamentos na introdução ao presente volume.

⁴⁹⁰ Veja-se a introdução de Maria João NETO a MURPHY, James, *Arquitetura gótica. Desenhos do Mosteiro da Batalha*, ob. cit.; e NETO, Maria João Baptista, *Do registo à difusão das formas (...)*, ob. cit.; e *Id.*, *James Murphy e o restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XIX*, ob. cit.. As diversas estadias de Murphy em Portugal, entre 1789 e 1808, nomeadamente a de cerca de um ano, em viagem pelo país, a debuxar os monumentos e a contactar com membros da elite do reino, permitem admitir que a influência do arquiteto irlandês se destaque de entre os influxos estrangeiros do período. Veja-se também MURPHY, James, *Viagens em Portugal*, ob. cit..

⁴⁹¹ *Vide supra*. Recordamos que, apesar da investigação e do debate intelectual em torno do gótico se mostrar muito dinâmico em alguns pontos da Europa, sobretudo em Inglaterra, mas também em França e na Alemanha, na passagem para o século XIX, o estilo continua a grangear pouco consenso (veja-se, por exemplo, CLARK, Kenneth, *The gothic revival: an essay in the history of taste*, ob. cit.).

⁴⁹² Sobre a teoria de Cirilo e a cultura arquitetónica em Portugal, veja-se, nomeadamente, FRANÇA, José-Augusto, *História da Arte em Portugal (...)*, ob. cit.; *id.*, *A arte em Portugal no século XIX*; *ib.*, *Lisboa pombalina e o Iluminismo*, ob. cit.; e GOMES, Paulo Varela, *A confissão de Cyrillo*, Lisboa, Hiena Editora, 1992; *id.*, *A cultura arquitectónica e artística em Portugal no séc. XVIII*, ob. cit..

Quando questionado sobre a «Ordem Gothica», Honorato declara que «aonde tudo he arbitrario não póde haver Ordem, nem Belleza, para merecer o nome de Architectura, aonde tudo he feio, e desproporcionado»⁴⁹³. Por esse motivo, adianta, «os Romanos modernos, que forão os principaes Restauradores da Architectura antiga, tem *demolido, ou mascarado todos os seus edificios Góthicos*»⁴⁹⁴. Imediatamente interrogado sobre se aprovaria a destruição de um «edificio tão sumptuoso» como a catedral de Sevilha, «só por ser de maneira Góthica», o erudito replica, condescendente com a grandeza da obra, mas alheio ao seu poder rememorativo e descrente do seu valor de arte, que «*senão póde cobrir-se com hum Bélla mascara, suportemos a sua fealdade em atenção á sua magnificência*: Porém ir levantar desde os fundamentos hum Templo á Góthica no Seculo XVIII sería hum fenomeno singular. Ninguém poderia autenticar com mais solemnidade a *depravação do seu Gosto*»⁴⁹⁵.



FIG. 37 *Conversações sobre a pintura, escultura, 1794.*

Firme no desprezo pelo estilo, consistente nas suas convicções clássicas, Cirilo insistirá ainda, décadas depois: «a ignorância introduzio a Architectura Gothica, que *não he Architectura*»⁴⁹⁶. Causa-nos, por isso, estranheza, o apontamento registado nesse espaço de tempo pelo viajante espanhol José Cornide, que relata o teórico e artista português, em março de 1799, «ayudando a Murphy, que ya lleva 4 meses en Belem y que tinene copiada la mayor parte de las sillas y hecha en borrador la perspectiva de la iglesia»⁴⁹⁷. Murphy, nesta segunda visita a Portugal, estaria a dar persecução ao seu

⁴⁹³ MACHADO, Cirilo Volkmar, *Conversações sobre a pintura, escultura, e architectura. Escriptas, e dedicadas aos professores, e amadores das bellas artes*, vol. I, Lisboa, na Of. de Simão Thaddeo Ferreira, 1794, IV Conversação, pág. 71 da. Itálico nosso.

⁴⁹⁴ *Id.*, *ib.*.

⁴⁹⁵ *Id.*, pág. 73. Itálico nosso.

⁴⁹⁶ MACHADO, Cirilo Volkmar, *Collecção de memórias (...)*, ob. cit., pág. 128. Itálico nosso.

⁴⁹⁷ Carta escrita em Lisboa, em março de 1799, publicada em ABASCAL, Juan; CABRIÁN, Rosario, *Los viajes de José Cornide por España y Portugal de 1754 a 1801*, pág. 464. Nada se sabe relativamente ao projeto de Murphy envolvendo o Mosteiro de Belém. Sobre o assunto, veja-se NETO, Maria João, *James Murphy e o restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XIX*, ob. cit., pp. 32 e 33.

intento de inventariar a arquitetura centenária do reino⁴⁹⁸. E para esse projeto gorado, que terá tido o mérito de alertar alguns nacionais para os monumentos arquitetónicos existentes em Portugal, o irlandês parece ter convocado Cirilo, identificado a esquiçar a igreja de Belém, edifício na charneira de duas épocas estilísticas, propriamente clássico quase somente na sua cabeceira, possivelmente a única parte do templo com uma estética conforme às asserções de Volkmar Machado.

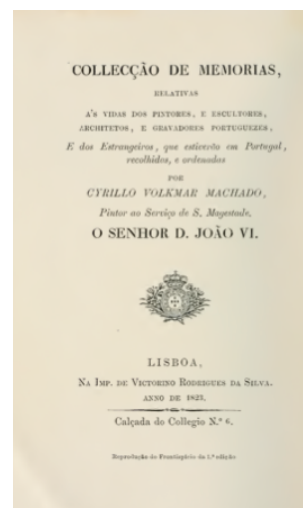


FIG. 38 *Collecção de memórias*, ed. orig. 1823.

É verdade que, sobre Santa Maria de Belém, já uma nota da primeira edição da *Historia de Portugal composta em inglez por uma sociedade de litteratos, trasladada em vulgar com as addiçoens da versão francesa, e notas do tradutor portuguez*, publicada em 1788, assinalava: «A Igreja vista de longe parece um edificio prodigioso, mas ao perto he um dos edificios mais formosos, e regulares, digno delRei D. Manuel, nao tanto pela sua belleza, e magnificencia, quanto pelo extraordinario da traça, e pelo modo da sua execução»⁴⁹⁹. A admiração do comentador pela obra é explícita. Contudo, intui-se também uma certa resistência perante a ambiguidade do seu estilo. E surpreende-nos que Cirilo, a partir dos juízos radicais manifestos nos seus textos, se dedique a acompanhar Murphy no levantamento do edifício.

⁴⁹⁸ De Maria João NETO, veja-se a introdução a MURPHY, James, *Arquitetura gótica. Desenhos do Mosteiro da Batalha*, ob. cit.; e *James Murphy e o restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XIX*, ob. cit., pp. 32 e 33.

⁴⁹⁹ *Historia de Portugal composta em inglez por uma sociedade de litteratos, trasladada em vulgar com as addiçoens da versão francesa, e notas do tradutor portuguez*, Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro, Lisboa, na Offic. da Academie Real das Scienc., 2 vols., 1788.

A intransigência estética que sobressai no discurso de Volkmar Machado não se mostra partilhada por outros, em Portugal, senão talvez pelo escultor e teórico Joaquim Machado de Castro, seguro de que «no estudo das Bellas Artes não ha senão dous systemas, Ou Grego, ou Barbaro»⁵⁰⁰. Observamo-lo, inclusivamente, no discurso do arquiteto e engenheiro militar José Manuel Carvalho Negreiros, na sua volumosa *Jornada pelo Tejo dividida em doze dias, em cada hum dos quaes se tractão diversas materias concernentes á Architectura Civil e seus pertences*, escrita em 1793, reescrita e aumentada quatro anos mais tarde⁵⁰¹. Para este erudito e “empregado nos consertos dos palácios reais”⁵⁰², «O Arquitecto Scientifico, e Combinador, achará, na mesma Architectura Gotica muitas couzas de que se possa aproveitar, principalmente a respeito do prezente assumpto de Abobedas», ainda que identifique a «Architectura Antiga, a mais estimada», como a que foi «aperfeiçoada pelos Gregos, e depois passou para os Romanos»⁵⁰³.

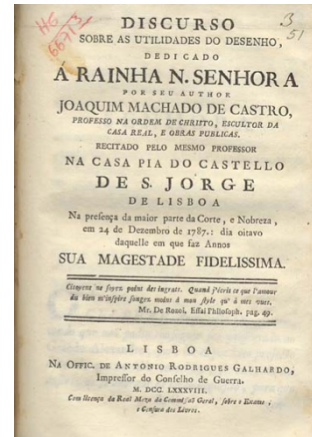


FIG. 39 *Discurso sobre as utilidades do desenho*, 1788.

⁵⁰⁰ CASTRO, Joaquim Machado de, *Discurso sobre as utilidades do desenho, dedicado á rainha N. Senhora por seu author Joaquim Machado de Castro, professo na Ordem de Christo, escultor da Casa Real, e Obras Publicas. Recitado pelo mesmo professor na Casa Pia do Castello de S. Jorge de Lisboa na presença da maior parte da corte, e nobreza em 24 de Dezembro de 1787*, Lisboa, na Offic. de António Rodrigues Galhardo, 1788, pág. 29. Atente-se, na mesma obra, às pp. 21-29. Veja-se ainda GOMES, Paulo Varela, “Traços de pré-romantismo na teoria e na prática architectónicas em Portugal na segunda metade do século XVIII”, ob. cit..

⁵⁰¹ NEGREIROS, José Manuel de Carvalho, *Jornada pelo Tejo. Jornada pelo Tejo dividida em doze dias, em cada hum dos quaes se tractão diversas materias concernentes á Architectura Civil e seus pertences. Obra utilissima não só p.^a os Professores da Architectura Civil, e Militar como taõbem para todos os Curiozos*. 1793, BA, 54-V-28 e 29; *id.*, *Additamento ao livro intitulado Jornada pelo Tejo*, 1797, BNP, res., cód. 3758-62. De Paulo Varela GOMES, veja-se “Jornada pelo Tejo: Costa e Silva, Carvalho Negreiros e a cidade pós-pombalina”, ob. cit.; e *A cultura architectónica e artística em Portugal no séc. XVIII*, ob. cit., pp. 105-114.

⁵⁰² MACHADO, Cirilo Volkmar, *Collecção de memórias (...)*, ob. cit., pág. 193.

⁵⁰³ NEGREIROS, José Manuel de Carvalho, *Jornada pelo Tejo*. (...), ob. cit., fls. 124-126; *id.*, *Additamento ao livro intitulado Jornada pelo Tejo* (...), ob. cit., t. 4, fls. 77v-78 e 112-113v. Varela Gomes apresenta Carvalho Negreiros como um “admirador” do gótico (GOMES, Paulo Varela, “Jornada pelo Tejo: Costa e Silva, Carvalho Negreiros e a cidade pós-pombalina”, ob. cit.; *id.*, “Sobre José Manuel de Carvalho Negreiros”, in *Cultura architectónica e artística em Portugal no séc. XVIII*, ob. cit., pp. 105-114). Parece-nos importante ressaltar

O mesmo se nota em obras historiográficas de menor fôlego no tratamento das artes, como a *Descrição topografica, e historica da cidade do Porto*, escrita por Rebelo da Costa, perto de 1789. A narrativa dedicada ao Porto assume a preferência pelo construído «á moderna, e segundo a architectura do bom gosto»⁵⁰⁴. A prioridade estética do autor revela-se não apenas em notas afirmativas do teor da transcrita, mas também em omissões expositivas evidentes. Na extensa passagem dedicada ao muito elogiado edifício da Sé, Rebelo da Costa relata com entusiasmo, e de modo quase exclusivo, os elementos maneiristas e barrocos da construção, negligenciando notoriamente o tratamento das suas partes medievais, relacionadas com a origem do edifício⁵⁰⁵.

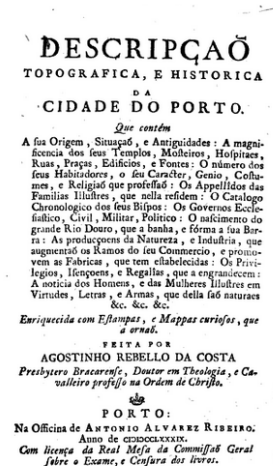


FIG. 40 *Descrição topografica, e historica da cidade do Porto*, 1789.

Contudo, ele não hostiliza a estética. Registamo-lo, por exemplo, na referência ao claustro da Sé, «obra do Bispo D. João III no anno de mil trezentos, e oitenta, e cinco». Obra gótica, todavia por designar. A única ocasião em que Rebelo da Costa recorre à palavra é para aplicá-la, imprecisamente, naquele sentido mais genérico e enraizado com que se nomeia toda a arte medieval: «A Igreja, e Collegiada de *Cedofeita*, merece o primeiro lugar depois da Igreja Cathedral, que acabo de descrever. A sua *estructura*, he de gosto *Gothico*. Fundou-a Theodomiro Rei dos Suevos no anno de quinhentos e cincoenta e nove»⁵⁰⁶.

Portanto, não encontramos traços da intolerância de gosto observada em Cirilo e em Machado de Castro na maioria dos seus contemporâneos, distantes da erudição artística de ambos. Tão-pouco a descobrimos, assim

que o arquiteto “admira” o estilo somente na medida em que o observa ou considera, reconhecendo nele virtualidades (que parecem ser sobretudo construtivas), não por que seja adepto ou defensor do gótico, impõe-se sublinhar, como aliás o excerto da *Jornada* comprova.

⁵⁰⁴ COSTA, Agostinho Rebelo da, *Descrição topografica, e historica da cidade do Porto*, ob. cit., pág. 113.

⁵⁰⁵ Veja-se COSTA, Agostinho Rebelo da, *Descrição topografica, e historica da cidade do Porto*, ob. cit., pp. 58-60.

⁵⁰⁶ *Id.*, *ib.*, pág. 92. Itálico nosso.

extremada, junto da elite esclarecida, igualmente adepta da cultura neoclássica ou próxima dos seus preceitos artísticos⁵⁰⁷. Vem à colação a figura de frei Manuel do Cenáculo, que observámos atrás, já então adiantando que não era, neste particular de abertura ou disponibilidade ao não-clássico, caso único. Impõe-se agora emparelhá-lo com dois ilustrados coetâneos que comprovam o afirmado com superior evidência: Domingos Caldas Barbosa e D. Francisco Gomes do Avelar, cultores do neoclassicismo ativos em diferentes círculos da vida portuguesa, personalidades que ultrapassam os limites da sua filiação estética, particularmente naquilo que importa à nossa tese, manifestando-se cientes das qualidades históricas e artísticas da arquitetura gótica. O poeta Domingos Caldas Barbosa fá-lo, naturalmente, através da escrita, enquanto Gomes do Avelar, bispo atuante na arruinada diocese do Algarve, o demonstra ainda na prática.

1.4.1. DOMINGOS CALDAS BARBOSA

Domingos Caldas Barbosa (1740-1800)⁵⁰⁸, sócio da reputada Arcádia de Roma e depois membro-fundador da Academia das Belas Letras (1790) no reino, surge, na história da literatura portuguesa, não tanto como o literato neoclássico esforçado que foi, mas sobretudo enquanto autor dos versos populares que escreveu e reuniu em *Viola de Lereño: collecção das suas cantigas, offerecidas aos seus amigos*⁵⁰⁹. Não obstante, Caldas Barbosa atuou como o principal dinamizador da novel agremiação literária que ajudou a instituir, com o intento fomentar a produção poética fiel ao cânone dos antigos.

⁵⁰⁷ Veja-se FRANÇA, José-Augusto, *A arte em Portugal no século XIX*, ob. cit., pp. 82-95.

⁵⁰⁸ Sobre o autor, veja-se as referências bibliográficas que deixámos em nota *supra*, no capítulo “O património arquitetónico antigo no testemunho de alguns eruditos: continuidades e prenúncios de mudança”.

⁵⁰⁹ BARBOSA, Domingos Caldas, *Viola de Lereño: collecção das suas cantigas offerecidas aos seus amigos*, Lisboa, na Officina Nunesiana, 1798. Veja-se SAWAYA, Luiza, *Domingos Caldas Barbosa (...)*, ob cit..

Neste sentido, a Academia das Belas Letras pretendia-se algo congénere daquela instituição italiana entre nós, depois de falido o projeto da Arcádia Lusitana no reino e de se ter dispersado o círculo neoclássico por ele reunido. “Nova Arcádia” é mesmo como amiúde se designa a Academia, evocando o propósito de convocar novamente esse partido, em prol do “bom gosto” artístico, da expressão simples, natural e moderada que o pode garantir.



FIG. 41 Primeiro número de *Almanak das Musas*, de 1793, com poesia de Caldas Barbosa e de outros árcades.

É assim que, sob o mote explícito do universo greco-romano longínquo, personalidades como Barbosa du Bocage ou Agostinho Macedo se unem, partilhando e defendendo a escrita de espírito bucólico. O espírito advogado não será, todavia, suficiente para harmonizar os acesos e incompatíveis génios destes dois autores, cujas desavenças acabam por precipitar o fim da Academia, ainda em 1794⁵¹⁰. Até esse ano, mas mesmo para além da vigência da Academia, os poetas novos árcades reúnem no palácio lisboeta dos condes de Pombeiro⁵¹¹. São célebres as tertúlias eruditas que os titulares convocam, inclusivamente fora da capital, onde se apresentam como anfitriões regulares. Recebem os árcades, outros literatos e artistas de orientação estética similar sobretudo na residência de recreio que possuem, há muito em Sintra, a *Quinta dos Pombeiro*. A propriedade passa a designar-se também “dos Marqueses de Belas” a partir do momento em que a representante da casa Pombeiro, D. Maria Rita Castelo Branco, 6.^a condessa da linhagem, contrai matrimónio com D. José Luís de Vasconcelos e Sousa e ambos recebem o título de marqueses de Belas, os primeiros do nome. Seguindo a tradição Pombeiro, o casal, que é igualmente Belas, assume-se benfeitor das artes, patrono da

⁵¹⁰ Veja-se LOPES, Óscar, SARAIVA; António J., *História da Literatura portuguesa*, ob. cit., pp. 593-649; e MONTEIRO, Ofélia Paiva, “A literatura”, ob. cit..

⁵¹¹ Certamente por isso, os novos árcades dedicam boa parte da sua produção literária aos condes de Pombeiro. Veja-se BARBOSA, Domingos Caldas *et al.*, *Almanak das musas, oferecido ao génio portuguez*, Lisboa, na Officina de Filippe Jozé de França, 1793-1794.

Nova Arcádia e, em particular, de Domingos Caldas Barbosa. Compreende-se, assim, que o poeta dedique um texto encomiástico a esse seu abrigo, celebrando-o através da *Descrição da grandiosa quinta dos senhores de Bellas, e noticia do seu melhoramento*⁵¹².

O objeto temático do opúsculo, publicado em 1799, é a construção centenária nomeada, que foi paço real, continuamente modificado ao longo dos tempos. Um edifício que mantém elementos provectos consideráveis, especialmente de estilo tardo-gótico, apesar das grandes reformas realizadas nos séculos XVII e XVIII – mormente durante a vigência dos primeiros marqueses de Belas⁵¹³. Caldas Barbosa propõe-se a «descrever o que o *Tempo respeita, ainda antigo*, nesta Grandiosa Quinta», comprometendo-se também a narrar aquilo «que a faz *hoje melhorada em beleza, e até mais bem dotada*»⁵¹⁴.

Pese embora a antiguidade aludida, e não obstante o potencial de memória do edifício, o elã da proposição de abertura recai sobre os “benefícios” recentes que “melhoram” as qualidades artísticas do imóvel e o tornam “até mais bem dotado”. Tal aperfeiçoamento da “beleza” da quinta remete às intervenções setecentistas ordenadas pelos protetores do autor da *Descrição da grandiosa quinta*, ou seja, são obras de matriz clássica (diga-se que Cirilo pintou algumas salas da residência, merecendo grandes elogios do nosso escritor) e que, portanto, estão em choque *teórico* com as preexistências medievais.

⁵¹² BARBOSA, Domingos Caldas, *Descrição da grandiosa quinta dos senhores de (...)*, ob. cit.. Como observámos antes, há excertos da publicação transcritos em CALADO, Margarida, “As transformações na Quinta de Belas, no final do século XVIII, e as origens do romantismo em Portugal”, in *Alcipe e a sua época*, Lisboa, Edições Colibri, Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2003, pp. 179-193.

⁵¹³ Sobre a história da quinta, veja-se CALADO, Margarida, “As transformações na Quinta de Belas, no final do século XVIII, e as origens do romantismo em Portugal”, ob. cit., pp. 183-186. Apesar de algumas das partes do edifício estarem classificadas como Monumento, a quinta caiu em abandono e avançado estado de degradação a partir de 1974/75, tendo sido recentemente recuperada para a realização de eventos. Nesses anos de ruína, ela perdeu alguns elementos tardo-góticos importantes de que existem ainda fotografias, disponíveis, nomeadamente, no SIPA, onde o imóvel está registado sob dois números, PT031111040214 e PT031111040018 (veja-se ambas fichas de inventário a partir de www.monumentos.pt).

⁵¹⁴ BARBOSA, Domingos Caldas, *Descrição da grandiosa quinta dos senhores de Bellas (...)*, ob. cit. pág. 6. Itálico nosso.

Entendemos, assim, que a declaração inicial do texto enuncia subtilmente a preferência pela obra moderna no Portugal do tempo, em atitude conforme, aliás, ao que vimos expondo há vários capítulos, lembrando também o vigor que a tradição de referencial clássico, mais ou menos erudito, tem entre nós, quando ombreada com uma estética que lhe é absolutamente estranha. Esta postura é tradicional ou comum, mas as considerações que Caldas Barbosa seguidamente tece, acerca do remanescente medieval da quinta, são verdadeiramente inusuais e surpreendentes, até, no contexto nacional, onde notámos ser o gótico uma expressão pouco prezada e escassamente compreendida, ainda na segunda metade do século, quando o trabalho de Murphy sobre Santa Maria da Vitória e a encomenda de Monserrate surgem como autênticas pedradas no charco dos costumes ou convenções estéticas do país⁵¹⁵. Repare-se que os únicos precedentes passíveis de contemplar, para um certo entendimento ou estima pelas formas góticas são os casos pontuais (e sem eco aparente) das intervenções pós-terramoto verificadas no Convento do Carmo de Lisboa, na Capela do Fundador da Batalha, na Sala dos Túmulos de Alcobça ou na Ermida de Nossa Senhora das Salas⁵¹⁶.

Atente-se aos termos utilizados por Caldas Barbosa na sua abordagem ao estilo. Ele começa por explicar que no «antigo, e respeitavel Edificio» existem vários testemunhos da ancianidade da obra, como «A *Varanda Gotica*, que adorna o seu prospecto, [e] nos *attesta* a sua *veneranda Antiguidade*. O Mirante que apparece neste angulo, cuberto de huma pequena Abobeda gomeada, e o delicado columnello que reparte, e sostem a sua rasgada janella; *estes figurinos*, que entremeaõ com pilares, os proporcionados buracos que rasgaõ



FIG. 42 Quinta dos Marquesses de Belas.

⁵¹⁵ *Vide supra.*

⁵¹⁶ *Vide supra.*

a mesma Varanda, assim *daõ a conhecer aos Entendedores o tempo desta Architectura, e a esculptura. Belém, e a Batalha nos mostraõ obra da mesma escola*»⁵¹⁷.

Aqui a antiguidade do construído apresenta-se, inegavelmente, como uma qualidade arquitetónica, como um atributo prezado e entendido enquanto valor de memória, para mais, prestigiante. A vetustez que



FIG. 43 Quinta dos Marquesses de Belas.

Caldas Barbosa narra e admira é inferida das formas construtivas típicas do (tardo-)gótico, identificadas como tal e depois agrupadas “na escola” dos mosteiros de Santa Maria de Belém e de Santa Maria da Vitória – classificação perspicaz que apenas o rigor permitido pelo progresso científico, mais tardio, da História da Arte, afinará. Terá esta leitura estilística ido beber à labuta de James Murphy em Portugal? Parece-nos uma hipótese plausível, à luz do citado apontamento de Cornide, onde se conta que, entre 1798 e 1799, cerca de 4 anos depois de publicado o álbum da Batalha, Murphy se encontrava a desenhar o Mosteiro de Belém⁵¹⁸.

Haja ou não uma fonte para a dedução feita por Caldas Barbosa, relacionando o estilo da Batalha com os Jerónimos, a verdade é que o escritor assimilou propriamente as características gerais do gótico, como manifesta no prosseguimento da narração da parte antiga da quinta. A *Descrição* segue com o reconhecimento dos vestígios evocativos desse passado tardo-medieval, agora patente a partir do «pateo» da casa. A visão parece suscitar no relator algum deleite estético: «apparece elevado alli todo sobre *largos, e esveltos arcos de pedra, que remataõ ponte agudos, o que dá bem a conhecer, com a antiguidade, a elegancia, e magnificencia* da sua

⁵¹⁷ BARBOSA, Domingos Caldas, *Descrição da grandiosa quinta dos senhores de Bellas* (...), ob. cit. pág. 9. Itálico nosso.

⁵¹⁸ Vide supra.

construcção»⁵¹⁹. Da exposição, destaca-se sobretudo a acuidade de Caldas Barbosa na observação das especificidades estilísticas da arquitetura antiga. A mesma está patente nas palavras deixadas acerca da capela primitiva da quinta, antiga e gótica, «como mostra, *contemporanea do resto do edificio*. Por fora mostra ella hũa metade de Oval, sostido, e atracado por seis pilastras de pedra, que se remataõ com huns floreados accasos. Estas pilastras saõ abraçadas pelo cordaõ da simalha, que corre em roda, e fórma como hum geral colarete»⁵²⁰. Sobre o gótico, Caldas Barbosa menciona mais uns «*esbeltos Arcos* de pedra, que com as suas Pilastras lhe daõ o parecer, e o respeito de *Gothica Architectura*»⁵²¹.

Apesar dos vestígios antigos expostos, a quinta sofrera com o terramoto de 1755 que «havia alli destrohido o que tantos Seculos respeitáraõ»⁵²². Como se depreende, as intervenções arquitetónicas realizadas em consequência da catástrofe atenderam às preexistências que vimos descritas. Conta Caldas Barbosa, a propósito das obras forçadas pelo sismo, que «A parede do Palacio, que eu tinha visto arruinada, e com hum concerto improprio, tóma huma *forma ajustada, e adaptada á Architectura antiga*»⁵²³. Efetuou-se uma intervenção em estilo moderno, ação que observámos habitual nas obras realizadas após o terramoto, mas possivelmente com alguma deferência pelo remanescente medieval, anunciada na combinação ponderada de formas e volumes que resulta satisfatória aos olhos do narrador.

Cremos que na *Descripção da grandiosa quinta* a “gótica arquitetura” que surge identificada se acha elogiada, sobretudo, pelo valor de memória nela encontrado, por ventura relacionado com a própria genealogia dos proprietários do imóvel, patronos de Caldas Barbosa. No texto, a importância atribuída a esse valor rememorativo parece-nos ser o que verdadeiramente promove o estilo em que a qualidade reside. Aliás, terá sido assim nas

⁵¹⁹ BARBOSA, Domingos Caldas, *Descripção da grandiosa quinta dos senhores de Bellas* (...), ob. cit., pág. 13. Itálico nosso.

⁵²⁰ *Id.*, *ib.*, pp. 33 e 34. Itálico nosso.

⁵²¹ *Id.*, pp. 85. Itálico nosso.

⁵²² *Id.*, pág. 32.

⁵²³ *Id.*, pág. 85. Itálico nosso.

intervenções pós-terramoto em que salientámos o compromisso perante as formas góticas de origem, realçando o valor rememorativo do objeto. No entanto, no caso de Belas, o alegado não se apresenta como argumento fomentador de intervenções emulativas do estilo primitivo. Pelo contrário, como se disse, ele convive com obras recentes, em estilo moderno, que se encontram muito gabadas por Caldas Barbosa na continuação da *Descrição*.

Margarida Calado, no estudo que dedica às «transformações na Quinta de Belas, no final do século XVIII», imputa as referências à obra gótica, e o próprio ecletismo da propriedade descrita, aos influxos (pré-)românticos sentidos em Portugal, no final de Setecentos⁵²⁴. De facto, a história da literatura situa Caldas Barbosa e alguns dos seus confrades árcades, em especial Bocage, no arranque da transição para essoutro período que será de mudanças profundas, encontrando-se Barbosa inscrito no grupo especialmente por causa do carácter prazeroso e livre das canções de *Viola de Lereño*. Pese embora a pertinência da associação proposta, convém também recordar que o ecletismo ou estilo compósito domina o aspeto dos edifícios centenários do país ao tempo. Notámo-lo, aliás, em diferentes momentos do século, frisando a heterogeneidade formal decorrente das intervenções continuadas sobre as preexistências, muitas das quais trabalhadas durante o período joanino e outras tantas promovidas na sequência do sismo de 1755.

Por outro lado, os sinais de respeito inequívoco pela arquitetura gótica, embora decorrentes de uma atitude que vimos mostrando minoritária, encontram-se para lá do contexto (pré-)romântico alegado, em circunstâncias que podemos designar barrocas⁵²⁵ e neoclássicas⁵²⁶, patentes ao longo da centúria e ainda nos anos iniciais de Oitocentos, como em seguida verificaremos. Acresce que uma das manifestações mais conscientes,

⁵²⁴ CALADO, Margarida, “As transformações na Quinta de Belas, no final do século XVIII, e as origens do romantismo em Portugal”, ob. cit..

⁵²⁵ Pensamos nos casos a que aludimos quando atrás referimos a sensibilidade arquitetónica durante a primeira metade do século e também nos que tratámos no período seguinte ao terramoto de 1755. *Vide supra*.

informadas e amadurecidas dessa consideração pelo gótico reside, precisamente, na atuação esclarecida, iluminista e notoriamente neoclássica de Francisco Gomes do Avelar.

1.4.2. D. FRANCISCO GOMES DO AVELAR

Francisco Gomes do Avelar (1739-1816) sobressai, no panorama setecentista europeu, como reflexo exemplar do espírito das luzes no reino⁵²⁷. O pensamento e ação de Avelar integram-se plenamente no iluminismo de índole católica que robusteceu entre nós durante a segunda metade do século, caracterizando a obra de pensadores como Vernei, Ribeiro dos Santos ou Cenáculo, ao serviço da “utilidade pública” e da “felicidade dos povos”⁵²⁸.



FIG. 44 D. Francisco Gomes do Avelar .

Junto, e em dissociação do tema das luzes, surge o tópico comumente referido no âmbito história da arte que aqui nos importa sublinhar: a contribuição de Francisco Gomes para a produção neoclássica em Portugal, particularmente no campo da arquitetura⁵²⁹. Afinal, foi o eclesiástico quem chamou de Itália Francisco Xavier Fabri (1761-1817), arquiteto da afamada Academia Clementina de Bolonha que veio a afirma-se como um dos mais

⁵²⁶ Considere-se, por exemplo, D. Francisco Gomes do Avelar e Francisco Xavier Fabri, que analisamos seguidamente.

⁵²⁷ Veja-se as referências bibliográficas que deixámos em nota anterior, relativa a D. Francisco Gomes do Avelar. Veja-se igualmente NETO, Maria João Baptista, “Uma cultura de restauro Iluminista: a acção do bispo do Algarve Dom Francisco Gomes do Avelar”, in *Espírito e poder. A cidade nos tempos da modernidade*, catálogo da exposição, Tavira, Museu da Cidade – Palácio da Galeria, março de 2004, Tavira, 2006, pp. 122-131.

⁵²⁸ Entre a muita literatura dedicada ao assunto, veja-se, por exemplo, *História do pensamento filosófico português*, ob. cit., *passim*, pág. 13; OUTRAM, Dorinda, *O Iluminismo*, Lisboa, Temas e Debates, 2001; e MAGNINO, Leo, *Influência do iluminismo na cultura portuguesa*, sep. *Bracara Augusta*, vol. XXVIII, fasc. 65-66, Braga, 1974.

⁵²⁹ Veja-se CORREIA, José Eduardo Horta, “O significado do mecenato do bispo do Algarve D. Francisco Gomes do Avelar”, ob. cit., pp. 93 e ss; e CARVALHO, Aires de, *Os três arquitectos da Ajuda: do “rocaille” ao neoclássico: Manuel Caetano de Sousa, 1742-1802: José da Costa e Silva, 1747-1819: Francisco Xavier Fabri, 1761-1817*, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1979, pp. 85-93 e 135 e ss..

importantes profissionais da sua arte no Portugal de entre séculos⁵³⁰. O bolonhês aportou no país carregado de uma erudição estética inusual para os naturais, familiarizado que estava com as questões arquitetónicas e patrimoniais debatidas na Península Itálica de origem, ainda palco privilegiado da cena cultural europeia, da teoria e da prática artísticas⁵³¹.

Fabri entra no Algarve em novembro de 1790. Chega um ano depois de D. Francisco Gomes ter recebido a dignidade episcopal que o forçara a deixar Lisboa para se fixar na cidade de Faro, capital de uma região depauperada, ainda a braços com os destroços deixados pelo grande sismo⁵³². A movimentação acontece relativamente próxima do regresso de Itália do próprio sacerdote. Francisco Gomes viajara para Roma em 1786, na qualidade de padre oratoriano, amigo e confessor do núncio apostólico Vincenzo Ranuzzi que retornava a Itália para ser proclamado cardeal presbítero de Santa Maria *sopra* Minerva – curiosamente, a única igreja de interior arquitetónico gótico da Cidade Eterna. Gomes do Avelar partira cedendo ao pedido de companhia para o trajeto que lhe fizera Ranuzzi. Acabaria, no entanto, por permanecer na cidade pontifícia até cerca de outubro de 1788.

Durante a residência italiana, Francisco Gomes terá percorrido o circuito monumental da região, o mesmo é dizer, o itinerário de literatos e viajantes cosmopolitas, delineado por importantes referências artísticas, históricas e religiosas. Em Roma, sabe-se que privou com Pio VI e, neste quadro de circunstâncias, toma-se por certo que tenha frequentado os círculos eruditos da cidade, perfeitamente imbuídos da lição neoclássica deixada por

⁵³⁰ *Id., ib..*

⁵³¹ Veja-se CARVALHO, Aires de, *Os três arquitectos da Ajuda (...)*, ob. cit.. Atente-se ainda a PANZA, Pier Luigi, *Antichità e restauro nell'Italia dell Settecento. Dal ripristino alla conservazione delle opere d'arte*, Milano, Ex-Fabrizia/Franco Agnelli, 1990.

⁵³² Veja-se LOPES, João Baptista da Silva, *Corografia ou memoria economica, estadística, e topográfica do Reino do Algarve*, Lisboa, na Typografia da Real Academia das Sciencias de Lisboa, 1841.

Winckelmann (e trabalhada por Mengs) e também atentos às qualidades do património vetusto notável que o território ostenta⁵³³.

Foi profícua a estada romana do religioso português. Aquilo que, ao longo de aproximadamente dois anos, conheceu, escutou e observou engrandeceu-lhe o perfil iluminado, ampliou-lhe a cultura histórica e, muito especialmente, o saber artístico e a sensibilidade estética⁵³⁴. De tudo dará provas no sequente exercício da prelatura.

No que respeita à sensibilidade patrimonial e ao modo como esta se revela na atuação sobre preexistências arquitetónicas, o primeiro testemunho evidente da lição italiana é, justamente, a contratação de Francisco Xavier Fabri, arquiteto neoclássico duas vezes premiado pela Academia Clementina que lecionava na reputada instituição quando lhe chegou a proposta de mudança para o Algarve⁵³⁵.

Há, porém, uma atitude prévia radical que parece anunciar já, de modo implícito, os frutos da importante estada em contexto romano, esse meio onde o estudo da arte do passado e a reflexão acerca das estratégias a adotar face ao seu remanescente constituem uma realidade vibrante⁵³⁶: pensamos na apreciação que D. Francisco Gomes faz à situação da Catedral de Silves, primitiva cabeça do bispado algarvio, por ocasião da sua visita pastoral à cidade, pouco depois de entrar na diocese, ainda em 1789.

O desagrado acentuado do bispo perante as alterações imprimidas no grande edifício, estruturalmente gótico, de Silves, vem sendo referido por quantos afloram a personalidade, notando a singularidade da sua atitude. Merece destaque o primeiro estudo globalizante ou integrador sobre D. Francisco

⁵³³ Veja-se NETO, Maria João Baptista, “Uma cultura de restauro Iluminista (...)”, ob. cit.; CORREIA, José Eduardo Horta, “O significado do mecenato do bispo do Algarve D. Francisco Gomes do Avelar”, ob. cit.; OLIVEIRA, Francisco Xavier de Ataíde, *Biografia de D. Francisco Gomes do Avelar arce-bispo do Algarve*, ob. cit..

⁵³⁴ *Id.*, *ib.*..

⁵³⁵ Veja-se CARVALHO, Aires de, *Os três arquitectos da Ajuda (...)*, ob. cit., pág. 87.

⁵³⁶ Veja-se PANZA, Pier Luigi, *Antichità e restauro nell'Italia dell Settecento (...)*, ob. cit., *passim*, pp. 191 e ss..

Gomes do Avelar que José Eduardo Horta Correia compôs⁵³⁷. Mas cabe referir também a investigação de Ataíde Oliveira, realizada bem no início do século XX, divulgando, pela primeira vez, o anunciado parecer episcopal acerca d'«o estado do edificio d'esta antiga Sé»⁵³⁸.

É no livro das visitas pastorais do vetusto templo que D. Francisco assenta a sua lástima perante a visão do construído: «com magua do nosso coração reparamos que, sendo *o mais bem regulado templo* d'esta nossa diocese, e muito mais *veneravel pela sua antiguidade e por ter n'elle florescido e ahi trabalhado um grande numero de virtuosos prelados*, nossos predecessores, e *ter servido, por algum tempo de sepultura ao sr. rei D. João II*, pôde a ignorância imprudente dos administradores, que teem tido cuidado da sua conservação e fabrica, deitar a perder a sua nobreza e formosura»⁵³⁹.

É o valor artístico da obra edificada, mas são também os valores de memória da catedral – o seu poder evocativo, a sua qualidade de antiga e a sua valia para a história – as propriedades que o prelado lamenta ver feridas pela postura incauta e desinformada (ou carente de luzes...) dos responsáveis pela conservação da sé. Eles atentam contra aqueles valores do edifício, «já *demolindo*, ou *retirando dos proprios logares* os mauzoleus de alguns dos nossos predecessores e outros, já com *fabricas menos bem pensadas, e alheias dos preceitos da arte e improprias da architectura da mesma igreja*, já telhando columnas *sem nenhuma necessidade* e até destruindo de todo o antigo côro alto e estragando pinturas originaes de grande estimação e apagando inscrições summamente uteis e necessarias para o conhecimento da veneravel antiguidade»⁵⁴⁰.

A conduta destrutiva que debilita as qualidades ressalvadas e que D. Francisco imputa aos administradores do templo não se queda apenas no dano físico imediato da obra, em resultado da demolição estrita dos seus

⁵³⁷ CORREIA, José Eduardo Horta, “O significado do mecenato do bispo do Algarve D. Francisco Gomes do Avelar”, ob. cit..

⁵³⁸ *Apud* OLIVEIRA, Francisco Xavier de Ataíde, *Biografia de D. Francisco Gomes do Avelar arce-bispo do Algarve*, ob. cit., pág. 47.

⁵³⁹ *Id.*, *ib.*. Itálico nosso.

elementos. Para o bispo, esse comportamento que ameaça os valores de arte e de memória do construído inclui igualmente a não preservação da disposição original das peças no edifício. E compreende tanto as intervenções arquitetónicas desnecessárias como, atente-se, as realizadas sem o domínio de noções artísticas, resultando assim “impróprias” para a arquitetura em causa, que vemos de estilo gótico.

Os valores reconhecidos pelo bispo não terão sido descobertos na edificação pelos autores dos mencionados feitos. A indignação gerada pelo acometido leva o prelado a declarar os atos perpetrados uma «*barbara imprudencia, que bem merecia ter sido severamente castigada* pellos nossos predecessores nas pessoas que as commetteram. Pelo que, emquanto não damos todas as necessarias providencias para o possivel reparo e remedio de tamanhas desordens, mandamos que, d'aqui em diante, *senão façam mais obras algumas de maior ou menor consideração sem que primeiro sejam por nós aprovadas, sob pena de ser repostos o seu custo por quem o mandar fazer e de se dar em culpa grave ao reverendo parocho e fabriqueiro*»⁵⁴¹.

Resulta claro que as características valorativas do monumento ressaltam da obra construída e bastam para justificar a defesa férrea da sua conservação. Entende Gomes do Avelar que a salvaguarda da antiga sé tem uma importância de tal modo significativa que se impõe exclusivamente a ele, bispo, decidir sobre as intervenções a realizar no edifício. Mais, o próprio interesse ou relevância histórica e artística da obra legitima a punição dos que perturbam a conservação dela.

A sólida consciência patrimonial e tutelar que notamos exposta no protesto de D. Francisco é de grande atualidade, como bem compreendeu a historiadora da arte Maria João Neto, em comentário à atuação do bispo sobre as preexistências arquitetónicas da diocese de Faro⁵⁴². Com efeito, no quadro português de mudança para Oitocentos, por entre o cenário e os

⁵⁴⁰ *Ib.*, pp. 47 e 48. Itálico nosso.

⁵⁴¹ *Ib.*, pág. 48. Itálico nosso.

⁵⁴² NETO, Maria João Baptista, “Uma cultura de restauro Iluminista (...)”, ob. cit., pág. 127.

agentes que vimos (e que seguiremos) a descortinar, a postura de D. Francisco face ao património arquitetónico antigo é absolutamente singular. Se a capacidade de ler o monumento revelada é, por si só, ímpar, a consistência ou madureza intelectual com que trabalha as qualidades identificadas e delas retira consequências práticas mostra-se única.

Considere-se as intervenções arquitetónicas que o bispo promoveu no seu território, com o apoio de Fabri⁵⁴³. O investigador José Eduardo Horta Correia destaca nelas o «primado do restauro sobre reconstrução e da reconstrução sobre a edificação “ex-novo”», observando que a via escolhida «pressupõe, logicamente, uma avaliação casuística»⁵⁴⁴. De facto, é sobre edifícios notavelmente antigos (como a Igreja de Santa Maria do Castelo em Tavira ou a Igreja Paroquial de Cacela Velha) e com uma forte presença na comunidade (por exemplo, a Sé de Faro e a Igreja da Misericórdia da mesma cidade) que as intervenções em apreço se provam exemplarmente escrupulosas no tratamento dos elementos preexistentes.

A opção de reparar edificações específicas do episcopado acha-se executada de um modo visivelmente cauteloso e ponderado, que cremos resultar do reconhecimento dos valores rememorativos e artísticos do construído decadente por parte do responsável pela campanha de obras. Nos templos de Tavira e de Cacela Velha, onde as formas góticas se mantêm evidentes, a intervenção respeita esse estilo e os posteriores com que coabita. O mesmo sucede com os restantes edifícios indicados cuja arte reflete sobretudo a Época Moderna: a Catedral de Faro (apesar da subsistência de uns poucos elementos medievais) e a Igreja da Misericórdia local.

⁵⁴³ No Arquivo da Diocese de Faro, onde fomos gentilmente recebidas pelo senhor padre Afonso Cunha, a quem agradecemos o auxílio prestado na investigação local, consultámos a documentação listada nas fontes indicadas no final da presente dissertação, não tendo detetado informação relevante para a mesma, além da já publicada pelos autores citados. Encontrámos documentação sobre assuntos diversos do bispado de D. Francisco em MNEJ, cx. 171, mç. 209, porém, também sem notícias que tragam novidade ao nosso tema de estudo.

⁵⁴⁴ CORREIA, José Eduardo Horta, “O significado do mecenato do bispo do Algarve D. Francisco Gomes do Avelar”, ob. cit., pág. 96.

Em cada um dos casos nomeados, com as suas circunstâncias específicas e estilos diversos, os vários períodos artísticos manifestos estão salvaguardados, achando-se mesmo valorizados pela intervenção de D. Francisco. E o conjunto de intervenções por ele acionadas assume-se neoclássico na obra nova e até na própria incorporação dos elementos antigos do construído⁵⁴⁵. O caso dos edifícios referidos foi atentamente analisado por Horta Correia, que concluiu, muito logicamente, a «atitude conservacionista» do trabalho concebido e traçado por D. Francisco e pelo seu arquiteto, Fabri⁵⁴⁶.

A obra de Santa Maria de Tavira, bastante arruinada pelo terramoto de 1755, é o exemplo mais eloquente da conceção patrimonial culta, profunda e invulgar do prelado⁵⁴⁷. A sagração do templo dá-se em maio de 1800, com o bispo já desprovido do seu arquiteto italiano. Fabri fora chamado para trabalhar em Lisboa cerca seis anos antes e aí rapidamente beneficiou da nomeação de arquiteto das obras públicas do reino. Por ocasião da cerimónia inaugural da igreja, D. Francisco escreve a um clérigo seu amigo, sito na capital, contando-lhe achar-se em Tavira justamente para «sagrar a igreja Matriz, antiga mesquita; a qual agora se *acabou de reparar* [...]. É obra do meu Fabri, Arquitecto que mandei vir de Itália e agora aí vive em grandeza: *ficou majestosa*»⁵⁴⁸.

É evidente a satisfação com o resultado da obra concluída, reabilitadora do templo de raízes remotas. A igreja prossegue exibindo o seu vetusto portal gótico, as antigas capelas no mesmo estilo, as de linguagem manuelina renascentista e barroca, ostentando plenamente a estética das luzes. Na verdade, é possível ver a cultura iluminista triplamente refletida na obra. Por um lado, na consciência do interesse que os vestígios materiais do passado possuem, razão primeira do manifesto ato de conservação atendido. Por

⁵⁴⁵ *Id.*, *ib.*.

⁵⁴⁶ *ib.*.

⁵⁴⁷ Veja-se *ib.*, pág. 95. Sobre a história da igreja, veja-se FERNANDES, Carla Varela, *A Igreja de Santa Maria do Castelo de Tavira*, Lisboa, Ed. Colibri, Câmara Municipal de Tavira, 2000.

outro, na solução arquitetónica que abriga as preexistências legadas, fazendo do templo um edifício perfeitamente coerente e uno. Finalmente, no facto dessa solução arquitetónica se apresentar em linhas neoclássicas, conseguindo harmonizar, com grande erudição e sensibilidade, o edifício paroquial. Estas três dimensões assacadas às luzes estão manifestas, desde logo, no frontispício da igreja, com a sua aguda arcaria medieva ao centro notavelmente integrada e até suavizada pela obra moderna que a assume e envolve⁵⁴⁹.



FIG. 45 Igreja de Santa Maria do Castelo, em Tavira.

O fundamento ideológico-cultural desta intervenção, isto é, o empenho em conservar a preexistência, o esforço por agregá-la a um discurso estético atualizado e respeitador da antiguidade do construído, está patente nas demais obras suportadas pelo bispo nomeadas atrás. Mas está também em outras, no conjunto das quais cabe referir o Arco da Vila de Faro, monumental elemento arquitetónico romano, reparado de acordo com os princípios “conservacionistas” e neoclássicos ressaltados. O cotejo mais simples entre as intervenções arquitetónicas promovidas por D. Francisco e as que se poderão tomar por semelhantes, realizadas no resto do país – as intervenções motivadas pelos estragos do terramoto que optam por manter determinados elementos antigos e, simultaneamente, modernizar o edificado, como no caso da Igreja de Nossa Senhora da Conceição Velha, em Lisboa, pelos anos 1770 – atesta bem a qualidade, a consistência teórica e o carácter excepcional da campanha de reabilitação fomentada pelo prelado de Faro.

É verdade que a maioria das obras impostas pelo sismo se efetua antes da empresa de Gomes do Avelar no Algarve, decorrida na última década de

⁵⁴⁸ *Apud* CARVALHO, Aires de, *Os três arquitectos da Ajuda (...)*, ob. cit., pág. 136. Itálico nosso.

⁵⁴⁹ Curiosamente, o retrato de D. Francisco Gomes do Avelar, assinado por Joaquim José Rasquinho, dezasseis anos depois da sagração de Santa Maria de Tavira, mostra o bispo a segurar o desenho da fachada da igreja com um portal neoclássico e não com o portal gótico que vingou na obra exaltada pelo clérigo promotor.

Setecentos e nos primeiros anos da centúria seguinte. Ainda assim, no Portugal que transita de século, o esforço de D. Francisco a sul não conhece quaisquer repercussões. Não se descobre eco da sua atitude esclarecida face à arquitetura centenária e de expressão estilística diversa entre o discurso ou a prática de eruditos, artistas e arquitetos coetâneos. Inclusivamente, no grupo de ilustrados com quem se corresponde, como frei Manuel do Cenáculo, a quem muito escreve⁵⁵⁰, ou mesmo na esfera de atuação do arquiteto das obras públicas que fora seu. Falham sinais de acolhimento ou de sintonia com a abordagem culta, madura e atualizada que observámos no Algarve.

Precisamente, a natureza iluminista e cosmopolita da ação de D. Francisco, em prol do património antigo, estimula os historiadores citados, Horta Correia e Maria João Neto, a designar como “restauro” o procedimento de intervenção arquitetónica em causa⁵⁵¹. Os critérios de atuação patentes nos edifícios tratados, seguramente fruto de um cuidadoso trabalho de reflexão acerca da arquitetura e da história que ela evoca, acusam a preocupação de legar aos vindouros certos bens centenários herdados – princípio constitutivo da noção de património que legitima o recurso ao termo “restaurar” para designar os trabalhos promovidos pelo bispo.

Embora a opção se demonstre inteiramente lícita, o apelo ao vocábulo, no período em análise, não deixa de nos suscitar algumas reservas. Não só está por instituir a disciplina que ele designa e a que os autores reportam, como também o seu campo lexical surge distante das práticas sobre preexistências arquitetónicas. De facto, a palavra “restaurar” e os seus derivados ocorrem raríssimas vezes no campo que aqui tratamos, mostrando-se antes frequentes em áreas semânticas distantes, como seja a da política. Na verdade, notámo-lo antes, o universo da arquitetura preexistente encontra-se dominado pelas palavras “reedificar”, “reparar” (regularmente utilizada por D.

⁵⁵⁰ Veja-se OLIVEIRA, Francisco Xavier de Ataíde, *Biografia de D. Francisco Gomes do Avelar arce-bispo do Algarve*, ob. cit..

⁵⁵¹ Veja-se CORREIA, José Eduardo Horta, “O significado do mecenato do bispo do Algarve D. Francisco Gomes do Avelar”, ob. cit.; e Neto, Maria João Baptista, “Uma cultura de restauro Iluminista (...)”, ob. cit., pág. 128.

Francisco) e “consertar”⁵⁵². Soa-nos, assim, um tanto anacrónica a aplicação do vocábulo em causa para referir quaisquer trabalhos em arquitetura praticados durante o século XVIII e as primeiras décadas do XIX, no país. O escasso uso de “restaurar” no campo da intervenção arquitetónica, no Portugal em estudo, constitui o motivo maior da nossa resistência em adotar o termo. Não obstante, reiteramos as qualidades admiráveis da obra tutelada por D. Francisco Gomes do Avelar, cujo trabalho é pioneiro e, porque não dizê-lo?, *avant la lettre* no âmbito das práticas de restauro arquitetónico entre nós.

Esclareça-se que o carácter isolado da atuação de Gomes do Avelar não o impede de possuir traços comuns aos de personalidades portuguesas coetâneas no domínio das ideias e porventura da sensibilidade estética. Há, de facto, aspetos de perfil cultural que se encontram partilhados, nomeadamente o apreço pelos vestígios materiais do passado. Outro elemento transversal à atitude de D. Francisco e de alguns eruditos seus contemporâneos é, precisamente, aquele que apontámos ao introduzir atrás a figura: a capacidade de um homem da razão, afeto ao mundo clássico reconhecer as qualidades históricas e artísticas da arquitetura gótica.

O tipo de abordagem ao património considerada, mais informada e atenta, poderá fazer crer que, no trânsito para o século XIX, o cuidado efetivo com a arquitetura antiga e com os bens artísticos do passado se aprimora. Todavia, a realidade não parece sustentar o afirmado; apuremo-la com a análise de outras fontes.

⁵⁵² *Vide supra*. Confirme-se também através a documentação da IOP e do MNEJ para o período.

2. A DECADÊNCIA MATERIAL DO EDIFICADO ANTIGO E A PREMÊNIA DE USO DO PATRIMÓNIO IMÓVEL

No ocaso do século, diversas circunstâncias comprometem o património arquitetónico centenário, obrigando muitos a ponderá-lo. Lembrando a imposição de pensar o construído que a catástrofe de 1755 gerara, as ameaças que agora ensombram a concretude do edificado fazem dele um objeto de consideração forçada. A arquitetura vetusta enfrenta a sua própria degradação física, está exposta ao desgaste prolongado do tempo, é testemunha de múltiplas intempéries e matéria de diversas intervenções. Muitas revelam-se inadequadas, algumas justificam-se com o terramoto, outras urgem ser levadas a cabo ainda por causa dele, todas decorrem das necessidades de uso do construído, inteiramente dependente do interesse e da disponibilidade económica dos respetivos patronos e usufrutuários.

Ora, a vontade e o poder de despende na recuperação ou conservação de edifícios antigos, no termo do século, mostra-se parco, mesmo se considerados os trabalhos efectuados nas fortalezas militares do reino⁵⁵³, motivados pela necessidade de uso premente que a defesa de Portugal exige, no contexto militar europeu traçado a partir da década de 1790⁵⁵⁴. Por outro lado, estes são tempos igualmente notabilizados pelo empenho da coroa na construção de grandes edifícios novos e de viabilidade difícil, como o Erário Régio, a Basílica e o Convento do Santíssimo Coração de Jesus ou o Palácio da Ajuda⁵⁵⁵. Também a burguesia, beneficiando dos bons saldos comerciais que se verificam até à deslocação da família real para o Brasil, edifica as suas próprias obras: o Teatro de São Carlos e alguns palacetes⁵⁵⁶. A novidade arquitetónica, construída em formas ainda barrocas, mas também e mais “atualizadamente” neoclássicas, ergue-se ao mesmo tempo que

⁵⁵³ Veja-se, por exemplo, a documentação da IOP, nomeadamente, lv. 89.

⁵⁵⁴ Para um esboço das movimentações militares na Europa, sobretudo em Portugal, veja-se SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. VI, [Lisboa], Editorial Verbo, 1981, pp. 316 e ss..

⁵⁵⁵ Veja-se SILVA, Raquel Henriques da, *Lisboa romântica. Urbanismo e arquitectura: 1777-1874*, 2 vols., policopiado, dissertação de doutoramento em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1997.

algumas comunidades religiosas e paroquianas rogam por apoios materiais, amiúde para suprir as carências geradas pelo incumprimento dos respetivos comendadores, membros da velha nobreza cujos rendimentos reais sofrem, por estes anos, uma quebra inédita⁵⁵⁷.

Com efeito, e em termos gerais, o poder despender na intervenção sobre edifícios antigos torna-se quase nulo à medida que Oitocentos verdadeiramente se instala e as dificuldades do reino se adensam, carregadas pelo avanço napoleónico sobre a península e pela sequente transferência da corte para o Rio de Janeiro⁵⁵⁸.

Acresce que boa parte do nosso melhor património arquitetónico antigo – na perspetiva da história e das artes, essencialmente religioso – constitui o grupo de edifícios com as dimensões mais desafogadas, com a construção mais sólida e com a implantação mais intensa e interessante no reino. Naturalmente, este conjunto de características torna muitas das preexistências arquitetónicas de monta particularmente aptas para acolher funções diversas das religiosas originalmente previstas. Tal realidade induz a refletir sobre a utilidade, nomeadamente pública, que advém do uso imputado a esses bens imóveis. O assunto não se acha potenciado apenas pelas circunstâncias de mudança e desamparo desenhadas: é-o também pelo quadro cultural estabelecido neste trânsito entre séculos. A exigência de racionalidade ou eficácia administrativa do património assume os contornos próprios das luzes da época⁵⁵⁹. E nos últimos decénios do século XVIII, estas

⁵⁵⁶ Veja-se *id.*, *ib.*; e *História de Portugal*, dir. José MATTOSO, vol. IV, coord. António Manuel Hespanha, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

⁵⁵⁷ Atesta-o a documentação consultada em IOP para a área de Lisboa e em MNEJ para o resto do país. Na verdade, a documentação deste último fundo regista a realização de algumas obras (“consertos” e “reparos”), mas elas mostram-se em número pouco significativo no universo das muitas intervenções solicitadas. Relativamente à situação económica da grande nobreza, veja-se MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas, *O crepúsculo dos grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003, nomeadamente pp. 319 e ss..

⁵⁵⁸ Remetemos à compilação bibliográfica sobre a matéria que se encontra em *No cais do Império. O Reino na ausência da Corte (1807-1821)*, catálogo policopiado da exposição bibliográfica, org. Centro de História da Faculdade de Letras de Lisboa, Associação de Cultura Lusófona, 2007.

⁵⁵⁹ Veja-se, entre outros, RAMOS, Luís Oliveira, *Sob o signo das “Luzes”, temas portugueses*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, sobretudo pp. 135-158.

ampliam-se e fortalecem-se, em Portugal, como atesta a mobilização em volta da Academia Real das Ciências⁵⁶⁰ ou a criação da Real Biblioteca de Lisboa⁵⁶¹.

Justamente, a razão crítica e perscrutadora do período, as luzes que continuaremos a ver recorrentemente aludidas no discurso nacional, durante as primeiras décadas do século XIX⁵⁶², levam a questionar (e a partir dos anos 1790, de forma sistemática) o estado das ordens religiosas, o volume e a situação das suas propriedades, e até o proveito resultante do uso atribuído aos seus conventos, mosteiros e templos, edifícios antigos que se encontram, não raras vezes, em decadência económica, material e espiritual. É este contexto que promove a Junta do Exame do Estado Atual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares, fundada para proceder à verificação do apontado⁵⁶³.

D. Maria I institui o organismo em novembro de 1789, incumbindo-o de inquirir e ponderar a “utilidade para a Igreja e para o Estado” de cada uma das casas religiosas do reino⁵⁶⁴. À Junta cabe determinar a conveniência da “união ou supressão” do património em causa, considerada num projeto de reforma das ordens regulares que logo se começa a gizar. Explanaremos devidamente o assunto adiante, avançando apenas, por agora, que os seus frutos mais importantes, na perspetiva da nossa investigação, se expõem

⁵⁶⁰ Veja-se CARVALHO, Rómulo de, *A actividade pedagógica da Academia das Ciências de Lisboa nos séculos XVIII e XIX*, Lisboa, Academia das Ciências, 1981; e BRANCO, Fernando Castelo, “Significado cultural das academias de Lisboa no século XVIII”, in *Portugaliae Historica*, vol. I, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1973, pp. 197 e ss..

⁵⁶¹ Veja-se PEREIRA, José Esteves, “Ribeiro dos Santos, Cenáculo e a criação da Real Biblioteca Pública”, in *Simpósio: Frei Manuel do Cenáculo construtor de bibliotecas*, 2005, disponível em http://www.evora.net/bpe/2005Bicentenario/dias/01_Mar05/Simposio/SIMPOSIO.htm (consultado pela última vez a 5 de fevereiro de 2011).

⁵⁶² Veja-se o que afirma VERDELHO, Telmo dos Santos, *As palavras e as ideias na revolução liberal de 1820*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1981, pp. 138 e ss..

⁵⁶³ LIMA, Madalena da Costa, “Conceitos e atitudes de intervenção arquitectónica em Portugal (1755-1834). Aspectos inéditos”, in *Ver a imagem. II Colóquio de Doutorandos em História da Arte, Ciências do Património e Teoria do Restauro 2010*, no prelo.

⁵⁶⁴ Note-se que a preocupação com a “utilidade”, em especial na apreciação das congregações religiosas, é transversal a toda a Europa das Luzes. Veja-se QUÉNIART, Jean, “Réguliers, séculiers”, in *Dictionnaire européen des Lumières*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997, pp. 925-926.

apenas na década de 1820. Por ora, importa-nos sublinhar o facto de as questões em volta do uso ou das possibilidades de uso dos edifícios centenários e dos terrenos onde eles se encontram obrigar a atender à realidade concreta da arquitetura antiga.

Portanto, no quadro das condicionantes históricas referidas, procuraremos descortinar as atitudes manifestadas perante o património edificado centenário e a sua situação material. Estes elementos ajudarão a entender em que medida a subtil cambiante na perceção dos objetos antigos, já notada no capítulo antecedente, é parca de consequências efetivas, na passagem para Oitocentos.

A violência perpetrada no reino pelos exércitos invasores, durante a primeira década do novo século, insiste também nos vetores destacados, isto é, nas possibilidades de uso, na degradação e nos valores do edificado. As tropas mobilizadas, inclusive as nacionais, não descuram a serventia dos imóveis grandes, sólidos e convenientemente situados pelo reino, essencialmente, casas conventuais. É a elas que as forças militares recorrem para instalar quartéis, hospitais e depósitos, resolução que, não sendo inédita⁵⁶⁵, terá agora um alcance notável.

Certamente mais óbvios serão os efeitos destrutivos da presença armada em território nacional. No momento em que os considerarmos, teremos sobretudo presente os aspetos mentais ou culturais que eles fazem despontar e que mostraremos serem capitais para a nossa dissertação. Pensamos, por um lado, no espírito de exaltação nacional que a ocupação estrangeira irá catalisar, com especial fulgor. Por outro, nas ações de dessacralização do património arquitetónico centenário do reino, antecedidas e acompanhadas pela avaliação crítica e exigente do seu uso. Cremos que este conjunto de circunstâncias irá permitir aos valores históricos e artísticos do edificado emergirem, paulatinamente, com maior clareza.

⁵⁶⁵ Por exemplo, em 1762, na eminência de um envolvimento militar português na Guerra dos Sete Anos, a coroa recomenda ao bispo de Coimbra que os eclesiásticos da sua diocese acolham as tropas nacionais nas suas casas. Vide SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, ob. cit., pág. 58.

2.1. A DESCOBERTA DO TEATRO ROMANO DE LISBOA OU A DESPROTEÇÃO DA ARQUITETURA VETUSTA AO TEMPO DO ALVARÁ DE 1802

O caso que mais flagrantemente contraria as expectativas porventura geradas atrás, com o traçar da evolução da sensibilidade patrimonial no país, é o do Teatro Romano de Lisboa⁵⁶⁶, descoberto em 1798. O achado acontece na encosta do castelo da cidade e é revelado ainda por motivo dos efeitos do mega sismo de 1755. O anteriormente referido arquiteto Francisco Xavier Fabri, à data ativo nas obras públicas do reino, impõe-se em 1799 como o primeiro grande entusiasta da descoberta, certamente relacionada com a «escavação de um terreno na Rua de S. Mamede para descobrimento de *monumentos antigos*» que, a partir de setembro de 1798, a Intendência das Obras Públicas custeia⁵⁶⁷.

A informação surge nos livros da repartição pública que encerra a despesa do ato no termo do ano de 1799. Contudo, a prospeção do sítio a expensas do serviço terá prosseguido por outros seis anos, pois os assentos dos seus livros compreendem um item distinto, mas claramente relacionado com o objeto: a «escavação para descobrimento de *monumentos preteritos* em terreno sobre o qual houve propriedade que demolio o terremoto de 1755 e se quer edificar novamente na Rua de S. Mamede». Encontra-se, assim, aparentemente duplicado o registo do mesmo trabalho arqueológico, que agora apresenta despesas correntes entre abril de 1799 e dezembro de 1805⁵⁶⁸.

Logo em meados de março de 1799, Fabri escreve a um responsável da Intendência. A sua carta informa o fiscal ou o inspetor geral das obras públicas (respetivamente, Anselmo Sobral e D. Tomás Xavier Teles da Silva, marquês mordomo-mor) da decisão do próprio em interromper a obra que

⁵⁶⁶ Veja-se PEREIRA, Paulo, “Prospeto e planta das ruínas do Teatro Romano de Lisboa”, in *Lisboa subterrânea*, Lisboa, ed. Electa, 1992, pp. 208 e 209.

⁵⁶⁷ ANTT, IOP, lv. 103, fl. 111. Itálico nosso. No mesmo sentido, veja-se o *Suplemento á Gazeta de Lisboa*, de 23 de novembro de 1798.

⁵⁶⁸ *Id.*, lv. 89, fl. 89. Itálico nosso.

construtores particulares levam a cabo «junto à Rua da Saudade»⁵⁶⁹, via que hoje toca o monumento romano, ladeado pela Rua de São Mamede. O arquiteto esclarece que já no final do ano anterior mandara suspender os ditos trabalhos com o objetivo de «edificar uma parede no sítio aonde se descobriu parte do antigo Teatro»⁵⁷⁰. Reitera agora a sua determinação, «porque no caso de querer S. Mag[estad]e *conservar o antigo Monumento no mesmo lugar, em que se achou*, sou de parecer, que se compre o Terreno, e a Parede dos Edificantes, e *se torne a colocar outra vez no seu lugar parte das Pedras da Inscrição, que se tiraram para fora*, antes de eu ser encarregado de vigiar sobre a indagação daquelas Antiguidades, e que *se faça uma Parede ao redor do Teatro, não só para conservação daquele Monumento, e de todos os mais Fragmentos de Architectura, de Capiteis, e Colunas, que ali se tem descoberto, mas também para sustentar o grande Entulho, de que está cercado por todos os lados o antigo vestígio de Teatro*»⁵⁷¹.

O arquiteto parece supor que a conservação do monumento ou da sua ruína é um dever consensualmente entendido pela elite a quem dirige o esclarecimento epistolar, inclusive pelo próprio monarca. Aparentemente, a questão sequer o perturba, pois considera apenas o problema que decorre da sua assunção, isto é, a resolução régia no sentido de manter ou não *in situ* os achados, opções que têm como pressuposto necessário a decisão de conservar o monumento. De resto, o espírito ilustrado da época, esse em que terá fundado a sua crença na valorização dos vestígios materiais da história, por parte das elites, manifestara-se abertamente quatro anos antes, quando se tornara público que «Sua Magestade authorisa[va] a Academia Real das Sciencias, para que possa nomear pessoa, ou pessoas que julgar mais idoneas, e proprias para se empregarem no descobrimento, e arrecadação das Lapidar de Inscrições, que vagarem em qualquer das Provincias do

⁵⁶⁹ AHMOPTC, MR, “Correspondência recebida com requerimentos acerca de obras públicas em Lisboa (1789-c.1810)”, fl. 197. Documento publicado em Carvalho, Aires de, *Os três architectos da Ajuda (...)*, ob. cit., pág. 152.

⁵⁷⁰ *Id.*, *ib.*.

⁵⁷¹ *Id.* Itálico nosso.

Reino; assim como de mandar fazer as escavações necessárias, sem prejuízo de terceiro para busca de alguns Monumentos»⁵⁷².

Das opções apresentadas para a conservação do achado, Fabri parece inclinar-se para a de manter no local a estrutura descoberta, prevendo e expondo todas as diligências necessárias para a concretizar – não deixara ele igualmente *in situ* importantes preexistências da diocese de Faro, nas intervenções que notámos executadas por si a sul, ao serviço do ilustrado bispo D. Francisco Gomes do Avelar? A mais significativa das medidas agora propostas pelo arquiteto será a que se relaciona com a parede a erguer em volta do Teatro, visando isolar e preservar o achado de contaminações externas ou anacrónicas, respeitando ao máximo aquela que seria a realidade primitiva, *exclusivamente* romana, do sítio. Neste particular, impõe-se assinalar a diferença essencial entre aquela que julgamos ser a sua intenção para o projeto de Lisboa e a atitude que vimos patente nos projetos anteriormente realizados, no bispado algarvio. Com efeito, para o Teatro olisiponense sugere-se uma intervenção *arqueológica* distinta da abordagem *integradora e atualizadora* que verificámos assumida nas igrejas de Faro.

No sentido de conservar *in situ* o grande achado romano, Fabri prossegue a sua carta elencando as várias ações exigidas para levar a bom termo o processo. Entre elas, a restituição de elementos da construção que foram deslocados, nomeadamente, «parte das Pedras da Inscrição». Da construção arquitetónica descoberta, havia-se salvaguardado, recolhendo, o *monumento-documento* epigráfico da obra. Portanto, privilegiara-se a tipologia de bem material do passado que sabemos atrair os curiosos da história há séculos, aos olhos de quem temos notado destacar-se. Para boa parte deles, os objetos com epígrafes constituem, há muito, prova bastante do passado remoto do sítio⁵⁷³. Ora, aquela que presumimos ser a vontade de Fabri, no sentido de conservar integralmente a ruína no local, contraria esta continuidade verificada na atitude face aos vestígios materiais da história,

⁵⁷² *Suplemento à collecção da legislação portuguesa*, comp. António Delgado da Silva, Lisboa, pág. 90.

⁵⁷³ *Vide supra*.

ecoando em Lisboa os princípios orientadores do seu trabalho com D. Francisco Gomes do Avelar.

Desconhece-se o acolhimento da carta redigida pelo arquiteto em março de 1799. Mas, em janeiro do ano seguinte, ele volta a escrever sobre o achado, comunicando ao seu superior nas obras públicas do reino o entusiasmo e a decorrente abordagem *científica* à preexistência que o objeto recomenda, com as seguintes palavras: «na ocasião das descobertas da Escavação do Antigo Teatro, ao pé do Castelo, *fiz vários Riscos, que mostravam as ruínas daquele Monumento, uns dos quais apresentei à Academia das Ciências, propondo à mesma Academia, em uma Descrição minha, sobre aqueles Vestígios da Antiguidade*, que daria, além da Planta geral, um Livro com todos os Fragmentos de Architectura, que até agora se tinham descobertos, assim também das Figuras, Inscrições, Capiteis de vária qualidades, e da particularidade do Estuque, que até do tempo de Nero persiste naqueles Capiteis, e Colunas [...] que a ordem da Architectura pedia: porém como todo esse trabalho merece ser feito no mesmo lugar da dita Escavação, S. Alteza Real haja por bem de me determinar, se quer que o faça, porque é necessário cómodo para me transportar com todo o preciso»⁵⁷⁴.

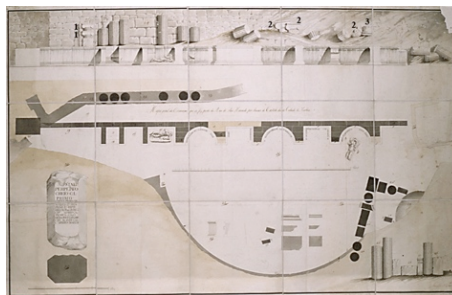


FIG. 46 Mapa geral das escavações que se fez perto da Rua de S. Mamede por baixo do castelo desta cidade de Lisboa. Cópia do original de 1798, de Fabri.

⁵⁷⁴ AHMOPTC, MR, “Correspondência recebida com requerimentos acerca de obras públicas em Lisboa (1789-c.1810)”, ob. cit., fls. 195 e 196. Documento publicado em Carvalho, Aires de, *Os três arquitectos da Ajuda (...)*, ob. cit., pág. 153. Itálico nosso.

Fabri justifica levar a notícia à «presença de V. Ex.a, por não faltar ao Real Serviço, e ao que tinha prometido à Academia das Ciências, como *coisa útil, e necessária, pela singularidade do Monumento, que merece todo o empenho de se dar ao Público* com a maior exacção e desempenho»⁵⁷⁵. O autor conta ter já esquiçado o monumento e ter exposto parte desse seu primeiro levantamento à Academia Real das Ciências com a intenção de ser apoiado pela instituição no projeto de levar a cabo um estudo e registo gráfico maior sobre o Teatro de Lisboa: planta, fragmentos, inscrições, enfim, um álbum ao jeito do que fizera Murphy para o Mosteiro de Santa Maria da Vitória ou, mais propriamente, uma publicação semelhante às que vão saindo à luz em Itália e em França, dedicadas aos achados romanos de Paestum ou de Herculano, que Fabri certamente conhecia do seu tempo na Academia Clementina. Como estes trabalhos, o projeto do Teatro Romano alega-se revestido de “utilidade pública”, preceito-chavão do iluminismo, notório no lema da Academia das Ciências, «*Nisi utile est quod facimus, stulta est gloria*»⁵⁷⁶. E a “utilidade” que o bolonhês alega para o seu projeto decorre de o mesmo dar a conhecer a todos a «singularidade do Monumento», argumento que não apela aos valores de arte ou de memória do bem, note-se, mas à sua excecionalidade.

A empresa a que Fabri se propõe carece da aprovação régia, visto serem necessários meios consideráveis para a persecução da tarefa e esta tomar a disponibilidade do arquiteto das obras públicas. Assim, será o carácter do argumento que identificámos pensado para colher a anuência real ou a aceitação do recetor da carta de março de 1800?

D. João é o príncipe regente que, dois anos após o escrito de Fabri, a 4 de fevereiro de 1802, outorga o alvará que visa restabelecer a lei pensada para a proteção dos “monumentos antigos” publicada em 1721⁵⁷⁷. Deste diploma, que antes muito referimos, não consta notícia há décadas, concretamente, desde os tempos áureos da Academia Real da História, se excluirmos o

⁵⁷⁵ *Id.*

⁵⁷⁶ “Se não for útil o que fizermos, a glória será vã”.

⁵⁷⁷ Esclareça-se que a expressão surge no alvará de 1721, não no de 1802.

apontamento de frei Vicente Salgado, de 1786, que citámos⁵⁷⁸. O que se lê no texto de 1802 é, precisamente, a intensão do príncipe de «suscitar a disposição do Alvará de Lei [...] pelo qual o Senhor Rei D. João Quinto, Meu Avô, ordenára em benefício da Academia Real da Historia Portuguesa a conservação e integridade das *Estatuas, Marmores, Cippos, Laminas, e outras peças de antiguidade, em que se achassem figuras, letreiros, ou caracteres*»⁵⁷⁹.

Partilhado o propósito conservacionista da lei de 1721, o diploma de 1802 transfere a tutela dos designados bens para a Real Biblioteca de Lisboa, fundada em 1796. Em concreto, coloca-os sob o cuidado do bibliotecário-mor da instituição, à data António Ribeiro dos Santos (1745-1818)⁵⁸⁰. Na verdade, foi o próprio Ribeiro dos Santos quem impulsionou o diploma, ao explicar ao príncipe, como declara o texto da lei, «a importancia de que seria não só para o *conhecimento das Antiguidades Sagradas e Politicas, e para a ilustração das Artes e das Sciencias*, mas para *ornamento* da mesma Bibliotheca, formar-se nella huma grande *Collecção de Peças de Antiguidade e raridade*, que possa servir aos indicados fins; e Querendo que com effeito se forme em *utilidade pública* a referida Collecção»⁵⁸¹.

A constituição de uma “grande coleção” de “antiguidades e raridades” é o motivo por que se reaviva o diploma setecentista; o intento último dessa determinação é a «utilidade pública», recorrente no discurso iluminista⁵⁸². O alvará declara-a no âmbito de um tópico também muito característico das luzes, o “conhecimento”, nomeadamente, das antiguidades, artes e ciências, áreas do saber que os bens coligidos alimentam, mostrando-se vantajosos até para o aformoseamento da Biblioteca. Por isso, o príncipe dispõe-se a

⁵⁷⁸ *Vide supra*.

⁵⁷⁹ *Collecção da legislação portugueza desde a ultima compilação das ordenações*, comp. António Delgado da SILVA, tomo 5, Lisboa, na Typografia Maignense, 1826, pág. 44. Itálico nosso.

⁵⁸⁰ Sobre António Ribeiro dos Santos, ver PEREIRA, José Esteves, *O pensamento político em Portugal no século XVIII. António Ribeiro dos Santos*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005, pp. col. Temas Portugueses; e SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *A historiografia portuguesa*, vol. III, Lisboa, 1974, pp. 224-226.

⁵⁸¹ *Collecção da legislação portugueza (...)*, ob. cit..

⁵⁸² *Vide supra*.

«ordenar as providencias necessarias, assim á compra das Medalhas, Laminas, e outros objectos semelhantes por conta da Minha Real Fazenda, como á conservação dos mesmos objectos»⁵⁸³.

Ora, os objetos contemplados não compreendem – como de resto se adivinha, à luz das intenções expostas na lei – os «edifícios» que constam no alvará de 1721, ao lado do rol de peças que citámos e que estão indicadas (essas sim) no de 1802. Portanto, o Teatro Romano não está ao abrigo da nova lei. Como resulta evidente, apenas alguns dos seus elementos, os epigráficos e os escultóricos, que integram a arquitetura, são abrangidos pelo diploma. Até certo ponto, o alvará de 1802 limita-se a dar continuidade à atitude patrimonial que observámos saliente cedo no século XVIII, em especial na esfera da Academia Real da História. Aliás, o plasmado na lei de 1721, que emana dessa agremiação, estrutura-se num texto que notámos bastante mais completo ou abrangente do que o da lei posterior, em especial no que concerne aos bens imóveis (e embora os efeitos práticos do diploma setecentista, neste particular, se tenham mostrado nulos).

Ainda assim, é a ambos os alvarás que o latinista Luís António de Azevedo apela, em 1809, visando angariar apoios para a publicação da sua *Dissertação Critico Filologico Historico sobre (...) antigo Theatro Romano*, estampada somente em 1815. No seu apelo público, divulgado pelo *Diario lisbonense*, o investigador lembra que as citadas leis consagram o dever de «conservarem-se os Monumentos antigos»⁵⁸⁴, expressão que, em rigor, consta apenas no texto de 1721. Azevedo não adivinharia que a obrigação, novamente instituída por lei, seria, uma vez mais, descurada, desfavorecida agora pela conjuntura de guerra que as invasões napoleónicas estabeleciam e sobre a qual nos deteremos adiante.

Por ora, concentremo-nos no alvará de 4 de fevereiro de 1802. Repare-se que o texto da lei, ao consagrar apenas alguns elementos do edificado, sugere que a arquitetura vetusta não é apreendida como um todo, ou mais

⁵⁸³ *Collecção da legislação portugueza (...)*, ob. cit.. Itálico nosso.

⁵⁸⁴ *Diario lisbonense*, n.º 38, Lisboa, na Impressão Regia, 19 de junho de 1809.

corretamente, que o edifício não é entendido como uma unidade. Por conseguinte, há uma visão não-global, não-integral ou parcelada da obra arquitetónica, uma perspetiva que persiste há muito (recorde-se a sua frequência no arranque do presente trabalho) e que obstaculiza o reconhecimento dos valores de memória e até de arte do monumento edificado.

Assim, a lei não tem presente o facto de o essencial dos argumentos justificativos da “compra” e “conservação”, diga-se da tutela dos bens móveis “antigos e raros” – justamente, o seu valor científico para a história e para a arte – servirem, igualmente, como fundamento da salvaguarda dos bens imóveis centenários. Esta atitude face ao monumento arquitetónico comporta consequências no modo de intervir sobre ele, tendendo a resultar num conjunto de trabalhos diversos e *desarticulados* no âmago de um mesmo edifício, modelo de intervenção que considerámos quer para o período precedente ao grande terramoto, como para a época subsequente à catástrofe.

“Utilidade” e “singularidade” ou “raridade” são as razões que apresenta o príncipe regente no alvará de 1802 e são os motivos que invoca Fabri, na sua carta de 1800. São também tópicos assíduos no discurso dos académicos da primeira metade de Setecentos, o que nos permite vincar a ideia de uma forte continuidade entre esse momento e o arranque do século XIX⁵⁸⁵. Aliás, o teor do comentário aos objetos e livros oferecidos por frei Manuel do Cenáculo à Real Biblioteca de Lisboa, em 1801, poderia ter sido retirado da correspondência trocada pelos curiosos da história de antes de meados do século XVIII. Atente-se aos termos: «cousas *singulares*, e *bellas*, as *preciosissimas raridades*, e riquissimos livros, e mui *singulares medalhas*, com que V. Exa [frei Manuel do Cenáculo] ataviou, e adornou aquelle thesouro de litteratura; e S. Exa. [D. Rodrigo de Sousa Coutinho] admirado de

⁵⁸⁵ Veja-se *Colleçam dos documentos, estatutos, e memorias da Academia Real da Historia*, ob. cit..

ver tão *lindos e brilhantes monumentos da veneranda Antiguidade*»⁵⁸⁶. Neste sentido, chame-se ainda à colação o diploma de 30 de junho de 1795 que autorizava a Academia Real das Ciências a nomear quem entendesse «para se empregarem no descobrimento, e arrecadação das *Lapidas de Inscrições*, que vagarem, em qualquer das Provincias do Reino, assim como de mandar fazer as *escavações* necessarias, sem prejuizo de terceiro para a busca de alguns *Monumentos*, aonde se presume have-los nas mesmas provincias»⁵⁸⁷.

Portanto, a dinâmica de investigação ou de simples interesse pelos bens materiais do passado que observamos desenvolver-se durante os anos finais de Setecentos e os iniciais de Oitocentos, privilegia o trabalho *arqueológico* e dedica-se essencialmente aos objetos móveis. Por tudo isto, não estranhemos que, entre os inúmeros assentos dos livros da Intendência das Obras Públicas e na demais documentação relativa aos seus serviços, escasseiem provas de uma *nova* atitude perante os edifícios centenários, uma atitude verdadeiramente comprometida para com o monumento arquitetónico, cujas valias *rememorativas* encontramos já ocasionalmente identificadas⁵⁸⁸.

⁵⁸⁶ *Apud* CAETANO, Joaquim, “Os projetos do architecto Joaquim Oliveira para as bibliotecas-museu de frei Manuel do Cenáculo”, ob. cit., pág. 62. Itálico nosso.

⁵⁸⁷ *Supplemento à collecção da legislação (...)*, ob. cit., pág. 90. Na mesma linha, atente-se ainda a SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de, “Sobre as ruínas do Mosteiro de Castro de Avelaãs, e do Monumento, e Inscrição Lapidar, que se acha na Capella mór da antiga Igreja do mesmo Mosteiro”, in *Memorias de litteratura portugueza (...)*, ob. cit., vol. V, 1793, pp. 258-263.

⁵⁸⁸ Referimo-nos aos livros que constituem o subfundo *Intendência das Obras Públicas* do ANTT e à documentação relacionada que existe no AHMOPTC.

2.2. CONDIÇÃO E VALORES DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO CENTENÁRIO NOS ASSENTOS GOVERNATIVOS NO TRÂNSITO ENTRE SÉCULOS: A UTILIDADE DOS EDIFÍCIOS COM POTENCIAL DE MEMÓRIA

As fontes essenciais para o tópico proposto encontram-se repartidas, fundamentalmente, entre a documentação da Intendência das Obras Públicas e do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça⁵⁸⁹. Enquanto a quase totalidade da informação reunida naquele organismo, primeiro considerado no estudo do pós-terramoto, se relaciona diretamente com o edificado (em parte, o próprio objeto de trabalho da repartição), a coligida pelo segundo trata-o na esfera mais ampla dos assuntos ministeriais, onde o património arquitetónico religioso é regularmente referido⁵⁹⁰. Com estes testemunhos, confrontamos uns outros de proveniência diversa, de modo a compor o conjunto possível de apontamentos acerca dos edifícios centenários ao tempo.

Todavia, e lamentavelmente, os conteúdos que de facto contribuem para aclarar a problemática que nos prende, em tão volumoso núcleo de fontes, revelam-se pouco expressivos para o período em apreço, contribuindo em quase nada para enriquecer a perspetiva que sobre ela vimos elaborando. Em termos gerais, as anotações consideradas regulam-se por um tratamento prático, direto, digamos que tecnocrata do assunto, que nunca chega a tema no universo dos escritos em causa. Na verdade, eles acabam por atestar a presença dominante de atitudes verificadas amiúde antes, entre as quais destacámos já a postura pragmática face ao edificado centenário.

De facto, o património arquitetónico antigo alcança o século XIX mantendo-se tendencialmente subjugado ao valor de uso. Prosseguirá também sujeito ao

⁵⁸⁹ *Id.*; ANTT, MNEJ. Considera-se ainda ANTT, Casa das Obras e Paços Reais; e AHMOPTC, MR; para além de diversas publicações do período, referidas na bibliografia.

⁵⁹⁰ Esclareça-se que a Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça foi criada em 1821 para aliviar o Ministério do Reino dos inúmeros negócios que tinha sob sua tutela, e que apenas em 1832 se instituiu o Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, que integrou documentação cronologicamente anterior à sua fundação, precisamente aquela que aqui consideramos. Veja-se o esclarecimento do ANTT, disponível em <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4229753> (consultado pela última vez a 25 de julho de 2012).

valor de arte relativo que, como apurámos atrás, privilegia a obra nova. Contudo, e apesar da prevalência continuada das qualidades de atualidade, os valores de memória do construído não se irão ausentar do discurso em torno das preexistências. Vejamos as fontes.

2.2.1. OS EDIFÍCIOS ANTIGOS NA INTENDÊNCIA DAS OBRAS PÚBLICAS

O carácter utilitário, objetivo e técnico da abordagem à arquitetura patente nos assentos da Intendência das Obras Públicas, decorre, certamente, da natureza específica das suas funções e do âmbito da sua alçada. A estrita ótica do serviço pode ajudar a explicar o facto de o trato administrativo dado à obra centenária não se distinguir daquele que é conferido à obra nova. Assim se compreende que, nos assentos referentes a construções seculares, como a Ermida de Nossa Senhora do Paraíso⁵⁹¹, a Fortaleza de Cascais⁵⁹², a Torre de Belém⁵⁹³, a Igreja do Carmo de Lisboa⁵⁹⁴, o Hospital de São José⁵⁹⁵, o Mosteiro da Madre Deus⁵⁹⁶ ou o de São Vicente de Fora⁵⁹⁷, não existam menções ao potencial de memória do construído. Na realidade, não existem sequer alusões à estética do edificado: interessa apenas que esteja “consertado” e “reparado”⁵⁹⁸, dizem os registos, em condições de responder à finalidade de uso que lhe está destinada, inferimos nós.

É igualmente sob o móbil da necessidade de uso que alguns grupos particulares fazem chegar às obras públicas pedidos de intervenção no património arquitetónico por si tutelado e usufruído. Não deixa de nos causar alguma perplexidade que, no trânsito para o novo século, os requerimentos dessas comunidades, historicamente relacionadas com os edifícios em causa,

⁵⁹¹ ANTT, IOP, lv. 1, fls. 94-96.

⁵⁹² Entre os diversos apontamentos que existem amiúde nos livros da IOP que a nomeiam, veja-se, por exemplo, lv. 1, fls. 83v e 84.

⁵⁹³ *Id.*, fl. 113.

⁵⁹⁴ *Ib.*, lv. 99, *passim*.

⁵⁹⁵ *Ib.*, fls. 41v e 42, também nos lvs. 98 e 99, entre outros.

⁵⁹⁶ *Ib.*, lv. 2, fls. 69 -70v, 86v e 87, entre outros, nomeadamente lv. 103.

⁵⁹⁷ *Ib.*, fl. 70v, entre outros, nomeadamente, lv. 101.

⁵⁹⁸ Ambas as expressões se encontram nos livros respeitantes aos anos em que incidimos (o reinado de D. Maria e regência do príncipe D. João, até ao final da década de 1810), em especial nos lvs. 1 e 2.

mantenham o seu discurso alheio aos aspetos simbólicos e rememorativos dos respetivos imóveis. Estão registados os apelos do Convento de Santa Mónica de Lisboa⁵⁹⁹, das irmandades da Ermida de Nossa Senhora do Paraíso e da Igreja de São Crispim⁶⁰⁰ da cidade, das freiras do Convento da Madre de Deus⁶⁰¹ e das Trinas de Campolide⁶⁰², por exemplo. Neles requerem-se desentulhos, construção de obra nova, edificação de paredes, consertos nos telhados ou encanamento das águas, sem tecer quaisquer considerações sobre a peça arquitetónica em causa.

Se, como alegámos, as características próprias da Intendência ajudam a explicar o perfil *simplista* da abordagem ao património centenário imputada à repartição, é pertinente considerar que elas possam também determinar o tipo de linguagem utilizada nas solicitações anotadas. A lógica, porém, mostra-se frustrada quando consideramos um leque mais amplo de testemunhos, fora do âmbito das Obras Públicas, nomeadamente os do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça. Prenunciava-o, aliás, o pedido da irmandade de Nossa Senhora do Paraíso à Intendência, privilegiando a utilidade e a atualidade da ermida face aos demais valores do edifício: nele, os confrades fregueses do lugar reclamam a ampliação do corpo do templo, a construção de um coro novo e de uma outra fachada, com torre, nessa obra de meados do século XVI que escapara ilesa ao grande sismo⁶⁰³. Adite-se que a proposta merece o elogio do arquiteto das obras públicas, Reinaldo Manuel dos Santos, engenheiro militar para quem a igreja, depois de atualizada, estaria «com mais desercia»⁶⁰⁴.

⁵⁹⁹ IOP, lv. 2, fls. 53v-54v.

⁶⁰⁰ *Id.*, *ib.*, fls. 74v e 75.

⁶⁰¹ *Id.*, fls. 86v e 87.

⁶⁰² *Id.*, fl. 137v.

⁶⁰³ Veja-se ANTT, IOP, lv. 1, fls. 94-96; e SILVA, Augusto Vieira da, *Dispersos*, vol. I, 2.^a ed., Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1968, pp. 272 e 273.

⁶⁰⁴ ANTT, IOP, lv. 1, fls. 94v-95v.

2.2.2. OS PEQUENOS TEMPLOS VERNACULARES E A IGREJA E COLEGIADA DE GUIMARÃES NA DOCUMENTAÇÃO DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ECLESIASTICOS E DE JUSTIÇA

De facto, os muitos apontamentos sobre o património arquitetónico religioso vetusto que encontramos no Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça (à partida livre dos constrangimentos *materialistas* do serviço das obras públicas) confirmam o tipo de relação com a arquitetura antiga apurado atrás, isto é, uma relação baseada no uso e na utilidade do edificado, favorável à sua modernização. Há numerosos pedidos de intervenção para templos paroquiais, remetidos um pouco de todo o território, que o atestam.

Pelos anos 1780 e 1790 são frequentes os relativos ao património da Ordem de Cristo, governada pelos reis de Portugal, frequentemente acompanhados por pareceres da Mesa da Consciência e Ordens. Na maioria das informações acha-se referido o estado do templo ou de parte dos seus elementos estruturais, cujas condições degradantes por vezes perigam a subsistência do próprio edifício.

Em Serrazes, São Pedro do Sul, por exemplo, a capela-mor «acha-se totalmente arruinada de paredes, madeiras, e telha» (1782), nela e na sacristia «chove como fora por serem os tilhados antigos e estarem arruinados» (1791)⁶⁰⁵. Em Vila Boa de Ousilhão, Vinhais, o corpo da igreja e a sua capela-mor «se achão em estado deploravel ameaçando Ruina, e que se faz indispensavel o seu pronto Reparo» (1802)⁶⁰⁶. Em Meles, Moncorvo, estão «as paredes dellas arruinadas, e ser persizo fazelas a fundamentis (...) o madeiramento do telhado, esta taõ bem arruinado» (1783)⁶⁰⁷. Em Figueiredo das Donas, Vouzela, está «a d[it]a Capella môr á vista de todos, naõ só em termos de cahir, se com promptidaõ se lhe naõ acodir» (1791)⁶⁰⁸. Em Contins, Mirandela, «a Igreja se achava muito Velha e aruinada por ser muito Antiga assim como tambem o hera a Capella Mor» (1790), «nos termos

⁶⁰⁵ ANTT, MNEJ, cx. 3, mç. 3.

⁶⁰⁶ *Id.*.

⁶⁰⁷ *Ib.*, cx. 5, mç. 5.

⁶⁰⁸ *Ib.*, cx. 7, mç. 7.

de cahir, em razão de se achar aberta pelo cunhaes dos quatro cantos (...) e o mesmo Corpo da Igreja se achava tambem em circunstâncias de cahirem motivo das suas paredes colateraes estarem já dadas para fora, o que ameaçavaõ ruina» (1800)⁶⁰⁹. Em Carregueiros, Tomar, «estão continuamente a cahir-lhe pedaços de telha, e de calisa; alem de chover dentro da mesma Igreja» (1782)⁶¹⁰. E em Soure, «a Igr[ej]a por m[ui]to velha se esta aroinando, e por indecente fechada» (1782)⁶¹¹.

Os relatos dos danos nas construções são pontualmente ilustrados com as perturbações resultantes para a prática do culto⁶¹². Quer dizer, as debilidades de uso do edificado são o argumento essencial das súplicas que visam promover a intervenção arquitetónica. Não se apela nunca à história ou ao valor artístico do construído vetusto como fundamento para eventuais reparos. De facto, e como afirmámos antes, o valor de arte, quando se dá a ver, incide na obra nova, quase sempre desconsiderando a antiga.

Utilidade e atualidade são as qualidades que estão na base de diversas anotações que denunciam a pequenez das capelas-mores locais, ditas “desproporcionais” ao corpo das igrejas. Amiúde, elas referem também a necessidade de iluminação das capelas-mores, solicitando a abertura ou o alargamento de frestas nessa parte dos templos.

Os registos concernentes às igrejas indicadas contam-se entre os assentos que revelam estas queixas: Serrazes tem uma capela-mor «m[ui]to piquena, e baixa á porporção da Igr[ej]a»⁶¹³; Meles tem-na «m[ui]to pequena, e impropria no corpo d’aquella Igr[ej]a»⁶¹⁴; em Figueiredo das Donas ela é igualmente «piquena, e acanhada»⁶¹⁵. Mas a constatação extravasa largamente os casos nomeados, sendo evidente na documentação em

⁶⁰⁹ *Ib.*.

⁶¹⁰ *Ib.*, cx. 160, mç. 195.

⁶¹¹ *Ib.*, cx. 195, mç. 242.

⁶¹² Veja-se, por exemplo, os apelos que acompanham os relatos das igrejas acima nomeadas.

⁶¹³ ANTT, MNEJ, cx. 3, mç. 3.

⁶¹⁴ *Id.*, cx. 5, mç. 5.

⁶¹⁵ *Ib.*, cx. 7, mç. 7.

apreço até para lá dos primeiros anos do século XIX⁶¹⁶. Vemo-lo, por exemplo, no auto de vistoria da Igreja de São João Baptista, em Peredo da Bemposta, onde se observa «ser baixa a mesma Capella mór, e cauzar imperfeição a nova obra da Igreja que os moradores do dito Lugar atualmente estão fazendo; [e] necessitar de fresta maior por não ter claridade» (1782)⁶¹⁷; nos apontamentos para as obras da igreja de Santiago de Figueiró, Amarante, onde se declara que «a Capella Mor será levantada (...) e seraõ as duas frestas da Capp[el]ja mor Levantadas» (1796)⁶¹⁸; nas indicações sobre a Igreja de São Pedro de Vila Frescainha, Barcelos, onde a capela-mor «he m[ui]to pequena, e escura», pretendendo-se «abrir na m[es]ma Capella mor as frestas que forem precisas p[ar]a dar a lus necessaria» (1801)⁶¹⁹; e também no desagrado relativo à capela-mor da Igreja de Santa Maria de Vila Cova, Barcelos, «disforme por ser muito baixa», pelo que «precisa ser alteada» (1811)⁶²⁰.

Naturalmente, o desejo de ampliar e de atualizar a obra arquitetónica vai além da área destacada da igreja. A capela-mor é a parte do edifício mais aludida neste conjunto documental, cremos que pelo facto de se tratar de um encargo dos comendadores, ao contrário do corpo das igrejas, da responsabilidade dos paroquianos⁶²¹.

Assim, de Fiães do Rio, Montalegre, informa-se que a igreja foi «reedificada ou reparada de novo á custa dos fregueses», necessitando a capela-mor, «*para Corresponder com o Corpo da Igreja*, naó so de ser levantada quazi ate a altura do mesmo (...) Mas taobem que a Empena ou Costas da mesma Cappella mor deve recuar-se 5., ou 4. palmos ao menos» (1804), obra que fora aprovada anteriormente pela rainha, mas sem efeito prático, determinando-se então «levantar a Capela Mór» e «alargar a fresta da

⁶¹⁶ Veja-se cx. 8, mç. 8; cx. 9, mç. 9; cx. 13, mç. 13; cx. 195, mç. 242.

⁶¹⁷ TT-MNEJ, cx. 161, mç. 196.

⁶¹⁸ *Id.*, cx. 8, mç. 8.

⁶¹⁹ *Ib.*, cx. 15, mç. 15.

⁶²⁰ *Ib.*.

⁶²¹ Este costume está atestado pelo escrito do Bispo do Porto, datado de 1822, em TT-MNEJ, cx. 100, mç. 117.

m[es]ma» (1789)⁶²². Veja-se ainda a notícia de Contins, Mirandela, informando que a igreja «p[e]la sua antiguidade está baixa, e estreita *neçessariamente se ha de proporcionar ao gosto moderno*; nestes termos visto a Capella Mor estar do mesmo tempo, e com iguaes circunstancias»; «os moradores q[ue] *dezejaõ Edeficar huma Igr[e]ja mayor, e de Arquitetura moderna*, entrem a demolir o corpo da actual Parochia», pois «a Igreja se achava muito Velha e aRuinada por Ser muito Antiga assim como tambem o hera a Capella Mor, e que por ser estreita, e estar emterrada no cham necessitava de se alargar, e alevantar mais» (1790)⁶²³.

A antiguidade do edificado é apresentada como uma característica da obra que, ao contrário de a valorizar, parece decidir a diminuição evidente da estima e importância atribuída à construção. Ao invés, a obra “moderna” aparenta emprestar uma outra dignidade ao edifício.

É esta leitura da obra arquitetónica que provavelmente justifica o derrube do edifício do «nobre e antigo santuário» de Nossa Senhora dos Açores, em Aldeia Rica, Celorico da Beira, por estes anos, segundo conta Santa Rosa Viterbo, no *Elucidario* de 1798⁶²⁴. O templo, «de mui avançada antiguidade (...) Estructura Gothica e de três naves, se demolio inteiramente e se reedificou de novo ha poucos annos», em arquitetura moderna, explica⁶²⁵.

Também se atendermos às condições elencadas, em 1792, pelo bispo de Coimbra, D. Francisco de Lemos Faria, para «restabelecer a decencia, e a ordem no Culto publico das Igrejas Paroquiaes» da sua diocese, veremos a conformidade dos princípios com as atitudes que vimos descortinando⁶²⁶.

Contidas no arquivo do Ministério que referimos, as instruções do prelado incluem o mandato para averiguar «a necessidade actual, em que as Igrejas se achaõ de serem reedificadas, ou reparadas, ou fornecidas de sagrados

⁶²² TT-MNEJ, cx. 8, mç. 8. Itálico nosso.

⁶²³ *Id.*, cx. 7, mç. 7. Itálico nosso.

⁶²⁴ VITERBO, Joaquim de Santa Rosa, *Elucidario das palavras, termos, e frases, que em Portugal se usarão (...)*, ob. cit., vol. I, Lisboa, na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1798, pág. 49.

⁶²⁵ *Id.*, *ib.*.

Param[en]tos e mais alfaia»⁶²⁷. Nas suas ordens, o bispo adverte que as capelas-mores «se edificaraõ sempre com proporção ao Corpo da Igreja, tendo fundo, e largueza para nellas se poder erigir o Altar principal, e fazer-se o Serviço Divino na forma devida», adequando-se o espaço ao seu propósito de uso.

Observando que se acham «alguns Templo Paroquiaes postos em lugares ermos, ou nos confins das Paroquias: Outros arruinados sem proporção ao numero dos habitantes, e sem terreno bastante para os edificios, q[ue] lhes são necessarios (...) Outro sim innumeravel multidão de Capellas ou Ermidas, huma no mesmo lugar de Matrizes, outras dispersas pelo âmbito das Paroquias, pela maior parte sem reparo, sem limpeza, sem alfaia», o bispo propõe respostas alheias a eventuais valores de memória ou de antiguidade, fixando-se somente na qualidade de uso das construções, que deverão ser simplesmente adequadas ao seu fim. É esta visão que encontramos implícita na resolução sobre as paroquiais de Coimbra: «se tracte logo de as mudar para o Lugar da Freg[uesi]a que for mais acomodado», contemplando-se a sua “reedificação” em local conveniente.

É certo que temos vindo a considerar pequenos templos vernaculares, construções eventualmente débeis, sem pretensões artísticas, enfim, edificios que poderão não justificar qualquer menção histórica ou apego rememorativo. Contudo, a atitude manifestada perante a centenária e nacionalmente incontornável Igreja e Colegiada de Guimarães, em 1796, não dá provas de ser muito diversa⁶²⁸. Nesse ano, o D. Prior propõe ao Príncipe Regente «demolir a Igr[e]ja, e levantar outra, e suas officinas na conformid[ad]e da Planta, que appresentou» a José Seabra da Silva, Ministro do Reino, sem fazer qualquer alusão à história ou antiguidade do edificio⁶²⁹.

⁶²⁶ TT-MNEJ, cx. 29, mç. 33.

⁶²⁷ *Id.*, *ib.*.

⁶²⁸ *Id.*, cx. 237, mç. 299.

⁶²⁹ *Id.*. Supomos que o novo projeto arquitetónico seja devido a Germano António Xavier de Magalhães, professor de arquitetura civil na Aula Pública que Cirilo afirma ter dado o desenho para a «reedificação da Igreja da Sé de Guimarães, por cujo serviço foi remunerado

Junto a este documento existe um outro, não datado, que também se detém sobre a dita colegiada. O escrito é ainda do período da regência do Príncipe D. João⁶³⁰ e deverá ser contemporâneo (ou quase) do pedido de demolição que referimos⁶³¹. Trata-se, novamente, de um requerimento do D. Prior «da Real e Insigne Collegiada» vimaranense, suplicando «o Tratamento, que parecesse correspondente á Grandeza, e prerrogativas, de q[ue] ella por tantos Seculos da sua existência tem gozado»⁶³².



FIG. 47 Colegiada de
Guimarães, 1861.

O impetrante fundamenta a súplica no facto de a Colegiada ser «mais antiga do que esta Monarquia». Ela foi «a primeira Capella Real», «servio o Primeiro Rey deste Reino» e conserva ainda a pia onde D. Afonso Henriques foi batizado, tendo sido no seu altar-mor que o monarca fundador e o rei D. João I professaram votos para decidir as importantes batalhas que travaram, decidindo o nosso destino coletivo. Por isso, ou seja, pela sua história, «esta Igreja conservou sempre hum lugar taõ distincto entre as Cathedraes, que pelo seu decoro, riqueza, e culto tem chegado a cauzar hum certo ciume a m[ui]tas das mesmas Cathedraes»⁶³³.

A argumentação do D. Prior baseia-se, quase exclusivamente, na antiguidade ou nos seculares factos históricos de relevo que estão intimamente associados à colegiada. Mas nada neste discurso se cruza diretamente com o seu pedido para “reedificar” a igreja. Da mesma forma, nenhum apontamento na exposição de 1796, que roga a “demolição” e a “reedificação” do imóvel de Guimarães, se articula com o texto pejado de apelos rememorativos. Entrevê-se apenas, no relato acerca das obras, a vontade de “regular” e de “uniformizar” o edifício (“arranjando” algumas capelas que «se

[...] por Decreto de 14 de Junho do anno de 1796» (MACHADO, Cirilo Volkmar, *Collecção de memórias* (...), ob. cit., pág. 195).

⁶³⁰ O documento é remetido a “Vossa Alteza”, e o pedido que nele consta é dirigido a “Sua Majestade”; o rei D. José é mencionado como “saudosos avô de Vossa Alteza Real”.

⁶³¹ TT-MNEJ, cx. 237, mç. 299.

⁶³² *Id.*

achaõ no interior da Igr[e]ja e recinto da Collegiada», “abolindo” ou “desfazendo” os túmulos e sepulturas que existem desordenadamente dispersos, na igreja, no claustro, nas capelas e na porta travessa), acompanhada pelo desejo explícito de «desacanhhar, e franquear a serventia da mesma Igr[e]ja», para o que se prevê comprar e arrasar quatro moradas de casas vizinhas⁶³⁴.

Diríamos que parece presidir ao projeto do «Edifício novo, ou consertado» um certo desejo de modernização e de adequação do imóvel, em linha com as preocupações que notámos acima para os templos menores.

Mas não será esta vontade de obra nova, em Guimarães, uma manifestação do reconhecimento do lugar como marco de memória histórica? Não será a obra ambicionada uma celebração desses factos pretéritos, o seu *monumento comemorativo* ou *intencional*? Afinal, notámos no documento coevo que exalta a dignidade da colegiada e, acrescente-se, também antes na anterior *Historia geral de Portugal*, de Damião António de Lemos Faria e Castro⁶³⁵, que a instituição vimaranense é compreendida, à data, como uma entidade possuidora de qualidades rememorativas.

O que nos parece possível de concluir do pedido de 1796 – embora não tenhamos indicações precisas sobre o perfil estético-artístico do «plano q[ue] S. Mag[estad]e mandou fazer, e foi aprovado» – é que esses valores de memória, para o D. Prior e para as demais pessoas envolvidas na ideia da «reedificação da Igr[e]ja», não exigem propriamente um objeto arquitetónico histórico, isto é, uma arquitetura de pendor revivalista ou estilisticamente relacionada com a cronologia dos acontecimentos que o templo manifestamente evoca, mas sim uma arquitetura digna, nova e adequada. Dir-se-ia que o partido do D. Prior não entende a concretude da preexistência como *monumento histórico*, pelo que pretende edificar um *verdadeiro* monumento, *comemorativo* da história.

⁶³³ *Ib.*.

⁶³⁴ *Ib.*.

⁶³⁵ *Vide supra.*

Curiosamente, mais do que a obra nova ou do que a grande intervenção arquitetónica proposta pelo D. Prior, e aprovada ao início pelo Príncipe Regente, «o Conserto he o que o Cab[id]o dezeja com a maior ancia pela necessid[ad]e que dele ha, e he o que agrada a toda aquella Villa, e às Pessoas prudentes»⁶³⁶.

Todavia, e apesar de «alguns materiaes, que ja estão juntos ao pé da Obra», a reedificação não vai por diante: «Não ha meios sufficientes p[ar]a huma Obra, que importará m[ui]to mais de 200\$ Cruzados; e a Coroa, ou a Devoção de S.A.R. não pode prestar agora os auxilios, que se esperavaõ»⁶³⁷.

As citações que vimos expondo integram informações, súplicas, vistorias e apontamentos de obra de diversos templos. Envolvem fregueses, comendadores, autoridades locais e centrais, religiosas e civis. São excertos de um todo que vem confirmar como vetores vigorosos de uma atitude generalizada face às preexistências arquitetónicas a primazia da utilidade e, embora com uma presença menos assídua, a estima pelo valor de arte recaindo sobre o novo, no espectro das qualidades que residem em potência na arquitetura.

2.2.3. CONTENDAS EM VOLTA DAS PREEXISTÊNCIAS ARQUITETÓNICAS: O USO MILITAR DO PATRIMÓNIO ECLESIAL E A AVERIGUAÇÃO DO PATRIMÓNIO DAS ORDENS REGULARES

A questão do uso ou da utilidade das preexistências arquitetónicas de vulto encontra-se no centro de novas tensões em volta do património edificado antigo, manifestadas a partir dos anos 1790. Com efeito, no fecho do século e para lá dele, detetam-se dois focos de debate distintos que implicam a serventia dos edifícios religiosos preexistentes e abundantes no reino. Um desenvolve-se em volta da atividade da Junta do Exame do Estado Atual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares, sintomaticamente instituída em 1789, refletindo sobre a possibilidade de supressão de casas religiosas.

⁶³⁶ *Id.*

Outro desponta com a ocupação maciça de edifícios eclesiais pelo exército, durante os anos de ameaça estrangeira e de guerra efetiva no território.

2.2.3.1. A utilização do património arquitetónico religioso pelo exército

Como se sabe, os intentos belicistas da recém-proclamada república de França impõem a mobilização de tropas por toda a Europa. Por entre as movimentações estratégicas que se sucedem, Espanha assume-se cúmplice da política francesa na afronta a Portugal, obrigando o governo a aprontar o exército e a tratar de instalar as forças nacionais, junto com as do aliado britânico, em diversos locais do reino.

O acolhimento desse elevado número de homens, oficinas e dependências militares exige edifícios amplos e consistentes. E tais edifícios, dissemo-lo já, são esmagadoramente religiosos. Surge, assim, naturalmente declarada, em maio de 1801, pelo Príncipe Regente, a «quebra dos privilegios a todos os Vassallos Ecclesiasticos» do reino no que concerne à utilização das propriedades imobiliárias da igreja. Invocando a «instante necessidade Publica», a ordem real dita aos religiosos a «hospitalidade que deve dar-se ás Tropas»⁶³⁸.

De facto, conjuntura idêntica apelara a resolução semelhante, cerca de duas décadas antes, quando os acontecimentos em torno da Guerra Fantástica levaram a coroa a recomendar ao clero o acolhimento dos militares⁶³⁹. Todavia, a dimensão dos sucessos que inauguram o século – as ofensivas napoleónicas além fronteiras, a Guerra das Laranjas e a sequente Guerra Peninsular, com três violentas invasões do reino – são inéditas, implicando um recurso ao património eclesial de proporções igualmente singulares.

A documentação revela-nos múltiplos registos que aludem à utilização militar de casas religiosas, notando-se que, em parte delas, o uso eclesial dos edifícios prossegue em simultâneo. Liste-se algum do património

⁶³⁷ TT-MNEJ, cx. 237, mç. 299.

⁶³⁸ *Id.*, cx. 156, mç. 189.

arquitetónico que serve, então, de estabelecimento militar: Convento de Nossa Senhora do Mosteiró, Valença, “dado para quartel”, por volta de 1800⁶⁴⁰; Mosteiro da Serra do Pilar, Porto, “preferido para hospital militar”, em 1801, nele “pode ser instalado quartel”, em 1815⁶⁴¹; Convento dos Congregados e Convento do Pópulo, Braga, hospitais militares, em 1801⁶⁴²; Mosteiro de São Bento, Avis, quartel, em 1801⁶⁴³; Conventos da Graça e do Desterro, Lisboa, quartéis, em 1804⁶⁴⁴; Colégio de Nossa Senhora da Estrela, Lisboa, hospital militar inglês, em 1806⁶⁴⁵; Mosteiro de São Bento, Lisboa, quartel, em 1807⁶⁴⁶; Mosteiro dos Jerónimos, Lisboa, quartel e hospital militar britânico, em 1808⁶⁴⁷; Convento de São João de Deus, Lisboa, hospital militar, em 1787, quartel desde 1809⁶⁴⁸; Convento de Mafra, quartel britânico, em 1808⁶⁴⁹; Convento de São Bento da Vitória, Porto, hospital militar, a partir de 1809⁶⁵⁰; Mosteiro de Alcobaça, quartel português e inglês, em 1809⁶⁵¹; Paço Episcopal e Seminário de Viseu, aloja tropas inglesas e portuguesas, em c.1810⁶⁵²; Convento dos Jesuítas, em Gouveia (ex-colégio da Companhia que passara a casa das freiras do Convento de Nossa Senhora do Loreto, em Almeida, por volta de 1766)⁶⁵³, hospital militar, em c.1809, projetando-se seguidamente a sua adaptação a quartel⁶⁵⁴; Mosteiro de Santa Clara-a-Nova,

⁶³⁹ Vide nota 565.

⁶⁴⁰ ANTT, MNEJ, cx. 215, mç. 269.

⁶⁴¹ *Id.*, cx. 156, mç. 189. Arquivo Histórico Militar (AHM), 3.^a div., 20.^a sec., cx. 5, n.º 19.

⁶⁴² *Ib.*, cx. 156, mç. 189.

⁶⁴³ *Ib.*.

⁶⁴⁴ ANTT, IOP, lv. 2, fls. 134 e 134v.

⁶⁴⁵ AHM, 3.^a div., 20.^a sec., cx. 8, n.º 3.

⁶⁴⁶ ANTT, IOP, lv. 2, fls. 176v e 177; AHM, 3.^a div., 20.^a sec., cx. 3, n.º 1.

⁶⁴⁷ Veja-se COCKBURN, George, *A voyage to Cadiz and Gibraltar, up the Mediterranean to Sicily, in 1810 & 11, including a description of Sicily and the Lipari Islands, and an excursion in Portugal*, vol. II, Dublin, J. Harding and M. N. Mahon, 1815, pág. 143. Atente-se a PAULINO, Maria Clara, *Olhares de europeus e norte-americanos em viagem Portugal (...)*, ob. cit., vol. II, pág. 28; e ALVES, José da Felicidade, *O Mosteiro dos Jerónimos*, vol. II, Lisboa, Livros Horizonte, col. Cidade de Lisboa, 1989, pp. 244 e 255, entre outras.

⁶⁴⁸ ANTT, MNEJ, cx. 229, mç. 283; AHM, 3.^a div., 20.^a sec., cx. 2, n.º 21.

⁶⁴⁹ Veja-se COCKBURN, George, *A voyage to Cadiz and Gibraltar (...)*, ob. cit., pág. 166; e PAULINO, Maria Clara, *Olhares de europeus e norte-americanos em viagem por Portugal (...)*, ob. cit., pág. 156.

⁶⁵⁰ AHM, 3.^a div., 20.^a sec., cx. 7, n.º 1.

⁶⁵¹ *Id.*, [s.n.].

⁶⁵² *Ib.*, cx. 3, n.º 1.

⁶⁵³ ANTT, MNEJ, cx. 63, mç. 74; e cx. 67, mç. 79.

⁶⁵⁴ *Id.*, cx. 233, mç. 287; AHM, 3.^a div., 20.^a sec., cx. 6, n.º 5.

Coimbra, hospital militar britânico, em 1811⁶⁵⁵; Conventos da Graça e de São Domingos, Abrantes, hospitais militares, ainda em 1814⁶⁵⁶; Convento do Carmo, Torres Novas, quartel, em 1815 e antes⁶⁵⁷; Convento dos Lóios, Feira, quartel, com trezentos homens, em 1815⁶⁵⁸.

As adaptações necessárias ao uso militar dos edifícios religiosos, nem sempre claras⁶⁵⁹, parecem processar-se sem contratempos. De facto, as queixas que encontramos não decorrem da utilização imposta durante a conjuntura de guerra. Aliás, antes da divulgação da ordem do Príncipe Regente, em 1801, já o prior-mor do Convento de Avis antecipara a necessidade gizada pelas circunstâncias dando «o exemplo neste Convento não so em aquartelar, e franquear todas as oficinas as tropas mas tambem a tantos generaes como he publico»⁶⁶⁰. Os protestos incidem sim sobre o aproveitamento dos imóveis eclesiásticos para lá dos anos da luta armada.

Encontramos a primeira queixa relativa à ocupação dos edifícios apenas em meados de outubro de 1811. Trata-se, verdadeiramente, de um apelo do reitor do Seminário Episcopal de Viseu, pela pena do seu procurador, pedindo que «se lhe dezocupem o Paço, e Semminario do Aquartelamento que nelles se lhe havia feito»⁶⁶¹. A preocupação primeiramente invocada é a de retomar as aulas para prosseguir formando estudantes “úteis à Igreja e ao Estado”. A queixa recai, assim, no facto de os danos causados pelos militares no edifício, que sabemos do século XVI e parcialmente adossado à Sé centenária, não permitir a continuação dessa incumbência.

Explica-se que o reitor disponibilizara todo o imóvel às tropas inglesas e portuguesas estacionadas na cidade, por volta de 1810. Retiradas estas, o espaço achou-se outra vez tomado por militares, novas forças de guerra,

⁶⁵⁵ AHM, 3.^a div., 20.^a sec., cx. 3, n.º 14.

⁶⁵⁶ *Id.*, cx. 4, n.º 9.

⁶⁵⁷ *Ib.*, cx. 6, n.º 14.

⁶⁵⁸ *Ib.*, cx. 5, n.º 19.

⁶⁵⁹ Aponte-se algumas exceções: para a antiga igreja do extinto convento de beneditinas em Valença há orçamento, cálculo e “ideia geral da obra”, datado de 1817 (AHM, 3.^a div, 20.^a sec., cx. 7, n.º 623); e para o antigo convento jesuíta em Gouveia, “memória” do edifício e “projeto de aquartelamento”, redigido em 1816 (*id.*, cx. 6, n.º 5).

⁶⁶⁰ TT, MNEJ, cx. 156, mç. 189.

«assim de Linha, como de Milicias, e disto rezultou prexistir o edifficio em deploravel estado, pela destruição de portas, arrancam[en]to de sobrados, factura, e uzo das Officinas de Ferreiros nas proprias Aulas, sendo certo, e bem evidente, q[ue] sem avultada despeza senão podem reparar taõ graves, e consequentes damnos»⁶⁶². Como se não bastasse, «novamente foi occupado o mesmo Paço, e Collegio com o depozito de Recrutas, e pelo Corpo da Guarda dos poucos Milicianos» parados em Viseu.

A exposição desenvolve-se sublinhando a necessidade de uso – e do uso originalmente previsto para o edifício – para contestar os atentados consecutivos à obra que entravam a utilização essencial desse objeto. Nota-se, porém, que o arranque da conclusão da súplica, lamentando «a inteira destruição [d]*aquelle respeitavel, e antigo edifficio, digno de auxilio*», apresenta um juízo que remete para qualidades não-imediatas do edificado: as suas qualidades de memória⁶⁶³. A sensibilidade patrimonial parece estar, afinal, presente, ainda que não suplante, nem porventura se encontre ao nível daqueloutra abordagem utilitarista. Com efeito, de imediato se termina o escrito voltando ao argumento central, a “utilidade dos estudos”, rogando «senão prejudique, nem supprima o interessante objecto de instrução»⁶⁶⁴.

Como vimos expondo, e apesar da invocação que destacámos a aspetos menos evidentes ou revelados do património arquitetónico, o fundamento capital para reclamar a restituição e a conservação do imóvel é de ordem prática, relaciona-se com um uso específico do imóvel e não com as qualidades mais abstratas ou afetivas do mesmo. Desenha-se, assim, em atitude muito evidente, a preocupação dos autores da petição de Viseu, certamente crentes de que a ela serão sensíveis os destinatários da rogativa, o Príncipe Regente e o militar governador do reino, D. Miguel Pereira Forjaz, que encaminhará a notícia para a Corte, no Rio de Janeiro.

⁶⁶¹ AHM, 3.^a div., 20.^a sec., cx. 3, n.º 1.

⁶⁶² *Id.*, *ib.*.

⁶⁶³ *Id.*. Itálico nosso.

⁶⁶⁴ *Id.*.

Podemos inferir conclusão semelhante do requerimento coevo da abadessa do Mosteiro de Santa Clara-a-Nova de Coimbra⁶⁶⁵. O texto insiste no abuso da extensão da ocupação do mosteiro pelo hospital militar britânico para fundamentar os transtornos causados sobre a utilização religiosa original do espaço. O exército começou por se servir apenas do claustro, mas alargou-se rapidamente para outras parte da casa, nomeadamente a cozinha e o refeitório. Como resultado, as religiosas acham-se em estado de “opressão” e com a clausura perturbada, «sendo bem de lamentar que huas pessoas que neste Mundo não podem pizar senão hua diminutissima parte dele, essa mesma lhe seja tomada, reduzindo-as a hum apertadissimo espasso e sujeitando-as a muitos indecoros»⁶⁶⁶.

Frisados os transtornos de uso, o remate da súplica invoca a memória fundacional e histórica do Mosteiro. Lembra-se ao Príncipe Regente a relação do cenóbio com a «Rainha Santa Izabel, Mulher do Senhor D. Deniz, que escolheu esta Caza para sua Habitação; e por isso ja o Senhor Rei D. João 1.º o nomeou com o Augusto Titulo de Nossos Paços, Paços da Rainha Santa nos privilegios que comcedeu a todos os seus moradores; mostrando esta mesma destinação que desta Caza faziaõ em varios privilegios os Senhores Reis D. Pedro 1.º, D. Affonso 5.º, D. Manoel, D. Fernando, D. João 3.º, a Rainha D. Beatris, e o Rei D. Felipe 2.º, e com especialidade os Senhores D. João 4.º e D. Pedro 2.º, na Magestoza e verdadeiramente Real Trasladação, honrando-o, protegendo-o, e condecorando-o»⁶⁶⁷.

Na declamação dos factos históricos, a memória parece assumir-se como uma razão considerável para o deferimento da súplica. Ela surge muito esbatida depois, em janeiro de 1812, no parecer que o coronel Manuel Cabral Coutinho de Vilhena, do Regimento de Milícias de Coimbra, junta ao pedido exposto da abadessa de Santa Clara-a-Nova, então novamente remetido a D. Miguel Pereira Forjaz. Entende o coronel que é justa a pretensão da religiosa, «athe por vantagem dos m[es]mos doentes [militares], sejaõ Portuguezes, ou

⁶⁶⁵ *Ib.*, cx. 3, n.º 14.

⁶⁶⁶ *Ib.*.

⁶⁶⁷ *Ib.*.

Inglezes, jamais devarão ocupar aquela caza, q[ue] *tanta Contemplação marece*»⁶⁶⁸. Ou seja, prevalece a questão de uso e subsiste, muito residualmente, o tópico afetivo da memória.

Nas demais queixas que consideramos não existem apelos às propriedades rememorativas do património arquitetónico ou, pelo menos, menções positivas a essas qualidades.

Por exemplo, na requisição para a transferência do quartel instalado no Convento do Carmo Calçado de Torres Novas, elaborada pelo prior e religiosos da casa, aponta-se tão-somente a inconveniência da ocupação para a vida regular e o prejuízo para o Estado que resulta das obras em curso, nesse ano de 1815⁶⁶⁹. São os próprios carmelitas que anunciam o erro de se prosseguir intervindo no imóvel, para melhor adequá-lo a quartel, porque o «Edeficio *antigo como hé*, e na maior parte arruinado» não consegue suportar os trabalhos em execução⁶⁷⁰.

O convento, originalmente maneirista e com uma imponente igreja no estilo, não vale pela sua história ou antiguidade, notando-se, aliás, o carácter pejorativo do adjetivo, na citação acima. Em sintonia com os restantes casos descritos, o edifício de Torres Novas surge valorizado pelas capacidades de uso, preferencialmente religioso, que possui. Neste sentido, mais se acrescenta que «os Supp[lican]tes que a todo o custo andaõ Reedificando a sua Igreja p[ar]a nella se Restabelecer o Culto Divino, naõ podem exercer as suas funções» privados das principais oficinas do imóvel, o refeitório, cemitério, celeiro, adega «e as demais Cazas indispensáveis para Habitação das pessoas empregadas no serviço do Conv[en]to»⁶⁷¹.

⁶⁶⁸ *Ib.*. Itálico nosso.

⁶⁶⁹ *Ib.*, cx. 6, n.º 14.

⁶⁷⁰ *Ib.*. Itálico nosso.

⁶⁷¹ *Ib.*.

Não se deteta, hoje, qualquer vestígio da alegada intervenção no templo, apesar da “reedificação” que se anuncia em curso⁶⁷². De qualquer modo, não é a reedificação em si, centrada em critérios artísticos ou de memória, que surge destacada nas fontes. Quer dizer, não parece ser o perfil da intervenção aquilo que importa às partes do processo em torno da casa. O que ressalta do discurso é uma abordagem eminentemente pragmática à arquitetura, pelo que, serão as condições de utilização oferecidas por ela aquilo que se afigura interessar verdadeiramente aos intervenientes.

No final da década de 1810 é ainda este tipo de argumentário, envolvido já com questões de propriedade, que preenche os protestos das comunidades eclesiais contra a continuação do usufruto não-religioso do seu património. São expressivas as queixas do superior e religiosos beneditinos do Colégio de Nossa Senhora da Estrela, em Lisboa, «occupado com hum Deposito, com hum Botica, e com a Secretaria dos Hospitaes» há mais de uma década, deixando-se apenas «para o uso dos Supp[licant]es o andar de cima (...) alem disto se lhes tem tomado as Casas, e Officinas do Collegio»⁶⁷³. São também eloquentes as queixas do abade geral da mesma ordem e de toda a sua congregação relativamente aos abusos da ocupação mais do que decana e já desnecessária do Mosteiro de São Bento da Vitória, no Porto, reclamado sem sucesso desde 1816⁶⁷⁴.

O edifício portuense, que fora utilizado como hospital militar, está sem doentes, «já não Serve p[ar]a o Publico, (...) hé *hum dos da primeir[a] ordem, seja Considerado pela sua Architettura, ou grandeza*, hum Mosteir[o] Consagrado á Piedad[e], e Religião publica, particular»⁶⁷⁵. Deve, assim, ser restituído aos frades, garantindo essa comunidade que «se restaurariaõ nelle as Funçoens de Culto»⁶⁷⁶. Apesar da nótula de estima pela “arquitetura ou grandeza” do edifício (maneirista e barroco, com obras muito significativas

⁶⁷² Nestas circunstâncias não podemos deixar de notar o recurso ao termo “reedificação” e não às palavras “reparação” ou “conserto”, habitualmente preferidas para indicar trabalhos de menor dimensão. Refletimos sobre a questão lexical *supra*, no âmbito do pós-terramoto.

⁶⁷³ AHM, 3.^a div., 20.^a sec., cx. 8, n.º 3.

⁶⁷⁴ *Id.*, cx. 7, n.º 1.

⁶⁷⁵ *Ib.*.. itálico nosso.

ainda durante Setecentos), conclui-se, de novo e sempre, que o eixo da contenda é o seu uso.

Da análise desenvolvida sobre os diversos testemunhos coligidos cremos que resulta já muito evidente a atitude largamente adotada em Portugal perante o património arquitetónico preexistente na conjuntura de conflito, pré e pós guerra em estudo. Na apreciação considerada insistiu-se no valor de uso ou na utilidade dos edifícios como questão essencial na abordagem ao construído, notando-se ser apenas residual a presença de outro tipo de qualidades arquitetónicas. A “utilidade” que domina o discurso das luzes surge, pois, aguçada pelas circunstâncias aferidas, que notamos condicionarem significativamente o olhar sobre a arquitetura.

2.2.3.2. Quesitos e exames ao património arquitetónico das ordens regulares

Entendemos que é o espírito das luzes que dinamiza o inquérito profundo e continuado ao património das ordens regulares verificado a partir do reinado de D. Maria. Sintoma da inquietação iluminada e fruto da mesma razão esclarecida, a inspeção das ordens acentua-se então, acabando por revelar a dimensão de um problema que, por demasiado grave, obriga ao planeamento de medidas políticas vigorosas.

Para o estudo de tão «importante negocio» que preocupava já o governo josefino⁶⁷⁷, a rainha D. Maria institui um órgão específico, a Junta do Exame do Estado Atual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares, fundado por decreto, a 21 de Novembro de 1789⁶⁷⁸. A nova comissão indagará «o

⁶⁷⁶ *Ib.*.

⁶⁷⁷ Veja-se o que sobre o assunto refere DUMOURIEZ, Charles François, *O Reino de Portugal em 1766*, intro. António Ventura, Casal de Cambra, Caleidoscópio, col. Memórias de Viagem, 2007 (ed. orig. 1776).

⁶⁷⁸ *Collecção da legislação portuguesa (...)*, ob. cit., tomo 3, 1828, pp. 573 e 574. Veja-se *Collecção dos decretos, e ordens de S. Magestade, e dos breves pontifícios pertencentes á Junta do Exame do Estado Actual, e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares: mandada imprimir, e publicar na conformidade das reaes ordens da mesma Senhora*, Lisboa, na Regia Officina Typografica, 1794. Não podemos deixar de notar a proximidade cronológica que existe entre esta medida mariana e a Revolução Francesa, cujos

verdadeiro estado temporal» das casas religiosas e estabelecerá medidas para o seu aperfeiçoamento, contribuindo assim para a existência de regulares «úteis á Igreja, e ao Estado»⁶⁷⁹. O diploma fundador autoriza a Junta a considerar, como instrumento de trabalho possível, a «união, ou supressão de algum, ou alguns Mosteiros, e Conventos, que por falta de meios para subsistirem, ou por se acharem situados em lugares incommodos (...) se devão, ou unir a outros, ou de todo suprimir»⁶⁸⁰.

A extinção de casas regulares fora consentida por breve apostólico no reinado anterior, em 1756 e 1770. O primeiro, impulsionado pelo terramoto, mas fundado em dificuldades de subsistência e em falhas de observância dos regulares, autorizava a «fazer vender, e alienar os mesmos Mosteiros, que de todo se houverem de extinguir, e supprimir; como tambem as suas Igrejas (...) vender, alienar, secularizar, e profanar as ditas»⁶⁸¹. O segundo, baseado em preocupações igualmente relacionadas com a gestão das ordens e com a “utilidade” dos religiosos, determinava a supressão de nove mosteiros dos Cónegos Regulares de Santo Agostinho, aprovando a «erigir dos edificios dos mesmos Mosteiros assim extinctos, e nos lugares que lhe parecem mais oportunos, algumas Igrejas Paroquiaes»⁶⁸².

Com efeito, entre as fundações centenárias dos agostinhos que então foram extintas, conhece-se a venda a particulares e a consequente adaptação a

acontecimentos a *Gazeta de Lisboa* deixa de divulgar a partir de setembro. Aliás, a rainha acompanhava com interesse as notícias que D. Vicente de Sousa Coutinho, embaixador de Portugal em Paris, enviava regularmente ao governo durante o período (*vide* MATOS, Manuel Cadafaz de, “A correspondência inédita do embaixador de Portugal em Paris, D. Vicente de Sousa Coutinho”, in *Revista de História das Ideias*, vol. X, “A Revolução Francesa e a Península Ibérica”, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1988, pág. 144d).

⁶⁷⁹ *Collecção da legislação portugueza (...)*, ob. cit.,, pág. 574. Itálico nosso.

⁶⁸⁰ *Id., ib..*

⁶⁸¹ Há diversas cópias da bula de 23 de agosto de 1756, nomeadamente em *Supplemento á collecção da legislação (...)*, ob. cit., 1842, pp. 403-409; e ANTT, MNEJ, cx. 65, mç. 76. Curiosamente, encontra-se também publicado em *Collecção dos decretos, e ordens de S. Magestade, e dos breves pontifícios pertencentes á Junta (...)*, ob. cit., pp. 13-34.

⁶⁸² Há diversas cópias da bula de 4 de julho de 1770, nomeadamente em *Supplemento á collecção da legislação (...)*, ob. cit., 1844, pp. 230-234; e ANTT, MNEJ, cx. 59, mç. 70. Os mosteiros suprimidos pelo Papa são os seguintes: São Salvador de Grijó, Vila Boa do Bispo, São Martinho de Caramos, Santa Maria de Landim, São Salvador de Paderne; São Simão da Junqueira, São Jorge de Milreus, Santa Maria de Refoios de Lima. Boa parte dos rendimentos das casas extintas e alguns dos seus professores são encaminhados para o Convento de Mafra.

casa solarenga de algumas⁶⁸³. Todavia, a aplicação dos breves não foi escrupulosa⁶⁸⁴, em particular a deste último, abertamente contrariado na fase inicial do reinado de D. Maria, com os religiosos a reocuparem alguns dos mosteiros extintos⁶⁸⁵.

Malograram as tentativas de melhoramento da condição dos regulares, adensando-se os problemas disciplinares e de subsistência que vinham pesando sobre o governo e sobre as casas há já várias décadas, aumentando o tom da crítica às ordens⁶⁸⁶. Por isso, no final dos anos 1780, a rainha procura apurar a situação real do problema, ordenando aos superiores das congregações o envio de informações específicas sobre as comunidades religiosas e as suas propriedades.

O interrogatório inaugural é expedido pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, a 17 de outubro de 1787⁶⁸⁷. As respostas chegam no termo desse ano e no seguinte, mas conhecem-se apenas as remetidas pela Província dos Algarves da Ordem de São Francisco e pela Ordem de São Jerónimo, bem como a réplica, muito incompleta, da Ordem de São João de Deus⁶⁸⁸. Elas acusam aspetos da relação com a arquitetura antiga que não podemos deixar de contemplar no nosso estudo⁶⁸⁹.

⁶⁸³ Tal sucedeu com as casas de Caramos e de Landim, por exemplo.

⁶⁸⁴ Veja-se CORROMEU, Francisco, "O romantismo político do Padre Marcos (1820-1851)", in *Lusitania Sacra*, 2.^a série, ns.^{os} 19-20, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2007-2008, pág. 26.

⁶⁸⁵ É este o caso dos mosteiros de Paderne, Milreus e Refoios de Lima.

⁶⁸⁶ É significativo que, em 1786, «hum Amigo da Verdade» tenha sentido a necessidade de traduzir e publicar em Portugal a francesa *Dissertação sobre o estado religioso em que se mostra qual he o seu espírito, qual a sua origem, os seus progressos, os serviços que tem feito á igreja, e á sociedade, a sua utilidade actual: e em que se trata dos bens dos religiosos, e da reforma que podem ter as ordens monásticas*, ob. cit.. É-o também a *Memória para servir de principio a hum plano geral sobre a reforma do clero portuguez, accommodada as circunstancias do seculo prezente, e oferecida a Su'Alteza Real O Principe Regente N.S. por Antonio Justiniano de Moraes Cid oppositor da Faculdade de Canones na Universidade de Coimbra e abbade de Santa Christina de Cervos, do Padroado Real da Serenissima Casa de Bragança no Arcebispado de Braga*, 1803, livro que se encontra em ANTT, MNEJ, cx. 85, mç. 99.

⁶⁸⁷ O interrogatório está transcrito, por exemplo, na resposta remetida do Convento de São Francisco de Beja, em ANTT, MNEJ, cx. 18, mç. 18.

⁶⁸⁸ Algumas destas fontes encontram-se parcialmente transcritas por nós, em "Conceitos e atitudes de intervenção arquitetónica em Portugal (1755-1834). Aspectos inéditos", ob. cit..

⁶⁸⁹ No fundo do MNEJ encontram-se apenas as respostas da Província dos Algarves da Ordem de São Francisco (cx. 18, mç. 18) e da Ordem de São Jerónimo (cx. 180, mç. 224), e

Todos os inquiridos indicam o ano de fundação das respetivas casas, identificando essas construções que existem, na sua quase totalidade, há mais de dois séculos. Os esclarecimentos dos franciscanos, prestados de forma breve e sistematizada, informam sobre diversos conventos cujas origens recuam até à Baixa Idade Média ou aos primórdios da Idade Moderna. Porém, apenas o informe relativo ao Convento de São Francisco de Évora relaciona o passado histórico longínquo do cenóbio com a concretude do edificado, declarando que «todo o edefício esta mostrando ser fundado pelos Senhores Reys de Portugal»⁶⁹⁰.

As demais respostas enviadas pela ordem estão inteiramente em linha com o tipo de linguagem e, portanto, com o tipo de postura face ao património arquitetónico vetusto que vimos descortinando ao longo do século, nomeadamente nas *Memórias paroquiais*. A continuidade dos próprios termos em que se explana a arquitetura é evidente, dizendo-se quase somente, dos vinte e sete conventos franciscanos interrogados, o serem (ou não) “sumptuosos”, “decentes” e “proporcionados”.

Mais de metade deles são considerados “não sumptuosos”, mas “decentemente ornados” e “proporcionados”, quer dizer, aptos para a utilização essencial de origem: a vida religiosa e a prática do culto. Parece ser este valor, o de uso, condicionado por um muito subtil valor de arte que incide sobre o moderno, aquele que domina a abordagem dos franciscanos à arquitetura, cujas propriedades de memória praticamente não surgem notadas.

São as respostas dos hieronimitas as que apresentam uma visão mais desenvolta e alargada do património em causa. Desde logo, os esclarecimentos do D. Abade Geral da ordem têm presente e insistem em destacar a importância histórica das casas da congregação, num discurso encomiástico que podemos dizer filiado na tradição historiográfica ou

a resposta incompleta remetida pelo Provincial da Ordem de São João de Deus (cx. 229, mç. 283).

⁶⁹⁰ ANTT, MNEJ, cx. 18, mç. 18.

cronística das ordens religiosas⁶⁹¹. A perspetiva sob a qual as casas dos jerónimos são expostas, e que tão bem se distingue da comentada anteriormente, comprova, afinal, a coexistência de atitudes diversas face ao edificado antigo que vimos notando existir, naturalmente, há várias décadas.

A primeira notícia que o superior hieronimita, frei Bernardo do Salvador, oferece é sobre a casa da ordem em Lisboa. Nela esclarece que «D. Manoel fundou o grande [Mosteiro de] Belem» e que a «magnificencia do edificio fés prevalecer o nome de Belem ao do Restelo»⁶⁹². Explica o D. Abade que a grandiosidade arquitetónica que decidiu a toponímia deve a sua origem ao êxito da viagem marítima para a Índia, pois foi «o Voto do descobrim[en]to e Conquista da India [que] deu a Existencia a este Most[eir]o»⁶⁹³.

Evidentemente, a abordagem à construção faz-se numa óptica de estreita ligação com os sucessos marítimos do reinado do seu fundador. E o facto permite-nos inferir o reconhecimento e a afirmação das qualidades históricas do edifício por parte da congregação. Esta perspetiva, recorde-se, encontra-se em linha com as observações que tecemos acerca do templo de Santa Maria de Belém, no contexto do pós-terramoto⁶⁹⁴.

Por essa ocasião, assinalámos também a definição do conceito de *monumento histórico* em documento dedicado ao igualmente hieronimita Mosteiro da Pena, aplicando-se então a ideia ao retábulo da igreja. Ora a atitude que agora, cerca de quinze anos depois, verificamos na resposta

⁶⁹¹ Pensamos, sobretudo, na célebre e antes citada *Historia de S. Domingos* ou na *Chronica dos Carmelitas* que também referimos atrás. Adite-se que a crónica da Ordem de São Jerónimo é uma obra espanhola, publicada em 1539, sem referências às casas de Portugal (VEGA, Pedro de la, *Cronica de los frayles de la orden del bienauenturado sant Hieronymo*, Alcala de Henares, en casa de Iuan de Brocar, 1539).

⁶⁹² *Id.*, cx. 180, mç. 240.

⁶⁹³ *Id.*, *ib.*.

⁶⁹⁴ Está, assim, em conformidade com as notas sobre o mosteiro registadas em *Academia dos humildes e ignorantes*, de 1770, que expusemos também na Parte I, capítulo 3.3.1., do presente volume. Adite-se que está ainda em consonância com o relato feito pelo inglês Withering, quatro ou cinco anos depois da resposta do D. Abade que agora examinamos: na descrição da sua visita a Lisboa, Withering declara que o templo foi fundado por motivo da aventura náutica de Vasco da Gama, contando que havia no local uma pequena capela de onde o navegador soltou as amarras, rumo ao Oriente, antes da fundação do mosteiro hieronimita (vide PAULINO, Maria Clara, *Olhares de europeus e norte-americanos em viagem por Portugal (...)*, ob. cit., pág. 25).

relativa ao Mosteiro de Nossa Senhora da Pena de Sintra permite intuir, muito facilmente, o alargamento da aplicação dessa noção rememorativa a todo o imóvel.

Como faz a propósito do Mosteiro de Belém, o D. Abade elabora os esclarecimentos acerca do Mosteiro da Pena relacionando também a instituição da casa à gesta marítima portuguesa. O frade alega ter sido «em continuação do seu Voto pelo descobrim[en]to e Conquista da India [que] edificou o Serenis[si]mo Sr. Rey D. Manoel o Most[ei]ro»⁶⁹⁵.

A Pena, «cuja obra hé admiração de todos os Estrangeiros», é tratada com um entusiasmo que supera o das palavras elogiosas já dedicadas pelo religioso hieronimita à casa de Belém. Para o D. Abade, «hé digno este Edificio de se dár a ver a toda a posterid[ad]e», particularidade reconhecida, desde sempre, pelos próprios monarcas, na medida em que «nem hum só depois do Sereni[ssi]mo Sr. Rey D. Manoel, tem deixado de acudir aos seus reparos»⁶⁹⁶.

A apreciação sugere a classificação do edifício como *monumento histórico*, parecendo, inclusivamente, estender a escala de tal noção rememorativa ao nível nacional, e até além, como se em *património da humanidade* se pensasse já. Afinal, a Pena é uma obra que cativa os estrangeiros, espantados com essa arquitetura que lhes é estranha por ser coisa nossa, diríamos. Declaradamente, o mosteiro é um património que deve ser cuidado, de maneira a assegurar o seu legado aos vindouros.

Todavia, a Pena tem apenas quatro freires e não aceita noviços há mais de quarenta anos. Talvez por isso a questão do uso não seja tratada na notícia e as propriedades históricas da casa se encontrem aí, ao invés, tão exaltadas. Mas nunca poderá ser esta uma justificação exclusiva, convém sublinhar de novo, pois notamos que, na explanação das demais fundações hieronimitas, o mesmo valor de atualidade também não surge especialmente considerado, não lhe é dado o destaque excessivo, quase absoluto, que achamos comum

⁶⁹⁵ ANTT, MNEJ, cx. 18, mç. 18.

ao tempo. Além disso, as questões concernentes à memória dos edifícios encontram-se sublinhadas de forma inusual.

As notícias sobre os mosteiros da Penhalonga, São Jerónimo do Mato e Santa Marinha da Costa explicam que decorrem obras de “reedificação” e “reparos”, em muito motivadas pelo terramoto de 1755, mas não deixam de observar os elementos históricos associados às casas. Informam que o primeiro mosteiro o «começou a edificar [D. João I], e o foi continuando a Sra. Infanta D. Izabel sua filha Duquesa de Borgonha, e assim taõbem» os demais monarcas portugueses, até ao Cardeal-Rei, «e com mais particularid[ad]e o Serenis[si]mo S[enho]r Rey D. Manoel». O seguinte, o «Rey D. Manoel o fez de novo com a capacid[ad]e q[ue] ainda se deviza». E o último, é um «taõ antigo Edeficio q[ue] foi fundado pela Sra. Rainha D. Mafalda m[ulh]er do Sr. Rey D. Afonço Enriques»⁶⁹⁷.

A postura patente no testemunho da Ordem de São Jerónimo, datado de fevereiro de 1788, mostra-se francamente distinta das coevas. Aliás, distinta até da larga maioria das respostas dadas ao novo interrogatório que será distribuído pelos regulares, em 1790. Também nestas persistirá a atitude *pragmática* e mais elementar que vimos apontado como a mais generalizada face ao património arquitetónico antigo.

Talvez os resultados do primeiro inquérito tenham revelado a debilidade da situação das ordens, talvez tenham, sobretudo, deixado exposta a incapacidade do governo para lidar com o problema. Foi para o solucionar que, como dissemos, D. Maria criou, entre esses anos dos interrogatórios, a referida Junta do Exame do Estado Atual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares. Assim, em maio de 1790, esse novo, mais extenso e detalhado interrogatório é enviado a todas as casas do reino⁶⁹⁸. Ele contém vinte e um quesitos, acompanhados pelo aviso da soberana para se

⁶⁹⁶ *Id.*.

⁶⁹⁷ *Ib.*.

⁶⁹⁸ Consideramos a cópia do aviso existente em ANTT, MNEJ, cx. 184, mç. 229. O mesmo texto pode ser consultado, por exemplo, em *id.*, cx. 236, mç. 298.

«proçeder a hum exacto e circunspecto exame sobre o estado em que actualmente se achão os Mosteiros»⁶⁹⁹.

O décimo sexto item deste denominado “exame” pergunta expressamente pelo estado dos edifícios. Interroga, em concreto, sobre a necessidade que têm de “reparos”, “consertos” e “reedificações”, sobre os custos das intervenções e sobre se as casas «tem ou não acomodação própria, e suficiente, segundo as Regras»⁷⁰⁰. Averigua, portanto, se os mosteiros ou conventos estão capazes de servir o uso religioso regular que lhes está destinado. cremos que o rigor do questionário explicará por que várias repostas se fazem acompanhar por autos de vistoria aos edifícios.

Entre a larga dezena de casas centenárias que reagem ao exame, nenhuma alude às propriedades de memória dos edifícios⁷⁰¹. Apenas as podemos considerar sugeridas, talvez, no exame referente ao Mosteiro de São Domingo das Donas, em Santarém, «m[ui]to antigo, como se ve na porta da Hospedaria»⁷⁰². Neste particular, convirá referir que não encontramos qualquer réplica das casas de São Jerónimo ao exame em causa.

As menções à antiguidade arquitetónica dos edifícios que constam nas respostas nunca apresentam um carácter positivo. Novamente sobre o Mosteiro das Donas: ele exige continuados “reparos”, pois é «hum edeficio tam antigo que cada dia se lhe descobrem» novas necessidades de intervenção, lamenta o relator. O convento de São Francisco de São João da Pesqueira tem o edifício «muito velho e aruinado»; o de Vilares (Trancoso) «he hum pequeno e antigo ldeficio (...) tudo mal reparado, e destruido»⁷⁰³; e o da Covilhã «hé em parte obra antiga, e em parte Reformada, hé hum edificio suficiente»⁷⁰⁴.

⁶⁹⁹ *Id.*.

⁷⁰⁰ *Ib.*.

⁷⁰¹ As respostas encontram-se dispersas em ANTT, MNEJ, cx. 179, mç. 224; cx. 180, mç. 224; cx. 184, mç. 229; cx. 186, mç. 232; cx. 192, mç. 239; cx. 197, mç. 245; cx. 214, mç. 268; cx. 225, mç. 280; cx. 228, mç. 282; cx. 231, mç. 285.

⁷⁰² *Id.*, cx. 197, mç. 245.

⁷⁰³ *Ib.*, cx. 184, mç. 229.

⁷⁰⁴ *Ib.*, cx. 214, mç. 268.

“Suficiente” e “decente” é como se apresentam diversas casas ao exame de 1790. Aquilo que domina a atenção dos inquiridos, porventura convictos de estarem em conformidade com o interesse dos inquiridores, é a adequação dos edifícios aos propósitos do uso religioso regular que lhes cabe. Daí que se encontrem obliteradas as questões do foro rememorativo e se achem destacados os aspetos mais pragmáticos da arquitetura, como as suas qualidades contemporâneas. Assim, as intervenções arquitetónicas, quando requisitadas, são fundamentadas em razões de índole prática. Por exemplo, no Convento de Santa Clara, em Beja, as «obras são percizas e necessarias para a concervação do Edificio do dito Convento, pois a não serem feitos, se arruinará, de que se segue maior prejuízo»⁷⁰⁵. No Convento de Nossa Senhora do Seixo, no Fundão, está « em muito urgente precizaõ a Igreja por se achar o frontespicio della cahido por Terra, e assim aberta indecente (...) a capelamor hé nova, e de frente não tem Coro os Padres para Rezarem, porque tambem se acha aruinado»⁷⁰⁶. No Mosteiro de Arouca é urgente concluir o piso superior do claustro pela «nasecidade que o Mosteiro tem do claustro baixo para Sepulturas» e «igoalmente se precisava de Refeitorio, de nasecidade orgente porque a caza que actoalmente serve para este menisterio, he huma Caza de Despejo que esta em hum dormitorio»⁷⁰⁷.

Os únicos testemunhos que revelam algum entusiasmo ou afeto pelo material das casas, pela sua arquitetura, são referentes a este último mosteiro, em Arouca, e ao Convento de Santo António de Penafiel. Por duas vezes se observa que aquele «he hum grande, e magnifico edeficio»; e deste se diz que possui uma igreja «muito bella e asiada com Altar Mor, e colaterais de Architectura moderna com toda a boa Elleição»⁷⁰⁸. O valor de arte é aqui atribuído à grandiosidade e à obra moderna, numa atitude que em nada nos deve ser já estranha.

⁷⁰⁵ *Ib.*, cx. 18, mç. 18.

⁷⁰⁶ *Ib.*, cx. 186, mç. 232.

⁷⁰⁷ *Ib.*, cx. 179, mç. 224.

⁷⁰⁸ *Ib.*; *ib.*, cx. 186, mç. 232.

Os interrogatórios às ordens regulares vão prosseguir, e com especial afinco, a partir de 1820. A primeira experiência liberal do reino e a agudização do problema das ordens regulares justificam-no. Antes disso, a Junta do Exame do Estado Atual e Melhoramento Temporal tem uma existência discreta, não se encontrando explícita qualquer tomada de decisão efetiva sua, acerca da supressão de casas regulares, até ao Vintismo.

Todavia, um documento de 1818 anuncia que o exercício da atividade da Junta terá tido, até então, contornos um pouco mais complexos. No arranque desse ano, três membros dela informam o rei D. João VI do «retardamento consideravel, e até omissão inteira da parte» de alguns ministros das comarcas que vem perturbando o trabalho da Junta⁷⁰⁹. Participa-se ao monarca que estando «encarregado alguns deles[, ministros das comarcas,] da Administração das rendas dos *Mosteiros extinctos*, e a *outro unidos*, se tem notado negligencias escandalosas, e excessos»⁷¹⁰. Portanto, há casas extintas pela instituição ainda antes de 1818. Além disso, enquanto o triénio liberal não se impõe, ela parece enfrentar certos entraves à sua atuação, coisa que, de resto, outras fontes literárias confirmam⁷¹¹. Todavia, a documentação da Junta nada nos permite avançar sobre a questão, na medida em que espelha, sobretudo, a preocupação de fazer valer a interdição da aceitação de noviços que está em vigor desde o final do século XVIII⁷¹².

Sabemos, através da legislação, que o Convento das religiosas do Espírito Santo de Torres Novas, o mais antigo da vila, fundado em 1536, é suprimido por ordem do Príncipe Regente, no final de 1801⁷¹³. Talvez a decisão tenha decorrido de um parecer da Junta, pois resulta da reflexão sobre as «Informações e Consultas, que sobre esta matéria tem subido» à presença

⁷⁰⁹ A queixa da Junta data de 21 de janeiro e o acolhimento real da mesma de 21 de novembro. *Supplemento á collecção da legislação (...)*, ob. cit., pp. 632.

⁷¹⁰ *Id.*. Itálico nosso.

⁷¹¹ Veja-se, por exemplo, a FORJAZ, Francisco, *Os frades julgados no tribunal da razão. Obra posthuma*, Lisboa, na Impressão Regia, 1814.

⁷¹² Neste âmbito, veja-se a resolução régia publicada a 8 de fevereiro de 1797, *Supplemento á collecção da legislação (...)*, ob. cit., pp. 134 e 135.

⁷¹³ *Supplemento á collecção da legislação (...)*, ob. cit., pp. 218 e 219.

do príncipe⁷¹⁴. Com efeito, é a ela que D. João encarrega de executar as suas determinações relativamente ao caso, mormente a de «que o edificio do extincto Convento, ornamentos, e alfaia pertencentes á Igreja dele sejam entregues á Mesa da Misericórdia da dita Villa de Torres Novas, para nelle se estabelecer hum Hospital commodo e conveniente»⁷¹⁵.

Os assentos e processos governativos que vimos observando corroboram e enriquecem as conclusões inferidas, múltiplas vezes, ao longo das páginas anteriores. Quer dizer, ao lado de um dominante pragmatismo perante o património construído, manifestado numa atitude que privilegia fortemente o valor de uso e favorece também os demais valores contemporâneos das obras, ao lado dessa atitude de continuidade, dizíamos, permanece ainda uma muito minoritária abordagem reflexiva aos edifícios antigos, sendo que, em casos pontuais, como no relato do abade hieronimita, se deteta mesmo o aprofundamento de ideias relacionadas com o poder de memória das preexistências.

Atendidos alguns testemunhos deixados por figuras maiores da cultura das luzes portuguesa e diversa documentação administrativa reveladora da consciência e condição dos património no trânsito entre séculos, observemos, em seguida, outra faceta do período, procurando aferir melhor a relação com o património construído ao tempo. Atendamos ao modo como as Invasões Francesas e a sequente deslocação da corte para o Brasil estimularam o patriotismo português, importando agora aferir as consequências destes sucessos nos juízos acerca das preexistências centenárias do reino, na ótica dos que escapam à urgência prática dos testemunhos que acabámos de apreciar.

⁷¹⁴ *Id.*, *ib.*.

⁷¹⁵ *ib.*.

3. O JUGO DOS INVASORES E A CONVOCAÇÃO DA HEROICIDADE HISTÓRICA DA NAÇÃO

O período que consideramos compreende as Invasões Francesas e a retirada da família real para o Rio de Janeiro, por ocasião da primeira incursão napoleónica em território português. Abarca também o prelúdio da ofensiva, com a Guerra das Laranjas, deflagrada em 1801, e parte da década de 1810, plena de sintomas dessas ocorrências. Queda-se, por fim, no Congresso de Viena, que arranca no termo de 1814.

Como é sabido, a invasão, primeiramente ocorrida em 1807, repete-se por outras duas vezes, em 1809 e em 1810, arruinando e desestruturando o Portugal tradicional⁷¹⁶. A convulsão vivida, a gravidade dos acontecimentos perpetrados, a humilhação e o abandono infligidos abrem uma pesada ferida no sentimento coletivo português cuja chaga permanecerá evidente durante toda a década, redundando nos sucessos revolucionários de 1820⁷¹⁷.

Atente-se ao modo impressionante como a realidade é exposta, logo em 1808, em *Parecer dado acerca da situação e estado de Portugal (...)*, de José Agostinho de Macedo: «A forçada emigração do Príncipe Regente deixou Portugal europeu em estado de *não poder ser reino independente*, nem continuando a guerra, nem depois de feita a paz (...). O reino *ficou reduzido* pela emigração do Príncipe aos seus primitivos limites depois da última expulsão dos Mouros do Algarve no reinado de Affonso 3.º [...] Portugal, pela emigração do Príncipe, fica *o mais desgraçado de todos os povos, e inútil* a todas as potências (...) Era um reino marítimo, e não tem forças navaes; era mercantil e não tem commercio; era guerreiro e não tem exercito; era

⁷¹⁶ Veja-se, por exemplo, *Guerra Peninsular. 200 anos*, apres. Jorge COUTO, coord. António VENTURA, Maria Leonor Machado de SOUSA, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2007; VICENTE, António Pedro, *Guerra peninsular: 1801-1814*, Matosinhos, Quidnovi, 2006; e *id.*, *O tempo de Napoleão em Portugal: estudos históricos*, 2.ª ed., Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2000.

⁷¹⁷ Além das obras citadas antes, veja-se também, por exemplo, SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. VII, [Lisboa], Editorial Verbo, 1983.

conquistador até aos limites da terra, e não tem um palmo de terra das conquistas de ultramar»⁷¹⁸.

As circunstâncias de desamparo e vexação promovem a invocação emotiva dos momentos áureos de Portugal, fomentando o discurso patriótico patente em diversas fontes⁷¹⁹. Expressivamente, os governadores do reino dirigem-se “à nação portuguesa”, ainda em 1808, nos termos seguintes: «Dir-se-há por ventura, que não somos os Descendentes dos valorosos Lusitanos, que tanto tempo zombarão do valor e da perfídia dos Exercitos Romanos? Não forão os nossos Antepassados os que expulsarão destes Reinos os bellicosos Arabes? Não somos nós os que fizemos tremer as Costas d’Africa? Os que fomos estabelecer no Oriente hum dilatadíssimo Imperio?»⁷²⁰.

No mesmo ano, Luís António Carlos Furtado de Mendonça, futuro arcebispo de Braga, profere a sua *Oração gratulatoria pela restauração do reino* lembrando que «chorarão todos, o desastre infando da sua orfandade, e do seu azar; não cabia no peito a dôr; (...) acordada Nação, Portugal se arma, e os filhos dos antigos Heroes mostram que são também heroes. O animo, e o valor dos Albuquerque, dos Gamas, dos Castros, e de todos esses *Heroes famosos, que fizeram a honra da Nação*, e assombrarão o Universo inteiro, trasbordando dos peitos, se devisão pintado nos rostos de cada hum dos Portuguezes»⁷²¹. O trecho demonstra, com grande evidência, o modo como os acontecimentos levam a exaltar o sentimento patriótico entre nós.

⁷¹⁸ MACEDO, José Agostinho de, “Parecer dado acerca da situação e estado de Portugal depois da saída de Sua Alteza Real e invasão que neste reino fizera, as tropas francesas”, in *Obras ineditas de José Agostinho de Macedo. Cartas e opusculos documentando as memorias para a sua vida intima e successos da historia litteraria e politica do seu tempo*, pref. Teófilo BRAGA, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1900, pp. 301-313. Itálico nosso.

⁷¹⁹ Atente-se, por exemplo, à introdução de Francisco António Lourenço VAZ em *O saque de Evora pelos franceses em 1808. Textos históricos*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2008, pág. 14.

⁷²⁰ *Os governadores do reino á nação portugueza*, [Lisboa], na Impressao Regia, [1808].

⁷²¹ MENDONÇA, Luís António Carlos Furtado de, *Oração gratulatoria pela restauração do reino de Portugal, recitada na solemnidade, que em acção de graças fez celebrar na capella do paço archiepiscopal o excellentissimo, e reverendissimo Arcebispo Primaz de Braga, e offerecida ao mesmo Ex.mo e reverendissimo senhor*, Coimbra, na Real Imprensa da Universidade, 1808. Itálico nosso.

Mas episódios ou personalidades capitais da história portuguesa começaram a surgir como tema, na literatura e na pintura reinol, ainda antes da primeira invasão e, portanto, da retirada da família real para o Brasil⁷²². Já então, as guerras revolucionárias francesas, deflagradas a partir de 1792, estimulavam nacionalismos por toda a Europa, rapidamente exponenciados pela subsequente e feroz expansão napoleónica. O ímpeto destruidor, a violência contra civis e religiosos, a profanação de igrejas e de mosteiros que logo foram notícia escandalizavam o mundo do Antigo Regime. Em 1796, o diplomata D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em Turim, informava, impressionado, sobre a passagem dos franceses por Itália, «devastada por barbaros cheios de luzes»⁷²³. Com efeito, o ideário da Revolução, as luzes de Voltaire, de Rousseau e de outros filósofos setecentistas promoviam a turbulência político-ideológica que suscitaria a emergência de nacionalismos (pré-)românticos no termo do século, quer junto dos partidários da mudança, quer junto das suas vítimas.

É neste ambiente que, no campo da literatura, Bocage, falecido em 1805, escreve o poema *À morte de Inês de Castro* e ainda parte das peças *Vasco da Gama ou Descobrimento da Índia pelos portugueses*, *Afonso Henriques ou A conquista de Lisboa* e *Herói lusitano ou Viriato*⁷²⁴. No campo da pintura, o aparecimento dos temas históricos constitui uma novidade mais evidente, porque escapa verdadeiramente às práticas vigentes no reino. São «as acções gloriosas dos nossos augustos soberanos e dos portugueses memoráveis em todas as idades» que orientam o programa pictórico ambicionado, em 1802, por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, já ministro e inspetor das obras públicas, para o Palácio da Ajuda⁷²⁵. As intenções resultariam goradas, vingando a preferência dos executantes pela temática mitológica, nada original, mas será no âmbito desse plano pictórico desejado

⁷²² FRANÇA, José Augusto, *A arte em Portugal no século XIX*, ob. cit..

⁷²³ *Apud* SILVA, Andrée Mansuy-Diniz, *Portrait d'un homme d'état: D. Rodrigo de Sousa Coutinho, comte de Linhares: 1755-1812*, vol. I, Lisboa, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Publications du Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2002, pág. 638.

⁷²⁴ Veja-se MARINHO, Maria de Fátima, "Bocage revisitado", in *Leituras de Bocage*, Porto, Faculdade de Letras, 2007, pp. 102-108.

que se inscreve a pintura histórica *A aclamação de D. João IV*, que José da Cunha Taborda, regressado de Roma, acabaria por pintar para o novo palácio⁷²⁶.

No arranque do século, Sousa Coutinho havia-se aliado ao pintor Vieira Portuense para dar à estampa uma edição ilustrada de *Os Lusíadas*⁷²⁷. Vieira contava realizar pinturas históricas referentes aos quadros narrativos da epopeia lusa, mas o projeto acabaria por não se concretizar⁷²⁸. Contudo, foi este artista, que cursou em Roma e que depois habitou em Londres, quem compôs uma das primeiras pinturas históricas, (pré-)românticas portuguesas, *D. Filipa de Vilhena armando seus filhos cavaleiros*, executada logo em 1801⁷²⁹. Há notícia de que, nos anos seguintes, Vieira Portuense pintou, na mesma linha historicista, *O desembarque de Vasco da Gama na Índia* e *Inês de Castro perante D. Afonso IV*, levados para o Brasil, em 1807⁷³⁰.

Nesta ocasião, partiu também para o Rio de Janeiro a pintura *O milagre de Ourique*, de Domingos António de Sequeira, que estudou igualmente na Cidade Eterna. Foi ainda em Roma que, no início dos anos 1790, Sequeira pintou o monarca fundador da nacionalidade a ter a célebre visão crística que garantiria a vitória perante os mouros⁷³¹. Sequeira regressaria a Portugal em meados da década e, em 1798, executaria, para o Porto, *A volta de Vasco da Gama da Índia*.

Nos primeiros anos de Oitocentos, Sequeira, Vieira e outros trabalham sob a direção de Cirilo Volkmar Machado nas salas do Palácio de Mafra, onde se

⁷²⁵ Apud FRANÇA, José Augusto, *História da Arte em Portugal: o pombalismo e o romantismo*, Barcarena, Editorial Presença, 2004, pág. 55.

⁷²⁶ FRANÇA, José Augusto, *A arte em Portugal no século XIX*, ob. cit., pág. 115.

⁷²⁷ Veja-se, por exemplo, GOMES, Paulo Varela, *Vieira Portuense*, [Lisboa], Edições Inapa, col. Pintura portuguesa, 2001, pp. 23-26, 66-70.

⁷²⁸ Veja-se FRANÇA, José Augusto, *História da Arte em Portugal: o pombalismo e o romantismo*, ob. cit., pp. 132 e 133. Vieira realizou uma série de esboços para a edição de *Os Lusíadas* que hoje se encontram repartidos entre a Coleção Palmela e o Museu Nacional de Arte Antiga (vide *Uma família de colecionadores: poder e cultura: antiga colecção Palmela*, catálogo da exposição, coord. Maria Antónia Pinto de MATOS e Maria de Sousa e Holstein CAMPILHO, [Lisboa], Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, 2001, pág. 148).

⁷²⁹ FRANÇA, José Augusto, *História da Arte em Portugal (...)*, ob. cit., pp. 67 e 68.

⁷³⁰ *Ib.*, *ib.*.

⁷³¹ *Ib.*, pp. 69 e 70.

prepara uma reveladora *Casa das Descobertas*, dedicada à gesta marítima portuguesa. Vieira Portuense adoece fatalmente enquanto pinta, para esta sala, *Duarte Pacheco defendendo o paço Cambalão em Cochim*, em 1805, e será sobretudo Sequeira quem dará sequência à pintura de história em Portugal.

O espírito nacionalista, começámos por dizer, é potenciado pelo deflagrado no reino entre 1807 e 1810. Aos exemplos citados, podemos juntar ainda, como sinal do ânimo vigente, o facto de o *Diario lisbonense* passar a incluir, a partir de janeiro de 1811, uma rubrica dedicada aos “acontecimentos notáveis” da história de Portugal, recordando os grandes feitos do passado pátrio⁷³². O sentimento colectivo de humilhação alimenta, portanto, o sentimento nacional.

O político e intelectual José Acúrsio das Neves é um dos contemporâneos dos acontecimentos que mais escreve ou publica sobre os sucessos do tempo no reino⁷³³. Deve-se-lhe a *História geral da invasão dos franceses em Portugal, e da restauração deste reino*, dada à estampa em 1810 e 1811⁷³⁴. Nos seus volumes encontram-se expostos diversos atos de ofensa ostensiva aos portugueses e às suas instituições. Aí se lê que as armas reais são picadas ou cobertas pela águia do invasor em diversos edifícios «nos lugares mais públicos», chocando profundamente a população⁷³⁵. «O frontispício do arsenal real da fundição de baixo foi um dos primeiros lugares onde se picaram as armas: a novidade e a indignação fez concorrer a este acto bastante povo; e houve mulheres que recolheram com veneração, em lenços, as pedrinhas que os picões deitavam ao chão»⁷³⁶.

Acúrsio das Neves desfia um rol de atentados ao património do reino, referindo, por múltiplas vezes, a profanação de templos e a ocupação abusiva destes e das casas religiosas. O autor aludira ao escândalo antes, quer em *Manifesto da razão contra as usurpações francesas (...)*, quer em A

⁷³² *Diario lisbonense*, Lisboa, na Impressão Regia, 1809-1813.

⁷³³ Veja-se NEVES, José Acúrsio das, *Obras completas de José Acúrsio das Neves*, 6 vols., introd. António ALMODOVAR, Armando CASTRO, [Porto], Afrontamento, [s.d.].

⁷³⁴ *Id.*, *ib.*, vols. I e II.

⁷³⁵ *Id.*, vol. I, pág. 325.

voz do patriotismo na restauração de Portugal e Espanha, publicadas em 1808⁷³⁷. Choca-o o comportamento dos «novos vândalos», com as «costumadas cenas da sua irreligião»⁷³⁸. Perturbam-no «os escândalos mais sacrílegos. Templos se converteram em quartéis (...) alguns houve de que se fizeram estrebarias, arrastaram-se e queimaram-se imagens sagradas (...) praticaram-se todas as execrações que trazem consigo a irreligião e a libertinagem»⁷³⁹. Os seus textos ilustram, com eloquência, as ofensas à comunidade e o modo como estas contribuem para o recrudescimento do espírito coletivo.

3.1. MONUMENTO NACIONAL: A IDEIA E A EXPRESSÃO EXPLÍCITAS

O conjunto de dados que vimos elencando, que abala o âmago de um povo, o torna mais ciente da sua identidade e sequioso da grandeza pretérita conjunta, permite e explica que surja claramente explanada, pela primeira vez entre nós, a noção, ainda por designar, de *monumento nacional*. Foi, aliás, em cenário de semelhante tumulto e ataque ao património que, lembramos, a ideia surgiu em França, por volta de 1790, no turbilhão da Revolução⁷⁴⁰.

Em Portugal, a novidade aparece em 1809, pela pena de Francisco Soares Franco, reputado médico e intelectual, com algum protagonismo político, especialmente durante o triénio liberal português⁷⁴¹, autor de *Memoria em que se examina qual seria o estado de Portugal, se por desgraça os francezes o chegassem a dominar*, onde o conceito está claramente exposto. Soares Franco é um sério conhecedor da realidade política do seu tempo, nomeadamente dos acontecimentos revolucionários e expansionistas franceses, sendo com surpresa que os seus contemporâneos mais ilustrados

⁷³⁶ *Ib.*.

⁷³⁷ *Ib.*, vol. V.

⁷³⁸ *Ib.*, vol. I, pág. 238.

⁷³⁹ *Ib.*, vol. V, pág. 19.

⁷⁴⁰ Veja-se CHOAY, Françoise, *A alegoria do património*, ob. cit., pp. 85-87.

⁷⁴¹ Veja-se FARINHA, Marília, “Franco, Francisco Soares (1772-1884)”, in *Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*, vol. I, Lisboa, Assembleia da República, Afrontamento, 2002, pp. 656-663.

o sabem redator da *Gazeta de Lisboa*, entre cerca de dezembro de 1808 e junho de 1812⁷⁴².

No exercício teórico de pensar Portugal definitivamente subjugado ao invasor, naquela obra de 1809, Soares Franco começa por considerar «a sorte do Estado Ecclesiastico» num cenário onde o governo venderia todas as propriedades da igreja⁷⁴³. Para o autor, além do flagelo para a religião, resultaria daí «outro mal talvez mais considerável (...) a perda dos grandes Edifícios, destes *Monumentos magníficos, que atestam a nossa primitiva grandeza, e a illustre antiguidade de suas fundações* coevas com a propria Monarchia. Que seria dos Mosteiros de Alcobaça, da Batalha, de Santa Cruz de Coimbra, e de outros muitos, entregues a hum particular? Horrorisa se a imaginação de os pintar já desertos, desmantelados, e cahindo em montões de ruínas»⁷⁴⁴.

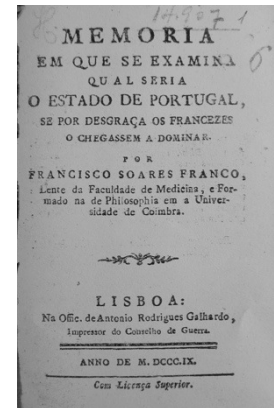


FIG. 48 *Memoria em que se examina qual seria o estado de Portugal se por desgraça os francezes o chegassem a dominar*, 1809.

Os monumentos enumerados são medievais e remetidos por Soares Franco a um passado que se confunde com a história do reino. Alcobaça, Batalha e Santa Cruz de Coimbra são edifícios “grandes” e “magníficos”, isto é, possuem qualidade artística, tendo como traço comum as linhas góticas de parte evidente do seu desenho. Os três são apresentados como ilustrativos de uma classe especial de monumentos, constituída por objetos arquitectónicos que, além da sua valia para as artes, são também manifestação e testemunho de um passado coletivo glorioso; são, portanto, obras que possuem valor de memória e são, sublinhe-se, obras identitárias.

⁷⁴² LOBO, Sandra Ataíde, “A Gazeta de Francisco Soares Franco: um redactor em guerra”, in *Cadernos de Cultura. Suplemento da Revista Cultura*, n.º 4, Lisboa, Centro de História da Cultura / Universidade Nova de Lisboa, 2001, pp. 75-106.

⁷⁴³ FRANCO, Francisco Soares, *Memoria em que se examina qual seria o estado de Portugal, se por desgraça os francezes o chegassem a dominar*, Lisboa, no Offic. de Antonio Rodrigues Galhardo, 1809, pp. 7-20.

⁷⁴⁴ *Id.*, *ib.*, pág. 12. Itálico nosso.

As qualidades que justificam o conjunto, e que definem a ideia de monumento nacional, apelam à conservação do património onde são reconhecidas. Para Soares Franco mostra-se essencial à conservação desses monumentos o seu uso, aparentemente o religioso, fixado na origem das construções. A não utilização dos edifícios significa o seu abandono que se traduz na ruína material do objeto, como atesta mostra o excerto. E as ruínas dos monumentos nacionais, o privar a população desses marcos artísticos e de memória comum notáveis, apresenta-se como uma possibilidade temerosa.

Precisamente, a expressão “monumento nacional” surge, entre nós, no combate a essa privação efetiva causada pelo inimigo francês, seis anos depois de Soares Franco ter exposto a ideia sem lhe atribuir nome próprio. *Monumento nacional* encontra-se pronunciado, a par da expressão “monumento histórico”, por D. Pedro de Sousa Holstein na *memória* que o então Conde de Palmela escreve a partir de França, em Paris, onde a expressão se havia celebrizado e as suas implicações práticas se continuam a debater acesamente⁷⁴⁵.



FIG. 49 D. Pedro de Sousa Holstein.

Palmela dirige a dita *memória* a Talleyrand, Príncipe de Bénévent, ministro dos negócios estrangeiros da França. O intuito da missiva é fazer restituir a *Bíblia dos Jerónimos* a Portugal⁷⁴⁶: «Ce manuscrit est un *monument national et historique pour le Portugal*», alega o culto diplomata português, nesse

⁷⁴⁵ CHOAY, Françoise, *A alegoria do património*, ob. cit..

⁷⁴⁶ ANTT, Ministério dos Negócios Estrangeiros, cx. 582. Agradecemos à Professora Doutora Maria João Neto a indicação dada acerca do documento em causa. Sobre o assunto, veja-se NETO, Maria João Baptista, “A ocupação dos conventos durante as invasões: destruição e pilhagem de obras de arte”, in *Um general que chega, um príncipe que parte, um país que resiste. Portugal 1807-1808. Actas do X Curso de Verão da Ericeira*, Ericeira, Mar de Letras, col. Traços da História, 2008; VENTURA, António, “D. Pedro de Sousa e Holstein entre Lete e Mnemósine”, in *Uma família de colecionadores: poder e cultura: antiga coleção Palmela*, catálogo da exposição, [Lisboa], Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, 2001, pp. 43-63; CARVALHO, Maria Amália Vaz de, *Vida do Duque de Palmella D. Pedro de Souza e Holstein*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898; e “A Bíblia dos Jeronimos”, in *Archivo pittoresco. Semanario ilustrado*, tomo 1, Lisboa, Typographia Castro, Irmão & C.^a, 1858, pp. 393-395.

documento de agosto de 1814, «il était déposé au couvent de Belém, bati par le roi D. Manoel»⁷⁴⁷.

Com efeito, *A Bíblia dos Jerónimos*, produzida em uma das mais célebres oficinas do *cinquecento* italiano, fora doada por D. Manuel ao Mosteiro de Santa Maria de Belém, em 1517. A obra permanecera na casa até 1808, ano em que os seus vários volumes, por vontade de Junot, foram extraviados e levados para França, com a retirada das tropas gálicas do reino, passando a integrar a biblioteca do general. É a sua viúva que facilita a localização da *Bíblia dos Jerónimos*, ao tornar pública a intenção de vender parte dos livros do defunto Junot, por volta de 1814. Nesta data, o governo português procede à «reclamação formal da dita Bíblia, como uma propriedade real, depositada desde seculos na bibliotheca do real mosteiro», conforme explica o governador do reino D. Miguel Pereira Forjaz, em carta de agosto, sem dar provas de alcançar o carácter histórico-artístico e nacional do objeto disputado, ao Marquês de Marialva, embaixador português em Paris, D. Pedro José Joaquim Vito de Menezes Coutinho, o Marquês Estribeiro-mor⁷⁴⁸.

É, pois, o Conde de Palmela que, acusando a educação cosmopolita que teve, instruída sobre as questões da arte e do património⁷⁴⁹, em Itália e não só, evoca as propriedades rememorativas e identitárias do objecto extraviado, dando-o a ver como algo mais rico e complexo do que o bem centenário da coroa, referido por Forjaz. A *memória*, visando a restituição da Bíblia, é uma peça argumentativa sólida, essencialmente jurídica, sobre a qual o próprio autor confessa ter trabalhado afincadamente, com o apoio de «Mr. de Vayre, que residiu muito tempo em Portugal, e se acha actualmente empregado aqui na secretaria da guerra, [que] veio, com o louvável desejo de promover a restituição do manuscrito ao seu legitimo dono, offerecer-me uma memoria circunstanciada, da qual tirei a maior parte dos factos que expuz na minha

⁷⁴⁷ ANTT, Ministério dos Negócios Estrangeiros, cx. 582. Excerto publicado em “A Bíblia dos Jeronimos”, in *Archivo pittoresco* (...), ob. cit., pág. 394. Itálico nosso.

⁷⁴⁸ *Id.*, *ib.*, pág. 393.

⁷⁴⁹ Sobre a educação de D. Pedro de Sousa Holstein, veja-se CARVALHO, Maria Amália Vaz de, *Vida do Duque de Palmella* (...), ob. cit..

nota, e na memória», enviada ao governo francês⁷⁵⁰. É Palmela quem o declara, ainda em 1814, no ofício que expede para o ministro D. Fernando José de Portugal, Marquês de Aguiar, residente no Brasil, com uma cópia das alegações remetidas a Talleyrand⁷⁵¹.

Outros portugueses terão igualmente notícia da exposição de Sousa Holstein, designadamente, Francisco José Maria de Brito, literato culto e diplomata em Paris que foi correspondente regular do bispo e arcebispo Cenáculo⁷⁵². Em dezembro de 1814, é ele quem informa os ministros Pereira Forjaz e Marquês de Aguiar da feliz «restituição da Bíblia do mosteiro de Belem, que o marquez estribeiro-mór zelosa e eficazmente promoveu», conseguindo que Luís XVIII comprasse os volumes à viúva Junot para os devolver a Portugal⁷⁵³. A Forjaz, Brito esclarece ter sido «O conde de Palmella [quem] começou esta reclamação, entregando uma memoria mui enérgica ao príncipe de Talleyrand», o relatório onde sabemos que a *Bíblia dos Jerónimos* é apresentada como “monumento nacional e histórico de Portugal”⁷⁵⁴. Assim terá sido introduzida a expressão em contexto luso.

O conceito que observámos ganhar forma no campo da arquitetura tem o seu léxico primeiro definido, entre nós, à margem desta arte, aplicado em referência ao manuscrito iluminado do renascimento que é a Bíblia em causa. Contudo, a expressão “monumento nacional” não terá fortuna no reino durante os anos seguintes. E quando a voltarmos a descobrir, apenas no final de 1822, ela estará ostensivamente aposta a uma grande obra de arquitetura de Portugal, que identificaremos em lugar próprio, numa fase posterior do trabalho. Por agora, cabe afirmar que, em abono da verdade, a ideia e a palavra têm uma presença muito insipiente no âmbito cronológico por nós considerado. Quando lemos sobre os ataques ao património pelas tropas

⁷⁵⁰ ANTT, Ministério dos Negócios Estrangeiros, cx. 582. Excerto publicado em “A Bíblia dos Jerónimos”, in *Archivo pittoresco* (...), ob. cit., pág. 394.

⁷⁵¹ *Id.*.

⁷⁵² *Vide supra*, nota 433. Veja-se D’ALCOCHETE, Nuno Daupias, *Humanismo e diplomacia* (...), ob. cit..

⁷⁵³ ANTT, Ministério dos Negócios Estrangeiros, cx. 582. Excerto publicado em “A Bíblia dos Jerónimos”, in *Archivo pittoresco* (...), ob. cit., pág. 395.

⁷⁵⁴ *Id.*, *ib.*.

estrangeiras, seja no citados Acúrsio das Neves ou em outras fontes das Invasões Francesas, verificamos que a esmagadora maioria dos lamentos não incide sobre o afronto à memória, à história ou à arte, mas sobre as ofensas ao sagrado, ao Altar e ao Trono⁷⁵⁵.

Encontra-se nesta linha de pensamento talvez o único relato público onde estão referidas as qualidades para a história e os atributos de arte de um monumento particular, no caso, o Mosteiro de Alcobaça. Pensamos na exposição dos estragos do cenóbio cisterciense que a *Gazeta de Lisboa* publica, em 1811, concluindo que os franceses «bárbaros não tem sómente odio á geração presente, mas aborrecem até as Obras magnificas, que testificaõ ainda a grandeza, e a piedade dos antigos Reis de Portugal»⁷⁵⁶. Os valores de memória e de arte da construção são aqui reconhecidos, mas, aparentemente, o carácter coletivo, pátrio da mesma ou a sua importância identitária contemporânea fica por entender.

Retenhamos, todavia, que importantes passos no sentido da teorização sobre a intervenção arquitetónica, em Portugal, foram dados no presente capítulo, que agora se conclui, desta dissertação. O aumento das manifestações de assunção do poder rememorativo do edificado, o aprimoramento do olhar sobre a arquitetura antiga capaz de descobrir nela qualidades artísticas específicas e o descortinar da virtude nacional da arquitetura preexistente são alguns deles. Procuremos seguir-lhes o rastro nos anos seguintes.

⁷⁵⁵ NEVES, José Acúrsio das, ob. cit.. Veja-se, por exemplo, MENEZES, Francisco de Alpuim Cerqueira de, *Historia antiga e moderna da sempre leal e antiquissima villa de Amarante, desde a sua primeira fundação pelos turdetanos trezentos e sessenta annos antes da vinda de Christo Senhor nosso até ser incendiada pelos francezes em 1809*, Londres, T. C. Hansard, 1814; *Memorias da Villa de Chaves na sua gloriosa revolução contra a perfidia do tyranno da Europa*, Lisboa, na Impressam Regia, 1809; as fontes publicadas por Francisco António Lourenço VAZ em *O saque de Évora pelos francezes em 1808. Textos históricos*, Casal de Cambra, 2008, nomeadamente, os escritos de frei Manuel do Cenáculo; “Évora lastimosa pela deplorável catástrofe (...)”, de José Joaquim da Silva; e “Evora no seu abatimento (...)”, de Fouto Galvão; e ainda os relatos que constam na *Gazeta de Lisboa* do período.

⁷⁵⁶ *Gazeta de Lisboa*, ob. cit., n.º 111, 10 de maio de 1811.

PARTE III

TENSÃO POLÍTICA E CONSOLIDAÇÃO DO SENTIMENTO NACIONALISTA: IMPACTOS NA ABORDAGEM AO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO

III. TENSÃO POLÍTICA E CONSOLIDAÇÃO DO SENTIMENTO NACIONALISTA: IMPACTOS NA ABORDAGEM AO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO

O quadro que se instala em Portugal com a paz determinada em Viena, nos anos de 1814 e 1815, é, a um tempo, epílogo e prólogo de dois momentos distintos da nossa história. É, por um lado, o desfecho do período que considerámos antes, marcado pelas Guerras Napoleónicas e pela ofensiva revolucionária ao Antigo Regime. E é, por outro, a antecâmara da Guerra Civil que determina o derrube definitivo do estado absolutista e a vitória plena do liberalismo, em 1834. É, sobretudo, uma fase de crise nacional intensa, baseada na desestabilização profunda do reino que as Invasões Francesas causaram⁷⁵⁷.

São a penúria e as ruínas estabelecidas pela guerra, os sentimentos de orfandade e de humilhação gerados pela permanência da corte no Brasil, a dependência do auxílio britânico e a submissão política frequente aos interesses da Inglaterra que definem a pesada conjuntura portuguesa até cerca de 1821⁷⁵⁸.

Em 1819, José Liberato Freire de Carvalho refere-se à situação nacional nos seguintes termos: «Portugal, o berço de uma das mais illustres Monarquias modernas, uma Monarquia que conta perto de sete seculos de existencia [...] passou de monarquia a ser colonia com o titulo nominal de Reino. Hoje sem monarca, e sem o verdadeiro predicamento politico que lhe compete por sua antiguidade, virtudes e proezas, assemelha-se ao orphaõ governado por tutores, sem auctoridade nem força para defenderem a rica herança do pupillo. Sem um governo Real, que so he próprio de sua Cathegoria politica, sem o Commercio, fonte de toda a prosperidade das naçoens, o qual passou com a corte e o throno para o novo Reino do Brazil, e ainda até sem a posse

⁷⁵⁷ Veja-se, por exemplo, SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. VII, ob. cit., pp. 102 e ss.

⁷⁵⁸ Considere-se a situação calamitosa do reino descrita pelo principal Sousa ao Príncipe Regente, por carta, em 1815, em PEREIRA, Ângelo, *D. João VI Príncipe e Rei*, vol. III, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1957 pp. 177-181. Veja-se as numerosas fontes publicadas em *id.*, vols. III e IV.

exclusiva de suas próprias e peculiares riquezas, que o Brazil inhumanamente lhe devora em homens e dinheiro, Portugal he hoje de certo um tristissimo exemplo das mais fataes vicissitudes humanas»⁷⁵⁹.

A extensa citação transcrita é por demais expressiva. O descontentamento cresce ao longo da década e mobiliza sobretudo os liberais portugueses, promovendo a insurreição em 1820. Daqui resulta a experiência do Vintismo, triénio liberal que acicata a tensão irreversível entre a velha ideologia e os novos princípios, primeiro fixados na Constituição de 1822 e depois na Carta de 1826.

É por exigência das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa que D. João VI regressa ao reino, em 1821, e jura aquela Constituição, no ano seguinte. Contudo, a situação nacional prosseguirá em clima de grande volubilidade, em boa parte determinada pela continuação das disputas entre absolutistas e liberais que, com os desentendimentos sucessórios após a morte do monarca, em 1826, se irão adensar. Empoladas as divergências entre os partidos, agora encabeçados por D. Miguel e por D. Pedro, a situação precipita-se inevitavelmente para a guerra civil.

Um dos temas capitais do debate entre as fações diz respeito às ordens religiosas, à sua reforma e eventual extinção. O destino de largas dezenas de conventos e de mosteiros centenários é acesa e publicamente discutido, em especial no ambiente de Cortes, durante os anos do governo liberal, entre 1820 e 1823. Com efeito, o Vintismo cria a Comissão Eclesiástica e encarrega-a também de supervisionar o plano de reforma das ordens regulares. Mas mesmo para lá desse regime, durante toda a década e ainda em 1830, inclusivamente sob o governo absolutista de D. Miguel, a Junta do Exame do Estado Atual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares dá provas de intensa atividade, inquirindo inúmeras casas religiosas e considerando a supressão de boa parte delas.

⁷⁵⁹ *O campeão português, ou o amigo do rei e do povo. Jornal político, publicado todos os quinze dias para advogar a causa e interesses de Portugal*, n.º 1, Londres, L. Thompson, 1819, pp. 3 e 4.

Os acontecimentos políticos, em particular as viragens governativas dos anos 1820, favorecem o intensificar do diálogo estabelecido a nível particular com o exterior, essencialmente com a França e com a Inglaterra. Os avanços napoleónicos haviam já fomentado o interesse reinol pelos sucessos europeus, promovendo igualmente a estada de diversos estrangeiros em Portugal, sobretudo diplomatas e militares. As ocorrências levaram também então à saída do reino de alguns naturais que se juntaram aos exércitos ou que se assumiram partidários dos ideais proclamados pelos franceses. Mas na fase que agora consideramos, já posterior às Guerras Napoleónicas, o contacto com o exterior assume um carácter consideravelmente distinto, deixando marcas muito evidentes.

A instabilidade e os confrontos que opõem liberais e absolutistas, durante a década de 1820, conduzem à emigração ou ao exílio forçado de numerosos portugueses, mormente de homens instruídos, ilustrados, politicamente empenhados que não permanecerão indiferentes à cultura e às modas dos grandes centros europeus onde são acolhidos. Acresce que algumas destas personalidades, estabelecidas em Paris ou em Londres, redigem periódicos e literatura que circulam em Portugal, contribuindo para a difusão de ideias eivadas de influências externas, que acabam por chegar também por outras vias, designadamente, a epistolar⁷⁶⁰.

Importa-nos observar o impacto que as circunstâncias brevemente esquissadas têm no entendimento dos valores do edificado ou na relação com as preexistências arquitetónicas em Portugal, até cerca de 1834. Consideraremos, para tal, as referências a monumentos, ao espírito nacional e ao património edificado antigo do reino nas publicações portuguesas de então. E atenderemos igualmente às solicitações para intervir na arquitetura centenária dirigidas às secretarias do estado e a organismos públicos. Finalmente, examinaremos o debate sobre a extinção das casas regulares, atendendo sempre às propriedades reconhecidas ou atribuídas ao património arquitetónico do reino.

1. ESPÍRITO NACIONAL, MONUMENTOS E PREEXISTÊNCIAS ARQUITETÓNICAS NAS PUBLICAÇÕES PORTUGUESAS

Durante o período em apreço circulam em Portugal dezenas de periódicos, vários deles publicados a partir do estrangeiro⁷⁶¹. O número total incrementa no decurso do Vintismo, com o avolumar do debate político entre liberais e absolutistas. De facto, o universo da produção periódica portuguesa encontra-se, em boa parte, estimulado e distribuído pelos partidos ideológicos em conflito até cerca de 1834. Eles comungam, contudo, de um vigoroso sentimento patriótico, que notámos fortemente potenciado atrás, pelas Invasões Francesas e pela ausência da família real. Esse sentimento mostra-se transversal a toda a imprensa lusa, extremado tanto por parte dos liberais, apologistas da “regeneração” do país, como por parte dos absolutistas, acérrimos defensores da tradição portuguesa.

Assim, transpira da quase totalidade das publicações em português de então, sejam elas periódicas, literárias ou historiográficas, uma emotiva afeição nacional. “Pátria” e “nação”, tal como as palavras derivadas, revelam uma enorme fortuna nas edições dos anos em estudo⁷⁶². Porém, “nação” e os termos semânticos que lhe estão associados serão talvez os mais frequentes⁷⁶³, embora frei Francisco de São Luís, futuro Cardeal Saraiva, esclareça, em texto de 1816, que “patriota” e “patriotismo”, «Significando amante da pátria, são vocábulos modernos em Portuguese, e derivados dos Francezes *patriote* e *patriotisme*, que também parecem trazidos do Inglez

⁷⁶⁰ Veja-se, por exemplo, SANTOS, Maria de Lourdes Costa Lima dos, *Intelectuais portugueses na primeira metade de Oitocentos*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.

⁷⁶¹ Consulte-se SOUSA, José Manuel Mota de; VELOSO, Lúcia Maria Mariano, *História da imprensa periódica portuguesa. Subsídios para uma bibliografia*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1987.

⁷⁶² Veja-se VERDELHO, Telmo dos Santos, *As palavras e as ideias na revolução liberal de 1820*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1981, pp. 198 e ss.

⁷⁶³ Retiramos esta conclusão com alguma facilidade das muitas fontes indicadas. Sobre o assunto, e para o período do Vintismo, veja-se VERDELHO, Telmo dos Santos, *As palavras e as ideias (...)*, ob. cit..

patriot e *patriotism*. O uso geral os tem adoptado e não se podem supprir por outro modo sem circumloquio»⁷⁶⁴.

Devemos, desde já, aclarar que a expressão encontrada nas fontes dos anos em estudo é sempre a de “monumento nacional” e nunca “pátrio”, seja com o significado de obra não-intencional que hoje tem, seja com o de monumento comemorativo a que se encontra algumas vezes associada, durante esses anos de Oitocentos. Com efeito, o próprio vocábulo “monumento”, ainda na edição de 1823 do *Diccionario da lingua portugueza*, continua a significar obra de memória intencional; mausoléu ou sepultura nobre, erigida à memória de alguém; documento que conserva a memória dos factos⁷⁶⁵.

O furor nacional, exaltando a grandeza pretérita de um reino que vive o seu presente em crise profunda, tem impacto na receção das obras maiores de um passado comum notável. Observámo-lo ganhar consistência na passagem para o século XIX, com as Guerras Napoleónicas e a partida da Corte para o Brasil. Agora, rechaçado o inimigo, mas mantida a desolação e as incertezas do reino, a lembrança de uma idade de ouro portuguesa amplia-se, vindo-se a assumir como um dos atributos do movimento romântico que, já instalado nos grandes centros europeus, começa a ganhar contornos mais evidentes em Portugal, sobretudo a partir dos anos 1820.

Entre as personalidades históricas que melhor servem o ânimo descrito está a de Luís Vaz de Camões, «vate nacional», «Homero Portuguez que cantou



FIG. 50 *Epocas principaes da monarchia lusitana*, c. 1815.

⁷⁶⁴ SARAIVA, Cardeal “Glossario das palavras e frases da lingua franceza, que por descuido, ignorancia, ou necessidade se tem introduzido na locução portugueza moderna; com o juizo critico das que são adaptaveis nella”, in *Historia e memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, t. 4, Lisboa, na Typografia da mesma Academia, 1816.

⁷⁶⁵ SILVA, António de Moraes, *Diccionario da lingua portugueza recopilado de todos os impressos até ao presente*, 3.^a ed. mais correcta e accrescentada, vol. II, Lisboa, Typ. de M. P. de Lacerda, 1823, pág. 268.

as ousadas e heroísmo Luzo»⁷⁶⁶. A sua celebridade decorre, justamente, do alcance e do espírito da narrativa poética que compôs, exaltando as virtudes e os heróis da gesta marítima portuguesa. Como se declara, em 1817, no periódico *O investigador portuguez em Inglaterra*, Camões, em *Os Lusíadas*, «emprendeo erigir um monumento, o qual transmitindo á posteridade taõ heroicos feitos, perpetuasse a gloria do nome Portuguez (...) imaginou pois um Poema épico nacional»⁷⁶⁷.

Também em 1817, por iniciativa e a expensas de D. José Maria de Sousa Botelho, Morgado de Mateus, é dada à estampa uma luxuosa edição de *Os Lusíadas*, em Paris, «especie de monumento a Camões e á Pátria», no dizer do próprio⁷⁶⁸. A obra é divulgada junto da elite nacional, chegando inclusivamente ao conhecimento da comunidade portuguesa de Londres, que a considera «um monumento realmente magnifico e em tudo digno do Homero Portuguez»⁷⁶⁹.

Concretiza-se, assim, o projeto gorado de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, cerca de dezassete anos antes, agora pela mão de artistas estrangeiros⁷⁷⁰. Já então se anunciava o novo gosto de carácter nacionalista que referimos também a propósito do malogrado programa pictórico do Palácio da Ajuda ou das pinturas executadas na “Casa das Descobertas” de Mafra, onde foi expressa a preferência por episódios gloriosos da história de Portugal – temática dileta do romantismo que vem preparando o seu florescimento no

⁷⁶⁶ *Annaes das sciencias, das artes, e das letras; por huma sociedade de portuguezes residentes em Paris*, [dir. José Diogo Mascarenhas NETO], t. 5, Paris, impresso por A. Bobée, 1819, pág. 98; *O investigador portuguez em Inglaterra, ou jornal literario, politico, &c.*, [ed. lit. Bernardo José de Abrantes e CASTRO, Vicente Pedro Nolasco da CUNHA, José Liberato Freire de CARVALHO], vol. XIX, Londres, impresso por T.C. Hansard, 1817, pág. 540. Sobre o mito camoniano, veja-se SOARES, Clara Moura, *As intervenções oitocentistas do Mosteiro de Santa Maria de Belém*, vol. I, ob. cit., pp. 97 e ss.

⁷⁶⁷ *Id.*, vol. XX, 1817, pág. 292.

⁷⁶⁸ *Historia e memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, ob. cit., t. 6, 1819.

⁷⁶⁹ *O investigador portuguez (...)*, ob. cit..

⁷⁷⁰ Como referimos em capítulo anterior, D. Rodrigo de Sousa Coutinho planeou publicar uma edição de *Os Lusíadas* ilustrada por Vieira Portuense. Veja-se FRANÇA, José Augusto, *A arte em Portugal no século XIX*, ob. cit., pág. 132 e 133.

país. Pois muitas das cenas aí selecionadas foram retiradas da obra magna de Camões, cujo mérito literário se louvava há algumas décadas⁷⁷¹.

No final de 1817, o entusiasmo em torno da figura leva os redatores de *O investigador portuguez em Inglaterra* a replicar o repto deixado pelo Morgado de Mateus nas notas à edição que o próprio custeia da epopeia lusa⁷⁷². Deste modo, abraçam a ideia e insistem em convocar «a Nação a erigir um Mausoléo, ou qualquer outro Monumento, digno dele [Camões] e della [nação], á memoria do Grande Poeta que a immortalizou»⁷⁷³. E assim, nesse ano e no seguinte, em Paris e em Londres, procede-se a uma subscrição para «erigir um rico Tumulo em algum sumptuoso Templo ao Insigne Principe dos Poetas», iniciativa que se revela especialmente acolhida por «varios Portuguezes auzentes da sua patria»⁷⁷⁴.

Ora, o “sumptuoso templo” sugerido por uma das comissões envolvidas no projeto de homenagem, em concreto, a comissão de Paris, é o do Mosteiro de Belém, exatamente por se entender que é «um monumento fundado pelo Senhor Rei D. Manuel *para perpetuar a memoria da heroica expedição de Vasco da Gama, que o nosso poeta cantou e immortalizou*»⁷⁷⁵. A interpretação do construído como *monumento histórico* não é nova, mas perfeitamente conforme a leituras precedentes do edifício que citámos atrás; ela prova como o Mosteiro de Belém assoma entre os monumentos significativos para a consciência patrimonial do tempo. Todavia, a sugestão da comissão parisiense não acolhe consenso⁷⁷⁶. E, de resto, como se sabe, o projeto de erguer o *monumento nacional intencional* ao bardo não conseguirá alcançar o fim proposto.

⁷⁷¹ O fenómeno ganha expressão, sobretudo, a partir do fim de Setecentos.

⁷⁷² *O investigador portuguez (...)*, ob. cit., vol. XX, 1817, pág. 159.

⁷⁷³ *Id.*. Este apelo decalca *ipsis verbis* o de José Maria de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos, Morgado de Mateus. Veja-se CAMÕES, Luís de; MATEUS, Morgado de, *Os Lusíadas, poema epico de Luis de Camões, nova edição correcta e dada à luz, conforme à de 1817*, Paris, na Officina Typografica de Firmino Didot, 1819, pág. LXVII.

⁷⁷⁴ *Ib.*, vol. XXIII, 1818, pág. 465.

⁷⁷⁵ *Apud* SOARES, Clara Moura, *As intervenções oitocentistas do Mosteiro de Santa Maria de Belém*, vol. I, ob. cit., pág. 104. *italico* nosso.

⁷⁷⁶ Sobre este assunto, remetemos de novo ao trabalho supracitado de Clara Moura SOARES.

Seja como for, em 1819, um outro periódico alerta para os cuidados devidos ao texto original de *Os Lusíadas*, lembrando que «a Nação deve pôr debaixo da sua salvaguarda este *monumento nacional*», reconhecendo, portanto, o carácter identitário e histórico da obra⁷⁷⁷. A expressão acha-se repetida pela *Gazeta de Lisboa*, em 1826, de novo em referência ao poema de Camões.

Em tal ambiente, os atributos nomeados são também naturalmente procurados ou percebidos em outras obras, designadamente, arquitetónicas, como veremos. A par dos valores de memória, também o valor artístico do edificado é amiúde afluído em testemunhos que se acham publicados e, portanto, devidamente difundidos.

Estes, ao mesmo tempo que demonstram a permanência das abordagens antes descortinadas às preexistências arquitetónicas, permitem atestar a existência de uma muito mais sólida sensibilidade patrimonial e artística ou estilística.

As considerações mais notáveis, na medida em que trazem novidade ao contexto patrimonial reinol, são devidas a Almeida Garrett e datam já da segunda metade da década de 1820. Mas, a par delas, existem diversos outros apontamentos significativos sobre o entendimento da arquitetura antiga durante o período que estudamos, apontamentos que não podem deixar de ser considerados sob pena de nos escapar uma parte importante da realidade em análise e, assim, desvirtuá-la. Obviamente, uma larga porção destes registos consiste no prolongamento de atitudes verificadas atrás; é com eles que optamos por iniciar o exame ao período agora em apreço.

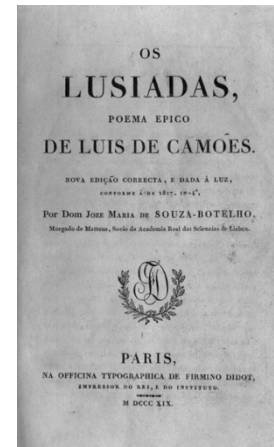


FIG. 51 *Os Lusíadas*, poema épico de Luis de Camões, nova edição correcta e dada à luz, conforme à de 1817, 1819. Edições de Morgado de Mateus.

⁷⁷⁷ *Annaes das sciencias (...)*, ob. cit., pág. 99. Itálico nosso.

1.1. PERSISTÊNCIAS NA ABORDAGEM AO EDIFICADO ANTIGO

Uma das fontes que nos permite atestar continuidades importantes é *Historia e memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, publicada a partir de 1815. Os seu tomos contêm vários comentários onde está patente uma abordagem aos vestígios materiais do passado que associamos ao universo do antiquariado e a uma certa indagação *arqueológica* da história. Pensamos no comportamento de um núcleo de ilustrados que vimos notando privilegiar as inscrições e os elementos móveis produzidos por uma antiguidade longínqua sem refletir (ou quase) sobre o património arquitetónico que lhes serve de suporte. Naturalmente, o “Elogio histórico”⁷⁷⁸ a D. Frei Manuel do Cenáculo, por Trigo de Aragão Morato, saído no volume de 1815, ilustra-o na perfeição, comentando e louvando as práticas conformes daquele erudito, averiguado antes nesta dissertação. Também o artigo “Memoria estatística acerca da notavel vila de Montemor o Novo”, publicado no tomo de 1817, exhibe com evidência a preferência pelo documento escrito ou inscrito, contrastante com o tratamento negligente votado ao edificado centenário⁷⁷⁹.

Trata-se de um trabalho do sócio correspondente Joaquim José Varela que nomeia os templos e as casas religiosas da vila sem emitir qualquer juízo acerca das construções. Ressalta a informação escrita, o vestígio do passado destacado nas pedras inscritas que integram o edificado. Com efeito, Varela centra os esclarecimentos acerca da primeira paróquia local, instituída «depois de conquistada a Villa pelos Christãos», na lápide comprovativa da história e não nos sobejos do templo centenário que a incorpora.

O autor explica que a paróquia primitiva «estava fundada dentro dos muros da antiga povoação: na sua origem foi Matriz, e unica; hoje só se vêem as ruínas, nas quais ainda se conserva o monumento da sua fundação», lápide que transcreve⁷⁸⁰. É, sem dúvida alguma, este testemunho que cativa o investigador, indiferente aos sobejos arquitetónicos da vetusta construção

⁷⁷⁸ MORATO, Francisco Manuel Trigo de Aragão, “Elogio historico do excellentissimo e reverendissimo D. Fr. Manoel do Cenaculo, Arcebispo d’Evora”, ob. cit..

⁷⁷⁹ *Historia e memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, ob. cit., t. 5, 1817.

que o sustém. Segundo ele, esse «*monumento d'huma Igreja Parochial do principio da Monarchia, bem merecia ser tirado da velha parede*, que o pode sepultar nas suas ruínas, e guardado segundo as Leis da Patria»⁷⁸¹. A preocupação de salvaguarda incide toda sobre o objeto móvel, não merecendo uma mera apreciação a igreja abandonada. A noção de conservação manifestada é bem conforme à que notámos patente no Alvará de 1802, igualmente dedicado aos bens móveis, apologista da sua recolha e transferência para coleções que lhes garantam proteção.

Cremos que esta atitude onde se encontra privilegiado o vestígio material escrito, isto é, inscrito do passado é aquela que subjaz também à delineada «*Historia dos Monumentos sepulchraes de Lisboa, isto he, huma Collecção de quanto se achão nesta Capital: com a exposição dos factos, de que podem servir de prova, ou de illustração*», com publicação prevista para o ano de 1817, igualmente pela Academia Real das Ciências⁷⁸². Com efeito, o termo “monumento” surge diversas vezes como sinónimo de “documento escrito” nos tomos da sua *Historia e memorias* e em publicações coevas⁷⁸³, provando-nos a ambiguidade da palavra que tinha já esse significado muito vincado nos textos do século XVIII que observámos. Também é verdade que em algumas das edições da época agora em análise, sobretudo em periódicos noticiosos generalistas, a palavra “monumento” se utiliza comumente em alusão a obras comemorativas, nomeadamente fúnebres⁷⁸⁴. De facto, como notámos atrás, o *Diccionario da lingua portugueza*, nas versões de 1813 e de 1823, persiste em explicar o vocábulo como

⁷⁸⁰ *Id.*, pág. 24.

⁷⁸¹ *Ib.*. Itálico nosso.

⁷⁸² *Ib.*, t. 4, 1815, pág. XLV.

⁷⁸³ Veja-se *ib.*, e considere-se os diversos tomos da publicação. Os exemplos abundam, nomeadamente, no t. 4, de 1815. O mesmo acontece em diversos números da *Gazeta de Lisboa*, ob. cit., saídos no curso dos anos que consideramos. Atente-se ainda a CONCEIÇÃO, Cláudio da, *Gabinete historico que a Sua Magestade Fidelissima o Senhor Rei D. João VI, em o dia de seus felicissimos annos, 13 de Maio de 1818, offerece Fr. Claudio da Conceição*, 17 ts., Lisboa, na impressão Regia, 1818-1831.

⁷⁸⁴ Por exemplo, a estátua equestre de D. José, referida nos *Annaes das sciencias* (...), ob. cit., t. 10, 1820, pág. 10; o desejado “monumento” a Camões ou o desenhado por Chiari para D. Pedro IV, designados na *Gazeta de Lisboa*, ob. cit., em 1823 e 1826, respetivamente; e o “monumento” a D. João VI no Rio de Janeiro, anunciado em *O investigador portuguez* (...), ob. cit., vol. XIX, 1823.

significante de uma obra de memória intencional; de um mausoléu ou sepultura nobre, erigida à memória de alguém; ou de documentos que conservam a memória dos factos⁷⁸⁵.

Parece-nos, assim, que a “história dos monumentos sepulcrais” anunciada, mas nunca concretizada, teria por intuito coligir as epígrafes tumulares dispersas pela cidade (e não as obras que lhes serviam de base ou de abrigo), produzindo a história possível, auxiliada pelo escrito e inscrito nos túmulos e em outros *monumentos-documentos*.

Esclareça-se que há uns poucos artigos de *Historia e memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa* que divulgam abordagens inusuais ao património arquitetónico. Deixemo-los, contudo, para considerações posteriores. De momento, importa-nos prosseguir atendendo às continuidades do tema em estudo, detendo-nos em uma outra persistência evidente nas fontes: a adjetivação genérica e um tanto abstrata utilizada nas menções às obras.

Muito ao jeito do que verificámos suceder ao logo do século XVIII, em especial no seu início e logo após o terramoto, palavras como “sumptuoso”, “nobre”, “soberbo”, “magnífico” e “majestoso” são frequentemente empregues como descritivos da arquitetura nas publicações da época em apreço. Encontramo-los, com facilidade, em *Gabinete historico*, dezassete tomos escritos por frei Cláudio da Conceição, publicados entre 1818 e 1831⁷⁸⁶. Achamo-los igualmente em *Tratado completo de cosmographia, e geographia-historica, physica e commercial, antiga e moderna*, quatro

⁷⁸⁵ SILVA, António de Moraes, *Diccionario da lingua portugueza recopilado dos vocabulários impressos até agora*, 2.^a ed. novamente emendado e muito acrescentado, vol. II, Lisboa, Typ. Lacerdina, 1813, pág. 317; *id.*, *Diccionario da lingua portugueza recopilado de todos os impressos até ao presente*, 3.^a ed. mais correta e acrescentada, ob. cit., pág. 268. Na edição de 1831 acrescenta-se ao significado de “monumento” achados *arqueológicos*, bens “tirados das entranhas da terra” (VELHO, Teotónio José de Oliveira, *Diccionário da lingua portugueza*, 4.^a ed. reformada, emendada, e muito acrescentada pelo mesmo autor: posta em ordem, correta e enriquecida de grande número de artigos novos e dos sinónimos, vol. II, Lisboa, na Impressão Regia, 1831, pág. 331).

⁷⁸⁶ CONCEIÇÃO, Cláudio da, *Gabinete historico* (...), ob. cit..

volumes redigidos por Casado Gerales, dados à estampa em Paris, entre 1825 e 1828⁷⁸⁷.

Ambas as obras historiográficas referem os edifícios mais notáveis do reino, os desde sempre muito nomeados mosteiros de Alcobaça, da Batalha e de Santa Cruz de Coimbra, entre outros. Em *Tratado completo* o Mosteiro de Belém é dito “sumptuoso”, o de Mafra e o de Tomar “grandiosos”, o de Alcobaça “sumptuoso e riquíssimo”⁷⁸⁸. Nenhuma das casas é apresentada como uma obra arquitetónica com qualidades rememorativas, nenhuma merece sequer um apontamento de teor artístico. Apenas o Mosteiro da Batalha é qualificado como «obra prima de architectura gothica (...) fundação de D. João I, em memoria da gloriosa victoria d’Aljubarrota»⁷⁸⁹, apreciação que não constitui propriamente novidade, em 1825, três décadas volvidas sobre o trabalho que James Murphy dedicou ao edifício e outros tantos anos passados sobre referências significativas à casa, por nós anteriormente identificadas.

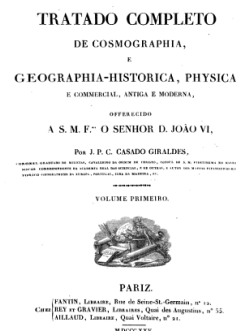


FIG. 52 *Tratado de cosmographia, e geographia-historica, physica e commercial, antiga*, 1825.

Na obra de Cláudio da Conceição a atitude não é diferente. É, aliás, mais óbvia. Como no *Tratado* de Gerales, no *Gabinete* de Conceição a quase totalidade dos edifícios erigidos durante os sucessivos períodos históricos narrados não merece mais do que uma simples nomeação, acompanhada pela indicação do respetivo instituidor. Sobre o Mosteiro de Alcobaça, “magnífica fábrica”, o *Gabinete* informa apenas tratar-se do resultado de uma promessa feita por D. Afonso Henriques⁷⁹⁰. Esta casa, a de Santa Cruz de

⁷⁸⁷ GERALDES, Joaquim Pedro Casado, *Tratado de cosmographia, e geographia-historica, physica e commercial, antiga e moderna*, 4 vols., Paris, Chez Fantin, 1825-1828.

⁷⁸⁸ *Id.*, *ib.*, vol. I, 1825.

⁷⁸⁹ *Id.*, pág. 88.

⁷⁹⁰ CONCEIÇÃO, Cláudio da, *Gabinete historico* (...), ob. cit., ts. 1 e 13, 1818 e 1829, pp. 182 e 167, respetivamente.

Coimbra ou a de São Vicente de Fora são amiúde referidas, mas também sem qualquer nota acerca das suas qualidades de memória e de arte⁷⁹¹.

A sepultura do Conde D. Henrique, na Sé de Braga, é “soberba”⁷⁹²; o túmulo que D. Manuel mandou erguer para o monarca fundador, em Santa Cruz de Coimbra, “magnífico”⁷⁹³; a Batalha um “sumptuoso convento”⁷⁹⁴, apontado como “jazigo dos reis”⁷⁹⁵; o Mosteiro de São Vicente de Fora “he hoje huma das mais sumptuosas [obras] de Lisboa”⁷⁹⁶; a capela de Corpus Christi, no Convento de São Domingos de Benfica, é “grande e magnífica”⁷⁹⁷; o Aqueduto das Águas Livres, uma “magnífica obra”⁷⁹⁸.

O único edifício apresentado de modo mais extenso é a Basílica de Santa Maria Maior. Mas a apreciação impressa no *Gabinete* de 1823 é praticamente igual à divulgada seis anos antes pelo *Jornal de bellas artes, ou mnémosine lusitana*⁷⁹⁹. Falaremos do texto que serviu de inspiração a frei Cláudio dentro em pouco. Por agora, afirmamos apenas que os elogios e a atenção expositiva em causa vão todos para a obra nova da basílica, isto é, para a obra moderna que resultou da intervenção feita perto do final dos anos 1770, oportunamente explicada atrás, em consequência do grande terramoto⁸⁰⁰.

Alcançámos, assim, uma outra persistência notória na abordagem ao património arquitetónico: a estima pelo edificado novo, de estética atual e dimensões grandiosas. Aliás, o próprio *Gabinete historico* dá mais destaque a construções do termo do século XVII e do século XVIII do que às de períodos anteriores.

A continuidade agora abordada é facilmente detetável no mencionado *Jornal de bellas artes, ou mnémosine lusitana*. Redacção patriótica de Pedro

⁷⁹¹ Veja-se, sobretudo, o tomo 1.

⁷⁹² CONCEIÇÃO, Cláudio da, *Gabinete historico* (...), ob. cit., pág. 174.

⁷⁹³ *Id.*, *ib.*, pág. 207.

⁷⁹⁴ *Id.*, t. 2, 1818, pág. 54.

⁷⁹⁵ *Id.*, pág. 76.

⁷⁹⁶ *Id.*, pág. 306.

⁷⁹⁷ *Id.*, t. 4, 1819, pág. 167.

⁷⁹⁸ *Id.*, t. 10, 1823, pág. VII.

⁷⁹⁹ Veja-se *id.*, *ib.*, t. 9, pág. 195; e CAVROÉ, Pedro Alexandre, *Jornal de bellas artes, ou mnémosine lusitana*. Redacção patriótica, Lisboa, na Impressão Regia, n.º 6, 1817, pág. 82.

Alexandre Cavoé, publicada durante 1816 e 1817. A intenção declarada do autor é «fazer hum serviço aos Amigos da Nação» difundindo artigos «todos tendentes ao mesmo fim, isto he, ao de promover a divulgação das cousas gloriosas a Portugal»⁸⁰¹. Por entre as rubricas do periódico encontra-se a intitulada «Discripção», dedicada a edificios e obras de Lisboa, assim integrados no projeto fundador de exaltação pátria do *Jornal*. Deste modo, o desejo de valorização nacional que instiga a publicação surge plasmado nos monumentos.

Cavoé expõe objetos e arquiteturas distintas deixando evidente o predomínio das obras de formas modernas ou de grande porte face às demais, o que demonstra uma atitude para com o património edificado que existe há muito. Apresenta-se-nos como novidade o destaque conferido às obras civis na «Discripção», perfeitamente a par das religiosas. Mas, de um modo geral, as apreciações feitas a todas elas, o tipo construção selecionada e os valores destacados são os que vêm sendo elogiados há largas décadas.

A Praça do Comércio e a Estátua Equestre; o Aqueduto das Águas Livres, “incomparável monumento”, «obra de maior magnificencia, que do seu genero se admira em todo o Mundo»⁸⁰²; o edificio da Real Fábrica da Seda, de «arquitetura propria, e conveniente, segundo as regras, e preceitos da Arte»⁸⁰³; o “monumento sepulcral” do Príncipe Waldeck; o Convento de Jesus, “belo edificio” pela «regularidade da sua arquitetura, decorada de pilastras da Ordem Jónica, sobre outras da Ordem Dórica»⁸⁰⁴; o Hospital Real das Caldas da Rainha; a Igreja dos Mártires, “reedificada” e “melhorada” depois de 1755, «não só em situação, como em fórma, e matéria»⁸⁰⁵; o Hospital Real de São José, «amplo, e grandioso edificio»⁸⁰⁶; o Terreiro ou Celeiro Público, “vasto edificio”; o Arsenal Real do Exército, «hum dos edificios mais notaveis de

⁸⁰⁰ *Vide supra*.

⁸⁰¹ CAVROÉ, Pedro Alexandre, *Jornal de bellas artes (...)*, ob. cit., n.º 1, pág. 4.

⁸⁰² *Id.*, *ib.*, n.º 4, 1816, pág. 61.

⁸⁰³ *Id.*, n.º 7, 1816, pág. 111.

⁸⁰⁴ *Id.*, n.º 22, 1816, pág. 358.

⁸⁰⁵ *Id.*, n.º 16, 1817, pág. 250.

⁸⁰⁶ *Id.*, n.º 18, 1817, pág. 272.

Lisboa»⁸⁰⁷; e o Colégio Real dos Nobres, de arquitetura “regular e elegante”, são alguns dos objetos tratados em «Discripção», por vezes enriquecida com a gravura da construção que lhe serve de tema.



FIG. 53 Basílica de Santa Maria Maior, em *Jornal de bellas artes, ou mnemosine lusitana*, 1817.

É certo que Cavoé refere também a Basílica de Santa Maria Maior, mas os seus elogios, como adiantámos, vão para a obra nova da antiga Sé, para a obra realizada em resultado do terramoto de 1755. O autor explica ter-se “reedificado” então a parte arruinada do templo, declarando que o «restaurarão, tornando o seu interior *mais bello e magnifico*. As columnas toscas, e corcomidas do tempo forão *cobertas de estuque, e ennobrecidas com bases, e capiteis doirados* da Ordem Corinthia; as *abobedas, e arcos com molduras, e arcos em relevo*, e pinturas (...) restaurou-se igualmente o adro, e o frontespicio deste Templo, coevo da Monarquia Portuguez»⁸⁰⁸. É esta exposição que frei Cláudio da Conceição praticamente transpõe para o *Gabinete* indicado atrás.

Cavoé recorre a uma expressão ao tempo muito pouco usual para assinalar a intervenção sobre preexistências, “restaurar”. Ela surge, porém, como sinónimo do mais costumeiro “reparar”, “consertar” ou “reedificar”, em nada sugerindo a existência de um substrato teórico que o leve a preferir aquele termo. Aliás, o autor valoriza a origem ou o contexto histórico da fundação da igreja sem sequer considerar os vestígios arquitetónicos legados por esse tempo específico. Os únicos restos materiais da história centenária que aqui cativam o autor são lápides e alguns túmulos.

Apesar da evidente preferência estética de Cavoé, o primeiro número do seu *Jornal* dedica a «Discripção» à “incomparável vista da cidade de Lisboa”, destacando na paisagem, entre outros apontamentos, «a Obra prima da

⁸⁰⁷ *Ib.*, n.º 24, 1817, pág. 373.

⁸⁰⁸ *Ib.*, n.º 6, 1817, pág. 82.

Arquitectura Gothica, o Mosteiro de Bellem»⁸⁰⁹. Cavroé volta a referir a casa dos jerónimos em artigo posterior, consagrado à escultura em Portugal. Aí emparelha Belém e a sua arquitetura ao Mosteiro da Batalha, afirmando serem ambos «talvez no género gothico os melhores do mundo»⁸¹⁰. A alegação acha-se suportada pelo trabalho de James Murphy, cuja citação e transcrição parcial encontramos em nota de pé de página, evidenciando o impacto da investigação daquele arquiteto em Portugal.

Diga-se, de resto, que em *Historia e memorias* da Academia das Ciências desse mesmo ano de 1816 é dada a notícia de que o Visconde de Balsemão “enriqueceu” a biblioteca da sociedade «com hum exemplar da bella Descripção do Convento da Batalha, de Mr. Murphy»⁸¹¹. Mas o gótico continua a não ser consensual, e as obras de bases clássicas persistem como referência de gosto unanimemente aceite. Veja-se que, três anos depois, em *Historia e memorias* de 1819, se publica que os “povos godos”, «não tendo sido instruidos nas boas artes, como forão os Gregos e Romanos, e não podendo chegar á nobre simpleza da antiga architectura, ornárão os seus edificios de tudo o que se offereceo á sua mal regulada imaginação»⁸¹².

A questão ou problemática do gótico, por nós refletida no âmbito de outras épocas, mantém-se. Porém, o reconhecimento do estilo e a admiração pelas suas formas ganham novos matizes em algumas publicações geradas nos anos agora em estudo. Por isso, consideramo-las seguidamente, em capítulo próprio, onde se atenderá também ao valor histórico e identitário da arquitetura.

⁸⁰⁹ *Ib.*, n.º 1, 1816, pág. 9.

⁸¹⁰ *Ib.*, n.º 13, 1816, pp. 208 e 209.

⁸¹¹ *Historia e memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, ob. cit., t. 4, 1816, pág. XXIV.

⁸¹² *Historia e memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, ob. cit., t. 6, 1819, pág. 58.

1.2. NOVAS APRECIÇÕES DO VALOR DE ARTE E DO VALOR DE MEMÓRIA DO PATRIMÓNIO EDIFICADO

A ideia de *monumento histórico* foi comprovadamente intuída por alguns durante o século XVIII, onde a descobrimos explanada e percebida por outros tantos no começo da centúria seguinte. No início de Oitocentos, a noção de monumento nacional verificou-se também perfeitamente exposta e, depois, até designada. Podemos afirmar que até ao período presentemente em exame as qualidades rememorativas e identitárias do património vêm sendo reconhecidas por via de um processo de paulatino incremento e afirmação dos valores dos monumentos.

O percurso, que vimos procurando traçar, terá demonstrado como o reconhecimento dos valores de memória e a apreciação dos valores de arte se condicionam mutuamente. Ora este dado irá notar-se a sobressair com evidência nos anos em agora apreço. À medida que aquele reconhecimento se alastra ou intensifica e que acontece incidir sobre uma época histórica particularmente estimada, a arte produzida durante esse período e com ele identificada passa a ser percecionada de modo diferente, passa a beneficiar de uma recetividade mais cuidada. Por outro lado, conforme os preconceitos estéticos ou culturais sobre um determinado estilo perdem a força, ou conforme o conhecimento acerca dele progride, as qualidades de memória em potência nos objetos que exibem as características artísticas em causa, passam a ser mais atendidas ou a estar mais disponíveis ao olhar do observador.

O caso dos monumentos góticos é exemplar. Como no século anterior e nas décadas precedentes aos anos agora em exame, o estilo ainda não é objeto de consensos. Porém, encontra-se mais conhecido e aceite, em especial por motivo da investigação persistente que alguns britânicos entusiastas da estética vêm levando a cabo, sensivelmente desde o último quartel de Setecentos. Mas também devido a pesquisas e reflexões realizadas em

França, sobretudo a partir da última década daquele século⁸¹³. A motivação dos trabalhos prende-se, justamente, com razões fundadas no interesse pela história dos povos, originalmente impulsionado pelas luzes e depois alimentado pelo romantismo que se deixa seduzir pelos vestígios materiais artísticos do passado, entendendo-os como um legado histórico identitário e estruturante da comunidade, enfim, como património nacional.

Essas indagações culturais que animam os grandes centros europeus demonstram ter eco em Portugal, promovendo aqui mudanças sobre o modo de olhar o património reinol. Observámo-lo atrás, nomeadamente com Murphy, cujo levantamento do Mosteiro de Santa Maria da Vitória continuará a ser frequentemente citado por autor portugueses, no final da década de 1810 e nos anos de 1820. Parece ser neste período, em especial após a primeira experiência liberal no país, que o universo da problemática patrimonial em Portugal progride grandemente, como seguiremos a explicar.

De facto, durante o tempo presentemente em análise, a própria terminologia patrimonial ganha adeptos, começando a ser utilizada com um significado que se procura ir precisando cada vez melhor, como as fontes em seguida examinadas comprovarão.

1.2.1. OS MONUMENTOS NÃO-INTENCIONAIS ANTIGOS E MODERNOS DE TORRES VEDRAS, SEGUNDO AGOSTINHO MADEIRA TORRES

Na há pouco mencionada *Historia e memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa* de 1819 consta o artigo “Descripção historica e economica da Villa e Termo de Torres Vedras”, da autoria de Manuel Agostinho Madeira Torres (1771-1836), sócio correspondente da agremiação⁸¹⁴. O capítulo V do estudo intitula-se «*Dos Monumentos celebres antigos e modernos da Villa de Torres Vedras, e o seu Termo*»⁸¹⁵.

⁸¹³ Veja-se, por exemplo, CHOAY, Françoise, *A alegoria do património*, ob. cit..

⁸¹⁴ *Historia e memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, ob. cit., t. 6, 1819, pp. 12-138.

⁸¹⁵ *Id.*, *ib.*, pp. 36-45. Itálico nosso.

Madeira Torres, liberal que será deputado da Cortes Gerais durante o Vintismo, inscreve no tema um conjunto de obras arquitetónicas de diferentes épocas e funções, monumentos não-intencionais civis e militares. Mas não inclui nele qualquer construção religiosa. O facto é, em si mesmo, surpreendente e verdadeiramente singular quando se conhece que o autor do texto é prior de Santa Maria do Castelo. Na verdade, os templos encontram-se tratados em capítulo posterior, sem o epíteto de “monumento” e sem considerações de ordem rememorativa ou artística relativas ao edificado.

«Na classe dos Monumentos antigos merece o primeiro lugar o Castello» que «cobre e domina» a povoação e o seu termo⁸¹⁶. Parte das casas no seu recinto «no primeiro tempo da Monarquia fôrão residencia d’alguma das nossas Rainhas», explica o autor⁸¹⁷. Adita em seguida que a fortaleza foi “reparada” pelo rei D. Fernando e, aparentemente, também por D. Manuel, porque encontra as suas armas patentes na construção. O castelo merece-lhe ainda elogio por se ter mostrado praticamente inexpugnável até à invenção da artilharia. É assim que Madeira Torres sugere que a construção evoca o passado histórico português e os sucesso militares pretéritos.

O «outro notavel Monumento antigo he a obra do Aqueducto, e da Fonte principal» que descreve⁸¹⁸. Ela tem dois tanques, «nobres por diversos motivos». O superior, hoje conhecido como chafariz dos canos, «por ser coberto de abobeda suspensa entre a parede [...] e huma arcada que discorre como em semicirculo [...] distribuida em cinco arcos ou porticos, *tudo*

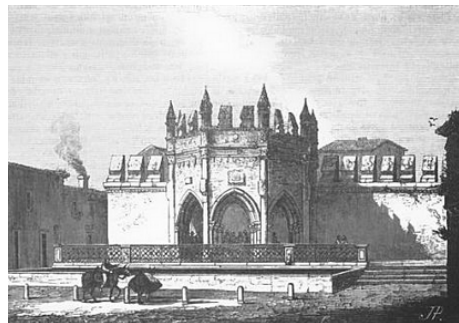


FIG. 54 Chafariz dos Canos, em Torres Novas, 1865.

de pedraria lavrada e fabricada segundo a Architectura chamada Gothica, por cuja circumstancia se fez mais digna do apreço dos homens intelligentes, assim Nacionaes como Estrangeiros, especialmente Inglezes, não se

⁸¹⁶ *Ib.*, pág. 36.

⁸¹⁷ *Ib.*.

⁸¹⁸ *Ib.*, pp. 36 e 37.

contentando só de observalla, mas levando-a desenhada»⁸¹⁹. O tanque inferior «he nobre por muito espaçoso e regular; porém he moderno»⁸²⁰. Quer dizer, é antiguidade e a estética do primeiro que nobilitam aquele monumento e é a dimensão grandiosa e harmoniosa deste que o distingue.

Mas «muito mais superior ainda pelo seu grande custo e *antiguidade* he o Aqueducto», obra do século XVI, mandada construir pela Infanta D. Maria, filha de D. Manuel⁸²¹. Sobre esta edificação «bom era que se *prevenissem alguns estragos, e se evitassem outros maiores* que serão difíceis de remedear»⁸²². Apela-se ao recurso a uma espécie de conservação preventiva, garantida pela manutenção do terreno confinante à construção, que deverá ser mantido “inculto e sólido”, para evitar a degradação da obra.

No comentário aos monumentos antigos selecionados o autor acusa a valorização da imponência ou dimensão do construído, bem como a da antiguidade da obra. Repare-se, porém, que apenas destaca a qualidade artística no caso do tanque que identifica como gótico. Madeira Torres elogia o estilo, esclarecendo que é apreciado por “homens inteligentes” – o que querará dizer, por alguns membros das elites portuguesas e estrangeiras –, sobretudo por britânicos. Insinua, aliás, que estes terão exercido uma influência significativa sobre os locais na chamada de atenção para o gótico, no reconhecimento e na apreciação do estilo, pois não só se detiveram na obra em causa, como também cuidaram de a traçar. Diríamos que em Torres Novas o *efeito Murphy* aconteceu por via de práticas análogas às deste arquiteto, realizadas por outros britânicos, por ventura simples amadores, estacionados na vila por ocasião das Invasões Francesas, cremos.

Madeira Torres incide, depois, «na classe dos Monumentos modernos», assim entendidos apesar da falta de intensão de memória na origem das jovens construções que aponta⁸²³. Neste grupo, «deve mencionar-se o

⁸¹⁹ *Ib.*, pág. 37. Itálico nosso.

⁸²⁰ *Ib.*.

⁸²¹ *Ib.*.

⁸²² *Ib.*.

⁸²³ *Ib.*, pág. 39.

sumptuoso Edifício» do Hospital de Runa, instituído pela Princesa D. Maria Francisca Benedita para acolher militares inválidos⁸²⁴. Explica-se que a obra compreende um palacete «para servir de residencia, ao menos temporaria, da sua Fundadora e Familia, e já lhe havia servido na ultima vinda ao mesmo Edifício antes da sua saudosa ausencia deste Reino em 1807. Este acontecimento, tão necessario e bem combinado, como fatal, produzio a interrupção desta importante obra»⁸²⁵.

O monumento parece evocar a família real ausente, bem como o tempo histórico imediatamente anterior e posterior à inevitável partida para o Brasil. Aparenta ser também apreciado pela sua estética atual e medidas imponentes, atitude muito frequente, aqui aliada à novidade de se atribuir um valor documental e de memória ao edifício, no seu reconhecimento enquanto "monumento".

No mesmo capítulo, o autor debruça-se igualmente sobre as «obras de fortificação, conhecidas não só neste Reino, mas em todos os Paizes, com o titulo de *Linhas de defeza de Torres Vedras*»⁸²⁶. Considera-as, portanto, um “monumento moderno”, classificação e leitura do construído absolutamente original, não só pelas características da obra como pelo contexto em que a apreciação é feita. As Linhas de Torres foram erigidas por ordem do «immortal Duque de Wellington [...] sabio e invencivel Chefe» que traçou «o plano para rebater novos e superiores ataques» das tropas napoleónicas mandando construí-las⁸²⁷. Para o autor, «esta obra que tão notavel se tornou (especialmente depois da ultima invasão [...])» fez «mais conhecida, e celebre esta Villa»⁸²⁸ e terá já um papel identitário junto da comunidade local.

«Dos Monumentos celebres antigos e modernos da Villa de Torres Vedras, e o seu Termo» afigura-se-nos um texto de conteúdos inusitados. Os “monumentos” que aborda não são testemunhos escritos ou inscritos, não

⁸²⁴ *Ib.*.

⁸²⁵ *Ib.*.

⁸²⁶ *Ib.*, pág. 40.

⁸²⁷ *Ib.*.

⁸²⁸ *Ib.*.

são sequer obras de intensão rememorativa na sua origem. São edifícios de funcionalidades, épocas e estéticas diversas, onde o exemplar gótico é, inesperadamente, aquele que recebe o maior encómio pela sua qualidade artística. Para mais, “monumento” parece ser entendido como significante de documento histórico e também artístico, anunciando uma perspetiva enriquecida do património arquitetónico.

Uma mais sólida e esclarecida consciência patrimonial dá sinais de existência clara depois do Vintismo. Vejamo-la nas publicações seguidamente analisadas.

1.2.2. ALMEIDA GARRETT: ARQUITETURA, NAÇÃO E MEMÓRIA

1.2.2.1. Clássico vs gótico: *O retrato de Vénus, o Ensaio sobre a história da pintura e a carta da Borboleta Constitucional*

Se existe personalidade portuguesa onde a época de charneira cultural que examinamos se manifesta lapidarmente, ela é a de Almeida Garrett (1799-1854)⁸²⁹. A filiação clássica estruturante do autor, a sua convicção liberal inabalável e o estreito contacto que estabelece com o movimento romântico traduzem-se numa produção literária e num pensamento estético que vive na tensão entre esses dois campos, o clássico e o romântico, oscilando entre os princípios de um e de outro estilo. A questão tem sido tema de reflexão aprofundada de diversos trabalhos, no âmbito da estética e da literatura⁸³⁰, importando para o nosso estudo o modo como as circunstâncias históricas e pessoais específicas de Garrett e do seu tempo condicionam o modo de entender, avaliar e divulgar, por meio da escrita, o património arquitetónico.

Circunstâncias históricas e pessoais, porque é a sua situação de liberal fervoroso, participante ativo na revolta de 24 de agosto de 1820 que impõe o

⁸²⁹ Veja-se, por exemplo, PEREIRA, José Carlos, *As doutrinas estéticas em Portugal: do romantismo à Presença*, policopiado, dissertação de doutoramento em Ciências da Arte, Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, 2009, pp. 24-56; MONTEIRO, Ofélia Paiva, “Almeida Garrett”, in *História da literatura portuguesa*, vol. IV, Mem Martins, Publicações Alfa, 2003, pp. 69 e ss.

⁸³⁰ *Id.*

liberalismo em Portugal, é o seu envolvimento político que o obriga a emigrar para Inglaterra e depois para França, entre 1823 e 1826, e o força a partir de novo para o exílio em Inglaterra, de 1828 a 1832, que moldam determinadamente o seu olhar sobre as construções centenárias do reino.

As apreciações mais significativas para a nossa dissertação, expostas nas publicações de Almeida Garrett, encontram-se no prólogo de *João Mínimo*, trabalho de 1828 dado à estampa no ano seguinte. Há, todavia, apontamentos menores, no sentido de menos desenvolvidos e de mais esparsos, que foram elaborados em obras anteriores e que devem também ser considerados. Os primeiros são os propagados em *Ensaio sobre a história da pintura*, publicado em 1821, junto com *O retrato de Vénus*, poema polémico a que aquele texto serve de apêndice. Ambos incidem sobre a arte da pintura e deixam manifesta a preferência do jovem autor pelo classicismo, num discurso pontuado de elogios à nação, cuja história se apresenta particularmente feliz sob o reinado de D. Manuel.

Em *O retrato de Vénus*, o elogio à estética clássica não dispensa nótulas de desprezo pelo gótico que se lhe opõe, pese embora as referências entusiastas ao *Génie du christianisme* de Chateaubriand⁸³¹. Louva-se Itália, mais concretamente «Bolonha, que na Europa barbara (...) o *Gothico stupor* tiraste às artes»⁸³² e elogia-se a situação portuguesa de então, alegando que «entre as sombras da *ignorancia Gothica* brilham nas trevas Lusitanas tintas» promovidas pelo «grão Manoel na época d'ouro» do reino⁸³³. A associação entre o êxito da nação, o bom governo e os valores das luzes, em especial o da liberdade, com a boa produção artística percorre toda a escrita *garrettiana* que aflora as artes. Aliás, ela é uma das característica do autor frequentemente comentada pelos investigadores⁸³⁴.

⁸³¹ GARRETT, Almeida, *O retrato de Vénus, poema*, Coimbra, na Imprensa da Universidade, 1821 pp. 29, 90 e 91, 132.

⁸³² *Id.*, *ib.*, pág. 39. Itálico nosso.

⁸³³ *Id.*, pp. 73 e 74. Itálico nosso.

⁸³⁴ Veja-se, por exemplo, o trabalho acima citado de PEREIRA, José Carlos; e também Garrett e as artes. *Actas do ciclo de conferências*, Centro de História da Arte da Universidade de Évora, 2002.

As ideias destacadas são, naturalmente, retomadas em *Ensaio sobre a história da pintura*. Para Portugal, Garrett sistematiza o tema em quatro épocas: a primeira, referente aos séculos XI e XIV, a segunda, aos séculos XV e XVI, a terceira, ao século XVII, e a última, aos séculos seguintes. Para a primeira, o autor continua a considerar que «Itália, e Portugal erao, nestas épocas remotas dos seculos XI, XII, e XIII, as provincias menos barbaras da Europa», como entende que testemunham os seus «monumentos públicos, templos estátuas, e ainda livros»⁸³⁵.

O RETRATO DE VENUS,

P O E M A

POR J. B. DA SILVA LEITÃO
D'ALMEIDA GARRETT,

D. E C.

J. B. S. L. A. GARRETT:

Fig. 54 O retrato de Vénus, 1821.

Em Portugal, as casas de «Alcobaça, e Santa Cruz de Coimbra são, além d'outras, incontrastaveis provas» da tese apresentada por Garrett, convicto de que entre nós vivia «o melhor, que do gosto do tempo se podia esperar»⁸³⁶. Esses edifícios surgem, portanto, como monumentos com importância para a história e para a história das artes no reino e é sob esta ótica que são apresentados aos leitores, assim expostos a um entendimento mais profundo do património, não só pictórico mas também arquitetónico.

Garrett prossegue avaliando a pintura do período, «um mesclado de Gothico, e Grego-moderno» e a sua evolução para a época seguinte. Declara dever-se ao «gosto antigo, que então começava a prevalecer na Itália, e que de lá se comunicou a Portugal pela protecção, com que o amador das boas artes, D. Manoel especializou a pintura», a passagem para a segunda época da arte entre nós⁸³⁷.

As suas observações levam-nos a pressentir uma muito subtil dificuldade em situar estilisticamente a arte do reinado de o Venturoso. Cremos que talvez por estar ciente de que ela possui elementos estéticos primitivos ou góticos e elementos modernos ou clássicos (que o autor prefere sublinhar), não sendo

⁸³⁵ GARRETT, Almeida, *O retrato de Vénus, poema*, ob. cit., pág. 140.

⁸³⁶ *Id.*

⁸³⁷ *Ib.*, pág. 141.

rigorosamente uma ou outra coisa. É, todavia, a arte responsável pela transição para o *bom gosto* que faz ressurgir a antiguidade.

Assim, na segunda época, «Portugal contava, na longa serie de seus pintores, Gram Vasco, Francisco de Hollanda, Claudio Coelho, e mil outros. D. Manoel chamado o feliz, foi o pae das sciencias, e artes»⁸³⁸. E tal foi possível porque «o commercio, e conquistas da India tinham elevado o reino a um grau de opulencia» inaudito⁸³⁹. Sobre a arquitetura do tempo, declara apenas que «D. Manoel quiz eternizar-se com a fábrica do mosteiro Belém»⁸⁴⁰, atribuindo-lhe, desta forma, evidente valor de memória, mas nada adiantando sobre o ecletismo do edifício ou outras características da construção.

A arquitetura propriamente moderna aparece elogiada somente na quarta época da pintura, referente aos séculos XVIII e XIX. Durante este período, a riqueza e a paz vigente, ao longo do reinado de D. João V, «fizerão reviver as artes, e sobre tudo a pintura, e architettura. Começou-se Mafra pela mesma razão, que se começára Belém», pretendendo perpetuar a memória do fundador⁸⁴¹. O que significa que Garrett interpreta o edifício como um monumento de atributos rememorativos. Todavia, o “colosso jesuítico” e o “tomismo” então dominantes levam-no a afirmar que foi somente sob D. José e D. Maria que verdadeiramente «brilhou a pintura como a poesia, e as outras artes, e sciencias», sem comentários ao edificado do tempo⁸⁴².

Como é evidente, em *O retrato de Vénus e Ensaio sobre a história da pintura* a arquitetura não é devidamente avaliada. Ao contrário, na carta contemporânea que Garrett escreve para *Borboleta Constitucional*, periódico liberal que publica o escrito, a arquitetura é explicitamente considerada. Motiva o manifesto a estética proposta para o Monumento à Liberdade, a erguer no Porto, em memória da revolta de 1820. Desagradado com o modelo apresentado, que alega não traduzir «o povo livre, e generoso» que é

⁸³⁸ *Ib.*.

⁸³⁹ *Ib.*, pág. 142.

⁸⁴⁰ *Ib.*.

⁸⁴¹ *Ib.*, pág. 144.

⁸⁴² *Ib.*.

o português, em 1821, Garrett reprovava a «afluencia de symbolos» patente no projeto, o «labyrintho de alegorias», «confusão de adornos» e «miscelania em tudo» do seu delineado⁸⁴³. A sua posição é irredutível na defesa artística da «Simplicidade, simplicidade, Sr. Redactor; esta he a primeira lei de todas as boas-artes»⁸⁴⁴.

O protesto confronta explicitamente a arte e a arquitetura clássicas com as góticas. Garrett argumenta com as características virtuosas daquelas e as desprezíveis destas a sua preferência inequívoca pelas primeiras. Atente-se às suas alegações críticas sobre o conflito estético em questão: «Na [arquitetura] *classica* vêdes rasgos nobres, proporções em grande, pouco enfeites, simples tudo. A *Gothica* nasceu entre ferros, e sob a escravidão militar, e religiosa. *Lanços* curtos, muitos requifes, rendados, e recortados são o seu caracter, e cunho»⁸⁴⁵.



FIG. 55 *Borbolêta constitucional*, 1821.

Invocamos estas palavras porque as cremos perfeitamente ilustrativas de uma argumentação que parte de razões ideológicas e nelas se alicerça para decidir por um estilo artístico. O excerto demonstra o modo como o jovem Garrett associa a arte clássica, sóbria e grandiosa, aos princípios liberais e relaciona a arte gótica, rebuscada e obscura, com o pior do Antigo Regime.

O crítico parece querer consolidar a autoridade da sua posição demonstrando-se um conhecedor atualizado das artes. Afiança que «da mistura destas duas [arquiteturas] nasceu a que chamão = *moderna* = [...] participante mais ou menos d'huma, ou d'outra segundo o estado politico dos povos, que a exerceram. Em *Italia*, e *Alemanha*, em *França*, e *Inglaterra*, em *Hespanha* e *Portugal*, vereis a cada passo o exemplo, e prova desta asserção»⁸⁴⁶.

⁸⁴³ Carta de 14 de agosto de 1821 publicada em *Borbolêta constitucional*, Porto, na Imprensa do Gandra, n.º 111, 21 de setembro de 1821.

⁸⁴⁴ *Id.*, *ib.*.

⁸⁴⁵ *Id.*.

⁸⁴⁶ *Id.*.

Sublinha de novo o vínculo entre a condição de uma nacionalidade e a sua produção artística, desta feita para referir a mescla de estilos ou o ecletismo arquitetónico que se pratica *modernamente* e que desagradará ao escritor, apologista da simplicidade, muito enfatizada no texto.

Julgamos que a carta onde se inscrevem os excertos por nós citados tem implícita a tensão entre as luzes e o romantismo, bem como a progenitura de uma em relação à outra. Ela reflete a ambiguidade que existe ao tempo da implementação da cultura romântica em Portugal, uma mentalidade nova à qual os contactos (forçados) com o estrangeiro darão um importante alento.

Parece-nos, aliás, que a questão está patente, em outros termos, nos três textos até aqui considerados. Porque todos deixam por demais evidente a convicção de que a condição e a identidade dos povos determina a expressão artística das respetivas comunidades, donde se infere que a arquitetura e as restantes artes encerram em si algo de nacional. Esta reflexão é, a um tempo, própria das luzes que deram origem à teoria de Winckelmann e do romantismo agora florescente na Europa⁸⁴⁷. É daquele contexto que Garrett vem e é neste que irá imergir.

1.2.2.2. A atração pela arquitetura não clássica: *Camões*, *D. Branca*, *Adozinda* e *Lyrice de João Minimo*. A condição de conservação e a prática de intervenção sobre monumentos históricos e nacionais

Em 1824, no trânsito entre Inglaterra e França, durante o seu primeiro exílio, Garrett escreve os poemas *Camões* e *D. Branca*, deixando transparecer a sua adesão a uma nova estética que o conduzirá a um entendimento igualmente novo do edificado medieval e (tardo-)gótico português. Publicados respetivamente em 1825 e 1826, os poemas emanam um romantismo inédito, entre nós, à data, provando a contaminação do autor pela novidade experimentada em primeira mão durante a sua estada no estrangeiro, especialmente em Inglaterra.

⁸⁴⁷ Veja-se PEREIRA, José Carlos, *As doutrinas estéticas em Portugal (...)*, ob. cit., pp. 31 e 44.

Com efeito, aquando da permanência de Garrett no país, as ruínas medievais e as construções góticas britânicas tinham-se já celebrizado pelo estímulo que exerciam nos espíritos românticos locais e pelos estudos que, anteriormente, lhes haviam votado os antiquários e eruditos das luzes ingleses⁸⁴⁸. Como lembra o autor, a propósito da sua visita ao Castelo de Dudley no ano de 1823, em relato rescrito vinte anos depois, «os ingleses têm ultimamente restaurado este gosto a arquitectura [gótica], que tão belo é e tão solene, e que o servilismo das imitações gregas, o rococó das monstruosidades greco-galas dos três últimos séculos tinha prescrevido e proscrito»⁸⁴⁹.



FIG. 56 Camões, 1825.

Vivamente impressionado com a realidade cultural que vivencia fora de Portugal, Garrett parece reear as inevitáveis contradições estéticas da sua produção literária a partir de então face aos ideais que defendera publicamente antes de partir. O próprio como que acusa a inflexão do seu discurso estético ao justificar-se na advertência com que preambula o poema *Camões*, habitualmente considerada a primeira obra literária do romantismo português: «declaro desde já que não olhei a regras, nem a principios, que não consultei Horacio, nem Aristoteles [...] Tambem o não fiz por imitar o stylo de Byron [...] Não sou classico, nem romantico: de mim digo que não tenho seita, nem partido em poesia (assim como em cousa nenhuma); e por isso me deixo ir por onde me levão minhas ideias»⁸⁵⁰. Garrett está familiarizado com os Antigos, conhece os contemporâneos, mas afirma-se independente de ambas as tendências na composição poética.

Camões versa sobre o malfadado bardo da pátria e a sua obra magna, a epopeia que narra a aventura marítima lusa, tópicos que vimos gratos aos

⁸⁴⁸ Veja-se SWETT, Rosemary, *Antiquaries. The discovery of the past in eighteenth-century Britain*, London, Cambridge University Press, 2004; CLARK, Kenneth, *The gothic revival (...)*, ob. cit..

⁸⁴⁹ Apud PEREIRA, José Carlos, *As doutrinas estéticas em Portugal (...)*, ob. cit., pág. 44.

⁸⁵⁰ GARRETT, Almeida, *Camões, poema*, Paris, na Livraria Nacional e Estrangeira, 1825. Itálico nosso.

portugueses de Oitocentos. Neste contexto, surgem elogios a dois importantes edifícios mandados erguer pelo rei D. Manuel, em Lisboa, a Torre e o Mosteiro de Belém. Garrett não lhes designa o estilo nem lhes comenta particularmente a estética, ressalva, sim, a qualidade de memória das obras. A primeira, «tôrre antiga, e veneranda, – hoje *mal conservado monumento das glórias de Manoel*»⁸⁵¹. A segunda, «templo que a piedade, e fortunas appregao de Manoel o feliz: padrão sagrado de glória, e religião; esmero d'artes protegidas d'um rei»⁸⁵². Verificamos, novamente, a manifesta consciência das qualidades rememorativas da arquitetura e a especial estima pelas obras que evocam o reinado de o Venturoso, cujo monumento militar de Belém, Garrett lamenta não estar convenientemente salvaguardado.

Também em *D. Branca* o escritor deplora a situação do património histórico português, desta feita na obra da fortaleza de Sagres, «theatro das observações astronomicas do nosso famosissimo infante D. Henrique», no dizer de outrem a quem o poeta recorre para narrar o local⁸⁵³. Garrett copia parte do manuscrito de autoria incerta em uma nota ao poema, assim propagando a meditação acerca do estado do monumento, «reduzido a ruínas, que á exceção das baterias, mais inculcam uma praça abandonada, que guarnecida: *quanto mais se reflecte que d'este pôrto sahiram as expedições, que abriram o primeiro caminho á descoberta das nossas colónias, cuja epocha faz figurar tam gloriosamente a nação portugueza no mundo [...] tanto mais se magôa todo o bom portuguez: porque se não accredita a origem de tanta honra que d'alli resultou á nossa patria*»⁸⁵⁴.



FIG. 57 *D. Branca*, 1826.

⁸⁵¹ *Id.*, *ib.*, pág. 9. Itálico nosso.

⁸⁵² *Id.*, pág. 61.

⁸⁵³ *Id.*, *D. Branca, ou a conquista do Algarve*, Paris, J.P. Aillaud, 1826, pág. 241.

⁸⁵⁴ *Id.*, pp. 241 e 242. Itálico nosso.

Note-se que além de apresentar a fortaleza como um *monumento histórico*, o texto demonstra-a também enquanto *monumento nacional*, obra e símbolo do engenho pátrio. À semelhança do que o próprio Garrett fez no caso da Torre de Belém, o testemunho que agora divulga denuncia o estado de preservação do edificado em Sagres, declarando a consideração pela salvaguarda da obra, produzida e notabilizada por um passado comum, glorioso para a nação, como uma postura patriótica. Trata-se, inegavelmente, de uma atitude patrimonial de foro nacionalista, até ao presente muito pouco conhecida para as datas em causa⁸⁵⁵.

A questão estilística ou artística está tratada em *D. Branca* com um cuidado igualmente maior do que em *Camões*, onde o assunto não surge verdadeiramente atendido. Em uns quantos versos, Garrett expõe a reação do personagem que «C'um sorriso desdenhoso observára a architectura d'esse estranho edificio, o allumno rigido da antiguidade classica: nem jonio nem dorio, nem italico, nem mixto; de nenhuma ordem é: menos lhe viras os gothicos florões, os recortados, e o grave da saxonica rudeza»⁸⁵⁶. A perplexidade da figura perante uma arquitetura inteiramente estranha é aproveitada pelo autor para se demonstrar conhecedor dos diversos estilos que o personagem procura identificar no local onde se encontra: o clássico e as suas variantes conhecidas, o gótico, na ornamentação vegetalista e profusa que o caracteriza, e o saxónico, pesado e indelicado, que Garrett tem necessidade de explicar em nota própria.

Nela esclarece que «A architectura saxonica differenceia-se da gothica pelo massudo e grosseiro de suas formas. As arcadas gothicas são ligeiras e aguçadas, as saxonicas redondas, pesadas e achatadas. Não só em Inglaterra, como alguém crê, mas em Portugal, e per todas as Hespanhas ha monumentos de ambas ellas»⁸⁵⁷. É, afinal, o que hoje nomeamos de

⁸⁵⁵ Veja-se LIMA, Madalena da Costa, "Conceitos e atitudes de intervenção architectónica em Portugal (1755-1834). Aspectos inéditos", in *Ver a imagem. II Colóquio de Doutorandos em História da Arte, Ciências do Património e Teoria do Restauro 2010*, no prelo; MAIA, Maria Helena, *Património e restauro em Portugal (1825-1880)*, ob. cit., 2007.

⁸⁵⁶ *Ib.*, pág. 72.

⁸⁵⁷ *Ib.*, pág. 243.

românico aquilo que o autor define como saxónico, designação que terá aprendido em Inglaterra para indicar um estilo próprio, autónomo do gótico.

É verdade que, na sua *Collecção de memorias*, de 1823, Cirilo Volkmar Machado distingue duas fases do gótico, uma «antiga, era baixa, e pezada», e outra «moderna pelo contrario magra, e muito alta, tendo assas de gosto Árabe»⁸⁵⁸. Contudo, não as reconhece enquanto linguagens independentes, como Garrett faz. Neste particular, o poeta é pioneiro em Portugal⁸⁵⁹. É também percursor, juntamente com outros que nomearemos adiante, na divulgação, na estima consciente e pública da arquitetura gótica, especialmente considerada a partir do seu segundo exílio em Inglaterra.

O escritor regressa a Portugal em 1826, graças à amnistia concedida por motivo da morte de D. João VI e sequente aprovação da Carta Constitucional por D. Pedro. Dois anos passados, vê-se forçado a partir novamente para escapar à política absolutista que D. Miguel impõe ao reino. É em Inglaterra, onde permanece até 1831, que escreve *Adozinda, romance* e *Lyrica de João Minimo*, obras que tão bem atestam uma atitude manifestamente nova perante o gótico.

Na carta que introduz *Adozinda*, obra publicada em 1828, o autor explica a mudança de gosto operada. Centra-se na alteração estilística levada a cabo na literatura por Walter Scott e por outros escritores ingleses e alemães, fazendo uma analogia com o sucedido na postura face à arquitetura e às outras artes. Com efeito, refere o abandono da estética clássica e a preferência pelas formas góticas, alegando que «Fatigados de grego e romano em architecturas e pinturas, começámos a olhar para as bellezas de Westminster e da Batalha; e o appetite embotado da regular formosura dos Pantheons e Acropolis, começou, por variar, a inclinar-se para as menos classicas porém não menos lindas nem menos elegantes fórmãs da

⁸⁵⁸ Machado, Cirilo Volkmar, *Collecção de memorias (...)*, ob. cit., pág. 128.

⁸⁵⁹ Vale a pena notar que sequer Possidónio da Silva, no limite do período que estudamos, no opúsculo anónimo *O que foi e é architectura; e o que aprendem os architectos fora de Portugal*, é capaz chegar perto da análise perspicaz de Garrett. Veja-se o seu apego ao clássico, mas sobretudo a sua evidente incompreensão da arquitetura medieval em ob. cit., Lisboa, na Impressão Silviana, novembro 1833, pp. 7-9.

architectura e sculptura gothica»⁸⁶⁰. Assim, «O antiquado agradou por novo, o obsoleto entrou em moda: arte mais fina, gôsto mais delicado»⁸⁶¹.

A mudança de gosto que leva a preterir o clássico, isto é, o estrangeiro grego e o seu sequaz romano, por realizações artísticas *inglesas e portuguesas*, não assenta na simples estafa estética. Como o próprio Garrett logo admite, a novidade literária é em muito devedora do espírito liberal e nacionalista do tempo, na medida em que «a poesia romantica, a poesia primitiva, a nossa propria, que não herdámos de Gregos nem Romanos, nem imitámos de ninguém, mas que nós modernos creámos, a abandonada poesia nacional das nações vivas, resuscitou bella e remoçada»⁸⁶².



FIG. 58 *Adozinda*, 1828.

Entendemos que esta reflexão sobre o carácter identitário da arte subjaz às apreciações artísticas que se encontram no extenso prefácio de *João Minimo*, escrito perto de 1829 e publicado anonimamente durante este ano, em Londres, tal como *Adozinda*. Garrett procede aí a uma avaliação atenta e desenvolta, e totalmente inédita entre nós, da intervenção sobre monumentos históricos portugueses, expressando veementes juízos de gosto a favor da arquitetura gótica e da procura de uma conformidade estética – senão mesmo da unidade de estilo – no trabalho sobre preexistências.

O discurso desenvolve-se a partir da visita ao «antiquissimo e celebrado convento de Odivellas, em cuja igreja jaz o grande rei D. Diniz»⁸⁶³. Observando a casa à distância, o narrador lamenta os apensos desordenados à construção que «seus ares tinha de castelo no[s] edificios primitivos; mas um sem-número de irregulares accrescentos de diversas

⁸⁶⁰ GARRETT, Almeida, *Adozinda, romance*, Londres, Boosey & Soon, 1828, pp. XI e XII.

⁸⁶¹ *Id.*, *ib.*, pág. XII.

⁸⁶² *Id.*, pág. XIII.

⁸⁶³ GARRETT, Almeida, *Lyrice de João Minimo*, Londres, Sustenance e Stretch, 1829, pág. XIX.

datas destroem toda a ilusão romanesca»⁸⁶⁴. Por outras palavras, o espírito da época, a antiguidade e o tempo histórico invocados pela arquitetura primitiva, tão caros à cultura romântica, acham-se perturbados por intervenções alheias àqueles valores.

Ainda assim, é com a viva esperança de encontrar o «solemne e magestoso espectáculo do interior de uma igreja gothica: - tal o promettia o exterior d'ella», que o personagem prossegue, interessado em conhecer o templo secular⁸⁶⁵. Acalenta a expectativa de se sentir arrebatado pelo seu interior, porque para si a arquitetura gótica «absorve os sentidos todos n'um gôso indefinivel [...] se não parece com nenhuma das sensações que os monumentos de outro genero, que as outras belezas das artes» provocam⁸⁶⁶. É peremptório ao afirmar que essa «especie de architectura – (E a mais simples mais me embelleza)», lhe enche a alma de emoção⁸⁶⁷.



FIG. 59 *Lyrica de João Minimo*, 1829.

Repare-se que apesar de a preferência pela arquitetura gótica ser inegável, em detrimento das demais ou em prejuízo do outrora tão elogiado por Garrett estilo clássico, a predileção por uma estética “simples” continua a ser sublinhada.

Assumindo a voz do narrador como a do próprio Garrett, como a de um autor que nunca perdeu totalmente a sua matriz clássica, não podemos deixar de assinalar o facto, para nós curioso e à partida contraditório, de o poeta adepto do “simples” muito estimar o edificado por D. Manuel, como observámos atrás, a Torre e o Mosteiro de Belém. Garrett virá mesmo a classificar estas construções como obras de um estilo próprio e nacional, por si inauguralmente designado de *manuelino*, em 1839, cerca de três anos

⁸⁶⁴ *Id.*, *ib.*, pág. XX.

⁸⁶⁵ *Id.*, pp. XX e XXI.

⁸⁶⁶ *Id.*, pág. XXI.

⁸⁶⁷ *Id.*.

antes de Varnhagen optar por nomear e divulgar de igual forma a arte do tempo de o Venturoso⁸⁶⁸. A aparente incompatibilidade que sentimos será definitivamente superada pela motivação nacionalista de carácter romântico que move, cada vez, mais o erudito.

No prefácio em apreço critica-se a sobreposição de estilos decorrente de intervenções modernas que adulteram as obras centenárias, descaracterizando-as. A condenação não é dirigida apenas ao Mosteiro de Odivelas, tem um carácter bastante mais amplo e não-particular. Para garantir a amplitude do juízo do narrador, Garrett expõe um outro caso semelhante, ainda antes de relatar a sua entrada na igreja de Odivelas. O escritor coloca a figura a recordar a consternação que sentiu em visitas à «antiga e veneranda cathedral de Coimbra» onde essas intervenções perturbadoras se executaram em alguma da arte móvel local⁸⁶⁹.

Mas antes de depreciar impetuosamente tais trabalhos, ele censura o «desprêzo e abandono» a que está votado o património de Portugal, pondo o personagem a referir-se a «uma nação desmazelada» onde «os ricos monumentos» da Sé Velha de Coimbra, «que em Inglaterra ou n'outro paiz christão seriam conservados com respeito», se encontram danificados e alterados, representando este seu estado uma «deshonra nacional»⁸⁷⁰. Deste modo, Garrett retoma a denúncia da degradação do património histórico e artístico português, por nós destacada em escritos precedentes seus.

Registe-se que aqui se reassume igualmente a ideia da salvaguarda desses bens enquanto dever patriótico, um dever que o narrador entende não ter sido cumprido pelos que receberam o legado artístico centenário que vê «estragado e desfigurado com as modernizações graecogallas que emplastam e emascaram em Portugal as mais bellas reliquias da antiguidade

⁸⁶⁸ A expressão “arquitetura manuelina” surge numa nota da lavra do autor à segunda edição de *Camões*. Apesar de alguma historiografia esclarecê-lo (veja-se NETO, Maria João Baptista; SOARES, Clara Moura, “O Mosteiro dos Jerónimos e a recuperação de um espírito quinhentista no século XIX”, in *O Largo Tempo do Renascimento. Arte, propaganda e poder*, Casal da Cambra, Caleidoscópio, 2008, pp. 543-545), a paternidade do termo continua a ser insistentemente atribuída a Varhagen.

⁸⁶⁹ *Ib.*.

⁸⁷⁰ *Ib.*, pág. XXII.

gothica – e sueva – e romana – e grega, que havia por nossos templos e palacios e edifícios publicos»⁸⁷¹.

Nesta linha, esclarece depois que em Coimbra «a antiquissima e veneranda sé que foi por seculos capital do reino» foi “vergonhosamente” abandonada pelo bispo e cabido, num ato de desconsideração pela história pátria que acabou por beneficiar esse «interessante monumento da antiguidade», na medida em que resultou na preservação ou na não deturpação do seu estilo arquitetónico vetusto⁸⁷².

Em nota de pé de página, Garrett explica que intitula de “graeco-gala” «uma especcie ou stylo de architectura do tempo de Luiz XIV, que nem é grega, nem romana, nem oriental, nem gothica, mas uma mistura muito florida e recortada de diversos géneros, muito carregada de ornatos [...] ainda hoje predominante em Portugal»⁸⁷³. É, portanto, o barroco esse estilo que tanto desagrada ao escritor, a linguagem que reveste e assim corrompe as preexistências seculares, impondo-se sobre os vestígios histórico-artísticos primitivos medievais e clássicos.

Podemos então dizer que a grande maioria das intervenções que anotámos aquando da análise do século XVIII são, na expressão de Garrett, “graeco-galas”, nomeadamente a verificada na Basílica de Santa Maria Maior de Lisboa, onde observámos ter-se procedido à atualização estética do interior do templo. Parece-nos, assim, legítimo concluir *a contrario* o gosto do escritor, isto é, entender que a linha de intervenção por si apreciada será muito provavelmente aquela que cuida de reproduzir o estilo antigo da preexistência, solução que vimos francamente minoritária entre nós à data e que também ainda não é tendência no estrangeiro.

De volta ao prefácio de *João Minimo*. O relator lamenta não se ter recordado da sua experiência conimbricense ou das práticas de intervenção comuns em Portugal antes de prosseguir para o interior «antiquissima igreja de

⁸⁷¹ *Ib.*, pág. XXIII.

⁸⁷² *Ib.*.

⁸⁷³ *Ib.*.

Odivellas», para onde se dirigiu, romanticamente, «co'a imaginação toda cheia das pacíficas glórias do grande Diniz»⁸⁷⁴. Com efeito, «O interior da igreja é exactamente o tal mixto hermaphrodito de architectura amphibia e ridicula, de dourados e marmores fingidos, e columnas anomalas que [...] formam a nova ordem *asnatica* adoptada para a construcção de quasi todos os novos edificios em Portugal, e para a *emplastação* e degradação de todos os antigos»⁸⁷⁵.

Do mesmo modo, o túmulo de D. Dinis mostra-se «uma especie de sarcophago meio moderno afrancezado, meio antigo agregado ou egypcianado, feito de estuque, pintado a morte-côr, fingindo pedra lioz». A constatação promove um novo ímpeto nacionalista, porque «até n'estas coisas pequenas está Portugal degenerado, mudado e parodiado. Pois nem o singelo monumento do grande rei D. Diniz escapou á emplastagem universal»⁸⁷⁶. É a memória histórica da nação que se acha maltratada pela condição daquela «veneranda reliquia nacional», túmulo «Desfigurado, mascarado, emplastado da ignorancia e perverso gôsto»⁸⁷⁷. Logo, justifica-se inferir que será o amor pátrio esclarecido a atitude que assegurará a salvaguarda adequada dos vestígios materiais do passado comum português.

Garrett parece acreditar que o nefasto estilo barroco e eclético que alega caracterizar o aspeto das preexistências centenárias intervencionadas, muitas vezes conseguido por meio do revestimento de um «malditto estuque *iconoclastico*»⁸⁷⁸, esse estilo incoerente e pedante que declara definir também a arquitetura praticada no reino é imposto às obras antigas devido à falta de conhecimento histórico-artístico dos intervenientes e do seu “mau gosto”.

Mais do que um entusiasta de determinado estilo, o escritor aparenta-nos ser, sobretudo, um apologista da consonância estilística ou da unidade estética

⁸⁷⁴ *Ib.*, pág. XXIV.

⁸⁷⁵ *Ib.*.

⁸⁷⁶ *Ib.*, pág. XXV.

⁸⁷⁷ *Ib.*, pág. XXVII.

⁸⁷⁸ *Ib.*, pág. XXXIII.

da arquitetura. «Que ridículos não serão os moldes e adornos classicos do Parthenon ou do Pantheon embrechados n'este edifício todo gothico, todo romantico», coloca Garrett no dizer de um personagem empático do narrador que vimos citando, em conversa no interior do templo de Odivelas⁸⁷⁹. De certa forma, retorna-se à ideia de simplicidade invocada no primeiro texto que trabalhámos do autor.

De facto, simplicidade, mas acima de tudo patriotismo e liberalismo românticos são os eixos que ressaltam do juízo de gosto que as publicações de Almeida Garrett analisadas expõem. Notámos ser esse espírito liberal, romântico e patriótico que leva o erudito a passar a apreciar expressões artísticas não clássicas, acusando a transformação do olhar sobre a arte medieval, mormente a gótica. Neste particular, observámos que insinua já uma consideração especial pelas construções mandadas erguer por D. Manuel, louvado enquanto monarca da idade de ouro portuguesa, cujos grandes edifícios o escritor refere como monumentos capazes de fazer recordar a época de glória do passado comum lusitano.

Garrett demonstra-se inegavelmente ciente do poder rememorativo da arquitetura, para o qual, aliás, chama a atenção através dos textos examinados. Por isso, critica as intervenções que secundarizam ou quase anulam o *ar de época* das obras antigas, perturbando a sua capacidade de atuar sobre a memória. Embora nunca chegue a proclamar o tipo de intervenção que entende ser desejável, as críticas acesas do escritor às intervenções feitas à maneira moderna, trabalhos que acusa de encobrirem os vestígios primitivos, negligenciando o valor artístico da preexistência e abalando a sua capacidade evocativa, levam-nos a entender que a prática de intervenção que lhe é grata é provavelmente a que replica o estilo primitivo do objeto. A imitação artística garante, por um lado, a unidade ou coerência estilística da obra, por outro, o dever patriótico de conservar o monumento e de o manter operativo sobre a memória.

⁸⁷⁹ *Ib.*, pág. XLI.

O interesse ou a atenção que Almeida Garrett faz incidir sobre o património arquitetónico de Portugal é fortalecido por publicações de outros eruditos, como temos vindo a notar e seguiremos a confirmar, em seguida com o esmerado estudo sobre o Mosteiro de Santa Maria da Vitória que o futuro Cardeal Saraiva elabora.

1.2.3. FREI FRANCISCO DE SÃO LUÍS E “O MAIS BELO MONUMENTO DA ARQUITETURA GÓTICA ENTRE NÓS, E UM DOS MAIS RESPEITÁVEIS PADRÕES DA GLÓRIA PORTUGUESA”, O MOSTEIRO DA BATALHA

Em 1827, a por nós muito citada *Historia e memorias* da Academia Real das Ciências publica “Memoria historica sobre as obras do Real Mosteiro de Santa Maria da Victoria, chamado vulgarmente *da Batalha*”, da autoria de D. Frei Francisco de São Luís (1766-1845)⁸⁸⁰. Frei Francisco, futuro Cardeal Saraiva, Patriarca de Lisboa, intelectual e liberal famoso, que à data fora já Bispo de Coimbra e Presidente da Câmara dos Deputados, teve a oportunidade de examinar todo o mosteiro e a documentação existente no seu cartório. O aprofundado trabalho de investigação que então realizou, cremos que com motivações pátrias, permitiu-lhe “retificar alguns descuidos” propagados pelo célebre cronista dominicano, frei Luís de Sousa, e pelos que, na sua senda, trataram da obra de Santa Maria da Vitória sublinhando o

⁸⁸⁰ SARAIVA, Cardeal, “Memoria historica sobre as obras do Real Mosteiro de Santa Maria da Victoria, chamado vulgarmente da Batalha”, in *Historia e memorias da Academia Real das Sciencias*, ob. cit., t. 10, 1827, pp. 163-232. Sobre o autor, ver, por exemplo, RAMOS, Luís A. de Oliveira, *O Cardeal Saraiva*, 2 vols., policopiado, dissertação de doutoramento em História, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1972. O artigo foi objeto de algumas considerações por parte de Lúcia ROSAS na sua citada dissertação de doutoramento (pp. 75 e 76).

contributo estrangeiro, em detrimento do nacional, para a construção do monumento⁸⁸¹. Opõe-se, portanto, à célebre tese de James Murphy, que não surge nomeado nesta memória senão como desenhista do mosteiro, movido, segundo nos parece, por um sentimento nacionalista que encontra na pesquisa arquivística o seu melhor aliado.

Naturalmente, frei Francisco não contesta a origem do mosteiro, «magnifica e sumptuosa fabrica» fundada por D. João I, em resultado da promessa feita para alcançar a vitória face aos castelhanos⁸⁸². Está comprovado e não oferece dúvidas ao autor que o rei prometera edificar «á honra da religião este monumento (que o havia de ser também do valor, da independencia, e da gloria da monarquia)», admirado como de obra memória não-intencional, *monumento histórico e nacional*⁸⁸³. Contudo, questiona a informação de que os mestres contratados para traçar e dirigir a obra tenham sido chamados do estrangeiro, como primeiro noticiou frei Luís de Sousa e foi depois muito veiculado, sempre sem o devido fundamento documental⁸⁸⁴.

Frei Francisco lamenta que a notícia sobre a atribuição do edifício se encontre reproduzida com uma «estranha negligencia de nossos naturaes sobre as coisas da patria»⁸⁸⁵. Verifica esta atitude de desinteresse, com surpresa, na omissão do «magnifico edificio da Batalha» na recente *Collecção de memorias relativas às vidas dos pintores, sculptores, architectos e gravadores portuguezes e dos estrangeiros que estiverão em Portugal*, onde nota não existir sequer uma referência a Mateus Fernandes, mestre de obras sepultado em Santa Maria da Vitória e «já bem conhecido

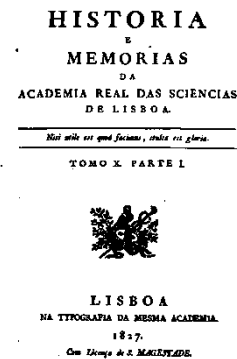


FIG. 60 *Historia e memorias da Academia Real das Sciencias*, 1827.

⁸⁸¹ *Id.*, *ib.*, pág. 163.

⁸⁸² *Id.*, pp. 164-169.

⁸⁸³ *Id.*, pág. 169.

⁸⁸⁴ *Id.*.

⁸⁸⁵ *Id.*.

entre nós»⁸⁸⁶. Talvez Cirilo, nesta sua *Collecção*, tenha sentido dificuldades em articular o discurso que lhe notámos tão marcadamente anti-gótico com o «superior merecimento deste sumptuoso edificio», nas palavras de Francisco de São Luís, sobejamente divulgado pelas «bellas estampas do architecto *Murphy*»⁸⁸⁷...

Sobretudo, perturba o futuro Cardeal Saraiva que a “ligeireza” no tratamento da questão tenha dado azo a que «a presumpção, e o orgulho estrangeiro se hajão arrogado a gloria da primeira traça, e lavor deste soberbo edificio, não apparecendo portuguez algum, que saia pelo credito da Nação»⁸⁸⁸. Porque não encontra motivo «que nos mova a duvidar da capacidade dos nossos nacionais [...] para a execução de qualquer grande obra, em hum seculo, em que nenhuma nação da Europa, excepto sómente a Italiana, estava mais adiantada do que nós nesta e nas outras artes»⁸⁸⁹.

Assim, com base nos documentos consultados no cartório do mosteiro, o autor elabora o primeiro catálogo dos mestres das obras de Santa Maria da Vitória, partilhando-o neste seu artigo, «para que por elle se veja o que nos pertence a nós, e o que pertence aos estranhos», coisa «que não he indifferente á gloria nacional»⁸⁹⁰. Com efeito, Afonso Domingues é o nome que encabeça a irrefutável lista, antecedendo o atestado contributo estrangeiro de Huguet, que se vê sucedido por outros nacionais⁸⁹¹. É precisamente em Afonso Domingues, ou no mérito português na edificação do Mosteiro da Batalha personificado naquele mestre, que Alexandre Herculano irá centrar a lenda *A Abobada*, publicada cerca de vinte anos depois da memória que estudamos, com o mesmo intuito *nacionalista* que subjaz à investigação de frei Francisco de São Luís⁸⁹².

⁸⁸⁶ *Ib.*, pp. 169 e 170.

⁸⁸⁷ *Ib.*.

⁸⁸⁸ *Ib.*, pág. 170.

⁸⁸⁹ *Ib.*, pp. 170 e 171.

⁸⁹⁰ *Ib.*, pág. 171.

⁸⁹¹ *Ib.*, pp. 171 e ss.

⁸⁹² HERCULANO, Alexandre, “A Abodada”, in *Lendas e narrativas*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, Viúva Bertrand e Filhos, 1851, pp. 222-306.

Portanto, não se trata de defender um estilo arquitetónico, o gótico, mas de asseverar o mérito pátrio na edificação de uma obra notável onde ele é dominante, o que é um indicador claro de uma nova atitude perante a arquitetura. Esta abordagem não só é perfeitamente distinta da de Cirilo, que podemos considerar uma espécie de epígono tardo-setecentista no século XIX, como é também diferenciada da abordagem de Garrett, com quem frei Francisco partilha, obviamente, os ideais liberais, o espírito nacionalista e romântico modernos.

Frei Francisco em nada desconsidera ou deprecia o “aspeto”, o “carácter”, “delineação” e «consummado lavor» gótico da Batalha⁸⁹³. Aliás, elogia a sua «grandeza, elevação, e sublimidade de pensamento; a mesma formozura casta, simples, e nobre nas decorações, e ornatos; a mesma solidez e firmeza, não pezada e baixa, mas esvelta, elegante e magestosa»⁸⁹⁴. Crê «que ninguém duvidará que os que presidirão á execução do magnifico e soberbo edificio da *igreja*, e *capella* Real do Fundador, do *capitulo*, *claustro Real*, e *capella imperfeita*, fossem professores mui distinctos da sua arte, e dotados de superior intelligencia, e pericia em Architectura»⁸⁹⁵.

Todavia, a nota que sente necessidade de produzir acerca destas apreciações mostra-nos que o investigador não é imune à polémica que o estilo ainda parece suscitar. Nela esclarece não ser a intenção do seu trabalho discutir o “carácter” da arquitetura gótica, as suas “vantagens” e “desvantagens”, tão-pouco «a questão da inferioridade, ou preferencia desta architectura a respeito da grega, e romana»⁸⁹⁶. Porque está ciente das críticas ao gótico, declara apenas, em jeito de resposta às depreciações ao mesmo, que o mosteiro é um «edificio grandioso e sublime, que eleva a alma do espectador, que exalta a sua imaginação, que o enche de profundo respeito, e que lhe rouba invencivelmente toda a sua admiração»⁸⁹⁷. Estamos

⁸⁹³ SARAIVA, Cardeal, “Memoria historica sobre as obras do Real Mosteiro de Santa Maria da Victoria (...)”, ob. cit., pág. 180.

⁸⁹⁴ *Id.*, *ib.*.

⁸⁹⁵ *Id.*.

⁸⁹⁶ *Id.*.

⁸⁹⁷ *Id.*.

perante um observador arrebatado, «possuido de hum profundo sentimento de respeito, admiração, e assombro»⁸⁹⁸, enfim, a atitude romântica que reparámos sobressair no discurso de Garrett, no prefácio de *Lyrice de João Minimo*.

A observação cuidada de frei Francisco permite-lhe distinguir diferentes campanhas de obras no mosteiro, que corrobora, quando possível, com a documentação da casa e com outros factos históricos. O artigo prossegue com o autor a atribuir a estética que tanto o seduz, patente na igreja, na capela do fundador, na sala do capítulo e no primeiro claustro, mas também no refeitório e na adega, ao «tempo do grande e inclito Rei fundador», “aparecendo” nessas obras «a nobre simplicidade, e magestosa elevação da sua grande alma»⁸⁹⁹. O construído é, evidentemente, um objeto evocativo dos valores do monarca, um indiscutível *monumento histórico* de D. João I. A atribuição que faz, explica, é partilhada por James Murphy no estudo citado, está corroborada pela iconografia real presente em alguns elementos arquitetónicos dos espaços que expõe e pelas fontes escritas que identifica⁹⁰⁰.

A mesma “simples inspeção ocular” e pesquisa documental leva-o a detetar uma fase seguinte de trabalhos, executados já durante o reinado de D. Afonso V. Trata-se do segundo claustro, «em todo o sentido muito inferior às peças referidas», e demais dependências monacais⁹⁰¹. Como sabemos, o claustro afonsino ostenta um gótico profundamente despojado, contrário ao do claustro joanino, animado por uma decoração profusa. Parece ser, então, a prolixidade ornamental deste, e não a depuração estética do outro, que agrada ao autor. A falta da “simplicidade” da obra é seguramente evidente para frei Francisco, que vimos apresentar essa característica estética como um valor considerável no encómio à igreja, o que resulta em certa contradição no discurso.

⁸⁹⁸ *Ib.*.

⁸⁹⁹ *Ib.*, pp. 182 e 183.

⁹⁰⁰ *Ib.*, pp. 183-188.

⁹⁰¹ *Ib.*, pp. 183, 185, 186 e 188.

Aliás, o eclesiástico considera uma «bella e magnifica obra» as exuberantes Capelas Imperfeitas, anexas ao mosteiro, com os seus «mui variados e primorosos labores»⁹⁰². Ele atribui a construção a uma terceira e derradeira fase de obras do edifício que entende ter decorrido no tempo de D. Manuel. Remata assim a reflexão sobre a cronologia construtiva da Batalha, deixando para as primeiras obras, erigidas sob o rei fundador da casa, o elogio superlativo do artigo, como aqui ficou manifesto.

Elencados os mestres de obras e as diferentes fases de construção do mosteiro, frei Francisco prossegue a avaliar aqueles em função dos trabalhos executados durante estas. Deste modo, conclui que «o mestre Affonso Domingues, o mestre Ouguet, ou Huet, e o mestre Mattheus Fernandes preferem a todos os outros em mui alto gráo, e merecem que seu nomes sejam collocados em lugar distincto entre os melhores architectos: os dous primeiros, porque dirigirão as obras primitivas no tempo do augusto Rei fundador: e o terceiro porque presídio á fabrica da capella imperfeita»⁹⁰³. Em graus de qualidade inferior são colocados os restantes mestres que identifica, reiterando, assim, os juízos expostos anteriormente.

Apesar das opiniões proferidas ao longo do texto, muitas das quais aqui transcritas, não interessa ao autor discutir as questões de gosto nem os problemas estritamente artísticos que o edifício possa suscitar, tão-pouco o seu estado de conservação. Esta atitude é obviamente contrária à que vimos assumida pelo contemporâneo Garrett, a personalidade que julgamos apresentar maiores afinidades com o Cardeal Saraiva na relação com o património arquitetónico, mas que notámos antes ser muito judicativa nas matérias em causa. A este respeito, frei Francisco é claro: «Do differente estilo e gosto de huma e outra obra devem julgar os professores da arte»⁹⁰⁴. Todavia, e como é do conhecimento geral, “os professores da arte” em Portugal dedicam-se pouco à teoria, sendo a exceção à regra o famigerado Cirilo, falecido em 1823.

⁹⁰² *Ib.*, pp. 189 e 190.

⁹⁰³ *Ib.*, pp. 195 e 196

⁹⁰⁴ *Ib.*, pág. 196.

Portanto, é o imóvel em si e a sua relação com a história nacional que importam a frei Francisco, como o próprio escreve, «não só pela grande paixão que sempre nos mereceo este grandioso edificio, mas tambem, e especialmente, por ser elle *o mais bello monumento da architectura gothica entre nós, e hum dos mais respeitaveis padrões da gloria Portugueza*»⁹⁰⁵. Ele reconhece, assim e mais uma vez, o Mosteiro da Batalha enquanto *monumento histórico* e *monumento nacional*, embora fiquem por aplicar as expressões, aquela com o significado que hoje lhes atribuímos. Na verdade, utiliza “monumento histórico” para se referir a inscrições e túmulos existentes no edifício, na senda dos letrados de épocas anteriormente mencionadas.

Da análise feita, resulta, contudo, evidente que o artigo que frei Francisco de São Luís dedica ao Mosteiro da Batalha atesta a existência de uma nova atitude perante a arquitetura em Portugal, perto de meados da década de 1820. Esta nova leitura do edificado que reconhece nele valores de memória e que entende nos estilos não-clássicos que ostenta o valor de arte, está também patente nos textos de Garrett e em outros testemunhos que assinalámos atrás e que seguiremos a apontar. Todos partilham motivações pátrias, capitalizadas pelo partido liberal para reclamar o fim do regime absolutista, num apelo romântico de regeneração que influi grandemente para a mudança de atitude constatada.

⁹⁰⁵ *Id.*, pág. 220. Itálico nosso.

2. O PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO ANTIGO EM PEDIDOS DE INTERVENÇÃO E OUTRAS NOTAS REGISTADAS POR ORGANISMOS PÚBLICOS

Consideradas as abordagens de uma certa elite literata do reino a construções centenárias de Portugal, importa-nos agora descortinar o discurso daqueles que têm uma relação eminentemente prática com o património arquitetónico à época. À semelhança do que fizemos nos dois momentos históricos primeiro analisados nesta dissertação, também para os anos presentemente em estudo entendemos ser conveniente atender às referências sobre edifícios antigos registadas em alguns organismos públicos. Como declarámos antes, elas permitem-nos conhecer a situação material dos imóveis e descortinar as atitudes perante os mesmos de forma mais completa e esclarecedora.

Naturalmente, a situação de profunda instabilidade político-social vivida no reino, o depauperamento acentuado e os confrontos entre os afetos ao absolutismo e os defensores do liberalismo em Portugal durante o período, são adversas à conservação do património. A documentação atesta-o, particularmente a da Intendência das Obras Públicas, revelando numerosos pedidos de “consertos” em casas religiosas e notícias de intervenções em património arquitetónico diverso, assinalados sobretudo a partir da segunda metade da década de 1820⁹⁰⁶. De resto, também o confirma alguma da informação guardada no Arquivo Histórico Militar⁹⁰⁷ e no já referido fundo do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, onde se encontra igualmente aludido um número significativo de imóveis religiosos ainda danificados pelas Invasões Francesas ou ocupados pelas tropas⁹⁰⁸.

No contexto premente, tecnocrata ou utilitarista destas missivas, alguns signatários apelam com pertinência e em termos inequívocos ao valor rememorativo da arquitetura. A presença mais notória deste argumento, por

⁹⁰⁶ Nomeadamente, ANTT, IOP, lvs. 15, 38-43, 324 e 327.

⁹⁰⁷ Agradecemos à Professora Doutora Maria João Neto a generosa partilha de informação sobre a documentação.

⁹⁰⁸ Por exemplo, AHM, 3.^a div., 20.^a sec., cx. 9, n.º 43; cx. 10, n.º 5 e n.º 40; cx. 11, n.º 48. E ANTT, MNEJ, cx. 100, mç. 117; cx. 108, mç. 126.

comparação à verificada em meios idênticos por nós examinados em épocas anteriores, assevera a alteração de atitudes perante o edificado antigo que os testemunhos eruditos produzidos ao tempo, os dos mencionados Garrett ou Francisco de São Luís, por exemplo, também acusam.

Averiguemos primeiro as intervenções ou os esforços de conservação do património arquitetónico antigo assentes no seu valor de uso e depois os pedidos de auxílio que invocam as valias intangíveis das construções.

2.1. INTERVENÇÕES E SÚPLICAS DE CONSERTOS ASSENTES NO VALOR DE USO DO EDIFICADO

As circunstâncias nacionais que amiúde comentamos vêm-se demonstrando há muito adversas à salvaguarda do edificado antigo, que explicámos especialmente lesado durante as Invasões Francesas. Anos volvidos sobre estes ataques, o agudizar da penúria nacional impede ainda a reparação de diversas casas danificadas não só pelos combatentes, mas também pela ação do tempo⁹⁰⁹.

Cremos ser o panorama de ruína estabelecido que, em julho de 1822, mobiliza as Cortes Gerais da Nação a ordenar «que se faça imediatamente proceder aos reparos necessários por conta de quem direito for, nas Igrejas Paroquiaes» do reino, determinando que o superior eclesiástico de cada região «informe sem perda de tempo por esta Secretaria de Estado [dos Negócios de Justiça] quaes são as Igrejas do seu Bispado que precisam daquelles reparos, e que concerto se lhes deve fazer»⁹¹⁰.

⁹⁰⁹ Por exemplo, em 1825 a Igreja de Soure, vítima do exército invasor, está ainda num “lastimoso estado” (ANTT, MNEJ, cx. 195, mç. 242); no mesmo ano, o Convento de Santa Clara da Guarda pede esmola para reparar os estragos causados pelas ditas invasões (ANTT, MNEJ, cx. 108, mç. 126); em 1829 o Convento da Santíssima Trindade de Santarém, destruído pela última invasão francesa, tem ainda o templo a ser “reparado” (ANTT, MNEJ, cx. 214, mç. 268); em 1815 e 1816 o Mosteiro de Nossa Senhora da Encarnação de Lisboa está num estado “deplorável” devido à ruína dos seus telhados (ANTT, MNEJ, cx. 187, mç. 233).

⁹¹⁰ *Diário do Governo*, Lisboa, na Imprensa Nacional, n.º 188, 12 de agosto de 1822.

As respostas, remetidas dos distritos do Porto e da Maia, de Penafiel, de Sobre o Tâmega e da Feira, dos Açores, de Lamego, Portalegre, Vila Viçosa e Braga, esclarecem sobre os “reparos” e “consertos” que numerosos templos carecem, sem nunca aludir à história dos edifícios e aos seus valores artísticos⁹¹¹. Também em continuidade com o que atestámos para as décadas antecedentes, pelos anos agora em apreço mantém-se ainda as queixas relativas à pequenez de algumas capelas-mores e o desejo expresso de abrir frestas nos templos mais escuros. Da hoje célebre igreja românica de São Martinho da Cedofeita, por exemplo, chega a informação de que «na Capella mor seria conveniente o levantar-se mais o tecto, que he demasiadamente baixa» e do templo igualmente românico, mas também já barroco de São Pedro de Abragão, em Penafiel, a notícia de que «A Capella mor he tão pequena, que faz necessario o ser acrescentada»⁹¹².

Julgamos que as averiguações pedidas pelo rei sob a citada ordem das Cortes da Nação não resultam em intervenções efetivas nas igrejas paroquiais. Como se sabe, o regime altera-se pouco depois, em abril de 1823 e a última sessão das Cortes ocorre cerca de sete meses antes de terminar esta primeira experiência liberal no reino. Acresce que os pedidos de auxílio para intervir no edificado de igrejas e de diversas casas religiosas são emitidos durante toda a década e até no início dos anos 1830. Com efeito, a documentação da Intendência das Obras Públicas mostra-nos um serviço assoberbado de trabalho e de solicitações para as quais admite, mais do que uma vez, não ter capacidade de resposta.

Entre as obras sobre preexistências arquitetónicas efetuadas pela Intendência durante o período em causa contam-se os “consertos” nos paços de Mafra, Vendas Novas, Belém, Salvaterra e Sintra, que parecem tomar bastantes dos meios disponíveis da repartição⁹¹³. Efetivamente, a família real regressara a Portugal, em meados de 1821, após uma ausência de treze anos, encontrando os seus palácios consideravelmente danificados. Os

⁹¹¹ ANTT, MNEJ, cx. 100, mç. 117.

⁹¹² *Id.*.

⁹¹³ ANTT, IOP, lvs. 109-111, entre outros.

trabalhos em Sintra são os que merecem o maior volume de entradas nos livros da Intendência das Obras Públicas. A parte mais significativa dos “reparos” deste paço realiza-se a partir de 1825, sendo que quatro anos depois o edifício continua ainda a beneficiar das intervenções das Obras Públicas⁹¹⁴.

Os trabalhos em Sintra partem do exame feito ao imóvel em 1824⁹¹⁵, certamente motivado pelo aviso régio de agosto do ano anterior, para a repartição «proceder aos Concertos, necesarios e indispensaveis para a Conservação do Edifício», «para evitar a destruição» do mesmo⁹¹⁶. A vistoria refere “consertos” de canos, ladrilhos e telhados de vários espaços do palácio, e outras intervenções congéneres. Enfim, reparos no sentido mais estrito do termo, no âmbito daquilo que hoje poderíamos considerar ser do campo da construção civil, e não intervenções de grandes implicações estéticas, inscritas no campo da arquitetura, por assim dizer. Julgamos que se tratam de trabalhos que visam estritamente habilitar o edifício, salvaguardando-o para eventual utilização, na medida em que não encontramos aludidas questões de arte e que as possíveis implicações simbólicas do ato não se conseguem supor senão no próprio desejo de conservação do paço.

É nesta linha de pensamento que julgamos inscritos quase todos os pedidos de intervenção arquitetónica e os próprios consertos sobre preexistências assentes nos livros da Intendência das Obras Públicas. Eles contém inúmeros requerimentos de casas religiosas, súplicas que parecem especialmente anuídas pela Infanta D. Maria no período da sua regência, entre 1826 e 1828⁹¹⁷. Mas já em 1815 a repartição tinha “reedificado” o Convento de São Pedro de Alcântara, em Lisboa, «lemitando-se a Obra ao que hera de percizaõ conforme o espirito das immediatas ordens de S.A.R. expedidas da Corte do Rio de Janeiro»⁹¹⁸. E no ano seguinte, o rei mandaria

⁹¹⁴ *Id.*, lv. 41, fls. 99, 112, 113, 115v, 123, 133v, 134, 142v, 144, 158v, 160v e 167, entre outras. E ainda lv. 15, fls. 90 e 100.

⁹¹⁵ *Ib.*, lv. 327, fls. 259-264.

⁹¹⁶ *Ib.*, lv. 41, fls. 136v-137v.

⁹¹⁷ *Ib.*, lv. 42.

⁹¹⁸ *Ib.*, lv. 38, fl. 19.

também «proceder aos Consertos indispensaveis» no Convento de Nossa Senhora dos Mártires de Sacavém, que consta assim entre as diversas requerimentos encaminhados pelo trono para a Intendência.

No final de 1824 o Convento de Sacavém continuava a aguardar a intervenção das Obras Públicas, justificando-se o seu intendente, Duarte José Fava, com a insuficiência financeira do serviço «para a hum tempo seprehenderem todas as Obras que se mandao executar sendo por isso indispensavel que humas acabem para outras poderem principiar, acudindo-se sempre com preferencia ao que he de emidiata precizaõ, e em que mais intereça o Real Servisso Publico»⁹¹⁹.

Escrita no mesmo ano, a informação do intendente ao Ministro do Reino sobre os “consertos” pedidos para o Convento de Xabregas reitera o parecer de Duarte Fava acerca do problema: «se deve esperar occasiaõ oportuna para se efectuar quando for compativel com os meios applicados a taes despesas e como ha Obras de maior urgencia que huma estaõ entre maos e outras já determinadas»⁹²⁰. Em 1825, repetem-se os alertas relativos às dificuldades que o serviço enfrenta, com Fava a comunicar novamente ao ministro que «muitos outros Conventos desta Capital se achão em grande Ruina e apezar de haverem baixado a esta Repartição varios Avizos para serem concertados, ainda isto se não pode levár a effeito por falta de meios»⁹²¹.

Com efeito, a Intendência das Obras Públicas encontra-se ainda onerada com os trabalhos de adequação de diversas casas religiosas a novos usos públicos, propósitos distintos dos fins originalmente previstos para vários edifícios. Como adiantámos, durante os anos em apreço mantem-se o recurso às casas eclesiais para utilizações não-religiosas, designadamente

⁹¹⁹ *Ib.*, lv. 40, fls. 333v e 334.

⁹²⁰ *Ib.*, fls. 206, 219v e 246 v.

⁹²¹ *Ib.*, lv. 41, fl. 206v.

militares. Escreve-se, em 1821, que «os Conventos hoje bem se deixa ver que servem continuamente d'aquartelamentos para a Tropa»⁹²².

Assim, o Convento da Boa Hora de Belém prepara-se para acolher militares em 1821⁹²³; o Convento de Santo António de Penamacor aloja tropa, pelo menos, nos anos de 1821 e 1822⁹²⁴; o Mosteiro de Santa Maria de Belém alberga dois batalhões, ainda em 1822⁹²⁵; o Convento da Boa Hora de Lisboa tem militares, seguramente, em 1822⁹²⁶; o Convento da Trindade, em Lisboa, de 1822 a 1824⁹²⁷; o Convento de São Francisco de Lisboa acolhe a tropa, pelo menos, em 1824⁹²⁸; e o Convento de São Domingos de Lisboa idem, já em 1825⁹²⁹, entre outros.

Podemos conjecturar que, devido às Invasões Francesas, ocorridas há mais de uma década atrás, e à ocupação militar de um número considerável de casas religiosas que ela gerou e que examinámos em capítulo próprio, a utilização do património imobiliário da igreja para fins públicos distintos dos calculados para a sua construção como que começou a vulgarizar-se. Certamente que a tendência se encontra favorecida pela necessidade, cada vez mais premente, de reformar as ordens religiosas. Vimo-la reconhecida anteriormente e iremos analisá-la de novo adiante, considerando o forte impulso que o Vintismo dá à questão. De facto, cremos que o triénio liberal e a sua abordagem menos conservadora aos assuntos do clero têm alguma influência nessa atitude mais secular para com património religioso que entendemos seguir em crescendo na década de 1820.

Será ela que justifica a declaração de que, em 1827, «os Conventos principalmente na Cidade Nova se achão servindo ou de alojamento a Tropa

⁹²² ESTRADA, José Possidónio, *Problema resolvido. Se os corpos regulares devem totalmente suprimir-se ou conservarem-se alguns para memoria*, Lisboa, na Imprensa Nacional, 1821, pág. 14.

⁹²³ AHM, 3.^a div., 20.^a sec., cx. 9, n.º 45

⁹²⁴ ANTT, MNEJ, cx. *Id.*, cx. 10, n.º 40.

⁹²⁵ *Ib.*, cx. 10, n.º 27.

⁹²⁶ *Ib.*, n.º 18.

⁹²⁷ *Ib.*, n.º 33; e cx. 11, n.º 48.

⁹²⁸ ANTT, IOP, lv. 327, fl. 358.

⁹²⁹ *Id.*, lv. 327, fl. 358.

ou ocupados com estabelecimentos publicos»⁹³⁰. De facto, nesse ano, o Convento da Estrelinha, da Ordem de São Bento, em Lisboa, é examinado para acolher a Aula de Escultura⁹³¹. No ano anterior, o Convento de Jesus foi escolhido para acolher a Sociedade Promotora da Indústria⁹³². Em 1823, o Convento da Estrela foi de novo alvo de vistoria para se averiguar a possibilidade de aí instalar a Academia Real das Ciências de Lisboa, continuando acomodados nele os seus frades e os militares⁹³³. Ainda em 1823, o Convento da Boa Hora de Lisboa acolhia a Aula do Comércio e a polícia⁹³⁴. Em 1822, o Convento de São Francisco do Porto tinha nele estabelecidas as Escolas Públicas⁹³⁵. No mesmo ano, o Convento de São Domingos no Porto foi destinado para servir de Alfândega⁹³⁶. Ainda em 22, foi projetada a instalação das Aulas de Gravura no Convento dos Caetanos em Lisboa, onde as Aulas de Arquitetura Civil e Desenho de Figura estavam estabelecidas há pelo menos um ano⁹³⁷. Em 1821 foi discutida a instalação da mencionada Aula do Comércio no Convento dos Grilos ou no de Nossa Senhora da Boa Hora, em Lisboa⁹³⁸. E ainda em 1821 decidiu-se estabelecer os Estudos Públicos no Convento dos Paulistas e no de Corpus Christi⁹³⁹.

Pelo que a documentação permite apurar, o grosso dos “consertos” e “reparos” efetuados pela Intendência, solicitados a ela e ao Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça visa melhorar ou facilitar a utilização dos edifícios, tornando-os convenientes para os seus velhos ou novos usos, «Obras indispençaveis para evitar a total ruina» dos imóveis «e para poder[em] ser habitado[s] sem perigo e evitar graves encomodos»⁹⁴⁰. O propósito e as circunstâncias não mostram grande margem para especiais

⁹³⁰ *Ib.*, lv. 42, fls. 115 e 115v.

⁹³¹ *Ib.*, fls. 145v, 155v, 161 e 161v. A Aula não se instala no convento porque obrigaria a obras dispendiosas e porque na obra do Palácio da Ajuda há “um instituto semelhante”.

⁹³² *Ib.*, fls. 73-75.

⁹³³ *Ib.*, lv. 40, fls. 103v e 105v. No mesmo documento se informa que a Academia alega ser impossível instalar-se no convento enquanto nele permanecerem os corpos militares.

⁹³⁴ ANTT, MNEJ, cx. 225, mç. 280.

⁹³⁵ *Id.*, cx. 231, mç. 285.

⁹³⁶ *Ib.*.

⁹³⁷ ANTT, IOP, lv. 39, fls. 45v e 46, 140 e 140v.

⁹³⁸ *Id.*, fls. 37v e 38.

⁹³⁹ *Ib.*, fl. 28.

⁹⁴⁰ *Ib.*, lv. 41, fls. 248v-249v.

preocupações estilísticas ou apontamentos relativos às propriedades rememorativas do construído. Neste sentido, um dos pedidos que notamos mais frequente é o do “conserto” dos telhados, «de que tanto depende a habitação [...] e a conservação do Edifício»⁹⁴¹, destacando-se igualmente a referência à necessidade do controlo de custos nos trabalhos e a preferência pela solução de intervenção “mais económica”⁹⁴².

De facto, os livros da Intendência dão-nos conta de uma repartição muito ativa e preocupada com os gastos da sua atividade. Parece, por isso, estar correta a opinião emitida sobre o engenheiro militar Duarte José Fava⁹⁴³ aquando da sua nomeação para intendente das Obras Públicas, em 1803, definindo-o como uma pessoa «zelosa, activa, e inteligente», apta para «entender sobre a boa execução, construcção, e economia das Obras determinadas pela Inspeção»⁹⁴⁴. Fava dirige, desde então, o serviço, acumulando funções e poder durante os anos seguintes. Chegado a 1826, ano em que falece, ele «he arquiteto da cidade, he intendente das obras publicas, intendente das obras militares, intendente das obras reaes, e intendente do que elle quer: elle aumenta salarios, elle dá pensões, elle faz compras, elle he intendente e chefe das contadorias, elle recebe e fiscaliza, elle faz o que quer, e quem o paga he o Thesouro [...] e o thesouro não póde com as despesas»⁹⁴⁵.

O excerto reproduzido é da intervenção crítica de Pato Moniz à Câmara dos Deputados, em 1823, onde Fava, «intendente de novecentas cousas», é referido com pouca estima⁹⁴⁶. O excesso de influência que parece possuir

⁹⁴¹ ANTT, MNEJ, cx. 187, mç. 233.

⁹⁴² Amiúde na documentação, por exemplo, ANTT, IOP, lvs. 42 e 324.

⁹⁴³ Duarte José Fava (c.1767-1826) exerceu o cargo por mais de duas décadas. Este militar ingressou no exército em 1778, foi nomeado primeiro tenente engenheiro três anos depois, capitão em 1801 e depois major (1807), tenente coronel (1809), coronel (1813) e brigadeiro (1815). Frequentou a Academia de Fortificação, artilharia e desenho. Foi ainda responsável pelo plano da reedificação da cidade de Lisboa, inspetor dos quartéis militares (1808) e intendente fiscal das obras militares (1811). Veja-se AHM, 3.^a div., 7.^a sec., cx. 3614, processo de Duarte José Fava.

⁹⁴⁴ ANTT, IOP, lv. 2, fls. 116 e 116 v.

⁹⁴⁵ Intervenção de Pato Moniz na Câmara dos Deputados, em 14 de janeiro de 1823 (*Diário da Camara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, Lisboa, na Imprensa Regia, 1823, pág. 473).

⁹⁴⁶ *Id.*.

granjeia-lhe alguns comentários, no mesmo tom, em Cortes, durante o Vintismo. Todavia, a documentação da Intendência das Obras Públicas mostra-nos um administrador diligente, aparentemente preocupado com o bem comum e até com alguns vestígios materiais da história nacional. Para refletirmos sobre esta leitura do património, passemos ao capítulo seguinte.

2.2. O VALOR HISTÓRICO E O VALOR NACIONAL DE CONSTRUÇÕES QUE REQUEREM SER CONSERVADAS

Se, por um lado, a instabilidade política, a debilidade económica e a urgência social que vimos observando não são de molde a atender aos valores rememorativos do património nos registos sobre a sua conservação material, por outro, as transformações culturais que notámos ocorrerem na época favorecem a consideração de tais propriedades e a consciência da valia da arquitetura para o enaltecimento nacional.

Portanto, não é totalmente surpreendente que, em 1815, António José Guião lembre ao futuro D. João VI a importância de salvaguardar o remanescente da Igreja de Nossa Senhora da Luz de Carnide com base na ideia de que os «restos que ainda existem provaõ ainda a magnificencia do Edificio, e bem dignos são de que sejam *conservados para gloria da Nação*»⁹⁴⁷. Da mesma maneira, não é incompreensível que, em 1824, os técnicos da Casa do Risco relatem a sua vistoria às ruínas do Mosteiro de Odivelas começando por expor que «Sendo a fundação deste Mosteiro, no Reinado do Snr. Rei D. Deniz, com a Grandeza e Magestade propria de seu Real animo foi assim comservado» até ao século XVIII, referindo depois o «Palacio da Rainha S[an]ta Izabel, q[ue] só serve p[ar]a *perpetuar a memoria, de sua abitadora*»⁹⁴⁸.

Assim, e apesar de tudo, a associação entre o edificado centenário e a virtude ou celebridade pátria, o apelo à história e à memória para conservar o

⁹⁴⁷ ANTT, MNEJ, cx. 187, mç. 233, *Livro 4.º de informações, e contas do Juizo Geral das Ordens, que teve principio em 14 de Fevereiro de 1815*, fls. 21 e 21v. Itálico nosso.

⁹⁴⁸ ANTT, IOP, lv. 327, fls. 230-231. Itálico nosso.

construído existem no pensamento e (excecionalmente, é verdade) no discurso de alguns agentes de intervenção sobre preexistências arquitetónicas.

Notámos ser Duarte José Fava uma das seus mais destacados nomes. É a ele, intendente das Obras Públicas, que se dirige o citado relatório da vistoria ao Mosteiro de Odivelas. Pois bem, a informação que, em sequência, redige e remete ao Ministro do Reino, o então Marquês de Palmela, sobre o requerimento de “reparos” que as religiosas de Odivelas solicitaram, aponta a necessidade de «concertar a caza denominada Palacio da Rainha S. Izabel que posto não esteja habitado he com tudo *hum preciozo monumento que recorda a sua antiguidade e uzo que entao teve*»⁹⁴⁹. Por outras palavras, o palácio, edifício *inútil* que existe no mosteiro, deverá ser conservado apenas porque é um *monumento histórico*, somente porque tem poder rememorativo. Esta intervenção é colocada ao nível das mais prementes, mas num item separado desses «reparos de maior urgencia [...] as Obras indispençaveis para evitar a total ruina do Mosteiro e para poder ser habitado sem perigo»⁹⁵⁰.

Não há provas na Intendência das Obras Públicas de que os “reparos” em Odivelas se concretizem. À data do exame, em julho de 1824, está «quaze todo aquelle Mosteiro, em huma perfeita Ruina; sendo as q mais precisaõ de emmediacta reparaçaõ, o tecto da Igreja e Coro, q[ue] pella penetraçaõ da Chuva, se acha em Grande Ruina, tendo lhe cahido a maior parte do estuque sancas do tecto e lunetas», entre vários outros estragos consideráveis, muitos causados pela entrada das águas pluviais nos edifícios da comunidade⁹⁵¹. O escrito por Almeida Garrett sobre o mosteiro, ou melhor, sobre a igreja em o já analisado prefácio de *Lyrice de João Minimo*, quase cinco anos depois da vistoria e da informação mencionadas, não nos dá conta destas ruínas. Pelo que a eventual intervenção de reparo no edifício terá sido assumida pela própria comunidade religiosa, à margem das Obras

⁹⁴⁹ *Id.*, lv. 40, fls. 248v-249v. Itálico nosso.

⁹⁵⁰ *Ib.*.

⁹⁵¹ ANTT, IOP, lv. 327, fls. 230-231.

Públicas, e terá presumivelmente contribuído para o aspeto “misto hermafrodito de arquitetura anfíbia” que vimos o poeta criticar, decorrente sobretudo dos arranjos feitos ao tempo de D. João V e após o terramoto, cremos.

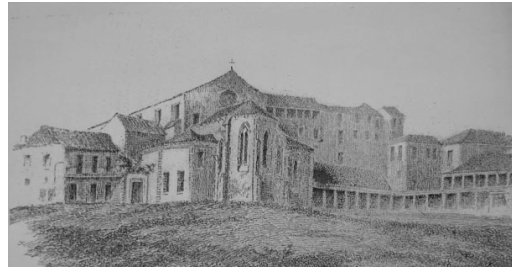


FIG. 61 Mosteiro de Odivelas, 1859.

Fava, de certo modo, também regista o ecletismo arquitetónico de Odivelas. De facto, a sua informação vai além do anotado no relatório da vistoria, nomeadamente quando comunica que o mosteiro fundado por D. Dinis, «sendo edificado com a grandeza e Magestade do seu elevado animo, e tendo passado tantos seculos, *ainda conserva muita parte da sua primitiva construção*, posto que ampliada no Reinado do Senhor Rey D. Joaõ 5º» e ainda que o sismo de «1755 arruinou tudo e lançou por terra concideravel porção daquelle grandiozo Edificio ficando muitas Religiozas sem sellas»⁹⁵². Como no relatório da vistoria, a informação explica ao ministro que a necessidade levou as freiras a «cuidarem ellas mesmas do seu comodo, edificando a sua custa cazas», mas acrescenta, «produzindo esta edificação arbitraria muitos pequenos edificios ao interior do Mosteiro sem ligação huns com outros»⁹⁵³. O intendente transmite, assim, a ideia de uma certa falta de coerência estética ou construtiva no conjunto de Odivelas que parece desagradá-lo. Porque Fava nada mais adianta sobre esta questão, não podemos precipitar-nos a concluir a sintonia da sua opinião com aquela que virá a expressar Almeida Garrett, perto de 1829, que expusemos atrás.

O entendimento da qualidade rememorativa do construído por parte de Duarte José Fava surge novamente manifestado na documentação em agosto de 1825, em outra informação dirigida ao Ministro do Reino, agora José Joaquim Correia de Lacerda. A comunicação versa sobre a «Cava de

⁹⁵² *Id.*, lv. 40, fls. 248v- 249v.

⁹⁵³ *Ib.*.

Veriatto na Cidade de Vizeu»⁹⁵⁴, acampamento militar lendariamente atribuído ao chefe dos antigos lusitanos que a investigação arqueológica recente hesita em remeter ao período islâmico ou ao romano⁹⁵⁵. Na verdade, o documento permite intuir a leitura do valor de memória do erigido também por parte do monarca e de algumas personalidades no seu entorno, na medida em que é elaborado como resposta ao aviso régio para o intendente «tomar conhecimento deste Objecto» e averiguar «qual seria [a] melhor maneira de se evitar a continuação do estrago daquelle antigo monumento»⁹⁵⁶.

No esclarecimento lê-se a preocupação de Fava com o «terreno em questão que convem *conservár para perpetuár a memoria daquelle Monomto de Valor dos antigos Luzitanos*»⁹⁵⁷. A “conservação” justifica-se apenas pelo poder histórico e evocativo dos vestígios da fortificação vetusta. E a ideia aqui prevista, ao contrário do que temos vindo a observar, não consiste em qualquer tipo de intervenção efetiva ou intrusiva, mas em impedir apenas «que se cultive abuzivamente» a área, de modo a «se evitar a continuação do estrago daquelle antigo monumento»⁹⁵⁸. Uma espécie de *conservação preventiva* que notámos também recomendada por Madeira Torres, em 1819, para o Aqueduto de Torres Vedras.

A ideia de *monumento de memória* e do trabalho da Intendência das Obras Públicas ao seu serviço é explorada por Duarte José Fava no final de 1826. O intendente baseia-se nessa relação para desenvolver o raciocínio da exposição apresentada então à Infanta Regente sobre o plano regulamentar da repartição, uma das mais importantes do reino pelo seu orçamento e pelo «proveitozo fim da applicação» dele, alega⁹⁵⁹.

⁹⁵⁴ *Ib.*, lv. 41, fls. 105 e 105v.

⁹⁵⁵ Veja-se a informação disponibilizada pela Secretaria de Estado da Cultura em <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/70458/>.

⁹⁵⁶ ANTT, IOP, lv. 41, fls. 105 e 105v.

⁹⁵⁷ *Id.*.

⁹⁵⁸ *Ib.*.

⁹⁵⁹ *Ib.*, lv. 42, fl. 75.

Fava introduz a informação à Infanta D. Maria referindo o cuidado dos mais distintos governantes, da antiguidade e da modernidade, «em adquirir celebridade deixando aos vindouros monumentos uteis e magníficos que *perpetuacem a sua memória*»⁹⁶⁰. Não se refere a *monumentos comemorativos* ou *intencionais*, mas a obras de infraestruturas, porque dando como exemplo D. João VI afirma que ele «não deixou de imortalizar o seu Reinado [...] mandando *edificar* novas Pontes [...] *acabar* as incompletas[,] *concertar* muitas»⁹⁶¹. Registe-se o entendimento de que a “imortalidade” de personalidades históricas ou “memória” se “perpetua” por intervenções sobre preexistências e não apenas pela obra nova.

Damos, pois, por comprovado que a associação entre o construído e a ideia de memória, entre arquitetura e identidade surge cada vez com maior naturalidade e frequência nas fontes, inclusivamente nos escritos de contexto tecnocrata que acabámos de considerar. Essa leitura do património mostra-se mais assídua na década de 1820, como a documentação até aqui examinada permite inferir e a continuação do debate sobre a reforma das ordens religiosas irá certificar. Prossigamos analisando-o.

3. O PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO NO DEBATE SOBRE A REFORMA DAS ORDENS RELIGIOSAS

Foi anteriormente explicado o modo como a coroa tentou debelar a degradação material e moral das ordens religiosas em Portugal, criando para o efeito a Junta do Exame do Estado Atual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares, em 1789. Verificámos, então, como à luz desse problemático intento, a legislação promulgada por D. Maria permitiu à Junta considerar a extinção de diversas casas eclesiais. Conventos e mosteiros, maioritariamente centenários, foram objeto de reflexão atenta por parte das autoridades civis e das comunidades religiosas, em resultado das inquirições

⁹⁶⁰ *Ib.*.. itálico nosso.

⁹⁶¹ *Ib.*..

promovidas pela coroa e pela Junta para averiguar a situação de cada casa ainda no século XVIII. Observámos que o processo fomentou considerações sobre o património arquitetónico significativas para o nosso estudo. E comentámos que a Junta se revelava ineficaz na obtenção de resultados efetivos para aquela que era a sua missão declarada: reformar as ordens regulares.

A irresoluta decadência de conventos e mosteiros, já no novo século, apenas se agrava com a violência das Invasões Francesas e com o reino desestruturado que permanece para lá delas, no quadro descrito também para os anos subsequentes à paz de Viena. Durante este período, os ventos da nova Europa liberal e o espírito de mudança político-ideológica, em crescendo no reino, alimentam grandemente a animosidade perante as congregações em Portugal⁹⁶².

O alcance da contestação aos frades permitirá compreender o sugestivo título *Problema resolvido. Se os corpos regulares devem totalmente supprimir-se ou conservarem-se alguns para memoria*, publicado com a chancela da Imprensa Nacional, em 1821⁹⁶³. Na obra, curiosamente devida a um frade, Possidónio Estrada, «Prova-se que os Regulares não são essenciaes, nem precizos» ao longo de todo um sintomático capítulo, assim designado, porque «Se os Religiosos fossem essenciaes, diria eu que se reformassem, assim com se deve fazer ao Clero; mas como não são precizos, não se reformem; extingão-se»⁹⁶⁴.

Com efeito, a extinção das ordens regulares é publicamente equacionada e proposta, em Portugal, mais de uma década antes do célebre decreto de maio de 1834 a vir impor a todo o reino, após a vitória definitiva do liberalismo em Portugal. A historiografia política, cultural e religiosa não ignora a

⁹⁶² Veja-se, por exemplo, RAMOS, Luís A. de Oliveira, *Sob o signo das “luzes”*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988; e CORREIA, José Eduardo Horta, *Liberalismo e Catolicismo. O problema congreganista (1820-1823)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1974.

⁹⁶³ ESTRADA, José Possidónio, *Problema resolvido. Se os corpos regulares devem totalmente supprimir-se (...)*, ob. cit..

⁹⁶⁴ *Id.*, *ib.*, pág. 13. Itálico nosso.

problemática⁹⁶⁵, mas a investigação no campo da história da arte, do património e da teoria do restauro, tão atenta às consequências daquele decreto liberal, não a considerou ainda devidamente. Cremos ter sido a única autora a fazê-lo⁹⁶⁶, atentando às revelações que o debate aporta para disciplina em apreço, como procuraremos comprovar.

Na verdade, entre o século XVIII e os anos de 1830, os governos preparam, ou mais exatamente, aguardam persistentemente que a Junta do Exame do Estado Atual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares prepare, o plano de reforma dos eclesiásticos, apresentado somente em 1830⁹⁶⁷. Em bom rigor, oito anos antes é aprovado um projeto de reforma das corporações que virá a expirar junto com o Vintismo, sem nunca ser executado. Face à aparente inércia da Junta, as Cortes Gerais, então vigentes, criam a Comissão Eclesiástica, com o exato propósito daqueloutra instituição, assim temporariamente duplicada ou substituída⁹⁶⁸. E, de facto, a comissão apresenta ao Congresso uma proposta de reforma das ordens regulares que, após alguns ajustes, decorrentes de acesos debates parlamentares, passa a decreto e logo a carta de lei, assinada por D. João VI, em outubro de 1822, para serem «*reduzidos os conventos das corporações regulares de ambos os sexos*»⁹⁶⁹.

⁹⁶⁵ Além do estudo de Horta CORREIA, acima citado, veja-se, nomeadamente, NETO, Vítor, *A questão religiosa no Parlamento (1821-1910)*, Lisboa, Texto Editores, Assembleia da República, 2010; CARROMEU, Francisco, “O romantismo político do Padre Marcos (1820-1851)”, ob. cit.; e SILVA, António Martins da, *Nacionalizações e privatizações em Portugal. A desamortização oitocentista*, Coimbra, Minerva, col. Minerva-História, 1997.

⁹⁶⁶ LIMA, Madalena Costa, “A evolução da sensibilidade patrimonial entre os relatos do terramoto e a reforma das ordens regulares”, in *Actas do simpósio Património em construção. Contextos para a sua salvaguarda*, Lisboa, LNEC, 2011, pp. 199-206; e “Conceitos e atitudes de intervenção arquitetónica em Portugal (1755-1834). Aspectos inéditos”, ob. cit..

⁹⁶⁷ ANTT, MNJE, cx. 216, mç. 270 “Plano e Regulamento dos Conventos de Religiosas Segundo os Artigos do Real Decreto de 24 de Novembro de 1789, e as Faculdades concedidas nos Breves Apostolicos que o dito Real Decreto indica”; e “Plano e Regulamento dos Conventos de Religiosos Segundo os Artigos do Decreto de 24 de Novembro de 1789, e as Faculdades Apostolicas, indicadas no mesmo Real Decreto”. Cremos que estes documentos são inéditos e desconhecidos.

⁹⁶⁸ *Diário do Governo*, ob. cit., n.º 277, 23 de novembro de 1822.

⁹⁶⁹ *Diário das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa*, ob. cit., n.º 66, 1822, pp. 106-111; e *Collecção da legislação portuguesa (...)*, ob. cit., t. 7, pp. 225-231. Itálico nosso.

A linha política vigente, mesmo durante o Vintismo, não se afirma como sendo favorável à abolição das ordens. Neste sentido, adite-se à “redução” expressamente declarada na citação acima, o inquérito enviado às casas regulares, também em 1822, solicitando aos próprios religiosos argumentos que sustentem a necessidade de conservar ou de suprimir os seus mosteiros, sem colocar em causa a existência das congregações⁹⁷⁰. Com efeito, o discurso oficial das várias administrações, ao longo de todos os anos em apreço, é no sentido de reformar as congregações, tal como determinado na lei de 21 de novembro de 1789, pela qual a rainha Piedosa instituiu a Junta, e não de extingui-las⁹⁷¹.

Todavia, diversas figuras do universo político e fora dele, como o autor de a há pouco aludida obra de 1821, manifestam-se a favor da assunção dessa medida radical para com os regulares, «chefes do feudalismo em Portugal», aos olhos de alguns⁹⁷². Tais opiniões, extremadas, encontram-se evidentemente situadas no sector mais liberal da sociedade portuguesa. Ora, vingando a ideologia durante o Vintismo, é natural que os apologistas da extinção das ordens usufruem então de uma maior liberdade de expressão e de uma exposição muito mais destacada (logo para começar, nas Cortes), propícias à divulgação e fortalecimento da ideia que apenas se irá impor em 1834, a todo o reino.

Daí que, sob o turbilhão do Vintismo, frei Fortunato de São Boaventura, no seu reacionário *O punhal dos corcundas*, de 1823, se insurja contra «A perseguição das Ordens Religiosas» movida pelos liberais, lembrando que a “voracidade francesa” no ataque aos bens da igreja durante as Invasões fora «menos ávida, e faminta, e mais fácil de compor que a voracidade

⁹⁷⁰ O inquérito resulta de uma mencionada portaria régia, de 26 de novembro de 1822, que não conseguimos localizar. Todavia, as perguntas encontram-se transcritas pelo Bispo de Lamego em ANTT, MNEJ, cx. 214, mç. 268. A questão sobre a supressão ou conservação das casas é frequentemente referida nas respostas enviadas naquele ano ou no seguinte, relacionadas com a carta de lei de outubro de 1822, arquivadas no mesmo local e em *id.*, cx. 196, mç. 243.

⁹⁷¹ *Vide supra*.

⁹⁷² Declaração do deputado Marino Miguel Franzini nas Cortes Gerais, sessão de 24 de julho de 1821 (*Diário das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa*, n.º 135, Lisboa, Imprensa Nacional, 1821, pág. 1634).

constitucional»⁹⁷³. Ainda no mesmo periódico, frei Fortunato comenta que «o poder executivo do Maçonismo, ou as Cortes Geraes, Extraordinarias e Constituintes da Nação Portuguesa, decidirão, pela atroadora voz do seu Hierofante Manoel Fernandes Thomaz, que os *bens da Igreja são Nacionaes*», compondo, assim, o retrato das posições mais exaltadas, no debate em torno da ordens e do seu património, durante o período vintista⁹⁷⁴.

A polémica não abranda após a primeira experiência liberal, como ilustra *Carta unica de José Agostinho de Macedo sobre hum muito pequeno, e pobre folheto, que se chama – Breves observações sobre os fundamentos do projecto de lei para a extincção da Junta do Exame do Estado Actual e do Melhoramento Temporal das Ordens Regulares*, de 1828. Nela se lê que «Se a reforma dos Frades consiste em lhe tirarem os Conventos, nisto vai coerente, e unissona a Junta [do Exame do Estado Atual e do Melhoramento Temporal das Ordens Regulares] com as profundas vistas dos nossos Filósofos niveladores de 1820»⁹⁷⁵. Portanto, não pode haver dúvidas quanto ao facto de se manter, para lá do Vintismo, a intenção de reformar as ordens e a polémica que a vontade suscita entre os literatos mais conservadores e liberais do reino.

Dois anos depois, o controverso e eloquente José Agostinho de Macedo retoma o tema, no texto *Os frades ou reflexões philosophicas sobre as corporações regulares*, proferindo nele enérgicas declarações quanto àquelas que seriam as intenções dos progressistas para solucionar o problema das ordens. Confundindo as várias tendências liberais, que insinua gozarem de um conjunto de apoiantes significativo, Macedo afirma: «Em França acabão-lhes com a casta; em Portugal querem fazer o mesmo. Juntos em alcateia Constitucional decretão a sua extinção; se dizem que os reformão, deixão-nos sem camisa, e os que não tem camisa sem cuécas [...] Quanto póde nos

⁹⁷³ SÃO BOAVENTURA, Fortunato de, *O punhal dos corcundas*, ns.º 5 e 10, Lisboa, na Oficina da Horrrosa Conspiração, 1823.

⁹⁷⁴ *Id.*, *ib.*, n.º 14, 1823.

⁹⁷⁵ MACEDO, José Agostinho de, *Carta unica sobre hum pequeno, e pobre folheto, que se chama – Breves observações sobre os fundamentos do projecto de lei para a extincção da*

malditos regeneradores revolucionarios o odio [...], que conservão aos Frades»⁹⁷⁶. Na mesma obra, insurge-se grandemente quanto ao alcance da questão junto do património arquitetónico das ordens: «Os Conventos são grandes Edifícios? Logo são Bens Nacionaes», «estes Rábulas em Direito, e em Política, que em tudo achão a marca de Bens Nacionaes»⁹⁷⁷. Prossegue, ainda manifestando-se a par do sucedido, décadas antes, na França revolucionária, aludindo ao temeroso «espírito de Wandalismo» que atenta contra o património artístico e histórico de uma nação, e que foi assim batizado pelo *Abbé Grégoire*, para contestar os *melhoramentos* pretendidos para as congregações.

O tópico das edificações, mosteiros e conventos, impõe-se inevitavelmente no debate sobre reforma das ordens regulares: que casas se suprimem? Por que se devem conservar outras? O que fazer com os imóveis que deixarão de pertencer às congregações? As dúvidas acerca dos edifícios percorrem quase todos os testemunhos da controvérsia. Devido a ela, o património arquitetónico surge exposto em termos inéditos e muito significativos para o nosso estudo⁹⁷⁸, desde o início dos anos 1820, acompanhando e em parte explicando a tendência em relação aos edifícios antigos verificada há poucas páginas, nas publicações da década.

Trata-se de contributos até hoje ignorados pelos investigadores do património e da história da teoria do restauro em Portugal, insistimos, que nos permitem confirmar o estabelecimento antecipado de uma sensibilidade e consciência patrimonial que muitos alegam existir apenas de 1834 em diante⁹⁷⁹. Com efeito, tais testemunhos autorizam-nos a remeter a instituição do conceito ou, mais corretamente, da expressão *monumento nacional* no país, no âmbito da arquitetura, para o ano de 1822, uma década e tanto antes da data

Junta do Exame do Estado Actual e do Melhoramento Temporal das Ordens Regulares, Lisboa, na Impressão Regia, 1828, pág. 7.

⁹⁷⁶ *Id., ib., Os frades ou reflexões philosophicas sobre as corporações regulares*, Lisboa, na Impressão Regia, 1830, prólogo e pág. 33.

⁹⁷⁷ *Ib.*, pág. 33.

⁹⁷⁸ Como indicámos, julgamos serem nossas as únicas referências feitas ao assunto, em comunicações e artigos de 2010 e 2011.

⁹⁷⁹ Provámo-lo publicamente nos artigos para que remete a nota anterior.

comummente reconhecida pela historiografia como a da implementação dessa ideia-chave do património em Portugal⁹⁸⁰.

Facilmente se adivinha a riqueza do conteúdo do debate que iremos tratar em seguida. Ele desenrola-se em vários meios, sendo o campo da contenda, por excelência, o do espaço de ação da referida Junta do Exame do Estado Atual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares, promotora essencial do tema. Ao mesmo tempo, ele tem nas Cortes do período vintista um palco de exposição privilegiado. A documentação guardada nestes dois núcleos é a fonte basilar, abundante e rica, para a compreensão do problema. Recorreremos à argumentação aí proferida para descortinar as atitudes perante as preexistências arquitetónicas, procurando compreender as inevitáveis consequências do debate em torno das ordens regulares no olhar sobre o património edificado em Portugal.

3.1. INTERROGATÓRIOS ÀS CASAS REGULARES E PLANOS DE REFORMA DAS CONGREGAÇÕES

Entre o grande volume de documentação do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça concernente à reforma dos regulares encontram-se centenas de respostas a quesitos, exames e inventários compostos por um largo número de casas religiosas. Analisámos antes dois destes inquéritos, elaborados ainda em Setecentos com o propósito de reunir informação útil para a delineação de um projeto de remodelação das ordens que então notámos não surgir. Com efeito, no período a que agora atendemos, as autoridades – designadamente a Junta do Exame do Estado Atual e do Melhoramento Temporal das Ordens Regulares (mas também a Comissão Eclesiástica eleita pelas Cortes Gerais) – prosseguem com a distribuição de interrogatórios, visando exatamente o mesmo fim.

⁹⁸⁰ *Id.*. Considere-se MAIA, Maria Helena, *Património e restauro em Portugal (1825-1880)*, ob. cit.; ROSAS, Lúcia Maria Cardoso; VASCONCELOS, Filomena, “«Monumentos pátrios»: entrevista com Lúcia Rosas”, in *Via Panorâmica. Revista de Estudos Anglo-Americanos*, 1, Departamento de Estudos Anglo-Americanos da Faculdade de Letras do Porto, 2004, pp. 211-224; e ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, *Monumentos pátrios (...)*, ob. cit..

A pressão política gerada pelo problema das ordens e pelas dificuldades decorrentes da ineficácia na sua gestão estão bem patentes na insistência com que são enviados pedidos de esclarecimento para muitas centenas de cenóbios durante a década de 1820, nomeadamente, de 21 a 23, em 28 e 29⁹⁸¹. É já sabido que os exames e os relatórios, remetidos em resposta, se acumulam, sem que se concretize plenamente o objetivo por que são sucessivamente exigidos: o plano de reforma das ordens, publicamente requerido desde 1789, com o decreto que instituiu, para o preciso efeito, a referida Junta.

Como dissemos antes, em outubro de 1822, é produzido o há muito ambicionado plano, pela Comissão Eclesiástica das Cortes e não pela Junta, logo transformado em carta de lei, a fixar a reforma das corporações⁹⁸². Todavia, adiantámos também, o prescrito não conhece seguimento efetivo. E assim, justamente porque se mantém por cumprir o seu desígnio, a Junta subsiste. É, no entanto, alvo de duras críticas, durante e após o Vintismo, pela «demora tão Longa e tão estranhavel do dito Plano»⁹⁸³. Em 1828, são, aliás, os seus membros que confessam serem «justas as mesmas queixas» pela delonga do projeto de reforma que «as notorias circunstancias do tempo actual fazem cada ves mais necessario»⁹⁸⁴. Finalmente, em março de 1830, o organismo apresenta o «Plano e Regulamento dos Conventos» de ambos os sexos das ordens regulares e os derradeiros relatórios sobre o “estado dos conventos” delas, acompanhados pela recomendação de se conservar ou suprimir cada uma das casas⁹⁸⁵.

Todos os inquéritos e réplicas que o problema leva a produzir contêm informação sobre o património arquitetónico das ordens. É mesmo possível traçar o panorama material do edificado dos regulares a partir dos

⁹⁸¹ ANTT, MNEJ, cx. 184, mç. 229; cx. 196, mç. 243; cx. 214, mç. 268; e cx. 228, mç. 282, entre outras. Alguns destes inquéritos foram por nós referidos em “Conceitos e atitudes de intervenção arquitetónica em Portugal (1755-1834). Aspectos inéditos”, ob. cit..

⁹⁸² *Diario das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa*, ob. cit., n.º 66, pp. 106-111; e *Collecção da legislação portuguesa (...)*, ob. cit., pp. 225-231.

⁹⁸³ ANTT, MNEJ, cx. 216, mç. 270.

⁹⁸⁴ *Id.*.

⁹⁸⁵ *Ib.*.

apontamentos aí contidos, que confirmam a situação, por nós constatada atrás, de degradação quase generalizada dos imóveis⁹⁸⁶. Há sempre um item, nos inquéritos, a interrogar pelos edifícios, pela sua condição, características e origem. E nas elaborações de resposta é possível distinguir uma atitude sensível a aspetos que vimos notando menos óbvios na arquitetura, como o valor de memória e a qualidade de expressões artísticas pouco compreendidas, de uma outra atitude, mais pragmática ou utilitarista na abordagem à obra.

Analisaremos primeiro os apontamentos que permitem refletir sobre aquela, depois os que têm esta patente. Por fim, examinamos o plano e os relatórios compostos pela Junta, propondo a supressão ou conservação de casas, em 1830, esclarecendo o peso ou o impacto dos referidos campos axiológicos dos monumentos nestas tomadas de decisão.

3.1.1. MONUMENTO NACIONAL ARQUITETÓNICO, ESTÉTICA E MEMÓRIA

A necessidade de justificar a conservação das casas religiosas, cuja subsistência, na década de 1820, mais do que nunca até então periga, representa um importante estímulo para refletir sobre os monumentos arquitetónicos. A leitura ponderada dos edifícios que as circunstâncias requerem alarga-se para lá da esfera dos poderes civis e eclesiais diretamente envolvidos na questão da reforma e até das comunidades religiosas nela implicadas, alcançando áreas diversas da sociedade.

Os interrogatórios circulam entre aqueles principais polos. Por vezes, os inquiridos recorrem a mestres pedreiros ou congéneres entendidos nos assuntos de obras para examinar e avaliar as casas. Notamos que o fazem especialmente para executar o inventário exigido pelo Ministro da Justiça, a

⁹⁸⁶ Adite-se, a este respeito, o que diz José Agostinho de Macedo, em 1828: «Se olho para os Conventos depois de lhe vindo o exame de seu estado actual, e do paternal cuidado de seu melhoramento, que consiste em concertos, e reparos, eu não vejo senão ruínas; alguns parecem Castellos de Mouros já demolidos» (MACEDO, José Agostinho de, *Carta unica sobre hum pequeno, e pobre folheto* (...), ob. cit., pág. 9).

25 de janeiro de 1823⁹⁸⁷. As instruções expedidas por José da Silva Carvalho, detentor da pasta, para a execução da tarefa, determinam que «O Juiz fará descrever primeiramente o Convento ou Mosteiro com todos os seus logares [...], ajuntando uma descrição geral do estado em que se achão, a estimativa do edificio e do seu terreno annexo [...] Fará descrever a Igreja, o numero dos Altares, e suas Imagens [...] Fará descrever todos os quadros, medalhas, e documentos historicos, e mais objectos de litteratura, de que fará um inventario especial»⁹⁸⁸.

As instruções para os inventários revelam, neste breve excerto, o potencial da documentação produzida, com a intenção de reformar as ordens, para diversas áreas de estudo⁹⁸⁹. Para a que nos concerne, destacamos o modo como a ordem de arrolamento remetida às congregações obriga a atender prudentemente à arte e à arquitetura das mesmas e a evidenciar a função do inventário no ato de conhecer e até de salvaguardar o seu património. Note-se que somente para auxiliar nas tarefas prescritas de cariz mais técnico, como algumas das citadas, os inquiridos declaram a auscultação de terceiros.

Contudo, na vila da Batalha, as autoridades a quem se dirige uma inquirição de perfil análogo, distribuída pelo mesmo ministério no final de 1821⁹⁹⁰, exceptuam esse preceito que inferimos da totalidade das respostas que consultámos, produzidas nos vários anos em que a reforma das congregações é discutida. Quer dizer, elas entendem por bem incluir no relatório de resposta ao governo, completo somente um ano depois de

⁹⁸⁷ Um dos exemplares das *Instrucções para os inventarios das casas religiosas*, Imprensa Nacional, 1823, encontra-se em ANTT, MNEJ, cx. 221, mç. 276, no macete do Convento de Vilar de Frades. Outro em *id.*, cx. 229, mç. 184, no macete referente ao Convento de Corpus Christi.

⁹⁸⁸ *Id.*

⁹⁸⁹ Refira-se, por exemplo, as avaliações, que veremos em maior detalhe, aos mosteiros da Pena e de Santa Maria da Vitória, em 1823 (respetivamente ANTT, MNEJ, cx. 221, mç. 276; e cx. 187, mç. 233). E aponte-se também as que são feitas, no mesmo ano, ao Convento de São João Evangelista em Xabregas (cx. 221, mç. 276); ao Colégio da Santíssima Trindade em Coimbra (cx. 229, mç. 283); ao Convento de São Paulo de Portel (cx. 184, mç. 229); e ao Convento de São Pedro de Alcântara (cx. 197, mç. 245).

⁹⁹⁰ Estes quesitos, divulgados em outubro de 1821, encontram-se, por exemplo, em ANTT, MNEJ, cx. 196, mç. 243; e *id.*, cx. 228, mç. 282.

expedido o interrogatório, o parecer de estranhos àquelas esferas de poder e atuação.

Sucede, assim, que em casa do juiz ordinário da Batalha, a 5 de dezembro de 1822, são auscultadas testemunhas que designam de primeiro *monumento nacional* o célebre mosteiro da vila, manifestando, deste modo, uma atitude surpreendentemente informada e até maturada face ao património⁹⁹¹. A primeira testemunha, Francisco de Sales Simões da Costa, capitão reformado do regimento de milícias de Leiria e proprietário, natural do local, com 47 anos de idade, responde a «Que utilidades se seguem ao Publico da Conservação» do Mosteiro da Batalha «e que utilidades pode o Estado tirar dos seos Edfícios, e Rendimentos, no Cazo de ser suprimido?», afirmando que «conservandose como d'antes, com Aulas, e numero respectivo de Rellegiozos, se persuade rezultar grande utilidade a estes Povos», nomeadamente porque redundna na «conservação do *primeiro, e tam digno Monumento Nacional*»⁹⁹². A segunda testemunha, Carlos José de Freitas e Sampaio, também reformado do regimento de milícias de Leiria e proprietário da vila, com 67 anos, responde igualmente que a manutenção do mosteiro na posse e usufruto dos frades dominicanos é de utilidade pública, na medida em que representa, entre outras coisas, a própria «Conservação de hum tam Magestoso Edfício» como o da afamada casa⁹⁹³. Finalmente, José Vieira Neto, pároco da Igreja de Santa Cruz, fazendo do seu depoimento a síntese dos anteriores, assevera que «a Conservação do Convento desta Villa he util ao Publico, não só pella Conservação de hum tam *Magnifico Edfício, o primeiro Monumento Nacional*, que serve d'animação a esta Povoação»⁹⁹⁴.

Os três inquiridos desvalorizam as vantagens que a supressão do Mosteiro da Batalha trará ao Estado. Creem, pelo contrário, que para a povoação da vila não há «maior interesse, que o da sua conservação»⁹⁹⁵. Repare-se que

⁹⁹¹ ANTT, MNEJ, cx. 180, mç. 224.

⁹⁹² *Id.* Itálico nosso.

⁹⁹³ *Ib.*

⁹⁹⁴ *Ib.*

⁹⁹⁵ *Ib.*

“conservar o edifício” é, nestes testemunhos, uma expressão sinónima de conservar a casa na ordem religiosa a que ela sempre pertenceu, mantendo ativa a fonte espiritual e de «luzes», garante de «instrução publica» que é a comunidade de frades dominicanos aí residente. Além destes benefícios, as razões de tão sublinhado interesse na conservação do mosteiro consistem na vontade unânime de preservar o monumento de memória, de identidade e de arte que é Santa Maria da Vitória, edifício magnífico e majestoso que surge aqui, incontestavelmente declarado, como o nosso primeiro monumento nacional. A conservação de uma casa com tais propriedades é, assim, para os inquiridos, um evidente ato com “utilidade pública”. De onde inferimos a imputação do dever de salvaguarda do monumento, pelos mesmos, às autoridades.

Portanto, a expressão *monumento nacional*, aplicada à obra de arquitetura, inaugura-se documentalmente, entre nós, com as declarações inéditas que revelamos, registadas na vila da Batalha, no final de 1822. Um militar aposentado e um pároco classificam, assim, o Mosteiro de Santa Maria da Vitória, vinte e três anos depois de Soares Franco ter exposto o conceito, ao refletir sobre os “monumentos magníficos, que atestam a nossa primitiva grandeza”, oito anos após o Conde de Palmela ter recorrido à expressão para vincar a necessidade de reaver a *Bíblia dos Jerónimos*, quase à data em que Garrett e outros literatos meditam sobre a estreita ligação existente entre a expressão artístico-arquitetónica de um povo e a sua identidade, e ainda antes de frei Francisco de São Luís produzir o aprimorado estudo sobre a casa batalhina que comprova o mérito nacional na sua construção. O contexto histórico do sucedido, bem se vê, não torna a declaração propriamente inesperada, mas o facto de serem as ditas testemunhas, dois desconhecidos dos anais da história e não personalidades destacadas do meio erudito do reino a fazê-lo, torna-a verdadeiramente surpreendente.

Em todos os períodos até ao momento analisados verificámos ter sido posta em relevo a obra da Batalha, sobressaindo sempre pela sua forte ligação

com a nossa história e pela singular qualidade arquitetónica que muito se lhe gaba, especialmente notabilizada pelo álbum que Murphy dedicou ao mosteiro. Todavia, as palavras “monumento nacional” não são utilizadas senão nos escassíssimos casos apontados. Mesmo nos animados debates acerca da reforma dos regulares ocorridos nas Cortes Gerais, onde veremos a valia histórica e pátria dos edifícios claramente assumida, fica por pronunciar a expressão.

De facto, é quase apenas ela que falta no juízo que a Comissão Eclesiástica profere sobre o Mosteiro de Alcobaça, em abril de 1823. Neste documento, onde a comissão se pronuncia sobre as casas a extinguir e a conservar, alega-se que o Mosteiro de Alcobaça deve ser conservado, entre outras coisas, pela «relaçã q[ue] tem com a hist[óri]a da Monarchia Portugueza», isto é, pelo monumento histórico e nacional que constitui⁹⁹⁶.

Também no «Parecer do Difinitorio dos Religiozos Menores Observantes da Provincia dos Algarves, sobre os Conventos que na mesma Provincia merecem ser conservados ou supprimidos, segundo a disposição da Carta de Ley de 24 d’Outubro de 1822» se regista uma apreciação reveladora da atitude de consciência patrimonial, histórica e arquitetónica efetiva que vimos descobrindo existir ao tempo. Ela revela-se a propósito do Convento de São Francisco de Évora, aí apresentado como «m[ui]to notavel pela sua Fundação, por isso q[ue] principiou a sua existencia vivendo ainda o N.S. Patriarcha»⁹⁹⁷. Não é apenas a antiguidade do Convento que o torna distinto, porque, vejamos, a «Sua *Arquitectura he admiravel*; sua Igreja entra no numero *das mais celebres, naõ só do Reino, mas ate da Europa*»⁹⁹⁸. De resto, o arcebispo de Évora declara, igualmente, que se trata de um «Templo magnifico, de arquitetura admiravel», em documento de fevereiro de 1823⁹⁹⁹.

Atribui-se, uma vez mais, a um edifício essencialmente gótico um enorme mérito artístico. A qualidade arquitetónica do templo franciscano a sul faz

⁹⁹⁶ ANTT, MNEJ, cx. 214, mç. 268.

⁹⁹⁷ *Id.*, cx. 184, mç. 229.

⁹⁹⁸ *Ib.*. Itálico nosso.

⁹⁹⁹ *Ib.*, cx. 214, mç. 268.

dele um monumento singular aquém e além-fronteiras, de acordo com os frades, alcançando como que o estatuto de património extra-nacional, *património europeu* próximo da escala que notámos sugerida no século anterior para o Mosteiro da Pena, em Sintra, no comentário feito pelo abade hieronimita, precisamente por razão de um primeiro inquérito enviado às ordens¹⁰⁰⁰.

O citado arcebispo eborense é D. Frei Patrício da Silva, religioso erudito, lente da Universidade de Coimbra e membro da Academia das Ciências, que virá a ser Patriarca de Lisboa (curiosamente, sucedido no cargo por frei Francisco de São Luís, o Cardeal Saraiva). Frei Patrício pronuncia-se sobre o Convento de São Francisco de Évora, em 1823, no contexto do relatório que é obrigado a remeter ao monarca, junto com todos os bispos do reino, a sugerir a conservação ou a supressão das casas regulares das respetivas dioceses e a indicar os templos das mesmas que poderão passar a ser utilizados como igrejas paroquiais, totalmente desvinculadas das congregações¹⁰⁰¹.

Nesta exposição, frei Patrício manifesta-se particularmente ciente da importância que os monumentos arquitetónicos têm enquanto elementos constitutivos da identidade local e objetos evocatórios da história. Explica o prelado, introduzindo o desafio que se lhe coloca, que «Esta Cidade [de Évora], como antigam[en]te foi m[ui]to grande, e populosa; por isso he hum das que em Portugal tem maior numero de Conv[en]tos, q[ue] se podem dizer *restos da sua antiga grandesa, cujos edificios são os q[ue] mais a enobrecem*; e por isso, parece, que aquelles q[ue] forem suprimidos, devem ter prompto destino, p[ar]a se não verem redusidos a hum monte de ruínas»¹⁰⁰². O arcebispo nomeia cada uma das casas sob a sua vigilância pastoral, avaliando todos os edifícios, muito sucintamente, entre os quais a

¹⁰⁰⁰ *Vide supra.*

¹⁰⁰¹ ANTT, MNEJ, cx. 214, mç. 268. Os quesitos da portaria régia de 26 de novembro de 1822 enviada aos bispos estão integrados na resposta remetida pelo prelado de Lamego. É neste âmbito que surge o comentário do Bispo de Leiria sobre o Mosteiro da Batalha, há pouco indicado.

¹⁰⁰² *Id., ib..*

igreja do Convento de São Francisco, que lhe merece o maior (e já citado) elogio. Apenas outros dois templos estão descritos no relatório como “magníficos”, o da Catedral e o de Santo Antão, mas o relator assevera que «quase todos são m[ui]to bons» na cidade¹⁰⁰³. Contudo, as observações não vão além dos genéricos “grande”, “vasto”, “moderno” e “antigo” com que se adjectiva os mosteiros e conventos listados, deixando uma brevíssima indicação da necessidade de “reparos” e “consertos” neles¹⁰⁰⁴.

Quer isto dizer que, apesar de vislumbrarmos a consciência do poder rememorativo e identitário do edificado por parte de frei Patrício, em especial nas palavras acima transcritas que coloca como introdução ao seu parecer, não encontramos apreciações adicionais a essas qualidades, um tanto abstratas, na informação por si dada acerca de cada edifício particular. O Convento da Serra de Ossa, por exemplo, «he bem conhecido p[e]la sua antiguid[ad]e», o Colégio do Espírito Santo, dos extintos jesuítas, «hum dos grandes, e vastos edificios d'este Reino, aonde esteve a Universid[ad]e q[ue] houve em outro tempo. Não tem prezente[m]te mais do que treze Relig[ios]os [...]. Entendo, q[ue] deve ser conservado, ate m[es]mo p[ar]a evitar, q[ue] venha a arruinar-se»¹⁰⁰⁵. Portanto, sequer na opinião redigida sobre a conservação de uma casa religiosa precisa como esta, dos extintos jesuítas, que para ser salvaguardada o narrador indica que deverá ser utilizada, a arte ou a arquitetura do edifício e a memória da construção são invocadas.

De resto, também em resposta à ordem do monarca, o Bispo de Viseu, D. Francisco Alexandre Lobo, membro da Academia Real das Ciências, erudito interessado pela história, apela à conservação do Mosteiro de Santa Eufémia de Ferreira de Aves, lembrando a sua «larga e veneranda antiguidade» e a «firmesa do edificio na parte mais importante», sem esclarecer acerca da construção, ou melhor, sem expor que quase nada resta da obra medieval¹⁰⁰⁶.

¹⁰⁰³ *Ib.*.

¹⁰⁰⁴ *Ib.*.

¹⁰⁰⁵ *Ib.*.

¹⁰⁰⁶ *Ib.*, cx. 228, mç. 282. O edifício do Mosteiro de Santa Eufémia é quase inteiramente da época moderna (veja-se, por exemplo, a ficha de inventário PT021817040019 do SIPA).

E ainda nesta ótica, o Bispo de Leiria, D. João Inácio da Fonseca Manso, considerando os mosteiros da sua diocese, surge a defender a permanência do da Batalha alegando que «parece que basta ve-lo para merecer os votos unanimes da sua conservação, alem das muitas outras razoens» que não invoca, certamente por as entender evidentes¹⁰⁰⁷. Talvez essa evidência escuse os prelados inquiridos de apelar explicitamente àquelas propriedades, de memória e de arte dos edifícios, sobretudo dos mais notáveis. Na verdade, as repostas episcopais são bastante concisas, aparentemente condicionadas pelo pragmatismo que a portaria régia a que dão cumprimento impõe e sobre o qual refletiremos melhor em seguida. Será esse pragmatismo que leva um ou outro prelado a sugerir utilizações diversas para os conventos a extinguir, como por exemplo, a de seminário¹⁰⁰⁸; observando-se, porém, que não existe, da maior parte dos inquiridos, o cuidado de pensar os edifícios ou a sua conservação no quadro de supressão equacionado.

Todavia, a ideia de património ou de memória, associada à arquitetura, manifesta-se em algumas populações confrontadas com a possibilidade de verem os mosteiros e conventos que entendem ajudar a definir as suas localidades, extintos, com base nas informações resultantes dos interrogatórios trocados entre as autoridades civis e eclesiais para conhecer a pertinência de conservar ou suprimir as casas. É neste contexto que, em 1822, os moradores de Caminha apresentam ao governo «a expressão dos seus sentimentos, e dos seus interesses sobre a Conservação do Mosteiro das Religiozas de Sancta Clara» da dita vila¹⁰⁰⁹. Esclarecem os habitantes que será «dolorozo para Nós, e nossos descendentes ver tombado por terra hum Templo, e huma Caza magnifica, que nossos Velhos levantaraõ com tantas despesas, e fadigas, e que tanto serviaõ para o Ornato, e formozura desta Villa», porque, interrogam, quem «hade manter, guardar e Conservar este Edificio, o melhor da nossa povoação?»¹⁰¹⁰. A preservação do

¹⁰⁰⁷ *Ib.*, cx. 214, mç. 268.

¹⁰⁰⁸ *Ib.*, proposta do Bispo de Viseu.

¹⁰⁰⁹ *Ib.*, cx. 205, mç. 254.

¹⁰¹⁰ *Ib.*.

construído, verdadeira herança recebida e a legar, admirada pela sua arte, surge, de novo, intimamente relacionada com o uso original das casas.

Do mesmo modo, também em 1822, os habitantes de Vila do Conde pedem a conservação do Mosteiro de Vairão, baseando-se na ideia de património e antiguidade da casa, salvaguardada pela permanência da comunidade religiosa no local¹⁰¹¹. No seu requerimento, alegam que «o Mosteiro de Vairão datava certamente o seu principio de tempos anteriores á Fundação da Monarchia Portugueza, sendo edificado em 1110 como refere a Nobiliarcha de D. Pedro, ou talvez antes» e que «durante os outto Seculos porque se tem perpetuado, mereceo sempre hum distincto nome, foi attendido com importantes mercês pelos nossos antigos Reys, que muito procuraraõ engrandecello»¹⁰¹². Trata-se, com efeito, de um «vasto e nobre Edificio», cujas características ficam por explicar, mas que sabemos não exhibir já com destaque as formas vetustas que poderiam fazer presente tão provecta história¹⁰¹³.

Como vimos notando, entre o elogio a edifícios góticos e o louvor a construções em estilo moderno, seja em linguagem clássica ou barroca, muito pouco avaliadas, é difícil encontrar apreciações precisas à arquitetura. De facto, a descrição mais individualizada das casas não é feita senão ou quase apenas nas respostas ao já mencionado inventário de 1823, o único inquérito que exige, com efeito, tais cuidados de resposta.

Neste contexto, o Mosteiro da Pena é a casa de que consta a descrição que cremos mais interessante e porventura a mais completa, feita por ocasião daquele inventário¹⁰¹⁴. Ela foi lavrada por José Maria Damaso da Silva, escrivão do Juiz de Fora da vila de Sintra, na companhia do próprio magistrado, José de Cupertino de Aguiar Otolini, com Francisco Pereira, mestre carpinteiro, Domingos José dos Reis, mestre pedreiro, Duarte João e

¹⁰¹¹ *Ib.*, cx. 233, mç. 287.

¹⁰¹² *Ib.*.

¹⁰¹³ *Ib.*. O convento, em especial a sua igreja, sofreram alterações profundas, sobretudo, na primeira metade do século XVIII (consulte-se a ficha de inventário PT011316260009 do SIPA).

Manuel José Viola, fazendeiros, João José da Pronuncia e Custódio Lopes Vieira, mestres alfaiaes¹⁰¹⁵.

Os responsáveis pela vistoria começam o seu relato com o apontamento histórico de ter sido o mosteiro fundado por D. Manuel, em 1511 e a capela-mor da igreja mandada fazer por D. João III, em 1532. Procedem, depois, à descrição, inédita, de praticamente todos os espaços do edifício: o refeitório, com o seu «chaõ de ladrilho e as paredes de azulejo verde e branco e o Teto de abobeda com cordoens de pedra goticos»; os «dois Claustros[,] hum em baixo outro em cima com columnas de pedra goticas», achando-se neles «hum Caza pequena com hum Capella de Saõ Jeronimo de Conchas com hum Imagem de Sao Jeronimo de barro» desconhecida; a sala do capítulo, hoje inexistente, «com o chão de Ladrilho, e as paredes de azulejo que tem trinta palmos de comprido e vinte de largo[,] com hum Retabolo de Jaspe com Imagem de Nossa Senhora no mesmo Jaspe, e hum Altar de pedra tendo acentos em roda toda a Caza de Cantaria»; a sacristia, de «chaõ de Tijollo as paredes de azulejo brancas e verdes Tecto de Abobeda com cordoens de pedra muito antiga e gotica»; e a igreja, mais extensamente relatada¹⁰¹⁶. A exposição inicia-se no pátio que lhe dá acesso, com «hum Escada para cima e depois hum Adro Lageado seguindo selhe hum escadinha para cima para a Porta da Igreja»¹⁰¹⁷. Há, à entrada, um «Patim com quatro Columnas e hum Torreaõ por cima de arquitetura gotica[,] hum porta para a Igreja tambem de Arquitetura gotica com duas portas hum de madeira e outra de grades de ferro»¹⁰¹⁸.

Entre outros detalhes, conta-se que o templo tem «quatro columnas goticas. O Theto de Abobeda com cordois de pedra de Arquitetura gotica tendo no mesmo Corpo da Igreja dois Altares



FIG. 62 Igreja do antigo Mosteiro da Pena.

¹⁰¹⁴ *Ib.*, cx. 221, mç. 276.

¹⁰¹⁵ *Id.*.

¹⁰¹⁶ *Id.*.

¹⁰¹⁷ *Ib.*.

¹⁰¹⁸ *Ib.*.

com Retabulos de pedra liós burnida, e marchetada com pedra preta», achando-se também no «lado direito do Corpo da Igreja duas cazinhas que servem para confessionarios»¹⁰¹⁹. O arco triunfal ou arco cruzeiro que marca a entrada para a capela-mor tem «tres columnas huma maior e duas mais pequenas com seus capiteis *tudo gotico* e no mesmo cruzeiro humas grades de pao de madeira de fora marchetadas de bronze»¹⁰²⁰. A capela-mor tem o chão «de pedra marchetada de branco e preta a parede e theto de Azulejos, no theto cordoens de pedra pintada de arquitetura gotica e em cima humas armas Reais[,] na Frente hum Altar mor com hum grande Retabulo de Alabastro»¹⁰²¹.

Como é evidente, nas abundantes passagens que não resistimos em deixar transcritas, o estilo gótico acha-se tranquilamente identificado. Os avaliadores detetam-no, com facilidade, em diversos elementos arquitetónicos da casa, sem mencionar marcas ou linguagens artísticas específicas do reinado manuelino ou do joanino. Parecem ter em grande conta a obra, quase toda gótica – precisamente -, na medida em que declaram que o «Convento[,] Igreja e Sacrestia avia custar grande somas de dinheiro por ter cousas muito boas e de grande valor que verdadeiramente não lhe sabem dar valor exacto»¹⁰²².

Também os encarregados de descrever Santa Maria da Vitória, em 1823, gabam a estética gótica, sem surpresa, referindo um «Mosteiro todo de pedra de cantaria, d'Arquitetura Gotica, admiravel, e sumptuoso»¹⁰²³. Mais relatam que o célebre «Templo he de magnifica arquitetura, firmado em columnas, tudo de abobeda de pedra de cantaria», ostentando «o Coro de magnifica talha»¹⁰²⁴.

Na mesma linha, é enviada de Paço de Sousa a informação de que a «Igreja que fica pegada ao Mosteiro e para a parte do Norte, he construida ao gosto

¹⁰¹⁹ *Ib.*.

¹⁰²⁰ *Ib.*. Itálico nosso.

¹⁰²¹ *Ib.*.

¹⁰²² *Ib.*.

¹⁰²³ *Ib.*, cx. 187, mç. 233.

gotico moderno»¹⁰²⁵ – sabemos que não é inteiramente assim, que o românico ou “gótico antigo” tem um papel importante na arquitetura do edifício, embora os arcos apontados, aí muito evidentes e o interior iluminado do templo contrariem essa estética, definindo antes o “gótico moderno” que acaba por se destacar na construção, também aos olhos dos examinadores de 1823.



FIG. 63 Igreja do Convento de Vilar de Frades.

Procura ser igualmente gótica, de certa maneira, a fachada principal da igreja do Convento de Vilar de Frades, que a descrição do inventário de 1823 refere¹⁰²⁶. «Hé a mesma Igreja de *arquitetura antiga*, tem fronteiro [sic] *rehedificado de novo, e pelo risco antigo*», explica-se, sem nunca se nomear a estética¹⁰²⁷. A “arquitetura antiga” do templo é, na verdade, e na dimensão considerável do abobadamento da sua nave, obra seiscentista, que seguiu a linguagem tardo-gótica então dominante no edifício¹⁰²⁸. E o “risco antigo” por que foi “reedificada” a fachada da igreja mostra-se, também, nos arcos apontados dos três vãos de janelas e na rosácea que as encima, sobretudo gótico.

O desenho para a obra da fachada foi mandado fazer entre 1796 e 1797, mas a sua execução arrancou apenas em 1804 ou 1805, prolongando-se, pelo menos, até 1809¹⁰²⁹. No decurso destes trabalhos, ter-se-á procedido também à reintegração do portal românico, acrescido de um par de arquivoltas, na torre sul¹⁰³⁰. A tentativa de evocar, por meio da arquitetura, a fundação remota da casa (e menos a de replicar exatamente um estilo antigo

¹⁰²⁴ *Ib.*.

¹⁰²⁵ *Ib.*. Itálico nosso.

¹⁰²⁶ *Ib.*, cx. 221, mç. 276.

¹⁰²⁷ *Ib.*. Itálico nosso.

¹⁰²⁸ Sobre o carácter desta intervenção, ver ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, *Monumentos pátrios (...)*, ob. cit., pp. 65-67.

¹⁰²⁹ VINHAS, Joaquim Alves, *A Igreja e o Convento de Vilar de Frades. Das origens da Congregação dos Cônegos Seculares de São João Evangelista (Lóios) à extinção do convento. 1425-1834*, Barcelos, Junta de Freguesia de Areias de Vilar, 1998, pp. 235 e 236. A documentação encontra-se publicada nas pp. 396 e 397.

específico, cremos) é inusitada, como já notou a historiadora Lúcia Rosas e apresenta resultados surpreendentes ¹⁰³¹. Causa estranheza a (sobre)dimensão das janelas no frontispício do templo e a sua desproporção, nomeadamente, em relação à rosácea coeva, que quase toca o arco da janela central ¹⁰³² – haveria uma primitiva frontaria ou fachada gótica realmente assim? Então, o que se tenta aqui retratar? Diríamos que a fachada antes *representa* e não *reproduz* a antiguidade da fundação, que o descritor do inventário de 1823 sublinha, sem precisar melhor períodos históricos ou correntes artísticas.

De resto, é também assim, em termos inexatos, que o relator do inventário do Mosteiro de Santo André de Ancede refere a Igreja de Ermelo, construção românico-gótica, «Monumento de huma architectura singular, e certamente hum dos mais antigos, que neste Reino tem escapado a voracidade do tempo» ¹⁰³³. Com efeito, não está ainda claramente assente o significado mais atual e artístico de “gótico”, que notámos antes dominado por alguns, pois no *Diccionario da lingua portugueza* de 1823 o vocábulo continua a surgir como um adjetivo um tanto vago e pouco abonatório que qualifica algo «conforme, á maneira, estilo, uso, costume dos Godos: v.g. «edificio de traça Gothica» [...] i. é, máo, rude» ¹⁰³⁴. A definição é repetida na edição de 1831, onde se acrescenta «Traçado, trajado, feito á antiga, fora da moda» ¹⁰³⁵.

Atente-se, porém, que aquele relator de Vilar de Frades não toma partidos estéticos, sequer ao referir a obra nova que se começa a levantar no claustro: «Todo o edificio está em bom estado tanto de pedraria, como de carpintaria, a excepção do Claustro que esta principiado a *rehedeficar com nova forma e a gosto moderno*, e tem o lado do Norte feito completamente; o do Nascente está somente feita a pedraria, e os outros lados estão arruinados; bem como

¹⁰³⁰ *Id., ib.*

¹⁰³¹ ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, *Monumentos pátrios (...)*, ob. cit., pág. 342.

¹⁰³² Veja-se as observações de Lúcia Rosas à fachada em *Monumentos pátrios (...)*, ob. cit., pág. 342.

¹⁰³³ ANTT, MNEJ, cx. 214, mç. 268.

¹⁰³⁴ SILVA, António de Moraes, *Diccionario da lingua portugueza (...)*, ob. cit., 1823, pág. 25.

¹⁰³⁵ *Id.*; VELHO, Teotónio José de Oliveira, *Diccionario da lingua portugueza (...)*, ob. cit., 1831, pág. 95

destes mesmos lados dois corredores junto ao mesmo claustro que são *parte do Convento Velho*, que também se achão arruinados»¹⁰³⁶.

Esta abordagem, desprovida de carga emocional ou afetiva pelo património, como que displicente perante as qualidades de arte e de memória do construído, explica-se, em boa parte, pelo facto de a carta de lei que define as normas para a redução de conventos, em outubro de 1822, não contemplar critérios de arte nem de antiguidade, como se explicará melhor, adiante. Não pode isto obstar a que tenhamos presente o facto de tais propriedades serem consideradas ao tempo, com alguma consistência, na relação estabelecida entre arquitetura, estética e memória, que cremos ter resultado clara da leitura de algumas das fontes apresentadas, neste âmbito da reforma das congregações.

Veremos também a reiterar tal facto os debates acerca da mesma reforma, realizados nas Cortes Gerais e o plano para apresentado para a dita, em 1830, pela Junta do Exame do Estado Atual e do Melhoramento Temporal das Ordens Regulares. Mas, antes de analisarmos devidamente estes campos, propomo-nos a examinar alguma da informação que expõe essa atitude mais utilitarista perante o património, já aqui entrevista, na iminência de supressão de diversas casas religiosas.

3.1.2. UTILITARISMO. A CARTA DE LEI DE 1822, O USO E A SUPRESSÃO DE CASAS REGULARES

Como notámos, a «Carta de lei, pela qual Vossa Magestade manda executar, e publicar o decreto das Cortes geraes extraordinarias e constituintes da Nação portugueza, pela qual são extinctos os priorados móres das tres ordens militares, e reduzidos os conventos das corporações regulares de ambos os sexos», dada a 24 de outubro de 1822, incita à emissão de

¹⁰³⁶ ANTT, MNEJ, cx. 221, mç. 276. Itálico nosso.

pareceres dominados por uma abordagem aos edifícios de carácter prático ou utilitário¹⁰³⁷.

O projeto para o decreto foi apresentado ao Congresso, meses antes, pela Comissão Eclesiástica¹⁰³⁸. Acomodado o seu conteúdo ao parecer da maioria parlamentar, o diploma é finalmente aprovado por D. João VI e logo publicado, na qualidade de carta de lei, pelo ministro José da Silva Carvalho¹⁰³⁹.

Parece-nos que a carta de lei de 1822, verdadeiro prenúncio do decreto de extinção das ordens religiosas de 1834, não foi devidamente apreciada nem divulgada pela historiografia. A pouca atenção granjeada talvez decorra do facto de ter sido nulo o alcance efetivo das suas estipulações, como anunciámos antes, ao adiantar que o diploma ficaria por executar. Mas o impacto mental que terá tido e as mudanças culturais de que ele próprio é sintoma força-nos a considerar a lei.

Dada para «conciliar o bem da Religião, e do Estado com as vantagens dos mesmos regulares», a carta extingue os priorados mores das três ordens militares, “seculariza plenamente” os colégios delas em Coimbra¹⁰⁴⁰, determina a supressão, em Lisboa, de um dos dois mosteiros das mesmas – o da Encarnação ou o de Santos¹⁰⁴¹ –, e dita uma importante redução do número de casas das ordens regulares no reino. Entre outros, os cônegos

¹⁰³⁷ *Collecção da legislação portuguesa (...)*, ob. cit., pp. 225-231.

¹⁰³⁸ *Diário das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa*, ob. cit., n.º 8, pág. 106. Adiante se exporá o debate realizado nas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa na sequência da proposta de reforma da Comissão Eclesiástica. Também então se dará nota dos deputados que constituem esta.

¹⁰³⁹ Repare-se que é o mesmo ministro que, em 1823, elabora a ordem de inventário mencionada atrás. Silva Carvalho será também autor do decreto de 9 de outubro de 1833, pelo qual se ordena a supressão de todas as casas regulares que tenham um número de habitantes que se prove inferior a doze. É, assim, um agente da almejada reforma dos regulares, antes do liberalismo pleno em Portugal, período onde assume novamente um papel político de relevo (veja-se *Dicionário biográfico parlamentar 1834-1910*, vol. I, Lisboa, Assembleia da República e Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2004, pp. 664-646).

¹⁰⁴⁰ *Collecção da legislação portuguesa (...)*, ob. cit., pp. 225-231, art. 6.º da carta de lei. Como se sabe, os colégios ainda se encontram na posse das congregações quando o decreto de maio de 1834 se impõe.

¹⁰⁴¹ *Id.*, art. 30.º. Como se sabe, estes mosteiros irão subsistir como propriedade das ordens por muitas mais décadas.

regrantes de Santo Agostinho são ordenados a restringirem-se a apenas quatro mosteiros, os beneditinos dez, os hieronimitas cinco, os lóios quatro, os calçados de São Paulo seis, os eremitas calçados de Santo Agostinho sete, os carmelitas calçados cinco e os carmelitas descalços treze¹⁰⁴². As corporações que o diploma não indica também «serão reduzidas ao menor numero de conventos, que seja compatível com os meios, de que subsistem», sendo necessário a todas reunir um número mínimo de religiosos, adequado à vida monástica e conforme as regras de cada instituto¹⁰⁴³.

A carta esclarece que as casas a conservar, entre as ordens regulares nomeadas, serão indicadas pelo próprio governo, obrigando-o a preferir os mosteiros ou conventos «das aldêas, e de campos aos das cidades e villas; com declaração de que em uma cidade, ou villa, e seus termos, não poderão permanecer duas casas religiosas da mesma ordem»¹⁰⁴⁴. As condições impostas evidenciam a intenção a um tempo religiosa e pública da lei, bem patente em diversos dos seus itens. Nesta linha, refira-se a resolução de poupar os conventos de ordens que o diploma não designa «em que houver estabelecimentos publicos de bibliotecas, musêos ou escolas»¹⁰⁴⁵.

Em antecipação ao aludido decreto 1834¹⁰⁴⁶, a carta de 1822 estabelece ainda que «O Governo fará proceder á arrecadação dos cartórios, bens, e rendimentos dos mosteiros, conventos, ou hospícios suprimidos, na presença de inventarios em fórmula»¹⁰⁴⁷. Determina igualmente que caberá «ao prudente arbitrio do Governo dispor das casas suprimidas para os diversos objectos do serviço de Estado, estabelecimentos de instrucção e caridade publica, e destinar as suas igrejas para parochias, quando conste por informação dos

¹⁰⁴² *Ib.*, art. 7.º.

¹⁰⁴³ *Ib.*, art. 24.º.

¹⁰⁴⁴ *Ib.*, arts. 8.º e 24.º. Veja-se também o art. 32.º.

¹⁰⁴⁵ *Ib.*, art. 24.º.

¹⁰⁴⁶ E, obviamente, também ao conhecido decreto de maio de 1832, que inclui a ordem de supressão de diversos conventos na Ilha Terceira, comumente apresentado como a prenúncia da lei de 1834 (*Collecção de decretos e regulamentos publicados durante o Governo da Regencia do Reion estabelecida na Ilha Terceira. Desde 15 de Junho de 1829 até 28 de Fevereiro de 1832*, 2.ª ed. aum., Lisboa, na Imprensa Nacional, 1836, pp. 135-146).

¹⁰⁴⁷ *Id.*, art. 14.º.

ordinários que assim convem»¹⁰⁴⁸. E define que ficará «á prudencia dos ordinarios fazer a distribuição dos vasos sagrados, alfaías do culto divino, e utensílios do coro, pelas parochias mais pobres», aclarando que se poderão também destinar os bens móveis das casas a suprimir «para hospitaes civis, casas de expostos e asylos de caridade pública», sendo que «as livrarias, quadros, medalhas, e mais objectos de literatura, e de bellas artes, serão distinctamente inventariados, e arrecadados para a criação de biliothecas, ou para augmento das atuaes»¹⁰⁴⁹. Mais declara que o governo pode «proceder, se assim achar conveniente, á venda dos bens de raiz, e dos edificios, e moveis» das casas suprimidas¹⁰⁵⁰.

Entre os quarenta e seis artigos do extenso diploma, destacamos, por fim, aquele que suprime o Convento da Divina Providência de Lisboa e o Hospício de São João Nepomuceno¹⁰⁵¹, na medida em que a decisão integra o quadro traçado das supressões de casas previstas na lei e assim ajuda a compreender o alcance da mesma, os seus contornos quase iconoclastas na esfera do património arquitetónico e artístico do reino.

Será porque a carta de lei não alude às qualidades históricas e de arte desses bens, considerando apenas o seu valor de uso, tratando-os numa ótica estritamente utilitária, que as respostas ao estipulado, remetidas por diversos bispos e por algumas autoridades civis no termo de 1822, tendem também a ignorá-las e a centrar-se nas valias de teor prático do património¹⁰⁵².

¹⁰⁴⁸ *Ib.*, art. 15.º. Itálico nosso.

¹⁰⁴⁹ *Ib.*, art. 17.º.

¹⁰⁵⁰ *Ib.*, art. 18.º.

¹⁰⁵¹ *Ib.*, art. 23.º. Em 1833 o Convento da Divina Providência ainda tem um regular (veja-se a história do fundo Casa de Nossa Senhora da Divina Providência de Lisboa, em ANTT, disponível em <http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=4379846> (consultado pela última vez a 18 de janeiro de 2013) e o Hospício de São João de Nepomuceno apenas é suprimido com a extinção definitiva das ordens (o instituto consta de Processos de extinção das casas religiosas masculinas em Portugal, em ANTT).

¹⁰⁵² As respostas do Bispo de Castelo Branco, do Bispo de Viseu, Arcebispo de Braga, Bispo da Guarda, Bispo de Faro, Bispo de Lamego, Pinhel, Portalegre, Beja, Leiria, Aveiro, Coimbra e Arcebispo de Évora à carta de lei encontram-se em ANTT, MNEJ, cx. 214, mç. 268; as respostas referentes às comarcas do Porto e Viana encontram-se em *id.*, cx. 231, mç. 285.

Assim, o relatório enviado da comarca do Porto sobre as casas a suprimir ou a conservar à luz da carta, recomenda, por exemplo, a conservação do Mosteiro da Alpendurada pela conveniência da sua localização e pela “utilidade” da casa para as povoações, bem como a conservação do Mosteiro de São Francisco «porque n’elle existem Escolas publicas em utilidade», não porque se trata de uma construção medieval, gótica e barroca notável¹⁰⁵³.

Pela mesma ordem de razões, são indicados para supressão, entre outros, o Convento de Grijó, «ficando este grande Edificio á disposição do Governo»; o «Convento magnifico» de Santo Elói, sem «nenhuma utilidade» para a religião e para o estado, «podendo os altos d’este grande Edificio ser interinamente destinado para a Academia Real de Agricultura, Comercio, e Marinha, estabelecida n’esta Cidade»; o de São Domingos, «destinandosse o Edificio para Caza, e Armazens da Alfandega, do que esta Praça precisa absolutamente, e para que não ha outro algum Edificio com taõ vantajosas proporçoens»; e o dos carmelitas, «por não ter utilidade», podendo o edificio «servir interinamente para se estabelecer n’elle o Collegio de Meninos Orphaõs»¹⁰⁵⁴.

Na mesma linha, da comarca de Viana chega a observação de que o Convento de São Bento «augmentará muito em preço, no caso de ter este ultimo destino», a venda e que «pode taobem servir para estabelecimento publico de Casa d’Expostos, de que tanto se necessita, ou para qualquer outro de semelhante natureza, se bem que parece estar mais proprio para hua Fabrica seja qual ella for», aproveitando-se a sua igreja para matriz, dado que a ordinária se encontra arruinada¹⁰⁵⁵.

Se, por um lado, a atitude mais prática leva alguns a recomendar a supressão de certas casas regulares, por outro, ela serve também como motivo de recomendação de conservação de determinados cenóbios por parte de outros, como alguns testemunhos citados antes, aliás, sugerem.

¹⁰⁵³ ANTT, MNEJ, cx. 231, mç. 285.

¹⁰⁵⁴ *Id.*, *ib.*.

¹⁰⁵⁵ *Id.*.

Notamo-lo em umas inéditas «Breves notas para o arranjo que melhor convem á Cidade do Porto, nas mudanças que occasiona a Reforma dos Regulares, por hum Amigo do Bempublico», sem data, mas certamente escritas por estes anos de 1820¹⁰⁵⁶. Aí se lê «Que as Cazas dos Bentos, dos Gracianos, e dos Grilos são muito boas, e tem boas Igrejas: que *he por tanto absolutam[en]te necessario conserva-las em comunidades que as utilizem, sustentem, e reparem*; porque *inutilizadas ficaõ perdidas; nem a Nação pode tirar dellas alguma vantagem*, assim pela forma das suas construcções, como pelo local das suas situações, que hé deserto»¹⁰⁵⁷. Do mesmo modo, «as Cazas das Freiras de S. Bento, de S[an]ta Clara, e de Monchique são boas, e tem boas Igrejas, e *se devem igualm[en]te conservar; pois por iguaes razões não pode a Nação tirar dellas utilidade*»¹⁰⁵⁸. Parece-nos legítimo entrever algum interesse artístico na vontade manifesta de salvaguarda dos edifícios, todavia, o enfoque dos motivos que sustentam a sua conservação é colocado na utilidade e racionalidade da medida, não em valores de outra ordem.

De resto, são também esses motivos de teor racionalista que levam o governo a acionar, sob indicação das Cortes Gerais, o processo de extinção da Patriarcal e a decorrente restituição do antigo arcebispado de Lisboa, a fixar de novo na Basílica de Santa Maria Maior, em novembro de 1821¹⁰⁵⁹. Nesta tomada de decisão, eminentemente económica, religiosa e política, alude-se igualmente à dimensão história e artística do construído, lembrando ser «este Templo o mesmo da antiga Cathedral desta Dioceze; tem elle a sumptuosidade, e magnificencia correspondente á dita Santa Igreja [...]; e até acontece ter sido ainda que por erro, sem interrupção, o Templo, em que os Povos se persuadem estar a Igreja Mai, ou Matriz desta Dioceze»¹⁰⁶⁰. Quer dizer, a arte e a carga rememorativa do templo convêm ao uso ou função designada para o edifício.

¹⁰⁵⁶ *Ib.*, cx. 97 mç. 114.

¹⁰⁵⁷ *Ib.*. Itálico nosso.

¹⁰⁵⁸ *Ib.*. Itálico nosso.

¹⁰⁵⁹ Veja-se, por exemplo, a carta que João Baptista Felgueiras, secretário das Cortes Gerais, envia ao ministro José da Silva Carvalho em 29 de agosto de 1822, em ANTT,

Evidentemente, a abordagem utilitarista ao património dos seculares no debate da sua reforma é dominante. Porém, encontramos-a, por vezes, levada a um extremo algo perturbante, vaticínio do radicalismo que vingará cerca de uma década depois e da degradação ou destruição patrimonial que daí decorrerá. Note-se, por exemplo, que em 1825, quando a comissão encarregada de propor o plano para a reforma dos regulares informa D. João VI sobre o que está em jogo, ela incita o monarca a promover uma venda volumosa das casas regulares, pois «o Estado não somente lucrará já o preço dos Conventos suprimidos, mas poupará com cada hum delles, aliás gastaria, na conservação do Edfício, Misteres do Culto» e outros¹⁰⁶¹.

3.1.2.1. A condição de alguns cenóbios

O interesse pelo património arquitetónico e o estímulo a abordá-lo sob uma perspetiva utilitarista resulta, como estará claro, na transmissão de informação sobre o estado material dos edifícios, sobre o seu uso real e potencial. Deste modo, as reações oficiais e diretas à carta de lei e aos inquéritos distribuídos, antes e depois do diploma, para a reforma das ordens regulares, constituem, quase sempre, uma interessante fonte noticiosa acerca de tais aspetos.

O comentário que atrás transcrevemos sobre o Convento de Vilar de Frades, em 1823, entre outros, atesta-o bem. Também a reposta enviada da Batalha ao inquérito de 1822, que considerámos já, o faz. Nela se explica, acerca do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, que «o dormittorio principal fora inteiramente destruído pella invazam de mil oitto centos e dez; o qual ja se acha em principio de Reedificação = Que parte dos outros, que tambem foram destruidos pella mesma invazam, se achão habitaveis vinte e seis sellas, e sinco desponiveis com pequena despeza = [...] que quanto ao

MNEJ, cx. 97, mç. 114. A Patriarcal só é extinta em 1834 e é então restituída à Basílica de Santa Maria Maior a categoria de Sé.

¹⁰⁶⁰ ANTT, MNEJ, cx. 97, mç. 114.

¹⁰⁶¹ *Ib.*, cx. 231, mç. 285. Documento assinado por António José Almeida Ferreira, Manuel Pires de Azevedo Loureiro, liberal, futuro Bispo de Beja e grande adversário das ordens religiosas, e o padre Marcos Pinto Soares Vaz Preto.

Templo se acha em bom estado; menos no tempo de Inverno, pellos terrassos serem de pedra, por lhe comonicar agoa tanto pello mesmos, como pelos canos subterrâneos, o que imbarça o tranzito do mesmo templo, em ocaziam de maior affluidade d'agoas»¹⁰⁶².

Na mesma linha, o inventário que, em igual ano, se remete acerca do mosteiro esclarece, em maior detalhe, que aquele dormitório, «denominado Real, que foi incendiado, e destruido pellos Francezes [...] parte se acha já reparado, e coberto = outro chamado da Trabuqueta, que tambem foi incendiado, e se acha todo ja coberto, e emvigado = outro chamado das varandas, e caza de Noviços, que se acha todo habitavel, onde vivem os Rellegiozos, e se acomodam os Hospedes, e Melitares, que por aqui tranzitam = hospedarias, que constam de sinco quartos, ainda imperfeitos, por se acharem situados naquella parte do dormitorio incendiado; mas todos repartidos, e cobertos = contem os dormitorios habitaveis vinte e sinco sellas habitaveis, e sinco que com alguns reparos se tornaõ capazes de uso»¹⁰⁶³.

Semelhante relato chega de outras casas regulares. Do Convento de São Francisco de Portalegre, em 1821, explica-se que acolhe muitas vezes tropa, «reparando depois as ruinas ao Edificio causadas pello quarteis, outras vezes pelo Hospital», o que sustenta «a utilid[ad]e q[ue] deste Conv[en]to resulta a Religião, e ao Estado, q[ue] ambas as couzas se consideraõ ligadas»¹⁰⁶⁴. Sobre o Mosteiro de Santa Maria de Aguiar, em 1822, afirma-se que está «em absoluta ruina pela invasão de 1810, e occupação de diversos Exercitos», enquanto «a Igreja e mais Officinas do Convento estão em soffrivel estado»¹⁰⁶⁵. E do Mosteiro de São Luís de Pinhel, diz-se, na mesma data, que «exteriormente está em boa figura, entretanto o Edificio soffreo muito pela invasão de 1810 no seo interior, servindo de Hospital [...] sendo alem disto destruidas quatro Cazas em roda do Claustro»¹⁰⁶⁶.

¹⁰⁶² *Ib.*, cx. 180, mç. 224.

¹⁰⁶³ *Ib.*, cx. 187, mç. 233.

¹⁰⁶⁴ *Ib.*, cx. 214, mç. 268.

¹⁰⁶⁵ *Ib.*.

¹⁰⁶⁶ *Ib.*.

Também em 1822 se esclarece que o Convento da Saudação de Montemor-o-Novo tem um «edifí[i]cio mui vasto, mas por isso mesmo, e por ser antigo, e na maior parte desabitado, tem necessidade de consertos e reparos», não tendo então mais do que onze religiosas, número que determina a supressão da casa¹⁰⁶⁷. Pelos mesmos motivos, a «falta de Religiozos, e mau estado do seu Convento» – situação de grande ruína «em que ficou dos aquartelamentos continuados das Tropas» –, o Convento de São Domingos de Benfica, é igualmente indicado para supressão, em 1823¹⁰⁶⁸.

Em 1823 ainda, o Convento de Santo António de Castelo Branco é objeto de obras, já em vias de conclusão, dado que «o Governo mandou fazer alguns reparos p[ar]a servir de hospital dos Doentes do Regim[en]to de Cav[alari]a n.º 11»¹⁰⁶⁹. No edifício existe mais «a arrecadação geral daquele Regim[en]to, e a Aula Militar de Primeiras Letras, como também se recolhem nas suas Lojas os Cav[al]os»¹⁰⁷⁰. Aliás, o regimento está repartido entre este e o Convento da Graça ou dos Gracianos, como se lê em um outro parecer assinado pela mesma fonte, o corregedor Fernando António Machado, e redigido quase em simultâneo ao anterior. Entre outras informações, o corregedor explica que o Convento da Graça «tem bastante capacid[ad]e, e athe tem uma Igreja bem própria, porem o interior do m[es]mo está bastante arruinado já desde o tempo da invasão dos Franceses»¹⁰⁷¹. Considera-o e ao de Santo António dispensáveis, «naõ só porque nenhum delles reúne o n[ú]mero de Religiosos que a Lei requer», como «seria necess[ári]a boa despesa, p[ar]a que se reparassem» os seus edifícios¹⁰⁷². Quanto ao futuro contemplado para ambos, «os Edeficios alem de já prestarem, como d[it]o fica, um persiso aquartelam[en]to á tropa, accresce, que saõ m[ui]to proprios, p[ri]ncipalm[en]te o da Graça, p[ar]a Casa de Publica educaçã da mocid[ad]e [...] ou m[es]mo algum outro Establecim[en]to adquado de

¹⁰⁶⁷ *Ib.*.

¹⁰⁶⁸ *Ib.*.

¹⁰⁶⁹ *Ib.*, cx. 196, mç. 243.

¹⁰⁷⁰ *Ib.*.

¹⁰⁷¹ *Ib.*.

¹⁰⁷² *Ib.*.

utilid[ad]e Nacional»¹⁰⁷³. É idêntica a situação do Convento de Santo António de Penamacor, igualmente descrita no parecer, que refere este como um cenóbio «bastante arruinado no seu arranjo interior, e que persisa de gr[an]des reparos», habitado apenas por sete religiosos e com «uma gr[an]de p[ar]te delle ocupado com o Quartel», não podendo os soldados instalar-se em outra casa da vila¹⁰⁷⁴.

Também o Convento de Santa Clara de Amarante foi arruinado pelos franceses, que o incendiaram em 1809, levando as freiras a mudar-se para outras casas da ordem. Os locais empenharam-se em repará-lo, com «a esperança de recuperar o seu antigo esplendor»¹⁰⁷⁵. Contudo, as religiosas dispersas, «preferindo antes estarem como hospedas no Conventos de sua escolha, do que voltarem áquelle de sua filiação [...] solicitaraõ impedir a Reedificação do desta Villa, cujos Ministros [...] apressaraõ as Obras do Convento, e o puzeraõ em estado de se recolherem a elle com a possivel decencia», em 1822¹⁰⁷⁶. Neste ano, a Câmara de Amarante declara que deve «continuar a existir nesta Villa hum Convento, que edificára a Rainha Santa Mafalda», assumindo assim a importância da antiguidade e da história da fundação¹⁰⁷⁷. Porém, admitindo a possibilidade de supressão do convento, solicita que ao menos a medida traga vantagem à população, «destinando-se o Edificio a hua Caza de educação publica»¹⁰⁷⁸. Dois anos volvidos, e apesar de se ter mandado reedificar «hum Dormitorio com 18 Cellas completas, o Mirante, Côro e mais officinas, assim como a Igreja», a casa regular de Amarante subsiste, mas freiras permanecem ausentes, pelo que a «continuação da Reedificação ficou suspensa»¹⁰⁷⁹. A estima pela vetusta fundação do convento e pelo simbolismo que a casa assume no seio da comunidade local é evidente – embora não julguemos que ela se traduza em formas arquitetónicas evocativas das primitivas, esclareça-se. Mas esse

¹⁰⁷³ *Ib.*.

¹⁰⁷⁴ *Ib.*.

¹⁰⁷⁵ *Ib.*, cx. 205, mç. 254.

¹⁰⁷⁶ *Ib.*.

¹⁰⁷⁷ *Ib.*.

¹⁰⁷⁸ *Ib.*.

¹⁰⁷⁹ *Ib.*, cx. 222, mç. 277.

apreço não bloqueia uma atitude desassombrada, digamos assim, a respeito da utilização e utilidade do construído, encarado com todo o pragmatismo.

À luz dos testemunhos atendidos, impõe-se notar, como já fizemos ao referir o avanço napoleónico no início do século, o impacto que as Invasões Francesas tiveram na relação das populações com o património arquitetónico religioso, em especial com o dos regulares. Elas contribuíram para a utilização não-ecclesial intensa das construções e terão sido fundamentais para uma abordagem totalmente dessacralizada ou descomplexada aos edifícios, como as fontes analisadas sugerem¹⁰⁸⁰. Essa abordagem, por sua vez, encontra-se muito e naturalmente potenciada pelo entendimento das congregações que o espírito liberal, cada vez mais propagado, tem. Em toda a década de 1820, na verdade, até à mudança efetiva de regime, esta realidade é evidente no modo como encontramos referido o património das congregações. Só ela explica que, por exemplo, um negociante de Lisboa, «propietario unico da Fabrica de Vapor, e fundição de ferro, estabelecida no Sitio do Bom Sucesso; primeira, e unica por hora neste Reyno», solicite, por estes anos, «A extinção daquelle Convento [do Bom Sucesso] taõ inutil em si mesmo, quanto reprehensivel por ter recusado todas as prepoziçoens vantajozas que o Supp[licant]e lhe tem feito quando alias deveriaõ facilitar quanto fosse necessario ao melhoramento daquelle importantíssimo Invento e Fabrica de utilidade publica»¹⁰⁸¹.

É em data avançada dos referidos anos de 1820 ou já nos primeiros momentos do decénio seguinte que a Junta do Exame do Estado Atual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares elabora o resumo de um bom número de consultas efetuadas aos institutos, onde transparece com clareza a atitude utilitarista que vimos expondo¹⁰⁸². O grande pragmatismo com que

¹⁰⁸⁰ Além da documentação citada, considere-se ainda a existente acerca do assuntos nas demais cxs. e mç. de ANTT, MNEJ indicadas nas fontes deste trabalho.

¹⁰⁸¹ ANTT, MNEJ, cx. 231, mç. 285.

¹⁰⁸² *Id.*, cx. 216, mç. 270. O documento não está datado, mas é posterior a 1829, ano que vem referido no seu texto, e anterior a 1834. O documento acha-se publicado em ABREU, Laurinda, “Um parecer da Junta do Exame do Estado Actual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares nas vésperas do decreto de 30 de Maio de 1834”, in *Estudos em*

delibera sobre o destino do património dos regulares, decidindo sobretudo com base no volume de casas de cada ordem e no número de residentes e rendas de cada cenóbio, não pode, contudo, levar-nos a olvidar o modo como por estes anos ganha corpo a atitude, que encontrámos já com consistência, de uma maior consciência dos valores de memória e de arte das preexistências arquitetónicas. Com efeito, aquela e esta abordagem convergem no tópico seguinte do nosso estudo, onde analisaremos as qualidades da arquitetura consideradas no plano de reforma das ordens regulares e nos relatórios com ele relacionados.

3.1.3. OS VALORES DOS MONUMENTOS ARQUITETÓNICOS NO PLANO DE REFORMA DAS ORDENS E NOS PARECERES DE 1830 DA JUNTA DO EXAME DO ESTADO ATUAL E MELHORAMENTO TEMPORAL DAS ORDENS REGULARES

O «Plano e Regulamento dos Conventos de Religiosos Segundo os Artigos do Real Decreto de 24 de Novembro de 1789, e as Faculdades concedidas nos Breves Apostolicos que o dito Real Decreto indica», bem como a sua versão para os conventos femininos, ambos compostos pela Junta do Exame do Estado Atual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares, é fixado no dia 2 de março de 1830¹⁰⁸³. Assinam ambos os projetos, os membros da referida Junta, à cabeça, o D. Prior de Guimarães, então D. José Telles da Silva, antigo lente da Universidade de Coimbra, deputado da Junta, pelo menos, desde 1824¹⁰⁸⁴; em seguida, Lúcio José de Gouveia, conselheiro e capelão nomeado pelo rei D. João VI, deputado há, pelo menos, onze anos, membro das Cortes Gerais durante o Vintismo e também aí deputado da Comissão Eclesiástica¹⁰⁸⁵; o desembargador José Vicente Caldeira de Casal

homenagem a Luís António de Oliveira Ramos, vol. I, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 117-130.

¹⁰⁸³ ANTT, MNEJ, cx. 216, mç. 270.

¹⁰⁸⁴ *Id.*, cx. 147, mç. 177. Foi lente da Universidade de Coimbra e foi designado Prior de Guimarães, por D. João VI, em 1815; faleceu em 1832. Veja-se *Gazeta de Lisboa*, ob. cit., n.º 264, 6 de novembro de 1816; CALDAS, Padre António José Ferreira, *Guimarães. Apontamentos para a sua história*, vol. II, Porto, Typographia de A.J. da Silva Teixeira, 1882, pág. 52.

¹⁰⁸⁵ ANTT, MNEJ, cx. 214, mç. 268. ANTT, Registo geral de mercês do reinado de D. João VI, lv. 16, fl. 66 e lv. 18, fl. 60v, 1822 e 1824, respetivamente.

Ribeiro, que encontramos como deputado apenas durante 1830; o fidalgo José Pereira Palha de Faria Guião, *idem*¹⁰⁸⁶; o doutor frei António Cordeiro¹⁰⁸⁷ e o doutor frei Mateus da Assunção Brandão¹⁰⁸⁸, deputados, pelo menos, desde 1824. O grupo dá, assim, cumprimento ao decreto de 7 de setembro de 1829, pelo qual o rei D. Miguel exige que suba à sua presença, no prazo máximo de seis meses, o plano de reforma dos regulares¹⁰⁸⁹.

Esta espécie de ultimato régio surge na sequência das muitas críticas dirigidas àquele órgão, que cinquenta anos depois de ter sido criado continuava por fazer cumprir a sua missão: apresentar um projeto de reforma das congregações, suprimindo, unindo e conservando cenóbios, «para bem da Religião e do Estado»¹⁰⁹⁰. A Junta redige, por isso, um texto auto justificativo, datado dois dias após os planos e regulamentos dos conventos e porventura remetido conjuntamente ao monarca¹⁰⁹¹.

Nesta narrativa, defende-se da morosidade e ineficácia que lhe imputam atribuindo-as à dificuldade da tarefa laboriosa que tem em mãos e às circunstâncias adversas em que desenvolve os trabalhos. Não só o exercício das suas funções tem sido consecutivamente prejudicado pelos acontecimentos políticos que destabilizam o reino há décadas (e assim continuará a ser, com o eclodir da Guerra Civil, em 1832), como também a colaboração das casas regulares, na facultação da informação requerida, tem sido deficientemente prestada, ora por omissão, ora por imprecisão¹⁰⁹².

A Junta reage aí igualmente às acusações de anti-religiosidade, que lhe são feitas de forma acesa. Embora ao serviço da ideologia tradicionalista, sob o comando do rei D. Miguel, a instituição não deixa de ser um alvo público da

¹⁰⁸⁶ ANTT, Registo geral de mercês do reinado de D. João VI, lv. 21, fl. 338v.

¹⁰⁸⁷ ANTT, MNEJ, cx. 147, mç. 177.

¹⁰⁸⁸ Veja-se PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, “Mateus da Assunção Brandão versus José Agostinho de Macedo: uma polémica em torno da Revolução”, in *Actas do colóquio A recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil*, vol. II, Universidade do Porto, 1992, pp. 305-321.

¹⁰⁸⁹ ANTT, MNEJ, cx. 216, mç. 270.

¹⁰⁹⁰ *Id., ib..*

¹⁰⁹¹ ANTT, MNEJ, cx. 216, mç. 270. A Junta relatara a sua história já antes, em documento de 26 de março de 1828, conservado na mesma caixa e maço.

¹⁰⁹² *Id., ib..*

personalidade por ventura mais reacionária do tempo, José Agostinho de Macedo. O literato acomete impiedosamente contra a finalidade reformista da organização, publicando os textos coléricos que antes referimos, em 1823 e em 1828, onde se insurge perante aquilo que entende ser um ataque *progressista* às congregações¹⁰⁹³. Por isso, a Junta não deixa de lembrar o facto de que D. Afonso Henriques, «chamado ainda o Rei Santo, e que tantos Conventos fundou, também supprimiu alguns», como o rei D. Manuel, «sempre louvado, até pela sua Piedade» e a rainha D. Maria, «que fundou nesta Capital o mais sumptuoso Convento que se conhece», evidentemente, o da Estrela ou do Santíssimo Coração de Jesus¹⁰⁹⁴.

Assim, legitima o seu trabalho e os planos que apresenta, procurando traduzir a vontade «digna de hum Soberano ilustrado e pio que rectamente avalia o prestimo das Ordens Religiosas, e deseja que recobrem o credito de que gozavaõ»¹⁰⁹⁵.

3.1.3.1. Conservar conventos, monumentos históricos e de arte. O projeto

O plano e regulamento dos conventos, «que vem a ser como a primeira Legislação Systematica que em Portugal se organiza sobre o Estado Religioso»¹⁰⁹⁶ – negligenciando, assim, a carta de lei vintista examinada atrás -, bem como a documentação que o reflete, arquivada no Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, tem sido completamente ignorado pela historiografia¹⁰⁹⁷. E ele atesta com clareza, como também algumas das

¹⁰⁹³ MACEDO, José Agostinho de, *Carta unica sobre hum pequeno, e pobre folheto (...)*, ob. cit.; *Id.*, *Os frades ou reflexões philosophicas sobre as corporações regulares*, ob. cit.. *Vide supra*.

¹⁰⁹⁴ ANTT, MNEJ, cx. 216, mç. 270.

¹⁰⁹⁵ *Id.*, *ib.*.

¹⁰⁹⁶ *Id.*.

¹⁰⁹⁷ Julgamos ter sido a única a estudá-las, no âmbito da história do património e da teoria do restauro. Fizemo-lo, em 2010 e 2011, nas ocasiões e artigos já citados, “A evolução da sensibilidade patrimonial entre os relatos do terramoto e a reforma das ordens regulares” e “Conceitos e atitudes de intervenção arquitectónica em Portugal (1755-1834). Aspectos inéditos”. O relatório publicado por Laurinda Abreu, que anteriormente referimos, “Um parecer da Junta do Exame do Estado Actual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares (...)”, poderá decorrer do plano que agora tratamos.

reações ou pareceres às suas nunca executadas disposições, a consciência viva dos valores rememorativos e de arte dos monumentos arquitetónicos. Manifesta mesmo uma consideração consequente pelos edifícios onde residem essas qualidades históricas, identitárias e artísticas.

O projeto para as casas masculinas difere pouco do definido para as femininas, e nada no que concerne ao nosso objeto de estudo. Ambos têm somente dois ou três artigos por onde estão repartidas cerca de meia centena de cláusulas¹⁰⁹⁸. O primeiro estabelece normas que procuram assegurar uma saudável subsistência das casas e das suas comunidades, tendo sempre por fito a utilidade que delas resulta para a igreja e para o Estado.

Essencialmente, define o número mínimo e máximo de religiosos permitido em cada cenóbio, regulamenta os poderes de alienação ou transladação dos bens móveis e imóveis das casas e debruça-se sobre as rendas delas. Neste horizonte, declara ser obrigatório o envio ao monarca ou a quem ele determinar, de inventários anuais de todos os conventos, onde deverá constar, entre outros esclarecimentos, informação sobre os paramentos, vasos sagrados e móveis preciosos. Além disso, incide sobre questões disciplinares, imiscuindo-se nas práticas religiosas das comunidades regulares pela definição de preceitos de funcionamento das mesmas e de algumas normas de obediência para a vida claustral. Aliás, o artigo tem a introduzi-lo um trecho da lei de 21 de novembro de 1789 que remete exatamente para a situação temporal dos cenóbios e para a vontade de fazer melhorar a observância dos regulares.

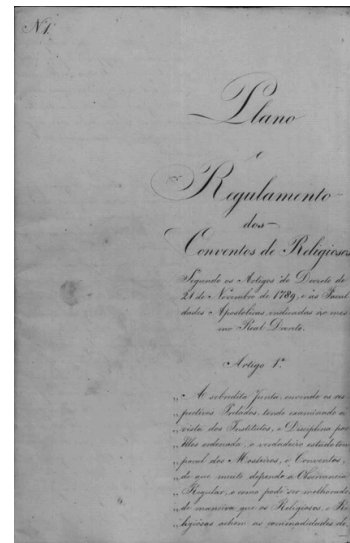


Fig. 64 Plano e regulamento dos conventos de religiosos segundo os artigos do real decreto de 24 de Novembro de 1789, 1830.

¹⁰⁹⁸ Ainda que nenhuma das duas versões do plano explicita a existência do art. 3.º, pelo menos da forma como se encontram indicados os outros, a enumeração das cláusulas dos planos recomeça uma terceira vez, com uma citação da lei de 1789 que remete ao modo de pagamento das dívidas dos conventos. Tudo indica que este é o tópico do art. 3.º que os planos manuscritos se esqueceram(?) de intitular.

Da mesma forma, o artigo 2.º começa com uma passagem da lei de 1789 que refere, anunciando o assunto das cláusulas que abriga, a «uniaõ, ou suppressão de algum, ou alguns Mosteiros, e Conventos, que por falta de meios para subsistirem, ou por se acharem situados em lugares incommodos, nocivos, ou remotos, se devaõ ou unir a outros, ou de todo supprimir». É, portanto, neste capítulo que se encontram ponderadas as qualidades e o destino dos monumentos arquitetónicos.

Com efeito, a primeira cláusula declara o dever de suprimir os conventos “destituídos de meios” para sustentar os seus habitantes e para cobrir as despesas necessárias das casas, nomeadamente com o culto e com o edifício. Os conventos assim abolidos, explica em seguida, poderão continuar a ser utilizados como cenóbios por outras ordens regulares ou poderão servir para a «creação de algum Seminario» ou para «outra obra insigne de piedade», pressupondo-se a alteração dos usos e funções dos edifícios, que apesar de tudo se mantém na esfera da igreja. Mas a segunda cláusula constitui como que uma ressalva a todas as indicações de supressão, na medida em que excetua alguns conventos de cumprir o regulamentado. Em rigor, ela fixa a dispensa de possuir tais meios de subsistência (e garante de conservação, à luz do novo plano) todo o convento que «por algum motivo justo, e attendivel mereça conservar-se», designadamente, aquele que por «*circunstancias singulares* [ou «*especiaes*»] *da sua fundação*, ou sua actual observancia ou *architectura o fação digno de existir*»¹⁰⁹⁹.

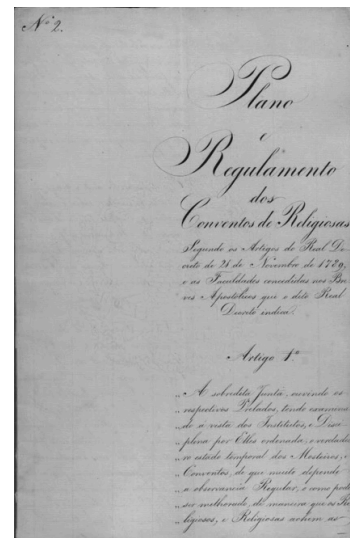


FIG. 65 Plano e regulamento dos conventos de religiosas segundo os artigos do real decreto de 24 de Novembro de 1789, 1830.

Portanto, a importância para a história de um determinado cenóbio e as qualidades arquitetónicas de certos edifícios justificam a salvaguarda dos conventos – são valores compreendidos e considerados ao ponto de

¹⁰⁹⁹ A variante “especiais” surge no texto do plano para os convento femininos. Itálico nosso.

sustentarem ou fazerem valer a exceção à lei, tal como acontecerá em pleno Liberalismo, na carta de lei de 15 de abril de 1835 que determina a venda dos bens nacionais, excluindo «As Obras e Edifícios de notavel antiguidade que mereçam ser conservados como primores da arte, ou como monumentos historicos de grandes feitos, ou de Epocas Nacionaes»¹¹⁰⁰. Tendo em conta o privilégio, o entendimento da Junta será de que esses valores ficam salvaguardados se as casas permanecerem com o seu uso original. Mas se os conventos onde eles residem não reúnem as condições para a subsistência garantida que o plano pretende fixar como norma, como irão as casas conseguir zelar pela proteção das qualidades reconhecidas? Afigura-se-nos especialmente incongruente este ponto dos planos, que julgamos possuírem, em um ou outro aspeto do texto, certas imperfeições.

Notamos, no entanto, ser essa uma ideia com bastante força à época e aos anos atrás analisados, é justo recordar, sublinhando a convicção de que a conservação dos monumentos se entende estruturalmente favorecida, senão mesmo garantida, pela conservação dos mesmos com as suas funções religiosas de sempre. E, afinal, neste cuidado legislativo da Junta se prova não existir contradição entre a posição oficial da mesma e a do famigerado integrista José Agostinho Macedo, crente de que os conventos com características históricas e artísticas únicas perigam no caso de não serem mantidos pelos frades, pois «tirem-se-lhes os Conventos, e com o espirito de Wandalismo fiquem estragados, e para sempre arruinados», contrariando a «Lei do Reino [de] que se conservem escrupulosamente os Monumentos antigos, e muitos dados com legitima posse aos Frades»¹¹⁰¹. Agostinho de Macedo referir-se-á ao alvará de 1802 que observámos não contemplar imóveis. Curiosamente, nem este, nem o hoje célebre diploma de 1721 são alguma vez aludidos na regulamentação sobre os conventos.

E seria perfeitamente pertinente fazê-lo nas cláusulas subsequentes do(s) plano(s), que determinam diversas supressões. De acordo com o(s) plano(s),

¹¹⁰⁰ *Collecção da legislação portuguesa (...)*, ob. cit., t. 9, pág. 73.

¹¹⁰¹ MACEDO, José Agostinho de, *Os frades ou reflexões philosophicas sobre as corporações regulares*, ob. cit., pág. 32.

será suprimido, por exemplo, «todo o Convento, cujo Edifício esteja de tal sorte arruinado que não se possa reparar-se, sem diminuir consideravelmente os meios necessários para a subsistencia» da comunidade¹¹⁰², como também «todo o Convento situado em lugares remotos, e pouco prestáveis para o bem espiritual dos Povos». Os conventos suprimidos terão os seus bens trasladados e as igrejas secularizadas, sem que o novo projeto indique para onde ou para que uso, e apesar daquilo que a este respeito ficou estabelecido no artigo 1.º. Antes, porém, de «se declarar individualmente quaes sejaõ os Conventos, que haja de supprimir-se, será conveniente fazerem-se Inventarios exatos de todos os Bens e Alfaias [...] a fim de melhor se determinar o que se hade transferir para outros Conventos», pelo que, aparentemente, se mantém a preferência pelo uso religioso dos objetos, que nesta exigência de serem inventariados estarão também a ser salvaguardados.

Os inventários que encontramos realizados depois do plano e regulamento dos conventos são já os decorrentes da extinção das ordens, feitos em 1834. Existem, no entanto, várias dezenas de relatórios sobre as casas a conservar ou suprimir, também redigidos pela Junta no início do mês de março de 1830, em aparente conformidade com o novo plano¹¹⁰³. Seriam, possivelmente, as deliberações imediatamente prévias àqueles inventários previstos no próprio plano, cuja realização a Guerra Civil e a mudança definitiva de regime terão evitado.

Na verdade, a Junta do Exame do Estado Atual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares dará provas de um intenso, porém breve e derradeiro esforço para executar a reforma possível das congregações, em 1833, sem revelar vestígios evidentes do projeto apresentado três anos antes¹¹⁰⁴. O seu trabalho será, então, no sentido de fazer cumprir o decreto de 9 de agosto de

¹¹⁰² O texto do plano para as casas femininas tem uma pequeníssima diferença, que em nada altera o sentido da frase do plano masculino que transcrevemos.

¹¹⁰³ ANTT, MNEJ, cx. 216, mç. 270.

¹¹⁰⁴ *Id.*, cx. 147, mç. 177. Em 1833, a presidência da Junta é atribuída a Marcos Pinto Soares Vaz Preto – veja-se CARROMEU, Francisco, “O romantismo político do Padre Marcos (1820-1851)”, ob. cit..

1833, que irá ser elaborado pelo ministro Silva Carvalho (de novo envolvido na questão da reforma), incluindo a ordem de supressão indiscriminada de todas as casas habitadas por menos de doze professos, ilustrando o extremar de posições relativamente aos regulares¹¹⁰⁵.

Todavia, o analisado plano de 1830 parece ter uma dimensão mais ampla ou ter sido pensado com mais profundidade do que estes resultados futuros sobre a matéria levam a crer, como acreditamos conseguir comprovar em seguida.

3.1.3.2. Consciência patrimonial: alguns casos concretos. Os pareceres

Anunciámos atrás que o plano e regulamento elaborado pela Junta em 1830 parece servir de guia à avaliação do estado de quase sessenta núcleos (ordens e jurisdições eclesiais) de casas regulares, apreciadas sobretudo a partir das informações enviadas à mesma desde a sua criação¹¹⁰⁶. Estes pareceres estão assinados pelos mesmos membros da Junta que subscrevem o plano já examinado e permitem aferir, de modo mais alargado e consistente, a abordagem ao património arquitetónico centenário ciente dos valores que vimos destacando. Neles, as qualidades histórica e artística do construído são argumentos a favor da conservação das casas, entenda-se, “conservação” da posse e usufruto original dos conventos, que aqui é igualmente pensada enquanto “conservação” da memória e das formas plásticas dos ditos, tal como verificámos no texto do próprio plano.

Na exposição sobre o estado dos conventos dos cônegos regantes de Santo Agostinho, nos pontos concernentes a Santa Cruz de Coimbra, a Junta declara não encontrar nada «que possa justificar a supressão, ou despovoação de hum Mosteiro fundado em 1132, de bella estrutura, bem

¹¹⁰⁵ *Ib.*. *Collecção da legislação portuguesa (...)*, ob. cit., t. 8, pp. 40 e 41. Em 1833, José da Silva Carvalho tem a seu cuidado a pasta da Fazenda e, de acordo com a documentação inédita que consideramos, a pasta dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça (ANTT, MNEJ, cx. 147, mç. 177). Lembramos que em 1822 e 1823, enquanto responsável pelos assuntos de Justiça, Silva Carvalho participou em destacadas ações para a reforma das ordens regulares (*vide* nota 1040).

¹¹⁰⁶ ANTT, MNEJ, cx. 147, mç. 177. Quase todos os relatórios o indicam.

seguro e reparado», e tem presente «os inconvenientes de abandonar aos estragos do tempo hum Edificio tal como o de Refoyos [de Lima], que ninguém facilmente quererá comprar»¹¹⁰⁷. No relatório relativo às casas beneditinas, o Mosteiro de São Bento da Vitória do Porto, habitado por apenas quatro religiosos, número muito abaixo do recomendado pela regra e pelo plano, escapa à indicação de supressão devido à «magnificencia da sua Igreja, e Edificio, [...] taó recommendavel pela sua architectura, e localidade»¹¹⁰⁸. Do mesmo modo, o Mosteiro de Santa Maria de Miranda, cuja igreja serve de paroquial à freguesia, tendo apenas três frades, é designado para subsistir e receber a comunidade beneditina de Cabanas, em Caminha, pois se extinto «naõ haverá facilmente quem queira parochiar tal freguezia, nem quem queira comprar o seu Edificio, aliás necessitado de grandes reparos, assim como a Igreja»¹¹⁰⁹.

Há, insistimos, o reconhecimento de qualidades de memória e de atualidade do património que não serão depois protegidas no ato de extinção das ordens, em maio de 1834, com a agravante de se acharem ponderados, antes desta medida radical do Liberalismo se impor, os prejuízos resultantes do abandono das casas dos regulares (adiante-se que encontrá-las-emos também atendidas previamente, nos debates das Cortes vintistas). Tais considerações estão patentes em múltiplos dos relatórios que agora consideramos, regidos por um forte sentido reformista, evidente na vontade suprimir muitos conventos e de proceder à união de diversas comunidades regulares. Diríamos, porém, que as casas relacionadas com os sucessos da nação ao tempo do rei D. Manuel merecem apontamentos de particular significado por parte da Junta.

Por exemplo, ao refletir sobre o destino do Convento de Nossa Senhora do Carmo da Vidigueira, no parecer elaborado sobre os conventos dos carmelitas calçados, a Junta menciona a indicação perfeitamente iconoclasta do prelado maior da ordem para aquele ser «naõ só suprimido, mas

¹¹⁰⁷ *Id.*, parecer n.º 4.

¹¹⁰⁸ *Ib.*, parecer n.º 11.

¹¹⁰⁹ *Ib.*.

arrazado para apagar a memoria dos citos gentilicos com que aquelle Povo /que chama pagaõ/ venera ali a Imagem de Nossa Senhora das Reliquias»¹¹¹⁰. Todavia, contraria-a, simplesmente porque se trata de «hum Convento dado pelo Senhor Rey D. Manoel em 1496 aos Religiosos desta Ordem, em cuja Igreja descançaõ as cinzas do famigerado Dom Vasco da Gama primeiro Conde da Vidigueira»¹¹¹¹.

Já na avaliação do Mosteiro de Santa Maria da Serra, em Almeirim, fundado em 1501 por D. Manuel e inscrita no parecer sobre os conventos da Ordem de São Domingos, a Junta não expressa explicitamente a consciência do valor histórico da obra. Mas atrevemo-nos a inferir a leitura e respeito por essa qualidade na sua decisão de conservar o mosteiro, cujo edifício se encontra «bastantemente arruinado e ja estava em 1823» e cuja contabilidade se acha grandemente deficitária. A Junta alega que a casa, nestas circunstâncias em tudo contrárias a um parecer de conservação, deve subsistir, «poderá porem satisfazer a sua Divida adoptando melhor administração, e até mesmo reparar as suas Ruinas quando Receba» os montantes devidos e em atraso¹¹¹².

Na exposição acerca do Convento de Nossa Senhora da Piedade de Azeitão, contida no parecer sobre as casas sujeitas ao Dom Abade Esmoler-mor, essa leitura surge novamente revelada, na medida em que aos vários motivos apresentados pela Junta a favor da conservação do cenóbio a própria «Acresce que este Convento foi Fundado, e Dotado pelo Senhor Rey Dom Manoel em voto de agradecimento pela tomada de Arzila»¹¹¹³.

Os aspetos que vimos sublinhando estão presentes, com toda a clareza, na deliberação da Junta acerca do Mosteiro de Nossa Senhora da Pena, em Sintra, elaborada no parecer sobre as casas da Congregação de São Jerónimo¹¹¹⁴. Se o Mosteiro de Santa Maria de Belém está aí referido tão-

¹¹¹⁰ *Ib.*, parecer n.º 17.

¹¹¹¹ *Ib.*.

¹¹¹² *Ib.*, parecer n.º 18.

¹¹¹³ *Ib.*, parecer n.º 45.

¹¹¹⁴ *Ib.*, parecer n.º 13.

somente como «precioso monumento da Piedade e Munificencia do Senhor Rey Dom Manoel, por elle fundado e amplamente dotado», o da Pena é eloquentemente apresentado como verdadeiro *monumento nacional*¹¹¹⁵.

Para a Junta, este «he de huma construcção tão *singular e maravilhosa*,

e *acredita tanto os esforços do engenho Portuguez* que seria hum desdouro e huma pura perda extinguir-se ou abandonar-se»¹¹¹⁶.



FIG. 66 Mosteiro da Pena, Sintra, c. 1834.

Talvez o enérgico elogio à casa de Sintra resulte de o superior hieronimita a indicar para supressão. A Junta opõe-se veemente à ideia, desmontando todas as dificuldades que possam obstar à conservação da casa: «A sua localidade, ainda que exposta a alguma intempérie, não se pode reputar verdadeiramente nociva á saude; pois que á tantos séculos tem sido habitado por Monges deste Instituto; e, se bem que menos commoda do que a de outros Mosteiros, não he por isso impropria [...]. A sua Divida Passiva, posto que grande e difficil de explicar-se /sendo certo que á longos annos, e principalmente desde 1823 não he habitado por mais de dous Religiosos e agora por hum/ não he todavia insolúvel»¹¹¹⁷. Por isso, «Parece pois á Junta que a providencia mais justa e acertada que se pode adoptar a respeito deste Mosteiro he faze-lo habitar effectivamente por seis Religiosos athé nove, como determinaõ os seos Estatutos; [...] e havendo o indicado numero de Religiosos hé de esperar que haja mais Regularidade em tudo, e na mesma Administração temporal, que sem duvida está sendo a peor possível»¹¹¹⁸.

Portanto, o pragmatismo ou forte sentido de *utilidade* que rege a Junta do Exame do Estado Atual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares, no seu propósito de reformar as corporações, para o bem do Estado e da

¹¹¹⁵ *Ib.*.

¹¹¹⁶ *Ib.*. Itálico nosso.

¹¹¹⁷ *Ib.*.

¹¹¹⁸ *Ib.*.

religião, não impede a expressão de provas da consciência patrimonial dos seus deputados. Pelo contrário, o confronto com a necessidade abrupta de mudança e com o inevitável abandono das grandes construções religiosas centenárias no reino parece apelar à invocação dos valores mais profundos, eruditos e nobres da arquitetura, aliás, valores que vimos apreciados com consistência na literatura, desde o arranque da década de 1820.

3.2. O DEBATE NAS CORTES GERAIS

Como verificámos, a experiência liberal do Vintismo e a tensão que desde então muito se agudiza entre as suas diversas matizes e o partido absolutista apelam a uma argumentação política fortemente centrada na “utilidade pública” das propostas e no sentimento nacionalista das populações, por parte das várias facções em campo. Prosseguindo ou dando um novo fôlego à tendência de exaltação do passado, mas também do presente pátrio, o contexto de revolução e de maior radicalização ideológica que é o arranque da década de 1820 dá assim impulso à disseminação de um olhar comprometido sobre o património, conforme temos vindo a revelar. Talvez mais do que propulsores (ou pelo menos tanto quanto), os anos do Vintismo sejam antes *facilitadores* da exibição dessa atitude de maior consciência patrimonial, na medida em que colocam ao dispor das partes um palco privilegiado para a exposição dela: as Cortes.

Nos debates parlamentares, encontramos bastante explorada a questão dos regulares, aliás, das mais marcantes da vida do plenário do período¹¹¹⁹. E, porque se discute energicamente a situação e a reforma das ordens, o património das congregações, particularmente o imóvel, torna-se objeto dessa reflexão política que é também pública.

¹¹¹⁹ A polémica foi devidamente analisada por CORREIA, José Eduardo Horta, *Liberalismo e Catolicismo. O problema congreganista (1820-1823)*, ob. cit., pp. 139-150, 246-260. Sobre o quadro político-ideológico do Vintismo e uma perspetiva mais alargada da questão, veja-se CASTRO, Zília Osório de, “Constitucionalismo Vintista. Antecedentes e pressupostos”, Sep. *Cultura, História e Filosofia*, Lisboa, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1986.

A primeira sessão de Cortes tem lugar no dia 26 de janeiro de 1821. Na sessão do dia 1 de fevereiro o deputado Manuel Borges Carneiro¹¹²⁰, que virá a ser um dos tribunos mais ativos do Vintismo, dá a conhecer a sua proposta de interdição de noviços e de secularização dos professos que pretenderem abandonar a vida regular. No início de maio, o projeto é miudamente discutido em plenário, dando-se aos parlamentares a possibilidade de se manifestarem acerca da condição e pertinência das ordens no novo quadro político. O debate evidencia o espectro de posições assumidas perante o problema e promove a alusão ao ambicionado plano de reforma das mesmas, que se afirma estar em elaboração, na esfera da Comissão Eclesiástica¹¹²¹. Nas circunstâncias do triénio liberal e do poder que então se atribui às Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, a Comissão Eclesiástica do Congresso reveste-se de uma legitimidade e autoridade que secundariza notoriamente a ação da Junta do Exame do Estado Atual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares.

Em abril, Borges Carneiro trouxera já a debate em Cortes os privilégios insustentáveis dos cónegos regrantes de Santo Agostinho do Mosteiro de São Vicente de Fora e dos frades arrábidos do Convento de Mafra face ao depauperamento do reino e às especificidades destas congregações, em particular, as da ordem mendicante. O tribuno apelara à redução da despesa pública, feita especialmente com o Convento de Mafra, propondo retirar da casa os arrábidos e instalar no seu lugar os cónegos regrantes estabelecidos em São Vicente¹¹²².

¹¹²⁰ Sobre esta personalidade, ver CASTRO, Zília Osório de, “Carneiro, Manuel Borges (1774-1833)”, in *Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*, ob. cit., pp. 366-395. Para uma biografia mais completa do tribuno, veja-se, da mesma autora, *Cultura e política. Manuel Borges Carneiro e o Vintismo*, 2 vols., Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.

¹¹²¹ *Diário das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa*, ob. cit., n.º 72, 1821, pp. 801-806. Sobre a questão, veja-se os supracitados estudos de CASTRO, Zília Osório de, “Constitucionalismo Vintista. Antecedentes e pressupostos”, e CORREIA, José Eduardo Horta, *Liberalismo e Catolicismo. O problema congreganista (1820-1823)*.

¹¹²² *Diário das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa*, ob. cit., n.º 65, 1821, pp. 701 e ss..

3.2.1. SOBRE A CONSERVAÇÃO DO CONVENTO DE MAFRA

A moção de Borges Carneiro promoveu uma discussão intensa e participada que trouxe à cena revelações consideráveis sobre o universo dos monumentos arquitetónicos, desconhecidas pela historiografia do património e do restauro em Portugal ¹¹²³. Vieram a jogo ideias tão importantes para o nosso estudo como a de *monumento histórico* e de *monumento nacional*, sendo indubitável a perceção de ambos os conceitos e a estima pelo edifício de Mafra por se detetarem nele os valores que definem aquelas categorias. Fica igualmente e de novo bem vincada a convicção de que a conservação de um edifício impõe necessariamente o seu uso. Adiante-se que encontraremos todos estes aspetos reafirmados cerca de um ano depois, de novo em Cortes, desta feita nos debates em torno do projeto de decreto para a reforma das corporações, que sabemos estar na origem da já analisada carta de lei de outubro de 1822.

Desde logo, a proposta de Borges Carneiro foi abordada considerando separadamente as duas medidas que comporta: retirar os arrábidos do Convento de Mafra e impor aos cônegos regantes a fixação no edifício. Estando o Convento-Palácio equacionada em ambas, a situação da casa tornou-se num destacado tema da sessão. De facto, como alegou o seu primeiro comentador, o deputado Pimentel Maldonado ¹¹²⁴, «Não havendo no Thesouro Nacional com que acudir inteiramente aos objectos de primeira necessidade, porque havemos de manter com tamanha despesa o caprichoso luxo da devoção do Senhor D. João o Quinto?» ¹¹²⁵. A resposta a esta declaração, de contornos radicais, chegou pela voz mais moderada de Alexandre de Moraes Sarmento ¹¹²⁶. Segundo o deputado Sarmento, «Ninguém duvida que a despesa feita em Mafra foi huma das grandes

¹¹²³ Julgamos ter sido a única investigadora a alertar para estes debates. Fizemo-lo em 2010, no já referido encontro de doutorandos do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, *Ver a imagem. II Colóquio de Doutorandos em História da Arte, Ciências do Património e Teoria do Restauro*, cujos trabalhos se encontram no prelo.

¹¹²⁴ Veja-se A.V.M., “Maldonado, João Vicente Pimental Pereira (1773-1838)”, in *Dicionário do Vintismo (...)*, ob. cit., vol. II, pp. 84-90.

¹¹²⁵ *Diário das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa*, ob. cit., pág. 701.

calamidades Nacionaes por que passou a Nação Portuguesa»¹¹²⁷. Todavia, «o edificio existe, he soberbo, e, apesar de tudo, *he sem duvida a obra prima de architectura, que nos tempos modernos se edificou em Portugal*»¹¹²⁸.

O reconhecimento da qualidade artística do monumento, o aparentemente incontestável lugar cimeiro da construção no campo da arquitetura do período moderno no reino, “apesar de tudo”, de provir do desejo de um déspota megalómano e supersticioso aos olhos dos liberais, obriga a zelar pela sua conservação. Com efeito, «deixalla arruinar seria lastimoso, e com justiça traria sobre nós o labéo de barbaridade», uma reputação em tudo contrária às “luzes do Século” e ao “bem público” que desde o início se achou no centro das preocupações liberais. Nesta ótica, o ato de conservar ou salvaguardar revela-se naturalmente próprio do novo regime político, pelo que por ele deve ser assumido. Para Sarmento, na impossibilidade de o tesouro arcar com as despesas do Convento, seria conveniente fazê-lo habitar por uma comunidade religiosa com as condições dos cónegos regrantes.

Tomou depois a palavra João Maria Soares de Castelo Branco¹¹²⁹, outro prolixo deputado do Congresso. Manifestou o seu desacordo pela deslocação da comunidade de São Vicente de Fora, nomeadamente para Mafra, e declarou ser escusada qualquer decisão de teor idêntico enquanto não fosse conhecido o plano para as ordens regulares. «Dir-se-ha com razão que o Convento de Mafra he hum edificio que se deve conservar», mas como «não ha cousas que em pouco tempo o possão destruir, não exige para sua conservação temporaria tantas despesas como parece»¹¹³⁰. Pelo que propôs simplesmente que se deixasse o Convento habitado pelos mesmo arrábidos, caso o desejassem, ou por outros «incumbidos da limpeza que precisa», pois entende que o monumento, aparentemente sujeito apenas àquilo que seria a

¹¹²⁶ Veja-se M.C.Q., “Sarmento, Alexandre Tomás de Morais Sarmento – 1.º Visconde do Banho (1786-1840)”, in *Dicionário do Vintismo (...)*, ob. cit., vol. II, pp. 599-603.

¹¹²⁷ *Diário das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa*, ob. cit., pág. 702.

¹¹²⁸ *Id.*, Itálico nosso.

¹¹²⁹ Veja-se CASTRO, Zília Osório de, “Castelo Branco, João Maria Soares de (1767-1831)”, in *Dicionário do Vintismo (...)*, ob. cit., vol. I, pp. 434-455.

corrosão passiva causada pelo tempo, somente «Necessitará de limpeza, porque se estroe se senão limpa», o que nos traz à ideia uma certa noção de *conservação preventiva* do edificado¹¹³¹.

Também o deputado Francisco Soares Franco¹¹³², que encontrámos a refletir sobre os “monumentos magníficos que atestam a nossa primitiva grandeza” sob o domínio francês, em 1809, se pronunciou no sentido de salvaguardar o Convento¹¹³³. Sobre o assunto, foi claro: «Visto que se fez hum edificio tão pomposo, e de tanta grandeza, he preciso que se conserve»¹¹³⁴. Mas se em 1809 reconheceu e soube destacar o carácter histórico-nacional de imóveis como os mosteiros de Alcobaça, da Batalha e de Santa Cruz de Coimbra, em 1821, limitou-se a defender o Convento de Mafra pela grandiosidade ou qualidade artística da obra. Pese embora o entusiasmo por aquelas construções, essencialmente medievais, onde vislumbrou propriedades rememorativas e identitárias, contrastar com a apreciação que torna pública do Convento de Mafra, o aparentemente *tão-só* monumento de arte que é para si o edício suscitou-lhe igualmente o elogio e a atitude conservacionista. Assim, para Soares Franco, «A questão he como se conservará» o Convento¹¹³⁵. Não se dispôs, todavia, a apresentar soluções, pois também não as entendia pertinentes ao tempo em que o plano de reforma das ordens regulares se achava a ser elaborado. Talvez por isso, sequer tenha reagido à proposta algo simplista do deputado Castelo Branco.

Pode dizer-se que a abordagem descomplicada deste último não mereceu o acolhimento dos parlamentares. E de resto, nem todos os deputados julgaram haver incompatibilidade entre os trabalhos de delineação do plano de reforma dos regulares e a decisão relativa ao Convento de Mafra, pelo que o debate prosseguiu.

¹¹³⁰ *Diário das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa*, ob. cit., pág. 702.

¹¹³¹ *Id.*, pp. 703 e 704.

¹¹³² *Vide supra*.

¹¹³³ *Diário das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa*, ob. cit., pág. 704.

¹¹³⁴ *Id.*, *ib.*.

¹¹³⁵ *Ib.*.

A intervenção de Agostinho José Freire¹¹³⁶, segundo quem «Não se tem dado ao Convento de Mafra a consideração que merece», é esclarecedora acerca de tais pontos¹¹³⁷. Entende o deputado que «Quem lá tem estado, e tem visto a sua architettura, póde conhecer o que póde custar a sua conservação»¹¹³⁸. Talvez tenha sido o pragmatismo que lhe adveio da carreira miliar, da formação em matemática ou até dos anos de aprendizagem na Academia de Fortificação de Lisboa que o levou a deter-se em aspetos mais concretos do objeto. Afinal, «O Convento de Mafra he construido com terraços, como se sabe, e só a sua conservação exige huns poucos contos de réis. Não ter tido cuidado desta conservação he o que tem feito que seja agora mais dispendiosa»¹¹³⁹. Portanto, da *conservação preventiva* alvitada por Castelo Branco e aparentemente descurada na manutenção da cobertura do edifício, passara-se já à necessidade de intervir ativamente no imóvel. Nas palavras do deputado Freire, «Não basta varrer, he preciso reparallo» e «Para esta conservação he preciso mais do que se julga»¹¹⁴⁰.

Ainda segundo Freire, o interesse «por huma obra tão boa, e de tanta honra para a Nação» como a do Convento de Mafra, assim declarado um monumento arquitetónico de importância nacional, obrigava a agir em coerência e «cuidar da sua conservação»¹¹⁴¹. Era o que parecia igualmente a Manuel Fernandes Tomás¹¹⁴², conspícuo ator do Vintismo, que na mesma sessão do Congresso confessaria: «Eu supponho que nenhum Portuguez bom quererá deixar arruinar hum Edifício de tal ordem»¹¹⁴³. Para os referidos tribunos, era evidente o prestígio que advinha à nação de exhibir a obra de Mafra e, por isso mesmo, era natural presumir a estima de que ela gozaria junto dos naturais. Donde, a exigência em conservá-la.

¹¹³⁶ Veja-se LOBO, Sandra, «Freire, Agostinho José (1778-1836), in *Dicionário do Vintismo* (...), ob. cit., vol. I, pp. 670-693.

¹¹³⁷ *Diário das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa*, ob. cit., pág. 705.

¹¹³⁸ *Id.*, *ib.*.

¹¹³⁹ *Id.*.

¹¹⁴⁰ *Id.*.

¹¹⁴¹ *Id.*.

Ora, novamente nas palavras do deputado Freire, a conservação do Convento «Exige providencias serias, he preciso que seja habitado», é preciso que tenha uso, não necessariamente conforme ao original: «que se envie para lá Tropa, ou que se adopte qualquer outro meio, com tanto que se faça alguma cousa, porque o edificio he de grande consideração»¹¹⁴⁴. Qualquer utilização parece ser melhor do que utilização nenhuma, espécie de condenação ao abandono que daria uma fatal degradação do construído. Porém, os deputados não eram capaz de se entender quanto uso mais conveniente a atribuir ao Convento, à luz das difíceis circunstâncias económicas do reino. Para mais, vários deles, sublinhando o facto de o edifício ser em parte palácio, insistiam na obrigação de se deixar a obra ao cuidado da regência.

No calor do debate que tardava a encaminhar-se para uma solução consensual, e estando a proposta inicial de Borges Carneiro já um tanto à margem da reflexão, foi o próprio deputado quem irrompeu, desabafando que se não havia uma ordem regular em condições de fazer face ao encargo de Mafra e visto que o tesouro, a braços com a dívida pública, não dispunha dos montantes exigidos para tal, «a parte que se puder aproveitar para outras Fabricas vá-se aproveitando, o que não, deixe-se arruinar»¹¹⁴⁵.

O debate terminou com esta última intervenção, deixada talvez em jeito de provocação do tribuno¹¹⁴⁶, exibindo bem os dilemas do tempo. Os registos parlamentares contam-nos que a disputa encerrou com a resolução de retirar os arrábidos do Convento, de não deslocar os cónegos regantes para ele e de deixar à regência «todas as providencias que julgar convenientes á

¹¹⁴² Veja-se PEREIRA, Sara Marques, “Tomás, Manuel Fernandes (1771-1822)”, in *Dicionário do Vintismo (...)*, ob. cit., vol. II, pp. 812-827.

¹¹⁴³ *Diário das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa*, ob. cit., pág. 705.

¹¹⁴⁴ *Id.*, *ib.*.

¹¹⁴⁵ *Id.*.

¹¹⁴⁶ Quando, na Câmara dos Deputados, se discutir a aplicação da reforma das ordens regulares no Convento de Mafra, nas sessões de 28 e 29 de janeiro de 1823, Borges Carneiro irá afirmar: «ponhão lá fabricas, ou outros estabelecimentos uteis, e não sendo isso possível, entregue-se á fouce do tempo, pois não nos obrigamos a manter as vaidosas operações do fanatismo» (*Diário da Camara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, n.º 21, Lisboa, Impressão Regia, 1823, pág. 622).

conservação, habitação, e reparos do Palacio, e Convento de Maфра»¹¹⁴⁷. Com efeito, a 2 de maio de 1821 as Cortes expediram a sua decisão para o presidente do Conselho de Regência, o Conde de Sampaio¹¹⁴⁸.

No que respeita às atitudes e ideias perante o património arquitetónico que vimos ressaltando nas citadas abordagens à obra de Maфра, os intensos debates sobre o plano de reforma das corporações, ocorridos cerca de um ano depois, atestam claramente a sua consistência e difusão, por nós afirmada amiúde anteriormente. Procuramos comprová-lo em seguida.

3.2.2. OS VALORES DOS CONVENTOS E A SALVAGUARDA DOS MONUMENTOS HISTÓRICOS E NACIONAIS NOS PROJETOS DE REFORMA DAS CONGREGAÇÕES

A 7 de fevereiro de 1822 é apresentado em plenário o plano de reforma das congregações, confiado pelo Congresso à Comissão Eclesiástica que o próprio instituiu. Surge, então, definido pelos deputados Rodrigo de Sousa Machado¹¹⁴⁹, Inácio Xavier de Macedo Caldeira¹¹⁵⁰, José Vaz Velho¹¹⁵¹, Isidoro José dos Santos¹¹⁵² e Luís António Rebelo da Silva¹¹⁵³, membros da dita comissão¹¹⁵⁴. No dia 8, os dois delegados desta que se encontram em falta, o Bispo de Beja D. Luís da Cunha Abreu e Melo¹¹⁵⁵ e José Vaz Correia de Seabra¹¹⁵⁶, jurisconsulto, professor e lente da Universidade de Coimbra, reputado pelo conhecimento da História, «não concordando em muitos

¹¹⁴⁷ *Diário das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa*, ob. cit., pág. 706.

¹¹⁴⁸ *Id.*, *ib.*, pág. 775.

¹¹⁴⁹ Veja-se J.T.A., “Machado, Rodrigo de Sousa (1782-?)”, in *Dicionário do Vintismo (...)*, ob. cit., pp. 55-60.

¹¹⁵⁰ Veja-se CLUNY, Isabel, “Caldeira, Inácio Xavier Macedo (177?-?)”, in *Dicionário do Vintismo (...)*, ob. cit., vol. I, pp. 333-336.

¹¹⁵¹ Veja-se PEREIRA, Sara Marques, “Velho, Manuel José Vaz”, in *Dicionário do Vintismo (...)*, ob. cit., vol. II, pp. 864-867.

¹¹⁵² Veja-se LAGARTIXA, Custódio, “Santos, Isidoro José dos (1762-?)”, in *Dicionário do Vintismo (...)*, ob. cit., pp. 585-587.

¹¹⁵³ Veja-se CASTRO, Zília Osório de, “Silva, Luís António Rebelo da (1781-1849)”, in *Dicionário do Vintismo (...)*, ob. cit., pp. 673-688.

¹¹⁵⁴ *Diário das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa*, ob. cit., n.º 8, pág. 106.

¹¹⁵⁵ Veja-se A.V.M., “Melo, Luís da Cunha de Abreu e – Bispo de Beja (1758-1833)”, in *Dicionário do Vintismo (...)*, ob. cit., vol. II, pp. 140-149.

pontos com os mais membros da Comissão», propõem nas Cortes um projeto distinto, cujo tom acusa o perfil político mais conservador de ambos autores¹¹⁵⁷.

Foi aquele primeiro que vingou, com poucas alterações, dando forma à carta de lei de 24 de outubro do mesmo ano, analisada algumas páginas atrás. Dispensamos, por isso, o exame ao articulado do projeto maioritário: procederemos à análise de parte do preterido, mais conservador, mas sobretudo do debate que ambos geraram. Naturalmente, prosseguiremos tendo em vista o nosso objeto de estudo, pelo que as questões estritamente concernentes às corporações e sem relevância para o campo da história da arte, do património e da teoria do restauro não serão contempladas com a atenção que merecerão ter em outras áreas historiográficas.

Adite-se, todavia, que na apresentação do projeto de decreto que veio a sair vencedor, a comissão autora, antecipando as questões suscitadas pelo alcance da reforma, começou por se declarar convicta de «que não era útil, nem politico abrir de um jacto as portas das clausuras a todos»¹¹⁵⁸. Os seus membros estavam inteiramente cientes das consequências que um gesto assim radical teria e que doze anos depois a extinção das ordens veio a permitir confirmar. Se os mentores da lei de 1834 negligenciaram, como é sabido, os efeitos da abolição das corporações, os deputados que gizaram o decreto de 1822 não, pois «A Comissão previu que desta illimitada liberdade resultaria *vagar uma massa exorbitante de propriedade rustica*, que não poderia entrar em gyro por compra nem por administração sem um *sacrificio enorme do seu valor*, e maior prejuizo ainda da agricultura, do Reino, e a par deste inconveniente ponderossissimo ficarem tambem *vagos immensos e preciosos edificios*, que seria forçoso, ou deixar arruinar, ou

¹¹⁵⁶ Veja-se LAGARTIXA, Custódio, “Pereira, José Vaz Correia de Seabra da Silva (1771-1826)”, in *Dicionário do Vintismo (...)*, ob. cit., pp. 371-373.

¹¹⁵⁷ *Diário das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa*, ob. cit., n.º 8, pp. 106 e ss.; e n.º 9, pp. 129 e ss..

¹¹⁵⁸ *Diário das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa*, ob. cit., n.º 8, pág. 106.

conservar a custa de grandes despesas, em quanto não tivessem destino, ou achassem comprador»¹¹⁵⁹.

A proposta maioritária distingue-se da apresentada posteriormente pelo tratamento apologético das ordens regulares patente nesta última. O projeto que veio a ser declinado tem cerca de metade do número de artigos do plano preferido e apresenta uma visão do problema das congregações que nos parece ser bastante mais limitada do que a da maioria. Pode dizer-se que no plano de 7 de fevereiro se nota uma abordagem interessada em vincar o poder secular ou civil, enfim, a autoridade e supremacia do governo em relação à igreja, enquanto que no plano exposto no dia 8 predomina uma perspectiva demasiado submergida no aspeto eclesiástico da questão. Assim, afigura-se-nos perfeitamente inusitado o seu artigo que estabelece que «Preferir-se-hão para serem conservadas aquellas *casas que tem mais relação com a nossa historia*, como v. gr., Belém, S. Vicente do Fóra, Alcobaça, Batalha, Santa Cruz de Coimbra, etc.» (art. 10.º)¹¹⁶⁰. Quer dizer, de acordo com o projeto mais conservador do Bispo de Beja e de José Vaz Correia de Seabra, o valor histórico-nacional do construído justifica a salvaguarda das casas regulares que o possuem, entendendo-se, uma vez mais, que a sua utilização original é a garantia de proteção fundamental do património. Note-se, além disso, o facto de os exemplares nomeados, constituidores do que se pode considerar ser a primeira lista dos nossos monumentos nacionais, serem de diferentes períodos históricos e perfis estilísticos, não parecendo haver intransigências de gosto a condicionar o reconhecimento dos atributos dos monumentos.

Apenas na sessão do dia 6 de agosto, cerca de seis meses depois de apresentadas as propostas, os projetos de reforma das ordens são trazidos a discussão em plenário¹¹⁶¹. Até então expõe-se pontualmente a conveniência de designar algumas casas regulares para serem utilizadas como quartel, cárcere e hospital, dando continuidade à admissão de usos extra-religiosos

¹¹⁵⁹ *Id.*, *ib.*. Itálico nosso.

¹¹⁶⁰ *Ib.*, n.º 9, pág. 129.

¹¹⁶¹ *Ib.*, n.º 5, 1822, pág. 64 e ss..

dos edifícios que encontrámos um tanto vulgarizada no pós-invasões francesas¹¹⁶². Finalmente, no dia 6, entende-se ter «chegado ao ponto de tratar uma das mais essenciaes matérias, que se podem tratar para fazer a felicidade da Nação que se regenera»¹¹⁶³. As convicções relativas às propostas de reforma das congregações e assim à pertinência dos regulares divergem consideravelmente, mas nem por isso o modo como o património arquitetónico em causa se mostra percebido, exceptuando por parte de uns poucos deputados mais radicais e apesar da examinada carta de lei que resulta deste debate, dada a 24 de outubro de 1822, ser a este propósito bastante exígua.

São as sugestões do projeto elaborado pelo grosso da Comissão Eclesiástica que conduzem o debate sobre a reforma das ordens, achando-se a responder combativamente pelas ideias do grupo o deputado Rebelo da Silva, magistrado, redator do plano e seu relator no Congresso. O tema não se esgota na sessão do dia 6 de agosto e regressa a plenário nas sessões dos dias 10, 27, 28 e 29 do mês, e ainda a 3 e 4 de setembro. Dado que a supressão de conventos surge quase a meio do articulado proposto¹¹⁶⁴, o tópico e as reflexões que nos interessam verdadeiramente são trazidos à assembleia apenas a partir do dia 27, mas sobretudo no dia 4 de setembro.

Na antepenúltima sessão, a questão da redução do número de casas dos regulares motiva o deputado Ferreira de Sousa¹¹⁶⁵ a expor lapidariamente aquela que no seu entender é a diferença fundamental entre a proposta maioritária em análise e a minoritária, desconsiderada pela grande parte dos parlamentares. Para este professor universitário, clérigo de erudição reputada e membro da Comissão Eclesiástica antes e depois das datas em apreço, o carácter e atitude contida nas duas propostas é essencialmente distinto: «O primeiro projecto he realmente de extincção de regulares de ambos os sexos,

¹¹⁶² Veja-se, por exemplo, *ib.*, n.º 18, pp. 269 e 270; e n.º 20, pág. 273. Veja-se também *supra*.

¹¹⁶³ *ib.*, n.º 5, pág. 65.

¹¹⁶⁴ No projeto em análise é o art. 21.º, na carta de lei que dele resulta é o art. 24.º.

¹¹⁶⁵ Veja-se F.L.V., “Sousa, António José Ferreira da (1771-1833)”, in *Dicionário do Vintismo* (...), ob. cit., pp. 731-735.

ainda que não repentina [...] O segundo projecto he realmente de conservação das ordens religiosas, mas com a devida reforma [...] *os que pensão á moderna querem as religiões supprimidas, e os que pensão á antiga as querem conservadas e reformadas* [...] creio que a maior parte da nação ainda pensa a antiga liga neste ponto» e será adversa a transformações significativas¹¹⁶⁶.

Desde o primeiro momento que a ala mais conservadora e em clara desvantagem nas Cortes compreende a reforma proposta pela maioria da Comissão Eclesiástica como um plano de abolição dissimulada das congregações. A interpretação, “intolerável proposição”, é liminarmente rejeitada pelo deputado Rebelo e por outros que se esforçam por contrariá-la. Uma das vozes que acredita no carácter moderado do projeto em debate é precisamente Francisco Soares Franco. Explica o tribuno que «A Commissão conserva *a pesar de tudo, e com muita razão* alguns conventos, por não passar a uma extincção repentina, porque a experiência tem mostrado, que estas extincções repentinas, tem causado grandes males. Em Hespanha por exemplo aconteceu, que accumulando-se pela extincção dos conventos uma grande quantidade de prédios na venda, a afluência os fez perder de valor, e venderão-se por pouco»¹¹⁶⁷. As opções apresentadas pela maioria da Comissão Eclesiástica garantem a Soares Franco que não se repetirá em Portugal o desaire sucedido no país vizinho em resultado das medidas radicais concernentes aos regulares.

Um dos autores da proposta de reforma alternativa, o deputado Correia de Seabra, responde, curiosamente, invocando «o que o Sr. Soares Franco escreveu em sua memória no anno de 1820, em que o dito Sr. se propõe a examinar o estado de Portugal, se por desgraça os franceses o chegassem a dominar, e numera entre as calamidades porque Portugal havia de passar a

¹¹⁶⁶ *Diário das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa*, ob. cit., n.º 21, pág. 254. Itálico nosso.

¹¹⁶⁷ *Id.*.

extinção das ordens regulares»¹¹⁶⁸. Naturalmente, trata-se do por nós citado e destacado texto *Memória em que se examina qual seria o estado de Portugal, se por desgraça os francezes o chegassem a dominar*, onde encontrámos perfeitamente expressa a ideia de monumento nacional e que foi publicado não naquele ano mas em 1809¹¹⁶⁹.

Não cremos que haja qualquer contradição por parte de Soares Franco, cuja tese, escrita por ocasião das invasões francesas, se mostra conhecida. Simplesmente, a profundidade da reestruturação proposta para as ordens regulares suscita temor e incertezas que alguns dos parlamentares lembram envolver a regulamentação respeitante aos edifícios dos conventos a abolir. A questão surge propriamente tratada na sessão do dia 28 de agosto. É então que o deputado Macedo¹¹⁷⁰, alarmado com as consequências das supressões alvitadas no plano, alerta para o valor de uso das casas dos conventos suprimidos, recordando que elas «podem ter destinos mui proveitosos, uns que já se lhe podem dar» e outros que poderão ser dados no futuro, como «servir para hospitais, outras para quartéis, outras para escolas publicas, etc. finalmente para immensas cousas de que a Nação carece»¹¹⁷¹, o que não constitui novidade. Macedo manifesta ainda preocupação com o volume de casas que serão colocadas à venda, «suposta a falta geral de numerario circulante, que se agora se fossem pôr á venda estes edifícios, he mui provável que não aparecessem compradores, ou que fossem vendidos ao desbarate»¹¹⁷².

Mas, como explica o deputado Rebelo, o plano apresentado já acautela que apenas sejam disponibilizados para venda, por parte do governo, os edifícios dos conventos suprimidos que não servirem para o «serviço do Estado, e para estabelecimentos públicos de instrucção, educação, e beneficencia; e as igrejas para paroquiais», segundo decisão da Comissão Eclesiástica,

¹¹⁶⁸ *Ib.*, pág. 257.

¹¹⁶⁹ *Vide supra*.

¹¹⁷⁰ Veja-se LAGARTIXA, Custódio, “Macedo, Caetano Rodrigues de (1790-1831)”, in *Dicionário do Vintismo (...)*, ob. cit., pp. 5-7.

¹¹⁷¹ *Diário das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa*, ob. cit., n.º 22, pág. 265.

mantendo-se assim a tónica nas propriedades de uso do construído¹¹⁷³. O mesmo continua a rebater Macedo, lembrando que os encargos exigidos para a manutenção das casas que ficarem retidas pelo Estado justificam, apesar das circunstâncias adversas, a venda dos imóveis, na medida em que «tratamos de edificios de pedra e cal, cuja conservação custa despesas diarias, cujo deterioramento successivo he por conta de quem os tem, e que nestes termos a economia do Estado consiste em os mandar vender, ainda quando o seu preço não seja de convidar»¹¹⁷⁴. Embora não seja radical e admita que «se por ventura o preço que se offerecer não for admissivel, então por necessidade se recorrerá ao penoso arbitrio de os conservar, e guardar por conta da Nação até que se possam vender», com um encaixe interessante para o Estado¹¹⁷⁵. Evidentemente, as preocupações económicas, de reutilização e utilidade do património prevalecem sobre a consideração pelas demais qualidades dos monumentos.

Estes pontos do projeto também deixam hesitante o deputado Peixoto¹¹⁷⁶. José Peixoto Sarmento de Queirós insiste que «por ora não ha quem compre um convento, a não ser arrastado de barato, e talvez para destrui-lo: e ao futuro, quando possam ter prestimo particular para algum estabelecimento, valerão muito differente preço, e pouparão as despesas de construções novas»¹¹⁷⁷. E sublinha de novo o valor de uso das construções ao declarar que «Ha muitas situações, em que por ora taes edificios serão reputados, como ajuntamento de matérias moveis», concluído a sua intervenção com a alegação surpreendente de que «Na ultima reducção das casas dos regentes passou o convento de ... para um particular, o qual o tem vendido por partes, para demolir-se e aproveitar-lhe a telha, madeira, e a pedra para outras obras»¹¹⁷⁸.

¹¹⁷² *Id.*, *ib.*.

¹¹⁷³ *Id.*.

¹¹⁷⁴ *Id.*, pp. 265 e 266.

¹¹⁷⁵ *Id.*, pág. 266.

¹¹⁷⁶ Veja-se E.R.S., “Queirós, José Peixoto Sarmento de (1773-1850)”, in *Dicionário do Vintismo (...)*, ob. cit., pp. 470-481.

¹¹⁷⁷ *Diário das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa*, ob. cit., pág. 266.

¹¹⁷⁸ *Id.*, *ib.*.

Temos que esperar até à sessão de 4 de setembro para encontrar debatidas as qualidades de memória e também as de arte da arquitetura. Elas são trazidas a plenário pelo deputado Correia de Seabra, político de perfil conservador, professor de disciplinas do foro da História na Universidade de Coimbra, que já dissemos ressaltar entre os seus contemporâneos pelo conhecimento histórico.

Terminado o debate sobre o projeto de reforma apresentado pela Comissão Eclesiástica, Correia de Seabra propõe às Cortes discutir alguns artigos do projeto alternativo que esboçara em conjunto com o Bispo de Beja. A primeira preocupação do deputado é afirmar o ponto do seu plano onde se assegura que «*A relação que estes conventos tem com a nossa historia deve determinar o Congresso a conservalos*, porque são outros tantos *monumentos históricos das acções da maior gloria dos Portuguezes*»¹¹⁷⁹. Refere-se, naturalmente, ao artigo que citámos atrás, destacando a importância nele conferida aos monumentos arquitetónicos históricos e nacionais, categoria axiológica que apela à salvaguarda, nomeadamente jurídica, dos bens.

Ainda que o deputado Rebelo surja em resposta à contestação, defendendo o projeto apresentado pela maioria da Comissão, ao alegar que a «doutrina da indicação» dada está nele incluída e ao assumir que na designação dos mosteiros e conventos «que se devem conservar tem um distincto lugar aquelles, que são recomendáveis pelas tradições historicas, politicas, e religiosas de suas fundações, e monumentos que encerrão relativos á historia politica, e religiosa da Nação»¹¹⁸⁰, há diversas vozes parlamentares inconformadas que, por isso, apoiam a sugestão comunicada por Correia de Seabra.

Uma delas é a do deputado Peixoto, segundo quem «Não he occiosa a declaração, proposta pelo honrado membro o Sr. Correa de Seabra; porque

¹¹⁷⁹ *Diario das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa*, ob. cit., n.º 28, pág. 348. Itálico nosso.

¹¹⁸⁰ *Id.*, *ib.*, pp. 348 e 349.

ha conventos que por ella devem permanecer, os quaes não estão precisamente na definição do projecto», como acontece com o Mosteiro da Batalha¹¹⁸¹. Peixoto entende que este se conta entre os que devem ser explicitamente conservados pela lei, embora não hesite em dizer-se convicto de que «não haverá um só membro do soberano Congresso, que deseje velo despovoado, em quanto houver um unico religiosos dominico, que possa habitalo»¹¹⁸². Acredita mesmo que, «ainda que a ordem se extinguisse inteiramente, qualquer seria devoto, que se arbitrasse outro meio de *conservar aquelle edificio, fosse qual fosse a despeza que custasse, não só como monumento historico, mas até em prova do adiantamento em que as artes estavam neste Reino* nos fins do século 14.º, e principio do 15.º»¹¹⁸³.

Assim, uma vez mais, o Mosteiro da Batalha surge como exemplar concreto da ideia de monumento histórico e nacional, obra de arte positivamente *portuguesa*, apesar da tese veiculada por eruditos britânicos, e mais tarde refutada por frei Francisco de São Luís, de que o edifício muito deveria a mestres estrangeiros. É na exata qualidade de *monumento nacional* que o edifício justifica todo o esforço pátrio para a sua salvaguarda, até se excluía a garantia primeira de conservação do monumento, isto é, a sua conservação enquanto casa regular. E, com efeito, daquele conjunto de monumentos nacionais nomeados no artigo lavrado por Correia de Seabra e pelo Bispo de Beja, apenas a Batalha merece referência na discussão parlamentar. Adite-se que este mosteiro e o de Alcobaça serão os monumentos que mais firmemente parecem dar corpo à ideia, pois irão ser de novo indicados enquanto tal em 1830, quando José Agostinho de Macedo listar os «monumentos, que transmittirão, e *vão transmitindo á Posteridade a memoria*, e a fama dos mais notaveis acontecimentos desta Monarchia», colocando-os apenas ao lado da mais controversa casa de Mafra no conjunto

¹¹⁸¹ *Ib.*, pág. 349.

¹¹⁸² *Ib.*.

¹¹⁸³ *Ib.*. Itálico nosso.

de bens que entende virem a ser colocados em risco com a reforma das congregações¹¹⁸⁴.

A opinião sobre o Mosteiro da Batalha e sobre a necessidade da lei o nomear surge energeticamente reforçada pelo deputado Sarmento. Alexandre Tomás de Moraes Sarmento proclama em plenário o dever das Cortes em «particularizar o celebre convento da Batalha, a *obra prima de arquitetura, vulgarmente chamada gótica*, de todas as que presentemente existe *não só em Portugal, mas em toda a Península*»¹¹⁸⁵. Apesar de acreditar «que o Governo não deixará de conservar habitados aquelles mosteiros principaes das ordens, e mais conhecidos pela magnificência da sua arquitetura», o deputado Sarmento teme que os frades dominicanos, «a quem a melhor vida seguramente terá mais influencia, do que o sobre entusiasmo pela conservação da estupenda obra do convento da Batalha, consultem mais a sua commodidade, e procurem por todos os meios possiveis conseguir o evadirem-se de habitar aquelle convento», deixando-o desocupado, o que já antes notámos ser sinónimo de abandonado¹¹⁸⁶. Pelo que «he muito de recear, que fique em desemparo, e entregue á sua total ruina, um *edificio nobre e interessante pelo motivo da sua fundação, que excita as mais bellas recordações em todo o Portuguez, como pela extraordinária magnificencia da sua arquitetura*», declara ainda o parlamentar, numa leitura que se mostra profundamente romântica de um monumento inequivocamente histórico e evidentemente nacional¹¹⁸⁷. Coincidentemente, é também por temer os efeitos que a reforma das congregações poderá vir a ter no edificio que, cerca de dezoito anos depois, José Agostinho de Macedo defenderá «aquelle estupendo Monumento [que] nos está lembrando a piedade, e a Religião do Monarcha, [e que] tambem está representando em nossa alma a imagem da

¹¹⁸⁴ MACEDO, José Agostinho de, *Os frades ou reflexões philosophicas sobre as corporações regulares*, ob. cit., pág. 32. Itálico nosso.

¹¹⁸⁵ *Id.*, *ib.*. Itálico nosso.

¹¹⁸⁶ *Ib.*.

¹¹⁸⁷ *Ib.*. Itálico nosso.

nossa Independencia, devida ao nosso valor, e quanto nos horrorisa a idéa da dominação de hum Principe Estrangeiro»¹¹⁸⁸.

Alexandre Tomás de Morais Sarmiento está apreensivo com o futuro do Mosteiro da Batalha por conhecer a «pouca atenção, que os objectos das bellas artes tem sempre merecido aos governos de Portugal»¹¹⁸⁹. E exemplifica esta realidade lembrando ao parlamento «quando no meio de Lisboa se consentiu que os padres que rezão na igreja da Conceição velha, *mutilassem a belleza do frontespicio de um tão interessante templo, mandando rasgar as janellas, destruindo um monumento antigo*»¹¹⁹⁰. O comentário referir-se-á ao frontão, com um óculo aberto ao centro, aposto sobre o templo durante as obras do pós-terramoto analisadas atrás, pois os janelões que ladeiam o portal são originais. É óbvia a posição de Sarmiento relativamente ao respeito devido à qualidade de *antiguidade* do monumento, que julga merecedora de proteção cuidada por parte das autoridades.

A atitude encontra-se sublinhada na frase que o deputado Sarmiento profere a encerrar a sua intervenção no debate, admoestando os parlamentares para que «não queiramos em tempo algum, que havendo ainda escapado alguma cousa daquelle soberbo edificio [da Batalha] ás destruições que lhe fizerão os francezes, se diga de nós o que os Italianos nos seus pasquins escrevêrão de certo papa, indifferente á conservação dos monumentos de Roma, que por culpa delle se extinguirão, tendo zombado da barbaridade dos vandalas: *quod non fecerunt barbari, fecerunt barbarini*»¹¹⁹¹. Entende, portanto, e reforçando uma convicção que expressara aquando o debate sobre o Convento de Mafra, que é dever do poder ilustrado ou esclarecido salvaguardar os monumentos cujo valor reside especialmente na sua força de memória, sendo próprio dos bárbaros e ignaros agir em contrário.

¹¹⁸⁸ MACEDO, José Agostinho de, *Os frades ou reflexões philosophicas sobre as corporações regulares*, ob. cit., pág. 32.

¹¹⁸⁹ *Diario das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa*, ob. cit., n.º 28, pág. 349.

¹¹⁹⁰ *Id.*.. Itálico nosso.

¹¹⁹¹ *Ib.*..

Ora, a capacidade rememorativa dos monumentos também pode justificar gestos iconoclastas, como anuncia o discurso imediatamente seguido do deputado José Victorino Barreto Feio. Para este parlamentar não é admissível que os mosteiros «sejam conservados unicamente por motivos historicos: antes, *se nós attendessemos a motivos historicos, mais deveriamos extinguilos, que conservalos*; porque as proezas dos nossos maiores não dependem, para serem lembradas, da existencia desses mosteiros [...] *que são um monumento, não de gloria, mas de superstição e injustiça*»¹¹⁹². A conotação dos monumentos com as imperfeições do Antigo Regime fragiliza, portanto, as posições a favor da salvaguarda das obras resultantes desse passado, em muito desprezível.

As atitudes díspares de Sarmiento e de Barreto Feio, em 1822, como que definem os campos já conhecidos pela historiografia em jogo com a lei de extinção das ordens, em 1834. Diríamos que a atitude do primeiro antecipa, em mais de uma década, a consciência *patrimonial* habitualmente personificada em Alexandre Herculano, quase como se de um caso único e sem antecedentes se tratasse. Enquanto que a atitude do segundo se aproxima daqueles comportamentos mais radicais, digamos que destrutivos, manifestados com a afirmação já irremediável do Liberalismo, sensivelmente a partir de 1832 e sobretudo em 1834.

As indicações de Correia de Seabra não são acolhidas pela maioria dos deputados, entendendo-se que a lei não deve assumir decisões que ela própria atribui ao executivo, cabendo assim ao governo deliberar sobre a aplicação da matéria. Deste modo, e acolhendo umas poucas alterações estranhas ao nosso objeto de estudo, o projeto para a reforma das corporações regulares apresentado pela (quase totalidade da) Comissão Eclesiástica é aprovado como decreto em Cortes, a 18 de outubro de 1822. Seis dias depois é dado em forma de carta de lei pelo rei D. João VI, com os conteúdos examinados anteriormente e a ineficácia que então também mencionámos.

¹¹⁹² *Ib.*. Itálico nosso.

Em março de 1823, a câmara irá rejeitar a proposta apresentada por um parlamentar para definir a situação das ordens regulares, justificando-se com o facto de ainda se aguardar a concretização daquela carta de lei¹¹⁹³. Dois meses depois, a Vilafrancada porá fim ao triénio liberal e, naturalmente, à execução dos diplomas por cumprir publicados durante o Vintismo. Porém, e como já tivemos a oportunidade de aclarar, a discórdia em torno do destino das corporações e, portanto, do seu património arquitetónico continuará a animar o debate entre políticos e letrados, extinguindo-se a Comissão Eclesiástica e reatribuindo-se a missão reformista à Junta do Exame do Estado Atual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares¹¹⁹⁴.

Considerados os conceitos e as atitudes face às casas das congregações reveladas no parlamento, a propósito da reflexão sobre a reforma das ordens, resta-nos expor em súmula algumas das conclusões alcançadas sobre o impacto desse problema na abordagem ao património arquitetónico.

¹¹⁹³ Sem novidade, nela se sugere que o governo atribua aos conventos extintos «o destino mais conveniente, vendendo uns, e conservando outros para casas de educação publica, hospitaes, fabricas, e quartéis de tropa» (*Diário da Camara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, ob. cit., n.º 42, pág. 959; e n.º 49, pp. 50 e 51).

¹¹⁹⁴ ANTT, MNEJ, cx. 96, mc. 113.

3.3. ALGUMAS CONCLUSÕES

O grande volume de informação inédita que tratámos relativamente à reforma das ordens regulares, bem como o intrincado desenvolvimento desta questão durante a década de 1820 e o arranque da seguinte, torna útil um período de ponderação, em jeito de síntese, sobre as manifestações concernentes ao património arquitetónico que identificámos no debate.

Neste contexto, a primeira e mais óbvia das notas que cabe repescar prende-se com o facto da sempre iminente (mas nunca executada) reforma funcionar como um inestimável estímulo à reflexão acerca das propriedades dos bens das congregações ameaçadas, em especial, dos seus edifícios, também postos em causa pela novidade das mudanças previstas para as ordens. Porque o problema da reforma das ordens alimenta um processo de debate intenso, mais do que impelir à maturação contemplativa ou conceptual dos objetos intimados, ele instiga a invocar ou a verbalizar essas propriedades percebidas nos edifícios centenários e de destino incerto enquanto argumentos capazes de condicionar a deliberação acerca do futuro das casas. É este um segundo aspeto que entendemos ter cabimento sublinhar e que se encontra intimamente relacionado, como bem se vê, com o anterior.

Ambos pontos explicam a apresentação do Mosteiro da Batalha como o “primeiro monumento nacional”, em 1822, na peça a favor da conservação da casa que atrás expusemos – terceira nota a reter. São também ambos que justificam a alusão à Batalha, sob essa mesma ideia valorativa, nas Cortes Gerais, para exigir uma proteção jurídica particular do mosteiro, ainda em 1822, mostrando o quão implementada está a noção de *monumento nacional* no reino à data. Este é o quarto aspeto em que cremos valer a pena insistir. Com efeito, a Batalha e outros edifícios dos regulares, sobretudo medievais, mas também modernos, portanto, edifícios de diversas linguagens artísticas – entenda-se o facto como um quinto aspeto merecedor de destaque – são exaltados enquanto monumentos históricos de interesse ou de qualidade nacional, nas sessões do Congresso daquele ano. O conceito é invocado de novo, para contrariar a supressão de conventos, no final da década, nos

escritos da própria Junta do Exame do Estado Atual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares e na crítica do polemista José Agostinho de Macedo à ação de reforma das congregações.

A verificação das ocorrências da ideia de *monumento nacional* conduz-nos a uma sexta nota importante: liberais e conservadores, progressistas e reacionários (e recordemos que no campo dos primeiros se encontram também nomes como o de Almeida Garrett e de frei Francisco de São Luís) têm consciência dessa categoria axiológica capital dos monumentos, estimam e defendem a conservação dos edifícios onde a detetam. Ao mesmo tempo, transpira dos discursos liberais mais radicais o estabelecimento de uma conotação nefasta do património em causa com o *regime* que dentro em pouco será *antigo*, sendo de salientar – e de referir como sétima nota – que esta leitura das preexistências, carregada de negatividade, certamente obsta a ação dos que proclamam a conservação dos monumentos.

Não resulta evidente, dos testemunhos ocasionados pela reforma das congregações, o tipo de intervenção em que se traduz o desejo de conservação dos edifícios. E nada indica que tenha sido estabelecido um programa de ação para a proteção dos monumentos, como aconteceu, por exemplo, na França da Revolução, com a criação das comissões dedicadas à questão. O facto leva-nos a uma oitava ressalva, a saber, o Estado não definir uma política de salvaguarda patrimonial para o notável volume de bens imóveis considerados.

Como nono aspeto que julgamos obrigatório realçar, a evidência de ser generalizada a convicção de que a conservação dos monumentos apenas pode ocorrer se for garantida a utilização dos mesmos, preferencialmente (mas não exclusivamente), a utilização original. Esta convicção, bastante moderna, é o derradeiro ponto que julgamos impreterível realçar para aclarar a abordagem às preexistências arquitetónicas no período examinado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso de análise de cerca de oito décadas de história que aqui termina deixa-nos convictas de ter conseguido ir ao encontro dos objetivos inicialmente propostos, aclarando as incógnitas que explicámos terem estado na origem da nossa tese. Impõe-se, agora, sumariar as conclusões de maior relevo que fomos elaborando ao longo do itinerário seguido, das diferentes partes ou capítulos constituintes desta dissertação e que cremos configurarem, elas próprias, possíveis pontos de partida para futuras investigações em História do Património e do Restauro em Portugal.

1. O terramoto de 1755 não alterou a consciência e a sensibilidade patrimonial em Portugal de forma direta ou manifesta. Contudo, a novidade conceptual explícita no reconhecimento claro do *monumento histórico* e a prática evidente da intervenção estilística, ainda durante o terceiro quartel do século, sugerem-nos que ele foi um elemento instigador da mudança, no campo da intervenção arquitetónica e do pensamento patrimonial, muito considerável. Assim, impõe-se concluir que a reflexão sobre o construído a que o cataclismo obrigou teve um papel significativo no surgimento das transformações referidas, detetadas a poucos anos do acontecimento.

2. Com efeito, *monumento histórico*, enquanto categoria operativa na abordagem ao património, é um conceito formulado, entre nós, sensivelmente no par de décadas subsequente ao terramoto. Encontrámos a ideia intuída na primeira metade de Setecentos, mas apenas a atestámos consistentemente enunciada e articulada pelo terceiro quartel da centúria. É verdade que o seu reconhecimento ocorre então entre um número reduzido de sujeitos, todavia ele traduz-se já no desejo de salvaguarda do construído, como testifica, por exemplo, o sucedido na igreja do Mosteiro de Santa Maria de Belém ou na Capela do Fundador da Batalha.

3. Precisamente, o reconhecimento do construído como *monumento histórico* manifesta-se numa prática de intervenção arquitetónica que acusa a vontade de preservar e de exhibir a memória da história, patente na deferência perante

as formas artísticas do passado e também na replicação delas. Recorde-se, entre outros, dos casos da igreja do Convento do Carmo de Lisboa, da Ermida de Nossa Senhora das Salvas, em Sines ou, mais tardio, da Igreja de Santa Maria do Castelo, em Tavira.

4. Os *monumentos históricos* assim entendidos, denunciados verbalmente ou no ato de intervenção, após o sismo, são de épocas e de estilos diversos: no discurso e na prática predomina uma atitude de não-intransigência estética. Embora seja possível atribuir esta realidade a uma certa passividade perante as qualidades do construído, verificámos que ela decorre, por vezes, de uma maior atenção votada à história e aos seus vestígios materiais, que notámos ser própria da cultura das luzes.

5. Esta cultura crítica e atenta à história, no contexto das invasões napoleónicas, estimula a afirmação da noção de *monumento nacional*. Apesar da qualidade agregadora e identitária dos monumentos poder ser deduzida de alguns apontamentos feitos ainda no século XVIII, somente no clima de fervor pátrio ulterior, de nacionalismo ferido e inflamado pelas ofensivas francesas e pela consequente condição de “orfandade” do reino, é possível encontrar definida esta classe, os *monumentos nacionais*, nomeadamente na reflexão de Soares Franco e na ação diplomática do Conde de Palmela.

6. No rastro da Guerra Peninsular, abre-se uma cisão político-ideológica profunda que veio dar uma nova dinâmica ao debate sobre a reforma das ordens regulares, até aqui desconhecido dos estudos sobre a História do Património. Fomentada por liberais e por absolutistas, a polémica induz à exposição de alguns dos grandes edifícios centenários do reino como *monumentos nacionais*, mormente o Mosteiro da Batalha. A documentação que apresentámos sobre o trabalho da Junta do Exame do Estado Atual e do Melhoramento Temporal das Ordens Regulares, bem como as fontes que trabalhámos na discussão dos planos de reforma das congregações, em Cortes, são disso testemunhos capitais.

7. A categoria de *monumento nacional* justifica, por si só, a conservação do construído. Ainda que fique por definir uma política concertada de proteção dos monumentos, a opinião de que a utilização dos edifícios é imprescindível para a conservação dos mesmos é recorrente e unânime, e muito desejada.

8. A cultura das luzes legitima também alguns atentados ao património histórico. O discurso em torno da *utilidade*, chavão da época que percorre todas as décadas que estudámos, coloca a tónica na mais pragmática qualidade de *uso* dos monumentos, condicionando significativamente o *valor de arte relativo* e favorecendo o *valor de novidade* do construído.

9. O debate sobre a reforma das ordens religiosas antecipa muitas das questões patrimoniais que se julgava terem sido ponderadas somente a partir de 1834. Não apenas a noção de *monumento nacional* é anterior, em mais de uma década, a esse ano-chave da nossa história, como também os resultados nefastos que a supressão massiva de casas religiosas veio a ter com o liberalismo se mostraram antevistos nos anos que aqui foram examinados. As fontes consultadas, as obras literárias conhecidas, as publicações de pendor político menos consideradas e a documentação manuscrita inédita, demonstram claramente que a discussão promovida pela reforma das ordens foi determinante para a afirmação e para a consolidação da consciência patrimonial em Portugal. Esta revelou-se, de modo assertivo, no protesto pela conservação do construído onde foram descobertos os valores histórico e identitário, bem como na exigência de cuidados de salvaguarda efetivos e até jurídicos dos monumentos nacionais, já nos anos 1820. Assim, dos vários acontecimentos catalisadores do pensamento sobre o património que considerámos, a polémica em torno da reforma das congregações é aquele que revela resultados mais amplos e consistentes.

Cumprе terminar, sublinhando que as décadas sobre as quais nos debruçámos constituem o período de génese da consciência patrimonial em Portugal, como acreditamos ter conseguido atestar, através da pesquisa e da análise efetuadas ao longo desta dissertação, que se propõe como base para ulteriores pesquisas, incidentes na problemática do Património, entre 1755 e 1834.

FONTES E

BIBLIOGRAFIA

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I. FONTES

1. Fontes manuscritas

1.1. Arquivo da Diocese de Faro

Caixa 6-20, Livros de Registo de Visitações, 1608-1793.

Caixa 12-45, Livros de Registos de Pastorais, Circulares, Provisões e Decretos de Visitas, 1792-1832.

Caixa 17-79, Livros de Registo de Pastorais, Circulares, Provisões e Decretos de Visitas, 1789-1835.

Caixa 17-81, Livros de Registo de Visitações / Visitas Episcopais. Sé, 1789-1803.

Caixa 18-82, Livros de Registo de Visitações / Visitas Episcopais. Sé, 1726-1789.

Caixa 41-215, Livro de Registo de Correspondência, 1767-1884.

Caixa 47-263, Livros de Registo de Visitações / Visitas Episcopais. Guia, 1679-1802.

Livro 342, Livros de Registos dos Alvarás dos Decretos de Provisões e Avisos (Câmara Eclesiástica), 1785-1851.

Livro 371, Livros de Registo de Visitações / Visitas Episcopais. Aljezur, 1597-1846.

1.2. Arquivo Histórico Militar

3.^a Divisão, 20.^a Secção, caixas 2 a 19, [1801-1835].

3.^a Divisão, 7.^a Secção, caixa 3614, processo de Duarte José Fava.

1.3. Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas Transportes e Comércio

Coleção de desenhos avulsos, D1 A – D144 A.

Ministério do Reino:

Correspondência do conde de Valadares como encarregado das obras do Ribatejo, 1783-1790.

Correspondência recebida da inspecção do terreiro de Lisboa e da inspecção dos celeiros públicos, 1782-1833.

Correspondência recebida relativa a diversas autoridades encarregadas de obras públicas no reino, 1803-1823.

Correspondência recebida com requerimentos acerca de obras públicas em Lisboa, 1789-1810.

Correspondência relativa à Intendência das Obras Públicas, 1820-1840.

Documentos dispersos anteriores à reorganização do Ministério em 1843, 1794-1838.

Documentos relativos à administração do Aqueduto da Prata e da defesa do Montemuro, no termo de Évora, 1822.

Documentos relativos a obras e à administração das lezírias e campos do Ribatejo, 1756-1833.

Documentos respeitantes às obras das Águas Livres em Lisboa, 1775-1836.

Processos de obras públicas específicas, 1770-1843.

Processos de obras públicas regionais, 1764-1842.

Registo de correspondência sobre obras públicas, 1822-1833.

Registo de decretos, alvarás e consultas, e ordens e outros documentos respeitantes à Junta do Comércio, 1755-1757 e 1802-1833.

Registo de ordens para a Junta da Administração das Águas Livres, 1771-1775.

Relações de portarias expedidas pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino à Intendência das Obras Públicas, 1821-1822.

1.4. Arquivo Histórico do Tribunal de Contas

Contos do Reino e Casa, Edificação do património. Processos de edificação, 1744-1772.

Erário Régio:

Livro de receita/despesa do Tesoureiro Mor, 1762-1833.

Livro caixa do Tesoureiro Mor do reino, 1762-1780.

Livro de receita/despesa do Tesoureiro Mor pela arrecadação das rendas da Patriarcal, 1769-1833.

Livro de registo de decretos e ordens do Tesouro Real, 1761-1808.

Livro mestre da Real Mesa Censória, 1776-1794.

Livro para as contas correntes das pessoas a quem se entregam no Real Erário partidas de dinheiro para construção e reparo dos fortes existentes no país e outras obras públicas e devem prestar contas pela lotaria das províncias, 1762-1799.

Cofre da Santa Igreja Patriarcal. Livro mestre para rendas e despesas, 1769-1833.

Diário das obras da Praça do Comércio pela Administração da Junta do Comércio, 1759-80.

Livro de registo de arrematação, arrendamentos e contratos das casas da administração das obras públicas e outras incumbências relativas ao donativo dos 4%, 1781-1804.

Livro da Casa das Senhoras Rainhas, Santa Igreja Patriarcal e Basílica de Santa Maria Maior, 1749-1832.

1.5. Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Intendência das Obras Públicas, livros 1-4, 15, 18-20, 36-44, 53, 86-91, 96-114, 117, 297-300, 324, 327, [1765-1834].

José Francisco Correia da Serra, caixas 2A, 4A, [1757-1795].

Juízo da inspecção de bairros de Lisboa, 1756-1833.

Memórias paroquiais, 44 vols., 1722-1832.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, caixa 582.

Ministério do Reino:

Caixas 375-379 e 536-537, 1792-1834.

Livros 314-321.

Maço 638, Informação dos Párocos sobre o Terramoto.

Ministério Negócios Eclesiásticos e de Justiça, caixas 1-18, 24-34, 37-100, 108, 113, 120, 126, 128, 131-147, 156 e 157, 160-163, 170 e 171, 179-197, 205, 210-238, 253-261, 298, [1740-1835].

Série preta, números 3420-3426.

1.6. Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa

Caixa 6, números 4-6, 13, 15, 24-26, 33, 37, 46, 47, [1759-1792].

1.7. Biblioteca da Ajuda

NEGREIROS, José Manuel de Carvalho, *Jornada pelo Tejo, Jornada pelo Tejo Dividida em doze dias, em cada hum dos quaes se tractão diversas materias concernentes á Architectura Civil e seus pertences. Obra utilissima não só p.^a os Professores da Architectura Civil, e Militar como taõbem para todos os Curiozos. Composto por Joze Manoel de Carvalho Negreyros Capitaõ Engenheiro Arquitecto dos Reaes Paços de S. Mag.de e Arquitecto do Senado da Camara desta Cidade de Lisboa Anno de 1793, 54-V-28.*

1.8. Biblioteca Nacional de Portugal

CARVALHO, Francisco de, *Historia de Coimbra mestra de toda a naçam portugueza, paraíso de Portugal fertilissimo por seus fructos, e abundancia de*

seus campos galantaria de sua situacam, de listaveis passeios na sua circumferencia, deliciosas correntes do rio Mondego, magestosa ponte que o atravessa, alivio dos melancolicos, aula dos ociosos, caminho de todo o Reino (...), 2 vols., Coimbra, 1795, cód. 905.

CENÁCULO, Fr. Manuel do, Fr. Francisco de S. Bento, [*Pareceres sobre a obrigação de reparação e reedificação das igrejas paroquiais e sobre a quem pertence o direito de eleger os párocos na igreja de S. Julião*], 1768, mç. 529.

Coleção Pombalina, cods. 144, 615, 616, 620, 637, 649, 653, 686, 687, 695, 708, 714, 715, [1740-1780].

D. José I, [*Carta ao Cardeal Patriarca dando-lhe conhecimento que decidiu entregar, ao cuidado e zelo de D. Luís da Câmara, a superintendência e inspecção das obras da Basílica de Santa Maria Maior, arruinada pelo terramoto de 1755*], [Lisboa], [1767], R. 5838//26.

Livro dos obitos do Real Mosteiro de Belem, [comp. por] Manuel do BOM JESUS, cod. 895.

NEGREIROS, José Manuel de Carvalho, Additamento ao livro intitulado *Jornada pello Tejo*, que foi oferecido a S. Alteza Real o Principe Nosso Senhor, que Deoz guarde, em o anno de 1792: por seu author Jozé Manoel de Carv.º Negreiros; o qual offerece agora, ao m.mo Serenissimo, e Real Senhor, este aditamento feito no prezente anno de 1797, 5 ts., cód. 3758-3762.

NEGREIROS, José Manuel de Carvalho, *Representação que serve de introdução para se projectar hum Regulam[en]to para o Reál Corpo dos Engenheiros Civiz, e todas as suas dependencias etc. etc.*, 1796, cód. 6.

2. Fontes impressas

2.1. Obras de historiografia ou de carácter historiográfico

ALMEIDA, António de, “Descripção historica e topografica da cidade de Penafiel”, in *Historia e memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, na Typografia Academia Real das Sciencias, t. 10, parte II, 1830, pp. 1-196.

ARGOTE, Jerónimo Contador de, *Memorias para a historia ecclesiastica do arcebispado de Braga, primaz das Hespanhas, dedicadas a El Rey D. João o V*, 4 vols., Lisboa, na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1732-1747.

AZEVEDO, Luís António de, *Dissertação critico-filologico-historica, sobre o verdadeiro anno, manifestas causas, e attendiveis circumstancias da erecção do tablado e orchestra do antigo theatro romano, descoberto na excavação da rua de São Mamede*, Lisboa, na Nova Impressão da Viuva Neves e Filhos, 1815.

AZEVEDO, Luís Marinho de, *Fundação, antiguidades e grandezas da mui insigne cidade de Lisboa, e seus varoens illustres, em santidade, armas e letras*, 2 vols., 2.^a imp. correcta e emendada, Lisboa, à custa de Luiz de Moraes, 1753.

BELÉM, Jerónimo, *Chronica serafica da santa provincia dos Algarves da regular observância do nosso seráfico padre S. Francisco, em que se trata da sua origem, progressos, e fundações de seus conventos (...)*, 4 vols., Lisboa, na Officina de Ignacio Rodrigues, 1750-1758.

BEM, Tomás Caetano de, *Memorias historicas chronologicas da sagrada religião dos clerigos regulares em Portugal, e suas conquistas na India Oriental*, 2 vols., Lisboa, na Regia Officina Typografica, 1792-1794.

BRITO, Bernardo de, Silva, Pascoal da, *Chronica de Cister onde se contam as cousas principaes desta ordem, & muytas antiguidades do Reyno de Portugal*, Lisboa, na Officina de Pascoal da Sylva, 1720.

BRITO, Bernardo de et al., *Colleçam das antiguidades de Evora escriptas por André de Resende, Diogo Mendes de Vasconcellos, Gaspar Estaco, Fr. Bernardo de Brito e Manoel Severim de Faria, feita por Bento Jozé de Souza Farinha*, Lisboa, na Officina de Filipe da Silva e Azev., 1785.

CÁCEGAS, Luís de; SANTA CATARINA, Lucas de; SOUSA, Luís de, *Historia de S. Domingos particular do reino e conquistas de Portugal*, 2.^a ed., 4 vols., Lisboa, na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1767 (ed. orig. 1623, 1662, 1678 e 1733).

CARDOSO, Luís, *Diccionario geografico, ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontrão, assim antigas, como modernas*, 2 vols., Lisboa, na Regia Officina Sylviana, 1747-1751.

CARDOSO, Luís, *Portugal sacro-profano, ou catalogo alfabetico de todas as freguezias dos reinos de Portugal e Algarve: das igrejas com seus oragos*, Lisboa, na Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1757-1768.

CASTRO, Damião de Lemos de Faria e, *Historia geral de Portugal, e suas conquistas, offerecida á Rainha nossa Senhora D. Maria I*, 20 vols., Lisboa, na Typografia Rollandiana, 1786-1804.

CASTRO, João Baptista de, *Mappa de Portugal antigo, e moderno*, 3 vols., ed. rev. e aumentada, Lisboa, na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1763 (ed. orig. 1745-58).

Chronologia lusitana ou resumo da historia de Portugal desde a sua origem até ao anno de 1830. Extrahida principalmente de diversos auctores inglezes por F. I. de Souza, Angra, Imprensa do Governo, 1831.

CONCEIÇÃO, Cláudio da, *Gabinete historico que a Sua Magestade Fidelissima o Senhor Rei D. João VI, em o dia de seus felicissimos annos, 13 de Maio de 1818, offerece Fr. Claudio da Conceição*, 17 ts., Lisboa, na Impressão Regia, 1818-1831.

Collecção de livros ineditos de historia portugueza, dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V e D. João II, publicados de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa, compil. José Correia da SERRA, Lisboa, Off. Academia Real das Sciencias, 1790-1824.

COSTA, Agostinho Rebelo da, *Descripção topografica, e historica da Cidade do Porto*, Porto, na Officina de Antonio Alvarez Ribeiro, 1789.

COSTA, António Carvalho da, *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal*, 3 vols., Lisboa, na Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706-1712.

FALCÃO, Agostinho de Mendonça, “Memoria historica sobre a villa de Cea”, *in Historia e memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, t. 8, parte II, Lisboa, na Typografia Academia Real das Sciencias, 1823, pp. 1-42.

FARIA, Manuel Severim de, *Noticias de Portugal escritas por Manoel Severim de Faria*, acresc. pelo Pe. José BARBOSA, 3.^a ed. aumentada por Joaquim Francisco Monteiro de Campos Coelho e SOIZA, 2 vols., Lisboa, na Offic. de Antonio Gomes, 1791 (ed. orig. 1655).

FIGUEIREDO, Manuel de, *Introducção para a historia ecclesiastica do Bispado Lamecense*, Lisboa, na Off. Patr. de Francisco Luiz Ameno, 1787.

FIGUEIREDO, Manuel de, *Descripção de Portugal: apontamentos e notas da sua historia antiga e moderna, ecclesiastica, civil e militar*, Lisboa, Typ. Lacerdina, 1817 (ed. orig. 1788).

FONSECA, Francisco da, *Evora gloriosa: epilogo dos quatro tomos da «Evora illustrada» que compoz o R. P. Manuel Fialho, da Companhia de Jesus, accrescentada e amplificada (...)*, Roma, na Officina Komarekiana, 1728.

FREIRE, António de Oliveira, *Descripçam corografica do Reyno de Portugal*, Lisboa, na Officina de Bernardo Anton. de Oliveir., 1755 (ed. orig. 1739).

GASCO, António Coelho; Abreu, António de, *Conquista, antiguidade, e nobreza da mui insigne, e ínclita cidade de Coimbra escriptas por Antonio Coelho Gasco, e obras ineditas de Antonio de Abreu, amigo, e companheiro de Luiz de Camões no Estado da Índia*, ed. lit. António Lourenço CAMINHA, 2.^a ed. novamente corrigida, Lisboa, Impressão Regia, 1807.

GERALDES, Joaquim Pedro Cardoso Casado, *Tratado de cosmographia, e geographia-historica, physica e commercial, antiga e moderna*, 4 vols., Paris, Chez Fantin, 1825-1828.

Historia e memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa, ts. 4-11, Lisboa, na Typografia Academia Real das Sciencias, 1815-1835.

Historia de Portugal composta em inglez por uma sociedade de litteratos, trasladada em vulgar com as addiçoens da versão francesa, e notas do tradutor portuguez, Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro, 2 vols., Lisboa, na Offic. da Academie Real das Scienc., 1788.

L. A. de A. M., *Factos da historia de Portugal, ou resumo da historia deste paiz desde a antiguidade até aos nossos dias*, Lisboa, Tip. Rollandiana, 1826.

LEMOS, Damião António de, *Historia geral de Portugal, e suas conquistas*, 20 vols, Lisboa, na Typografia Rollandiana, 1786-1804.

LOBO, Francisco Rodrigues, *O Condestabre de Portugal D. Nuno Alvares Pereira*, ed. lit. Bento José de Sousa FARINHA, Lisboa, na Offic. de Joze da Silva Nazareth, 1785 (ed. orig. 1610).

LOPES, João Baptista da Silva, *Corografia ou memoria economica, estadistica, e topográfica do Reino do Algarve*, Lisboa, na Typografia da Real Academia das Sciencias de Lisboa, 1841.

Memorias da villa de Chaves na sua gloriosa revolução contra a perfídia do tyranno da Europa, Lisboa, na Impressam Regia, 1809.

MENEZES, Francisco de Alpuim Cerqueira de, *Historia antiga e moderna da sempre leal e antiquissima villa de Amarante, desde a sua primeira fundação*

pelos turdetanos trezentos e sessenta annos antes da vinda de Christo Senhor nosso até ser incendiada pelos francezes em 1809, Londres, T. C. Hansard, 1814.

OLIVEIRA, Francisco Xavier de, *Elogios do condestable D. Nuno Alvares Pereira, e Affonso d'Albuquerque*, Lisboa, na Offic. de João Antonio da Silva, 1798.

OLIVEIRA, Nicolau de, *Livro das Grandezas de Lisboa*, Lisboa, na Impressão Regia, 1804 (ed. orig. 1620).

RIBEIRO, João Pedro, *Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal publicadas por ordem da Academia R. da Sciencias de Lisboa pelo seu socio João Pedro Ribeiro*, 5 vols., Lisboa, na Typografia Academia Real das Sciencias, 1810-1836.

RIBEIRO, João Pedro, *Breves reflexões á historia chronologica e criticada R. Abbadia de Alcobça pelo Sr. Fr. Fortunato de S. Boaventura*, Lisboa, na Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1829.

SALGADO, Vicente, *Memorias ecclesiasticas do reino do Algarve*, Lisboa, na Regia Officina Typgrafica, 1786.

SALGADO, Vicente, *Conjecturas sobre huma medalha de bronze com caracteres desconhecidos, e com os latino vetto, achada no lugar da Troya defronte da villa de Setuval*, Lisboa, na Offic. de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de, "Sobre as ruínas do Mosteiro de Castro de Avelaãs, e do monumento, e inscripção lapidar, que se acha na capella mór da antiga igreja do mesmo mosteiro", *in Memorias de litteratura portugueza publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa*, vol. V, Lisboa, na Officina da mesma Academia, 1793, pp. 258-263.

SANTANA, José Pereira, *Chronica dos Carmelitas da antiga, e regular observância nestes reynos de Portugal, Algarves e seus Dominios*, Lisboa, na Officina dos Herdeiros de Antonio Pedrozo Galram, 2 vols., 1745-1751.

SANTIAGO, Francisco, *Chronica da Santa Provincia de Nossa Senhora da Soledade*, Lisboa, na Officina de Miguel Manescal da Costa, 1762.

SANTOS, António Ribeiro dos, *Sonetos a Dona Ignez de Castro*, Lisboa, na Officina de Filippe da Silva e Azevedo, 1784.

SÃO BOAVENTURA, Fortunato de, *Memorias para a vida da beata Mafalda, Rainha de Castella, e reformadora do Mosteiro de Arouca*, Coimbra, na Real Imprensa da Universidade, 1814.

SÃO BOAVENTURA, Fortunato de, *Resposta ás reflexões do conselheiro Joao Pedro Ribeiro sobre a brevíssima resposta do P. M. Fr. Fortunato de S. Boaventura*, Lisboa, Lisboa, na Impressão Regia, 1830.

SARAIVA, Cardeal, "Memoria historica sobre as obras do Real Mosteiro de Santa Maria da Victoria, chamado vulgarmente da Batalha", in *Historia e memorias da Academia R. das Sciencias de Lisboa*, t. 10, parte I, Lisboa, na Typografia Academia Real das Sciencias, 1827, pp. 163-232.

SILVA, Félix Caetano da, *História das antiguidades da cidade de Beja*, publ. e anotada por A. VIANA, in *Arquivo de Beja*, vols. V-VII, Beja, [Câmara Municipal de Beja], 1948-1950 (manuscrito orig.1792).

SILVA, José Soares da, *Memorias para a historia de Portugal, que comprehendem o governo del Rey D. João o I. do anno de mil e trezentos e oitenta e tres, até o anno de mil e quatrocentos e trinta e tres*, 4 ts., Lisboa Occidental, na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1730-1734.

SILVA, Luís Duarte Vilela da, "Archeologia portugueza. A Sé de Lisboa. Memoria do cônego Luiz Duarte Vilella da Silva emendada e annotada por sua eminencia o Cardeal Patriarcha D. Francisco de S. Luiz", in *Revista universal lisbonense*, Lisboa, XIII Ano, 1853, pp. 9-26.

SILVA, Manuel Teles da, *Historia da Academia Real da Historia Portugueza*, Lisboa, Off. de Joseph Antonio da Sylva, 1727.

SILVEIRA, António Henriques da, *Memorias analliticas da villa de Estremoz*, estudo e trans. Teresa FONSECA, Lisboa, Colibri, 2003.

SOARES, Joaquim, *Compendio historico dos acontecimentos mais celebres, motivados pela revolução de França, e principalmente desde a chegadas dos francezes em Portugal até a segunda restauração deste, e gloriosa acclamação do Principe o Serenissimo Senhor D. João VI*, 2 ts., Coimbra, na Real imprensa da Universidade, 1808-1809.

TORRES, Manuel Agostinho Madeira, “Descripção historica e economica da villa e termo de Torres Vedras”, in *Historia e memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, na Typografia Academia Real das Sciencias, t. 6, parte I, 1819, pp. 12-138.

VARELA, Joaquim José, “Memoria estatistica acerca da notavel villa de Monte Mor o Novo”, in *Historia e memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, na Typografia Academia Real das Sciencias, t. 5, parte I, pp. 7-98.

VASCONCELOS, Inácio da Piedade, *Historia de Santarem edificada que dá noticia da sua fundação, e das couzas mais notáveis nella succedidas*, 2 vols., Lisboa, [s.n.], 1740.

2.2. Obras literárias

ALMEIDA, Teodoro, *Lisboa destruída. Poema*, Lisboa, na Off. de Antonio Rodrigues Galhardo, 1803.

ALORNA, Marquesa de, *Obras poéticas de D. Leonor d’Almeida Portugal Lorena e Lencastre, Marqueza d’Alorna, Condessa d’Assumar e d’Arynhhausen, conhecida pelo nome de Alcipe*, 6 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1844.

BARBOSA, Domingos Caldas, *Descripção da grandiosa quinta dos senhores de Bellas, e noticia do seu melhoramento, offerecida á illustrissima, e excellentissima senhora D. Maria Rita de Castello Branco Correa e Cunha, Condeça de Pombeira, e Senhora de Bellas, por seu humilde servo o beneficiado Domingos Caldas Barboza, Capellão da Relação*, Lisboa, na Typographia Regia Silviana, 1799.

BARBOSA, Domingos Caldas, *Viola de Lereno: collecção das suas cantigas offerecidas aos seus amigos*, Lisboa, na Officina Nunesiana, 1798.

BARBOSA, Domingos Caldas *et al.*, *Almanak das musas, offerecido ao génio portuguez*, 4 partes, Lisboa, na Officina de Filippe Jozé de França, 1793-1794.

BOCAGE, Manuel Maria Barbosa du, *Obra completa / Bocage*, 7 vols., ed. Daniel PIRES, Porto, Caixotim, col. Obras clássicas da literatura portuguesa. Século XVIII, 2004-2007.

CAMÕES, Luís de; MATEUS, Morgado de, *Os Lusíadas, poema epico de Luis de Camões, nova edição correcta, e dada à luz, conforme à de 1817*, Paris, na Officina Typografica de Firmino Didot, 1819.

CASTRO, Joaquim Machado de, *Ao Rey Fidelissimo D. José I, nosso senhor, collocando-se a sua colossal estatua equestre na Praça do Commercio: ode*, Lisboa, na Regia Officina Typographica, 1775.

FIGUEIREDO, Manuel de, *Theatro de Manuel de Figueiredo*, Lisboa, na Impressão Regia, 1804-1810.

FREIRE, Félix da Silva, *Sylva de que hum coração penitente tece as capellas estimulado da inspiração do terremoto, que no sempre memoravel dia de Todos os Santos da Era de 1755 occasionou irreparaveis damnos em toda a Lusitania*, Lisboa, na Offic. de Manoel Soares, 1756.

GARÇÃO, Joaquim António Correia, *Obras completas*, pref. e notas por António José SARAIVA, 2.^a ed., 2 vols., Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1982-1983.

GARRETT, Almeida, *Lyrical de João Minimo*, Londres, Sustenance e Stretch, 1829.

GARRETT, Almeida, *Adozinda, romance*, Londres, Boosey & Soon, 1828.

GARRETT, Almeida, *D. Branca ou a conquista do Algarve*, Paris, J. P. Aillaud, 1826.

GARRETT, Almeida, *Camões. Poema*, Paris, Livraria Nacional e Estrangeira, 1825.

GARRETT, Almeida, *Theatro*, Lisboa, na Impr. Liberal, 1822.

GARRETT, Almeida, *O retrato de Vénus, poema*, Coimbra, na Imprensa da Universidade, 1821.

HERCULANO, Alexandre, "A Abóbada", in *Lendas e narrativas*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, Viúva Bertrand e Filhos, 1851, pp. 222-306.

JAZENTE, Abade de, *Poesias*, com um ensaio de Pedro TAMEN, [Lisboa], Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.

MACEDO, José Agostinho de, *O novo argonauta. Poema*, 2.^a ed., Lisboa, na Typografia de Bulhões, 1825. (ed. orig. 1809).

MACEDO, José Agostinho de, *A meditação. Poema filosofico em quatro cantos*, Lisboa, na Impressão Regia, 1813.

MACEDO, José Agostinho de, *Gama. Poema narrativo*, Lisboa, na Impressão Regia, 1811.

MATOS, João Xavier de, *Romance heroico ao terremoto do primeiro de Novembro de 1755*, Lisboa, na Offic. de Manoel Soares, 1756.

MATOS, João Xavier de, *Rimas de João Xavier de Matos entre os pastores da Arcadia Portuense Albano Erithreo dedicadas á memoria do grande Luiz de Camões Principe dos Poetas portuguesas*, Lisboa, na Regia Officina Typografica, 1782.

RAMALHO, Miguel Mauricio, *Lisboa reedificada, poema épico*, Lisboa, na Regia Officina Typografica, 1780.

VIEIRA LUSITANO, Francisco, *O insigne pintor e leal esposo Vieira Lusitano, historia verdadeira, que elle escreve em cantos lyricos e offerece ao Illmo. e Exmo. José da Cunha Gran Ataíde e Mello, conde e senhor de Povolide*, Lisboa, na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1780.

VOLNEY, Conde de, *As ruínas, ou meditação sobre as revoluções dos imperios*, trad. Pedro Ciríaco da SILVA, Lisboa, Typ. de Diziderio Marques Leão, 1822.

VOLTAIRE, *Cândido ou o optimismo*, trad., notas e posf. Rui TAVARES, Lisboa, Tinta-da-China, 2006 (ed. orig. 1759).

WIELAND, Christoph Martin, *Oberon*, pseudo. trad. Filinto ELÍSIO, Paris, 1802.

2.3. Arte, sociedade e política

A.P.D.G., *Sketches of portuguese life, manners, costume, and character*, London, Georg B. Whittaker, 1826.

ABILDGAARD, “Lettre d’un naturaliste danois en passage à Lisbonne au siècle dernier”, in *Comunicações da Direcção dos Trabalhos Geológicos de Portugal*, t. 3, fasc. I, 1895-1896, pp. 27-128.

ABRANTES, Duquesa de, *Recordações de uma embaixada e de uma estada em Portugal, de 1808 a 1811*, apresent. e notas José-Augusto FRANÇA, trad. Magda Figueiredo, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.

Actas da Camara dos Pares do Reino de Portugal, Lisboa, Imprensa Nacional, 1835.

AIRES, Matias, *Problema de architectura civil: a saber porque razão os edificios antigos tinhaõ mais duração do que os modernos? E estes porque*

razaõ rezistem menos ao movimento da terra quando treme, demonstrado por Mathias Ayres Ramos da Silva de Eça... Obra posthuma dividida em duas partes com hum index de alguns termos, Lisboa, na Officina de Miguel Rodrigues, 1770.

ALORNA, Marquês de, *Marquês de Alorna – Memórias políticas*, apresent. José NORTON, Lisboa, Tribuna da História, 2008.

Annaes das sciencias, das artes, e das letras; por huma sociedade de portuguezes residentes em Paris, 16 ts., [dir. José Diogo Mascarenhas NETO], Paris, impresso por A. Bobée, 1818-1822.

B.***, Abade; B. B.***, Abade, *Dissertação sobre o estado religioso em que se mostra qual he o seu espirito, qual a sua origem, os seus progressos, os serviços que tem feito á Igreja, e á sociedade, a sua utilidade actual: e em que se trata dos bens dos religiosos, e da reforma, que poder ter as ordens monasticas*, trad. Hum Amigo da Verdade, Lisboa, na Off. Patr. de Franc. Luiz Ameno, 1786.

BALBI, Adrien, *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve*, 2 vols., Paris, Ed. Rey et Gravier, 1822.

BARETTI, Giuseppe, *A journey from London to Genoa, through England, Portugal, Spain and France*, 4 vols., London, 1770.

BARETTI, Giuseppe, *Cartas de Portugal*, Sep. *Revista da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1970.

BARRUEL, Augustin de, *Historia abbreviada da perseguição, assassinato, e desterro do clero francez durante a Revolução. Dividida em tres partes. A primeira comprehende tudo o que se passou de mais notavel relativamente á Religião no tempo da Assembleia chamada Nacional e Constituinte; isto he, desde Maio de 1789 até o fim de Setembro de 1791. A segunda termina-se a 10 de Agosto de 1792. A terceira comprehende os assassinatos, e deportação do clero*, trad. *** M. B., 3 vols., na Off. de Antonio Alvarez Ribeir., 1795-1797.

BAYER, Francisco Pérez, “Viagem de Pérez Bayer em Portugal, em 1782”, ed. J. Leite VASCONCELOS, in *O archeologo português*, série 1, vol. XXIV, pp. 108-176.

BECKFORD, William, *A corte da rainha D. Maria I*, Lisboa, Frenesi, 2003.

BECKFORD, William, *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*, introd. e notas Boyd ALEXANDER, trad. e pref. João Gaspar SIMÕES, 2.^a ed. rev., Lisboa, Imprensa Nacional de Publicidade, 1983.

BECKFORD, William, *Reccolections of an excursion to the monasteries of Alcobaça and Batalha*, London, Richard Bentley, 1835.

BECKFORD, William, *Italy; with sketches of Spain and Portugal*, 2 vols., London, Richard Bentley, 1834.

BRELIN, Johan, *De passagem pelo Brasil e Portugal em 1756*, trad. Carlos Pericão de Almeida, Lisboa, Casa Portuguesa, 1955.

BLUTEAU, Rafael, *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botânico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, económico, florífero, forense, fructifero (...)*, 10 vols., Coimbra/Lisboa, no Collegio das Artes da Companhia de Jesu, na Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728.

BLUTEAU, Rafael; SILVA, António de Moraes, *Diccionario da lingua portugueza composto pelo Padre D. Rafael Bluteau. Reformado e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*, 2 ts., Lisboa, na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

BOMBELLES, Marquês de, *Journal d'un ambassadeur de France au Portugal. 1786-1788*, Paris, Presse Universitaire de France, 1979.

BOURGOING, Jean François, *Voyage du ci-devant Duc du Chatelet, en Portugal, ou se trouvent des détails intéressans sur ses colonies, sur le tremblement de terre de Lisbonne, sur M. de Pombal et la Cour*, 2 vols., Paris, F. Buisson, 1798 e 1801.

O Braz já sem corcunda por diante, e por detraz, feito pregador constitucional, recontando as aventuras das suas missões, Lisboa, na Impressão de João Baptista Morando, 1822.

CARDOSO, Arnaldo Pinto, *O terrível terramoto da cidade que foi Lisboa. Correspondência do núncio Filippo Acciaiuoli*, Lisboa, Alêtheia, 2005.

CARNEIRO, Manuel Borges, *Portugal regenerado em 1820*, 1.^a ed., 2.^a ed. e 3.^a ed., Lisboa, na Typografia Lacerdina, 1820.

CARRÈRE, J. B. F., *Panorama de Lisboa no Ano de 1796*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1989.

CARVALHO, José Liberato Freire de, *Memorias da vida de José Liberato Freire de Carvalho*, Lisboa, Typographia de José Baptista Morando, 1855.

CASTRO, Joaquim Machado de, *Dicionário de escultura. Inéditos de História da Arte*, Livraria Coelho, 1937.

CASTRO, Joaquim Machado de, *Carta que um afeiçoado às artes do desenho escreveu a um aluno da escultura*, 2.^a ed., Lisboa, Officina da Real Academia das Sciencias, 1817.

CASTRO, Joaquim Machado de, *Descrição analytica da execução da estatua equestre erigida em Lisboa à glória do Senhor Rei Fidelissimo D. José I*, Lisboa, na Impresam Regia, 1810.

CASTRO, Joaquim Machado de, *Discurso sobre as utilidades do desenho, dedicado á rainha N. Senhora por seu author Joaquim Machado de Castro, professo na Ordem de Christo, escultor da Casa Real, e Obras Publicas. Recitado pelo mesmo professor na Casa Pia do Castello de S. Jorge de Lisboa na presença da maior parte da corte, e nobreza em 24 de Dezembro de 1787*, Lisboa, na Offic. de António Rodrigues Galhardo, 1788.

Catalogo por copia extrahido do original das sessões, e actas feitas pela Sociedade de Portuguezes dirigida por hum conselho intitulado o Conselho Conservador de Lisboa, e instalada nesta mesma cidade em 5 de Fevereiro

de 1808; tendo-se unido os instaladores em 21 de Janeiro do mesmo anno, para tratar da restauração da patria, Lisboa, na Impressão Regia, 1808.

CENÁCULO, Manuel do, *Sisenando mártir e Beja sua pátria*, transc. Manuel Joaquim DELGADO, in *Arquivo de Beja*, vols. III-VI, Beja, [Câmara Municipal de Beja], 1946-1949 (manuscrito orig. 1800).

CENÁCULO, Manuel do, *Memoria descritiva do assalto, entrada e saque da cidade de Évora pelos franceses em 1808*, Évora, Minerva Eborensis, 1887.

CENÁCULO, Manuel do, *Cuidados literarios do prelado de Beja em graça do seu bispado*, Lisboa, na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1791.

CENÁCULO, Manuel do, *Oração, que disse o M. R. P. M. Doutor Fr. Manoel do Cenaculo, da Terceira Ordem do S. P. S. Francisco, sendo presidente em a primeira seeção da Academia Mariana celebrada nesta Cidade de Lisboa no I. de Agosto de 1756*, Lisboa, na Officina de Miguel Manescal da Costa, 1758.

CHATEAUBRIAND, François Auguste, *Le génie du christianisme ou beautés de la religion chrétienne*, 5 vols., Paris, Chez Migneret, 1802.

COCKBURN, James Pattison, *A voyage to Cadiz and Gibraltar up the Mediterranean to Sicily and Malta, in 1810 & 1811, including a description of Sicily and the Lipari Islands and an excursion in Portugal*, vol. II, Dublin, J. Harding and M.N. Mahon, 1815.

Collecçam universal de todas as obras, que tem sahido ao publico sobre os effeitos, que cauzou o terremoto nos reinos de Portugal, e Castella no primeiro de Novembro de 1755. E explicaçoens physico-astrologico-meteorologicas, e physico-moral tanto no idioma portuguez como espanhol, e mais cartas, dissertaçoens, e tudo o que se tem escripto, e divulgado nesta cidade de Lisboa, 7 ts., [s.l.], Officina da Curiosidade, 1758.

COLLINS, Francis, *Voyages to Portugal, Spain, Sicily, Malta, Ásia Minor, Egypt, etc., from 1796 to 1801. With an historical sketch, and occasional reflections*, London, Richard Phillips, 1809.

*O constitucional justificado, oferecido, e dedicado às consciências dos anti-constitucionais. Por ****, Lisboa, na Typographia Rollandiana, 1820.

CORNIDE, José, *Estado de Portugal en el año de 1800*, 3 vols., Madrid, Real Academia de la História, 1893.

COSTA, José Daniel Rodrigues da, *Memoria do folheto intitulado memorias para as Cortes de 1821. Em que são desagradados a religião, os religiosos, as religiosas, e os magistrados*, Lisboa, na Imprensa Nacional, 1821.

COSTA, José Daniel Rodrigues da, *O prazer dos luzitanos na regeneração da sua pátria*, Lisboa, na Imprensa Regia, 1820.

COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa, *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*, 2 vols, ed. lit. Andrée Mansuy Diniz SILVA, Lisboa, Banco de Portugal, 1993.

CUNHA, José Anastácio da, *José Anastácio da Cunha. Os inéditos*, Braga, Universidade do Minho – Arquivo Distrital de Braga, Universidade do Porto, 2006.

CUNHA, Luís da, *Testamento político de D. Luiz da Cunha*, pref. e notas de Manuel MENDES, Lisboa, Seara Nova, col. Cadernos da Seara Nova, 1943.

DALRYMPLE, William, *Travels through Spain and Portugal in 1774*, London, J. Almon, 1777.

Descrição das festas com que o tribunal do Senado da Câmara quis dar públicas demonstrações de júbilo por se ter tornado a inaugurar a bandeira portuguesa, pela restauração do reino e do legítimo soberano, [s.l.], [s.n.], [18--].

O desengano, Lisboa, na Imprensa Regia, 1809.

Documentos para a história da arte em Portugal, 16 vols., orient. Raul LINO, Luís SILVEIRA, A. H. Oliveira MARQUES, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1969-1991.

Documentos relativos aos alunos que de Portugal foram para o estrangeiro estudar as belas-artes e cirurgia, com protecção oficial, nos decénios finais do século XVIII, corr. e pub. Luís Xavier da COSTA, Sep. *Arquivo Histórico de Portugal*, vol. III, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1938.

DUMOURIEZ, Charles François, *O Reino de Portugal em 1766*, intro. António VENTURA, Casal de Cambra, Caleidoscópio, col. Memórias de Viagem, 2007 (ed. orig. 1776).

ELIOT, William Granville, *A treatise on the defence of Portugal with a military map of the country to which is added a sketch of the manners and customs of the inhabitants and principal events of the campaigns under Lord Wellington*, 2.nd ed., London, T. Egerton, 1811.

ESTRADA, José Possidónio, *Problema resolvido. Se os corpos regulares devem totalmente suprimir-se ou conservarem-se alguns para memoria*, Lisboa, na Imprensa Nacional, 1821.

Falla da nação portugueza dirigida nas presentes circunstancias aos illustrissimos e excellentissimos senhores governadores destes reinos, Lisboa, na Impressam Regia, 1809.

FIELDING, Henry, *Diário de uma viagem a Lisboa*, trad. introd. e notas de João Manuel de Sousa NUNES, Lisboa, Ática, 1992 (ed. or. 1754).

FISHER, Richard Barnard, *A sketch of the city of Lisbon, and its environs with some observations on the manners, disposition, and character of the portuguese nation*, London, J. Ridgway, 1811.

FORJAZ, Francisco, *Os frades julgados no tribunal da razão. Obra posthuma*, Lisboa, na Impressão Regia, 1814.

FORJÓ, José Teotónio Canuto de, *A ventura nacional ou instauração de Portugal*, Lisboa, na Typografia Lacerdina, 1820.

FRANCISCO, Bispo Conde, *Lista de alguns artistas portuguezes: colligida de escriptos e documentos de pelo Excellentissimo e Reverendissimo Senhor*

Bispo Conde, D. Francisco no decurso de suas leituras em Ponte do Lima no anno de 1825, e em Lisboa no anno de 1839, Lisboa, Imprensa Nacional, 1839.

FRANCO, Francisco Soares, *Memoria em que se examina qual seria o estado de Portugal, se por desgraça os francezes o chegassem a dominar*, Lisboa, na Offic. de Antonio Rodrigues Galhardo, 1809.

FRANCO, Francisco Soares, *Reflexões sobre a conducta do Principe Regente de Portugal*, Coimbra, na Real Imprensa da Universidade, 1808.

FREIRE, Francisco José, *Memorias das principaes providencias, que se deraõ no terremoto, que padeceo a Corte de Lisboa no anno de 1755, ordenadas, e offerecidas a Majestade Fidelissima de Elrey D. Joseph I. Nosso Senhor por Amador Patricio de Lisboa*, Lisboa, [s.n.], 1758.

FRONTEIRA, 5.º Marquês de, *Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto ditadas por ele próprio em 1861*, 5 vols., rev. e coord. Ernesto de Campos de ANDRADA, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928-1932.

GAMBOA, Hipólito, *A corcundice explicada magistralmente, ou resolução de dois problemas interessantes a respeito dos corcundas*, Lisboa, na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1822.

GARRETT, Almeida, *Doutrinas de estética literária*, pref. e notas Agostinho da SILVA, 2.ª ed., Lisboa, [s.n.], 1961.

GARRETT, Almeida, *Portugal na balança da Europa; do que tem sido e do que ora lhe convem ser na nova ordem de coisas do mundo civilizado*, Londres, S.W. Sustenance, 1830.

GOMES, Saúl et al., *Notícias e Memórias Paroquiais setecentistas*, 7 vols., Coimbra, Viseu, Centro de História da Sociedade e da Cultura, Palimage Editores, 2005-2009.

GORANI, José, *Portugal. A corte e o país nos anos de 1765 a 1767*, trad., pref. e notas Castelo-Branco CHAVES, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992.

Os governadores do reino á nação portugueza, [Lisboa], na Impressam Regia, 1808.

HAWKWER, Peter, *Journal of a regimental officer during the recent campaign in Portugal and Spain under Lord Viscount Wellington*, London, J. Johnson, 1810.

Honras da Pintura Sculptura e Architectura de J.P. Bellori, trad. pref. e post. Cirilo Volkmar MACHADO, Lisboa, Impressão Regia, 1815.

Illustrations of the literary history of the eighteenth century. Consisting of authentic memoirs na original letters of eminent persons, 8 vols., London, J.B. Nichols and son, 1817, 1818, 1828, 1831, 1848 e 1858.

Jornal dos debates sobre a revolução de Portugal, para a Constituição portugueza, ou o dialogo dos quatros amigos, discutindo entre si, os objectos dignos de attenção, para se formar a mesma Constituição, Lisboa, na Nova Impressão da Viuva Neves e Filhos, 1821.

S. JOSÉ, Joaquim, *Até Roma: uma viagem com devoção, longa e árdua. Diário de Frei Joaquim de S. José em 1750*, estudo e notas Maria Luísa CABRAL, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2011.

KINSEY, William Morgan, *Portugal Illustrated*, London, Treuttel, Würtz, and Richter, 1828.

L. F. C. S., *Voz do verdadeiro patriotismo aos egoístas*, Lisboa, Oficina Nunesiana, 1809.

LE MOS, Francisco, *Relação geral do estado da universidade (1777)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1980.

LINK, Heinrich Friedrich, *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha*, trad., intr. e notas Fernando Clara, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2005 (ed. orig. 1801)

Os livros e as bibliotecas no espólio de D. Frei Manuel do Cenáculo. Repertório de correspondência, róis de livro e doações a bibliotecas, coord. Francisco Vaz, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2009.

MACEDO, José Agostinho de, *Obras ineditas de José Agostinho de Macedo. Cartas e opusculos documentado as memorias para a sua vida intima e successos da historia litteraria e politica do seu tempo*, pref. Teófilo BRAGA, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1900.

MACEDO, José Agostinho de, *Os frades ou reflexões philosophicas sobre as corporações regulares*, Lisboa, na Impressão Regia, Lisboa, 1830.

MACEDO, José Agostinho de, *Carta unica de José de Macedo sobre hum muito pequeno e pobre folheto que se chama – Breves observações sobre os fundamentos do projecto de lei para a extincção da Junta do Exame do estado actual, e melhoramento temporal das ordens regulares*, Lisboa, Impressão Régia, 1828.

MACEDO, José Agostinho de, *Refutação do monstruoso, e revolucionario escripto impresso em Londres intitulado Quem he o legitimo Rei de Portugal? Questão portugueza submetida ao juizo dos homens imparciaes*, Lisboa, na Impressão Regia, 1828.

MACEDO, José Agostinho de, *Sermão do primeiro domingo do Advento, pregado na Santa Igreja Patriarcal a 28 de Novembro de 1824*, Lisboa, na Impressão Regia, 1824.

MACEDO, José Agostinho de, *Tripa por huma vez*, Lisboa, na Officina da Horrora Conspiração, 1823.

MACEDO, José Agostinho de, *Exorcismos, contra periodicos, e outros malefícios*, Lisboa, na Off. da Viuv. de Lino da Silva Godinho, 1821.

MACEDO, José Agostinho de, *Sermão contra o filosofismo do seculo XIX, pregado na Igreja de S. Julião de Lisboa na quinta dominga de Quaresma*, Lisboa, na Impressão Regia, 1811.

MACEDO, José Agostinho de, *Sermão prégado na Real casa de Santo Antonio, na grande festividade que o illustrissimo e excelentissimo Senado da Camera de Lisboa fez pela restauração deste reino a 28 de setembro de 1808*, Lisboa, na Offic. de Antonio Rodrigues Galhardo, 1809.

MACEDO, José Agostinho de, *Contemplação da natureza*, Lisboa, Typographia Chalcographica, Typoplastica, e Litteraria do Arco do Cego, 1801.

MACEDO, José Agostinho de, *Ao feliz successo das armas portuguezas, que auxilião as de Hespanha contra a França*, Lisboa, na Regia Off. Typografica, 1794.

MACEDO, José Agostinho de, *Historia de Portugal composta em inglez por huma sociedade de litteratos, trasladada em vulgar com as addições da versão franceza, e notas do traductor portuguez*, trad. António de Moraes Silva, 3.^a ed. emendada e acrescentada, 4 vols., Lisboa, na Impressão Regia, 1788-1802.

MACEDO, Luís António de Almeida, *Factos memoraveis da historia de Portugal, ou resumo da historia deste paiz, desde a antiguidade até aos nossos dias em o qual se acha a descripção dos costumes, e usos dos habitantes, suas descobertas, seu commercio, suas guerras, e os acontecimentos mais admiráveis que tem passado em todas as epocas*, Lisboa, na Typographia Rollandiana, 1826.

MACHADO, Cirilo Volkmar, *Collecção de memórias relativas às vidas dos pintores, sculptores, architectos e gravadores portuguezes e dos estrangeiros que estiverão em Portugal*, anot. por J. M. Teixeira de CARVALHO, Virgílio CORREIA, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922 (ed. orig. 1823).

MACHADO, Cirilo Volkmar, *Conversações sobre a pintura, escultura e architectura. Escriptas, e dedicadas aos professores, e aos amadores das bellas artes*, 2 vols., Lisboa, na Of. de Simão Thaddeo Ferreira, 1794-1798.

MAGALHÃES, Francisco José, *John Cam Hobhouse e Portugal. Diário de viagem – 1809*, Lisboa, Livros Horizonte, 1993.

*Maçonismo desmascarado, ou manifesto contra os pedreiros lires. Por ****, Lisboa, Impressão Liberal, 1822.

MAIA, Manuel da, [Dissertações], in SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães, *Manuel da Maia e os engenheiros militares portugueses no terramoto de 1755*, Lisboa, Imp. Nacional, 1910.

Manual político do cidadão constitucional, Lisboa, na Nova Impressão da Viuva Neves e Filhos, 1820.

Manuscritos sobre antigüedades de la Real Academia de la Historia, Juan Abascal, Rosario CEBRIÁN (orgs.), Real Academia de la Historia, Madrid, 2006.

MARIA, Francisco do Santíssimo Coração de, *Sermão pregado nas solemnes exequias do Senhor Dom Affonso Henriques*, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1832.

Memoria offerecida aos deputados das Cortes portuguezas de 1821, sobre alguns objectos de reforma, Lisboa, na Imprensa Nacional, 1821.

Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Lisboa, na Typografia da Academia, 1797.

Memorias economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da industria em Portugal, e suas conquistas, 5 ts., Lisboa, na Officina da Academia Real das Sciencias, 1789-1815.

Memórias económicas inéditas (1780-1808), pref. Manuel Jacinto NUNES, introd. e notas José Luís CARDOSO, Lisboa, Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, 1997.

Memorias de litteratura portugueza publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, 8 ts., Lisboa, na Officina da mesma Academia, 1792-1812.

Memorias para as Cortes luzitanas em 1821, que comprehendem corpos regulares d'hum, e d'outro Sexo = Ordens Militares = Corpo Ecclesiastico = Bispos = Abbades = Dizimos = Bullas = Inquizição = Justiça = Tropa = Pensões = Economia = e Policia, Lisboa, na Imprensa Nacional, 1821.

MENDONÇA, Joaquim José Moreira de, *Historia universal dos terremotos que tem havido no mundo de que ha noticia, desde a sua creação até o seculo presente. Com huma narraçam individual do terremoto de 1755*, Lisboa, na Off. Antonio Vicente da Silva, 1758.

MENDONÇA, Luís António Carlos Furtado de, *Oração gratulatoria pela pela restauração do reino de Portugal, recitada na solemnidade, que em acção de graças fez celebrar na capella do paço archiepiscopal o excellentissimo , e reverendissimo Arcebispo Primaz de Braga, e offerecida ao mesmo Ex.mo e reverendissimo senhor*, Coimbra, na Real Imprensa da Universidade, 1808.

MILLIN, Aubin Louis, *Dictionnaire des beaux-arts*, 3 vols., Paris, Imprimerie de Crapelet, 1806-1807.

Monsieur Junot ex-general em chefe dos ex-exercitos francezes em Portugal, e suas províncias, ex-duque d'Abrantes por graça de Deos, ex-protector dos ex-vassallos de S. M. I. e R. em Portugal, e seus futuros dominios, ex-boleirista I. e R. no congresso das damas ex-portuguezas, na Corte, e seus arrabaldes, futuro rei de Comedia no futuro paiz da Nova Carta Geografica de Napoleão, por alcunha o Grande, e ex-guerreiro perdido nas famosas batalhas da Roliça, e Vimeiro, Lisboa, na Impressão Regia, 1809.

MORATO, Francisco Manuel Trigozo de Aragão, *Memórias de Francisco Manuel Trigozo de Aragão Morato começadas a escrever por ele mesmo em princípios de Janeiro de 1824*, rev. e coord. Ernesto de Campos de ANDRADA, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933.

MORATO, Francisco Manuel Trigozo de Aragão, "Elogio historico do excellentissimo e reverendissimo D. Frei Manoel do Cenáculo", in *Historia e memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, na Typografia Academia Real das Sciencias, 1815, t. 4, parte I, pp. LXII-CVII.

MURPHY, James, *Viagens em Portugal*, trad. e pref. Castelo Branco CHAVES, Lisboa, Livros Horizonte, 1998 (ed. orig. 1795).

MURPHY, James, *Arquitectura gótica. Desenhos do Mosteiro da Batalha*, introd. Maria João NETO, Lisboa, Alêtheia, 2008 (ed. orig. 1795).

NEVES, José Acúrcio das, *Obras completas de José Acúrcio das Neves*, 6 vols., introd. António ALMODOVAR, Armando CASTRO, [Porto], Afrontamento, [s.d.].

NICHOLS, John, *Illustrations of the literary history of the eighteenth century: consisting of authentic memoirs and original letters of eminent persons: and intended as a sequel to The literary anecdotes*, vol. VI., London, Printed by and for J. B. Nichols and son, 1831.

NIZA, Paulo Dias de, *Portugal Sacro-Profano ou catalogo alfabetico*, 3 vols., Lisboa, Off. de Miguel Manescal da Costa, 1767-1768.

NORONHA, José Maria de Santa Ana, *Discurso moral, e patriotico, em que por motivos de religião, se mostra que os portuguezes devem ser fieis á Casa de Bragança*, Lisboa, na Impressão Regia, 1811.

NORONHA, José Maria de Santa Ana, *[Pastoral] a todos os Diocesanos...*, Porto, Viuva Alvarez Ribeiro e Filhos, 1828.

Oração académica recitada na salla da Sociedade Patriotica Portuense, no dia 26 de Fevereiro do Corrente anno. Por Fr. Antonio de Santa Barbara,

Professor Regio de Philosophia, e Socio da mesma Sociedade, Porto, na Imprensa do Gandra, 1823.

Oração á memoria do dia 26 de Janeiro de 1821 em que forão instaladas as Cortes Geraes Extraordinarias, e Constituintes da Nação Portuguesa, na Cidade de Lisboa: recitada na salla da Sociedade Patriotica Portuense, plenamente congregada em tão plausivel occasião, pelo Socio F. J. S. B., Porto, na Imprensa do Gandra, 1823.

PALMA, Joaquim Inácio Galvão, *Memorial que tem a honra de fazer subir á Augusta presença de S. M. Fidelissima o Senhor D. João Sexto*, Lisboa, na Imprensa Nacional, 1821.

PALMA, Joaquim Inácio Galvão, *Reflexões sobre o clero secular e regular por um cidadão presbytero e filosofo amigo da religião e da patria*, Lisboa, na Offic. de Antonio Rodrigues Galhardo, 1821.

PALMELA, Duque de, *Memórias do Duque de Palmela*, trans. pref. e ed. Maria de Fátima BONIFÁCIO, Lisboa, Dom Quixote, 2011.

PALMELA, Duque de, *Despachos e correspondência do Duque de Palmella*, com. José Joaquim dos Reis VASCONCELOS, 2 vols., Lisboa, Imprensa Nacional 1851.

Parabolas accrescentadas ao Portugal regenerado, ed. lit. Manuel Borges CARNEIRO, Lisboa, na Impressão Regia, 1820.

PEDEGACHE, Miguel Tibério, *Nova, e fiel relação do terremoto, que experimentou Lisboa, e todo Portugal no 1 de Novembro de 1755. Com algumas observaçoens curiosas, e a explicação das suas causas*, Lisboa, na Officina de Manoel Soares, 1756.

PEREIRA, Luiz Gonzaga, *Monumentos sacros de Lisboa em 1833*, pref. A. Vieira da SILVA, Lisboa, Oficina Gráfica da Biblioteca Nacional, 1927.

PITT, Thomas, *Observações de uma viagem a Portugal e Espanha (1760)*, introd. Maria João NETO, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2006.

POMBAL, Marquês de, *Cartas e outras obras selectas do Marquez de Pombal, Ministro e Secretário d'Esatado d'El-Rei D. Joze I*, 4 vols., Lisboa, na Typ. de Desiderio Marques Leão, 1823-1833.

O Portugal de D. João V visto por três forasteiros, trad. Castelo Branco CHAVES, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983.

Portugal nos Séculos XVII e XVIII. Quatro Testemunhos, Lisboa, Lisóptima, 1989.

Portugal; or, The young travellers: being some account of Lisbon and its environs, and of a tour in the Alemtéjo, in which the customs and manners of the inhabitants, London, Harvey and Darton, 1830.

PRETO, Joaquim Manuel Grosso, *Oração funebre recitada nas exequias que em memoria de Manoel Fernandes Thomaz fez celebrar em paiz protestante huma sociedade de catholicos quando lhe chegou a noticia das honras que lhe fez a Sociedade Patriotica Portuense*, Lisboa, na Officina da Honrosa Conspiração, 1823.

RATTON, Jacome, *Recordações de Jacome Ratton sobre ocorrências do seu tempo em Portugal de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, 4.^a ed., Lisboa, Fenda, 2007.

A razão desagradada e a sem razão confundida. Pelo author da razão, e nada mais, Lisboa, na Imprensa Morandiana, 1821.

Razão, e mais razão em resposta ao folheto a razão, e nada mais, Lisboa, na Imprensa Nacional, 1821.

A razão, e nada mais, Lisboa, na Typ. Morandiana, [c. 1820].

Revolução, e estado actual da França, 7 vols., Lisboa, na Of. de Simão Thaddeo Ferreira, 1793-1806.

REICHARD, Heinrich August Ottokar, *Guide des voyageurs en Portugal et en Espagne*, ed. retouchée, Weimar, Bureau d'Industrie, 1820.

RITA, Joaquim de Santa, *Academia dos humildes, e ignorantes. Dialogo entre hum theologo, hum filosofo, hum ermitao, e hum soldado, no sitio de Nossa Senhora da Consolação*, 8 ts., Lisboa, na Officina de Ignacio Nogueira Xistó, 1760-1770.

RODRIGUES, Ricardo António, *Á retirada do Marechal Beresford. Dialogo entre os dois amigos, Pedro e André*, Lisboa, Officina de J. B. Morando, [18--].

ROQUETE, José de Nossa Senhora do Cabo, *Oração gratularia pelas melhoras e feliz restabelecimento de Sua Magestade Elrei nosso Senhor, o Senhor D. Miguel I, recitada em a solemne Acção de Graças que endereçou ao Todo Poderoso em o dia 11 de Janeiro de 1829 a religiosa comunidade de S. Francisco de Xabregas*, Lisboa na Impressão Regia, 1829.

RUDERS, Carl Israel, *Viagem em Portugal, 1798-1802*, 2 vols., trads. António Feijó e Inga Gullander, pref. e notas Castelo Branco CHAVES, notas Duarte Ivo CRUZ, Manuel Ivo CRUZ, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2002.

SACRAMENTO, António do, *Memorias curiosas em que, por estes annos de 1778, se acham as principaes cousas da corte de Lisboa*, ed. lit. A. Vieira da Silva, Lisboa, Of. do Tombo Histórico, 1929 (ed. orig. 1778).

SANTANA, Francisco, *Documentos do cartório da Junta do Comércio respeitantes a Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1976.

SANTOS, José Clemente dos, *Documentos para a historia das cortes geraes da nação portugueza*, 8 vols., Lisboa, Imp. Nacional, 1883-1884.

SÃO BOAVENTURA, Fortunato de, *A todos os fieis do nosso arcebispado saúde e paz*, Lisboa, na Impressão Regia, 1833.

SÃO BOAVENTURA, Fortunato de, *Instrução pastoral do Arcebispo de Evora aos seus diocesanos sobre a obediencia que devem ao mui alto e poderoso Senhor Dom Miguel primeiro*, Lisboa, na Impressão Regia, 1832.

SÃO BOAVENTURA, Fortunato de, *Saudação Pastoral do Arcebispo de Evora aos seus diocesanos*, Lisboa, na Impressão Regia, 1832.

SÃO BOAVENTURA, Fortunato de, *A religião offendida pelos seus chamados protectores*, Coimbra, na Real Imprensa da Universidade, 1809.

O saque de Evora pelos franceses em 1808 – Textos históricos, introd. Francisco António Lourenço VAZ, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2008.

SARAIVA, Cardeal, *Obras completas do Cardeal Saraiva (D. Francisco de S. Luiz)*, introd. Marquês de RESENDE, ed. lit. António Correia CALDEIRA, 10 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1872-1883.

SARAIVA, Cardeal, “Glossario das palavras e frases da lingua franceza, que por descuido, ignorancia, ou necessidade se tem introduzido na locução portugueza moderna; com o juizo critico das que são adaptaveis nella”, in *Historia e memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, t. 4, parte II, Lisboa, na Typografia da mesma Academia, 1816.

SERRA, José Correia da, *Itinerários histórico-naturais*, introd. e coord. Ana SIMÕES, Ana CARNEIRO e Maria Paula DIOGO, pref. José Pina MARTINS, Porto, Porto Editora, 2003.

SHERER, Moyle, *Recollections of the Peninsula*, second edition, London, Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown and Green, 1824.

SILVA, António de Moraes, *Diccionario da lingua portugueza recopilado de todos os impressos até ao presente*, 3.^a ed. mais correcta e accrescentada, 2 vols., Lisboa, Typ. de M. P. de Lacerda, 1823.

SILVA, António de Moraes, *Diccionario da lingua portugueza recopilado dos vocabulário impressos até agora*, 2.^a ed. novamente emendado e muito accrescentado, 2 vols., Lisboa, Typ. Lacerdina, 1813.

SILVA, António de Moraes; VELHO, Teotónio José de Oliveira, *Diccionario da língua portugueza*, 4.^a ed. reformada, emendada, e muito acrescentada pelo mesmo autor: posta em ordem, correcta e enriquecida de grande número de artigos novos e dos sinónimos, s vols., Lisboa, na Impressão Regia, 1831.

[SILVA, Joaquim Possidónio Narciso], *O que foi e é architectura e o que aprendem os architectos fora de Portugal*, Lisboa, 1833.

SILVA, João da, *Oração gratulatoria pela feliz restauração do reino de Portugal, recitada na solemne acção de graças, que se celebrou na igreja das religiosas do Convento do Salvador*, Lisboa, na Impressão Regia, 1809.

SILVA, Luís Duarte Vilela da, *Observações criticas sobre alguns artigos do ensaio estatístico do reino de Portugal e Algarves publicado em Paris por Adriano Balbi*, Lisboa, na Impressão Regia, 1828.

SOARES, Franquelim Neiva, *Visitações e inquéritos paroquiais da Comarca da Torre de Moncorvo de 1775-1845*, Braga, [s.n.], 1981.

SOUSA, Elesiário António de, *O Braz Corcunda, e o verdadeiro constitucional*, Lisboa, na Imprensa Nacional, 1821.

Triste e alegre cidade de Évora. Testemunho de um anónimo do século XVIII, estudo e trans. Teresa FONSECA, Évora, Câmara Municipal de Évora, 2001.

VASCONCELOS, Inácio da Piedade, *Artefactos symmetriacos, e geométricos, advertidos, e descobertos pela industriosa perfeição das artes*, Lisboa, Joseph Antonio da Sylva, 1733.

Viajantes espanhoes em Portugal: textos do século XVIII, publ. e pref. Fidelino FIGUEIREDO, Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras 84, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1947.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa, *Elucidario das palavras, termos, e frases, que em Portugal se usarão, e que hoje regularmente se ignorão: obra indispensavel para entender sem erro os documentos mais raros, e preciosos*

que entre nós se conservão, 2 vols., Lisboa, na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1798-1799.

WINCKELMANN, Johann Joachim, *The history of ancient art among the greeks*, London, John Chapman, 1850 (ed. orig. 1764).

2.4. Atas e legislação

Actas da Câmara dos Pares do Reino de Portugal, Lisboa, na Imprensa Nacional, 1826-1834.

Collecção dos decretos, e ordens de S. Magestade, e dos breves pontifícios pertencentes á Junta do Exame do Estado Actual, e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares: mandada imprimir, e publicar na conformidade das reaes ordens da mesma senhora, Lisboa, na Regia Officina Typografica, 1794.

Collecção dos documentos, estatutos, e memorias da Academia Real da Historia Portugueza, 16 vols., Lisboa, na Officina de Pascoal da Sylva, 1721-1736.

Collecção de decretos e regulamentos mandados publicar por Sua Magestade Imperial desde a sua entrada em Lisboa até à instalação das Câmaras Legislativas, Terceira Série, Lisboa, Imprensa Nacional, 1840.

Collecção de decretos e regulamentos mandados publicar por Sua Magestade Imperial desde que assumiu a regencia em 3 de Março de 1832 até á sua entrada em Lisboa em 28 de Julho de 1835, Segunda Série, Lisboa, Imprensa Nacional, 1840.

Collecção de decretos e regulamentos publicados durante o Governo da Regencia do Reino estabelecida na Ilha Terceira. Desde 15 de Junho de 1829 até 28 de Fevereiro de 1832, 2.^a ed. aum., Lisboa, Imprensa Nacional, 1836.

Collecção dos decretos, resoluções e ordens das Côrtes Geraes, Extraordinarias e Constituintes da Nação Portuguesa; desde a sua installação em 26 de Janeiro de 1821, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1822.

Collecção de legislação das Cortes de 1821 a 1823, Lisboa, Imprensa Nacional, 1843.

Collecção da legislação portugueza desde a ultima compilação das ordenações, vols. I-VIII, red. António Delgado da Silva, Lisboa, na Typografia Maignense, 1830-1837.

Collecção de todas as leis, alvarás, decretos etc. impressos na regia officina tipográfica, Folhetos I a XI, Lisboa, Imprensa Nacional, 1845.

Diario da Camara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, Lisboa, Impressão Regia, 1822-1834.

Diario das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1821-1822.

Diario do Governo, Lisboa, na Imprensa Nacional, 1820-1823.

2.5. Periódicos

Almanach, Lisboa, na Officina da Academia Real das Sciencias, 1786-1807.

Almanach de Lisboa para o anno de..., Lisboa, na Officina Patriarcal, 1782-1822.

O amigo do povo, red. pelos irmãos PASSOS, Coimbra, na Typ. Nova, 1823.

Borbolêta constitucional, red. João Nogueira GANDRA, Porto, Imprensa do Gandra, 1821-1828.

BORGES, José Ferreira; GARRETT, Almeida; MIDOSI, Paulo, *O chaveco liberal*, Londres, Impresso por R. Greenlaw, 1829.

CARVALHO, José Liberato Freire de, *O campeão portuguez, ou o amigo do rei e do povo. Jornal político, publicado todos os quinze dias para advogar a causa e interesses de Portugal*, Londres, L. Thompson, 1819-1822.

CAVROÉ, Pedro Alexandre, *Jornal de Bellas Artes, ou Mnémossine Lusitana*, Lisboa, na Impressão Regia, 1816-1817.

Censor provinciano, periodico semanario de philosophia, politica e literatura, red. José Pinto Rebelo de CARVALHO, Coimbra, na Imprensa da Universidade, 1822-1823.

O cidadão literato, periodico de politica e literatura, coord. José Pinto Rebelo de CARVALHO, Manuel Ferreira de Seabra, António Luís de Seabra, Lisboa, na Nova Impressão da Viuva Neves e Filhos, 1821.

CONSTÂNCIO, Francisco Solano, *O observador lusitano em Pariz, ou collecção literaria, politica e commercial*, Paris, P. N. Rougeron, 1815.

COSTA, Hipólito José da, *Correio braziliense*, Londres, W. Lewis, 1808-1822.

COSTA, José Daniel Rodrigues da, *O avô dos periodicos*, Lisboa, na Impressão Regia, 1826.

Diario lisbonense, Lisboa, na Impressão Regia, 1809-1813.

Gazeta de Lisboa, ns. 1-172, Lisboa, na Officina de Pascoal da Sylva, 1715-1833.

O investigador portuguez em Inglaterra ou jornal literario, politico, &c., [ed. lit. Bernardo José Abrantes e CASTRO, Vicente Pedro Nolasco da CUNHA, José Liberato Freire de CARVALHO], Londres, impresso por T. C. Hansard, 1811-1819.

Jornal de Coimbra, red. José Feliciano de CASTILHO *et al.*, Lisboa, na Impressão Regia, 1812-1820.

Jornal encyclopedico dedicado à Rainha N. Senhora, e destinado para instrução geral com a notícia dos novos descobrimentos em todas as Sciencias, e artes, Lisboa, na Typografia Morazziana, 1789.

Jornal encyclopedico ou diário universal das sciencias e das artes, Lisboa, na Typografia Lacerdina, 1806.

LIMA, Francisco Bernardo de, *Gazeta literaria ou noticia exacta dos principaes escriptos, que modernamente se vão publicando na Europa*, Porto, na Officina de Francisco Mendes de Lima, 1761-1762.

MACEDO, José Agostinho de, *A besta de esfolada*, Lisboa, na Typ. de Bulhões, 1828-1831.

MACEDO, José Agostinho de, *O desengano. Periodico politico, e moral*, Lisboa, na Impressão Regia, 1830-1831.

Mercurio historico, politico e litterario de Lisboa, Lisboa, na Of. de Simão Thaddeu Ferreira, 1794-1797.

Mercurio lusitano, red. Teodoro José Biancardi, Lisboa, na Impressão Regia, 1812-1815.

Minerva constitucional, dir. José Joaquim de Almeida Moura COUTINHO, Coimbra, [s.n.], 1823.

Minerva lusitana, red. José Bernardo de Vasconcelos Corte REAL, Joaquim Navarro de ALMEIDA, Luís do Coração de MARIA, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1808-1811.

PATO, Nuno Álvares Pereira, *O portuguez constitucional*, Lisboa, na Typographia Rollandiana, 1820-1821.

O patriota, Lisboa, na Nova Impressão da Viuva Neves, 1820-1821.

O publicola, red. José Joaquim de Almeida Moura COUTINHO, Coimbra, na Typographia Nova, 1823.

SÃO BOAVENTURA, Fortunato de, *O punhal dos corcundas*, Lisboa, na Officina da Horrorosa Conspiração, 1823-1824.

SÃO BOAVENTURA, Fortunato de, *Archivos da religião christã ou jornal especialmente destinado á instrucção religiosa e moral, e a combater o erro e a impiedade*, 2 vols., Coimbra, na Imprensa Christã, 1823-1824.

O toucador. Periódico sem política, red. Almeida GARRETT, Luís Francisco MIDOSI, pref. Fernando de Castro Pires de LIMA, 2.^a ed., Lisboa, Portugália Editora, 1957 (ed. orig. 1822).

A trombeta luzitania, red. Manuel Joaquim da Rosa e SILVA, Lisboa, Typographia Patriotica, 1822-1823.

3. Fontes iconográficas

Colecção de Desenhos Avulsos do Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas Transportes e Comércio.

KOZÁK, Jan; MOREIRA, Victor S., *Iconografia do terramoto de Lisboa de 1755*, Praha, Instituto de Geofísica da Academia de Ciências da República Checa, 2006.

Lisboa na 2.^a metade do século XVIII: plantas e descrição das suas freguesias. Recolha e índices, compil. e pref. Francisco SANTANA, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, [1976].

Lisboa pombalina. Estampas. Cartulário pombalino, Lisboa, Arquivo Municipal de Lisboa, 1992.

MACHADO, Cirilo Volkmar, 17 desenhos alegóricos, satíricos e panfletários anti-napoleónicos, a aguadas de tinta da china e guache branco, c.22x30 cm, [entre 1807 e 1809?].

PEDEGACHE, Miguel Tibério, *Colleção de algumas ruínas de Lisboa causadas pelo terremoto e pelo fogo do primeiro de Novemb.ro do anno de*

1755 debuxadas na mesma cidade por MM. Paris et Pedegache e abertas ao buril em Paris por Jac. Ph. Le Bas = Recueil des plus belles ruines de Lisbonne causées par le tremblement et par le feu du premier Novembre 1755, dessiné sur les lieux par MM. Paris et Pedegache et gravé à Paris par Jac. Ph. Le Bas, Paris, 1757.

II. BIBLIOGRAFIA

1. Obras de referência

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, nova ed. preparada e dirigida por Damião PERES, 4 vols., Porto, Livraria Civilização – Editora, 1968-1971.

Catálogo de manuscritos, 2 vols., Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa, 1978.

Dicionário da arte barroca em Portugal, dir. José Fernandes PEREIRA, Paulo PEREIRA, Presença, Lisboa, 1989.

Dicionário biográfico parlamentar 1834-1910, dir. Maria Filomena MÓNICA, 3 vols., Lisboa, Assembleia da República e Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2004-2006.

Dicionário da história de Lisboa, dir. Francisco SANTANA e Eduardo SUCENA, Lisboa, [s.n.], 1994.

Dicionário de história de Portugal, dir. Joel SERRÃO, 9 vols., Porto, Figueirinhas, 1981.

Dicionário de história religiosa de Portugal, dir. Carlos Moreira AZEVEDO, 4 vols., [Lisboa], Círculo de Leitores, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2000-2001.

Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo (1820-1823 e 1826-1828), dir. Zília Osório de CASTRO, coord. Isabel CLUNY, Sara Marques PEREIRA, 2 vols., Lisboa, Assembleia da República, Afrontamento, 2002.

Dictionnaire européen des Lumières, dir. Michel DELON, Paris, Presses Universitaires de France, 1997.

FRANÇA, José-Augusto, *História da arte em Portugal. O pombalino e o romantismo*, Barcarena, Presença, 2004.

História da arte em Portugal, vols. III-X, Lisboa, Publicações Alfa, 1986-1988.

História da arte em Portugal, vols. I-V, Lisboa, Presença, 2001-2004.

História da arte portuguesa, dir. Paulo PEREIRA, 3 vols., [Lisboa], Temas e Debates, 1995.

História da literatura portuguesa, vols. III e IV, Mem Martins, Lisboa, Publicações Alfa, 2002 e 2003.

História de Portugal, dir. José MATTOSO, vol. IV, *O Antigo Regime (1620-1807)*, coord. António Manuel HESPANHA, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias, dir. João MEDINA, vols. 7 e 8, Amadora, Clube Internacional do Livro, 1995.

História do pensamento filosófico português, vol. III, *As luzes*, dir. Pedro CALAFATE, Lisboa, Caminho, 2001.

História religiosa de Portugal, vol. II, *Humanismos e Reformas*, dir. Carlos Moreira de AZEVEDO, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2000.

Inventário dos manuscritos (secção XIII). Collecção Pombalina, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1889.

LOPES, Óscar; SARAIVA, António J., *História da literatura portuguesa*, 17.^a ed. corrigida e act., Porto, Porto Editora, 2001.

Nova História de Portugal, dir. Joel SERRÃO, A. H. Oliveira MARQUES, 12 vols., Lisboa, Presença, 1990-1992.

PIRAZZOLI, Nullo, *Teorie e storia del restauro*, Ravenna, Edizioni Esseggi, 1994.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, 18 vols., Lisboa, Editorial Verbo, 1977-2010.

VITERBO, Sousa, *Diccionario historico e documental dos architectos, engenheiros e constructores portuguezes ou a serviço de Portugal*, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1899-1922.

2. Estudos

ABASCAL, Juan Manuel; CABRIÁN, Rosario, *Los viajes de José Cornide por España y Portugal de 1754 a 1801*, Madrid, Real Academia de la Historia, 2009.

ABREU, Laurinda, “O Terramoto de 1755 e o breve do papa Bento XIV (1760)”, in *O Terramoto de 1755. Impactos históricos*, org. Ana Cristina Araújo *et al.*, Lisboa, Livros Horizonte, col. Cidade de Lisboa, 46, 2007, pp. 237-246.

ABREU, Laurinda, “Um parecer da Junta do Exame do Estado Actual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares nas vésperas do decreto de 30 de Maio de 1834”, in *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, vol. I, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 117-130.

ABREU, Pedro Marques de, *Palácios da Memória. Percurso crítico sobre o restauro da arquitectura*, policopiado, dissertação de mestrado em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 1996.

Actas do II Congresso Internacional do Barroco, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003.

AIRES, Cristóvão, *Para a história da Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa, Imprensa da Universidade, 1927.

AIRES, Cristóvão, *Manuel da Maia e os engenheiros militares portugueses no terramoto de 1755*, Lisboa, Imp. Nacional, 1910.

ALARCÃO, Jorge; DELGADO, Manuela, *Catálogo do gabinete de numismática e antiguidades. 1.ª Parte. Antiguidades ibéricas e romanas*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1969.

Alcipe e a sua época, coord. José Esteves PEREIRA, Maria Leonor Machado de SOUSA, Marion EHRARDT, Edições Colibri, Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, col. Fronteira: cadernos culturais da Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2003.

Alcipe e as luzes, coord. Aníbal Pinto de CASTRO, José Esteves PEREIRA, Maria Manuela DELILLE, Teresa Sousa de ALMEIDA, Lisboa, Colibri, Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, col. Fronteira: cadernos culturais da Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, n.º 1, 2003.

D'ALCOCHETE, Nuno Daupias, *Humanismo e diplomacia. Correspondência literária de Francisco José Maria de Brito com D. Frei Manuel do Cenáculo (1789-1804)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1976.

ALMEIDA, Luís Ferrand de, "Alguns documentos para a História da Arqueologia em Portugal", in *Conimbriga*, n.º 4, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

ALVES, Alice Nogueira, *Ramalho Ortigão e o culto dos monumentos nacionais no século XIX*, policopiado, dissertação de doutoramento em História da Arte, Património e Teoria do Restauro, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2009.

ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira, “A fachada da Igreja de São Pedro de Vila Real (1728-1730)”, in *Actas do II Congresso Internacional do Barroco*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, pp. 269-280.

ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira, *O Convento de Santo António da Cidade e a arquitectura no Porto na segunda metade do séc. XVIII*, Sep. *Biblioteca Portucalensis*, 2.^a série, n.º 7, Porto, 1992, pp. 65-106.

ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira, *O Porto na época dos Almadás*, 2 vols., [s.n.], Porto, 1988.

ALVES, José Augusto dos Santos, *A opinião pública em Portugal nos finais do século XVIII e princípios do século XIX*, 2 vols., policopiado, dissertação de doutoramento em História das Ideias Políticas, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1998.

ALVES, José da Felicidade, *O Mosteiro dos Jerónimos*, 2 vols., Lisboa, Livros Horizonte, col. Cidade de Lisboa, 1989.

ANACLETO, Maria Regina Dias Baptista Teixeira, “O arquitecto José do Couto em terras da Beira”, in *Actas do II Congresso Internacional do Barroco*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, pp. 651-661.

ANACLETO, Maria Regina Dias Baptista Teixeira, *A arquitectura neomedieval portuguesa*, 2 vols., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1997.

ANASTÁCIO, Vanda, “Pensar para além das etiquetas”, in *Revista Convergência Lusíada*, n.º 24, 3.º Colóquio do PPRLB – *Entre iluminados e românticos*, Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro – Centro de Estudos, 2007, pp. 17-24.

ANDRADE, António Alberto Banha de, *Contributos para a história da mentalidade pedagógica portuguesa*, [Lisboa], Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982.

ANDRADE, António Alberto Banha de, *Vernei e a cultura do seu tempo*, Coimbra, Universidade Coimbra, 1965.

L'anticomanie. La collection d'antiquités aux 18e 19e siècles, ed. Annie-France LAURENS e Krysztof POMIAN, Paris, Éditions de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1992.

Aprendizes de Feiticeiro – Investigações de Doutoramento dos Cursos do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, Edições Colibri, 2009.

ARAÚJO, Agostinho Rui Marques, “O restauro de painéis e a actividade de alguns pintores italianos em Portugal (ca. 1710-1860)”, in *Nel mezzo del cammino. Actas da jornada de estudos italianos em honra de Giuseppe Mea*, Porto, Sombra pela Cintura, 2009, pp. 11-63.

ARAÚJO, Agostinho Rui Marques, “Olhar o património do Porto: uma empresa liberal”, in *Actas do II Congresso Internacional do Barroco*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, pp. 23-32.

ARAÚJO, Agostinho Rui Marques de, *Experiências da natureza e sensibilidade pré-romântica em Portugal. Temas de pintura e seu consumo (1780-1825)*, 2 vols., policopiado, dissertação de doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991.

ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de, *O terramoto de 1755: Lisboa e a Europa*, [Lisboa], Clube do Coleccionador dos Correios, 2005.

ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de, *A cultura das luzes em Portugal. Temas e problemas*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003.

ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de, “Modalidades de leitura das luzes no tempo de Pombal”, in *Revista de História*, vol. X, Porto, Centro de História da Universidade, 1990, pp. 105-127.

ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de, “Ruína e morte em Portugal no século XVIII: a propósito do terramoto de 1755”, in *Revista História das Ideias*, 9, Coimbra, Faculdade de Letras, 1987, pp. 327-365.

ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de, “Revoltas e ideologias em conflito durante as invasões francesas”, in *Revista História das Ideias*, 7, Coimbra, Faculdade de Letras, 1985.

ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de, “Cosmopolitisme et diffusion des lumières au Portugal au dix-huitième siècle”, in *Philosophy: its expansion into society*, [s.l.], [s.n.], [s.d.].

ARGAN, Giulio Carlo, *História da arte como história da cidade*, 5.^a ed., São Paulo, Ed. Martins Fontes, 2005 (ed. orig. 1983).

The art of art history: a critical anthology, ed. Donald PREZIOSI, New York, Oxford University Press, col. Oxford History of Art, 1998.

A arte em Portugal no século XVIII: congresso internacional de estudos de homenagem a André Soares, Braga, Of. Gráf. da Livr. Cruz, [1973].

Articulating british classicism: new approaches to eighteenth-century architecture, ed. Barbara ARCISZEWSKA, Elizabeth McKELLAR, Aldershot, Ashgate, 2004.

ATANÁZIO, Mendes, “O restauro dos monumentos depois da Revolução Francesa”, in *Lusíada. Revista de Ciência e de Cultura. Série de História*, n.º 2, Cooperativa de Ensino Universidade Lusíada, Abril 1992, pp. 207-215.

A.V.M., “Maldonado, João Vicente Pimental Pereira (1773-1838)”, in *Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*, vol. II, Lisboa, Assembleia da República, Afrontamento, 2002, pp. 84-90.

A.V.M., “Melo, Luís da Cunha de Abreu e – Bispo de Beja (1758-1833)”, in *Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*, vol. II, Lisboa, Assembleia da República, Afrontamento, 2002, pp. 140-149.

AYRES, James, *Building the georgian city*, London, Yale University Press for the Paul Mellon Centre for Studies in British Art, 1998.

AZEVEDO, J. Lúcio de, *O Marquês de Pombal e a sua época*, 2.^a ed., Lisboa, Clássica Editora, 1990.

AZEVEDO, Pedro de, *Geoffroy de Saint-Hilaire em Lisboa*, Sep. *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, Classe de Letras, 14, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921.

BAIÃO, António, *A infância da Academia (1788-1794)*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1934.

BARATA, Maria do Rosário Themudo, "The lisbon earthquake of november 1st, 1755: an historical overview of its approach", in *The 1755 lisbon earthquake: revisited*, Springer, [s.l.], 2009, pp.25-42.

BARATA, Maria do Rosário Themudo *et al.*, *Sismicidade de Portugal: estudo da documentação dos séculos XVII e XVIII*, 2 vols., Lisboa, Ministério do Planeamento e da Administração do Território, 1988.

BATISTA, António Jorge Rodrigues, *O Palácio de Seteais e o gosto aristocrático na transição de duas centúrias – 1787/1802. Um projecto romântico de vanguarda para um espaço de excelência*, 2 vols., policopiado, dissertação de mestrado em História da Arte, Património e Teoria do Restauro, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2009.

BECQ, Annie, "Artiste", in *Dictionnaire européen des Lumières*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997, pp. 109-111.

BEER, E. S. de, "Gothic: origin and diffusion of the term; the idea of style in architecture", in *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, vol. XI, 1948, pp. 143-162.

BELO, André, "A *Gazeta de Lisboa* e o terramoto de 1755: a margem do não escrito", in *Análise Social*, n.º 151-153, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2000, pp. 619-637.

BERLAND, Kevin, "Review: a city endlessly rewritten: some versions and appropriations of Rome in the long eighteenth-century", in *Eighteenth-Century Studies*, vol. XXXIV, n.º 2, *Antiquarians, Connoisseurs, and Collectors*, Winter 2001, pp.287-289.

BERNARDINO, Teresa, *Sociedade e atitudes mentais em Portugal (1777-1810)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.

"A Biblia dos Jeronimos", in *Archivo pittoresco. Semanario ilustrado*, t. 1, Lisboa, Typographia Castro, Irmão & C.^a, 1858, pp. 393-395.

BOASE, T. S. R., "An Oxford college and the gothic revival", in *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, vol. XVIII, n.º 3/4, 1955, pp. 145-188.

BONIFÁCIO, Horácio Manuel Pereira, *Polivalência e contradição: tradição seiscentista: o barroco e a inclusão de sistemas ecléticos no século XVIII. A segunda geração de architectos*, policopiado, dissertação de doutoramento em Arquitetura na especialidade de História da Arquitetura, Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, 1990.

BORGES, Emília Salvado, *O Concelho de Cuba nas Memórias Paroquiais de 1758*, Lisboa, Edições Colibri, 1994.

BORRALHO, Maria Luísa Malato, "Porque é que a história esqueceu a literatura portuguesa do século XVIII", in *Actas do Colóquio Internacional Literatura e História*, vol. I, Porto, 2004, pp. 63-83.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drummond Braga, *Cultura, religião e quotidiano. Portugal (século XVIII)*, Lisboa, Hugin, 2005.

BRAGA, Teófilo, *Historia da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução publica portugueza*, vols. III e IV, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1898 e 1902.

BRANCO, Fernando Castelo, *Os livros de viagens em Portugal no século XVIII e a sua projecção europeia*, 2.^a ed., Lisboa, Instituto Cultura e Língua Portuguesa, 1987.

BRANCO, Fernando Castelo, “Significado cultural das academias de Lisboa no século XVIII”, in *Portugaliae Historica*, vol. I, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1973, pp. 175-201.

BRANCO, Fernando Castelo, “O poeta Le Brun e o terramoto de 1755”, in *Revista Municipal*, Lisboa, [s.n.], 1956.

BRANDÃO, Domingos de Pinho, “Nicolau Nasoni e a reconstrução da Catedral de Lamego”, in *Beira Alta*, n.º 36, Viseu, Junta Distrital de Viseu, 1977, pp. 171-200.

BRIGOLA, João Carlos Pires, *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*, [Lisboa], Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003.

BUKDAHL, Else Marie, “Baroque”, in *Dictionnaire européen des Lumières*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997, pp. 146-151.

CAEIRO, Francisco da Gama, *Concepções da historiografia setecentista na obra de Frei Manuel do Cenáculo*, Lisboa, [s.n.], 1977.

CAEIRO, Francisco da Gama, *Frei Manuel do Cenáculo. Aspectos da sua actuação filosófica*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1959.

CAETANO, Joaquim Oliveira, “Os projectos do arquitecto Joaquim de Oliveira para as bibliotecas-museu de frei Manuel do Cenáculo”, in *Revista de História da Arte*, n.º 8, Lisboa, Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011, pp. 49-69.

No cais do Império. O reino na ausência da corte (1807-1821), catálogo policopiado da exposição bibliográfica, org. José Brissos e Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2007.

CALADO, Margarida, “As transformações na Quinta de Belas, no final do século XVIII, e as origens do romantismo em Portugal”, in *Alcipe e a sua época*, Lisboa, Edições Colibri, Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2003, pp. 179-193.

CALAFATE, Pedro, *A ideia de natureza no século XVIII em Portugal (1740-1800)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994.

CALDAS, António José Ferreira, *Guimarães. Apontamentos para a sua história*, 2 vols., Porto, Typographia de A.J. da Silva Teixeira, 1882.

CALDAS, João Vieira, *A casa rural dos arredores de Lisboa no século XVIII*, apres. José Eduardo Horta CORREIA, 2.^a ed., Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1999.

CAPELA, José Viriato *et al.*, *As freguesias do Distrito de Viseu nas Memórias paroquiais de 1758. Memórias, história e património*, Braga, [s.n.], 2010.

CAPELA, José Viriato *et al.*, *As freguesias do Distrito do Porto nas Memórias paroquiais de 1758. Memórias, história e património*, Braga, [s.n.], 2009.

CAPELA, José Viriato *et al.*, *As freguesias do Distrito de Bragança nas Memórias paroquiais de 1758. Memórias, história e património*, Braga, [s.n.], 2007.

CAPELA, José Viriato *et al.*, *As freguesias do Distrito de Vila Real nas Memórias paroquiais de 1758. Memórias, história e património*, Braga, [s.n.], 2006.

CAPELA, José Viriato, “A descrição histórico-geográfica de Portugal. A construção do paradigma da descrição local no século XVII”, *in* José Anastácio da Cunha, vol. II, Braga, Universidade do Minho, Arquivo Distrital de Braga, 2006, pp. 3-27.

CAPELA, José Viriato, *As freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias paroquiais de 1758. Alto Minho: memória, história e património*, Braga, Universidade do Minho, Casa Museu de Monção, 2005.

CAPELA, José Viriato, “Autores e obras de referências nas *Memórias paroquiais de 1758* do Distrito de Braga. (Elementos para o estudo da cultura eclesiástica portuguesa)”, *in* *Estudos em Homenagem a Luís António de*

Oliveira Ramos, vol. I, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 341-352.

CAPELA, José Viriato, *As freguesias do Distrito de Braga nas Memórias paroquiais de 1758. A construção do imaginário minhoto setecentista*, Braga, [s.n.], 2003.

CAPITEL, Antón, *Metamorfosis de monuments y teorías de la restauración*, Madrid, Alianza Editorial, col. Alianza Forma, 1988.

CARROMEU, Francisco, “O romantismo político do padre Marcos (1820-1851)”, in *Lusitana Sacra*, 2.^a série, 19-20, 2007-2008, pp. 15-40.

CARVALHO, Augusto da Silva, “A vinda de Geofroy de Saint-Hilaire a Lisboa”, in *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. II, 1930, pp. 900-903.

CARVALHO, Aires de, *Os três arquitectos da Ajuda: do “rocaille” ao neoclássico: Manuel Caetano de Sousa, 1742-1802: José da Costa e Silva, 1747-1819: Francisco Xavier Fabri, 1761-1817*, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1979.

CARVALHO, Alberto Martins de, “Liberais, Guerras”, in *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, Porto, Figueirinhas, 1981, pp. 505-508.

CARVALHO, Maria Amália Vaz de, *Vida do Duque de Palmella D. Pedro de Souza e Holstein*, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1898.

CARVALHO, Rómulo de, *D. João Carlos de Bragança, 2.º duque de Lafões: fundador da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1987.

CARVALHO, Rómulo de, *A actividade pedagógica da Academia das Ciências de Lisboa nos séculos XVIII e XIX*, Lisboa, Academia das Ciências, 1981.

CARVALHO, Rómulo de, “Serra, José Correia da”, in *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, Porto, Figueirinhas, 1981, pp. 539-540.

CARVALHO, Rómulo de, “As interpretações dadas, na época, às causas do terramoto de 1 de Novembro de 1755”, in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Ciências*, t. 28, pp. 179-205.

Cascais em 1755. Do terramoto à reconstrução, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 2005.

CASTILHO, Júlio, *A Ribeira de Lisboa. Descrição histórica da margem do Tejo desde a Madre-de-Deus até Santos-o-Velho*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893.

CASELLA, Gabriella Maria, *A relação com as preexistências românicas (1564-1700). Contributos para a história do restauro arquitectónico em Portugal*, 2 vols., policopiado, dissertação de doutoramento em História da Arte, Património e Teoria do Restauro, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2004.

CASSIRER, Ernst, *La philosophie des lumières*, [Paris], Fayard, 1983.

CASTILHO, Júlio de, *Lisboa antiga*, 7 vols., Lisboa, Liv. de A. M. Pereira, 1879-1890.

CASTRO, Zília Osório de, “Carneiro, Manuel Borges (1774-1833)”, in *Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*, vol. I, Lisboa, Assembleia da República, Afrontamento, 2002, pp. 366-395.

CASTRO, Zília Osório de, “Castelo Branco, João Maria Soares de (1767-1831)”, in *Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*, vol. I, Lisboa, Assembleia da República, Afrontamento, 2002, pp. 434-455.

CASTRO, Zília Osório de, “Silva, Luís António Rebelo da (1781-1849)”, in *Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*, vol. II, Lisboa, Assembleia da República, Afrontamento, 2002, pp. 673-688.

CASTRO, Zília Osório de, *Cultura e Política. Manuel Borges Carneiro e o Vintismo*, 2 vols., Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.

CASTRO, Zília Osório de, “Constitucionalismo Vintista. Antecedentes e pressupostos”, Sep. *Cultura, História e Filosofia*, Lisboa, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1986, pp. 597-651.

Catálogo da colecção de quadros, estampas, moveis, esculturas, adornos e outros objectos de arte do Palácio do Senhor Marquez de Pombal em Oeiras, org. Filipe Diogo Victor dos REIS, Lisboa, Império, 1939.

Catalogo das obras referentes á Guerra da Peninsula, coord. Cardozo de BETHENCOURT, Lisboa, Typographia da Academia das Sciencias de Lisboa, 1910.

Catástrofe, memória e arte: 1755 / Colóquio ACT 14, org. Helena Carvalhão BUESCO *et al.*, Lisboa, Colibri, Centro de Estudos Comparatistas, 2006.

CHANTAL, Suzanne, *A vida quotidiana em Portugal ao tempo do terramoto*, Lisboa, Livros do Brasil, [s.d.].

CHARTIER, Roger, *A História Cultural entre práticas e representações*, Lisboa, Difel, 1988.

CHASTEL, André, “La notion de patrimoine”, in *Les lieux de mémoire*, vol. II, *II. La Nation*, [Paris], Gallimard, col. Bibliothèque illustrée des histoires, 1986, pp. 405-450.

CHAUNU, Pierre, *A civilização da Europa das luzes*, 2.^a ed., 2 vols., Lisboa, Estampa, col. Nova história, ns. 22 e 23, 1995.

CHAVES, Castelo Branco, *Os livros de viagem em Portugal e a sua projecção europeia*, 2.^a ed., Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.

CHESSEX, Pierre, “Grand Tour”, in *Dictionnaire européen des Lumières*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997, pp. 518-521.

CHIMOT, Jean-Philippe, “Néo-classicisme”, in *Dictionnaire européen des Lumières*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997, pp. 771-775.

CHOAY, Françoise, *As questões do património. Antologia para um combate*, trad. Luís Filipe Sarmiento, Lisboa, Edições 70, col. Arte & Comunicação, 70, 2011 (ed. orig. 2009).

CHOAY, Françoise, *A regra e o modelo: sobre a teoria da arquitectura e do urbanismo*, trad. Tiago Marques, rev. Sandra Lopes, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2007 (ed. orig. rev. e corrig. 1998).

CHOAY, Françoise, *A alegoria do património*, trad. Teresa Castro, rev. Pedro Bernardo, Lisboa, Edições 70, col. Arte & Comunicação, 71, 2006 (ed. orig. rev. e corrig. 1999).

CHORÃO, Maria José Bigotte, “Inquéritos promovidos pela Coroa no século XVIII”, in *Revista de História Económica e Social*, n.º 21, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1987, pp. 93-130.

Church and society in catholic Europe of the eighteenth century, ed. William James CALLAHAN and David HIGGS, London, Cambridge University Press, 1979.

CIDADE, Hernâni, *A obra poética do Dr. José Anastácio da Cunha. Com um estudo sobre o anglo-germanismo nos proto-românticos portugueses*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930.

CIDADE, Hernâni, *Ensaio sobre a crise mental do século XVIII*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1929.

Città e rovine letterarie nel XVIII secolo italiano, ed. Silvia Fabrizio-COSTA, Bern, Peter Lang, col. Liminals – Passages interculturels italo-ibériques, vol. XI, 2007.

O Classicismo, org. J. GUINSBURG, São Paulo, Editora Perspectiva, col. Stylus, n.º 9, 1999.

CLARK, Kenneth, *The Gothic revival: an essay in the history of taste*, 3rd. ed., New York, Chicago, San Francisco, Holt, Rinehart & Wilson, 1962 (ed. orig. 1928).

CLUNY, Isabel, “Caldeira, Inácio Xavier Macedo (177?-?), in *Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*, vol. I, Lisboa, Assembleia da República, Afrontamento, 2002, pp. 333-336.

“O Concelho de Montemor-o-Novo nas Memórias Paroquiais de 1758”, coord. Jorge FONSECA, in *Almonsor. Revista de cultura*, Montemor-o-Novo, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, n.º 3 e n.º 5, 1985 e 1987, pp. 121-177 e pp. 147-184.

I Congresso Internacional do Barroco. Actas, 2 vols., Porto, Universidade do Porto, 1991.

II Congresso Internacional do Barroco. Actas, coord. Fausto Sanches MARTINS, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003.

CORREIA, José Eduardo Horta, *Vila Real de Santo António: urbanismo e poder na política pombalina*, 2.^a ed., Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1997.

CORREIA, José Eduardo Horta, “O significado do mecenato do bispo do algarve D. Francisco Gomes do Avelar”, in *Anais do Município de Faro*, vol. XXVI, 1996, pp. 85-118.

CORREIA, José Eduardo Horta, *Liberalismo e catolicismo. O problema congreganista (1820-1823)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1974.

COSTA, Carla Sofia Veríssimo da, *O património português visto pelos viajantes estrangeiros em Portugal na 2.^a metade do Século XVIII*, policopiado, dissertação de mestrado, Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, 2004.

COSTA, Lucília Verdelho da, *Alfredo de Andrade (1839-1915): da pintura à invenção do património*, Lisboa, Vega, 1997.

COSTA, Lucília Verdelho da, *Ernesto Korrodi (1889-1944): arquitectura, ensino e restauro do património*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997.

COSTA, Luís Xavier da, *Duas palestras sobre artes portuguesas no século XVIII*, Lisboa, Oficina Gráfica, 1939.

COSTA, Luís Xavier da, *As belas-artes plásticas em Portugal durante o século XVIII. Resumo histórico*, Lisboa, J. Rodrigues & C.^a Editores, 1935.

COSTA, Mário Alberto Nunes, *A «Breve recopilação... da fundação, antiguidades e excelências... de Estremós»*, Sep. *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. 42, Coimbra, 1994.

COSTE, Anne, *L'architecture gothique: lectures et interprétations d'un modèle*, Centre d'Études Foréziennes, Université de Saint-Etienne, 1997.

COUTINHO, Ana Sofia Alves, *Conventos reconvertidos em hospitais: desafecção ou reabilitação? O Hospital de S. José*, policopiado, dissertação de mestrado em Reabilitação de Arquitectura e Núcleos Urbanos, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2005.

CUNHA, Afonso, "João Coelho de Carvalho – Memória da revolução do Algarve", in *Da quadrilha à contradança: o Algarve no tempo das invasões francesas*, São Brás de Alportel, Casa da Cultura António Bentes, 2004, pp. 67-104.

CUNHA, Norberto Ferreira da, *Elites e académicos na cultura portuguesa setecentista*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

CUNHA, Norberto Ferreira da, "A desdivinização do mundo histórico no século XVIII. A Academia Real da História Portuguesa (1720-1737)", in *Diacrítica*, N.º 6, 1991, pp. 15-49.

CUSTÓDIO, Jorge, *"Renascença" artística e práticas de conservação e restauro arquitectónico em Portugal, durante a I República. Fundamentos e antecedentes*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2011.

Da ocidental praia lusitana. Vasco da Gama e o seu tempo, coord. Mafalda Soares da CUNHA, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

DAGEN, Jean, "Histoire (Philosophie de l')", in *Dictionnaire européen des Lumières*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997, pp. 538-543.

DAZKIEWICS, Piotr, *A few portuguese letters and manuscripts brought in Paris by Etienne Geoffroy Saint-Hilaire, now in the manuscript collection of the library of Muséum National d'Histoire Naturelle*, Lisboa, Museu Bocage, 2002.

DELON, Michel, "Lumières (représentations des)", in *Dictionnaire européen des Lumières*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997, pp. 659-662.

DIAS, José Sebastião da Silva, "Pombalismo e projecto político", Sep. *Revista Cultura-História e Filosofia*, Lisboa, Tip. Guerra, 1984.

DIAS, José Sebastião da Silva, *Pombalismo e teoria política*, Lisboa, Centro de História da Cultura da Universidade Nova, 1982.

DIAS, José Sebastião da Silva, "O eclectismo em Portugal no século XVIII", Sep. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano 6, Coimbra, 1972, pp. 1-24.

DIAS, José Sebastião da Silva, "Portugal e a cultura europeia: sécs. XVI a XVIII", in *Biblos*, vol. 28, 1952, pp. 20-48.

DOMENECH, Jacques, "Anti-Lumières", in *Dictionnaire européen des Lumières*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997, pp. 84-89.

DOMINGOS, Manuela D., *Livreiros de Setecentos*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2000.

DUARTE, Joaquim Correia, *Resende no século XVIII*, Resende, Câmara Municipal de Resende, 2004.

Eighteenth-Century Studies, vol. 34, n.º 2, *Antiquarian, Connoisseurs, and Collectors*, The Johns Hopkins University Press, 2001.

EIRAS, Maria Mercês Monteiro das, *A censura e o impacto da filosofia das luzes na 2.ª metade do séc. XVIII*, Coimbra, Coimbra Editora, 1989.

ELIAS, Norbert, *O processo civilizacional*, 2 vols, Lisboa, Dom Quixote, 1989-1990.

ELIAS, Norbert, *A sociedade de corte*, Lisboa, Estampa, 1986.

The Enlightenment and its shadows, ed. Peter HULME and Ludmilla JORDANOVA, London and New York, Routledge, 1990.

Os engenheiros militares e o terramoto de 1755. Exposição, textos Rui CARITA, coord. António José Maia de MASCARENHAS, [Lisboa], Direcção dos Serviços de Engenharia, 2005.

ESPANCA, Túlio, *As antigas colecções de pintura da livraria de frei Manuel do Cenáculo*, in *A Cidade de Évora*, 6.º, 1948.

ESPANCA, Túlio, *Cadernos de história e arte eborense*, Évora, Nazareth, 1944.

Exposição comemorativa do terremoto de 1755. Catálogo, Lisboa, [s.n.], 1934.

Exposição iconográfica e bibliográfica comemorativa da reconstrução da cidade depois do terremoto de 1755, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1955.

FABIÃO, Carlos, "Ler as cidades antigas: arqueologia urbana em Lisboa", in *Penélope: fazer e desfazer a História*, [s.l.], Edições Cosmos e Cooperativa Penélope, n.º 13, 1994, pp. 147-162.

FABIÃO, Carlos, "Para a História da Arqueologia em Portugal", in *Penélope: fazer e desfazer a História*, n.º 2, [s.l.], Edições Cosmos e Cooperativa Penélope, 1989, pp. 10-26.

Uma família de coleccionadores. Poder e cultura: antiga colecção Palmela, catálogo da exposição, [Lisboa], Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, 2001.

FARIA, Miguel Figueira de, *A imagem útil: José Joaquim Freire (1760-1847) desenhador topográfico e de história natural: arte, ciência e razão de estado no final do antigo regime*, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, 2001.

FERNANDES, Carla Varela, *A Igreja de Santa Maria do Castelo de Tavira*, Lisboa, Ed. Colibri, Câmara Municipal de Tavira, 2000.

FERNANDES, Maria Eugénia Matos, *O Mosteiro de Santa Clara do Porto em meados do séc. XVIII (1730-1789)*, Porto, Arquivo Histórico, Câmara Municipal do Porto, 1992.

FERRÃO, António, *A Academia das Ciências de Lisboa e o movimento filosófico, científico e económico da segunda metade do século XVIII*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923.

FERRÃO, António, *Os estudos históricos na Academia das Ciências*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931.

FERRÃO, Bernardo, “O conceito de património arquitectónico e urbano na cultura ambiental vimaranense”, in *Candidatura de Guimarães a Património Mundial*, Guimarães, GMG/GTL, 1996, <http://www.cm-guimaraes.pt/files/1/documentos/470413.pdf> (consultado pela última vez a 10 de fevereiro de 2009) .

FERREIRA, Carlos Antero, “A reforma setecentista da universidade e o ensino da arquitectura em Portugal no século XVIII”, Comunicação apresentada no Congresso de História da Universidade no 7.º Centenário da sua fundação, Universidade de Coimbra, 1990.

FERREIRA, Carlos Antero, “Mathias Aires, tratadista do Problema da Architectura Civil no século XVIII português”, in *Belas-Artes*, 3.ª série, n.º 7, Lisboa, 1985.

FERREIRA, José Manuel de Bettencourt, “A missão de Geoffroy de Saint-Hilaire em Hespanha e Portugal, durante a invasão francesa, em 1808”, Sep. *Boletim de Segunda Classe*, 17, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926.

F.L.V., “Sousa, António José Ferreira da (1771-1833)”, in *Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*, vol. II, Lisboa, Assembleia da República, Afrontamento, 2002, pp. 731-735.

FRANÇA, José-Augusto, *A reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina*, 3.^a ed., Lisboa, Inst. de Cultura e Língua Portuguesa, col. Biblioteca Breve, 12, Série artes visuais, 1989.

FRANÇA, José-Augusto, *Lisboa pombalina e o iluminismo*, 3.^a ed. rev. e actual., Venda Nova, Bertrand, 1983 (ed. orig. 1965).

FRANÇA, José-Augusto, *A arte em Portugal no séc. XIX*, vol. I, ed. rev., corrigida e ampliada, Lisboa, Bertrand, 1981 (ed. orig. 1966).

FRANÇA, José-Augusto, “La fin du goût baroque au Portugal”, in *Actas do Congresso André Soares*, Braga, 1973.

FRANCIS, David, *Portugal 1715-1808. Joanine, pombaline and rococo Portugal as seen by british diplomats and traders*, London, Tamesis Books Limited, 1985.

FRANCO, Matilde P. de Figueiredo Sousa, “*Riscos das obras da Universidade de Coimbra*”. *O valioso álbum da reforma pombalina*, Coimbra, Museu Nacional Machado de Castro, 1983.

FREIRE, João Paulo, *Roteiro da Baixa antes de 1755*, Lisboa, Sociedade Industrial de Tipografia, 1933.

FREW, John M., “James Wyatt’s gothic style 1890-1797”, in *Journal of the Society of Architectural Historians*, vol. 41, n.º 2, 1982, pp. 144-149.

FREW, John, “An aspect of the gothic revival: the transformation of medievalist research, 1770-1800”, in *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, vol. 43, 1980, pp. 174-185.

FREW, John M., “Richar Gough, James Wyatt, and late 18th century preservation”, in *Journal of the Society of Architectural Historians*, vol. 38, n.º 4, 1979, pp. 366-374.

GAMBUTTI, A., *Il dibattito sull’architettura nel Setecento europeo*, Florença, 1975.

Garrett e as artes. Actas do ciclo de conferências, Centro de História da Arte Universidade de Évora, 2002.

Um general que chega, um príncipe que parte, um país que resiste. Portugal 1807-1808. Actas do X Curso de Verão da Ericeira, Ericeira, Mar de Letras, col. Traços da História, 2008.

Giovanni Battista Piranesi: invenções, caprichos, arquitecturas, 1720/1778, coord. Ana Mafalda Távora Magalhães de BARROS, Galeria de Pintura do Rei D. Luís, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Secretaria de Estado da Cultura, Lisboa, 1993.

GIRONS, Baldine Saint, “Beau”, in *Dictionnaire européen des Lumières*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997, pp. 151-156.

GOMES, Paulo Varela, “Jornada pelo Tejo: Costa e Silva, Carvalho Negreiros e a cidade pós-pombalina”, in *Monumentos. Revista semestral de edifícios e monumentos*, n.º 21, Lisboa, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Setembro de 2004, pp. 132-141.

GOMES, Paulo Varela, *Vieira Portuense*, Edições Inapa, col. Pintura Portuguesa, 2001.

GOMES, Paulo Varela, *A confissão de Cyrillo*, Lisboa, Hiena Editora, 1992.

GOMES, Paulo Varela, *Correntes do neoclassicismo europeu na pintura portuguesa do século XVIII*, Sep. IV Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte, Universidade de Coimbra, 1988.

GOMES, Paulo Varela, *A cultura arquitectónica e artística em Portugal no séc. XVIII*, Lisboa, Caminho, 1988.

GOMES, Paulo Varela, “Traços de pré-romantismo na teoria e na prática arquitectónicas em Portugal na segunda metade do século XVIII”, in *Romantismo: da mentalidade à criação artística*, comunicações apresentadas ao I Congresso Internacional de Sintra sobre o Romantismo, Sintra, Instituto de Sintra, 1986, pp. 229-246.

GONÇALVES, António Manuel, *Historiografia da arte em Portugal*, Coimbra, 1960.

GONZÁLEZ-VARAS, Ignacio, *Conservación de bienes culturales. Teoría, historia, principios y normas*, 4.^a ed., Madrid, Cátedra, 2005.

GORDALINA, Rosário, “As obras revivalistas do século XIX no Mosteiro de Santa Maria de Belém”, in *Romantismo: da mentalidade à criação artística*, comunicações apresentadas ao I Congresso Internacional de Sintra sobre o Romantismo, Sintra, Instituto de Sintra, 1986, pp. 247-291.

O grande terramoto de Lisboa: ficar diferente, coord. Helena Carvalhão BUESCO, Gonçalo CORDEIRO, Lisboa, Gradiva, 2005.

O grande terramoto de Lisboa. 1755, 4 vols., Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento – Público, 2005.

GRILO, Maria Ludovina, “O Concelho de Évora nas Memórias paroquiais de 1758”, in *A cidade de Évora. Boletim de cultura da Câmara Municipal*, Évora, Câmara Municipal de Évora, 1.^a série, n.º 71-76; e 2.^a série, n.º 1, 1988-1993 e 1994-1995, pp. 187-212 e pp. 89-156.

Guerra Peninsular. 200 anos, apres. Jorge COUTO, coord. António VENTURA, Maria Leonor Machado de SOUSA, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2007.

GUSMÃO, Armando Nobre de, *Catálogo da correspondência dirigida a Fr. Manuel do Cenáculo Vilas-Boas*, 6 vols., Évora, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, 1944-1946.

HAUPTMAN, William, “Sublime”, in *Dictionnaire européen des Lumières*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997, pp. 1013-1016.

HAUSER, Arnold, *The social history of art*, vol. III, *Rococo, classicism and romanticism*, 3rd ed., introd. Jonathan HARRIS, Routledge, 1999.

HAUTECOEUR, L., *Rome et la découvert de l'antiquité à la fin du dix-huitième siècle*, Paris, 1912.

HAZARD, Paul, *O pensamento europeu no século XVIII (de Montesquieu a Lessing)*, Lisboa, Presença, 1983.

HAZARD, Paul, *A crise da consciência europeia*, Lisboa, Cosmos, 1961.

HERZOG, Carole, "Antique", in *Dictionnaire européen des Lumières*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997, pp. 89-93.

História da beleza, dir. Umberto ECO, Lisboa, Difel, 2004.

História e ciência da catástrofe: 250.º aniversário do terramoto de 1755, coord. Ana Isabel BUESCO, Maria Fernanda ROLLO, Pedro CARDIM, Lisboa, Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, col. Cursos de Verão, 2007.

HOBSON, Marian, "Esthétique", in *Dictionnaire européen des Lumières*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997, pp.431-433.

O homem do iluminismo, dir. Michel VOVILLE, Lisboa, Presença, 1997.

HONOUR, Hugh, *Neoclassicism*, Londres, 1968.

Iluminismo e ilustración. Le antichità e i loro protagonisti in Spagna e in Italia nel XVIII secolo, ed. José Beltrán FORTES et al., actas do congresso organizado pela Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma e pela Università degli Studi di Roma "Tor Vergata" em 2001, Roma, «L'Erma» di Bretschneider, 2003.

D. João VI e o seu tempo, coord. Ana Maria RODRIGUES e Joaquim Soeiro de BRITO, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

JORGE, Virgolino, "Património e identidade nacional", in *Revista Engenharia Civil*, n.º 9, Universidade do Minho, 2000, pp. 5-12.

José Anastácio da Cunha. *O tempo, as ideias, a obra*, Braga, Universidade do Minho – Arquivo Distrital de Braga, Universidade do Porto, 2006.

JUNOD, Philippe, “Critique d’art”, in *Dictionnaire européen des Lumières*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997, pp. 290-295.

JUNOD, Philippe, “Ruines”, in *Dictionnaire européen des Lumières*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997, pp. 955-958.

J.T.A., “Machado, Rodrigo de Sousa (1782-?)”, in *Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*, vol. II, Lisboa, Assembleia da República, Afrontamento, 2002, pp. 55-60.

KAUFMANN, Emil, *Architecture in the Age of Reason. Baroque and post-baroque in England, Italy and France*, Cambridge, Harvard University Press, 1955.

KORRODI, Ernesto, *Alcobaça. Estudo histórico-arqueológico e artístico da Real Abadia de Sta. Maria de Alcobaça*, Porto, Litografia Nacional, 1929.

LAGARTIXA, Custódio, “Macedo, Caetano Rodrigues de (1790-1831)”, in *Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*, vol. II, Lisboa, Assembleia da República, Afrontamento, 2002, pp. 5-7.

LAGARTIXA, Custódio, “Pereira, José Vaz Correia de Seabra da Silva (1771-1826)”, in *Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*, vol. II, Lisboa, Assembleia da República, Afrontamento, 2002, pp. 371-373.

LAGARTIXA, Custódio, “Santos, Isidoro José dos (1762-?)”, in *Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*, vol. II, Lisboa, Assembleia da República, Afrontamento, 2002, pp. 585-587.

LE GOFF, Jacques, *Histoire et mémoire*, Paris, Editions Gallimard, 1988.

LEIN, Marie E., “Persistance et renouveau gothique en France avant Chateaubriand”, in *Modern Philology*, vol. 66, n.º 2, 1968, pp. 121-135.

LEWIS, Michael J., *The Gothic Revival*, London, Thames & Hudson, col. World of art, 2002.

LIMA, Madalena da Costa, “A evolução da sensibilidade patrimonial entre os relatos do terramoto e a reforma das ordens regulares”, in *Actas do simpósio Património em construção. Contextos para a sua salvaguarda*, Lisboa, LNEC, 2011, pp. 199-206.

LIMA, Madalena da Costa, “Consertar ou demolir? Contradições das luzes nas atitudes de intervenção arquitectónica do pós-terramoto”, in *Encontro Aprendiz de Feiticeiro. Investigações de doutoramento dos cursos do Instituto de História da Arte da FLUL*, Lisboa, Edições Colibri, 2009, pp. 165-178.

LIMA, Madalena da Costa, “Um projecto interrompido ou a demanda de uma solução? Santa Engrácia entre a morte de João Antunes e o dealbar do Liberalismo”, in *Artis*, n.º 7-8, Instituto de História da Arte da FLUL, 2009, pp. 279-315.

LIMA, Madalena da Costa, “Conceitos e atitudes de intervenção arquitectónica em Portugal (1755-1834). Aspectos inéditos”, in *Ver a imagem. II Colóquio de Doutorandos em História da Arte, Ciências do Património e Teoria do Restauro*, no prelo.

Lisboa e o Marquês de Pombal, 3 vols., Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1998.

O Livro de Lisboa, coord. Irisalva MOITA, Lisboa, Livros Horizonte, 1994.

Lisboa 1758: o plano da Baixa hoje, ed. lit. Ana TOSTÕES e Walter ROSSA, Lisboa, Câmara Municipal, 2008.

LOBO, Sandra, “Freire, Agostinho José (1778-1836)”, in *Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*, vol. I, Lisboa, Assembleia da República, Afrontamento, 2002, pp. 670-693.

LOBO, Sandra Ataíde, “A Gazeta de Francisco Soares Franco: um redactor em guerra”, in *Cadernos de Cultura. Suplemento da Revista Cultura*, n.º 4, Lisboa, Centro de História da Cultura, Universidade Nova de Lisboa, 2001, pp. 75-106.

LOPES, Eduardo Teixeira, *O século XVIII nas freguesias do concelho de Celorico de Basto. Memórias paroquiais*, Celorico de Basto, 2005.

LOPES, João Carlos, *Torres Novas e o seu termo no meio do séc. XVIII*, 2.^a ed., [Torres Novas], [Câmara Municipal de Torres Novas], 1999.

LORD, Douglas, “Sequeira: a neglected portuguese painter”, in *The Burlington Magazin for Connoisseurs*, vol. 74, n.º 433, 1939, pp. 152-163.

LOUSADA, Maria Alexandre, *Espaços de sociabilidade em Lisboa: finais do século XVIII a 1834*, 2 vols., policopiado, dissertação de doutoramento em Geografia Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995.

LOWENTHALI, David, *The past is a foreign country*, Cambridge, Cambridge University Press, 2003.

LUÍS, Pedro F. Catarino, *A Academia dos Humildes e Ignorantes (1758-1770): as letras e as luzes para o homem comum*, policopiado, dissertação de mestrado em História Moderna, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009.

LÜSEBRINK, Hans-Jürgen, “Barbare, sauvage”, in *Dictionnaire européen des Lumières*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997, pp. 140-143.

Lusitania Sacra. Revista do Centro de Estudos de História Religiosa, 2.^a Série, Tomo XVIII, *Catolicismo e Sociedade na Época Moderna: o Terramoto de 1755*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2006.

MACAULAY, Rose, *They went to Portugal*, London, Peguin Books, 1985.

MACEDO, Jorge Borges de, “Absolutismo”, in *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, Porto, Figueirinhas, 1981, pp. 8-14.

MACEDO, Luís Pastor de, *O terramoto de 1755 na freguesia da Madalena*, [Lisboa], Solução, [s.d.].

MACHADO, Álvaro Manuel, *As origens do romantismo em Portugal*, Lisboa, Instituto da Cultura e Língua Portuguesa, col. Biblioteca Breve, vol. 36, 1979.

MACHADO, José Alberto Gomes, *Um colecionador português do século das luzes: D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas*, Lisboa, Publicações Ciência e Vida, 1987.

MAGNINO, Leo, *Influência do iluminismo na cultura portuguesa*, Sep. Bracara Augusta, vol. XXVIII, fasc. 65-66, Braga, 1974.

MAIA, Maria Helena, *Património e restauro em Portugal (1825-1880)*, Lisboa, Edições Colibri, IHA – Edições de Arte Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, col. Teses, 2007.

MAIA, Maria Helena, “Património e restauro no século XVIII português. 1721-1802”, in *Cadernos ESAP*, n.º 2-3, Porto, 1997, pp. 102-115.

MARCADÉ, Jacques, *Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas Évêque de Beja, Archevêque d’Evora (1770-1814)*, Paris, Centro Cultural Português, Fundação Calouste Gulbenkian, 1978.

MARINHO, Maria de Fátima, “Bocage revisitado”, in *Leituras de Bocage*, Porto, Faculdade de Letras, 2007, pp. 102-108.

MARQUES, José, “O Mosteiro de Paderne, em 1770”, in *Actas do II Congresso Internacional do Barroco*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, pp. 337-354.

MARTINS, Ana Cristina, “O Teatro Romano de Lisboa. A fugacidade da *Mnemosine* na Lisboa pós-terramoto ou a (in)diferença portuguesa”, in

Catástrofe, memória e arte: 1755 / Colóquio ACT 14, org., Lisboa, Colibri, Centro de Estudos Comparatistas, 2006, pp. 145-153.

MARTINS, Ana Cristina N., “*Património histórico-cultural: a emergência das reformas (do Liberalismo ao Republicanismo) – 2.ª e última parte*”, in *Estudos Património*, n.º 6, 2004, pp. 109-125.

MARTINS, Ana Cristina N., “*Património histórico-cultural: a emergência das reformas (do Liberalismo ao Republicanismo) – 1.ª parte*”, in *Estudos Património*, n.º 5, 2003, pp. 33-50.

MARTINS, António Coimbra, “Luzes”, in *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, Porto, Figueirinhas, pp. 86-106.

MATOS, Manuel Cadafaz de, “A correspondência inédita do embaixador de Portugal em Paris, D. Vicente de Sousa Coutinho”, in *Revista de História das Ideias*, vol. X, *A Revolução Francesa e a Península Ibérica*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1988.

MATOS, Sérgio Campos, “História e identidade nacional. A formação de Portugal na historiografia contemporânea”, in *Lusotopie: enjeux contemporaines dans les espaces lusophones*, Paris, 2002, pp. 123-139.

MAXWELL, Kenetth, *Pombal, paradox of the enlightenment*, New York, Cambridge University Press, 1995.

McCARTHY, Michael, *The origins of the gothic revival*, London, Yale University Press for the Paul Mellon Centre for Studies in British Art, 1987.

M.C.Q., “Sarmiento, Alexandre Tomás de Moraes Sarmiento – 1.º Visconde do Banho (1786-1840)”, in *Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*, vol. II, Lisboa, Assembleia da República, Afrontamento, 2002, pp. 599-603.

McKELLAR, Elizabeth, *The birth of modern London. The development and design of the city 1660-1720*, Manchester, Manchester University Press, 1999.

MENDONÇA, Filipe Folque de, *O Cardeal-Patriarca D. José de Mendonça e a encomenda de obras artísticas (1780-1808)*, policopiado, dissertação de mestrado, Universidade Lusíada, 1999.

MONTEIRO, Cláudio, *Escrever direito por linhas rectas. Legislação e planeamento urbanístico na Baixa de Lisboa (1755-1833)*, Lisboa, AAFDL, 2010.

MONTEIRO, Nuno Freitas Monteiro, *O crepúsculo dos grandes. A casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*, 2.^a ed. revista, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

MONTEIRO, Patrícia Alexandra Rodrigues, *Noções de “património” na correspondência de D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas (1724-1814)*, policopiado, trabalho do Seminário de Ciência e Consciência do Património do Curso de doutoramento em História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2009.

Monumentos e edifícios notáveis do distrito de Lisboa, vol. V, t. 1, Lisboa, Junta Distrital de Lisboa, 1973.

Monumentos. Revista semestral de edifícios e monumentos, n.º 21, Lisboa, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Setembro de 2004.

MORAIS, Rui, *A colecção de lucernas romanas do Museu de Évora*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, col. Classica Instrumenta – Monografias de História da Arte e Arqueologia, 2011.

MORAVIA, Sergio, *Il tramonto dell'Illuminismo. Filosofia e politica nella società francese (1770-1810)*, Roma-Bari, Editori Laterza, 1986.

MOREIRA, Isabel M. Martins, *Museus e monumentos em Portugal. 1772-1974*, Lisboa, Universidade Aberta, 1989.

MORTIER, Roland, “Gôut”, in *Dictionnaire européen des Lumières*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997, pp. 510-514.

MOTA, Isabel Ferreira da, *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII*, pref. Joaquim Veríssimo Serrão, Coimbra, Edições MinervaCoimbra, 2003.

MÜLLER, Werner; Vogel, Gunther, *Atlas de arquitectura 2. Del románico a la actualidad*, 4.ª ed., Madrid, Alianza Editorial, 2002.

NATIVIDADE, M. Vieira, *O Mosteiro de Alcobaça (notas históricas)*, Coimbra, Imprensa Progresso, 1885.

NEGRONI, Barbara de, “Écletisme”, in *Dictionnaire européen des Lumières*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997, pp. 362-364.

NEMÉSIO, Vitorino, *A mocidade de Herculano até à volta do exílio (1810-1832)*, pról. Luís Oliveira RAMOS, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

NETO, Maria João Baptista, “A ocupação dos conventos durante as invasões: destruição e pilhagem de obras de arte”, in *Um general que chega, um príncipe que parte, um país que resiste. Portugal 1807-1808. Actas do X Curso de Verão da Ericeira*, Ericeira, Mar de Letras, col. Traços da História, 2008.

NETO, Maria João Baptista, *Do registo à difusão das formas. O mosteiro da Batalha no quadro do revivalismo gótico europeu através da obra de James Murphy (1792-95)*, policopiado, sumário da Lição de Síntese das provas de habilitação ao título de Professor Agregado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2007.

NETO, Maria João Baptista, “Uma cultura de restauro Iluminista: a acção do bispo do Algarve Dom Francisco Gomes do Avelar”, in *Espírito e poder. A cidade nos tempos da modernidade*, catálogo da exposição, Tavira, Museu da Cidade – Palácio da Galeria, Março de 2004, Tavira, 2006, pp. 122-131.

NETO, Maria João Baptista, *Memória, propaganda e poder – o restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, Porto, FAUP Publicações, 2001.

NETO, Maria João Baptista, *James Murphy e o restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XIX*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997.

NETO, Maria João Baptista, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no património arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, 3 vols., policopiado, dissertação de doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995.

NETO, Maria João Baptista, “Os restauros da Catedral de Lisboa à luz da mentalidade do tempo”, in *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam*, vol. II, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, [s.d.], pp. 131-141.

NETO, Maria João; SOARES, Clara Moura, “O Mosteiro dos Jerónimos e a recuperação de um espírito quinhentista no século XIX”, in *O Largo Tempo do Renascimento. Arte, propaganda e poder*, Casal da Cambra, Caleidoscópio, 2008, pp. 535-562.

NETO, Vítor, *A questão religiosa no Parlamento (1821-1910)*, Lisboa, Texto Editores, Assembleia da República, 2010.

O Neomanuelino ou a reinvenção da arquitectura dos descobrimentos, coord. Francisco Faria PAULINO, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Infante 94 – 6.º Centenário do nascimento do Infante D. Henrique, Lisboa, 1994.

NORA, Pierre, “Entre Mémoire et Histoire. La problématique des lieux”, in *Les lieux de mémoire. I. La République*, [Paris], Gallimard, col. Bibliothèque illustrée des histoires, 1984, pp. XV-XLII.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de, “Os alvares do rococó em Guimarães”, in *Actas do II Congresso Internacional do Barroco*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, pp. 175-182.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de, *Estudos sobre Braga e o Minho nos séculos XVII e XVIII. História e Arte*, pref. Vítor SERRÃO, Braga, APPACDM Distrital de Braga, 1996.

OLIVEIRA, Eduardo Pires de, *Estudos sobre o século XVIII em Braga*, Braga, APPACDM Distrital de Braga, 1993.

OLIVEIRA, Francisco Xavier de Ataíde, *Biografia de D. Francisco Gomes do Avelar Arce-Bispo do Algarve*, Porto, Typographia Universal (a Vapor), 1902.

OLIVEIRA, Maria Leonor Morgado Ferrão de, *Eugénio dos Santos e Carvalho, arquitecto e engenheiro militar (1711-1760)*, 2 vols., Lisboa, policopiado, dissertação de doutoramento em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2007.

OUTRAM, Dorinda, *O Iluminismo*, Lisboa, Temas e Debates, 2001.

PANOFSKY, Erwin, *Renascimento e renascimentos na arte ocidental*, Lisboa, Presença, 1981.

PATETTA, Luciano, *L'architettura dell'eclettismo. Fonti, teorie, modelli: 1750-1900*, Milano, Maggioli Editore, 2008.

PANZA, Pier Luigi, *Antichità e restauro nell'Italia dell Settecento. Dal ripristino alla conservazione delle opere d'arte*, Milano, Ex-Fabrizia/Franco Agnelli, 1990.

PÁSCOA, Marta Cristina Relvas Janeiro, *Fr. Francisco de Oliveira – A escrita da História Regional e Local no século XVIII*, 2 vols., policopiado, dissertação de mestrado em História Regional e Local, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2002.

Paulino António Cabral: o Abade Jazente, org. Pedro BARROS, Lomba, Comissão das Comemorações do Bicentenário da morte de Paulino Cabral, Junta de Freguesia de Lomba, 1989.

PAULINO, Maria Clara Borges, *Olhares europeus e norte-americanos em viagem por Portugal. Fontes para estudos de arte e património (ca. 170-1850)*,

2 vols., policopiado, dissertação de doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009.

PEREIRA, Ângelo, *D. João VI príncipe e rei*, 4 vols., Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1953-1958.

PEREIRA, José Carlos, *As doutrinas estéticas em Portugal: do romantismo à Presença*, policopiado, dissertação de doutoramento em Ciências da Arte, Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, 2009.

PEREIRA, José Esteves, *O pensamento político em Portugal no séc. XVIII. António Ribeiro dos Santos*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

PEREIRA, José Miguel, “Tratos e contratos: actividades, interesses e orientações dos investimentos dos negociantes da praça de Lisboa (1755-1822), in *Análise Social*, n.º 136-137, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996, pp. 355-379.

PEREIRA, António J. da Silva, *O «tradicionalismo» vintista e o Astro da Lusitana*, Sep. *Revista de História das Ideias*, vol. I, Instituto de Alta Cultura, Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1976.

PEREIRA, Gabriel, *Estudos eborenses. Historia, arte, archeologia*, Évora, minerva Eborensis, 1886.

PEREIRA, Isaías da Rosa, *Visitas paroquiais na região de Torres Novas, séculos XVII / XVIII*, Torres Novas, Serviços Culturais da Câmara Municipal de Torres Novas, 1992.

PEREIRA, Isaías da Rosa, “Pastorais de alguns bispos portugueses por ocasião das invasões francesas” in *Revista de História das Ideias*, vol. X, 1988, pp. 327-346.

PEREIRA, Isaías da Rosa, “As visitas paroquiais como fonte histórica” in *Revista da Faculdade de Letras*, III série, 15, Lisboa, 1973.

PEREIRA, Isaiás da Rosa, *Os livros das visitas paroquiais*, Sep. *Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso Brasileiros*, Coimbra, [s.n.], 1965.

PEREIRA, José Esteves, *O pensamento político em Portugal no séc. XVIII. António Ribeiro dos Santos*, 2.^a ed., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

PEREIRA, José Fernandes, *Arquitectura barroca em Portugal*, Lisboa, Instituto de Língua e Cultura Portuguesa, Ministério da Educação e Cultura, col. Biblioteca Breve, vol. 103, 1986.

PEREIRA, Júlio Manuel, *A região da Barquinha no séc. XVIII. A visão dos inquéritos paroquiais*, Vila Nova da Barquinha, Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, 1993.

PEREIRA, Paulo, “Convento e Igreja de Nossa Senhora do Vencimento do Monte do Carmo”, in *Construindo a memória. As colecções do Museu Arqueológico do Carmo*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2005, pp. 21-39.

PEREIRA, Paulo, *Mosteiro dos Jerónimos*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico e Scala Publishers, 2002.

PEREIRA, Paulo, “A «traça» como único princípio. Reflexão acerca da permanência do gótico na cultura arquitectónica dos séculos XVI e XVII”, in *Estudos de Arte e história. Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*, Lisboa, Vega, 1995, pp. 190-199.

PEREIRA, Paulo, “A Igreja e Convento do Carmo: do gótico ao revivalismo”, in *Comemoração dos 600 anos da fundação do Convento do Carmo em Lisboa*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1989, pp. 87-112.

PEREIRA, Sara Marques, “Tomás, Manuel Fernandes (1771-1822)”, in *Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*, vol. II, Lisboa, Assembleia da República, Afrontamento, 2002, pp. 812-827.

PEREIRA, Sara Marques, “Velho, Manuel José Vaz”, in *Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*, vol. II, Lisboa, Assembleia da República, Afrontamento, 2002, pp. 864-867.

PEVSNER, Nikolaus, *Academias de Arte: passado e presente*, São Paulo, Companhia das Letras, col. História Social da Arte, 2005.

PIMENTEL, António Filipe, “António Canevari e a torre da Universidade de Coimbra”, in *Actas do VII Congresso luso-brasileiro de História da Arte*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007, pp.49-58.

PIMENTEL, António Filipe, “Cidade do Saber/Cidade do Poder: a arquitectura da reforma”, in *O Marquês de Pombal e a Universidade*, coord. Ana Cristina Araújo, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2000, pp. 265-290.

PIMENTEL, António Filipe, *O Real Edifício de Mafra: arquitectura e poder*, policopiado, dissertação de mestrado em História Cultural e Política da Época Moderna, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990.

PINON, Pierre, “Archéologie”, in *Dictionnaire européen des Lumières*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997, pp. 96-99.

PIRES, Cândida Teresa Ruivo, «*Artefactos symmetriacos e geometricos ...*» *um tratado de artes visuais do século XVIII*, 3 vols., policopiado, dissertação de mestrado em Teorias de Arte, Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, 2001.

PIWINIK, Marie-Hélène, “Quatre religieux espagnoles au Portugal”, in *Bulletin des Etudes Portugaises et Bresiliennes*, Nouvelle Série, t. 39-40, Institut Français de Lisbonne, 1978-1979, pp. 25-84.

POMMIER, Édouard, “Monuments”, in *Dictionnaire européen des Lumières*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997, pp. 726-729.

POMMIER, Édouard, “Musée”, in *Dictionnaire européen des Lumières*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997, pp. 747-751.

PORTER, Roy, “Anciens et Modernes (Querelle)”, in *Dictionnaire européen des Lumières*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997, pp. 75-85.

Portugal, dicionário histórico, corográfico, heráldico, biográfico, bibliográfico, numismático e artístico, red. Esteves PEREIRA e Guilherme RODRIGUES, ed. eletrónica Manuel AMARAL, 2000-20012 (ed. orig. 1904-1915).

Portugal e o Reino Unido. A Aliança revisitada, coord. Angela DELAFORCE, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

Portugal no séc. XVIII. De D. João V à Revolução Francesa, coord. Maria Helena Carvalho dos SANTOS, Lisboa, Universitária Editora, 1991.

POULOT, Dominique, *Les Lumières*, Paris, Presses Universitaires de France, 2000.

QUÉNIART, Jean, “Réguliers, séculiers”, in *Dictionnaire européen des Lumières*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997, pp. 925-926.

RABREAU, Daniel, “Architecture”, in *Dictionnaire européen des Lumières*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997, pp. 100-106.

RAMOS, Luís A. de Oliveira, *D. Maria I*, [Lisboa], Círculo de Leitores, 2007.

RAMOS, Luís A. de Oliveira, *D. Pedro, Imperador e Rei: experiências de um príncipe*, 2.^a ed., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007.

RAMOS, Luís A. de Oliveira, “Concepções sobre a história: segunda metade do século XVIII”, Sep. *Revista de História*, vol. XII, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, 1993, pp. 245-256.

RAMOS, Luís A. de Oliveira, “A Revolução Francesa assimilada e sofrida pelos portugueses: registos e comentários”, Sep. *Revista de História*, vol. XI, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, 1991.

RAMOS, Luís A. de Oliveira, “Portugal e a Revolução Francesa: 1777-1834”, in *Revista da Faculdade de Letras*, II Série, vol. VII, Porto, 1990, pp. 155-218.

RAMOS, Luís A. de Oliveira, *Sob o signo das “luzes”*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.

RAMOS, Luís A. de Oliveira, “Os beneditinos e a cultura: ressonâncias da ilustração”, Sep. *Revista da Faculdade de Letras – História*, Porto, II Série, vol. I, 1984, pp. 159-186.

RAMOS, Luís A. de Oliveira, *Da Ilustração ao Liberalismo*, Porto, Lello & Irmão, 1979.

RAMOS, Luís A. de Oliveira, “Para a História Social e Cultural (fins do século XVIII – princípios do século XIX)”, Sep. *Bracara Augusta*, t. 31, fasc. 71-72 (83-84), Braga, 1977.

RAMOS, Luís A. de Oliveira, “Inéditos do Cardeal Saraiva: historiografia monástica”, Sep. *Bracara Augusta*, n.º 30, Braga, 1976.

RAMOS, Luís A. de Oliveira, “Doutrina acerca da história em escritores portugueses do século XVIII: Matias Aires e a história”, Sep. *Bracara Augusta*, vol. XXVIII, fasc. 65-66 (77-78), Braga, 1974.

RAMOS, Luís A. de Oliveira, *O Cardeal Saraiva*, vol. I, policopiado, dissertação de doutoramento em História, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1972.

Reconstrução pombalina. Catálogo temático, Lisboa, Arquivo Municipal, 1992.

Revista de História das Ideias, vol. IV, *O Marquês de Pombal e o seu tempo*, Coimbra, 1982.

RIBEIRO, José Silvestre, *História dos estabelecimentos científicos litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarquia*, toms. 1-6, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1871-1876.

REIS, Maria de Fátima, *Santarém no tempo de D. João V: administração, sociedade e cultura*, Lisboa, Colibri, 2005.

RIEGL, Aloïs, *Le culte moderne des monuments. Son essence et sa genèse*, trad. e apres. Jacques BOULET, Paris, l'Harmattan, col. Esthétique, 2003 (ed. orig. 1903).

RIEGL, Aloïs, *Le culte moderne des monuments. Son essence et sa genèse*, trad. Daniel Wieczorek, pref. Françoise CHOAY, Paris, Éditions du Seuil, 1984 (ed. orig. 1903).

ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da, *Arquitetura civil e religiosa de Braga nos séculos XVII e XVIII. Os homens e as obras*, Braga, col. Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1994.

RODRIGUES, Luís Alexandre, *Bragança no século XVIII. Urbanismo. Arquitectura*, 2 vols., policopiado, dissertação de mestrado em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995.

RODRIGUES, Paulo Simões, “Da História da Conservação e do Restauro: das origens ao Portugal oitocentista”, in *40 anos do Instituto José de Figueiredo*, Lisboa, Instituto Português de Conservação e Restauro, 2007.

RODRIGUES, Paulo Simões, “O Terramoto e a génese da consciência de património em Portugal”, in *Catástrofe, memória e arte: 1755 / Colóquio ACT 14*, Lisboa, Colibri, Centro de Estudos Comparatistas, 2006, pp. 247-254.

RODRIGUES, Paulo Simões, *Lisboa, a construção da memória da cidade do monumento ao lugar*, Casa do Sul Editora, Centro de História da Arte da Universidade de Évora, 2005.

RODRIGUES, Paulo Simões, *Património, identidade e história: o valor e o significado dos monumentos nacionais no Portugal de Oitocentos*, 2 vols., policopiado, dissertação de mestrado em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1998.

O Romantismo, org. J. GUINSBURG, 4.^a ed., São Paulo, Editora Perspectiva, col. Stylus, 2005.

Romantismo: figuras e factos da época de D. Fernando II, comunicações apresentadas ao II Congresso Internacional de Sintra sobre o Romantismo, Sintra, Instituto de Sintra, 1988.

Romantismo: imagens de Portugal na Europa romântica, comunicações apresentadas ao III Congresso Internacional de Sintra sobre o Romantismo, Sintra, Instituto de Sintra, 1998.

Romantismo: da mentalidade à criação artística, comunicações apresentadas ao I Congresso Internacional de Sintra sobre o Romantismo, Sintra, Instituto de Sintra, 1986.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, *Monumentos pátrios: a arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928)*, 2 vols., policopiado, dissertação de doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso; VASCONCELOS, Filomena, “«Monumentos pátrios»: entrevista com Lúcia Rosas”, in *Via Panorâmica. Revista de Estudos Anglo-Americanos*, 1, Departamento de Estudos Anglo-Americanos da Faculdade de Letras do Porto, 2004, pp. 211-224.

ROSSA, Walter, “Dissertação sobre *reforma e renovação* na cultura do território pombalino”, in *O Terramoto de 1755. Impactos históricos*, org. Ana Cristina Araújo *et al.*, Lisboa, Livros Horizonte, col. Cidade de Lisboa, 46, 2007, pp. 379-393.

ROSSA, Walter, “Do plano de 1755-1758 para a Baixa-Chiado”, in *Monumentos. Revista semestral de edifícios e monumentos*, n.º 21, Lisboa, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Setembro de 2004, pp. 22-43.

ROSSA, Walter, *Além da Baixa: indícios de planeamento urbano na Lisboa setecentista*, Lisboa, Ministério da Cultura, Instituto Português do Património Arquitectónico, 1998.

SAAVEDRA, Pegerto; SOBRADO, Hortênsio, *El Siglo de las Luces. Cultura y vida cotidiana*, Madrid, Sintesis, 2004.

SANTORO, Mario, *Iluminismo, neoclassicismo, romanticismo. Anno accademico 1967-68*, Napoli, Lignori, 1968.

SANTOS, Cândido dos, “Matrizes do iluminismo católico da época pombalina”, in *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, vol. III, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 949-956.

SANTOS, Maria de Lourdes Costa Lima dos, *Intelectuais portugueses na primeira metade de Oitocentos*, Lisboa, Presença, 1988.

SAWAYA, Luiza, *Domingos Caldas Barbosa: para além da Viola de Lereno*, policopiado, dissertação de Mestrado em Estudos Românicos, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011.

SCHLOBACH, Jochen; ZELLE, Carsten, “Classicisme, classicismes”, in *Dictionnaire européen des Lumières*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997, pp. 224-227.

SCOTT, Geoffrey, *The architecture of the humanism. A study in the history of taste*, New York, London, W.W. Norton & Company, 1999 (ed. orig. 1914).

SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães, *Manuel da Maia e os engenheiros militares portugueses no terramoto de 1755*, Lisboa, Imp. Nacional, 1910.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *Depois do terramoto*, 4 vols., Lisboa, Academia das Ciências, 1916.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *A historiografia portuguesa. Doutrina e crítica*, 3 vols., Lisboa, Editorial Verbo, 1972-1974.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *O Marquês de Pombal. O homem, o diplomata e o estadista*, 2.^a ed., Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987.

SERRÃO, Joel, “Liberalismo”, in *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, Porto, Figueirinhas, 1981, pp. 508-517.

SERRÃO, Vítor, “«Renovar», «repintar», «retocar»: estratégias do pintor-restaurador em Portugal, do século XVI ao XIX. Razões ideológicas do iconoclasma destruidor e da iconofilia conservadora, ou o conceito de «restauro utilitarista» versus «restauro científico»”, in *Conservar Património*, n. 3-4, Lisboa, Associação Profissional de Conservadores-Restauradores de Portugal, 2006, pp. 53-71.

SILVA, Andrée Mansuy-Diniz, *Portrait d'un homme d'état: D. Rodrigo de Sousa Coutinho, comte de Linhares : 1755-1812*, 2 vols. Lisboa, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Publications du Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2002 e 2006.

SILVA, António Martins da, *Nacionalizações e privatizações em Portugal. A desamortização oitocentista*, Coimbra, Minerva, col. Minerva-História, 1997.

SILVA, Augusto Vieira da, “A Sala do Risco”, in *Revista municipal*, n.º 42, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1949, pp. 27-46.

SILVA, Jorge Henriques Pais da, *Estudos sobre o Maneirismo*, Lisboa, Estampa, 1983.

SILVA, José Custódio Vieira da, *Paços medievais portugueses. Caracterização e evolução da habitação nobre (séculos XII a XVI)*, 2 vols., policopiado, dissertação de doutoramento em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1993.

SILVA, Maria de Lurdes Ribeiro da, *A reedificação da Igreja de Santo António: espaço, arquitectura, programa: 1755-1812*, 3 vols., policopiado dissertação de mestrado em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1991.

SILVA, Raquel Henriques da, “Arquitectura religiosa pombalina”, in *Monumentos. Revista semestral de edifícios e monumentos*, n.º 21, Lisboa,

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Setembro de 2004, pp. 108-115.

SILVA, Raquel Henriques da, *Lisboa Romântica. Urbanismo e arquitectura, 1777-1874*, 2 vols., policopiado, dissertação de doutoramento em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1997.

SILVEIRA, Luís Espinha da, “A venda dos bens nacionais (1834-43): uma primeira abordagem”, in *Análise Social*, n.º 61-62, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1980, pp. 87-110.

SIMÕES, Manuel G., “Matias Aires: subsídios para a história do Iluminismo em Portugal”, in *Rassegne Iberistica*, n.º 46, [Roma], Bulzoni, 1993, pp. 143-150.

SMITH, Robert, *Nicolau Nasoni, arquitecto do Porto*, Lisboa, Livros Horizonte, 1966.

SOARES, Clara Moura, *As intervenções oitocentistas do Mosteiro de Santa Maria de Belém. O sítio, a história e a prática arquitectónica*, 2 vols., policopiado, dissertação de doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2005.

SOARES, Luiz Carlos, “A Albion revisitada no séc. XVIII: novas perspectivas para os estudos sobre a ilustração inglesa”, in *Revista Tempo*, n.º 16, Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2004, pp. 175-206.

SOBRINHO, “La orientación perceptiva y el barroco portugués: la obra de Robert Smith”, in *Actas do II Congresso Internacional do Barroco*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, pp. 87-98.

SOLEDADE, Arnaldo, *Sines, terra de Vasco da Gama*, Setúbal, Junta Distrital de Setúbal, 1973.

SORENSEN, Madeleine Pinault, “Barbare, sauvage (représentations du)”, in *Dictionnaire européen des Lumières*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997, pp. 143-146.

SORENSEN, Madeleine Pinault, “Pittoresque”, in *Dictionnaire européen des Lumières*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997, pp. 874-875.

SORIANO, Luz, *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal compreendendo a história diplomática militar e política d’este reino desde 1777 até 1834*, 19 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1866-1890.

SOROMENHO, Miguel, *Manuel Pinto de Vilalobos: da engenharia militar à arquitectura*, 3 vols., policopiado, dissertação de mestrado em História da Arte Moderna, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991.

SOROMENHO, Miguel; SILVA, Nuno Vassalo e, “Salvaguarda do património – Antecedentes históricos – Da Idade Média ao século XVIII”, in *Dar futuro ao passado*, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa, 1993, pp. 22-33.

SOUSA, José Manuel Mota de; VELOSO, Lúcia Maria Mariano, *História da imprensa periódica portuguesa. Subsídios para uma bibliografia*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1987.

SOUSA, Francisco Luís Pereira de, *O terramoto do 1.º de Novembro de 1755 em Portugal e um estudo demográfico*, 4 vols., Lisboa, Serviços Geológicos, 1919-1932.

SOUSA, Maria Teresa de Andrade e, *Subsídio para o estudo do terremoto de Lisboa de 1755: manuscrito coevo*, Lisboa, [s.n.], 1955.

SULLIVAN, Robert, “Review: rethinking christianity in the enlightened Europe”, in *Eighteenth-Century Studies*, vol. 34, n.º 2, *Antiquarians, Connoisseurs, and Collectors*, Winter 2001, pp.298-309.

SUMMERSON, John, *Georgian London*, ed. rev., London, Yale University Press for the Paul Mellon Centre for Studies in British Art, 2003.

SUMMERSON, John, *The architecture of the eighteenth century*, London, Thames & Hudson, col. Word of art, 1986.

SWEET, Rosemary, *Antiquaries. The discovery of the past in eighteenth-century Britain*, London, Cambridge University Press, 2004.

SWEET, Rosemary, "Antiquaries and antiquities in eighteenth-century England", in *Eighteenth-Century Studies*, vol. 34, n.º 2, *Antiquarians, Connoisseurs, and Collectors*, Winter 2001, pp.181-206.

TAPIÉ, Victor, *Barroco e Classicismo*, 2 vols., trad. Lemos de Azevedo, 2.^a ed., Lisboa, Presença, col. Biblioteca de textos universitários, 1988 (ed. orig. 1957).

TERENAS, Gabriela Gândara, *O Portugal da Guerra Peninsular. A visão dos militares britânicos*, Lisboa, Edições Colibri, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2000.

O Terramoto de 1755. Impactos históricos, org. Ana Cristina ARAÚJO et al., Lisboa, Livros Horizonte, col. Cidade de Lisboa, 46, 2007.

TODOROV, Tzvetan, *L'esprit des Lumières*, Paris, Robert Laffont, 2006.

Tracing architecture: the aesthetics of antiquarianism, ed. Dana ARNOLD, Stephen BENDING, Blackwell, 2003.

VASCONCELOS, Damião Augusto de Brito, *Notícias históricas de Tavira (1242-1840)*, 3.^a ed., pref. e notas Arnaldo Casimiro Anica, Câmara Municipal de Tavira, 1999.

VASCONCELOS, Joaquim Leite, "Discurso de inauguração do Museu do Cenáculo em Beja em 1791", in *Archeologo Português*, série 1, vol. IV, n.º 10-12, 1898, pp. 283-287.

VAZ, Francisco António Lourenço, “As bibliotecas e os livros na obra de D. Frei Manuel do Cenáculo”, in *La Memoria de Los Libros. Estudios sobre la historia del escrito y de la lectura en Europa y América*, Salamanca, t. II, Inst. de Historia del Libro y de la Lectura, 2004, pp. 483-498.

VAZ, Francisco António Lourenço, “A cidade de Évora na obra de Bento José de Sousa Farinha (1740-1820)”, Sep. *A cidade de Évora*, Évora, 1997, pp. 447-492.

VENTURA, António, “D. Pedro de Sousa e Holstein entre Lete e Mnemósine”, in *Uma família de colecionadores. Poder e cultura: antiga colecção Palmela*, catálogo da exposição, [Lisboa], Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, 2001, pp. 43-63.

VENTURA, Ruy, “As Memórias Paroquiais de 1758 do actual Concelho de Portalegre”, in *A cidade. Revista cultural de Portalegre*, n.º 10, Portalegre, Atelier de Artes Plásticas, 1995, pp. 93-135.

VERDELHO, Telmo dos Santos, *As palavras e as ideias na revolução liberal de 1820*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1981.

VICENTE, António Pedro, *Guerra peninsular: 1801-1814*, Matosinhos, Quidnovi, 2006.

VICENTE, António Pedro, *O tempo de Napoleão em Portugal: estudos históricos*, 2.ª ed., Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2000.

VICENTE, António Pedro, “Portugal em 1810. Breve relato do Conde de Rosnay que serviu nos exércitos napoleónicos”, Sep. *New Lights on the Peninsular War. International Congress on the Iberian Peninsula. Selected Papers 1780-1840*, Lisbon, 1991.

VICENTE, António Pedro, “A influência inglesa em Portugal. Documentos enviados ao Directório e Consulado (1796-1801)”, Sep. *Revista de História das Ideias*, vol. X, Faculdade de Letras, Coimbra, 1988.

VICENTE, António Pedro, *A igreja perante a ocupação de Portugal pelo exército napoleónico*, Sep. *Revista Española de Teología*, [s.l.], [s.n.], 1984.

VICENTE, António Pedro, “Aspectos da sociedade portuguesa nos finais do século XVIII”, Sep. *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. IV, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, pp. 288-315.

VINHAS, Joaquim Alves, *A Igreja e o Convento de Vilar de Frades. Das origens da Congregação dos Cónegos Seculares de São João Evangelista (Lóios) à extinção do convento: 1425-1834*, Barcelo, Junta de Freguesia de Areias de Vilar, 1998.

WALDKIRCH, Bernhard von, “Dilettante”, in *Dictionnaire européen des Lumières*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997, pp. 340-341.

WALL, Cynthia, *The literary and cultural spaces of Restoration London*, Cambridge, Cambridge University Press, 1998.

WAQUET, Françoise, “Académies en Europe”, in *Dictionnaire européen des Lumières*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997, pp. 13-16.

WEISGERBER, Jean, “Rococo”, in *Dictionnaire européen des Lumières*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997, pp. 496-498.

WENDORF, Richard, “Piranesi’s double ruin”, in *Eighteenth-Century Studies*, vol. 34, n.º 2, *Antiquarians, Connoisseurs, and Collectors*, Winter 2001, pp.161-180.

WITTKOWER, Rudolf, *Gothic versus Classic*, Londres, 1974.

Recursos eletrónicos

Uma biografia científica do Abade Correia da Serra, Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia, <http://www.ciuhct.com/index.php/pt/archive/projectos-de-investigacao/205-correia-da-serra.html> (consultado pela última vez a 22 de agosto de 2012).

CABRAL, Maria Luísa, *Frei Manuel do Cenáculo: contribuição para uma bibliografia* *passiva*, http://www.evora.net/bpe/Pdfs/Outros/cenaculo_bib_passiva.pdf (consultado pela última vez a 20 de novembro de 2011).

CAETANO, Joaquim, *Los restos de la humanidad – Cenáculo y la arqueología*, 2008, <http://joaquimcaetano.wordpress.com/amor-fama-e-virtude/los-restos-de-la-humanidad-%e2%80%93-cenaculo-y-la-arqueologia/> (consultado pela última vez a 5 de maio de 2011).

CARVALHO, Rosário, “Quinta do Marquês, em Belas, incluindo o palácio e ainda uma capela abobadada, duas fontes decorativas, um obelisco erguido a D. João VI e a capela do Senhor da Serra, existentes nos jardins da mesma Quinta”, <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/72843/> (consultado pela última vez a 2 de maio de 2012).

“*Casa dos Livros de Beja*”. *Doação de Frei Manuel do Cenáculo à Real Biblioteca Pública da Corte*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2006, <http://www.bnportugal.pt/agenda/cenaculo/c-livros-beja.pdf> (consultado pela última vez a 3 de outubro de 2007).

Dictionary of art historians, <http://www.dictionaryofarthistorians.org/> (consultado pela última vez a 12 de janeiro de 2012).

FERNANDES, Paulo, “Igreja Paroquial de São Brás de Alportel / Igreja de São Brás”, http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=17040 (consultado pela última vez a 9 de abril de 2012).

FERNANDES, Paulo Almeida, “Cava do Viriato”, <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/70458/> (consultado pela última vez a 4 de fevereiro de 2013).

FIGUEIREDO, Mónica; GONÇALVES, Joaquim; MARQUES, Lina; “Mosteiro de Santa Maria de Belém / Mosteiro dos Jerónimos / Igreja Paroquial de

Belém / Igreja de Santa Maria”,
http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6543
(consultado pela última vez a 31 de agosto de 2011).

FRANÇA, José-Augusto, *Devisme, Monserrate e o romantismo*, [s.d.],
http://amigosdemonsserrate.com/sites/amigosdemonsserrate.com/files/5._Conferencia_Jose-Augusto_Franca.pdf (consultado pela última vez a 20 de janeiro de 2012).

GOMES, Carlos; NOÉ, Paula; VALE, Teresa, “Paço Real de Belas / Palácio da Quinta do Marquês de Belas / Palácio da Quinta do Senhor da Serra”,
http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6102
(consultado pela última vez a 9 de abril de 2012).

IGESPAR – Pesquisa de património,
<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/> (consultado pela última vez a 10 de julho de 2013).

JOKILEHTO, Jukka, *A history of architectural conservation. The contribution of english, french, german and italian thought towards an International approach to the conservation of cultural property*, The University of York, York, 2005 (ed. orig. 1986),
http://www.iccrom.org/eng/02info_en/02_04pdfpubs_en/ICCROM_doc05_HistoryofConservation.pdf (consultado pela última vez a 25 de março de 2012).

LIMA, Pereira de, “Quinta do Marquês / Quinta do Senhor da Serra / Quinta dos Marqueses de Belas / Quinta dos Senhores de Belas / Quinta Grande / Quinta dos Condes de Pombeiro”,
http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=10444
(consultado pela última vez a 9 de abril de 2012).

MARTINS, Ana, “Templo Romano de Évora”,
<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/70489/> (consultado pela última vez a 12 de junho de 2011).

MARQUES, Lina; NOÉ, Paula; RODRIGUES, Susana, “Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa / Igreja de Nossa Senhora da Conceição Velha”, http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6470 (consultado pela última vez a 31 de agosto de 2011).

Memórias paroquiais de 1758, <http://www.fcsh.unl.pt/memorias/atlas/apresentacao.html> (consultado pela última vez a 12 de dezembro de 2010).

Memórias paroquiais de 1758, <http://portugal1758.di.uevora.pt/> (consultado pela última vez a 12 de dezembro de 2010).

MENDONÇA, Isabel, “Igreja Paroquial de Serpa / Igreja de Santa Maria / Igreja de Nossa Senhora da Assunção”, http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=748 (consultado pela última vez a 19 de março de 2011).

MENDONÇA, Isabel; PEREIRA, Ricardo, “Capela de Nossa Senhora das Salvas / Ermida de Nossa Senhora das Salas”, http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2137 (consultado pela última vez a 7 junho de 2013).

PEREIRA, José Esteves, “Ribeiro dos Santos, Cenáculo e a criação da Real Biblioteca Pública”, in *Simpósio: Frei Manuel do Cenáculo construtor de bibliotecas*, 2005, disponível em http://www.evora.net/bpe/2005Bicentenario/dias/01_Mar05/Simposio/SIMPOSIO.htm (consultado pela última vez a 5 de fevereiro de 2011).

SILVA, Taíse Tatiana Quadros da, “Entre a ciência e o direito pátrio: a reflexão histórica nos manuscritos de José Francisco Correia da Serra (1750-1823)”, in *Anais do XXVI Simpósio da ANPUH – Associação Nacional de História*, São Paulo, 2011, http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300671467_ARQUIVO_TEXTOANPUH2011rtf.pdf (consultado pela última vez a 27 de agosto de 2012).

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, IHRU, http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPASearch.aspx?id=0c69a68c-2a18-4788-9300-11ff2619a4d2 (consultado pela última vez a 10 de julho de 2013).

SML, “Igreja de Santa Maria”, <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/73979> (consultado pela última vez a 20 de setembro de 2012).

VAZ, Francisco António Lourenço, *A fundação da Biblioteca Pública de Évora*, http://www.evora.net/BPE/2005Bicentenario/dias/01_Mar05/Simposio/FVaz.pdf (consultado pela última vez a 3 de outubro de 2007).